

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA –
EDUCANORTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

WALDEMAR MOURA VILHENA JUNIOR

**A POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA
SETENTRIONAL RORAIMENSE: AVANÇOS E LIMITES**

MANAUS – AM
2023

WALDEMAR MOURA VILHENA JUNIOR

**A POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA
SETENTRIONAL RORAIMENSE: AVANÇOS E LIMITES**

Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) – Doutorado em Associação Plena em Rede (EDUCANORTE), Polo UFAM –, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação na Amazônia.

Linha 2: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V711p Vilhena Junior , Waldemar Moura
A política de interiorização do ensino superior na amazônia setentrional roraimense: avanços e limites / Waldemar Moura
Vilhena Junior . 2023
339 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Selma Suely Baçal de Oliveira
Tese (Doutorado em Educação na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Políticas Públicas de Ensino Superior. 2. Interiorização do Ensino Superior . 3. Ensino Superior Público e Gratuito. 4. Amazônia Setentrional Roraimense. I. Oliveira, Selma Suely Baçal de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

WALDEMAR MOURA VILHENA JUNIOR

**A POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA
SETENTRIONAL RORAIMENSE: AVANÇOS E LIMITES**

Defesa de Tese, em 13 de outubro de 2023.

BANCA AVALIADORA

Prof.^a Dr.^a Selma Suely Baçal de Oliveira – UFAM
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Arminda Raquel Botelho Mourão – UFAM
Presidente

Prof.^a Dr.^a Fabiane Maia Garcia - UFAM
Membro Interno

Prof. Dr. Ramofly Bicalho dos Santos – UFRJ
Membro Externo

Prof. Dr. Sergio Luiz Lopes – UFRR
Membro Externo

Prof. Dr. Claudio Travasso Delicato – UERR
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Heloisa da Silva Borges - UFAM
Suplente

Dedicatória

Em memória da minha orientadora Prof.^a Dr.^a Selma Suely Baçal de Oliveira

RESUMO

Esta tese foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – EDUCANORTE – Associação Plena em Rede, no Polo UFAM, na Linha de Pesquisa 02: Estado, Políticas Públicas e Gestão, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas em Educação – GPPE/CNPQ, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, e teve como proposta a pesquisa com o seguinte título: “A POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL RORAIMENSE”. No processo investigativo, lançamos mão do método dialético na perspectiva da filosofia da práxis, utilizando as pesquisas bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica teve como base as categorias Políticas Públicas, Ensino Superior, Interiorização, as quais se articulam e atendem aos objetivos da pesquisa. No levantamento bibliográfico, o qual teve como palavra-chave a Interiorização do Ensino Superior na Amazônia, foi consultado o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A tese foi dividida em três Capítulos: o I - Reflexos da política econômica internacional no ensino superior brasileiro dos governos pós-Ditadura de 1964; o II - Ensino Superior em questão: dos modelos históricos às transformações contemporâneas; e o III - A trajetória das instituições públicas de Ensino Superior na Amazônia: um olhar sobre o Estado de Roraima. Este último construído com suporte de documentos oficiais e com o referencial bibliográfico investigado. A tese revelou o peso dos organismos internacionais na construção das Políticas Públicas de Ensino Superior, principalmente na primeira década pós-Ditadura de 1964 a partir dos governos eleitos democraticamente. O recorte se concentra principalmente a partir da Eleição de Fernando Henrique Cardoso e vai até o final do governo Bolsonaro, expondo as contradições no contexto das alianças entre partidos políticos e os governos, tanto na confecção quanto na execução das políticas, nas quais geralmente o fisiologismo se sobrepõe aos interesses coletivos, o que impacta diretamente sobretudo as camadas mais vulneráveis da população.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Ensino Superior. Interiorização do Ensino Superior. Ensino Superior Público e Gratuito. Amazônia Setentrional Roraimense.

ABSTRACT

This thesis was developed within the scope of the Postgraduate Program in Education in the Amazon – EDUCANORTE – Associação Plena em Rede, at the UFAM Center, in Research Line 02: State, Public Policies and Management, linked to the Policy Studies and Research Group Public Schools in Education – GPPE/CNPQ, with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Capes and the Amazonas State Research Support Foundation – FAPEAM, and the proposal was the research with the following title: “THE POLICY OF INTERIORIZATION OF HIGHER EDUCATION IN THE NORTHERN AMAZON OF RORAIMA”. In the investigative process, we used the dialectical method from the perspective of the philosophy of praxis and bibliographic and documentary research. The bibliographic review was based on the categories Public Policies, Higher Education, Interiorization, which are articulated and meet the research objectives. In the bibliographic survey, which had as its keyword the Internalization of Higher Education in the Amazon, the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) were consulted. The thesis was divided into three Chapters: o I - Reflections of international economic policy in Brazilian higher education in the post-1964 Dictatorship governments; o II - Higher Education in question: from historical models to contemporary transformations; and III - The trajectory of public Higher Education institutions in the Amazon: a look at the State of Roraima. The latter was built with the support of official documents and the bibliographical references investigated. The thesis revealed the importance of international organizations in the construction of Public Higher Education Policies, especially in the first decade after the 1964 Dictatorship based on democratically elected governments. The section focuses mainly on the Election of Fernando Henrique Cardoso and goes until the end of the Bolsonaro government, exposing the contradictions in the context of alliances between political parties and governments, both in the creation and execution of policies, in which generally the physiologism overlaps with collective interests, which directly impacts mainly the most vulnerable sections of the population.

Keywords: Public Higher Education Policies. Internalization of Higher Education. Public and Free Higher Education. Northern Roraima Amazon.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMGI	Agência Multilateral de Garantias de Investimentos
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AP	Aliança para o Progresso
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFI	Corporação Financeira Internacional
CICDI	Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimen- tos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DEM	Partido Democratas
EAGRO	Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FESUR	Fundação de Educação Superior de Roraima
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GBM	Grupo Banco Mundial
IBM	Instituto de Desenvolvimento Econômico
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Tei- xeira
ISE	Instituto Superior de Educação
ISER	Instituto Superior de Educação de Rorainópolis

INSIKRAN	Instituto de Formação Superior Indígena de Roraima
ISSeC	Instituto Superior de Segurança e Cidadania
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEDUCARR	Licenciatura em Educação do Campo da UFRR
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNA	Modelo Norte-Americano
MEU	Modelo União Europeia
PA	Projeto de Assentamento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PROLINDI	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROIES	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
OEA	Organização dos Estados Americanos
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNIÃO	Partido União Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho da pesquisa.....	31
Figura 2 - Histórico de criação das Universidades	115
Figura 3 - Protesto pelas mortes por covid-19.....	139
Figura 4 - Modelo de Ensino Alemão	163
Figura 5 - Modelo Norte-Americano.....	166
Figura 6 - Modelo União Europeia.....	171
Figura 7 - Modelo do Ensino Superior Brasileiro Predominante	177
Figura 8 - Modelo Universidade Nova	182
Figura 9 - Projeto de Lei de criação do Estado de Roraima.....	215
Figura 10 - Evolução Populacional e Territorial 1900 a 2020	221
Figura 11 - Projeto de Lei de criação da UFRR	226
Figura 12 - Pré-UFRR	227
Figura 13 Termo de Doação de Terreno para a UFRR.....	238
Figura 14 - Placa sinalizando o terreno da UFRR.....	239
Figura 15 - Projeto de Lei de criação da ETFRR	243
Figura 16 - Lei de criação da UERR	250
Figura 17 - Lei de criação da UNIVIR	254
Figura 18 - Anexo da Lei 554.....	256
Figura 19 - Lei Complementar de criação da Fundação UNIVIRR	257
Figura 20 - Lei Complementar de criação do IERR.....	259
Figura 21 - Projeto do Polo da UFRR de São João da Baliza	265
Figura 22 - Estado Atual do Campus Avançado UFRR, Baliza/RR	267
Figura 23 - Resolução de criação do Núcleo Insikiran UFRR	269

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudo de pós-graduação sobre Política de Interiorização do Ensino Superior na Amazônia – CAPES	18
Quadro 2 - Estudo de pós-graduação sobre Política de Interiorização do Ensino Superior na Amazônia – BDTD	19
Quadro 3- Criação de IES públicas nos Governo PT	115
Quadro 4 - Desmembramento, Transformação e Criação de IES no Governo PSDB/FHC ..	167
Quadro 5 - Investimento Europeu com Educação	173
Quadro 6 - IES criadas no Governo Lula	186
Quadro 7 - IES desmembradas ou transformadas no Governo – PT/Lula	187
Quadro 8 - IES Criadas e/ou desmembradas no Governo PT/Dilma	190
Quadro 9 - IES públicas da Região Norte	207
Quadro 10 - Cursos Superiores ofertados pelo IFRR por Câmpus	245
Quadro 11- Imóveis da UFRR.....	261
Quadro 12 - Contrato da Obra do CAB UFRR	264
Quadro 13 - Localidades em que se encontrava a UERR até 2017	273

MAPA

Mapa 1 - Amazônias.....	204
Mapa 2 - Evolução Política e Administrativa de Roraima na década de 1970	214
Mapa 3 - Evolução Política e Administrativa de Roraima na década de 1990	219
Mapa 4 - Evolução Política e Administrativa de Roraima na década de 2000	220
Mapa 5 - Localização dos Câmpus da UFRR.....	237
Mapa 6 - Localização da Estrutura Multicampi do IFRR	244
Mapa 7 - Localização das Estruturas Multicampi da UERR.....	252
Mapa 8 - Localização dos Polos EAD da UNIVIRR	258

ANEXOS

Anexo A - Projeto de criação do Estado de Roraima	323
Anexo B - Projeto de criação da UFRR	324
Anexo C - Lei de extinção da FESUR.....	325
Anexo D - – Lei de criação da UERR	327
Anexo E - Decreto de criação do REUNI	333

SUMÁRIO

BREVE MEMORIAL	12
INTRODUÇÃO	16
CONTEXTUALIZANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	19
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
CAPÍTULO I	33
REFLEXOS DA POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO DOS GOVERNOS PÓS-DITADURA DE 1964.....	33
1.1 O Estado como Organização Social: Política, Partidos e Governos.....	34
1.2 PSDB/PFL: das alianças pela governabilidade ao papel dos organismos multilaterais .	48
1.2.1 As políticas para o Ensino Superior dos Governos do PSDB/PFL	66
1.3 A aliança PT/PL: a dobradinha trabalho e capital nos governos Lula/Alencar e os reflexos nas políticas para o Ensino Superior	73
1.3.1 A aliança PT/PMDB: o governo Dilma/Temer e seus desdobramentos	82
1.3.2 As políticas de interiorização do Ensino Superior do PT	106
1.3.3 O fim da aliança PT/PMDB: a desconstrução das Políticas Públicas	121
1.4 A aliança PSL/PRTB: da coalizão BBB ao governo do presidente sem partido	124
CAPÍTULO II.....	141
O ENSINO SUPERIOR EM QUESTÃO: DOS MODELOS HISTÓRICOS ÀS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	143
2.1 Educação, Contradição e Reprodução: a Ditadura de 1964 e o Ensino Superior	152
2. 2 Os modelos de Universidade: o legado do passado e as perspectivas do futuro	159
2. 2. 1 A Universidade Nova: o caminho do meio entre MNA/EUA e MUE/EU	178
2.2.2 O Novo Modelo Brasileiro: o Processo de Bolonha, OCDE e UNESCO como inspiração	184
CAPÍTULO III	203
A TRAJETÓRIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DE RORAIMA	203
3.1 Amazônias: da internacional ou global à legal ou brasileira	203
3.1.1 Roraima, o Estado mais setentrional do Brasil: da criação aos dias atuais	211
3.2 Com a UFRR vem o conhecimento: Estado e Universidade nascem e crescem juntos	224
3.3 Do ensino tecnológico da Escola Técnica ao IFRR.....	239
3.4 A trajetória de criação da UERR	246
3.5 Da UNIVIRR ao IERR: as idas e vindas da IES Virtual	254
3.6 O estágio atual da interiorização do Ensino Superior das IES públicas em Roraima ..	260

CONCLUSÃO.....	277
REFERÊNCIAS.....	312
ANEXOS.....	327

BREVE MEMORIAL

A escolha do tema é parte da minha trajetória, que se alicerça durante o processo formativo e educativo, o qual proporciona a compreensão de dois conceitos em três momentos fundamentais. Os conceitos são os de Educação – Interdisciplinaridade, os quais produziram a síntese – formação/transformação (síntese que se retroalimenta em processo espiral), que vem se aprimorando no percurso, vai permitindo o surgimento de certa consciência crítica e traz consigo inquietações que continuam num processo permanente. Quanto aos três momentos, o primeiro é o de formação/transformação, que ao mesmo tempo é uma ponte para os demais momentos e ocorreu, sem dúvida, no processo de formação/transformação junto aos camponeses nos projetos de assentamento da reforma agrária em Roraima, primeiramente na condição de técnico em agropecuária em meados da década de 1990, no âmbito do Projeto Lumiar; depois e ao mesmo tempo na época de estudante do curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima (UFRR), já na condição de bolsista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) – uma parceria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RR) com a UFRR em 2000; e posteriormente na condição de gestor de uma Unidade Avançada de Caracarái – INCRA –, em 2003, no interior do Estado.

O segundo momento (uma continuidade e/ou desdobramento do primeiro) foi marcado pela participação ativa no PRONERA a partir do acompanhamento junto aos assentados do processo de letramento; e é nesse contexto que se dá o início da minha formação profissional como futuro professor. Nesse processo, minha ligação com a realidade da Amazônia Setentrional de Roraima se dava por uma dupla significação: a primeira era a condição de extensionista rural, na qual prestava serviço de assistência técnica nos assentamentos; e a segunda na condição de bolsista do Projeto quando era acadêmico do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRR, que me permitiria ao longo do percurso formativo identificar minha condição social e olhar o outro pela via das contradições dialéticas, em que a Educação passava a ocupar papel relevante na mediação das relações sociais a partir do processo de Formação, tanto a minha quanto a dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (no processo de construção da monografia da graduação; a partir das leituras, pesquisas e escritas; tomei consciência da minha condição social e de classe – foi um choque que me fez chorar).

Com efeito, a participação no Projeto só foi possível pelo conhecimento amalhado ao longo do tempo de convivência e de trabalho nos assentamentos rurais (vale ressaltar que na época não tinha a consciência objetiva do caminho que começava a trilhar). A partir disso,

depararia de frente com essa realidade no curso de Mestrado em Educação do PPGE/UFAM tendo como objeto de pesquisa o “PRONERA” como Política da Educação, momento marcado pelo estudo e pesquisa da dissertação intitulada: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ENTRE O PENSADO E O PRATICADO: um estudo sobre convênio UEA/INCRA/PRONERA – 2004/2008, enquanto Política Pública de Educação para os Assentados da Reforma Agrária. Foi nesse processo que surgiu a consciência das contradições da educação formal, da reprodução na perspectiva ideológica da classe dominante e a mediação operada pelas Políticas Públicas, as quais envolvem o espaço e as possibilidades reservadas às “minorias” na sociedade.

Entendo que essa foi apenas a primeira experiência de muitas outras que me levaram à condição de professor; e neste exato momento a de doutorando que faz sua pesquisa com um tema que abarca a totalidade do processo de formação do sujeito pelas vias da Política da Educação, que transforma e produz uma consciência de classe, conforme a qual Gramsci (1978, p. 12) diz que “Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir” (é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que se compreendem as contradições, cresce certa necessidade/vontade de que essa consciência chegue até outros; e é nesse momento que começa a se desenvolver o professor com a consciência de classe já presente em sua Prática, que vai se tornando Práxis no processo).

Com efeito, não se pode falar em Políticas Públicas de Educação Superior que chegaram ao interior do País sem mencionar o governo Lula (na época, como militante e dirigente do PCdoB de Roraima, ocupei um cargo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o qual me levou novamente a ter contato com o PRONERA, momento em que tivemos a oportunidade de intermediar o que se tornaria um convênio entre o INCRA e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) para a Formação de Professoras e Professores, em que 200 (dos quais 100 do Amazonas e 100 de Roraima) trabalhadoras e trabalhadores dos projetos de assentamentos e colonização do INCRA foram selecionados para o curso Normal Superior (início em 2004 e término em 2008). Certamente esse período foi o início do mais robusto processo de formulação, atendimento e implementação de Políticas Públicas voltadas para a Educação no Brasil, e especialmente pelo processo de Interiorização a partir das Políticas de Expansão no âmbito do REUNI, o qual proporcionaria o atendimento às minorias como os camponeses e os indígenas, entre outros excluídos, especialmente em Roraima.

O terceiro momento é parte do presente, pois se trata do trabalho docente na Universidade Estadual de Roraima (UERR), onde ingressei em 2014 (dez anos depois da primeira e única turma de formação de professores do PRONERA) para trabalhar com

Educação do Campo no curso de Pedagogia do Campo, no *Campus* da UERR de São João da Baliza, na região sul de Roraima (curso esse que infelizmente foi extinto). No momento estou no *Campus* Rorainópolis, também na região sul do Estado, atuando no Colegiado Interdisciplinar em Ciências; trabalhando com as Licenciaturas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A abordagem desses cursos é interdisciplinar (no referido *Campus* são ofertados, além das duas licenciaturas interdisciplinares já mencionadas, os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal, nos quais trabalho com a disciplina de Sociologia e Extensão Rural). Porém vale ressaltar que meu contato com os cursos interdisciplinares é anterior ao ingresso na UERR e ocorreu entre 2012 e 2014, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), quando atuei como professor substituto do curso de Licenciatura em Educação do Campo, na área das Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática, curso esse que fazia parte do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REINI), via Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo¹.

Nesse contexto, o objeto de estudo desta pesquisa se mistura com a trajetória de vida e trabalho do pesquisador. Isto posto, entendo que este trabalho de pesquisa permitirá certo entendimento da realidade da Amazônia Setentrional Roraimense, principalmente de como o processo de Interiorização do Ensino Superior aconteceu a partir das Políticas de Expansão do Ensino Superior e como se encontra hoje. Entendo que todo processo de desenvolvimento institucional deve incluir toda a diversidade, que compõe o Estado e suas populações de trabalhadoras e trabalhadores rurais, ribeirinhos e indígenas, pois quem chega a Roraima logo percebe a enorme diversidade sociocultural a partir da presença de migrantes de todas as regiões do País, com destaque para a Região Nordeste; a magnífica presença dos povos originários, os quais ocupam vastas extensões territoriais e compreendem 55 mil índios aldeados em 46% do território, de acordo com o último censo populacional do IBGE, de 2010.

Com efeito, ao se tratar da Interiorização do Ensino Superior, estamos falando do que no imaginário das populações que vivem no interior do País, seja em assentamentos rurais, seja

¹ A partir do Edital n.º 09, de 29 de abril de 2009, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, foram apoiadas propostas de projetos de cursos de licenciatura específicos para a formação de professores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, apresentados pelas IES Públicas, com objetivo de formar professores para atuar nas escolas do campo, a partir dos seguintes critérios: 1 - Professores em exercício nos sistemas públicos de ensino que atuam nas escolas rurais e não têm habilitação legal para a função (Licenciatura); 2 - Educadores que têm experiência e/ou atuam em educação do campo; 3 - Jovens e adultos das comunidades do campo. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf. Acesso: 05/11/2019.

em terras indígenas, áreas ribeirinhas entre outros, se constitui a possibilidade de mudança de vida, como diz o ditado popular “ser alguém na vida”. Portanto entendo que este trabalho poderá contribuir para a compreensão da importância da presença das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas no interior do Estado de Roraima, como também para a tomada de decisão dos governantes e da sociedade em geral na confecção, no aprimoramento e/ou na reivindicação de Políticas Públicas, que no limite se trata da construção, do aprimoramento e da manutenção de um diálogo entre as necessidades das comunidades e o cumprimento da função social da Educação Pública, a qual é a mediadora do processo de “integração” dos povos, mas que não deve ser simplificada para caber no entendimento dos governantes e/ou das classes dominantes em função tanto da necessidade objetiva para a formação social quanto da complexidade do processo educativo.

INTRODUÇÃO

A Interiorização das Instituições de Ensino Superior Públicas² a partir das Políticas de Expansão e/ou até a sua interrupção, como ocorreu principalmente sob os governos Temer e Bolsonaro, tem sido uma constante ao longo dos últimos anos dependendo das diretrizes políticas de cada governo, seja ele federal, seja estadual, seja municipal. Isto posto, temos como linha de orientação para chegar às Políticas de Interiorização do Ensino Superior a década de 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo Bolsonaro; e nesse contexto se destacam as ações previstas na Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI³ e seus vários programas, como também os movimentos internos em nível das IES estaduais. Entendemos que, mesmo que determinados programas e projetos respondam às demandas sociais, também atendem aos interesses políticos externos nos limites do capital associado a sua parte nacional, o que representa a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho e a mercantilização humana, e não uma formação no sentido mais amplo por meio de um processo centrado na humanização. Isso revela assim a luta permanente entre capital e trabalho cada vez mais explícita, especialmente em tempos de financeirização e de tecnificação dos processos socioeconômicos.

Com efeito, é importante salientar que as questões referentes aos movimentos de avanços e limites no atendimento das demandas por formação em nível superior fora da capital, quando tomadas ou não, têm impacto direto nas cadeias socioeconômicas de produção e de reprodução nos municípios do interior. Nesse contexto, a escolha pelo não atendimento das populações rurais, indígenas e ribeirinhas não se trata de coisa solta, desconectada da realidade e/ou uma atitude apenas de mero descuido; pelo contrário, são escolhas conscientes e revelam a percepção dos que, em posição de poder político, fazem escolhas mediadas por visões de mundo, as quais estão interligadas ao atendimento de determinados interesses políticos, socioculturais e econômicos.

Como forma de analisar o processo de atendimento das demandas por formação superior ao longo do processo de implantação das IES Públicas no Estado de Roraima, este trabalho perpassará pelo contexto político e econômico mundial, como também pelos Modelos de

² Quando falamos em ESP ou IES, estamos nos referindo às Instituições Públicas e Gratuitas, mantidas pelo Estado, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais.

³ O REUNI foi instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, no segundo mandato do Governo Lula, que tinha como Ministro da Educação Fernando Haddad.

Universidade Brasileira. Destarte, das hipóteses levantadas acima, surge o seguinte **problema de pesquisa**: As Políticas Públicas de Interiorização das IES Públicas atendem às necessidades políticas considerando a especificidade amazônica de Roraima? Mas, para investigar tal problema, também surgiram estas questões norteadoras: 1- Qual o contexto político e econômico mundial e sua relação na construção das Políticas de Ensino Superior no País, da década de 90 aos dias atuais? 2 - Quais os Modelos de Ensino Superior e sua relação com as Políticas Públicas? 3 - Como se deram os avanços da Interiorização das IES Públicas na Amazônia e quais os limites das Políticas de Interiorização do Ensino Superior no Estado de Roraima?

CONTEXTUALIZANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Falar sobre políticas para o Ensino Superior envolve particularmente as ações que contemplam também programas e projetos no sentido de oportunizar as populações que não moram nos grandes centros urbanos e/ou em regiões metropolitanas no sentido de interiorizar a Educação Superior Pública. Com efeito, a essa questão estão vinculadas necessariamente estas categorias de análise: Políticas Públicas de Ensino Superior – Modelos de Ensino Superior – Interiorização do Ensino Superior. Igualmente é quase impossível dissociar as categorias do conceito de governo em função de ser este o operador da máquina estatal por determinado período de vigência de programas, de projetos e de políticas públicas.

No entanto, definir o Estado contemporâneo é uma questão complexa, principalmente em função das inúmeras interações necessárias e objetivas e seus desdobramentos sobre as questões inerentes ao sistema político no contexto da sociedade civil moderna. Nesse sentido, a pesquisa busca investigar, por meio de referenciais teóricos e dos documentos, a Política Pública de Interiorização do Ensino Superior e suas implicações no Estado de Roraima. Essa intenção investigativa requer aprofundamento teórico acerca do que seja Política, Políticas Públicas do Ensino Superior e Interiorização.

Para melhor compreender o contexto no qual se insere este estudo, fizemos levantamento nos bancos de dados oficiais sobre cursos de pós-graduação a partir do tema: **A política de interiorização do ensino superior na Amazônia**; e no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram encontrados os seguintes trabalhos: **1 - CARVALHO, Ednea do Nascimento. *A interiorização do ensino superior na Amazônia: o caso de Santarém no oeste do Pará – 1985 a 2010***. Doutorado em Geografia. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Biblioteca

Depositária: Central da UECE, 2014; **2** - PIKANÇO, Vera Lucia Lameira. *Política de interiorização da UEPA: um estudo em Santarém*. Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Biblioteca Depositária – Biblioteca Central, 2010; **3** - COELHO, Maria do Socorro da Costa. *Interiorização do Ensino Superior no Pará e no Banco Mundial: Olhar sobre as Aproximações destas Propostas*. Dissertação de Mestrado: Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, Biblioteca Depositária: INEP; UNIMEP-TAQUARAL, 1998. O quadro seguinte permite uma melhor compreensão dessa busca.

Quadro 1 - Estudo de pós-graduação sobre Política de Interiorização do Ensino Superior na Amazônia – CAPES

Banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			
Nome do Autor	Título do Trabalho	Ano	IES
CARVALHO, Ednea do Nascimento.	A Interiorização do Ensino Superior na Amazônia: o caso de Santarém no Oeste do Pará – 1985 a 2010.	2014	Tese defendida na Universidade Estadual do Ceará.
COELHO, Maria do Socorro da Costa.	Interiorização do Ensino Superior no Pará e no Banco Mundial: Olhar sobre as Aproximações destas Propostas.	1998	Dissertação defendida na Universidade Metodista de Piracicaba.
PIKANÇO, Vera Lucia Lameira.	Política de Interiorização da UEPA: um estudo em Santarém.	2010	Dissertação defendida na Universidade Estadual do Ceará.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

No banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o levantamento sobre o tema revelou os seguintes trabalhos: **1** - COELHO, Maria do Socorro da Costa. **Nas águas o diploma: o olhar de ex-alunos sobre a política de interiorização da UFPA em Cametá-PA**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008; **2** - SOUSA, Francisca Márcia Lima de. **O ensino superior público em Santarém: das origens à criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (1970-2009)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019; **3** - ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de. **Programa de interiorização do curso de formação de professores para pré-escolar e 1.ª a 4.ª série do ensino fundamental da Universidade do Estado do Pará em meio às políticas de formação de professores (as)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Belém. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007; **4** - SOUSA, Maria Páscoa Sarmiento de. **Expansão da educação superior no Pará: programas Expandir e Reuni e a composição de quadros docentes dos campi da Universidade Federal do Pará**

(2001-2010). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. No quadro abaixo é possível visualizar melhor as informações.

Quadro 2 - Estudo de pós-graduação sobre Política de Interiorização do Ensino Superior na Amazônia – BDTD

Banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações			
Nome do Autor	Título do Trabalho	Ano	IES
ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de.	Programa de interiorização do curso de formação de professores para pré-escolar e 1. ^a a 4. ^a série do ensino fundamental da Universidade do Estado do Pará em meio às políticas de formação de professores(as).	2007	Dissertação defendida na Universidade Federal do Pará.
COELHO, Maria do Socorro da Costa.	Nas águas o diploma: o olhar de ex-alunos sobre a política de interiorização da UFPA em Cametá-PA.	1998	Tese defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
SOUSA, Francisca Márcia Lima de.	O ensino superior público em Santarém: das origens à criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (1970-2009).	2019	Dissertação defendida na Universidade Federal do Oeste do Pará.
SOUSA, Maria Páscoa Sarmiento de.	Expansão da educação superior no Pará: programas Expandir e Reuni e a composição de quadros docentes dos <i>campi</i> da Universidade Federal do Pará (2001-2010).	2012	Dissertação defendida na Universidade Federal do Pará.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Como se pode observar, no banco de dados Capes, foram encontrados três trabalhos sobre a Interiorização do Ensino Superior na Amazônia; e na BDTD encontramos quatro trabalhos que versam sobre a temática, no entanto, todos tratam sobre a Interiorização do Ensino Superior no Estado do Pará. Nesse contexto, entendemos que este trabalho contribuirá para compor o panorama amazônico sobre o Ensino Superior Público, acerca da trajetória de Interiorização do Ensino Superior de modo geral e seus desdobramentos na Amazônia Setentrional Roraimense, a partir das Políticas Públicas de Expansão das IES Públicas.

Para Aristóteles (2010, p. 53), o homem é um animal político, e sua natureza humana exige a associação de seus pares.

[...] toda associação é estabelecida tendo em vista algum bem (pois os homens sempre agem tendo em vista algo que consideram ser um bem); por conseguinte, a sociedade política [polis], a mais alta dentre todas as associações, a que abarca todas as outras, tem em vista a maior vantagem possível, o bem mais alto dentre todos.

Na perspectiva aristotélica, a *polis* grega não se referia apenas à “cidade” enquanto o meio urbano em oposição ao rural, mas também era entendida enquanto comunidade organizada formada pelos cidadãos, homens livres e iguais, portadores dos direitos de *isonomia* (igualdade perante a lei) e *isegoria* (direito de expor e discutir em público opiniões sobre as ações da cidade). Ao definir o homem como animal político, Aristóteles afirma que esse homem é um ser social por natureza, e só pode alcançar a realização do viver coletivo por meio da *polis*, onde tudo é decidido por meio da fala e da comunicação, e não por meio da força e da violência.

A cidade justa para Platão permitiria aos cidadãos uma vida boa, plenamente humana e feliz, assegurada pela participação no poder político e pela *justiça distributiva*, cuja finalidade seria igualar os desiguais: dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. Uma cidade onde a diferença entre ricos e pobres é muito grande vigora a injustiça, pois não dá a todos o que lhes é devido como seres humanos. Entretanto os gregos consideravam “cidadãos” apenas os proprietários de terras, não possuindo os mesmos direitos mulheres, escravos e estrangeiros (CHAUÍ, 1999).

De acordo com Bobbio (1997, p. 954), a política no sentido clássico e moderno é:

[...] considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, sobre várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas [...].

Para Severino (2002), a política no aspecto filosófico é tratada a partir de dois pontos de vista das ciências humanas: a sociologia e a política, que estudam a relação de poder político na sociedade. Isso porque o poder político está vinculado às relações sociais e que se institucionalizam por meio da natureza jurídica e administrativa dos aparelhos de governo. Na realidade Severino levanta a discussão da política como um ponto de ordenação da sociedade, uma vez que:

O Estado se firmou então na sociedade moderna como o seu organismo político, cuja destinação seria a de coordenar a vida dos seus membros, evitando os conflitos e cuidando de assegurar os direitos de todos, bem como o cumprimento de seus deveres. [...] (SEVERINO, 2002. p. 166).

Em uma perspectiva sociológica, segundo Johnson (1991, p. 178), a política é tida como um processo social que gera poder e que na maioria dos casos é associado a partidos e governos, entretanto, “Embora seja associado com mais frequência a instituições de governo nos níveis internacional, nacional, regional e comunitário, o conceito de política pode ser aplicado a virtualmente todos os sistemas sociais nos quais o poder representa papel importante”.

O que se observa nos autores acima é a relação da política com a vida das pessoas na sociedade, por ser algo que determina sua organização e seu funcionamento; portanto ações de Estado, de governo, ou mesmo de grupo tendem a disciplinar e/ou a minimizar os conflitos entre as classes; o certo é que, sejam quais forem essas ações, possuem suas convicções políticas e ideológicas, que nada têm de neutralidade.

De acordo com Pistrak (2000, p. 23), para quem o trabalho tinha um sentido socio pedagógico, os estados burgueses passam a ideia de neutralidade política frente às classes sociais e tratam como hipocrisia o fato de relacionarem a educação como apolítica: “[...] são muito íntimas as relações entre o aparelho político e o ensino, embora a sociedade burguesa não possa reconhecê-lo; entretanto esta sociedade educa as massas por meio da Igreja e por intermédio de todas as organizações que se baseiam na propriedade privada”.

Fica claro que o Estado é institucionalmente o executor da política, principalmente o Estado moderno, mas fica claro também ser uma das estratégias do Capitalismo, que o utiliza para mediar as tensões entre as classes; é por meio das Políticas Públicas e Sociais que o Estado tenta minimizar as tensões entre as classes. Essas políticas geralmente apresentam um caráter compensatório e uma característica intervencionista, como também mecanismos de cooptação e de controle social dos trabalhadores.

Com efeito, a concepção de Estado moderno tem nos filósofos contratualistas seu marco a partir do jusnaturalismo, que advoga uma espécie de direito natural de sociedade e Estado:

Esse princípio de legitimação do poder político é o consenso daqueles sobre quem tal poder estatal é exercido, que seria expresso num *pacto* ou *contrato social*, estabelecido entre os homens, sobre a autoridade e as normas de convivência social, às quais passam a se submeter, renunciando à sua liberdade individual e natural (MONTANO; DURCUETTO, 2010, p. 22).

Nesse contexto, o Estado Civil ou Político é a evolução necessária, inevitável e objetiva do estado de natureza. Esse novo arranjo social (fruto da passagem da Idade Média para a Moderna) é o mediador entre os indivíduos com suas paixões, instintos, interesses e necessidades materiais. Sendo livres e iguais, no exercício dos direitos individuais no estado de natureza, a lógica que prevalece é geralmente a do mais forte, respaldada no Contrato Social.

Portanto, no contexto Político do Estado Moderno, o estudo das Políticas Públicas surge para compreender, orientar e diagnosticar os problemas nessa área; e estas, por sua vez, são idealizadas a partir dos embates entre a classe trabalhadora e o Estado representante direto da classe dominante (burgueses).

Corroborando essa reflexão, Shiroma (2007, p.8) nos diz que:

[...] como o estado não se define por estar à disposição de uma ou de outra classe para seu uso alternativo, não pode se desobrigar dos comprometimentos com as distintas forças sociais em confronto. As políticas públicas, particularmente as de caráter social, são materializadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas. Assim não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais, expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo. Capacidade que burocratas contemporâneos têm por hábito chamar “governança”.

Segundo Secchi (2010) os fundamentos das Políticas Públicas estão ancorados nas ciências políticas, na sociologia e na economia. Outras ciências também dão importante contribuição como a administração pública, o direito, a psicologia, as engenharias e a teoria das organizações. O autor diz ainda que o conhecimento produzido na área de políticas públicas vem sendo procurado pelos que lidam com essa questão; afirma que, independentemente do setor que sofre intervenção, as políticas públicas são desenhadas em contextos institucionais e geralmente apresentam traços comuns.

Para Secchi (2010), Políticas Públicas são diretrizes elaboradas para o enfrentamento ou para a resolução de um problema que afeta uma quantidade expressiva de pessoas, e a política surge como resposta do poder público a essas demandas. Nesse caso disse *pública*, porque vem do aparato estatal, já que essa concepção parte de uma abordagem estatista. O autor salienta a existência de outra abordagem, a qual denomina de *multicêntrica*, segundo a qual, assim como os atores estatais, admite também a participação das organizações privadas, as Organizações não Governamentais – ONGs. O autor salienta ainda ser inegável que o Estado se destaca em relação aos outros atores quanto às Políticas Públicas, por várias razões como estas: 1) As políticas públicas são umas das razões centrais da existência do Estado moderno; 2) O Estado detém o uso da força legítima, o que lhe confere superioridade objetiva junto aos demais atores; 3) Por controlar grandes somas de recursos, consegue elaborar políticas mais robustas temporal e espacialmente.

O autor informa ainda a existência de um subgrupo das Políticas Públicas, as chamadas *políticas governamentais*, que emanam dos outros poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo. Diz ainda que a essência conceitual de políticas públicas é o problema público, portanto o que a torna pública para o autor é a intencionalidade em dar respostas aos problemas públicos; há o objetivo público, e não a personalidade jurídica estatal ou não (SECCHI, 2010).

No que se refere às Políticas Públicas em educação, logo pensamos na escola pública. Mendes (2006, p. 175) diz que essa é a única saída das camadas populares e que a questão não é por ela ser *pública*, mas “[...] é que essa escola pública, de acesso universal, tem-se voltado para a preparação para o trabalho alienado”. E essa política tem servido paliativamente, pois não resolve o problema.

Ainda de acordo com Mendes (2006, p. 176),

As políticas públicas para a educação precisam garantir à sociedade a participação na sua definição e na sua implantação. Assim, as ações e a aplicação não deveriam ser definidas apenas nos gabinetes daqueles que ocupam postos no governo, mas deveriam contar com a participação da população, opinando sobre aquilo que lhe é mais importante.

Quando falamos de Interiorização das Políticas de Ensino Superior, devemos fazer a relação necessária como espaço geográfico, principalmente no contexto amazônico, por tratar-se de uma área que representa, segundo Molina; Jesus (2004), uma visão de espaço que tem suas características próprias e que é ao mesmo tempo um espaço de possibilidades de relação dos seres humanos com a produção e com as condições de existência social. Assim, trata-se de um espaço não vazio e que deve romper com a alienação, fazendo com que seja reconhecido como espaço de relações sociais, políticas, culturais e econômicas na perspectiva coletiva.

Nesse contexto e se tratando do campo político, estamos falando também de relações de poder institucionalizado e na possibilidade de construção e de ação coletiva no tocante às Políticas Públicas, que entendemos serem indissociáveis da Política Partidária que opera o Poder no Estado. Falar de política e particularmente de Políticas Públicas no momento atual é como mergulhar nas brumas, pois o cenário político brasileiro (e considerando a pandemia da covid-19, que é uma incerteza em nível mundial) é deveras desolador, já que os aspectos estruturais e conjunturais que incidem sobre a maioria da população são no mínimo desesperadores. E é nesse contexto e até com certo saudosismo (de um passado recente) que se percebe a importância da participação popular e a importância do controle social sobre a política e conseqüentemente sobre as Políticas Públicas no momento em que passamos por uma conjuntura marcada por um misto de autoritarismo e de populismo fascista.

Para Dias (2012), as políticas variam de acordo com as questões econômicas, com a natureza do regime social e como o governo compreende o Estado, perpassando também pela atuação dos grupos sociais (partidos, sindicatos, associações etc.), portanto, de modo geral, as políticas no âmbito estatal envolvem também opções, preferências e/ou escolhas privadas, que se convertem assim em ações públicas. Tudo isso está relacionado – é claro – com as questões globais que envolvem a socioeconomia, a política partidária que esbarra nas ideologias conflitantes, como também a opção ideológica do governo que em um dado momento operará a máquina estatal.

Com efeito, a Carta Magna de 1988, no Capítulo II – dos Direitos Sociais Art. 6.º, diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados, na forma desta Constituição”. Observa-se que a própria Constituição Federal assegura os direitos sociais a todos, sem distinção, seja de caráter econômico, seja de raça, credo, gênero etc.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9394/96, no seu artigo 1.º, diz que “A educação é o conjunto de processos formadores que passam pelo trabalho, pela família, pela escola, pelo movimento social”. Toda educação escolar terá que vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Esse ponto se aproxima da educação formal, ou seja, a escola com o mundo do trabalho e com as práticas sociais; nessa perspectiva podemos dizer que é possível uma educação escolar que atenda às necessidades dos camponeses, uma vez que suas vidas estão direta e intrinsecamente ligadas ao mundo do trabalho.

É importante reconhecer que, ao longo do processo de formação e consolidação da República de modo geral e das leis em particular, voltadas para a educação como a LDBEM, existe uma organização dos trabalhadores que, mesmo não conseguindo ser unitária, vem lutando pela materialização da lei de modo a garantir que quem vive no campo possa participar da educação formal de modo natural, reconhecendo e reconhecendo-se nos conteúdos e nas práticas o seu cotidiano e a sua identidade social, econômica, política e cultural, de modo que o indivíduo não seja alienado nesse processo educativo.

E é nesse contexto que na Região Amazônica o processo de desenvolvimento econômico globalizado, a partir das políticas de Estado, de acordo com Silva (2009, p. 6), para:

[...] compreender as implicações decisivas nas políticas públicas para a Região Amazônica, devemos entender a lógica que sustenta esses projetos e como deveriam ser; a lógica correta seria que fossem voltados para o indivíduo, para a sociedade e também para a cultura, partindo do local para o nacional e o internacional, e não em um movimento contrário como ocorreu historicamente, ou seja, do internacional para o nacional e o local.

O autor diz ainda que o processo é uma contradição em que a educação na região produz a crise de desenvolvimento econômico e é, ao mesmo tempo, produto dessa crise de desenvolvimento. Portanto, sem um projeto político de desenvolvimento econômico, não há educação, ciência e tecnologia. E sem esse projeto não há avanço, e sim se segue um ciclo vicioso de reprodução do Capitalismo na Amazônia.

Segundo Silva (2009, p, 11),

O projeto educativo na Amazônia está vinculado ao processo de globalização, ou seja, está ligado à integração ao Capitalismo internacional a uma política de criação de colônias internas para o grande capital financeiro e industrial radicado no Sudeste, constituindo-se no centro da política de centralização modernizadora. Uma proposta educativa recebida das forças capitalistas internacionais por uma burguesia débil, agressiva e expropriadora, que constrói a hegemonia por meio do poder pessoal do

latifúndio, o que provoca essa desestruturação da ordem política e a consequente tergiversação generalizada na região.

Ainda na concepção de Silva (2009) educar é guiar o ser para o desenvolvimento humano; a política educacional na Amazônia tem o efeito contrário, ou seja, tem formado androides. Entende que os maiores equívocos cometidos na elaboração da proposta educacional dão-se pela distorção de enfoque filosófico. O autor sugere a dialética para alcançar o agir educativo do homem amazônico, vindo assim superar as considerações abstratas feitas sobre eles. Diz ainda que a superação do enfoque positivista possibilitará a percepção de que “[...] a distribuição das escolas no País está diretamente vinculada à concentração de renda no setor industrial, que resultou na construção da maioria das escolas nos centros de maior concentração de poder econômico” (SILVA, 2009, p.12).

Portanto situar a Amazônia no âmbito da globalização contraditória implica demonstrar como e quais processos e forças mundiais se manifestam localmente em conjunturas diferentes e especiais, já que os ciclos extrativos, industriais e agrícolas na Amazônia precisariam ter uma nova abordagem que inclua os povos originários e as comunidades tradicionais no processo de desenvolvimento. A pouca compreensão dos Brasis⁴, a elitização federativa e a hierarquização regional refletem em última instância os modelos hegemônicos que dominam a política nacional e marginalizam milhares de trabalhadores.

É importante destacar no contexto das Políticas de Interiorização do Ensino Superior no Brasil – e particularmente na Amazônia – o papel do Reuni na região. De acordo com o relatório do Mec (2012), é possível destacar pelo menos “três importantes dimensões da expansão, em especial do Reuni, que serão objeto de análise neste relatório, a saber: política, pedagógica e de infraestrutura”:

Na dimensão política, é possível aferir o cumprimento do objetivo do programa de possibilitar uma maior democratização do acesso, com o aumento de mais de 100% do número de vagas de graduação presencial ofertadas nas universidades federais e a criação de novas universidades e novos *campi* universitários.

A importância desse processo de democratização do acesso ganha destaque acentuado no contexto da interiorização do ensino superior federal do País. As novas universidades e os novos *campi* trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente os IFEs.

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o Reuni constituiu-se

⁴ os “brasis” a que nos referimos são de acordo com o que Darcy Ribeiro identificou em sua obra “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006”, fruto de uma profunda mistura de povos, histórias e vidas, que formaram a gênese do Brasil que herdamos e da qual somos parte também!

em um programa que possibilita aos IFEs cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do País. (MEC, 2012, p. 27).

Conforme podemos comprovar, a ideia do REUNI foi também chegar ao interior do Brasil, e havia também uma compreensão de que, uma vez instaladas em determinadas localidades, as IES Públicas cumpririam papel social importante tanto na dimensão da formação humana, quanto como vetores para o desenvolvimento sociocultural e econômico da região.

E diante dessas reflexões este trabalho se propôs: *Analisar as Políticas de Interiorização do Ensino Superior no Estado de Roraima: avanços e limites a partir da década de 90 do século XX*. Vale ressaltar que Roraima está inserida no vasto espaço amazônico, com suas características próprias, com sujeitos com seus conhecimentos tradicionais forjados no trabalho e na relação com a natureza, seus hábitos, crenças, costumes, modos de ser, de viver; e é isso que acreditamos ser um dos grandes desafios amazônicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de doutoramento, inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – EDUCANORTE – Polo UFAM, na Linha de Pesquisa 2 – Estado, Políticas Públicas e Gestão, tem como proposta de projeto de pesquisa o seguinte título: “A POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL RORAIMENSE”.

Para atender às necessidades do processo investigativo, trabalhamos os seguintes tipos de pesquisa: bibliográfica e documental, por entender que elas darão suporte necessário ao estudo proporcionando-nos as condições objetivas para análise do objeto investigado.

No primeiro momento, trabalhamos a revisão bibliográfica baseada nas categorias presentes na pesquisa: Estado, Partidos Políticos, Políticas Públicas, Ensino Superior, Interiorização, Amazônia Setentrional Roraimense, uma vez que este procedimento permite que o pesquisador busque contribuições de vários autores sobre a temática em estudo. As técnicas utilizadas serão: levantamento bibliográfico, consulta ao banco de dados da Capes, para realização da pesquisa sobre a história da arte da temática proposta, leituras, fichamentos, esquemas, resumos etc. Esse primeiro momento servirá também para atingir o primeiro objetivo específico: 1 - *Conhecer o contexto político e econômico mundial e sua relação na construção das Políticas de Ensino Superior no País, da década de 90 aos dias atuais*; no segundo buscaremos: 2 - *Identificar os Modelos de Ensino Superior e sua relação com as Políticas Públicas*; e finalmente, para cumprir o terceiro objetivo específico, entendemos que a pesquisa

documental a partir da legislação e dos documentos oficiais nos dará o suporte necessário no sentido de: 3 - *Investigar os avanços e os limites na trajetória de criação, desenvolvimento e interiorização das IES Públicas em Roraima.*

Para Gil (2007, p.45), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre elas está na natureza das fontes; a primeira se vale de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Esse tipo de pesquisa é importante por permitir conhecer os documentos oficiais, as leis, os pareceres, as resoluções e as portarias internas que explicitam orientações sobre os objetos geral e específicos do estudo.

Como mediador na relação pesquisador - objeto - realidade objetiva, partiremos da concepção teórica e epistemológica da dialética como abordagem científica. Vale lembrar que a dialética remete aos clássicos do pensamento ocidental, tais como Zenão, com a “filosofia da aparência”; Heráclito, com “a luta dos opostos”; Platão, com o “método de dedução racional das ideias”; e Aristóteles, com “a lógica do provável” (LIMA 2003).

Na dialética hegeliana, a grande contribuição para o pensamento ocidental e humano “foi ter criado uma concepção dialética da realidade que supera as concepções antiga e medieval, pois a concebeu de forma triádica tendo como dimensões constitutivas a historicidade e a contradição” (ZEN; SGARBI, 2018, p. 90).

Influenciado pelo pensamento hegeliano, a filosofia contemporânea foi agraciada com a obra do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), o qual revolucionou a dialética:

[...] a concepção dialética de Marx não deve ser compreendida fora do contexto social, cultural, político e econômico em que viveu, bem como da totalidade de seu pensamento. Como vimos acima, Marx nasce em 1818 e morre em 1883, portanto vivenciou o nascimento, a consolidação e a reprodução da ordem burguesa nos principais países da Europa (Inglaterra, França, Alemanha) e Estados Unidos. (ZEN; SGARBI, 2018, p. 90).

Com efeito, Marx encontrou em Hegel os elementos para elaborar uma concepção original de dialética adequada às questões contemporâneas.

Como vimos, se para Hegel o que existe é a ideia, o espírito absoluto como fundamento último da realidade, para Marx a ideia não tem existência independente da realidade material. As ideias não têm existência autônoma descolada da matéria. Para Marx as ideias estão encarnadas em uma dada realidade material, tanto do ponto de vista das relações sociais, por serem produzidas e elaboradas nessas relações, como do ponto de vista da própria constituição corpórea do ser humano, que, para pensar, necessita de um corpo, de um cérebro como casa, sustentáculo e sede de suas ideias (ZEN; SGARBI, 2018, p. 91).

Para Chizzotti (2017, p. 99), “A dialética também insiste na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo de conhecimento. Não se detém, como no interacionismo e na etnometodologia, no vivido e nas significações subjetivas dos atores sociais”.

O paradigma dialético tem suas raízes na Antiguidade; desde então foram muitos os que de alguma forma discorreram sobre a dialética e buscaram explicitá-la. Sendo etimologicamente derivada do grego, na palavra dialética, *dia* exprime a ideia de graças a, por meio de, ou por causa de; e *lektikós*, advindo do radical *logos* (palavra), significa hábil, apto, preparado à palavra, daí se pode realizar uma aproximação com o diálogo. [...] a dialética vem da palavra *dialégesthai*, ou seja, dialogar, sendo esta compreendida não apenas num sentido de conversa ou bate-papo informal com o intuito de simples comunicação entre dois indivíduos a fim de que se entendam ou simplesmente passem o tempo, mas também, pelo contrário, objetivando ambos contrastar diferentes e/ou até antagônicas posições a respeito de um mesmo tema a fim de chegarem a um consenso não extremista. (MELO; CASTILHO, 2018, p. 75).

Para os autores, “o método dialético é detentor de um conceito que vai além de um método investigativo e caracteriza-se por uma postura frente ao mundo, um posicionamento que tem como um de seus principais fundamentos epistemológicos o real e a ação sobre ele” (MELO; CASTILHO, 2018, p. 90).

Destarte, Marx cria uma nova abordagem, a qual se transforma em uma concepção de dialética revolucionária e original. A dialética de Marx se distingue da dialética hegeliana, que é baseada no idealismo, enquanto a de Marx tem como base o materialismo histórico. Nesse contexto, na perspectiva marxista, a busca é por conhecer os vínculos que ligam a realidade do objeto pesquisado com as contradições ocultas, visto que os conflitos entre o sujeito e objeto estão ligados a outros sujeitos que estão conectados com uma totalidade abstrata, que só se torna concreta a partir do momento em que tomamos consciência, sobretudo consciência de classe.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 90).

Ainda sob a perspectiva dialética, sua abordagem parte de um sistema teórico que na essência não pode ser incorreto. “Incorreto pode ser a aplicação prática desse método pelo sujeito, sobretudo a extensão de seu campo de ação além dos limites do objetivo, cujas leis se refletem no sistema teórico que serve de base a dado método” (KOPNIN, 1978, p. 95).

[...] a análise conduz a novos resultados no campo da ciência (história, economia política, história da ciência etc.), cujo objeto é escolhido como objeto de análise. Vê-se de que modo a aplicação consciente da dialética leva realmente do desconhecido

ao conhecido, a construções teóricas de objetos novos, antes pouco ou inteiramente não estudados. (KOPNIN, 1978, p. 113).

Como Kopnin, compreendemos que as leis da dialética de sua natureza objetiva, seu caráter científico e revolucionário apreendem o conhecimento como sendo um processo de desenvolvimento, que incorpora a necessidade de processos contínuos não lineares, que revelam as contradições entre sujeito e objeto. Isto posto, neste trabalho, o método é a dialética na perspectiva da filosofia da práxis.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar a maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e seus desacertos cotejando-os com a prática. (KONDER, 1992, p. 39).

Segundo Cortizo (2015), a partir de Gramsci, a dialética chega a um novo nível, o que, a nosso ver, nos permite levar do materialismo histórico, com uma nova perspectiva, à filosofia da práxis.

Gramsci deu à dialética marxista o sentido de afirmá-la não como um método que se aplica para a compreensão e transformação da realidade, mas como uma concepção de mundo que entende e transforma no mesmo movimento. Isso permite ressignificar as relações teoria-prática, pensamento-ação, intelectuais-políticas, enfatizando o caráter não de pares em relação, mas sim de unidades articuladas organicamente e em desenvolvimento processual na história. (CORTIZO, 2015, p. 07).

Com efeito, sabemos que Marx construiu uma filosofia e uma prática que atendessem tanto às expectativas quanto às necessidades dos trabalhadores para que objetivamente se pudesse realizar a transformação real na sociedade. Nesse contexto, as contribuições de Marx foram determinantes para a construção da filosofia da práxis.

Como filosofia da práxis, o marxismo é a consciência filosófica da atividade humana que transforma o mundo. Como teoria, não apenas se acha correlacionado com a práxis – revela seu fundamento, condições e objetivos –, mas também tem plena consciência dessa relação e, por isso, é um guia da ação (VÁZQUEZ, 1977, p. 178).

Em decorrência dos processos envolvidos na elaboração da tese, propomos que a pesquisa seja dentro de uma abordagem qualitativa, uma vez que ela trabalha com interpretações das realidades sociais. Isto posto, essa abordagem não está preocupada com generalização, e sim com aprofundamento, buscando compreender o grupo social, a organização, a instituição, a política ou a representação. Nesse contexto, podemos considerar que uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões, ou

seja, em lugar de se restringir a apenas uma fonte dos dados, opta-se por multiplicar as tentativas de abordagem (MINAYO, 2010).

Para Chizzotti (2017), a pesquisa qualitativa é uma orientação que abriga tendências diversas e pressupostos com raízes filosóficas distintas:

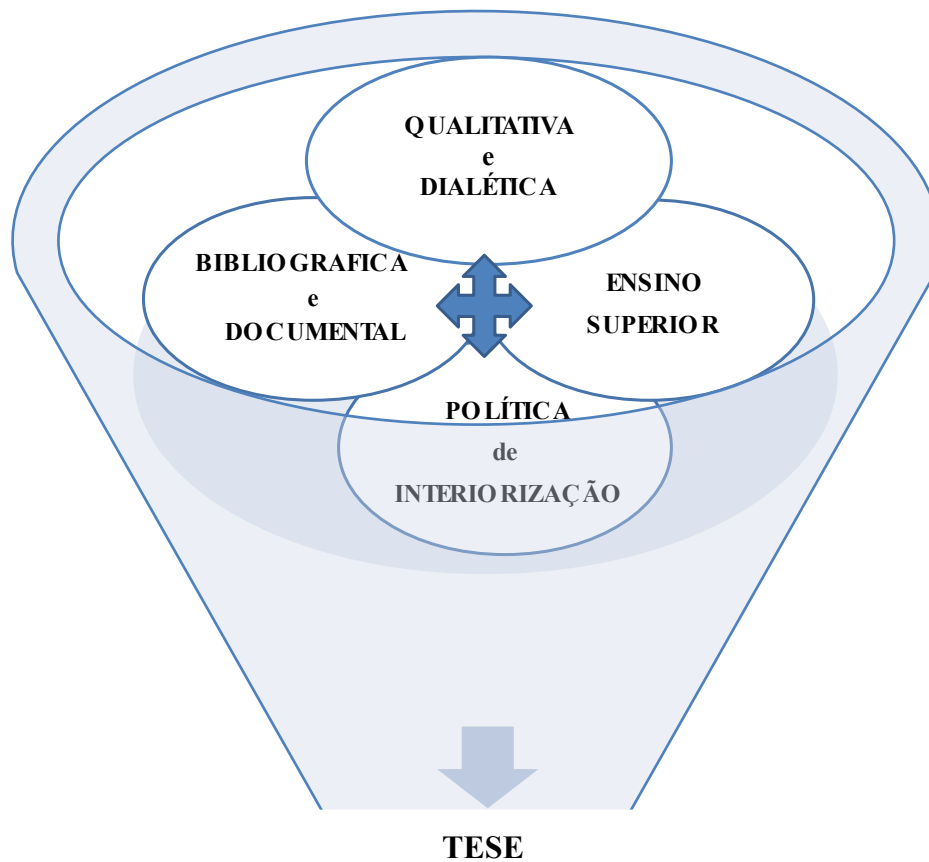
Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum, e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. Isso não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento menos crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais e o contexto geral da sociedade. [...] Cria-se uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa, até seus resultados finais. Essa relação viva e participante é indispensável para se apreender os vínculos entre as pessoas e os objetos e os significados que são construídos pelos sujeitos. O resultado da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transformam em uma obra coletiva (CHIZZOTTI, 2017, p. 103 e 104).

Para Chizzotti (2017, p.109), os dados são colhidos, *iterativamente*, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na *interação* com seus sujeitos. Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, de forma que pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa.

No campo das ciências sociais e humanas, incluindo a educação, observou-se desde seu surgimento, nos anos finais do século XIX até a década de 1970, a hegemonia do paradigma quantitativo, entretanto, a partir da década de 1980, a fenomenologia e o marxismo clássico fomentaram a difusão dos paradigmas qualitativo e dialético, respectivamente, de forma que o paradigma dialético, segundo Lima (2003), foi posteriormente influenciado pelas ideias de Gramsci, Paulo Freire e pensadores da Escola de Frankfurt. (MELO; CASTILHO, 2012, p. 75).

De posse dos dados coletados, trabalhamos os resultados buscando centralizar a análise na quantidade/qualidade e nas contradições presentes no processo investigativo proposto, fazendo a triangulação conforme o fluxograma representado no desenho da pesquisa: Figura I.

Figura 1 - Desenho da pesquisa



A manutenção das Instituições de Ensino Superior Públicas pelo Estado brasileiro não garante a execução de Políticas Educacionais no Ensino Superior em Roraima que venham ao encontro dos interesses do desenvolvimento regional, pois em âmbito local, tais políticas obedecem às diretrizes estabelecidas pelo ordenamento econômico mundial, do capital de interesses particulares, contrárias aos interesses da formação emancipadora dos sujeitos roraimenses dessa Amazônia Setentrional.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Entendemos como Cury (2000) que as categorias da dialética como contradição, mediação e reprodução nos permitirão compreender como a Política Partidária sob cada governo interfere nos rumos das Políticas Públicas. Vale ressaltar que essas políticas se materializam a partir da participação de cada ente federado. É preciso entender como esse processo chega às instituições e conseqüentemente como se articula com a complexidade de cada estado e/ou município. Com efeito, para o autor, as categorias não são um fim por si só, mas sim “[...] elas ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta [...]” e ganham importância quanto ao contexto, pois ele possibilita que as categorias não se isolem e interajam com a realidade em movimento, o que possibilita visualizar

situações complexas e ampliar o ponto de vista da relação sujeito-objeto, permitindo a captura mais próxima do real (CURY, 2000, p. 21).

CAPÍTULO I

REFLEXOS DA POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO DOS GOVERNOS PÓS-DITADURA DE 1964.

Neste capítulo trataremos sobre o reflexo das Políticas Internacionais nas Políticas de Ensino Superior nos diferentes governos que dirigiram o Estado brasileiro a partir da Nova República; e particularmente nos governos PSDB/FHC; PT/Lula; PT/Dilma/Temer (os partidos de esquerda se organizaram em uma frente ampla de partidos denominada *Frente Brasil Popular – FBP*⁵) e posteriormente sob PL/Bolsonaro. Vale ressaltar que Bolsonaro elegeu-se pelo antigo PSL, que após fusão com o DEM – antigo PFL – tornou-se União Brasil. A ideia é apresentar e discutir como as questões internacionais influenciam nas Políticas Públicas sob os diferentes governos a partir das abordagens de cada Partido Político por trás desses governos. Estudar e discutir como as ações que contemplam os programas e projetos refletem a influência, a interferência e/ou a adesão de cada governo e partido sobre determinadas orientações de ordem econômica vindas dos organismos multilaterais que trabalham pela disseminação das ideias hegemônicas do grande capital.

Com efeito, o objetivo geral é estudar o contexto político e como esse contexto influencia na confecção de Políticas Públicas de Ensino Superior de cada governo no sentido de atender às populações que não moram nos grandes centros urbanos e/ou em regiões metropolitanas, ou seja, como cada governo trabalha para interiorizar a Educação Superior Pública. Identificar-se-á como cada sujeito político se movimenta objetivamente dentro do Estado na defesa de seus interesses particulares e as lutas que ocorrem entre as frações de classes em seus respectivos espaços de poder e como elas se articulam com o todo.

E, por último, investigar-se-á como a existência de certos agentes sob os estados democráticos se tornaram ao longo do tempo interdependentes ou associados às forças hegemônicas, portanto entendemos ser importante compreender como os sujeitos políticos se movem dentro das instâncias administrativas que asseguram o funcionamento do Estado em

⁵ A FBP funciona desde 1989, com a qual os partidos de esquerda encabeçados pelo PT formam a *Frente Brasil Popular*. A primeira foi uma coligação composta por três partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Na eleição de 1994, a Frente Brasil Popular era composta por PT, PSB, PPS, PV, PCdoB, PCB e PSTU; e em 2002 foi composta por PT, PL, PMN, PCdoB, PCB; em 2006 foram PT, PRB, PCdoB. (BRASIL de FATO, 2022). Em 2015 a FBP reuniu os partidos de esquerda e os movimentos sociais em torno do mandato da presidente Dilma como forma de resistir à pressão de setores mais à direita que se articulavam para depô-la. Disponível: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/frente-brasil-popular-1989-brasil>. Acesso: 23/03/2023.

função das mediações objetivas que ocorrem no interior e exterior dele e conseqüentemente da máquina estatal, a qual entrega à sociedade o resultado dos conflitos de interesses de classes – sejam nacionais, sejam internacionais – na forma de programas, projetos e Políticas Públicas.

1.1 O Estado como Organização Social: Política, Partidos e Governos

Definir o Estado contemporâneo é uma questão complexa, principalmente em função das inúmeras interações necessárias e objetivas com desdobramentos sobre as questões inerentes ao sistema político na sociedade civil moderna. E é nesse contexto que surgem os direitos sociais como um direito político referente à participação no poder político e na distribuição das riquezas socialmente produzidas, assim como o direito das minorias de receberem do Estado o suporte necessário à humanização, como um direito fundamental conforme Bobbio (1998).

Os direitos fundamentais representam a tradicional tutela das liberdades burguesas: liberdade pessoal, política e econômica. Constituem um dique contra a intervenção do Estado. Pelo contrário, em nível legislativo e administrativo. Se os direitos fundamentais são a garantia de uma sociedade burguesa separada do Estado, os direitos sociais, pelo contrário, representam a via por onde a sociedade entra no Estado modificando-lhe a estrutura formal.

A mudança fundamental consistiu, a partir da segunda metade do século XIX, na gradual integração do Estado político com a sociedade civil, que acabou por alterar a forma jurídica do Estado, os processos de legitimação e a estrutura da administração. A estrutura do Estado de direito pode ser, assim, sistematizada:

- 1) Estrutura formal do sistema jurídico, garantia das liberdades fundamentais com a aplicação da lei geral-abstrata por parte de juízes independentes.
- 2) Estrutura material do sistema jurídico: liberdade de concorrência no mercado, reconhecida no comércio aos sujeitos da propriedade.
- 3) Estrutura social do sistema jurídico: a questão social e as políticas reformistas de integração da classe trabalhadora.
- 4) Estrutura política do sistema jurídico: separação e distribuição do poder. (BOBBIO, 1998, p. 401),

Como se pode ver, pôr o Estado para funcionar no sentido de atender às expectativas que recaem sobre ele é uma operação complexa (principalmente no pós-Revolução Industrial e Francesa, que trouxeram mudanças no desenvolvimento do modo capitalista de produção tão profundas quanto o momento em que as civilizações passadas começaram a se organizar, a exemplo da pólis grega). Particularmente a partir da Revolução Industrial surgiram novos arranjos nas estruturas socioeconômicas, que operam também na política, no sistema jurídico, que buscavam superar a mera intervenção policial repressiva; e, nesse contexto, vai-se consolidando o Estado com toda a sua complexidade, que, como descrito por Bobbio, era inevitável.

Com efeito, é importante revisitar o significado clássico da palavra *política*, que vem da palavra *pólis* (*politikós*), fazendo referência à cidade e, por conseguinte, ao urbano, civil, público, como também ao que é sociável e social. E é nesse sentido que o conceito moderno remete a Aristóteles (2010), considerado por muitos o primeiro cientista, o qual disse que a política existia com objetivos superiores que extrapolam os entendimentos do senso comum, pois para ele a política era considerada a nobre arte de governar com valores superiores de se manejar as questões da *pólis*. Com isso, o que hoje pode ser entendido como Estado não se tratava apenas de um ajuntamento de pessoas, mas sim “Nossa conclusão, então, é que a sociedade política existe com a finalidade das nobres ações, e não para as simples convivências”. (ARISTÓTELES, 2010, p. 128).

Por outro lado, enquanto os gregos vislumbravam a política institucionalmente, Maquiavel (2004) pensa na ação objetiva como um serviço que o governante pode oferecer à sociedade enquanto Estado, devidamente separado da vida privada. No capítulo IX, que trata do principado civil, ele fala que o governante enfrentará sempre duas forças vindas das vontades e das necessidades do povo e das elites endinheiradas e poderosas; e nesses conflitos o governante (o príncipe) é o mediador, que conforme o tipo de solução proposta, apontará o tipo de governo sob o qual o Estado se encontra.

[...] em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses tipos de apetites diferentes, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença. (MAQUIAVEL, 2004, p. 43).

É a partir do conflito desses grupos que emerge a ação política, de forma que só é possível o surgimento desse mediador necessário (governo/ partido/governante) em função da necessidade de solução para que o caos não se instale e destrua o Estado. O resultado desses conflitos é que determina as formas de governo e demonstra qual lado saiu fortalecido no embate.

Com efeito, não é possível falar em política sem mencionar os sujeitos que a operam. Nesse contexto, vale lembrar a fala de Spinoza (2017): [...] os políticos passam por homens mais preocupados em estender armadilhas aos seus semelhantes do que em velar pelos interesses destes, e o seu principal título não é a sabedoria, mas a astúcia. [...] (SPINOZA, 2017, p. 31).

Para Spinoza (2017), o melhor Estado seria aquele que fosse justo e não perseguisse mais o povo, fizesse vista grossa aos desmandos dos governantes e garantisse a paz e os direitos.

Os homens não nascem próprios ou impróprios à condição social, senão que tais se tornam. Notai, aliás, que as paixões naturais dos homens são as mesmas em toda parte. Se, pois, o mal tem mais império em tal Estado e se aí se cometem mais ações culpáveis que em outro qualquer, isso se deve, certissimamente, a que esse Estado não tenha provido bastante a concórdia, que ele não tenha instituído leis sábias e, por conseguinte, não haja entrado em plena posse do direito absoluto do Estado. Com efeito, a condição de uma sociedade onde as causas de sedição não foram suprimidas, onde a guerra é continuamente de temer-se, onde, enfim, as leis são frequentemente violadas, um tal Estado difere pouco da condição natural em que cada indivíduo leva uma vida conforme sua fantasia e sempre grandemente ameaçado. (SPINOZA, 2017, p. 58).

Portanto, em Spinoza, a condição de eficiência de um Estado seria determinada mais adequadamente por sua capacidade de proporcionar paz e segurança aos seus do que fazer guerra e/ou trazer inquietude, o que desvirtuaria assim os fins gerais do Estado.

A concepção de Estado moderno tem nos filósofos contratualistas seu marco a partir do jusnaturalismo, que advoga uma espécie de direito natural de sociedade e Estado:

Esse princípio de legitimação do poder político é o consenso daqueles sobre quem tal poder estatal é exercido, que seria expresso num *pacto* ou *contrato social*, estabelecido entre os homens, sobre a autoridade e normas de convivência social, aos quais passam a se submeter, renunciando à sua liberdade individual e natural” (MONTANO; DURCUETTO 2010, p. 22).

Nesse contexto, o Estado Civil ou Político é a evolução necessária, inevitável e objetiva do estado de natureza. Esse novo arranjo social (fruto da passagem da Idade Média para a Moderna) é o mediador entre os indivíduos com suas paixões, instintos, interesses e necessidades materiais. Sendo livres e iguais, no exercício dos direitos individuais no estado de natureza, a lógica que prevalece é geralmente a do mais forte, respaldada no Contrato Social.

O *contrato social* – uma espécie de pacto entre homens para estabelecer tais normas e autoridades às quais se submeterão consensualmente – seria o meio pelo qual ocorreria a passagem de um estado para o outro. O Estado seria o produto do contrato social, ou seja, da conjunção de vontades individuais” (MONTANO; DURCUETTO 2010, p. 23).

Em Hobbes (1983), o poder deveria ser exercido pelo monarca; nele, observa-se a defesa do contrato para que a partir de regras advindas de um poder soberano seja possível a convivência social havendo a subordinação política ao Estado, em que os homens livres depõem suas armas em favor da segurança e da paz. A ideia básica dessa defesa era a de que, a partir da criação de um poder político, os homens possuidores de bens teriam no Estado o defensor da propriedade privada de modo a assegurar e a conservar seus bens. Já Locke (1983) defende que o poder do Estado seja exercido pelo parlamento (Poder Legislativo), e é a partir de suas ideias que são lançadas as bases para o Liberalismo.

As formulações teóricas de Locke tiveram, no nível histórico, significativa influência no movimento de emancipação política burguesa objetivado nas revoluções liberais da época moderna. Foi na doutrina do direito natural que se inspirou a Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776), na qual se afirma que todos os homens são possuidores de direitos inalienáveis, como o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que constitui um dos primeiros atos da Revolução Francesa e no qual se proclamam igualmente como direitos naturais a liberdade, a igualdade, a propriedade etc. (MONTANO; DURCUETTO, 2010, p. 27).

Entre os contratualistas e os pensadores políticos clássicos, Rousseau ocupa posição divergente quanto à concepção de Estado e Sociedade Civil. No entendimento dele, o estado de natureza foi alterado a partir da socialização e principalmente pela instituição da propriedade privada; é a partir dela que surgem as desigualdades por uma atitude egoísta que se desenvolve na vida social. A exemplo do que ocorre hoje nos países que adotam o sistema derivado do liberalismo de Locke, Rousseau denuncia que a ordem política visualizada pelos contratualistas ingleses Hobbes e Locke se tornaria (como ocorre hoje) um instrumento para dar segurança aos ricos em detrimento dos pobres, pois, ao garantir apenas os interesses dos proprietários, ratificaria as desigualdades e a dominação política de poucos em detrimento de muitos, o que não cumpriria as funções do Contrato (ROUSSEAU, 1996).

Em Rousseau (1996), o soberano é o povo (em Hobbes era a Monarquia; e em Locke, o Parlamento), e o contrato nesse caso é balizado pelo conceito de justiça; o problema na ideia de Rousseau era pôr em prática a vontade geral sem usurpar o poder do povo no caso de substituição direta desse por qualquer instituição social representativa (no nosso caso, Legislativo – Judiciário – Executivo).

Para Bobbio (1998), definir o Liberalismo é uma tarefa complexa, pois, como fenômeno histórico, oferece dificuldades naturais em função dos diversos liberalismos que se pode identificar na história. Existe concordância quanto a uma definição comum, seja entre historiadores, seja entre os estudiosos da política, segundo a qual se trata de um conjunto de ideias, pensamentos ocorridos num determinado momento da história europeia e americana que se materializaram.

Com efeito, o autor diz que o termo liberal⁶ é ambíguo, principalmente quando usado em contextos disciplinares diversos. Por exemplo, tem-se o Liberalismo jurídico, que se ocupa

⁶Ainda hoje a palavra *liberal* assume diferentes conotações conforme os diversos países: em alguns países (Inglaterra, Alemanha), indica um posicionamento de centro, capaz de mediar conservadorismo e progressismo; em outros (Estados Unidos), um radicalismo de esquerda defensor agressivo de velhas e novas liberdades civis; em outros, ainda (Itália), indica os que procuram manter a livre iniciativa econômica e a propriedade particular. (BOBBIO, 1998).

do Estado como forma de assegurar os direitos do indivíduo, ou seja, às vezes, esse Liberalismo é propenso a transformar suas próprias soluções particulares em fins absolutos. O outro exemplo é o Liberalismo político, que se materializa na “luta política parlamentar: resume-se no princípio do justo meio como autêntica expressão de uma arte de governar capaz de promover a inovação, porém nunca a revolução” (BOBBIO, 1998, p. 688).

Para Streeck (2018), os problemas que assolam o funcionamento dos Estados nacionais a partir do seu endividamento (principalmente do aprofundamento das ideias neoliberais) são mais uma questão da economia política do que exatamente de democracia; muito provavelmente em função das crises financeiras do Capitalismo, que opera acima dos sistemas políticos partidários com seus respectivos governos e/ou do Estado.

O Capitalismo envolve o espraiamento do capital essencialmente expansivo na forma de propriedade privada; isso carrega o perigo do distanciamento no processo produtivo daqueles que serão requeridos para a acumulação, mas a eles não pertence o “mais-produto”. Uma vez que o Capitalismo não é um estado natural, ele só pode existir à base de reciprocidade em alguma forma; se ela não se perfaz, a questão inevitável que emerge é: “por que alguém deve trabalhar quarenta ou mais horas semanais para o enriquecimento?” O que implica que problemas de justiça e equidade no Capitalismo não são a descoberta dos políticos irresponsáveis e corruptos, mas sim residem no próprio seio da ordem social capitalista. Eles são em alguma medida contornados, a depender do crescimento elevado dos proprietários de capital, que pode viabilizar a concessão de parte do que é produzido coletivamente aos não proprietários. Em momentos de baixo crescimento, como após o fim da fase de reconstrução, nos anos 1970, acentua-se, de fato, o conflito distributivo e, assim, torna-se mais difícil para a política garantir a respectiva paz social. (STREECK, 2018, p. 20).

Esse entendimento acerca do Capitalismo já faz parte da análise marxista como um conceito consolidado de que o Estado não representava todas as classes, não busca equidade e justiça social, mas esses componentes essenciais à construção da humanidade para além do capital se fazem presentes como uma concessão dos capitalistas, que, por meio das instituições do Estado, garantem os interesses das classes dominantes, particularmente a partir do poder de coerção, que se opera na defesa de tais interesses. Como sabem que o confronto violento de classe seria o único meio de destruição do sistema capitalista, eles permitem que o excedente seja redistribuído ainda pelos Estados-nação sob a supervisão dos organismos multilaterais; e nesse contexto, a política pode fazer pouca coisa frente a um poder tão grande do dinheiro *financeirizado* que se tornou o Leviatã moderno e agora se reproduz na contemporaneidade.

Para os materialistas históricos, a organização estatal (instância em que ocorrem as políticas sociais) é o reflexo e a síntese da luta de classe, incorporando as reivindicações da classe trabalhadora e setores subalternos como forma de garantir a reprodução de frações organizadas, como também a manutenção da ordem e a permanência da classe hegemônica no

poder político. E, nesse contexto, as Políticas Públicas são tanto mediadoras quanto legitimadoras do sistema perante as demandas populares à medida que reduzem os níveis de conflito entre as classes. “A constituição do Estado na fase monopolista e a dos modos de regulação social são, portanto, o resultado de um processo histórico conformado por profundas lutas de classes” (MONTANO; DURCUETTO, 2010, p. 46).

Segundo Nogueira (2018), trata-se de termo e conseqüentemente de conceito de considerável densidade semântica. Por sua complexidade, não há entendimento consensual, mas, para sua compreensão adequada, se desdobra em três faces:

A primeira face diz respeito ao sistema institucional com o qual as comunidades modernas administram, moderam, regulam e dirigem os interesses, interpelando as demandas, as pulsões e os carecimentos de seus integrantes, grupos, classes ou indivíduos. Trata-se, aqui, do Estado como instrumento de governo, gestão e organização, um aparato administrativo e um sistema de intervenções, um fator de racionalização e um instrumento de animação e execução. Surge identificado com governo e sistema político.

A segunda face diz respeito ao Estado como agente e espaço de dominação, de exercício do poder, de autoridade, tanto no sentido de que realiza domínio e o predomínio das classes economicamente dominantes, quanto no sentido de que garante a reprodução dos mais fortes”, reprime os “mais rebeldes” e limita, em maior ou menor dose, a livre movimentação e os desejos de todos aqueles que a ele se submetem. Esse é o Estado como associação política que monopoliza o uso legítimo da força e da violência, ou seja, que tem o direito de ser o único repressor.

A terceira face, por fim, aponta para a dimensão menos “material” do Estado, com a qual ele se mostra como ambiente ético e sociocultural demarcado por regras, tradições, valores e modos de sentir, no qual se estabelecem as bases da reciprocidade entre os cidadãos (um marco normativo, uma moldura cultural, um “pacto fundacional”). É nessa terceira dimensão que pensamos, por exemplo, quando identificamos o Estado como a “expressão jurídica de uma comunidade politicamente organizada”. Ela diz respeito aos mecanismos com que as comunidades dão corpo aos pactos essenciais que viabilizam sua existência coletiva, reproduzindo-a de modo ideal e simbólico. (NOGUEIRA, 2018, p. 325)

A complexidade do conceito se acentua no contato com a realidade objetiva quando identificamos as múltiplas faces do Estado; a não compreensão não significa sua inexistência ou eliminação, mas, em função do pensamento simplificador, pode-se optar por formas menos complexas de lidar com a sociedade, o que geralmente deságua em formas autoritárias de operar o Estado. Claro que tal dificuldade se acentua pelas constantes “ressignificações” pelas quais passam os conceitos ao longo do percurso histórico e nas tentativas de acomodar as contradições sociais e de ajustar o Estado como mediador das tensões políticas, econômicas e culturais, ou seja, a complexidade cada vez mais acentuada e dinâmica da sociedade: “O conceito de Estado evoluiu vagando por um oceano de mitos, monstros, fantasmas e imprecisões, ficando mais “intransparente” e mais disponível para abordagens reducionistas”. (NOGUEIRA, 2018, p. 325).

As categorias com as quais trataremos neste trabalho têm na formação o mediador

necessário, que são as Instituições de Ensino Superior, as quais também não podem ser dissociadas da Ciência e da Política; e, nesse contexto, há a reflexão de Adorno (1985), cuja abordagem aponta para a transformação em mercadorias de coisas que não necessariamente são essenciais, porém que se tornam objetos de desejo de modo inconsciente, mas não sem a intencionalidade de quem a produziu.

O fato de que em toda carreira, mas sobretudo nas profissões liberais, os conhecimentos especializados estão, via de regra, ligados a uma mentalidade de conformismo às normas enseja facilmente a ilusão de que os conhecimentos especializados são os únicos que contam. Na verdade, faz parte do planejamento irracional dessa sociedade reproduzir sofrivelmente tão somente as vidas de seus fiéis. A escala do padrão de vida corresponde com bastante exatidão à ligação interna das classes e dos indivíduos com o sistema (ADORNO, 1985, p. 124).

É possível que o problema na formulação das Políticas Públicas seja a opção dos economistas (que a nosso ver são os fiéis representantes e produtores do sistema de pensamento liberal) como mediadores para entender as variáveis econômicas que incidem sobre a sociedade em sua busca por bem-estar, entendido aqui como representante da evolução da humanidade em oposição ao pauperismo. Nesse sentido, talvez um pouco de ciências sociais nas ciências econômicas e/ou uma dose maior de interdisciplinaridade trariam luz aos becos quase sempre sem saída que os sucessivos governos e seus planos econômicos (tão presentes e vastamente utilizados pelos neoliberais) colocam principalmente para os mais pobres.

O termo “neoliberalismo” foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann, em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade MontPelerin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros (BROWN, 2019, p.29).

O Neoliberalismo representa o chamado *mal-estar social das democracias contemporâneas*, pois configura um Estado para poucos, uma democracia sem povo e a serviço do mercado (dos quatro governos em análise o de Temer e Bolsonaro são os que mais representam esse mal-estar). É um Estado que “ao menor sinal de insurgência contra a sua atual conformação, é tomada por medidas autoritárias”. (VALIM, 2019, p. 30).

A aplicação das receitas econômicas e desenvolvimentistas contidas na política neoliberal a partir da liberalização comercial, da desregulamentação financeira levam à precarização do mercado de trabalho pelo aumento do desemprego, atrelado à visível intenção do Estado conservador e neoliberal de aniquilar e/ou de desqualificar o papel e o poder dos sindicatos. Todas essas medidas permitem que as oligarquias políticas, financeiras e industriais

recomponham a lucratividade dos oligopólios industriais, empoderando “a nova dinâmica capitalista comandada pelo capital financeiro, cuja obsessão persistente é equilibrar as finanças do Estado em detrimento do gasto público com as necessidades sociais”. (ALVES, 2018, p. 47, 48).

Para Brown (2019, p. 35), é necessário que em algum momento se utilize o poder do Estado para que se garanta um equilíbrio real no âmbito dos Estados democráticos, “algo que se inove contra o curso natural do poder político. Esse curso natural, como deixou claro Tocqueville ao discutir a questão, vai na direção da concentração e da centralização”. Com o fim de assegurar Políticas Públicas, a referência que confere certa permanência e estabilidade quanto ao atendimento das necessidades sociais básicas no contexto da sociedade moderna ainda é o Estado. Por outro lado, é o regime político (Monarquia, República, Ditadura, Democracia etc.) que determina os rumos do Estado por meio do governo, que, eleito ou não, num determinado período, representa os interesses dos grupos de apoio direto, orientando o poder estatal de modo a garantir seus interesses e de alguma forma atender também a algumas demandas dos que estão de fora do poder e do grupo de interesse direto.

No momento em que o Brasil passa por uma pandemia que já tirou mais de 500 mil vidas, o País tem sob a direção do Poder Executivo da República um governante de direita; e, nesse contexto atual, temos a afirmação de Florestan Fernandes em *A Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução*.

Não confio, de maneira alguma, na capacidade de atuação social inovadora do poder conservador. Este já demonstrou, de vários modos e reiteradamente, que não tem coragem para lutar senão por sua sobrevivência e fortalecimento. Nas várias categorias do setor empresarial, na esfera burocrática, militar e tecnocrática, no domínio intelectual e no campo político, na seara religiosa – esse poder é vitimado por sua debilidade congênita. Dispõe de meios para esmagar seus antagonistas, “liberais”, “nacionalistas” ou “esquerdistas”. Pode impedir a eclosão da democracia, a livre manifestação de um Estado de direito e o reino da razão nacional. Mas não pode vencer-se a si próprio, ou seja: proscrever o uso da violência e da opressão sistemática como estilo normal de dominação econômica, social e política; e anular as fontes externas e internas de sua insegurança e de sua impotência crônica. Está condenado a vegetar como uma versão tibia e dissimulada do corporativismo franquista e salazarista, ocultando a sua tirania e inviabilidade atrás de um caríssimo, mas fictício regime representativo e de “três poderes” (FERNANDES, 2020, p. 42).

Em se tratando do campo político, estamos falando também de relações de poder institucionalizada e na possibilidade de construção e de ação coletiva no tocante às Políticas Públicas, que entendemos serem indissociáveis da Política Partidária, com que opera o Poder no Estado. Nesse contexto, falar de política e particularmente de Políticas Públicas no momento atual é como mergulhar nas brumas, pois o cenário político brasileiro é deveras desolador, já que os aspectos estruturais e conjunturais que incidem sobre a maioria da população são no

mínimo desesperadores. E é nesse contexto e até com certo saudosismo (de um passado recente) que se percebe a importância da participação popular e do controle social sobre a política e consequentemente sobre as Políticas Públicas no momento em que passamos por uma conjuntura marcada por um misto de autoritarismo⁷ e de populismo⁸.

A maneira de entender e de conceituar as Políticas Públicas historicamente nos remete a uma questão que engloba vários ramos do conhecimento humano, portanto é interdisciplinar por natureza, pois qualquer tentativa de demarcar e/ou de definir seus limites certamente os abrangerá. Segundo Dias (2012), o conceito abarca abordagens das várias ciências humanas, como Ciência Política, Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, entre outras. Nesse contexto, subentende-se que, ao se tratar de tal conceito, lida-se com uma área da vida; e pela natureza da palavra não é nem privada e muito menos individual, pois ela (só tem sentido pela força do sentido cunhado ao longo dos embates por inclusão social) só existe em sociedade, ou seja, apenas no contexto da nossa condição humana; e, nesse sentido, devem ser garantidas a todos as condições “mínimas” de dignidade para que possamos nos autodenominar objetiva e subjetivamente seres humanos.

⁷Segundo Bobbio (1998), o adjetivo *autoritário* e o substantivo *autoritarismo*, que dele deriva, empregam-se especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima, e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. Em sentido psicológico, fala-se de personalidade autoritária quando se quer denotar um tipo de personalidade formada por diversos traços característicos centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si: de uma parte, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade. As ideologias autoritárias são as que negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem, às vezes, como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária.

⁸Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. [...]. O populismo tem muitas vezes uma matriz mais literária que política ou filosófica; e, em geral, suas concretizações históricas são acompanhadas ou precedidas de manifestações poéticas, de uma descoberta e transfiguração literária de dados ou supostos valores populares. [...] Como representante, como quinta essência do povo, é evocado aquele elemento social que parece menos contaminado por ingerências exteriores e que se pode identificar em países predominantemente agrícolas, entre a população rural. [...] Populismo, da condição social ou profissional. Propondo como modelo do povo argentino o “descamisado”, o servente do subúrbio, Eva Perón afirma: “descamisado é aquele que se sente povo”. [...] O populismo exclui a luta de classes: “é fundamentalmente conciliador e espera transformar o *establishment*; é raramente revolucionário” (Wills em Ionescu-Gellner, 1971). Considerado como uma massa homogênea, o povo não se apresenta no populismo como classe ou agregação de classes. Nos populismos africanos se nega absolutamente a legitimidade do conceito de classe como categoria social dentro do contexto autóctone, que é julgado resultante da extensão da unidade familiar de base. Hofstadter fala do caráter “ecumênico” do populismo americano, da sua tendência “a garantir a legitimidade moral e a aceitabilidade política a quem faz um trabalho honesto”.

As políticas variam de acordo com as questões econômicas, com a natureza do regime social e como o governo compreende o Estado, perpassando também pela atuação dos grupos sociais (partidos, sindicatos, associações etc.), portanto, de modo geral, as políticas no âmbito estatal envolvem também opções, preferências e/ou escolhas privadas, convertendo-se assim em ações públicas. Tudo isso relacionado é claro com as questões globais que envolvem a socioeconomia, a política partidária que esbarra nas ideologias conflitantes, como também a opção ideológica do governo que no dado momento operará a máquina estatal. (DIAS, 2012),

Dias (2012, p. 12 e 13) aponta definições importantes das Políticas Públicas, tais como a possibilidade, a depender do governo, de estabelecimento de equidade⁹, que seria o atendimento de determinadas questões de forma pontual. Nesse contexto, para o autor, uma Política Pública só se efetivará se for baseada objetivamente em “programas concretos, critérios, linhas de ação e normas; planos; previsões orçamentárias, humanas e materiais; também podem ser incluídas as disposições constitucionais, as leis e os regulamentos, os decretos e as resoluções administrativas, entre outras” (DIAS, 2012, p. 16).

Para Teixeira (2002), a Política Pública é a conexão que norteia a aplicação dos recursos Públicos pelo Poder Público, podendo ocorrer no âmbito dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário ou em algum órgão ligado a um dos Poderes (no caso do Ensino Superior são as autarquias¹⁰ em regime especial, ligadas ao MEC, que por sua vez é subordinado ao Poder Executivo). Por outro lado, a despeito do formulador e/ou executor da política ser um ente estatal, alguém ligado a iniciativa privada ou às ONGs, seria de bom tom que uma avaliação fosse feita de modo a verificar a eficiência/eficácia tanto do que se refere aos recursos

⁹Equidade consiste na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade. Pode-se dizer, então, que a equidade adapta a regra a um caso específico a fim de deixá-la mais justa. Ela é uma forma de se aplicar o Direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes. Essa adaptação, contudo, não pode ser de livre-arbítrio nem pode ser contrária ao conteúdo expresso da norma. Ela deve levar em conta a moral social vigente, o regime político estatal e os princípios gerais do Direito. Além disso, “não corrige o que é justo na lei, mas completa o que a justiça não alcança”. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72774/a-hermeneutica-juridica-parte-1-sistemas-e-meios-interpretativos/5>. Acessado em: 20/02/20221.

¹⁰As entidades autárquicas são entidades personalizadas, com regime da fazenda pública, orientadas na execução das atividades estatais de forma especializada e eficiente, decorrentes da descentralização administrativa, atuando sem nenhum interesse econômico ou comercial, mas tão somente na busca do interesse coletivo. Autarquias em regime especial são as autarquias culturais (universidades públicas) e as agências reguladoras. Autarquias culturais (Universidades Públicas): têm como característica uma forma peculiar de escolha do seu dirigente máximo (o reitor). Isso porque esse reitor é sempre indicado pelos próprios membros da entidade (corpo docente e discente). Ademais, não é permitida a sua exoneração *ad nutum* por serem escolhidos para cumprirem mandato certo, cujo prazo é definido na própria lei de criação da entidade. Essa é uma garantia de uma maior independência frente à Administração Direta, haja vista a maior liberdade de atuação desses agentes em relação aos órgãos responsáveis pelo controle finalístico. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/direito-administrativo/files/basic-html/page34.html>. Acessado em: 03/03/2021.

empregados, quanto se os objetivos foram atingidos. Esses são pressupostos que também estão relacionados ao controle social, o qual não acontece nos estados e/ou governos de viés autoritário.

Nesse contexto, o século XX tem vasta documentação, particularmente na década de 1970, com a derrocada do “Welfare State”, por O’Connor (1973), Offe (1984) e Esping-Andersen (1990); e a década de 90, com o “Consenso de Washington”, por Montano; Durcuetto (2010), Harvey (2018), Souza (2019). Os sistemas de educação global vêm sofrendo profundas transformações na sua estrutura, no seu funcionamento e também em seu papel social. Nesse contexto, o Sistema Público de Ensino Superior nacional é contraditoriamente pressionado, pois de “um lado, elas são pressionadas no sentido de se tornarem mais responsivas ao controle do sistema público; de outro lado, elas sofrem as pressões para se tornarem um sistema independente e livre das amarras financeiras e administrativas do controle governamental” (PRATES, 2014, p. 17).

Nessa abordagem, a ideia é que as instituições desenvolvam a autonomia financeira que possa justificar sua autonomia administrativa e conseqüentemente a diminuição da participação direta do Estado, ao qual é reservado o papel de regulador. As Políticas de Educação, principalmente a Superior, são relativamente recentes (pode-se dizer que a reforma mais significativa do Ensino Superior foi a desenhada no fim do século XVIII com a reforma do Sistema de Ensino da Prússia, atual Alemanha, que levou ao Modelo Humboldtiano da Universidade de Berlim, o qual se tornou referência mundial). Porém, na atualidade, os dilemas trazidos pela mundialização do capital deslocam a gestão pública dos sistemas de Ensino Superior para a lógica do sistema/empresa privada, o que pressiona as instituições públicas a considerarem outras abordagens quanto ao atendimento das demandas por Políticas Públicas. Por outro lado, é importante apontar que se trata também de tarefa complexa (vai da observação do currículo, separação dos níveis e faixas etárias relacionadas aos conteúdos necessários, como também a garantia de financiamento e a observação dos interesses público e privado), particularmente quando se aborda essa questão a partir de um país jovem como o Brasil se comparado ao berço das primeiras Universidades.

É importante destacar o contexto do surgimento do Estado de Bem-Estar Social, que ocorre imediatamente no Pós-guerra. O Estado ganha outro desenho, com funções ampliadas para além do garantidor da propriedade privada burguesa em função do Estado Soviético, que se configura como concorrente político, militar e econômico.

[...] Esse novo Estado passa a se ocupar de três tipos de funções: 1) a criação das condições gerais de produção (meios de transporte, de comunicação, de serviço postal,

legislação civil, constituição de um mercado e de um sistema monetário nacionais, desenvolvimento de um sistema educacional); 2) a repressão às ameaças ao modo de produção e acumulação (exército, polícia, sistemas judiciário e penitenciário); e 3) a integração das classes subalternas e a legitimação da ordem (mediante o desenvolvimento da lógica vinculante da democracia) e a reprodução ideológica da classe hegemônica (por meio da educação, cultura e meios de comunicação dos serviços sociais) (MONTANO; DURCUETTO, 2010, p. 161, 162).

Essas mudanças ocorreram em função da bipolaridade política promovida pela Revolução Russa de 1917, de forma que no contexto das duas grandes guerras mundiais foram redesenhando-se na cena política mundial dois grandes blocos políticos: de um lado, os capitalistas/liberais sob nova direção dos EUA; e o bloco comunista/socialista sob o comando da URSS; ambos os sistemas foram se estruturando, e os efeitos político-ideológicos se fizeram mais fortes estabelecendo-se assim o que ficou conhecido como “Guerra Fria” (opôs um período de unipolaridade pós dissolução da União Soviética a Rússia reaparece como potência militar e a China se junta ao grupo das grandes potências reclamando o retorno ao mundo multipolar).

Nesse contexto, o bloco capitalista lançou mão de várias estratégias para os chamados *países não alinhados*, para os quais foram desenvolvidas políticas para trazê-los para a área de influência dos EUA, como também para diminuir a ameaça de um conflito bélico nuclear entre as duas superpotências e seus respectivos aliados. Nesse contexto, ocorre na Indonésia, em 1955, a reunião das ex-colônias e demais países do chamado Terceiro Mundo com o objetivo de promover o alinhamento com os Estados Unidos no contexto do New Deal, da Doutrina Truman, do Plano Marshall, da OEA, do BID, da Cepal, da Aliança para Progresso (MONTANO; DURCUETTO, 2010).

Após a crise de 1973 e posteriormente com o fim da União Soviética, o Capitalismo entra numa nova fase, e isso sela o fim do Estado de Bem-Estar Social e começa um novo arranjo político no sentido de estabelecer o neoliberalismo em sua fase monopolista:

O final da década de 1970 e início de 1980 marcou a subida ao poder de Ronald Reagan (1981-1989), Margaret Thatcher (1979-1990) e Helmut Kohl (1982-1998), respectivamente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha, e a consolidação da agenda reformadora do neoliberalismo, por meio da qual foram impostas medidas de ajuste econômico com vistas a aprofundar as condições de financeirização da economia mundial, provocando fortes danos à classe trabalhadora. (THIENGO, 2019, p.32).

Esse movimento foi classificado por Harvey (2018) como *contrarreforma do Estado*, ou seja, mais uma forma que o Capitalismo neoliberal encontrou para controlar suas crises

cíclicas a partir dos empréstimos de organismos multilaterais ligados ao Banco Mundial¹¹. (outra organização que merece destaque e não é ligada diretamente aos interesses norte-americanos, mas, assim como eles, busca posição de influenciar e/ou interferir nos assuntos internos dos países sob o pretexto de auxiliar a OCDE¹²), sempre à custa de medidas severas de controle dos gastos públicos, que inevitavelmente impactam os mais pobres e o trabalhador precarizado, mas no limite atingem todos os não ricos ou muito ricos. Hoje sabemos que o mercado global é sensível a qualquer tipo de instabilidade, seja na redução no volume do comércio mundial, seja no mercado financeiro; e, para resolver e/ou diminuir o problema, é necessário que:

as instituições que integram aquilo que eu denomino o “nexo Estado-finanças” do capital (o Federal Reserve e o Tesouro dos EUA, com o apoio do FMI e os principais bancos centrais do mundo) gerenciem efetivamente as reservas internacionais de dólar no comércio mundial. Sem o padrão-ouro, vivemos hoje em um mundo no qual apenas a manipulação e a gerência humana nos separam de uma catástrofe nos mercados financeiro e de *commodities*. Não se trata de defender aqui a volta do padrão-ouro. Isso seria igualmente desastroso, senão mais. (HARVEY, 2018, p. 167).

Parece-nos incontestável a necessidade de construção de sistemas alternativos com a participação de outros países e regiões fora da influência do dólar e do tesouro norte-americano, pois é muito poder para um único país que usa sua máquina de guerra, a sua moeda para impor sua vontade, principalmente aos países menos desenvolvidos econômica e militarmente. Nesse

¹¹ O Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. São elas: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944; Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960; Corporação Financeira Internacional (CFI), de 1956; Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), de 1966; Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), de 1988; Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), de 1955, renomeado de Instituto do Banco Mundial (IBM) em 2000; e Painel de Inspeção, criado em 1993. O chamado “Banco Mundial” é formado apenas pelo BIRD e pela AID, mas mantém estreita articulação com o conjunto do GBM, à exceção, em parte, do Painel de Inspeção. (PEREIRA, 2014, p. 78).

¹² A OCDE foi criada para suceder à Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), criada em 1948 <https://www.suno.com.br/artigos/plano-marshall/> para reconstrução da Europa no Pós-guerra. A partir de 30 de setembro de 1961, a instituição passou a se chamar Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), com sede em Paris, França, e inclui os Estados Unidos e o Canadá entre países membros. A OCDE trabalha juntamente com governos, formuladores de políticas e sociedade civil no estabelecimento de padrões internacionais baseados em evidências e na busca de soluções para uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais. Assim, os países membros e parceiros da OCDE compartilham experiências e buscam soluções para problemas comuns. Por meio de estudos de revisão por pares (*Peer Reviews*), por exemplo, os países avaliam o desempenho político uns dos outros e propõem recomendações para melhorias. As atividades da OCDE contemplam diferentes áreas relacionadas às políticas públicas, como política econômica, governança pública, trabalho, ciência e tecnologia, governança corporativa, educação, meio ambiente, comércio, agricultura, economia digital, investimento, entre outras. Essas atividades envolvem etapas como 1. levantamentos estatísticos, elaboração de estudos e análises por parte do secretariado da OCDE; 2. discussões sobre políticas públicas e intercâmbio de experiências nacionais; 3. estabelecimento de instrumentos legais e padrões internacionais (convenções, decisões, recomendações e declarações); e 4. avaliação de políticas públicas e compromissos nacionais, nos estudos de revisão por pares. Disponível: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/ocde/sobre-a-ocde-1>. Acesso: 16/08/2021.

contexto, atualmente percebe-se um movimento de contestação da hegemonia dos EUA que usa o Dólar para criar. Para fazer frente a isso, países como Rússia, China e Índia vêm trabalhando conjuntamente para construir uma alternativa que diminua e quem sabe a longo prazo substitua o Dólar.

É igualmente inegável o fato de que, nas últimas quatro décadas, os regimes de valor vêm convergindo cada vez mais, em especial em suas práticas de mercado de trabalho. Estamos mais próximos do que nunca na história humana de um mercado global de trabalho. É também inegável que há sinais de uma crescente homogeneização de vontades, necessidades e desejos entre as populações de classe média por toda parte. Mas há ainda um bom caminho pela frente até a homogeneização total dos múltiplos regimes de valor existentes. Todavia, como geralmente ocorre com proposições de cunho marxista, não é difícil identificar forças contrárias de desintegração, dispersão e realização, de modo que a tensão entre universal e particular está sempre presente para ser interiorizada na própria lei do valor. (HARVEY, 2018, p. 167).

A partir da redemocratização, o Brasil se insere no bojo das economias globalizadas (inicia-se com Collor e se aprofunda na transição do governo Itamar para FHC como veremos a seguir) a adoção do Consenso de Washington, que entre outras coisas, permitiu o uso do modelo mercantil para o Ensino Superior, particularmente sob o governo FHC, baseado principalmente na expansão do ensino privado (não se podem negar as restrições orçamentárias, como também não se deve omitir a adoção de diretrizes dos Organismos Internacionais de Fomento largamente implementadas pelo PSDB).

Em resumo, a real e efetiva privatização do Estado, aquela feita pelos interesses organizados do mercado sob a forma de cartéis e oligopólios e sob a forma de atuação dos atravessadores financeiros, se torna completamente invisível conceitualmente. A ideia de patrimonialismo simplesmente inverte a relação real de causa e efeito na sociedade e vira o mundo real de cabeça para baixo. Melhor legitimação dos piores interesses de uma elite do saque e da rapina do trabalho coletivo me parece impossível. No entanto boa parte da esquerda – além de toda a direita, obviamente – tem esses autores e suas ideias como interpretações intocáveis e irretocáveis para o Brasil de hoje. (SOUZA, 2019, p. 146).

A adoção das medidas sugeridas pelos organismos multilaterais contribuiu para a expansão mundial das matrículas do Ensino Superior a partir de Políticas Públicas guiadas fortemente pela hegemonia ideológica neoliberal, inserindo assim a lógica de mercado na administração pública e permitindo a instalação dos oligopólios, principalmente o norte-americano, no sistema privado de ensino como o Laureate International Universities¹³. Portanto,

¹³ A Laureate International Universities é uma rede global de instituições acadêmicas privadas, sediada em

deixa-se de ver a Educação Superior Pública como um setor estratégico de desenvolvimento humano nacional passando-se a operar na lógica comercial da competição entre sistemas de ensino, na busca pela eficiência e eficácia em termos de custos, na adoção de avaliações de metas e resultados (a avaliação deve ser feita; o que se deve questionar é se o dado coletado é o correto); deixa-se de lado a formação para o humano e passa-se a formar *pelo e para* o mercado.

Sob a égide do novo espírito do Capitalismo – o financeiro –, a partir dos anos 1990 se consolidou sob a batuta do neoliberalismo reiniciando os mecanismos da acumulação infinita do capital e ocupou parte significativa do Ensino Superior e continua avançando sobre este; caminha também a passos largos na direção da educação básica por meio da iniciativa privada¹⁴, já que, com o advento das novas tecnologias, se mostra ainda mais perverso por ser ainda mais excludente, uma vez que enfraqueceu “palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo etc. O que antes era utilizado como crítica ao Capitalismo se tornou afirmação dele, possibilitando a colonização da nova semântica a serviço da acumulação”. (SOUZA, 2019, p. 171).

1.2 PSDB/PFL: das alianças pela governabilidade ao papel dos organismos multilaterais

Ao olhar para a ascensão do PSDB ao poder máximo da República, não devemos nos esquecer de que ele se situa no bojo das estratégias da transição de poder que se operou no Brasil entre a Ditadura e o Regime Democrático, iniciada com a “distensão lenta, gradual e segura” formulada no governo do general Ernesto Geisel pelo general Golbery do Couto e Silva,

Baltimore, Maryland, nos EUA, que em 2020 possuía 875 mil estudantes em 25 instituições de dez países como Brasil, Peru, Estados Unidos, México, Austrália e Reino Unido. A Laureate Brasil é formada por 12 instituições. São mais de 50 *campi* em sete estados, além dos polos EAD. A rede inclui 267 mil estudantes espalhados por instituições como FMU e BSP – Business School, os centros universitários UniNorte, IBMR, UniRitter, UniFG e Faders, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), a EAD Laureate e as universidades Anhembi Morumbi, UnP e Unifacs. Disponível: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/venda-laureate-brasil-anima/>. Acesso: 16/08/2021.

¹⁴ O movimento dos empresários vem ocupando espaços nas redes públicas, via União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), nos Conselhos de Educação e inclusive no aparelho de Estado, como o ilustram as ações do Movimento “Todos pela Educação”. Grande parte das redes públicas, em especial as municipais, vem dispensando os livros didáticos distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Educação (MEC) e adquirindo os ditos “sistemas de ensino”, como “Sistema COC”, “Sistema Objetivo”, “Sistema Positivo”, “Sistema Uno”, “Sistema Anglo” etc., com o argumento de que tais “sistemas” lhes permitem aumentar um pontinho nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que até se entende: esses autodenominados “sistemas” têm *know-how* de adestrar para a realização de provas. Como também os recursos públicos da educação vêm sendo utilizados para convênios com entidades privadas, em especial no caso das creches. (SAVIANI, 2014).

em 1974, que culminou com a “abertura democrática” a partir da Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, a chamada “Lei da Anistia”, no governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo, que desembocaria em 1985 na “Nova República”. A estratégia conciliatória dos militares devidamente pactuada com a burguesia (Jessé de Sousa, 2019, chama essa burguesia de *elite do atraso*) era garantir a segurança e a continuação da ordem econômica e social das elites em concordância com o que foi feito até então, como se pudessem passar, como num passe de mágica, uma borracha no passado; quanto à questão da reorganização partidária, foi uma das primeiras manobras na preparação da abertura. (SAVIANI, 2018).

De acordo com Singer (2018), os militares implementaram mecanismos que postergaram a entrada das forças políticas não alinhadas com o regime na cena política nacional. E é nesse contexto que nascem os dois partidos que, passada a fase inicial de transição, teriam papel destacado na política nacional: trata-se do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na defesa da criação do PSDB em 1989, Mário Covas argumentava que o Brasil precisava de um “choque de Capitalismo”.

O PSDB nasceu como consequência da presença de uma classe média urbana, profissional e universitária, mais incorporada às forças modernizadoras da sociedade e da economia. Essas forças se sentiram desamparadas pela fragmentação do MDB, antigo partido da resistência democrática, e pela incapacidade de suas lideranças para imprimir uma linha política afim com os valores republicanos e com a modernidade. (SINGER 2018, p. 148, 149).

Considerando o contexto dos processos de globalização, aparecem outros interesses já diretamente envolvidos na eleição de FHC, mas que têm relação com a nova ordem assentada no Consenso de Washington.

Essa expressão decorreu da reunião promovida em 1989 por John Williamson no International Institute for Economy, que funciona em Washington, com o objetivo de discutir as reformas consideradas necessárias para a América Latina. Os resultados dessa reunião foram publicados em 1990. Williamson denominou de “Consenso de Washington” o conjunto das recomendações saídas da reunião, porque teria constatado que se tratava de pontos que gozavam de certa unanimidade, ou seja, as reformas sugeridas eram reclamadas pelos vários organismos internacionais e pelos intelectuais que atuavam nos diversos institutos de economia. Ora, essa constatação reflete os rumos tomados pela política mundial após a ascensão de Margaret Thatcher, na Inglaterra, que governou entre 1979 e 1990, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, cujo governo se estendeu de 1981 a 1989. Tais governos, assim como o de Helmut Kohl, que governou a Alemanha entre 1982 e 1998, representavam a posição conservadora [...] (SAVIANI 2018, p. 292).

Nessa perspectiva a nova ordem econômica que bebia na fonte do chamado *ultraliberalismo* de Hayek e do *monetarismo* de Milton Friedman foi alçada ainda mais ao topo passando a determinar como os países ao redor do mundo deveriam proceder para alcançar reconhecimento na forma de empréstimos das nações desenvolvidas a partir de seus organismos

multilaterais. Para tanto, deveriam reconhecer o valor das políticas de equilíbrio fiscal, a desregulação dos mercados, a abertura das economias nacionais e a privatização dos serviços públicos (SAVIANI, 2018).

Para Chauí (2001), essa nova ordem econômica corresponde ao momento de crise do Estado de Bem-Estar do tipo keynesiano e social-democrata, o qual foi batizado de neoliberalismo. A autora afirma que a chamada “estagflação” da década de 1970 pode ser considerada o registro de nascimento dessa nova roupagem do Capitalismo.

Na perspectiva do que viria a ser designado como neoliberalismo, a crise fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários, que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado, e teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas, desencadeando os processos inflacionários incontroláveis. A solução era simples, bastando um Estado forte, capaz de quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia. [...] A precondição indispensável dessas operações era óbvia: o Estado devia se afastar de uma vez por todas da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização. (CHAUÍ 2001, p. 17, 18).

Nessa “nova ordem” no tocante às reformas, entendemos não se tratar de qualquer modalidade de reformismo, pois existem reformas necessárias, mas as que operaram e operam no âmbito do neoliberalismo são de ordem econômica/fiscal, portanto externamente avessas à interdisciplinaridade (a partir da observação do núcleo duro do governo, composto apenas por economistas, é possível observar a ausência de interdisciplinaridade na tomada de decisões e planejamento estratégico do País). Por outro lado, o trabalho reformador requer uma predisposição dialógica, já que tais reformas econômicas afetam as camadas sociais mais vulneráveis; e, nesse contexto, entendemos que um governo economicista (núcleo duro formado por economistas) e ou legalista (núcleo duro formado por advogados) não pode lidar com a diversidade social contemporânea.

Para Draibe (2003), o primeiro ciclo reformista se dá no contexto da democratização, processada na primeira fase da Nova República, e se encerra de maneira simbólica com a promulgação da Constituição de 1988, dando mais atenção às políticas sociais:

[...] a reforma do sistema de proteção sob a dupla chave de sua democratização e da melhora da sua eficácia. Em boa medida, o acerto de contas com o autoritarismo supunha um dado reordenamento das políticas sociais, o qual respondesse às demandas da sociedade por *maior equidade* e pelo *alargamento da democracia social*. Também a *melhora da eficácia das políticas* inscreveu-se naquela agenda; na medida em que se reconhecia ser já significativo o esforço de gasto que o País realizava na área social em face de seus medíocres resultados. No plano institucional, objetivos desse teor sustentaram proposições de *descentralização, maior transparência e accountability*

dos processos decisórios, acompanhados do reforço da *participação social* – grandes ideias-força que fechavam o círculo da democratização do Estado. (DRAIBE, 2003, p. 68).

Já na década de 1990, houve a ascensão ao poder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB¹⁵), nome que – ao que nos parece – não reflete a ideologia objetiva de um partido realmente ligado à social democracia (como no modelo alemão), muito menos à prática cotidiana de seus membros; pelo menos a dos mais destacados. Sua estreita ligação com o grande capital internacional depõe contra o nome da sigla, como também o discurso de seus membros, o alinhamento administrativo com os ditames dos organismos multilaterais e principalmente sua subserviência aos EUA, observada nos oito anos dos governos tucanos.

[...] a política econômica e social do Estado atendeu, prioritariamente, aos interesses da fração internacionalizada da burguesia brasileira, do capital financeiro e produtivo internacional. A política que expressava esse arranjo de poder era a política neoliberal ortodoxa, uma estratégia de política econômica que se concretizou, como em toda a América Latina, nas medidas de redução dos direitos sociais e trabalhistas, na privatização e na venda de empresas públicas, na ampla abertura comercial e na desregulamentação financeira. (BOITO, 2018, p. 230).

Os oito anos do PSDB foram marcados pelo que ficou conhecido como *a reforma do Estado*, e o modelo político e econômico do governo gravitava no contexto da acumulação flexível que trazia na bagagem a especulação financeira, em vez dos investimentos na produção real que gera trabalho. Nesse contexto, Florestan Fernandes (2020) argumenta que, para se implementar qualquer tipo de mudança que mexa com a sociedade, é necessário “um extenso desenvolvimento prévio da institucionalização do jogo político-democrático”.

O reformismo exige, em outras palavras, uma sociedade de estrutura democrática e que tenha possibilidades de preservar ou de aperfeiçoar a ordem social existente por meio de opções coletivas, fundadas no consenso da maioria, e imperativas. Como não existe democracia no Brasil, a reforma, como expressão de movimentos econômicos,

¹⁵O PSDB Partido da Social Democracia Brasileira nasceu em 25 de junho de 1988, fundado em sua maioria por dissidentes do PMDB e causada principalmente por divergências no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte. Dois fatores foram determinantes para o surgimento da nova agremiação partidária: o primeiro se tratava da corrente “quercista” (de Orestes Quêrcia, governador do Estado de São Paulo), e a presença de políticos ligados ao governador Newton Cardoso (de Minas Gerais) deixavam pouco à vontade parte dos congressistas do PMDB, que se viam “mais à esquerda”; o segundo teve relação com a definição do sistema de governo a ser adotado pela nova Constituição, que dividiu o PMDB em presidencialistas e parlamentaristas. O grupo dos dissidentes era favorável ao parlamentarismo. A retórica e a ação políticas do PSDB logo deixariam claro que não se tratava de um partido de fato social-democrata; pelo menos tal como essa corrente se configurara na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial. O programa do partido foi publicado em 6 de julho de 1988, às vésperas da promulgação da nova Constituição Federal (outubro de 1988), no *Diário Oficial da União*. O texto deixa clara a pouca nitidez ideológica: “Ampla bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo — por exemplo, liberais-progressistas, democratas-cristãos, sociais-democratas, socialistas-democráticos — o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.” As referências às correntes de pensamento e de ação acima mencionadas indicam que a pretensão do partido caminhava no sentido de ocupar um espaço de centro-esquerda. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>. Acessado em: 13/03/2021.

socioculturais ou políticos, não faz parte de uma tradição cultural e não tem viabilidade prática. Usamos a palavra e chamamos pessoas ou grupos de “reformistas”. Com isso, praticamos uma violência semântica e fazemos alguma justiça, separando facções mais ou menos tolerantes e esclarecidas, dos círculos conservadores, do poder conservador típico, que é rígido, monolítico e inabalavelmente carrancista. “Reformista”, nesse contexto, não é a pessoa ou o grupo que renega o poder conservador, corre os riscos de enfrentar a opressão reacionária sistemática e se opõe energeticamente ao obscurantismo ou às violências deles resultantes. É o conservador que aceita as vantagens do conservantismo sem pagar seus ônus morais, compondo-se com as vítimas de seus desmandos e ostentando exterioridades de refinamento variavelmente humanitárias, liberais e progressistas. Por vezes, torna-se agente de alterações reais, porque sustenta e concretiza as inovações por meio das quais o poder conservador consegue manter-se à tona e sobreviver à marcha da história (FERNANDES, 2020, p. 43).

Corroborando o exposto por Florestan Fernandes, entendemos que essa é a ótica com a qual deve ser vista a ascensão do sociólogo Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República pelo PSDB, e se deve considerar também o contexto ainda recente do processo de redemocratização (cuidadosamente planejada e controlada como visto anteriormente); é necessário também incluir o mandato do mineiro Itamar Franco (entre 1992 e 1994 assumiu a Presidência após o impedimento do alagoano Fernando Collor, de quem era vice-presidente).

É no bojo da formação da base política de sustentação do já então presidente Itamar que se vai desenhando a ascensão de FHC à Presidência da República. No governo Itamar, FHC (que era senador por São Paulo) foi indicado para o Ministério das Relações Exteriores. Com o passar dos meses do novo governo, após o impedimento do primeiro presidente eleito por voto popular desde o golpe de 1964, a inflação em quase 29% em fevereiro de 1993, o então chanceler Cardoso estrategicamente se posiciona contra a adoção de novos planos econômicos classificando-os de “mistificação¹⁶” sustentando a tese de que pregar milagres via novos planos não resolveria o problema, mas a decepção era garantida. O discurso já estava em sintonia com as ideias neoliberais firmadas no Consenso de Washington, pois se propalava que a inflação brasileira resultava do endividamento público e só poderia ser superada por meio da reorganização administrativa do governo na esteira do Estado mínimo defendida pelos neoliberais.

A discussão do que se chamou de Consenso de Washington¹⁷ foi orientada

¹⁶MISTIFICAR quer dizer “abusar de credulidade de alguém; iludir, ludibriar; falsear”, ou até “fantasiar”. Mistificação = logro, burla, engano. Disponível em: <http://www.linguabrasil.com.br/nao-tropece-detail.php?id=362>. Acessado em: 22/03/2021.

¹⁷ O termo “Consenso de Washington” foi cunhado por Williamson (1990, 2008) no ano de 1989, em referência

fundamentalmente para países latino-americanos. Em novembro de 1989, realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, Bird, Banco Mundial – BM), funcionários do governo americano, economistas e governantes latino-americanos para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington. Vale ressaltar o papel do BM, que desde sua fundação vem se estruturando para ter um papel de mentor intelectual; e, nesse contexto, em 1955, criou o Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), que com o apoio político e financeiro das fundações Ford e Rockefeller, imediatamente começou a estruturar o terreno para a entrada do capital norte-americano nos países que interessavam ao grande capital. Nesse processo, o Banco enviava seus quadros tanto políticos quanto técnicos graduados:

Intimamente articulado à construção institucional, o trabalho do IDE procurava não apenas formar quadros técnicos segundo uma determinada visão de Estado, gestão pública e desenvolvimento, mas também favorecer a montagem de agências domésticas estatais e paraestatais que pudessem assimilar e aplicar as ideias veiculadas pelo Banco. (PEREIRA, 2014, p. 82).

As ideias do BM já estavam presentes desde o governo Collor e continuaram com a reorganização do governo brasileiro em sua pós-deposição; os laços com o Capitalismo internacional foram-se aprofundando, e em janeiro de 1993 o ex-ministro da Fazenda no governo Sarney e depois da Reforma do Estado na gestão FHC, o economista Bresser Pereira, estava presente na reunião, que discutiu as regras e a ação que deveriam ser implementadas para ter acesso ao apoio político e financeiro no âmbito dos programas de estabilização e reforma econômica do chamado Washington Consensus; na reunião foi proposto um plano de ajuste.

O plano de ajuste constava de três fases: a) a primeira, dirigida à estabilização macroeconômica, persegue o *superávit* fiscal reduzindo o *déficit* da balança comercial e reestruturando (desmontando) o sistema previdenciário; b) a segunda fase, dedicada

às dez políticas que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina na visão **consensual** dos organismos financiadores do governo dos Estados Unidos e organizações multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional. O fundamento do CW, conforme Williamson (1990, p. 1), é “que os objetivos econômicos convencionais de crescimento, inflação baixa, viabilidade da balança de pagamentos e justa distribuição de renda devem determinar a utilização dos instrumentos de política [econômica]”. O autor apresenta as dez propostas no contexto de crítica às estratégias de crescimento adotadas no subcontinente a partir dos anos de 1950 (desenvolvimentismo, substituição de importação), em favor do que seriam as práticas frequentes e relacionadas ao sucesso dos países desenvolvidos do Ocidente. Como faz questão de reparar em textos posteriores (Williamson, 1993, 2008), as medidas do CW não estariam ligadas às noções neoliberais dos governos Thatcher e Reagan – monetarismo, economia *supply-side* e governo mínimo. As políticas do CW foram reinterpretadas ao longo do tempo, tanto a partir de aportes por especialistas (tecnocratas e acadêmicos) quanto em relação às idiossincrasias nacionais relacionadas à implantação das normas (MARANGOS, 2009). Como aponta Stiglitz (2008), o termo Consenso de Washington distanciou-se do uso dado por Williamson para referir-se mais genericamente ao conjunto de propostas focadas em privatização, liberalização e estabilidade de preços, passando a ser usado em uma conotação relativamente descolada da teoria econômica. (OLIVEIRA, 2020, p. 165).

às reformas estruturais, tem por objetivo a liberalização financeira e comercial, a desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas estatais; c) a terceira é definida como retomada dos investimentos e do crescimento econômico (MONTANO; DURCUETTO, 2010, p. 211).

O então senador Fernando Henrique Cardoso¹⁸, que tinha boa relação com Washington e na condição de chanceler, deu declarações favoráveis ao Consenso, o que agradou o mercado e o projetou a ocupar o posto de Ministro da Fazenda. Foi assim que o então deputado federal por Pernambuco Roberto Freire, do Partido Popular Socialista (PPS), sugeriu ao presidente Itamar Franco que nomeasse FHC como Ministro da Fazenda, cargo para o qual ascendeu em 21 de maio de 1993 (LEMOS, 2001).

Na condição de Ministro da Fazenda, uma de suas primeiras medidas foi a implementação do PAI – Plano de Ação Imediata, que visava à redução do déficit público acompanhado de um conjunto de medidas severas como o corte de seis bilhões de dólares no orçamento da União para 1993, além de duras medidas contra sonegadores, estados e

¹⁸Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 18 de junho de 1931, filho de Leônidas Fernandes Cardoso e de Naíde Silva Cardoso. Seu pai foi oficial do Exército, advogado e deputado federal (1955-1959) por São Paulo, eleito na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu bisavô paterno, brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, ligado ao Partido Conservador durante o Império, foi deputado e senador e, por duas vezes, assumiu o governo de Goiás. Seu avô Joaquim Inácio Batista Cardoso iniciava a carreira de oficial do Exército no Rio de Janeiro quando participou ativamente da Proclamação da República em novembro de 1889. Seus tios paternos, Carlos Cardoso e general Felicíssimo Cardoso, exerceram, respectivamente, a presidência do Banco do Brasil (1960-1961) e a presidência do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) (1953-1973). Dois parentes seus ocuparam o Ministério da Guerra: o tio-avô Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso (1932-1933) e o filho deste, Ciro do Espírito Santo Cardoso (1952-1954). Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, também filho de Augusto Inácio, foi prefeito do Distrito Federal (1952-1954). Ingressou em 1949 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Aluno de professores franceses e da primeira geração de sociólogos brasileiros, na qual se destacava Florestan Fernandes, pouco antes de se licenciar em ciências sociais passou, em agosto de 1952, a lecionar história econômica geral e do Brasil na Faculdade de Economia da USP. Obteve título de doutor em ciências sociais em 1961 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; no ano seguinte passou a integrar a direção do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), fundado na USP por Florestan Fernandes e Alain Touraine, sociólogo francês. Filiou-se ao MDB com a intenção de candidatar-se ao Senado nas eleições de novembro de 1978 e o que lhe garantiu a condição de suplente de Montoro. Após a extinção do bipartidarismo (29/11/1979) e a implantação do pluripartidarismo, manteve sua posição, filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de cuja seção paulista se tornou vice-presidente. Em 1982 participou da campanha de Franco Montoro para o governo de São Paulo, na primeira eleição direta para os governos estaduais desde 1965. O pleito, realizado em novembro, deu a vitória ao candidato do PMDB, agremiação vitoriosa também em outros estados importantes, como Minas Gerais, onde foi eleito Tancredo Neves, e empossado Franco Montoro no governo estadual em março de 1983. Fernando Henrique assumiu sua cadeira no Senado. Nas eleições de novembro de 1986, os bons resultados iniciais do Plano Cruzado beneficiaram os candidatos do PMDB. Em São Paulo, o partido conquistou o governo, com Orestes Quércia, e preencheu as duas vagas no Senado, elegendo Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Em junho de 1988, renunciou à liderança do PMDB no Senado e anunciou sua decisão de deixar o partido e ajudar a formar outra agremiação. A ruptura se consumou no mesmo mês, quando, em companhia de mais 102 dissidentes — entre os quais 40 deputados federais e sete senadores —, principalmente do Ceará e de São Paulo, sob a liderança de Mário Covas, fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 25 de junho de 1988. Disponível: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>. Acesso:13/03/2021.

municípios por inadimplência com a União. Foi apresentado também o programa de privatização, que incluía subsidiárias da Petrobras e siderúrgicas — a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, a Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa e a Aço Minas Gerais – Açominas (LEMOS, 2001).

Durante audiência no Congresso em dezembro de 1993, FHC apresentou o novo programa econômico do governo, cujos principais pontos diziam respeito ao ajuste fiscal, que seria perseguido basicamente por meio de cortes radicais nos gastos públicos, além da preparação de uma nova moeda, antecedida pela adoção da Unidade Real de Valor (URV), que passaria a funcionar progressivamente como indexador da economia nacional. O plano foi interpretado também como plataforma de lançamento de candidatura à Presidência da República. A URV entrou em vigor em 1.º de março de 1994 (SALLUM, 1999).

[...] a instituição de uma moeda paralela, a URV, como unidade de conta que não quebrou a indexação, mas gerou por alguns meses uma espécie de “hiperinflação de laboratório”, provocando a sincronização de preços e salários; e a substituição da URV pelo real em 1/07/94, ancorado no dólar, mas não igual a ele: tudo isso, em suma, além de dezenas de regulamentações específicas, teria produzido a estabilidade. Por essa via se teria assegurado “um princípio de universalidade” – incorporado em instituições e práticas e sobreposto às particularidades e às contingências inerentes ao comportamento descontrolado das forças contendoras (SALLUM, 1999, p.12).

No entendimento do autor, o sucesso do Plano Real se confirmou em 1994 com a eleição de FHC no primeiro turno, que argumenta que, em uma perspectiva econômica e sociopolítica, a gestão FHC cobre um período superior aos mandatos e que, a partir da composição política entre os partidos de centro e de direita em torno do mesmo objetivo, foi possível a reconstrução e a modernização do Estado.

Na articulação de sua candidatura dentro do PSDB, FHC defendeu uma aliança com o Partido da Frente Liberal – PFL, que indicou para vice o então senador por Pernambuco Marco Maciel¹⁹; a aliança teve como objetivo a neutralização das forças políticas de direita em torno

¹⁹ Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu em Recife no dia 21 de julho de 1940. Formado em Direito pela Universidade de Pernambuco, dirigiu o diretório central dos estudantes da instituição e, em 1963, assumiu a presidência da União dos Estudantes de Pernambuco. Sua atuação na política estudantil caracterizou-se pela oposição à linha ideológica de esquerda então predominante na União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade da qual se desligou naquele mesmo ano por intermédio de manifesto publicado na imprensa. Na mesma época, alinhou-se às forças políticas que se opunham ao governo de Miguel Arrais em Pernambuco (1962-1964). Em 1966, elegeu-se deputado estadual em Pernambuco na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Empossado em fevereiro do ano seguinte, exerceu a liderança da bancada governista durante toda a administração do governador Nilo Coelho (1967-1971). Em 1970, elegeu-se deputado federal por Pernambuco pela Arena, sendo

de Paulo Maluf ou Orestes Quécia e, ao mesmo tempo, facilitar sua candidatura na Região Nordeste.

Do ponto de vista ideológico, quando decidiu associar-se ao PFL, com objetivo de sustentar a candidatura de FHC em 1994, o PSDB já dera passos em direção à direita, para perplexidade dos que acompanharam as críticas tucanas ao fisiologismo ao sair do PMDB. Em seguida, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, ao colocar em prática o choque de Capitalismo anunciado por Covas, abrir o mercado interno para os produtos importados, fazer monumentais privatizações e quebrar a espinha do movimento sindical, o PSDB solidificou os laços que o uniam a parcelas da classe média, cujo enraizamento no setor privado as tornam naturais críticas do Estado (SINGER, 2018, p. 152, 153).

Com efeito, sabe-se que o principal objetivo das coalizões em regimes presidencialistas é conquistar parcerias estáveis no Parlamento para aprovação do maior número possível de propostas oriundas do governo. As coalizões de modo geral seguem dois eixos, que compreendem as lógicas partidária e regional; sabe-se também que um dos principais interesses dos partidos políticos nessas relações é geralmente orientado para a obtenção de cargos e também para o controle sobre áreas tidas como estratégicas, visando a objetivos eleitorais. E é nesse aspecto que os partidos, com seus respectivos ministros, influenciam no processo de tomada de decisão no Executivo, de sorte que o controle sobre determinada pasta permite acesso privilegiado de informações para decisões importantes para o partido e o monopólio em ações e em áreas de interesse de cada partido/ministro (ABRANCHES, 1988; FIGUEIREDO, 2007).

Segundo Lemos (2016), naquele momento, o foco do governo era a consolidação da

reeleito em 74. Em 1976, Maciel foi eleito presidente da Câmara dos Deputados para o biênio 1977-1978 e assumiu o cargo em 28 de fevereiro de 1977. Em abril daquele ano, o presidente Ernesto Geisel decretou o fechamento provisório do Congresso Nacional, sob o pretexto de implementar a reforma no Poder Judiciário proposta pelo governo, cujo encaminhamento vinha sendo sistematicamente obstruído pela oposição. Impotente diante da decisão do Executivo, minimizou a importância do fato. Foi indicado pelo presidente Ernesto Geisel e pelo futuro presidente João Batista Figueiredo para assumir o governo pernambucano em setembro de 1978. Em abril de 1982, Marco Maciel deixou o governo de Pernambuco para se candidatar a uma vaga no Senado e assumiu sua cadeira nele em fevereiro de 1983 e passou a se dedicar à articulação do lançamento de sua candidatura à sucessão do presidente Figueiredo, prevista por via indireta em janeiro de 1985. Presidiu a comissão provisória de criação do Partido da Frente Liberal (PFL). Em março de 1985, assumiu a pasta da Educação. A reforma ministerial promovida pelo presidente Sarney no início de 1986, destinada a ampliar o espaço do PFL no governo, resultou na saída de Maciel do Ministério da Educação — onde foi substituído pelo também pefelista Jorge Bornhausen — e em sua ida para a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. No novo posto, tornou-se o principal articulador do governo com o Congresso Nacional. Em abril de 1987, Maciel pediu demissão da chefia do Gabinete Civil. Assumiu então a presidência nacional do PFL e retornou ao Senado, incorporando-se aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Em abril de 1989, lançou seu nome como pré-candidato à Presidência da República, mas a convenção nacional do PFL aprovou o nome do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Em outubro de 1990, obteve novo mandato de senador pelo Estado de Pernambuco na legenda do PFL. No início da nova legislatura, em fevereiro de 1991, assumiu a liderança do governo Collor no Senado. No final de 1992, participou ativamente na campanha pela manutenção do sistema de governo presidencialista no plebiscito previsto para abril do ano seguinte. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>. Acessado em: 13/03/2021.

base da coalizão no Congresso, em função da agenda de privatizações e de reformas constitucionais tidas como prioridade máxima por FHC e pelo núcleo²⁰ duro do governo. Apesar de não fazer parte da aliança, os tucanos mantinham conversas com os líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – pois eram tidos como fundamentais “José Sarney, Pedro Simon, Michel Temer, Jader Barbalho, Antônio Britto, Luís Henrique, Odacir Klein, Germano Rigotto”.

[...] o PMDB não é um partido, mas uma federação de interesses e de valores. Ainda mais, a atenção que era preciso dar aos dois principais partidos que sustentaram a campanha e a coligação, Partido da Social Democracia Brasileira– PSDB (ao qual o presidente estava vinculado) e Partido da Frente Liberal – PFL (do vice-presidente Marco Maciel), também ocupava a agenda política de Fernando Henrique. Cabe lembrar que o PMDB era o partido com maior número de senadores, 22; o PFL contava com 21; e o PSDB, partido de FHC, com dez senadores. Porém isso bastava para dar a maioria ao governo na Câmara. O PMDB não estava na aliança eleitoral de FHC, mas foi preciso agregá-lo ao governo, pois no âmbito do presidencialismo de coalizão essa é a política usada pelos governos eleitos por uma coligação de partidos minoritária no parlamento para que possa impor sua agenda, especialmente naquele contexto de reformas constitucionais (LEMOS, 2016, p. 345).

No contexto das políticas para o Ensino Superior, do governo FHC, o processo de “reestruturação”, seguindo a lógica dos economistas, veio sob a égide da modernização do sistema e teve como fio condutor um vasto acervo legislativo e/ou marcos regulatórios que, coincidentemente ou não, traduziram as orientações contidas nas teses disseminadas mundialmente pelos organismos multilaterais embutidos no Consenso de Washington.

Com relação ao Consenso de Washington, segundo Silva Junior e Sguissardi (2020), no final da década de 80 e início de 90, os países centrais (principalmente Inglaterra, Alemanha e EUA) tinham preocupações com os países do Terceiro Mundo (Chile, México, Argentina, Colômbia, Venezuela, Brasil e Peru); e a partir desse Consenso propuseram alguns eixos que expressavam suas concepções de desenvolvimento/crescimento, baseadas nos seguintes pontos:

1. equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos;
2. abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não tarifárias;
3. liberalização financeira, por meio de reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro;
4. desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.;
5. privatização das empresas e dos serviços públicos. (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2020, p. 40).

²⁰O núcleo duro do governo PSDB/FHC era composto pelos economistas José Serra, Pedro Malan, Paulo Renato Souza e Bresser Pereira.

O argumento era o de que a adoção dessas medidas possibilitaria a integração com a economia mundial, reforçando o papel do mercado na disponibilização de recursos; e com um Estado menor logo se teria um crescimento econômico rápido, e o Estado passaria a ser mais eficiente. As recomendações eram concernentes a ajuste fiscal, privatização, liberação/ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo ao investimento externo, reforma do sistema de previdência/seguridade social e reforma do mercado de trabalho.

Nesse contexto, o governo FHC procurava criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais alinhadas com os organismos internacionais, e o argumento era que:

No passado, constituiu grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios estes que ainda persistem e que precisam ser extirpados. Mas o sistema introduzido, ao limitar-se a padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o País passou a enfrentar diante da globalização econômica. A situação agravou-se a partir do início desta década, como resultado de reformas administrativas apressadas, as quais desorganizaram centros decisórios importantes, afetaram a “memória administrativa”, a par de desmantelarem sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental (BRASIL, 1995, p. 06).

A ideia-força dentro do governo era a de que, a partir da reforma e/ou reconstrução do Estado, resgatar-se-ia a autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas. De acordo com o plano de reforma do Estado e no contexto em que este se encontrava, eram inadiáveis as seguintes medidas:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASIL, 1995, p.11).

Para dar andamento aos projetos e aos planos, foi criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), sob o comando do ministro Bresser Pereira, e caberia ao MARE estabelecer as condições para que o governo pudesse aumentar sua governança. Para tanto, a missão específica era de orientar e instrumentalizar a reforma do aparelho do Estado, nos termos definidos pela Presidência por meio deste Plano Diretor.

Conforme Bresser Pereira (1997), já vimos que a reforma era crucial, não apenas interna, mas também – principalmente – para os investidores estrangeiros e para as agências

financeiras multilaterais que precisavam da segurança tanto econômica quanto administrativa de que seus investimentos seriam pagos. Nesse contexto:

Depois de amplamente debatida, a emenda constitucional da reforma administrativa foi remetida ao Congresso Nacional em agosto de 1995. À emenda, seguiu-se a publicação pela Presidência da República do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, cuja proposta básica é a de transformar a administração pública brasileira de burocrática em administração pública gerencial. A partir daquele momento, a reforma do aparelho do Estado, visando torná-lo menor, mais eficiente e mais voltado para o atendimento das demandas dos cidadãos, passou a ser uma questão nacional (PEREIRA, 1997, p. 06).

Para Bresser Pereira (1997, p. 07), era cada vez mais claro que a causa básica da grande crise dos anos 80 era uma crise do Estado, que ocorria com três configurações: “uma crise fiscal do Estado, uma do modo ou das estratégias de intervenção estatal e uma da forma burocrática pela qual o Estado é administrado”. Nesse contexto, o autor, reforçando os argumentos contidos no Plano Diretor do qual ele era um dos principais responsáveis, conclui que “o caminho para resolver a crise não é provocar o definhamento do Estado, enfraquecê-lo ainda mais do que já está enfraquecido, mas reconstruí-lo, reformá-lo”.

Com efeito, Bresser Pereira (1997) demonstrou, a partir de uma perspectiva histórica, que se deve fazer uma escolha sobre qual Estado²¹ se quer viver, e somente depois disso se saberá o que em potencial ele pode dar:

No Capitalismo mercantilista dos séculos 17 e 18 prevaleceu o Estado patrimonialista, caracterizado pela confusão entre o patrimônio do príncipe e o do Estado que, no entanto, começava a ser questionada. No Capitalismo competitivo do século 19, foi dominante o Estado Liberal, garantidor da propriedade e dos contratos: produtor apenas de bens estritamente públicos. No Capitalismo monopolista deste século, o Estado social-burocrático assumiu três formas: o Estado do Bem-Estar nos países desenvolvidos; o Estado Desenvolvimentista nos países subdesenvolvidos; e o Estado Burocrático nos países estatistas. Estas três formas de Estado, embora muito diferentes, tiveram em comum três traços que justificam seu caráter social e burocrático: o compromisso com os direitos sociais, a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do país e a execução direta das novas tarefas decorrentes por meio da contratação de burocratas — professores, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, artistas — para responder pelos direitos sociais; administradores e engenheiros burocratas para construir e operar obras de infraestrutura, empresas de serviços públicos monopolistas, e até empresas industriais e comerciais. Esse

²¹Existem três formas de administrar o Estado: a “administração patrimonialista”, a “administração pública burocrática” e a “administração pública gerencial”. A administração patrimonialista é do Estado, mas não é pública, na medida em que não visa ao interesse público. É a administração típica dos Estados que antecederam o Capitalismo industrial, mais particularmente das monarquias absolutas que antecederam imediatamente o Capitalismo e a democracia. É a administração que confunde o patrimônio privado do príncipe com o patrimônio público. Sobrevive nos regimes democráticos imperfeitos por meio do clientelismo. A administração pública burocrática é aquela baseada em um serviço civil profissional, na dominação racional-legal weberiana e no universalismo de procedimentos, expresso em normas rígidas de procedimento administrativo. A administração pública gerencial também pode ser chamada de “nova gestão pública” (BRESSER PEREIRA, 2000, p. 16).

fenômeno aconteceu em diversos graus nos três tipos de Estado social-burocrático, mas em nenhum deles deixou de ocorrer (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 07).

Para o poderoso ministro, (algo parecido com superministro Paulo Guedes do atual governo Bolsonaro), o que estava sendo proposto era um Estado do tipo novo, algo que projetaria e lançaria as bases para o século 21, bem diferente do

Estado liberal do século 19, como querem os neoliberais. O mundo não volta para trás. Nem a continuidade do Estado social-burocrático deste século que finda, porque foi esse o Estado que entrou em crise. Ao fim desse *round*, Estado e mercado estão empatados. Sugiro que o Estado do Capitalismo globalizado do século 21 seja o Estado social-liberal. Social porque continuará responsável pela proteção dos direitos sociais à educação, à saúde e à previdência básica (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 07).

Como já vimos, a ideia base apoiada no ideário do Consenso de Washington foi transferir para a iniciativa privada as atividades que o Estado, na perspectiva daquele governo, poderia repassar para o controle do mercado. Com efeito, no período de FHC, deu-se provavelmente o maior processo de privatização de estatais já visto na história da República.

Segundo Silva Junior e Sguissardi (2020), outra ação do governo FHC foi o programa de publicização, e o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) adota um conceito de administração pública gerencial, por oposição/diferenciação aos conceitos de administração pública patrimonialista²² e burocrática²³. Com efeito, “a reforma afeta o aparelho do Estado; vale a pena registrar os objetivos estabelecidos no Plano Diretor para os serviços não exclusivos do Estado”. Buscando alcançar os objetivos gerais da reforma do aparelho do Estado, como também os relativos aos seus serviços não exclusivos, a estratégia do governo, chamada de *transição*, constitui-se em três pontos principais: uma dimensão “institucional-legal com a reforma do sistema jurídico e das relações de propriedade”; uma dimensão “cultural com a passagem de uma cultura burocrática para uma gerencial”; e uma dimensão

²²No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores possuem *status* de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. A *res publica* não é diferenciada da *res principis*. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração. No momento em que o Capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado. Nesse novo momento histórico, a administração patrimonialista torna-se uma excrescência inaceitável (BRASIL, MARE, 1995, Cap. 2).

²³“Surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de combater à corrupção e ao nepotismo patrimonialista. Constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a priori*. Parte-se de uma desconfiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso são sempre necessários controles rígidos dos processos; por exemplo na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas” (BRASIL, MARE, 1995, Cap. 2).

“modernizadora com a implantação da administração gerencial” (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, p. 57).

A noção de patrimonialismo é falsa por duas razões: primeiro as elites que privatizam o público não estão apenas, nem principalmente, no Estado, e o real assalto ao Estado é feito por agentes que estão fora dele, sobretudo no mercado. A elite que efetivamente rapina o trabalho coletivo da sociedade está fora do Estado e se materializa na elite do dinheiro, ou seja, do mercado, que abarca a parte do leão do saque.

A elite estatal e política fica literalmente com as sobras, uma mera porcentagem, mínima em termos quantitativos, dos negócios realizados. Cria-se aí a corrupção dos tolos, que vemos hoje no Brasil. A atenção se foca na propina, nos 3% dos “Sérgio Cabral da vida”, e torna invisível o assalto ao trabalho coletivo como um todo em favor de meia dúzia de atravessadores financeiros. O principal efeito da noção de patrimonialismo é tornar esse dado, que é o mais importante, literalmente invisível; depois o patrimonialismo como privatização do bem público, suprema vira-latices, é percebido como singularidade brasileira, como se o Estado fosse privatizado apenas aqui. (SOUZA, 2019, p. 144-145).

Para Souza (2019), são os interesses privados que se escondem por trás da noção de patrimonialismo, por isso a defesa dos neoliberais da privatização de tudo o que é estatal e principalmente o que é lucrativo, mas apenas o patrimonialismo não seria suficiente para convencer a população; precisa incutir outro elemento para fornecer a liga que permitiria a entrega do patrimônio público, que em grande medida gera lucro, para gerar mais riquezas para a sociedade. Esse novo elemento é a ideia generalizada da corrupção, que a elite elegeu para esconder suas reais intenções. Basta imaginar que, quando colocados em xeque, esses conceitos, não se sustentam, pois sua defesa pós-revelação da farsa seria como “jogar a água da banheira com a criança dentro”.

Para Mourão e Almeida (2006), a Reforma Administrativa capitaneada pelo MARE tinha como uma de suas prioridades “os processos de Reforma do Ensino Superior”, a partir de estratégias de neutralização e/ou de minimização da resistência tanto dos trabalhadores, quanto da população; o *modus operandi* era o “contingenciamento de recursos de custeio e capital” das IES públicas federais, bem como a vedação aos concursos tanto de docentes quanto de técnico-administrativos.

A resistência das Universidades Brasileiras seguiu o projeto de Bresser Pereira, mas não evitou os processos de privatização internos ao obrigar as Universidades constituírem fundações de apoio que potencializaram a prestação de serviços, fazendo com que a educação nas Universidades adquirisse, ao mesmo tempo, o caráter público e privado, de acordo com o serviço que prestavam.

Em síntese, o Governo Fernando Henrique Cardoso prepara o terreno para as outras reformas quando executa a Reforma Administrativa. Ao anunciá-las como necessárias à modernização do País, constrói mecanismos que desarticularam a organização do trabalho no interior das Universidades, precarizando tanto o trabalho docente quanto o técnico-administrativo, fazendo com que a Instituição aos poucos vá se ajustando à lógica neoliberal privatista. (MOURÃO; ALMEIDA, 2006, p. 110).

Parece estranho que a privatização do público ainda seja tratada como a principal solução para os problemas do Estado brasileiro; por outro lado, se a coisa pública é um problema, o privado é apresentado como solução, mas nunca se tem garantia de atendimento pleno das demandas sociais, principalmente das camadas pobres quando isso acontece. Por exemplo, a privatização das telecomunicações nunca garantiu que os serviços (principalmente os da telefonia celular) chegassem às pequenas cidades. Como as empresas visam aos lucros, muitas partes do País não possuem esse serviço por conta da baixa densidade populacional. E onde fica o discurso segundo o qual privatizar resolve tudo e é melhor para todos?

Enquanto a privatização do Estado por uma suposta elite estatal é o embuste do patrimonialismo como jabuticaba brasileira, a privatização do espaço público, que é real, é tornada invisível. Por sua vez, é a privatização da opinião pública que permite a continuidade da privatização do Estado pelo interesse econômico. Em grande medida, como sempre acontece nesses casos, uma falsa contradição está sempre no lugar de um conflito real. Afinal, a falsa ameaça da corrupção patrimonialista foi sempre acionada pelos interesses privados que comandam, de modo direto e indireto, a grande imprensa. (SOUZA, 2019, p. 136).

Quanto à Educação Superior, com a adoção da dimensão gerencial, o Ministério da Educação – MEC priorizava a modernização, a atualização e a implementação de um arcabouço legal com decretos, portarias, medidas provisórias e propostas de emendas constitucionais, seguindo a mesma lógica e diretrizes do MARE; aliás, o Ministério da Administração e Reforma do Estado era uma espécie de cérebro ou coração (a depender de qual órgão; e – mais importante – de acordo com o entendimento de cada um) do governo FHC, de onde saíam as diretrizes e as bases para as diversas esferas do governo.

No âmbito jurídico, tem agido com presteza, primeiramente antecipando-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio de dispositivos legais, entre os quais se destacam a Medida Provisória, transformada na Lei 9.172/95, que trata da escolha de dirigentes das universidades e IES federais (o parágrafo único do artigo 56 da LDB iria ser aprovado, dois anos depois, com idêntica redação à dessa Lei); e o Decreto 2.026, de 10/10/96, que estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Em seguida, tem agido o MEC, por meio de atuação muito específica e coordenada junto ao Congresso Nacional, com objetivo de aprovação do projeto Darcy Ribeiro de LDB, do qual se destaca o capítulo da Educação Superior, em cuja elaboração e defesa concentraram-se os esforços deste Ministério e de seus melhores especialistas (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2020, p. 61).

Os pressupostos para a Reforma do Ensino Superior eram os de que este estava em crise, principalmente por não conseguir assimilar a demanda crescente por vagas e por não instruir apropriadamente os estudantes universitários para o mercado de trabalho. Como se vê, a preocupação do reformador era meramente com o mercado, e não concebia a importância do processo educativo para o ser humano e conseqüentemente para a sociedade; nesse contexto, o

Homo Sapiens é transformado em *Homo Economicus*²⁴.

Isto posto, conforme Fernandes (2020), existe uma questão fundamental que precisa ser debatida:

A reforma universitária não diz respeito a problemas e a dilemas mais graves que os outros que se abatem sobre nossa economia, sobre nossa sociedade e sobre nossa cultura. Como se trata de um desafio que se ergue numa esfera em que a média das pessoas possui uma formação intelectual relativamente consolidada e elevada, seria de esperar-se que os problemas e os dilemas pudessem ser percebidos, explicados e resolvidos com melhor ânimo construtivo. Não que o intelectual – e com ele o professor universitário e o profissional liberal – seja uma criatura de natureza humana especial e superdotada. Pelo menos, dever-se-ia esperar “melhor inteligência da situação”, “maior disposição para a ação inteligente” e “certo desprendimento diante das exigências puramente intelectuais da racionalização”. Todavia isso não sucede. Os piores motivos e os piores interesses se repetem, com uma mesquinharia que eleva o “apanágio mercantilista” dos demais círculos conservadores. O que é mais grave é que prepondera o mesmo pano de fundo geral: a incapacidade de organizar as forças materiais, sociais e culturais do ambiente, de canalizar institucionalmente os recursos disponíveis e controláveis, segundo modelos construtivos para a integração nacional da economia, da sociedade e da cultura. Descobre-se, pois, o mesmo panorama crônico. O homem inapto para enfrentar com decisão e vencer as dificuldades existentes ou em emergência. O intelectual, ainda que universitário e profissional liberal, não surge como uma variante do homem comum. É a sua réplica, frequentemente piorada, porque se representa como parte e imune à contaminação do atraso geral (FERNANDES, 2020, p. 50-51).

Imagine-se o ex-professor de FHC olhando para seu ex-aluno e, nesse momento, ambos sabem que (até pela natureza da formação acadêmica dos dois) a reforma promovida pelo agora famoso e poderoso sociólogo tinha por trás dos argumentos de modernização (necessários em certa medida, haja vista que o Estado tinha contornos da República Velha e do período da Ditadura de 1964) interesses políticos e econômicos tanto de ordem interna, relacionado às oligarquias nacionais, quanto de ordem externa, relacionados à geopolítica e aos interesses econômicos do grande capital, os quais se articulavam com os núcleos conservadores de dentro e de fora do governo, que olhavam (se é que conseguem ver pelo menos vultos a exemplo dos habitantes da Caverna de Platão) para a classe trabalhadora e particularmente para seus representantes com certo desprezo achando-os incapazes de fazer melhor, indiferentes aos dilemas dos jovens e das famílias operárias que veem na Universidade a solução para parte de seus problemas econômicos. Para o velho intelectual orgânico Florestan Fernandes, esses reformadores estão cegos para o que não sejam os particularismos de suas instituições de classes ou seus egoísmos individuais, e agem como se a nação e o governo fossem meios naturais para

²⁴Termo aqui utilizado remete à obra *21 lições para o século 21*, do professor Yuval Harari, uma de suas três premiadas obras, que é *Homo Deus e Homo Sapiens*.

manter e para potencializar seu poder de classe ou suas riquezas individuais.

A agitação da oposição neoliberal ortodoxa se concentra no discurso contra a corrupção, cuja função ideológica é a de encobrir os motivos reais perseguidos pela burguesia integrada ao capital internacional e pela alta classe média. O discurso e a ação efetiva contra a corrupção são seletivos: só se direcionam às instituições e aos partidos que se alinham no campo neodesenvolvimentista, indicando que o alvo principal é o neodesenvolvimentismo, e não a corrupção. Os objetivos retóricos não coincidem com os objetivos reais, porque, nas democracias burguesas, os interesses minoritários também necessitam, para prosperar, de apoio popular. Se a campanha colocasse no centro da luta o objetivo de enfraquecer a Petrobras e acabar com a política de conteúdo local, ela não teria futuro. A agitação contra a corrupção permite confiscar o legítimo sentimento popular contra os crimes de colarinho branco para que sirva de base a uma política que, na verdade, é contrária aos interesses populares. (BOITO, 2018, p. 248).

Para Boito (2018), o objetivo real do capital internacional juntamente com a burguesia local a ele associada é a apropriação dos bens construídos com os recursos de todos para usufruto particular, ou seja, não importa se é a Vale do Rio Doce, Petrobras ou a Eletrobrás; o que importa é quanto cada um vai lucrar, e mais mercado se abre para as empresas estrangeiras.

Quanto à questão do Ensino Superior, outro fator que pode ser levantado quando se fala da elitização da história da Universidade, além das questões da exclusão de classe, é que podemos fazer uma ligação com o modelo adotado no País, o qual, de acordo com os reformadores, é caro e insustentável para o Estado em tempos de crise.

Na realidade, o modelo humboldtiano das universidades de pesquisa tem sido muito mais uma vontade registrada em lei do que um fato. Antes de tudo, atente-se para o fato de que, apesar de a Lei 5.540, de 1968, estabelecer a universidade como forma de organização para o ensino superior, onde supostamente se verificaria a associação ensino e pesquisa (e extensão), das quase 900 IES existentes no País, apenas 140 estão organizadas como universidades, sendo as demais, em sua maioria, instituições isoladas, onde muito raramente se faz pesquisa. Mais: das 140 universidades, apenas um quarto delas, que desenvolvem programas de pós-graduação em sentido estrito (Mestrado e Doutorado), se ocupam de pesquisa. Esse fato é tão real que se pode hoje afirmar que 15% aproximadamente do alunado do ensino superior no Brasil têm chance de formar-se tendo frequentado instituições que associariam, no âmbito da instituição, atividades de ensino e pesquisa. Acrescente-se ainda que nem sempre a existência de cursos de pós-graduação é sinônimo de verdadeira pesquisa e que há uma tendência generalizada nas universidades de separação dos cursos de pós-graduação dos de graduação; muitos dos professores mais titulados trabalham quase exclusivamente nos cursos de mestrado e doutorado (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2020, p. 63).

Quando pensamos em uma universidade de excelência, logo imaginamos o Modelo Humboldtiano com sua ideia de Ensino e Pesquisa de forma indissociável. Com efeito, no Brasil, dadas as condições objetivas da maioria das universidades de realmente aplicar o modelo, foi acrescida a Extensão, e a Universidade brasileira passou a ter Ensino – Pesquisa – Extensão de forma indissociável, o que acrescentou para algumas uma solução, mas para a

maioria um problema. Pois é sabido que muitas universidades não têm condições de sustentar o modelo em função do alto custo; nesse sentido, deixam de apresentar à sociedade uma boa Universidade de Ensino que também faça Extensão por exemplo; ou uma Universidade de Excelência apenas em Pesquisa. (MOREIRA DE OLIVEIRA, 2020).

Com efeito, no bojo das reformas do primeiro mandato de FHC, nos moldes propostos pelo MARE em articulação com o MEC, foi produzido o arcabouço jurídico representado pela Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com destaque (para o estudo em questão) para o capítulo *Da Educação Superior*:

A generalidade e a flexibilidade da LDB, como guarda-chuva das reformas pontuais, possibilitam ao MEC editar normas complementares via decretos e portarias. É o caso do Decreto n.º 2.207, de 15 de abril de 1997, revogado e substituído pelo Decreto 2.306²⁵, de 19 de agosto do mesmo ano. Ele estabelece distinções inéditas para o sistema de ensino superior brasileiro: IES públicas, IES privadas sem fins lucrativos e IES privadas com fins lucrativos. Ele põe a nu o que o artigo 45 da nova LDB encobria e que estava presente na versão anteriormente aprovada no Senado em seu artigo 43, isto é:

Art. 4.º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em: I – universidades; II – centros universitários; III – faculdades integradas; IV – faculdades; V – institutos superiores ou escolas superiores. (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI 2020, p. 70).

Diante do exposto, entendemos que o MARE consegue atingir seus objetivos de estender a reforma administrativa do Estado para todos os setores da esfera estatal, o que inclui o Ensino Superior. Fica claro também que o instrumento norteador de todo o processo focado na modernização (ancorada na eficiência) dos setores do Estado estava na articulação com as diretrizes dos organismos multilaterais (FMI e BIRD/Banco Mundial), que enfatizam a necessidade do equilíbrio das contas públicas, como também a valorização da administração privada, a descentralização, a autonomia, mas com controle (centralizado) por resultados.

De acordo com Aranha e Oliveira (2019), vale ressaltar que os organismos internacionais

A partir da década de 1990, intensificou-se o movimento internacional de reforma educacional para enfrentar os desafios de uma “nova ordem econômica mundial” (KRAWCZYK, 2012, p. 347). Essas reformas iniciaram-se com compromissos assumidos pelos governos de diferentes países e pelos organismos internacionais na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990. A partir desse movimento, a educação passou a ser tema central das reformas políticas e econômicas, as quais são “fortemente direcionadas, tanto na

²⁵ Esse decreto foi substituído ainda no governo FHC, na gestão do ministro da Educação Paulo Renato, pelo DECRETO N.º 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001; No governo Lula, na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad, pelo DECRETO N.º 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006. No governo Temer, na gestão do advogado e ex-Secretário de Educação do Amazonas Rossieli Soares da Silva, que substituiu Mendonça Filho em outubro do mesmo ano, ambos do DEM, antigo PFL, pelo DECRETO N.º 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

definição de suas prioridades quanto de suas estratégias, pelas orientações dos organismos internacionais financiadores” (KRAWCZYK, 2012, p. 347). Assim, a atuação do Estado tem sido disputada com o setor privado, evidenciando a participação do empresariado, que se concretizou como agente político no decorrer do século XX, com o apoio de setores organizados da sociedade civil, de modo que os interesses mercantis vêm prevalecendo. (ARANHA; OLIVEIRA, 2019, p. 04).

Conforme o exposto Aranha e Oliveira (2019), sob o argumento de que já era hora de o Brasil se modernizar, os organismos multilaterais apontavam para a urgência da privatização das empresas e dos serviços públicos, entre esses destacando-se os serviços educacionais, de ciência e pesquisa, de cultura e de saúde, o que foi feito (de acordo com as cartilhas) ao longo dos oito anos do governo FHC. Nesse contexto – e também não era por acaso – a gestão do MEC foi confiada ao economista e também um dos fundadores do PSDB Paulo Renato Souza, e a pauta que trata sobre reforma universitária é de interesse do Poder Executivo desde o governo FHC (o núcleo duro do governo era composto por economistas, a exemplo do governo Sarney, no qual essa ala tinha advogados – isso não tem nada de coincidência). É possível que o governo dos economistas tivesse em mente um tipo de empreendedorismo político dentro do Estado que, a partir da visão reducionista da realidade social, econômica, política e cultural, não pudesse ou não conseguisse ver o Brasil com seus Brasis.

1.2.1 As políticas para o Ensino Superior dos Governos do PSDB/PFL

Para tratar das Políticas de Ensino Superior nesse período, entendemos ser importante fazer um preâmbulo do contexto político que antecede os governos que estão situados no marco temporal deste trabalho. Vale lembrar que estamos tratando de um País que vinha de uma ditadura militar e a transição para a democracia – ou Nova República – a qual foi um tanto traumática e cujos efeitos ainda têm ressonância ainda hoje (por exemplo, a eleição de Bolsonaro e Mourão em 2018, ambos militares da reserva, dos quais o primeiro se utiliza constantemente da retórica militarista de forma pessoal e em apoio a seus seguidores com pedidos de intervenção militar e afronta os demais Poderes da República, o que de certa forma são resquícios da ditadura).

De acordo com o sociólogo Francisco de Oliveira (2006),

[...] a Nova República foi, com o benefício da prova *a posteriori*, na verdade, o epílogo da sociabilidade gestada no período inaugurado pela Ditadura Militar de 1964. É um epílogo determinado (Einstein) pelas poderosas invenções políticas que não eram suportáveis e não podiam operar nos limites do campo. Um salto quântico da política (Bohr). Era falsa, portanto, e apenas *impressionista* a nova transparência. Mal as linhas de força entre classes, interesses e representação emergiam com aparente clareza, elas ultrapassavam as possibilidades da *política policial* no campo

demarcado. Central de trabalhadores, movimento de camponeses, direitos sociais ampliados e assegurados ultrapassaram a *política policial*, jugulada, por outro lado, pelas tenazes da financeirização mundializada do capital. (OLIVEIRA, 2006, p. 272).

Passada a fase de amortização entre a ditadura e o retorno à democracia representada pelo governo do político maranhense José Sarney, o primeiro presidente eleito democraticamente pelo voto foi o alagoano Fernando Affonso Collor de Mello (governou de 1990-1992 e hoje senador da República), que sofreu *impeachment* e teve os seus direitos políticos suspensos pelo Congresso Nacional devido a denúncias de corrupção; e foi exatamente na década de 90, ano em que assumiu a Presidência da República, que as políticas sociais e econômicas foram influenciadas pela chamada Agenda Neoliberal²⁶.

Collor era a indeterminação elevada à décima potência: seu *messianismo* revelava a impossibilidade de uma política que ligasse classes, interesses e representação. Em termos weberianos, o reencantamento do mundo, ou a radicalização do fetiche, nos termos de Marx. Uma densa opacidade, uma neblina, um nevoeiro. Mesmo as câmaras setoriais, das quais particularmente a do Setor Automotivo, que reergueu a produção das montadoras e de autopeças do fundo do poço, ainda se estruturavam sob o signo da sociabilidade *fordista* e da política como representação de interesses. Seu fugaz êxito, que entusiasmou entre muitos este autor, foi simplesmente aplastado pelo novo trator da era da globalização, nas mãos de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda em 1994 e, a partir de 1995 até 2002, na Presidência da República (OLIVEIRA, 2006, p. 273).

Após dois anos turbulentos de Fernando Collor na Presidência da República (a fala de Oliveira faz muito sentido ainda hoje, pois nos encontramos em meio à turbulência do governo Bolsonaro, que a exemplo de Collor, é a indeterminação elevada à potência infinita), assume o então vice-presidente Itamar Franco, que, junto ao seu ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), criou uma política de estabilização financeira, denominada de Plano Real, o qual conseguiu frear o processo de hiperinflação que vinha desde o governo Sarney. Após o término do mandato do mineiro Itamar Franco, o então ministro da Fazenda, o carioca FHC,

²⁶ Em se tratando de um conceito polêmico, o neoliberalismo é objeto e instrumento de disputas teóricas e políticas. Justamente por ser uma ideia-força capaz de mobilizar a sensibilidade crítica e a ação política. Nesse contexto, a ênfase recai, portanto, na racionalidade política, que busca reconfigurar normativamente práticas e instituições. A norma de vida neoliberal é caracterizada pela lógica do mercado, pelas dimensões da concorrência e da forma da empresa privada. Mas existem algumas premissas que devem ser pontuadas: primeira – o neoliberalismo não considera o mercado como um dado natural, mas uma realidade construída que requer a intervenção ativa do Estado e a introdução de um sistema de direito específico. O neoliberalismo se reconhece abertamente como projeto construtivista. Segunda – a essência da ordem do mercado não é vista como residindo nas trocas, mas na concorrência entre unidades empresariais. A construção do mercado, portanto, é a construção institucional da concorrência como norma geral das práticas econômicas. Terceiro – o próprio Estado é submetido em sua ação à norma da concorrência do mercado global, sendo enquadrado pelas regras de direito privado. O Estado pensa em si próprio como empresa, tanto em seu funcionamento interno quanto em sua relação com os demais Estados concorrentes. Assim, o Estado é o responsável por construir o mercado, e ao mesmo tempo se construir segundo as normas de mercado” (ANDRADE, 2010).

que fez carreira política por São Paulo e foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), embalado pelo êxito do Plano Real, se credenciou como principal nome para suceder Itamar.

Desde o governo Itamar já se trabalhava com a ideia de que a privatização traria equilíbrio às contas públicas; e, seguindo essa mesma linha, o governo FHC não mediu esforços para fazer uma ampla reforma no setor público do País, o qual segundo eles era o responsável pela desordem financeira vigente por conta da ineficiência do setor público, da corrupção, da sonegação de impostos, além da guerra fiscal entre os entes federados.

A chegada à Presidência do então vice-presidente Itamar Franco, após o *impeachment* de Fernando Collor, significou a continuidade da construção do projeto neoliberal no Brasil. O processo de reformas constitucionais estava em curso e, com ele, o acirramento dos debates em torno da privatização das empresas estatais brasileiras, em total acordo com as perspectivas apontadas pelo Plano Brady.

O Plano Real foi um desdobramento do Plano Brady de renegociação da dívida externa do Brasil com os bancos credores. A negociação em torno do Plano Brady referente ao pagamento e à renegociação da dívida brasileira é fundamental para a problematização do período histórico em questão. Quando nos referimos ao período FHC, tomamos como pressuposto um amplo processo político e filosófico presente nas fronteiras nacionais e internacionais.

O Brasil apresentava até então uma situação peculiar em relação aos demais países da América Latina, pois se constituía no único país a não ter um acordo negociado aos moldes do Plano Brady. Isso se deveu ao processo de instabilidade política do País apresentada na parte anterior deste trabalho, bem como pelas dificuldades de pagamentos da dívida externa brasileira junto ao FMI.

As negociações do Brasil com os bancos privados foram desenvolvidas em um longo processo, que durou aproximadamente dois anos, sendo concluído em 15 de abril de 1994 por Pedro Malan, no governo Itamar Franco, tendo FHC como ministro (ANDRADE, 2013, p. 19).

Para ter acesso aos recursos dos credores internacionais, era necessário aceitar os termos impostos pelo Plano Brady²⁷, e sua implantação fortaleceu o discurso liberal que já se fazia presente por aqui, mesmo que embrionariamente desde o Governo Figueiredo, o último governante do período da Ditadura de 1964.

²⁷O plano Brady foi uma estratégia elaborada em 1989 pelo então secretário do Tesouro norte-americano Nicholas F. Brady, com objetivo de auxiliar na recuperação econômica de alguns países endividados. Esse plano foi, na verdade, uma adaptação do antigo plano Baker, que esteve vigente até o ano de 1985. A ideia era dar solução à crise da dívida externa dos países altamente endividados. A novidade do Plano Brady foi a de permitir e estimular o Banco Mundial e o FMI a oferecerem garantias aos novos títulos com desconto que seriam emitidos pelos países altamente endividados. Para Brady, a redução da dívida só seria assegurada a quem se conformasse às condicionalidades estabelecidas pelas duas instituições, entre as quais salientou as “reformas estruturais”. Essas condicionalidades terão que ser discutidas pelos países devedores; há nelas um vezo neoliberal incompatível com a realidade desses países, mas não há dúvida de que há nelas muito de bastante razoável, que, com uma efetiva redução da dívida, deixará de se constituir em política de ajustamento autodestrutível e poderá ser implementada. Na época, foram emitidos cerca de 50 bilhões de dólares em bônus para o País; e, embora tivesse validade até o ano de 2024, o Brasil antecipou a recompra deles em 2006. (BRESSER PEREIRA, 1989).

Nesse contexto, o tucano (como são conhecidos os filiados ao PSDB) promoveu a reforma administrativa adotando o modelo gerencial em substituição ao de princípios burocráticos vigentes, alinhando-se fortemente às políticas dos organismos internacionais (FMI, BM, BID) e adotando assim os princípios que regem o liberalismo econômico e político, condição indiscutível aos países que quisessem empréstimos, ou seja, adequar-se às regras desses organismos internacionais que garantiriam o “apoio” necessário na implementação das reformas estruturais de cunho liberal, o que não era uma opção, pois já estava prevista amplamente a aplicação do Consenso de Washington²⁸.

A partir da década de 1990, com a desregulamentação do Ensino Superior e consequente mercantilização da educação, que se deu principalmente a partir da reforma do Estado no governo FHC com base no Consenso de Washington, capitaneado pelo ministro Bresser Pereira e executado pelo ministro da Educação Paulo Renato, a “universidade brasileira terminou dominada por um poderoso viés profissionalizante, com uma concepção curricular simplista, fragmentadora e distanciada dos saberes e das práticas de transformação da sociedade” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 259).

Segundo Draibe (2003, p. 72, 76), o programa de governo dos tucanos, denominado “Mãos à obra”, tinha como princípios, objetivos e prioridades esboçadas um documento apresentado em março de 1996, intitulado: “Uma estratégia de desenvolvimento social”. Em certa medida, algumas concepções do desenho de política que orientaram o governo no primeiro mandato se mantiveram no segundo, como o “Programa de governo Avança Brasil (PSDB, 1998)”.

Com efeito, as Políticas Públicas para o Ensino Superior nos governos do PSDB seguem as tendências mundiais da década de 1990 e enfatizavam as diferenciações funcionais e a diversificação curricular como fatores primordiais de expansão desse ensino. Foi nesse contexto

²⁸O termo “Consenso de Washington” foi cunhado por Williamson (1990, 2008) no ano de 1989, em referência às dez políticas que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina na visão consensual dos organismos financiadores do governo dos Estados Unidos e organizações multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional. O fundamento do CW, conforme Williamsom (1990, p. 1), é “que os objetivos econômicos convencionais de crescimento, inflação baixa, viabilidade da balança de pagamentos e justa distribuição de renda devem determinar a utilização dos instrumentos de política [econômica]”. O autor apresenta as dez propostas no contexto de crítica às estratégias de crescimento adotadas no subcontinente a partir dos anos de 1950 (desenvolvimentismo, substituição de importação), em favor do que seriam as práticas frequentes e relacionadas ao sucesso dos países desenvolvidos do Ocidente. Como faz questão de reparar em textos posteriores (Williamson, 1993, 2008), as medidas do CW não estariam ligadas às noções neoliberais dos governos Thatcher e Reagan – monetarismo, economia *supply-side* e governo mínimo. As políticas do CW foram reinterpretadas ao longo do tempo, tanto a partir de aportes por especialistas (tecnocratas e acadêmicos) quanto em relação às idiosincrasias nacionais relacionadas à implantação das normas (Marangos, 2009). Como aponta Stiglitz (2008), o termo Consenso de Washington distanciou-se do uso dado por Williamson para referir-se mais genericamente ao conjunto de propostas focadas em privatização, liberalização e estabilidade de preços, passando a ser usado em uma conotação relativamente descolada da teoria econômica (OLIVEIRA, 2020, p. 165).

que o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) definiu três diretrizes para orientar a formulação de políticas públicas do Ensino Superior; e em especial para as Instituições Federais, na gestão do ministro da Educação Paulo Renato:

- 1) a primeira foi a de substituir o enfoque centrado sobre os critérios burocráticos do sistema de credenciamento pela ênfase sobre a avaliação de qualidade;
- 2) a segunda foi a de buscar maior eficiência administrativa e financeira do sistema, especialmente a do segmento federal;
- 3) e a terceira foi a de criar condições de melhoria e modernização do ensino (Paulo Renato Sousa, 1996) (PRATES, 2014, p. 96).

A ideia do governo para a política de gestão do Ensino Superior era a substituição da burocracia vigente baseada na observância de normas e procedimentos e a aplicação da ênfase à qualidade e ao desempenho do sistema, haja vista que o governo argumentava que o País ainda vivia sob a feição burocrática racional-legal da administração pública da década de 1930, em que a lógica burocrática prevalecia sobre todos os outros modelos de administração, em todos os segmentos da administração pública.

Com o intuito de driblar os obstáculos de natureza burocrático-corporativa, o governo desenvolve uma estratégia incremental baseada em uma série de medidas tópicas que foram, posteriormente, incorporadas pela política, mais compreensiva e de longo prazo, expressa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). As medidas incrementais foram: a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE); a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE); e a instituição do Exame Nacional de Cursos, todas elas definidas pela Lei n.º 9.131, de 1995. Em 1996 foi promulgada a LDB consolidando juridicamente a política educacional já em curso; e, com a Lei n.º 9.448, em 1997, criou-se o suporte técnico-institucional capaz de viabilizar a política global: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) transforma-se em autarquia federal com o objetivo primordial de prover ao MEC/SESu e ao CNE informações sobre estatísticas educacionais e apoiar o desenvolvimento de projetos de avaliação e gestão para os três níveis de ensino. Em 2002, o sistema nacional de avaliação, já consolidado, constituía um instrumento bastante eficaz de mudança no sistema de ensino superior brasileiro, especialmente no setor privado, produzindo consequências indiscutíveis de melhoria de qualidade nesse setor” (PRATES, 2014, p. 97).

Para o governo, com a LDB, o CNE e o INEP, criam-se as condições para a implantação do projeto de Ensino Superior rumo à solução do problema do rígido paradigma que orientava a institucionalização do sistema universitário público do País para o tipo único humboldtiano de universidade de pesquisa, que, de acordo com o governo, constitui-se de um monopólio. O autor enfatiza ainda que outra mudança institucional importante foi a regulamentação do sistema de composição dos órgãos colegiados da universidade pela LDB.

[...] o estabelecimento da regra de proporção dos segmentos da comunidade – professores, alunos e funcionários – na escolha de dirigentes pela Lei n.º 9.192, de 21/12/1995. Essa última definiu que, em caso de consulta para a escolha dos dirigentes universitários, o corpo docente deveria contar com peso de pelo menos 70% e que os cargos de diretor e de vice de unidade e de reitor e de vice das universidades fossem preenchidos por doutores ou por professores nos últimos dois níveis da carreira

docente. Essa lei afastou o fantasma da possibilidade de que a universidade pública viesse a ser comandada por pessoas estranhas ao corpo acadêmico. A LDB, por sua vez, ao estabelecer a porcentagem de 70% de representação de professores na composição dos órgãos colegiados, fortaleceu a natureza acadêmica da legitimidade do sistema decisório das universidades públicas (PRATES, 2014, p. 100).

Partindo do entendimento segundo o qual o escopo das políticas públicas de Educação Superior tem um mediador, que é a realidade objetiva, tanto do sistema quanto dos que o operam, verificam-se as contradições à medida que nem sempre os interesses são conciliáveis, pois a identificação dos problemas e os arranjos legais para sua correção não significam necessariamente sua solução; da mesma forma, a aplicação do novo arranjo geralmente enfrenta todo tipo de resistência e deixa algum segmento de fora, já que o cobertor financeiro do Estado nunca é grande o suficiente. Nesse sentido, o governo FHC tem suas ações mediadas pela perspectiva de um Estado moderno e menor, e suas ações foram marcadas pela implementação de reformas alinhadas com a agenda neoliberal privatista.

Essa ampliação foi realizada por meio de dois movimentos: a) a expansão das instituições privadas, por meio da liberalização dos “serviços educacionais”; b) a privatização interna das universidades públicas, por meio das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão” (LIMA, 2011, p. 87).

As mudanças advindas da agenda neoliberal dos governos tucanos se transformaram em serviços não exclusivos do poder público; e, nessa lógica, a educação deixou de ser um direito e passou a ser considerada um serviço, bem como deixou de ser considerada um bem público, pois passou a ser vista como um serviço privatizado, situação que, sem dúvida, trouxe novas concepções à educação superior, de forma que ocorreu um aumento significativo no número de estabelecimentos privados que passaram a comercializar educação.

Em 1997 o Banco Mundial elaborou um relatório sobre o desenvolvimento mundial em que criticava o monopólio estatal, propondo que o Estado se concentrasse em:

O BM defendeu o papel do Estado: a) em ações que promovam a segurança pública (do combate à violência às parcerias com os empresários e trabalhadores no financiamento do sistema de seguridade social); b) na elaboração de uma regulamentação eficaz que aproveite as “forças do mercado” em benefício dos “bens públicos”, estimulando as parcerias público-privadas; c) no incentivo à política industrial, inclusive com subvenções para o setor privado; d) na gestão eficaz da privatização das empresas estatais; e) no estímulo à maior “competência” no interior da administração pública, por meio de um sistema de contratação por mérito e de avaliação por produtividade; e f) na formulação de políticas que viabilizassem a participação dos empresários, dos sindicatos e dos usuários na supervisão dos serviços da administração pública (LIMA, 2011, p. 88).

A partir das diretrizes políticas do BM os Estados que as aderiram vão se ajustando,

evidenciando, com isso, o avanço do Capitalismo a partir de seus Organismos Multilaterais para os países periféricos, com um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a Educação Superior; e esse movimento se intensifica ainda mais no século 21. Com efeito, quando se fala em Ensino Superior para os oriundos das camadas populares, é um horizonte inimaginável para a maioria. O acesso aos cursos de nível superior, quando acontece para esses trabalhadores sem a intervenção de alguém ou de alguma Política Pública, é como um tipo de loteria em que a possibilidade de êxito já está clara desde o início que não é para todos. É evidente que atualmente o acesso à Universidade começa a fazer parte da caixinha de desejo de um número maior de brasileiros pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, principalmente com a expansão nos últimos anos do setor privado, atrelada aos programas de bolsas que acompanharam o crescimento desse setor, o qual a partir do governo FHC virou definitivamente mercadoria.

Em 1999, o BM lança outro documento *Estratégia para o setor educacional – documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe* contendo avaliações quanto à educação na região durante a década de 1990 e as diretrizes a serem implementadas no século 21. Novamente, o BM reforçou o papel da educação como estratégia de “alívio à pobreza” articulada à ampliação do setor privado nesse nível de ensino. O centro dessa política estava expresso na segurança do capital para atravessar, conquistar e submeter países e regiões à mundialização financeira (CHESNAIS, 1999); na atualização da força de trabalho para responder às novas demandas da divisão internacional do trabalho; e no aprofundamento da privatização de setores estratégicos dos países periféricos, como energia, telecomunicações e educação. (LIMA, 2011, p. 88).

As mudanças no sistema de Ensino Superior no governo FHC foram profundas, particularmente nas Instituições Federais. Esse processo se deu a partir de um arcabouço jurídico que permitiu a comercialização de “serviços educacionais”, como os cursos pagos, especialmente na pós-graduação *lato sensu*; avançou no estabelecimento de parcerias entre as universidades federais e empresas na realização de consultorias e assessorias a partir das fundações; se estendeu na política de extensão universitária com a venda de cursos de curta duração; nos mestrados profissionalizantes em parcerias com empresas públicas e privadas, com os quais o governo não precisava gastar, pois eram autofinanciáveis. (SILVA JR; SGUISSARD, 2020; PRATES, 2014; LIMA, 2011; ALMEIDA FILHO, 2007).

Em que pese ao fato de a Carta Magna de 1988, em seu art. 205, definir a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família e esse preceito ser a base para a LDB – 9394/96, observa-se uma mudança sutil na posição quanto ao dever da família; quanto ao Estado, este muda significativamente o seu papel, pois abre caminho para que se delegue (ou pelo menos “repasse” parte da sua responsabilidade com a iniciativa privada) a outrem, que na

Carta de 1988 é primária. Nesse contexto, vale lembrar que existia naquela época (como atualmente), na esteira da ideia da necessidade de modernização do Estado, a tentativa de taxar o servidor público como ineficiente ao passo que o setor privado era exaltado.

Conforme Silva Junior e Sguissardi (2020), no Seminário sobre a Reforma Constitucional em janeiro de 1995, o ministro Bresser Pereira defendeu a tese de que o Estado moderno, social-democrata, se constituiria de duas esferas fundamentais:

[...] um núcleo burocrático voltado para consecução das funções exclusivas do Estado, e um setor de serviços sociais e de obras de infraestrutura. Já sabemos que a ideia principal era reduzir o tamanho do Estado e transferir para o setor privado o que não era considerado fundamental. Esse movimento convergia com algo parecido que acontecia na grande mídia, que costumeiramente desqualificava os serviços públicos ou de responsabilidade coletiva por oposição ao privado e individual; já o ministro Bresser Pereira enfatiza as qualidades do setor privado ao propor que a eficiência, a agilidade etc. dos serviços do Estado deveriam ser semelhantes às desse setor (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI 2020, p. 46).

O governo que sucedeu FHC, além das responsabilidades objetivas do ocupante da cadeira de presidente do Poder Executivo, tinha seus próprios compromissos históricos, pois, por ser o primeiro governante claramente vindo das camadas populares da sociedade, tinha a missão, entre outras tantas (pelo menos era o que pairava no imaginário popular), de proporcionar um Ensino Superior que incluísse de forma efetiva os mais pobres, principalmente os das periferias das cidades e do interior do País, coisa que efetivamente nunca aconteceu desde o primeiro estabelecimento de Ensino Superior no Brasil, fundado em 1550 pelos jesuítas na Bahia, em que naquela época estava a capital do País.

1.3 A aliança PT/PL: a dobradinha trabalho e capital nos governos Lula/Alencar e os reflexos nas políticas para o Ensino Superior

O governo sob o comando do Partido dos Trabalhadores se insere na fronteira entre o neoliberalismo e o Estado de Bem-Estar Social, pois, apesar de receber um Estado reformado em termos de legislação administrativa após as reformas implementadas por FHC, por outro lado, herda também os problemas que não foram enfrentados pelo governo anterior (um exemplo claro desse “presente de grego” foi o não enfrentamento objetivo dos problemas advindos da ausência de um programa de reforma agrária, entre outras tantas negligências de um Estado mínimo praticado em um país com IDH de país africano, apesar de na época estar entre as dez maiores economias do mundo).

No Ensino Superior, havia necessidade urgente de regulação de questões consideradas fundamentais para o desenvolvimento desse nível de ensino, entre elas a autonomia

universitária, assegurada pela Constituição de 1988. Outro desafio seria assegurar que o Ensino Superior Público saísse das capitais e regiões metropolitanas e adentrasse os rincões do imenso Brasil, bem como a necessidade de uma política mais estável para o setor privado e que pudesse oferecer um enquadramento para o emaranhado legal que se formara nos últimos anos (AGUIAR, 2016).

Com efeito, para poder cumprir com seus compromissos históricos, o Partido dos Trabalhadores (PT)²⁹ fez uma das alianças políticas mais improváveis, porém pragmática de 2003 a 2010, haja vista que até então na política nacional a aliança que se operou naquele período se deu com o Partido Liberal (PL)³⁰ por meio do então senador e empresário mineiro

²⁹O Partido dos Trabalhadores foi criado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980. Em sua organização interna, ele se define como partido dos trabalhadores urbanos e rurais e de massas. Ideológica e organizacionalmente, o partido, desde sua origem, se compôs de tendências diversas. Em 1991 havia cerca de 15 tendências minoritárias, além da majoritária “Articulação”. Já em 1995 o PT se estruturava em torno de quatro grandes blocos ideológicos; nenhum deles, no entanto, se constituía como facção suficientemente majoritária para controlar o partido. Nas primeiras eleições presidenciais em 1989, no pós-Ditadura 1964/85, e após dez anos de fundação, o PT, em disputa com Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado para abrigar a candidatura de Collor, Lula obteve 31.076.364 votos (47%); e Collor se elegeu com 35.089.998 votos (53% do total de votos válidos). Na eleição presidencial disputada pelo partido em 1994, Lula concorreu com Fernando Henrique Cardoso, do PSDB/PFL, que foi eleito no primeiro turno. Na terceira disputa presidencial em 1998, o PT se coligou com o PDT de Leonel Brizola, tendo este como candidato à Vice-presidência, numa aliança que novamente enfrentaria o PSDB e o PFL repetindo a dobradinha da eleição anterior e sendo eleito também no primeiro turno. Na quarta disputa à Presidência da República em 2002, Lula adota uma abordagem pragmática adquirida nas eleições anteriores e lança a chapa PT/PL – Lula/ Alencar – Trabalho/Capital para enfrentar o tucano José Serra, do PSDB. Lula foi eleito presidente da República no 2.º turno com cerca de 52 milhões de votos, ou 61% do total. A quinta eleição geral disputada pelo PT se deu novamente com o PSDB, mas o candidato foi Geraldo Alkmim, e a disputa foi para 2.º turno, e saiu vitoriosa novamente a chapa PT/PL – Lula/ Alencar – Trabalho/Capital. Em todas as seis vezes em que o PT disputou as eleições presidenciais o Partido Comunista do Brasil – PCdoB foi o aliado de primeira hora. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-dos-trabalhadores-pt>. Acessado em: 11/03/2021.

³⁰Fundado em 25 de junho de 1985, no Rio de Janeiro, pelo deputado federal Álvaro Vale, na primeira eleição presidencial por voto direto após a Ditadura Militar, em 1989, o PL lançou a candidatura de Guilherme Afif Domingos, que obteve 3.272.462 votos no primeiro turno, correspondentes a 4,54% dos votos válidos, ficando em sexto lugar na disputa; e, no segundo turno, o PL apoiou a candidatura de Fernando Collor, vindo a ocupar o Ministério do Trabalho e Administração em 1992, por meio de João Melão Neto, porém todos os parlamentares do partido votaram favoravelmente ao *impeachment* desembarcando do governo e declarando apoio ao vice-presidente Itamar Franco. Na eleição de 1994 apoiou Fernando Henrique Cardoso a presidente da República. Em 1998, o PL não apresentou candidato próprio à eleição presidencial e apoiou a candidatura de Ciro Gomes, lançada pelo Partido Popular Socialista (PPS), que ficou em terceiro lugar no primeiro turno. Nas eleições de 2002 houve uma virada nos rumos do PL nas eleições presidenciais, que indicou o candidato a vice-presidente; a chapa Lula e José Alencar venceu a disputa, derrotando o candidato do PSDB José Serra no 2.º turno das eleições. Nesse pleito, o PL elegeu dois senadores: os pastores evangélicos Magno Malta – ES e Marcelo Crivella – RJ (sobrinho de Edir Macedo, fundador da IURD); para a Câmara Federal foram eleitos 26 deputados. Em função da cláusula de barreira estabelecida pela Lei Eleitoral 9.096/1995, em fevereiro de 2003, o Partido Social Trabalhista – PST e o Partido Geral dos Trabalhadores – PGT se incorporaram ao PL. Em setembro de 2005, o senador Marcelo Crivella (RJ) deixou o PL para, juntamente com outros políticos, fundar o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Nas eleições de 2006, Lula e Alencar foram reeleitos, mas, para atingir a cláusula de barreira de 5% dos votos válidos estabelecidos pela Lei Eleitoral 9.096/1995, o PL fundiu-se com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona); e a partir de outubro de 2006 surgiu o Partido da República – PR. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-liberal-pl>. Acessado em: 11/03/2021.

José Alencar, aliança que ocorreu nos dois primeiros governos do PT e conseqüentemente nos dois mandatos de Lula na Presidência da República.

A sinalização clara de moderação por parte do PT e de Lula – coligação com o Partido Liberal; a escolha de um grande empresário para candidato a vice-presidente; a carta ao povo brasileiro, assumindo compromisso com a manutenção dos contratos, metas de inflação e superávit primário – contribuiu para reduzir o medo de certas camadas em relação ao “radicalismo” petista e de Lula (CARREIRÃO, 2004, p. 183).

Ao longo dos 12 anos divididos entre as três tentativas (um com Collor e duas com FHC) de chegar ao Palácio do Planalto, Lula e o PT foram superando o estigma que pairava sobre ambos, pois cerca de 10% do eleitorado da época apontava o “radicalismo” como razão para não votar em Lula – “rejeição”; outros 10% diziam não votar em Lula por questões relacionadas ao seu “despreparo” para governar. Como estratégia de campanha, foi enfatizada sua capacidade de negociar e liderar (no âmbito sindical e partidário). Por outro lado, faz-se necessário reconhecer que o trabalho de propaganda foi favorecido por outros acontecimentos políticos como a desistência da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PFL), filha do ex-Presidente José Sarney (presidiu a República de 1985 a 1990, e sua família governou o Maranhão por 50 anos). Roseana até então estava em 2.º lugar na disputa, chegando a ficar apenas 3% atrás de Lula na pesquisa Datafolha de 20 e 21 de fevereiro; teve que renunciar logo após “a apreensão, pela Polícia Federal, de um enorme montante de dinheiro em espécie na sede da empresa Lunus, de sua propriedade. Durante semanas houve exposição televisiva da literalmente *montanha* de dinheiro, para a qual foram dadas diversas versões” (CARREIRÃO, 2004 p. 182).

Com efeito, a avaliação negativa do governo FHC, provavelmente pelo desgaste dos oito anos de reformas estruturantes e desestatizantes, particularmente no segundo mandato, atrelada às altas taxas de desemprego e de desigualdades sociais crescentes, pesaram contra o candidato do governo e a favor da chapa PT/PL, pois, apesar da boa aceitação de Serra entre os eleitores que avaliavam bem o governo FHC, suas propostas eram postas em xeque pela maioria do eleitorado. Os outros concorrentes, Ciro e Garotinho, se aproveitavam disso com relação ao candidato da situação e rejeitavam o PT e/ou Lula. Por outro lado, Ciro e Garotinho não eram vistos claramente como diferentes de FHC, o que Lula e o PT faziam muito bem. Outro ponto era o fato de o PT na época já governar estados e municípios importantes, com avaliação positiva; isso aliado à moderação estratégica do discurso e à estratégia política na formação da chapa. Porém não se deve afirmar nem que foi uma guinada à direita do PT e muito menos uma guinada à esquerda do eleitor brasileiro (CARREIRÃO, 2004).

A vitória da chapa PT/PL em 2002 não significou, pelo menos em nível legislativo, uma

posição confortável para a aliança de centro-esquerda (ou esquerda moderada) com a centro-direita (ou direita moderada).

Pelo contrário, na Câmara dos Deputados as bancadas de esquerda não chegavam a 30%; e no Senado, nem mesmo a 20%. São perceptíveis aqui os problemas que Lula iria vir a enfrentar. No primeiro semestre de governo, o único partido governista grande na Câmara dos Deputados era o PT; no Senado a situação era muito pior, na qual os partidos governistas não chegavam sequer a um terço da casa. Foi nesse contexto que o PMDB teve de ser chamado para compor o bloco de apoio ao governo, obtendo duas pastas ministeriais (REBELLO, 2012, p 307).

Contudo, no final de 2003, o PT/Lula já contavam com aproximadamente 60% da Câmara dos Deputados, e os principais partidos na maior parte eram do governo: PT, PMDB, PP, PL, PTB, PSB e PC do B. Ficava claro que a grande sacada política do Partido dos Trabalhadores (para se tornar o representante das massas) foi a vinda do PL na figura de José Alencar como vice de Lula, o que sinalizava (por parte do Partido que representava uma virada à esquerda) um governo de união, como era o famoso *slogan* de campanha “Lula, paz e amor”. No entanto não se pode afirmar que o primeiro mandato foi um governo de coalizão, já que o PT chegou a concentrar 60% das pastas ministeriais (REBELLO, 2012).

Para Rabello (2012), no segundo mandato que repetiu a aliança PT/PL, a base de apoio do governo se manteve estável; a mudança ficou por conta do PDT, que, tendo rompido com o governo em 2003, retorna à base de apoio e lá permanece até o final do mandato. Com efeito, a maior mudança nessa trajetória acabou por ser a própria figura de Lula, que já era grande ao resistir e persistir a três derrotas eleitorais seguidas e que com seu lastro precede o Partido; ele naturalmente nessa lógica ficou ainda maior. E, por outro lado, mesmo que boa parte das legendas não tinham grande vínculo social e alguns partidos possuíssem “donos” e outros até se comportassem como partidos-cartéis, o fato é que a baixa relação entre os conteúdos programáticos, entre eleitores e partido acabou por se tornar um ponto favorável ao Partido dos Trabalhadores, que, apesar das mudanças operadas para poder ganhar as eleições, permaneceu com forte vínculo com sua base e coerente com boa parte de suas bandeiras de luta.

A distância ideológica entre os partidos da coalizão e a posição do presidente e o número de partidos da coalizão são considerados aqui como indicadores da “complexidade” da coalizão. Isto é, uma vez formado o governo, o presidente se mantém em constante diálogo e negociação com os partidos incluídos na coalizão. Tendo isso em mente, quanto maior a distância ideológica total entre os partidos incluídos na coalizão e o presidente, mais difícil o processo decisório tendo em vista a disparidade de interesses envolvidos. No mesmo sentido, quanto maior o número de partidos incluídos na coalizão, maior a dificuldade para a tomada de decisão tendo em vista que tende a aumentar os custos de obtenção de um acordo que todos eles preferam ao *status quo* (BATISTA, 2014, p. 40).

No contexto do chamado governo de coalizão, outro ponto importante que acompanhou

a construção desses arranjos foram as mudanças na estrutura do Poder Executivo que se ampliou com o aumento do número total de ministérios, principalmente nos governos Lula, em comparação com as gestões de FHC, como também ocorreu aumento significativo no número de órgãos da Presidência com *status* ministerial, principalmente de secretarias temáticas nos governos Lula (FIGUEIREDO, 2014).

Com efeito, tratar de Políticas Públicas – sejam de que ordem forem – em um país do tamanho do Brasil (o quinto maior do mundo e o sexto maior contingente populacional³¹ do planeta) é no mínimo complexo, pois, dada sua geografia diversa, é um país de contrastes, e isso parece uma máxima que se estende a praticamente tudo, ou seja, o contraste é um traço histórico na sociedade brasileira como um todo. Contudo, quando se trata de Educação – e nesse caso em particular a Superior –, é importante não naturalizar os contrastes que são naturais para as características da geografia física e populacional do País, pois não podem ser naturalizadas quando se trata da baixa oferta de Educação Superior público principalmente fora dos grandes centros urbanos.

Nesse cenário de contrastes que marca o País como visto anteriormente, é que temos o “ensino público (minoritário) com o ensino privado (diferenciado e amplamente majoritário em termos de matrícula e número de instituições de ensino) e um regime de financiamento que se mostra incapaz de sustentar um processo consistente de inclusão social” (NEVES e MARTINS 2020, p. 97). Por outro lado, no período de ascensão do Partido dos Trabalhadores ao posto mais alto do Poder Executivo em 2003, o Brasil tinha 3,94 milhões de estudantes no Ensino Superior; no Censo da Educação Superior de 2009, o contingente chegava perto dos 6 milhões demonstrando um crescimento de 65%. Porém, desse total, 75% estavam nas instituições privadas, setor que “assumiu” parcela significativa da demanda (BRASIL, 2009).

Na área da Educação nos governos liderados pela aliança PT/PL, houve os avanços relacionados à expansão e ao acesso ao Ensino Superior, como a outros programas para a área da educação de modo geral, e os dados relevam objetivamente que dentro do contexto da aliança – Trabalho/Capital – foi estabelecido um marco das políticas educacionais, principalmente em relação a outros governos aqui analisados. Pode-se dizer que construíram um legado sem precedentes (vale salientar que atualmente circula uma narrativa largamente publicizada e

³¹ De acordo com estimativas do IBGE, a população residente nos 5.570 municípios brasileiros, com data de referência em 1.º de julho de 2020, chegou a 211,8 milhões de habitantes passando a ocupar a sexta posição no *ranking* mundial e sedendo uma posição ao Paquistão. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municípios-para-2020>. Acessado em: 02/03/2021.

documentada que coloca quem “ousa” apontar os pontos positivos do PT/Lula sob a “pecha” de comunista/petista, o que nem sempre condiz com a realidade, mas que é parte da estratégia de linchamento político do PT, que é divulgada largamente pela grande mídia, a qual se afina perfeitamente com a retórica da extrema direita que atualmente governa o País) tais como o FUNDEB³²; o Piso Salarial do Magistério Público da Educação Básica³³; o acesso à Educação Infantil³⁴; a reformulação do ENEM³⁵ e PROUNI; o SISU³⁶; a Lei das Cotas³⁷; o aprimoramento do FIES; o Prolindi³⁸, além das políticas de expansão e da criação dos Institutos Federais de

³² Criado em dezembro de 1996, no ano seguinte o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef foi implantado de forma experimental no Estado do Pará e funcionou em todo o País de 1.º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2006, a partir da composição de recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. Em substituição ao Fundef, foi criado o Fundeb pela Emenda Constitucional n.º 53/2006 e regulamentado pela Lei n.º 11.494/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, com vigência estabelecida para o período 2007-2020. O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional n.º 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico>. Acessado em: 02/03/2021.

³³ Criado pela Lei n.º 11.738, de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acessado em: 02/03/2021.

³⁴ O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil, em conformidade com a Lei n.º 12.499, de 29 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112722.htm. Acessado em: 02/03/2021.

³⁵ Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni), que foi criado em 2004 e oficializado em 13 de janeiro de 2005 pelo Governo Federal, com a Lei 11.096, como uma estratégia de inclusão social pela concessão de bolsas de estudos de 50% e de 100% em instituições de ensino superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acessado em: 02/03/2021.

³⁶ Criado em 2010 a partir da Portaria Normativa MEC n.º 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sisu surgiu depois de uma grande reformulação no Enem, originalmente criado em 1998, no último ano do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tanto para atrair mais interessados em realizar o exame quanto para permitir que os estudantes pudessem encontrar vagas em instituições públicas de todo o Brasil. O Sisu substituiu os processos vestibulares de algumas instituições públicas, a partir da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, e da Portaria Normativa MEC n.º 21, de 5 de novembro de 2012, permitindo, assim, que o estudante interessado em cursar o Ensino Superior pudesse utilizar a nota do ENEM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acessado em: 02/02/2021.

³⁷ Lei n.º 12.711/2012 (Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio – Lei de Cotas Sociais); Decreto n.º 7.824/2012 (Regulamenta a Lei n.º 12.711/2012 – Lei de Cotas Sociais); Portaria Normativa MEC n.º 18/2012 (Dispõe sobre implementação de reservas de vagas nas IFES de que trata a Lei n.º 12.711/2012 – Lei de Cotas Sociais). Disponível em: <http://unilab.edu.br/legislacao-sisu-2/>. Acessado em: 02/03/2021.

³⁸ O objetivo geral do PROLIND foi instituir um programa integrado de apoio à formação superior de professores para o exercício da docência aos indígenas como uma política pública da União a ser implementada pelas IES

Educação e de novas Universidades Federais no bojo das políticas de interiorização no âmbito do REUNI. Neste contexto, o PROUNI e o REUNI estão inseridos também no âmbito das parcerias público-privadas (PPP) na Educação Superior.

As PPP serão expressas por meio de várias ações realizadas pelo governo Lula da Silva, a contar da criação do ProUni, que garante isenção fiscal para o setor privado em troca de “vagas públicas” nas IES privadas, até a Lei de Inovação Tecnológica, que viabiliza as parcerias entre as IES públicas e as empresas. Uma referência importante e atual dessa operacionalização é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Reuni foi apresentado por meio do Decreto Presidencial n.º 6.096/2007 e tem como objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação. (LIMA, 2011, p. 91).

Em que pese às críticas sobre a continuidade das políticas neoliberais de FHC no governo Lula expressas em políticas como as citadas por Lima (2011), é inegável que tais políticas também foram fundamentais para a ascensão econômica, política e sociocultural dos setores de baixa renda nos governos do PT, assim como o é o empobrecimento desses setores no período do governo Temer e agravado sob Bolsonaro. Parece-nos que a ideia de que houve um golpe faz muito sentido, pois, para pôr fim aos governos do Partido de Massas, e conseqüentemente interromper o ciclo de Políticas de “Estado Forte”, foi necessário que o Partido do Estado Mínimo e/ou “Estado Fraco”, o PSDB, entrasse no jogo e apoiasse a interrupção do mandato da presidente Dilma, encerrando assim um período em que o Estado olhava também para as desigualdades sociais de modo objetivo a partir da implementação de inúmeras ações como as citadas acima, porém sobre essa questão é importante marcar a seguinte posição: o golpe foi para impedir o fortalecimento das esquerdas no Brasil e na América do Sul, já que o mesmo movimento aconteceu em todos os países com governos de esquerda do continente, bem como para impedir o Brasil de alçar voos mais altos na geopolítica mundial.

Está claro que estamos sob mais uma ofensiva neoliberal (muito mais agressiva e violenta, situação não observada nos governos eleitos desde a redemocratização: Collor/Itamar e FHC) no país que usurpa direitos sociais, elevando a desigualdade social, além da

públicas federais e estaduais de todo o País. A partir do EDITAL de CONVOCAÇÃO n.º 3, de 24 de junho de 2008, da SECADI/MEC, apoiou os projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais para o segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio das comunidades indígenas. Disponível: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PROLIND/edital_prolind2008.pdf. Acessado em: 22/03/2021.

desnacionalização do pré-sal e da privatização³⁹ da Petrobras; e quem sabe esse também será o destino da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil; e por último, no contexto da geopolítica mundial, o enfraquecimento da integração dos países do Sul e dos BRICs como golpe final reafirmando a Doutrina Monroe.

Em contrapartida, vale ressaltar o papel do Brasil no cenário mundial, na gestão Lula:

No auge da crise global, chegamos a emprestar 14 bilhões de dólares para países em dificuldades. E ainda alcançamos o Grau de Investimento, na avaliação das principais agências de risco. Colocou-se também em dúvida a capacidade do presidente Lula em representar bem o País no exterior por ser monoglota. Porém, discursando aqui e acolá, sempre em português, o presidente Lula firmou-se como grande personalidade mundial, elogiado por revistas e jornais do mundo inteiro e requisitado por plenipotenciários de todos os quadrantes para contribuir com as discussões das complexas questões internacionais. Até o conservador Foro Econômico de Davos escolheu o presidente Lula como o Estadista Global de 2009. A bem da verdade, a nova política externa fortaleceu e ampliou o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e lançou as bases da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), mudando o patamar da integração da América do Sul. Tivemos também um papel protagonista na constituição do G-20 como novo fórum da governança econômica global, no contexto da crise internacional, alterando estrategicamente o papel dos países emergentes, especialmente dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), na política mundial. (MERCADANTE, 2010, p. 22).

No final do governo Lula, a estabilidade socioeconômica promovida por sua gestão garante a eleição de Dilma Rousseff⁴⁰ e conseqüentemente a continuidade do eixo progressista

³⁹ Segundo reportagem de Danielle Brant e Fábio Pupo, apesar de dizer que vai privatizar, o governo Bolsonaro já vendeu 92,3 bilhões em ativos das três estatais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/bolsonaro-ja-vendeu-r-91-bi-em-ativos-de-bb-petrobras-e-caixa.shtml>. Acessado em 01/03/2021.

⁴⁰ Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, no dia 14 de dezembro de 1947, filha de Pedro Rousseff e de Dilma Rousseff. O pai era imigrante búlgaro naturalizado, e seu nome de batismo era Pétrar Russév. Iniciou sua atuação política ainda no período em que cursava o antigo colegial, nos primeiros anos da Ditadura Militar inaugurada em 1964. Aproximou-se então do grupo de esquerda Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop). Presa em janeiro de 1970 em São Paulo, na onda de repressão às organizações de esquerda desencadeada pela Operação Bandeirante (Oban), Dilma esteve detida nas dependências da 36.^a Delegacia de Polícia, sede da Oban, e no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Foi torturada na prisão, o que lhe rendeu sequelas, como um problema na glândula tireoide. Posteriormente foi condenada e transferida para o Presídio Tiradentes, ainda em São Paulo. Foi solta no final de 1972. Após deixar a prisão, mudou-se para Porto Alegre, onde retomou os estudos e reconstruiu sua atuação política, já distante da luta armada. Ingressou em 1974 no curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e trabalhou de 1975 a 1977 na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado. Em 1977, concluiu a graduação. Em 16 de setembro de 1980 foi o ano de fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no qual Dilma Rousseff ingressou; e de 1980 a 1985 Dilma trabalhou na Assembleia Legislativa do Estado assessorando-os. De 1986 a 1988, na gestão do pedetista Alceu Collares na prefeitura de Porto Alegre, Dilma foi secretária municipal da Fazenda. Em 1989, após a derrota dos pedetistas e a vitória de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições para a prefeitura, assumiu a diretoria-geral da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Permaneceu nessa função até 1990, ano em que Alceu Collares foi eleito governador do Estado; e de 1991 a 1993 foi presidente

(bem demarcada pela presença do histórico PCdoB), no entanto, a grande mídia imputava ao PT toda a corrupção do País (mesmo que para isso tivesse que sepultar as conquistas sociais de milhões de brasileiros; e, nesse sentido, tirá-los do poder era pouco; era necessário promover o linchamento político das lideranças do campo progressista). Vale lembrar que, em se tratando de corrupção, esta esteve presente também no governo FHC (o Caso Sivam, a compra de votos para a reeleição⁴¹, o escândalo da Vale do Rio Doce etc.).

Porém, em relação à sucessão de Lula, outros fatores pesam na escolha de Dilma, os quais certamente foram relevantes para as dificuldades que o PT viria a ter nas próximas legislaturas; entre elas destacamos a cassação e depois a prisão do ex-deputado federal Zé Dirceu, que em 2003 se licenciou para assumir a Casa Civil, ficou no cargo até 2005 e deixou a pasta por conta do escândalo do *Mensalão* de forma que retomou o mandato de deputado federal, tendo sido imediatamente cassado. José Dirceu⁴² era considerado o “homem forte do

da FEE. Em 1993, assumiu a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do governo estadual, na qual permaneceu até o final de 1994. Após o término do governo Collares, Dilma voltou a trabalhar na FEE, de 1995 a 1997. Tornou-se editora da revista da Fundação, Indicadores Econômicos FEE. Nas eleições de 1998 para o governo do Rio Grande do Sul, com o petista Olívio Dutra ganhou e os acordos para a participação do PDT no governo, Dilma assumiu em 1999 a Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações. Contudo, no ano seguinte, Leonel Brizola, principal líder pedetista, e Alceu Collares se desentenderam com Olívio Dutra e com o PT gaúcho, e Brizola determinou o rompimento do PDT com o governo. Dilma discordou dessa orientação e deixou o PDT e filiou-se ao PT. Dilma ingressou no PT em março de 2001, tendo permanecido à frente da secretaria até o término do governo de Olívio Dutra, em 1.º de janeiro de 2003. Em 2001, o Brasil sofreu com a crise energética que ficou conhecida como o “Apagão”. Desde o governo de Fernando Collor (1990-1992), havia uma redução dos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica. Com o Apagão no período FHC, os estados da Região Sul foram poupados das medidas de racionamento de energia que foram impostas a quase todo o País; também ali se fez um esforço voluntário para reduzir o consumo. Em função do cargo que ocupava no governo gaúcho, Dilma foi responsável pelas negociações com Pedro Parente, coordenador da Câmara de Gestão da Crise e chefe da Casa Civil da PR. Em 2002, após as eleições presidenciais das quais o PT saiu vitorioso, coordenou a equipe de infraestrutura do governo de transição e foi convidada pelo presidente eleito para o Ministério das Minas e Energia (2003-2005). Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/dilma-vana-rousseff>. Acessado em: 22/03/2017.

⁴¹Compra de votos: A reeleição de FHC custou caro ao País. Para mudar a Constituição, houve um pesado esquema para a compra de voto, conforme inúmeras denúncias feitas à época. Gravações revelaram que os deputados Ronivon Santiago e João Maia, do PFL do Acre, ganharam R\$ 200 mil para votar a favor do projeto. Eles foram expulsos do partido e renunciaram aos mandatos. Outros três deputados acusados de vender o voto, Chicão Brígido, Osmir Lima e Zila Bezerra, foram absolvidos pelo plenário da Câmara. Como sempre, FHC resolveu o problema abafando-o e impedindo a constituição de uma CPI.

Vale do Rio Doce: Apesar da mobilização da sociedade em defesa da CVRD, a empresa foi vendida num leilão por apenas R\$ 3,3 bilhões, enquanto especialistas estimavam seu preço em ao menos R\$ 30 bilhões. Foi um crime de lesa-pátria, pois a empresa era lucrativa e estratégica para os interesses nacionais. Ela detinha, além de enormes jazidas, uma gigantesca infraestrutura acumulada ao longo de mais de 50 anos, com navios, portos e ferrovias. Um ano depois da privatização, seus novos donos anunciaram um lucro de R\$ 1 bilhão. O preço pago pela empresa equivale hoje ao lucro trimestral da CVRD. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-11-crimes-da-era-FHC/4/34283>. Acessado em: 01/03/2021.

⁴² José Dirceu é advogado e foi parlamentar nas seguintes legislaturas: Deputado Estadual, SP, Partido: PT,

governo”, chamado por alguns rivais de “primeiro-ministro”, e conduzia com pulso firme as pautas do governo no Congresso Nacional; acumulou desafetos por sua postura, porém o mais contundente foi o caso do ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro Roberto Jefferson⁴³, cassado no âmbito do *Mensalão* do PTB.

1.3.1 A aliança PT/PMDB: o governo Dilma/Temer e seus desdobramentos

Para entender os avanços das Políticas Públicas e/ou seus retrocessos nas estruturas do Estado, é necessário analisar as alianças praticadas no âmbito dos governos como forma de dar sustentação e governabilidade aos mandatos do Poder Executivo nas candidaturas majoritárias (Presidente da República, Governadores dos Estados e Prefeitos de Municípios), pois essa é a tônica dentro do sistema político do dito presidencialismo de coalizão para fazer frente à diversidade de representações no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo. Destarte esses arranjos são influenciados por aspectos diversos, que podem inclusive transformar os mandatos e dar rumo diverso ao governo.

As coalizões governamentais nos sistemas presidencialistas geralmente são determinadas pela afiliação partidária, o que não é uma questão local, mas pode ser observada em um grande número de países que adotam o presidencialismo como sistema político. “Estudos de caso não apenas podem, mas devem verificar se o ministro participa do governo em nome de seu partido; ou seja, se a participação se deve a um compromisso de natureza

Período: 1987 a 1991, Constituinte - Deputado Federal - (Congresso Revisor), 1991-1995, SP, PT, Dt. Posse: 01/02/1991; Deputado Federal - 1999-2003, SP, PT, Dt. Posse: 01/02/1999; Deputado Federal - 2003-2007, SP, PT, Dt. Posse: 01/02/2003. Estudos e Cursos Diversos: Direito, PUC, São Paulo, SP, 1965-1983; Pós-Graduação em Economia (incompleto), PUC, São Paulo, SP, 1984-1985. Obras Publicadas: *Abaixo a ditadura*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. 193 p. Coautor: Vladimir Palmeira; *Reforma política: instituições e democracia no Brasil*. Fundação Perseu Abramo, 1999. 48 p. Coautor: Marcus Ianoni. Perdeu o mandato de Deputado Federal na legislatura 2003-2007, em 1.º de dezembro de 2005. O Supremo Tribunal Federal retomou, nesta quinta-feira (27/02), o julgamento dos recursos da Ação Penal 470, que ficou conhecida como processo do *Mensalão*. O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, por seis votos a cinco, absolver do crime de formação de quadrilha oito dos 25 condenados no processo do *Mensalão*, inclusive o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoíno, Delúbio Soares, os publicitários Marcos Valério, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz e os ex-dirigentes do Banco Rural Kátia Rabello e José Roberto Salgado. Disponível: <https://www.camara.leg.br/tv/427795-stf-absolve-oito-condenados-do-mensalao-do-crime-de-formacao-de-quadrilha/>. Acesso: 13/08/2021.

⁴³ Roberto Jefferson Monteiro Francisco é advogado e foi deputado federal pelo Rio de Janeiro; é presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, apontado como chefe do *Mensalão* do PTB. O Ministério Público Federal o acusou de ser o chefe da quadrilha que, entre 2003 e 2005, organizou o esquema de desvios de recursos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – a origem do *Mensalão* – para levantar fundos de campanha para o PTB, da base governista. Estruturado numa estatal com orçamento anual de R\$ 10 bilhões, o esquema do PTB, segundo os procuradores, repetiu o que ainda é uma prática sistêmica comum de corrupção na máquina pública: lotear as estatais e autarquias para extorquir empresas com negócios no governo usando correligionários indicados pelos partidos e o lobby profissional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/58531/noticia.htm?sequence=1>. Acessado em: 16/03/2021.

partidária ou se é decorrente da decisão individual” (FIGUEIREDO, 2007, p. 162).

Presidentes não apenas formam coalizões governamentais, mas também as alteram ao longo de seus mandatos, procurando construir uma base de apoio no Legislativo. A regra constitucional que dá aos presidentes a prerrogativa de escolher os membros do gabinete não lhes concede total autonomia para formar os seus governos. Se tomarmos como certo o fato de que o objetivo dos presidentes é obter apoio na legislatura, não há razão para acreditar que a escolha de futuros membros do governo não levará em conta a força dos partidos no Legislativo (FIGUEIREDO, 2007, p. 162).

E é nesse contexto que trataremos sobre a aliança política entre PT/PMDB – Dilma/Temer, já que o PMDB, desde a redemocratização, vem sendo o partido que tem garantido a governabilidade no contexto das alianças para obter maioria no Congresso no sentido de garantir que a agenda do governo consiga aprovação necessária, quer nos agrade, quer nos desagrade, pois é nos períodos e nos processos eleitorais que ocorre a disputa pelo controle do aparato estatal, que determinará os rumos que o Estado tomará e qual serão suas prioridades, as quais estão expressas nos programas de governos dos Partidos Políticos. É a luta de classe expressa na oposição entre os ricos – sempre em minoria numérica – e os pobres – em quantidades imensamente superiores dos brasileiros –, porém sub-representados nas esferas de poder.

O PMDB entra como o mediador (também e talvez primeiramente dos seus próprios interesses), pois ao longo desse período consolidou suas bases no interior, em que prevalecem os vícios do chamado *clientelismo*⁴⁴. “Ainda que por momentos o embate entre capitalistas e trabalhadores, isto é, esquerda e direita, possa ganhar centralidade, a prevalência do subproletariado puxa os atores para uma configuração de natureza populista” (SINGER, 2018,

⁴⁴ Para se compreender o uso que hoje se faz do termo *clientelismo* na ciência e na sociologia política, talvez seja útil partir dos tempos antigos, fazendo referência, se bem que breve, às clientelas e aos clientes das sociedades tradicionais, particularmente à clientela romana, que não deu apenas o nome ao fenômeno, mas também é indiscutivelmente seu exemplo mais conhecido. Enquanto na sociedade pré-moderna, os sistemas de clientela formavam verdadeiros e autênticos microssistemas autônomos, que, excepcionalmente, sobrevivem como tais, apresentando-se como alternativa do sistema político estadual (v. MÁFIA), no sistema político moderno, eles tenderam a coligar-se e a integrar-se numa posição subordinada ao sistema político. Exemplo clássico disso é o partido dos “notáveis” – não os notáveis em sentido genérico, mas os senhores fundiários – em que acabava, como ocorria com os “senhores de casa” pré-modernos, uma rede de relações de clientela que agora se transforma, porém, em estruturas de acesso e contacto com o sistema político. Sobretudo na época do sufrágio restrito – mas não faltam exemplos após a introdução do sufrágio universal –, o notável, a quem, de direito e de fato, está reservado um trato privilegiado com o poder político, serve de elemento de ligação do poder com a sociedade civil e com seus próprios clientes, a quem continua a dispensar proteção e ajuda diante de um poder frequentemente distante e hostil, em troca do consenso eleitoral. Quanto aos recursos, a parte que é de origem pública (excluídos os maiores grupos de poder da sociedade civil, capazes de impor as próprias decisões à classe política) é destinada na forma rigorosamente típica da clientela, que tem muito em comum com o clientelismo das zonas atrasadas antes descritas. Envolve formas de aquisição do consenso por meio de permuta e, por isso, fenômenos de personalização do poder, aliás extremamente evidentes. (MASTROPAOLO, 1998).

p. 131).

Observa-se também que a dificuldade de o partido dos ricos vencer as eleições presidenciais, uma vez ocorrido o realinhamento eleitoral, estimula o golpismo, estabelecendo uma dinâmica bipolar cada vez mais radicalizada. A terceira agremiação, dona de uma mobilidade ideológica quase absoluta, mexe-se de acordo com a conjuntura, podendo tanto ajudar na estabilização quanto na ruptura do sistema democrático. Sem compreender o funcionamento desse mecanismo, torna-se impossível dar conta do *impeachment* de 2016.

Ao contrário do que parece, o sistema partidário-eleitoral expressa e orienta as classes em disputa. É verdade que a excessiva fragmentação e a enorme zona de clientelismo confundem as linhas de força, produzindo uma tensão permanente entre dois impulsos estruturais – um a favor e outro contra a representação. Por isso, para compreender a dinâmica em que Dilma foi derrubada, é necessário tomar a tensão entre representação, fragmentação e clientelismo como elemento constitutivo do sistema (SINGER, 2018, p.132).

O sistema político nacional é deveras contraditório, mas expressa o que de fato existe na sociedade, cuja formação de classe difere da dos países representantes do Capitalismo central. E é nesse contexto levantado pelo autor que ocorre o acirramento do conflito a partir dos partidos representantes de cada extremo (ricos e pobres, direita e esquerda), que se conectam com os conflitos de classe, levando a um curto-circuito do sistema partidário a exemplo do último embate entre PSDB, que nesse caso representa os ricos e a direita, e o PT, que no governo, encabeçando a Frente Brasil Popular, representa a outra ponta, ou seja, os pobres e a esquerda, daí surge o risco de autodestruição de ambos (como se pôde observar no período do governo Bolsonaro, que quase levou à sucumbência da democracia).

Isto posto, para Singer (2018), havia motivos de sobra para se ter esperança com o governo da presidente:

Dilma sentou na cadeira presidencial tendo atrás de si um crescimento de 7,5% do PIB, uma taxa de desemprego de 5,3% e uma participação do trabalho na renda 14% acima da que havia em 2004. Uma massa de trabalhadores fazia uso de prerrogativas antes destinadas apenas à classe média, como viagens de avião, tratamento dentário e ingresso em universidades. O Brasil parecia incluir os pobres no desenvolvimento capitalista sem que uma só pedra tivesse riscado o céu límpido de Brasília. Lula resolvera a quadratura do círculo e achara o caminho para a integração sem confronto. Aclamado *urbi et orbi*, recebia aplausos da burguesia, nacional e estrangeira, e de centrais sindicais concorrentes. No início de 2009, Obama declarou que ele era “o político mais popular da Terra”. Em novembro, a revista britânica *The Economist* colocara na capa o Cristo Redentor como um foguete e a frase: “O Brasil decola”. Em dezembro de 2010, o ex-presidente encerrava o mandato com 83% de aprovação, a maior da série iniciada pelo Data Folha na década de 1980 (SINGER, 2018, p. 11, 12).

Como se pode ver, o PT sob Lula deixou de modo geral um País estabilizado economicamente e com grande prestígio internacional para sua sucessora, pois, de certa forma, era um governo de continuidade em função do partido, mas é claro que existiam enormes dificuldades em manter os níveis de aprovação do antecessor. A escolha da ex-ministra da Casa

Civil Dilma Rousseff, que ocupou o cargo entre 2005-2010, muito provavelmente não foi tarefa fácil tendo em vista que, apesar das baixas ao longo do governo, havia quem argumentasse o fato de ela não ser política profissional, pois até então todos que ocuparam a Presidência da República eram políticos profissionais com vários mandatos (em sua maioria ex-governadores, senadores e deputados), no entanto, a primeira mulher a presidir o Poder Executivo da República tinha larga experiência nos bastidores da política. Além de ter sido a primeira mulher a presidir o Poder Executivo da República Federativa do Brasil, foi sob sua gestão que em comparação a outros presidentes, houve uma maior participação de mulheres nos cargos de alto escalão⁴⁵.

De acordo com Gitirana e Kreuz (2020), desde a redemocratização, em relação à participação de mulheres no “alto escalão da burocracia do Poder Executivo, a média geral de integrantes dos Ministérios do Estado brasileiro” sofreu poucas mudanças:

Os maiores destaques da participação de mulheres em cargos ministeriais se centralizaram nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (2007-2011), no segundo mandato, com oito indicações, e de Dilma Rousseff, também do PT, com a indicação de 12 mulheres no primeiro mandato (2011-2015). Entretanto vale mencionar que o número de órgãos com *status* de ministério sofreu alterações ao longo dos anos, sobretudo de governo para governo. Como apontam Sheila Barbosa e João Pompeu (2017, p. 14), ao longo dos anos o número de órgão com *status* de ministério experimentou um crescimento significativo, passando de 26 no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) para 39 no início do segundo governo Dilma. Isso significou um acréscimo de 50% em vinte anos. Nota-se que é exatamente nesses governos em que aumentou o número de órgãos com *status* de ministérios que a nomeação de mulheres para participar do alto escalão da burocracia do Poder Executivo foi maior (GITIRANA; KREUZ, 2020, p. 250).

⁴⁵ Maria do Rosário - Secretária de Direitos Humanos – (PT-RS), Ideli Salvati – Ministério da Pesca – (PT-SC), Iriny Lopes – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres – (PT-ES), Miriam Belchior – Ministério do Planejamento – (PT-SP), Luiza Bairros – Secretária Especial de Promoção da Igualdade Racial – (PT), Tereza Pampello – Ministério do Desenvolvimento Social – (PT), Isabella Teixeira – Meio Ambiente – (sem partido), Ana de Hollanda – Ministério da Cultura – (sem partido), Helena Chagas – Secretária de Comunicação Social – (sem partido) e Kátia Abreu assumiu o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PMDB). No Governo Fernando Henrique (1995-1998) apenas o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo para uma mulher: Dorothea Werneck. No segundo mandato (1999-2002) com três ministras em sua equipe: Anadyr de Mendonça Rodrigues (Controladoria-Geral da União), Cláudia Maria Costin (Secretária de Estado de Administração e do Patrimônio) e Wanda Engel Aduan (Secretária de Estado de Assistência Social) perfazendo um total de quatro ministras. No governo Lula: Benedita da Silva foi ministra da Secretária Especial da Assistência e Promoção Social (2003 e 2006), Dilma Rousseff foi ministra de Minas Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010), Emília Fernandes foi ministra da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (2003 e 2004), Erenice Guerra foi ministra-chefe da Casa Civil entre abril e setembro de 2010, Marina Silva ministra do Meio Ambiente (2003 a 2008), Marta Suplicy no Ministério do Turismo (2007, 2008), Matilde Ribeiro, ministra da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) (2003 a 2008), Nilceia Freire, ministra da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (2004 a 2011), Sandra Starling, ministra interina do Trabalho (janeiro e julho de 2003) foram oito mulheres ao longo dos dois mandatos. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-quem-foram-ministras-do-periodo-democratico-no-brasil>. Acessado em: 23/03/2014.

Sabemos que a representatividade de grupos politicamente minoritários em espaços de poder apresenta dificuldades e, quando ocorre, engloba diferentes estratégias a depender da forma de indicação ou da ascensão ao cargo. Historicamente afastados desses espaços políticos, mesmo os grupos numericamente maiores podem ser politicamente minoritários, como é o caso das mulheres, que representam em torno de 51,1% da população (IBGE, 2022). Por outro lado, a reserva de 30% das candidaturas para gênero nas chapas ao Legislativo garante que estas não sejam formadas exclusivamente por homens ou por mulheres *quando e se* for o caso, uma vez que ambas as possibilidades são coibidas pelo texto legislativo, devidamente estabelecido pela “Lei n.º 12.034/09, que alterou a Lei n.º 9.504/97, que se originou de um processo de discussão sobre a necessidade de ampliação da representação feminina, mas tem resultado ainda incipiente na realidade eleitoral brasileira” (GITIRANA; KREUZ, 2020, p. 246).

Passando esse preâmbulo necessário sobre a questão de gênero na política, cabe-nos agora situar o governo Dilma nas questões que realmente fizeram diferença para o bem ou não do coletivo e/ou para cada brasileiro que assimilou a trajetória do mandato da primeira presidente, de acordo com suas ideologias, crenças, valores morais, informações de que dispunha e conhecimento de modo geral para avaliar a questão. Isso posto, se existia uma sensação de continuidade entre Lula e Dilma, existiam também enormes diferenças de estilo de fazer política entre os dois companheiros de partido.

Em seu discurso de posse, a presidente já reconhecia a enorme tarefa de suceder um presidente que terminou o mandato com 80% de aprovação.

A tarefa de suceder o presidente Lula é desafiadora. Eu saberei honrar este legado e saberei consolidar e avançar nesta obra de transformação do Brasil. A vontade de mudança do nosso povo levou um operário à Presidência do Brasil. Seu esforço, sua dedicação e seu nome já estão gravados no coração do povo, o lugar mais sagrado da nossa nação. Hoje o presidente Lula deixa o governo depois de oito anos, período em que liderou as mais importantes transformações na vida do País. A força dessas transformações permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil. Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia (BRASIL, 2011).

Para Singer (2018, p. 48), Lula optava sempre por evitar o confronto direto. Quando percebia resistência, ele geralmente procurava o caminho alternativo, ou seja, trabalhava sempre perseguindo o consenso, e “Dilma, ao contrário, entrava em combate”. Ainda assim, algumas perguntas devem ser feitas para que, ao tentar responder a elas, sirvam para a compreensão da totalidade de trajetória do governo e da governante em questão, de modo que se possa entender os motivos do fracasso da “tentativa encetada por Dilma de garantir

crescimento sustentável com reindustrialização, aumento do emprego e da renda”.

Hipótese: a presidente apostou em uma coalizão entre industriais e trabalhadores para sustentar uma virada desenvolvimentista. No meio do caminho, a coalizão se desfez, pois os industriais mudaram de posição, deixando afundar a arquitetura que deveria levar o País para fora da arrebentação gerada em 2011 pela recidiva da crise mundial. No lugar da coligação entre capital industrial e trabalho surgiu uma renovada frente única burguesa em torno de plataforma neoliberal, em particular o corte de gastos públicos e as reformas trabalhista e previdenciária (SINGER, 2018, p. 39).

O autor defende ainda a tese de que a classe média não assimilou bem, entre outras coisas, a política de integração social, já que esse movimento interferiu na oferta de mão de obra; por exemplo, no caso dos empregados e empregadas domésticas.

Um sintoma: escassez de trabalhadores domésticos entre 2011 e 2013. Ter empregados domésticos faz parte do estilo de vida da parcela “modernizada” desta sociedade. O Brasil era o país com o maior número de empregados domésticos do mundo: 7,2 milhões. Além da escassez, a ampliação dos direitos da categoria, em abril de 2013, com limitação de jornada de trabalho, pagamento de hora extra, adicional noturno, entre outros benefícios avançava lentamente a valorização dos trabalhadores domésticos que remanesciam. O filme *Que horas ela volta?*, lançado em 2015 (quando o quadro já regredia), retrata aquele momento. Mas o trabalho doméstico é apenas exemplo do processo maior e mais central que estava em curso. O lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas, ao diminuir, a pobreza o fazia sem querer” (SINGER, 2018, p. 22).

A elite do Brasil com seu passado escravista é avessa a acontecimentos políticos e econômicos que visam incluir segmentos historicamente marginalizados da população conforme explicita a relação do capital com a política e conseqüentemente com os políticos, o que demonstra a subordinação do aparato político e estatal aos projetos e às alianças que se opunham à diminuição das pessoas com *status* de “pobres”, desde o governo Lula.

[...] uma vez que a redução da desigualdade parece ter-se concentrado na redistribuição da renda entre trabalhadores pobres, de um lado, camadas médias e pequenos empresários, de outro. É verdade que a participação dos salários na renda caiu continuamente de 60,2% em 1993 para 46,2% em 2004, daí ter subido até 51% em 2013. No entanto ocorreu estabilidade da desigualdade de renda em geral porque o topo da distribuição de renda, ou seja, os grupos entre 0,1% e 5% mais ricos absorveram parcela crescente da renda nacional entre 2006 e 2012 (BASTOS, 2017, p. 34).

Outra questão levantada pelo autor são as disputas por vagas de empregos típicos da classe média ocorridas em 2013; e é nesse momento que essa classe toma as ruas nas jornadas de junho. “As ocupações com rendimentos de baixa classe média aumentaram, mas a alta classe média diminuiu em 780 mil pessoas no Brasil e 204 mil em São Paulo, enquanto a média classe média encolheu 2,6 milhões no Brasil e 1,4 milhão em São Paulo” (BASTOS, 2017, p. 34).

De acordo com Boito (2018), a continuidade ideológica sob o governo Dilma estava

clara, principalmente pela manutenção de elementos do modelo capitalista neoliberal que impedem a implantação de uma política desenvolvimentista típica do Estado de Bem-Estar Social, mas isso não impediu de tomar medidas para minimizar os efeitos perversos do modelo neoliberal sobre a classe trabalhadora.

De fato, os anos de 2011 e 2012 ficaram marcados, na política econômica e social, por medidas visando, por intermédio da intervenção do Estado na economia, estimular o crescimento econômico – redução da Selic, do *spread*, desvalorização do real, ampliação da política de conteúdo local, isenções fiscais para capital produtivo e outras. O então ministro da Fazenda Guido Mantega resumiu essa nova orientação cunhando a expressão *nova matriz de política econômica*. (BOITO, 2018, p. 214).

A posição adotada por Dilma não foi bem recebida pelo capital internacional e pela elite local a ele associada, a então política econômica do governo acirrou o embate que nunca deixou de existir. A escolha pelo combate ao rentismo selou a guerra que a presidente teria que travar com o capital internacional e com a burguesia local, acostumadas ao rentismo.

Foram essas forças que iniciaram uma ofensiva contra o governo Dilma no início de 2013. As agências internacionais, as agências de avaliação de risco, a imprensa conservadora da Europa e dos Estados Unidos, a grande mídia local, os partidos burgueses de oposição ao governo, a alta classe média e algumas das instituições do Estado que abrigam esse segmento social entraram na luta contra a política do ministro da Fazenda. Grande parte dessa luta concentrou-se na denúncia superlativa da inflação e no ataque à corrupção na Petrobras, isto é, tratou de agitar bandeiras que pudessem contar com algum apoio popular. (BOITO, 2018, p. 215).

De acordo com Singer (2018), no início de todo mandato presidencial, existem restrições orçamentárias e ajustes ministeriais etc, além do fato também de o governo ter enfrentado em 2011 a segunda fase da crise econômica que desde 2008 acometia todas as economias do mundo ocidental principalmente.

Fuga em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela Standard & Poor's, pânico nas principais bolsas e mesas de operação financeira. Dessa vez, contudo, o epicentro saiu de Wall Street indo parar no continente europeu. Sucederam-se ataques às moedas da Itália, da Espanha e até da França, “alvo dos especuladores financeiros em função de indicadores pouco sólidos para o mercado”.

As nações europeias credoras, lideradas pela Alemanha, desenharam e impuseram conduta recessiva aos devedores, em particular Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, provocando redução geral e prolongada das atividades na zona do euro. Como resultado, em 2017 a região ainda tinha produto menor que o de 2008. A vaga contracionista acabou por contaminar o resto do mundo, e em 2012 a China também viu declinar suas taxas de expansão. O crescimento mundial cai de 4,1% em média ao ano entre 2000-8 para 2,9%, em média, entre 2009 e 2014 (SINGER, 2018, 42 e 43).

Esse contexto foi solo fértil para o avanço do populismo de direita, que, atrelado às mobilizações contra a corrupção, confluiu com os demais focos de insatisfação das camadas

médias tradicionais, tendo assumido a direção do movimento com centralidade na corrupção. “Paradoxalmente, a questão da corrupção foi manipulada para ajudar a derrubar um governo que contribuía para as investigações e para colocar no poder um grupo político corrupto e interessado em barrar as investigações” (BASTOS, 2017, p. 35).

Segundo Singer (2018), outro campo de embates do governo foi contra o capital rentista; a ideia do ministro da fazenda Guido Mantega era que os bancos públicos, que tinham 44% do mercado interno, entrassem em concorrência com os privados, o que forçaria a queda de juros.

Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, rompeu a déntente com o rentismo. Além de enfrentar o núcleo que organiza o capital, Dilma decidiu publicizar a queda de braço. Em fevereiro de 2012, o boletim do Ministério da Fazenda publicava que o *spread* no Brasil era “elevado na comparação com outras economias”, explicitava, então, que a expectativa era de que o *spread* caísse “devido ao ciclo de queda dos juros” iniciado em agosto do ano anterior. Duas semanas mais tarde, Tombini aumentaria a intensidade da exposição. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado declarou que a redução do *spread* era “prioridade do governo” e “determinação” da presidente da República. A diminuição dos ganhos por parte dos bancos tornava-se ordem emanada do topo do Poder Executivo. O recado de Tombini não poderia ser mais claro: o Estado se arrogava o direito de intervir no motor da atividade capitalista, a saber, o lucro.

Quinze dias depois, foi a vez de Mantega aquecer a temperatura. Diante da mesma comissão senatorial, o titular da Fazenda chama os *spreads* de “absurdos” e reitera que o Poder Executivo os faria cair. “Os *spreads* subiram muito no ano passado com medidas restritivas. Estamos em um trabalho para que sejam reduzidos. Eles serão reduzidos”. Na quinzena seguinte, a própria presidente sai a campo. No lançamento do segundo pacote de proteção à indústria nacional, Dilma afirma ser difícil justificar tecnicamente o nível dos *spreads* no País e que deseja ‘*spreads* menores’. Vai adiante de clara vontade de possuir os “instrumentos para que as empresas tenham acesso a um custo de capital menor”, ato contínuo, aciona o Banco do Brasil para que reduza os seus *spreads* provocando rebuliço no mercado. “O Banco do Brasil fez uma redução agressiva nos juros e elevou os limites de várias linhas de crédito para empresas e consumidores com o objetivo de acirrar concorrência com Itaú, Bradesco e Santander e estimular a economia”, informava a Folha de S. Paulo. Em menos de uma semana, a Caixa Econômica Federal (CEF) adota procedimento similar (SINGER, 2018, p. 48- 49).

Segundo o autor, a reação da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) foi negativa, e veio junto com cobrança de novas medidas do governo como se aos bancos privados coubesse apenas receber benesses do governo:

Se os bancos são tão lucrativos, e isto está nos dados, eles têm margem para reduzir a taxa de juros e aumentar o volume do crédito. Para que não houvesse dúvida, mostrou os números: “A taxa de captação (quanto às instituições pagam pelos recursos) é de, no máximo, 9,75% ao ano. Estão captando a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo das linhas de crédito. Essa situação não se justifica”. Compreende-se que, daí em diante, derrubar Mantega tenha se convertido em meta permanente no meio financeiro (SINGER, 2018, p. 50).

O Ministro da Fazenda declarou ainda que os juros cobrados pelos bancos nos cartões de crédito eram “escorchantes” e, também, precisavam atingir patamares sustentáveis. A

batalha fora vencida pelas hostes do desenvolvimento. Nesse período o PT saía-se bem nos pleitos municipais, e isso passava a impressão de que o Brasil sob a direção de Dilma estava atravessando as turbulências econômicas mundiais de modo satisfatório. E, para encerrar o ano de 2012, o governo resolve: “atender à indústria reduzindo o preço da eletricidade e, ao mesmo tempo, fazer um gesto aos setores populares ao baixar a conta de luz. Parecia o fecho adequado para um ano de vitória da coalizão industrial-trabalhista” (SINGER, 2018, p. 51).

Em 2013, o Brasil teve um crescimento do PIB de 3%, provavelmente por conta dos investimentos para a Copa do Mundo de 2014, o que ajudou na estabilização dos níveis de empregos e consequentemente nos ganhos salariais dos trabalhadores (SINGER, 2018).

Entretanto, com o contínuo aumento dos juros, as perspectivas de manter o ritmo em 2014 estavam praticamente anuladas. A nota matriz tinha perdido *momentum*, e a estridência dos ataques ao ativismo estatal por parte de bancos estrangeiros, de agências de risco, de instituições internacionais de controle econômico, de corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação de massa brasileiros criava o clima necessário para forçar um ajuste recessivo. Incontáveis artigos e editoriais, milhares de reportagens em veículos nacionais e estrangeiros, milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados a repisar que era preciso cortar os gastos ineficientes e descontrolados do governo, cessar o intervencionismo e deixar o mercado funcionar para reordenar o País (SINGER, 2018, p. 54).

Com efeito, o relativo sucesso das políticas econômicas e fiscais – principalmente de combate ao rentismo – começou a sofrer pressão crescente, no entanto, para o autor, tratava-se de ações sistemáticas que visavam minar no primeiro momento a figura do ministro da Fazenda por conta dos embates já citados anteriormente. Nesse contexto, com largo apoio midiático, as pressões em favor de um choque neoliberal na economia vieram do setor que mais prestígios e benesses recebeu do governo: “O empresariado industrial, à medida que a política a seu favor ia sendo aplicada, mostrava-se paradoxalmente refratário ao programa governamental (SINGER, 2018, p. 57).

Diante das dificuldades, a presidente entrou em zigue-zague, que é o caminho para o isolamento, pois acaba desagradando a todos. Uma coisa é estabelecer negociações e acordos. Outra, agir sob a pressão do momento. Dilma decidiu manter as políticas de estímulo, como a desoneração da folha de pessoal, o IPI reduzido para os bens duráveis, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e o aporte para o *Minha Casa, Minha Vida*, de modo a garantir estabilidade do emprego e da massa salarial durante a campanha de 2014. “Recessão é quando se tem desemprego aumentando e renda caindo. Aqui é o contrário. Para o trabalhador, é como se não houvesse crise internacional”, afirmou Mantega em agosto daquele ano. Isso permitiu o discurso eleitoral de Dilma contra “trazer de volta a recessão, o desemprego, o arrocho salarial, o aumento da desigualdade e toda a submissão que o Brasil tinha no passado ao Fundo Monetário Mundial”. Às vésperas do primeiro turno, Mantega, com a demissão já anunciada, afirmou que “a presidente Dilma não fará uma política neoliberal, uma política conservadora. Sabemos que foi praticada no passado e não deu certo”. Reeleita, no entanto, a mandatária decidiu o contrário. “Em uma sociedade capitalista não se governa sem os empresários. Eles têm direito de veto sobre o País”, assinala

Bresser Pereira. A questão, então, é entender por que os empresários mudaram de posição (SINGER, 2018, p. 63).

A estratégia do governo de induzir o capital a ser protagonista no desenvolvimento modificaria a regra do jogo, que já vinha funcionando há pelo menos três décadas com o rentismo em curto prazo. Isso deslocaria capitais em larga escala para os investimentos de longo prazo para a infraestrutura gerando os investimentos e os empregos que o governo tanto almejava e de que o País tanto precisava. “Com isso, assegurar o crescimento do emprego, a geração de receitas tributárias e a redução da vulnerabilidade externa” (BASTOS, 2017, p. 18).

É possível que um dos problemas para o abandono do diálogo pelo setor do Programa Brasil tenha sido pela seguinte questão:

Todas as grandes empresas brasileiras têm uma variante bancária chamada tesouraria, na qual a parte financeira é, progressivamente, mais significativa que a parte produtiva. Exemplo flagrante da imbricação seriam as dificuldades atravessadas por companhias nacionais do setor produtivo durante o estrangulamento financeiro de 2008. Comprometidas com operações especulativas, viram-se em apuros quando os mercados entraram em convulsão.

A dupla condição de industriais e rentistas restringiria o grau de empenho na plataforma produtivista. Como capitão de indústria, o empresário deseja crédito barato, portanto, redução dos juros. No entanto, como proprietário de conglomerado que é também financeiro, aspira a juros altos, que remunerem o dinheiro aplicado. O caráter produtivo da atividade que esse empresário exerce implica impulso para a aliança com os trabalhadores, mas o vínculo com o componente financeiro dos lucros faz com que o compromisso seja de fácil reversão quando o ambiente geral se altera. Resultado: baixo empenho na redução do ganho financeiro, gerando indisposição para o conflito com os meios financeiros nacionais e internacionais. Ouçamos Dilma de novo: “Esse processo é tão duro que eles não se interessam, não” (SINGER, 2018, p. 66-67).

É importante ressaltar que, no ponto em que o País estava em seu processo de desenvolvimento inclusivo, era necessário que houvesse um envolvimento da sociedade como um todo, mas para tanto os empresários, mesmo os produtivos, teriam que ser menos sensíveis aos argumentos dos rentistas. Esse poderoso segmento, com apoio da grande mídia – como já sabemos –, não aceitou nem aceita investir no trabalho (naquele processo era necessário um esforço de todos, já que naquele período, principalmente os países que adotam o sistema capitalista/neoliberal, ainda sofriam com as crises de 2008 e 2011; por outro lado, a entrada de milhares de jovens nas Universidades e nas faculdades via programas tanto do setor público quanto do privado pressionava por colocação no mercado de trabalho, e era necessário mais que o Estado para solucionar essa equação) e mobilizou enorme aparato para criticar as tentativas do governo de solucionar os problemas que não passavam somente pelo governo, mas também que precisavam de colaboração objetiva da burguesia. No entanto, cooptados pelo rentismo burguês, os empresários embarcaram nas narrativas dos economistas adeptos do neoliberalismo, segundo os quais, “embora seus interesses sejam conflitantes, registrou Bresser

Pereira. Sob o guarda-chuva do anti-intervencionismo, acusou-se Dilma de incompetência, arbítrio, autoritarismo e leniência com a corrupção” (SINGER, 2018, p. 67).

Na eleição para o segundo mandato em 2014, a presidente teve muitos desgastes com o Congresso, o que desestabilizou o governo e teve reflexos na sua avaliação (35% de aprovação em 01 de setembro de 2014).

O marco divisório dessa situação se deu com as jornadas de junho de 2013, conjuntura política caracterizada pela eclosão de uma série de manifestações sociais – MPS (Movimento do Passe Livre), Black Blocks, movimentos dos sem-teto, dentre outros que questionavam as políticas públicas, a mobilidade urbana, além de outros aspectos. Essas manifestações mobilizaram milhões de pessoas em todas as capitais e em algumas cidades do País. Também devemos considerar as manifestações que começaram em 2013 e se acentuaram em 2014, com o posicionamento de vários segmentos contrários à realização do Campeonato Mundial de Futebol no Brasil, que aconteceu em junho de 2014. Não podemos desconsiderar que aos tais movimentos reivindicatórios se incorporaram setores conservadores e forças que se opunham a essas manifestações e que ressurgiram na conjuntura do processo eleitoral de 2014 (CHAIA, 2016, p. 49).

Com efeito, possivelmente o estilo da Presidenta na condução do Estado se chocou com os interesses produtivos contrariados à intervenção estatal, porém o “estilo Dilma” não pode explicar tudo. Arelado a isso, há a insatisfação dos rentistas com a baixa lucratividade, as inúmeras greves do período (inclusive nas Universidades) e a reorientação internacional, incidindo sobre a ideologia liberal, segundo a qual se não tem lucros, logo se vê sem liberdade.

Mas, quando se fala em disciplinar os lucros especulativos e direcionar o poder estatal para uma política em que todos ganham desde que ganhem pouco imediatamente, é disparado o alarme do olhar para o próprio umbigo. Em resumo, 2011-2014, no embate do governo Dilma com o setor financeiro, que ocorreu longe dos setores populares e sem o apoio necessário, a governante saiu gravemente ferida. É possível que, conforme Singer (2018), a Presidente tenha sofrido uma ilusão de ótica, pois, “Ao atender aos reclames da burguesia industrial, supôs que teria o respaldo dos empresários produtivos quando os grupos contrariados reagissem à sua política” (SINGER, 2018, p. 76).

Olhando para a situação atual do País, grandes empresários, economistas, banqueiros, ou seja, a nata da burguesia capitalista, tardiamente publicizou: “Carta Aberta⁴⁶ à Sociedade

⁴⁶Carta aberta de empresários e economistas que apenas após um ano e meio da pandemia se manifestam, mas não com a mesma agressividade que tratavam Dilma por questões bem menores. Assinam a Carta os economistas Persio Arida, Pedro Malam, Arminio Fraga, Rubnes Ricupero Marcilio Marques Moreira etc. A carta tem a

Referente a Medidas de Combate à Pandemia” com o seguinte título: *O País Exige Respeito; a Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo*, publicada no dia 21/03/2021, após o Brasil ultrapassar 300 mil mortos muito em função da péssima condução da pandemia da covid-19. É bem provável também que, se não tivessem agido de modo tão egoísta no passado, pensando apenas no lucro, hoje o Brasil não estaria sendo tratado como pária em relação ao meio ambiente, aos direitos humanos e principalmente pela negação da ciência em relação não só ao combate, mas também à gestão da pandemia, o que acarretou o aparecimento de novas variantes.

Retornando ao período do governo Dilma, no discurso de posse para o segundo mandato, ao anunciar o lema do seu novo mandato: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA, a Presidente sinaliza que esse não será como seu governo anterior, que priorizou a agenda desenvolvimentista, e/ou os outros governos do PT, que, apesar de forte ação no campo das Políticas Educacionais, não tinham essa centralidade tão explícita tanto no lema quanto no discurso de posse.

Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros – a educação de qualidade.

Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos *royalties* do petróleo e do fundo social do pré-sal. Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos. Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas garantindo para todos o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos à pré-escola. Daremos sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no ensino médio seja efetiva, porque por meio dela buscaremos, em parceria com os estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional.

O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento (BRASIL, 2011).

chancela de Roberto Setúbal e Pedro Moreira Salles, copresidentes do conselho de administração do Itaú Unibanco, que estão entre as famílias mais ricas do Brasil e detêm o controle de grandes companhias. Os Setúbal, por exemplo, têm participação acionária na Itaúsa, que controla empresas como Alpargatas e Duratex. Moreira Salles controla empresas como a OBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), a Revista Piauí e o Instituto Moreira Salles. Também há representantes diretamente ligados ao setor produtivo; entre eles Pedro Parente, presidente do conselho de administração da BRF, que detém as marcas Sadia e Perdigão; e Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo e hoje presidente executivo da IBA (entidade que representa a cadeia produtiva de árvores, papel e celulose). Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2021/03/2509996288_carta-aberta-medidas-de-combate-a-pandemia-28com-assinaturas-29.pdf. Acessado em: 25/03/2021.

No primeiro mandato de Dilma, é dada continuidade às Políticas Públicas, Programas e Projetos de Educação dos governos Lula; aumentou a política de expansão do sistema de Educação Superior pela ampliação das Universidades Federais e dos Institutos Federais, com a criação do PROIES⁴⁷ e com a continuação do PROUNI e FIES; também operou uma revolução ao instituir a Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012) para o Sistema Federal de Ensino Superior, a qual reserva 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais – UF e Institutos Federais – IF para alunos do ensino médio público (FERREIRA, 2019).

A expansão do ensino superior estimulada pelo Estado só faz sentido se for para onde ninguém quer ir e/ou para as camadas da população que, pelas condições socioeconômicas, estão fora do padrão de consumo que o Capitalismo estabelece. Nesse contexto, o governo implementou o PronaCampo – Programa Nacional de Educação do Campo, pelo Decreto n.º 7.352, instituído por meio da Portaria 86, de 1.º de fevereiro de 2013 (SANTOS, 2017).

Com efeito, para entender a totalidade dos movimentos da primeira mulher a ocupar a cadeira do Poder Executivo da República, é importante recuar um pouco até o segundo turno das eleições presidenciais, em que PT e PSDB entraram em rota de colisão e radicalizaram a disputa eleitoral. Os confrontos extrapolaram os debates e ganharam as mídias sociais e as ruas, com o apoio do que ficou conhecido como *Partido da Justiça* ou *República de Curitiba*, de sorte que a situação que antes parecia favorável à eliminação do Partido de Massas ao longo do processo saiu do controle da mídia e do Partido da Justiça – PJ por conta das ações para que fossem atingidos os objetivos.

Na reportagem que a Veja publicou sobre o doleiro Youssef em 23 de outubro, uma quinta-feira, dois dias antes do pleito de 2014, não havia nenhuma prova de envolvimento de Lula e Dilma com os desvios na Petrobras. Perguntado sobre o nível de comprometimento de autoridades no esquema de corrupção na Petrobras, o doleiro foi taxativo: “O Planalto sabia de tudo!”. “Mas quem no Planalto?” – perguntou o delegado. “Lula”, respondeu o doleiro. Isso foi o suficiente para quem vazou e para a Veja. O procurador-geral da República, Rodrigo Jhot, reconheceu que estava visível que queriam interferir no processo eleitoral. O advogado do Alberto Youssef, que operava para o PSDB do Paraná, foi indicado pelo [governador] Beto Richa para o

⁴⁷ O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei n.º 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. As mantenedoras que tiverem o requerimento de moratória e parcelamento deferidos poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, na forma de títulos da dívida pública em contrapartida às bolsas PROIES integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/apresentacao-proies>. Acesso: 10/05/2015.

saneamento (Conselho de Administração da Sanepar, empresa estadual de saneamento), e ele tinha vinculação com partido. O advogado começou a vaziar coisa seletivamente. “Eu alertei que isso deveria parar, porque a cláusula contratual diz que nem Youssef nem o advogado podem falar. Se isso seguisse, eu não teria compromisso de homologar a delação” (SINGER, 2018, p. 244).

A Lava Jato começou adotando o procedimento dos vazamentos seletivos. Nesse contexto, do primeiro vazamento da delação de Paulo Roberto Costa, em setembro de 2014, até a divulgação dos áudios de Lula, a partir de março de 2016, a República de Curitiba se constituiu numa fonte sistemática e constante de agressões ao PT assemelhando-se, em certa medida, ao que levou Getúlio Vargas ao suicídio em 1954. A diferença foi que a República do Galeão durou menos de um mês; e a República de Curitiba levou dois anos para tirar Dilma da Presidência da República e quatro para condenar Lula em segunda instância (SINGER, 2018).

As delações de Costa e Youssef, em outubro de 2014, foram seguidas das prisões de André Vargas, ex-líder do PT na Câmara, e João Vaccari, em abril de 2015; do ex-ministro José Dirceu em agosto; de José Carlos Bumlai e Delcídio do Amaral em novembro; de João Santana, em fevereiro de 2016; e culminou na condução coercitiva de Lula em março. As prisões e condenações, sob cobertura extensiva dos meios de comunicação, constituíram o roteiro completo de culpabilização e desmoralização do lulismo perante os olhos do público, o qual foi sendo mobilizado para pedir a deposição de Dilma [...] (SINGER, 2018, p. 245).

Vale ressaltar que todo esse movimento se acentua às vésperas do término da campanha eleitoral no debate na TV entre os candidatos. Além da ofensiva televisiva, outros braços do quarto poder vão no mesmo sentido; e a reportagem da revista *Veja* lança a sua edição com o doleiro Alberto Youssef afirmando que Dilma⁴⁸ e Lula sabiam de toda a corrupção da Petrobras. Na tentativa de esclarecer os fatos, usando seu tempo no último debate, Dilma rebate as acusações:

A manobra “golpista” da *Veja* foi denunciada pela presidente Dilma no último debate promovido pela Rede Globo, no dia 24 de outubro de 2014, e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: “Meus amigos e minhas amigas, eu gostaria de encerrar minha campanha na TV de outra forma, mas não posso me calar frente a esse ato de terrorismo eleitoral articulado pela revista *Veja* e seus parceiros ocultos. Uma atitude que envergonha a imprensa e agride a nossa tradição democrática. Sem apresentar nenhuma prova concreta e mais uma vez baseando-se em supostas declarações de pessoas do submundo do crime, a revista tenta envolver a mim e ao presidente Lula nos episódios da Petrobras que estão sob investigação da justiça. Todos os eleitores

⁴⁸ O Tribunal de Contas da União (TCU) absolveu a ex-presidente Dilma Rousseff no processo que analisa a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, pela Petrobras, em 2006, quando Dilma integrava o Conselho de Administração da estatal. Ela só seria eleita presidente em 2010. A decisão do plenário do TCU foi tomada nesta quarta-feira, 14 de abril 2021. O caso de Pasadena ajudou a corroer a base política e a popularidade da ex-presidente, que em 2016 sofreu um processo de *impeachment*, sendo sucedida pelo seu vice, Michel Temer (MDB). Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/14/tcu-absolve-dilma-no-caso-da-refinaria-de-pasadena>. Acesso: 10/05/2021.

sabem da campanha sistemática que a revista move há anos contra Lula e contra mim, mas dessa vez a *Veja* excedeu todos os limites [...] (CHAIA, 2016, p. 51).

O segundo turno aconteceu em 26 de outubro de 2014, e “a presidente Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% dos votos válidos”. O candidato “Aécio Neves obteve 48,36% dos votos válidos”; e no dia seguinte se deflagrou o que ficou conhecido como 3.º turno, pois, em 30 de outubro, o PSDB protocolou no TSE uma petição para que fosse aberto “um processo para verificar os sistemas de votação e de totalização dos votos com a criação de comissão de especialistas indicados pelos partidos” (vale ressaltar que esse expediente voltou a ser utilizado por Bolsonaro na disputa com Lula na eleição de 2022). As alegações foram rebatidas e repudiadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos partidos políticos que compunham a coligação afirmando a intenção do PSDB em forçar “um 3.º turno” das eleições. O ministro João Otávio de Noronha, corregedor-geral do TSE, afirmou que “Não há nada que comprometa a lisura do processo eleitoral” (CHAIA, 2016, p. 51).

No segundo mandato de Dilma e o quarto da Frente Brasil Popular encabeçada pelo PT, o crescimento dos conservadores no Congresso Nacional, a partir da já conhecida bancada BBB (boi, Bíblia e bala) – ruralistas, evangélicos e parlamentares ligados a pessoas vinculadas às forças de segurança e/ou aos organizadores de milícias, para além da diminuição da representação sindical – geraram graves problemas ao governo, bem como o que o governo chamava de *base* apresentou problemas por falta de fidelidade. Por outro lado, o PSDB e seu inconformado ex-candidato à presidência Aécio Neves foram poupados na divulgação de uma série de escândalos políticos que foram esquecidos ou omitidos pela grande mídia, a qual mantinha a artilharia concentrada em Dilma Rousseff (CHIAIA, 2016).

Vale destacar aqui que algumas peças que tratavam de casos de corrupção, sobretudo, em relação à Lava Jato, traziam “eleições” como selo da notícia. Uma vez que Dilma Rousseff concorria à reeleição e estava bem colocada nas pesquisas de intenção de voto, e o escândalo da Petrobras envolve figuras importantes do PT, é razoável supor que essa ênfase em eleições tenha intenção em confluir as duas temáticas, a corrupção na Petrobras e a reeleição de Dilma, em um mesmo cenário que foi o eleitoral” (BAPTISTA, 2016, p. 15).

Como se pode constatar, não se observa nada semelhante no tocante ao argumento do combate à corrupção em relação ao PSDB; por exemplo, a delação de um dos diretores da Siemens em setembro de 2013, que publicizou pela primeira vez um esquema tucano, teve repercussão tímida da mídia (quando comparada à cobertura dada ao PT). O esquema fraudulento da licitação do metrô de São Paulo teria ocorrido em todos os governos tucanos: Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra, o qual, porém, nunca foi adiante (SINGER, 2018).

O mesmo se deu com o ex-executivo da Alstom, que em março de 2014, um dia depois de começar a Lava Jato, denunciou suborno a políticos do PSDB em projetos de energia em São Paulo. Apenas a gravação de um pedido de Aécio Neves de recursos ao empresário Joesley Batista, em maio de 2017, quando Dilma havia caído fazia um ano, recaiu sobre o tucanato. Sem maiores desdobramentos até o encerramento deste livro, pois o Senado, ao contrário do que havia feito em relação a Delcídio do Amaral, decidiu preservar o mandato do senador mineiro. Quanto ao PMDB, ações equivalentes às desencadeadas contra o PT – como a prisão de Eduardo Cunha, de Henrique Alves e de Geddel Vieira Lima – se deram também, mas após a queda de Dilma Rousseff (SINGER, 2018, p. 245).

Com efeito, até o julgamento da *suspeição de Moro*⁴⁹ pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, não era possível comprovar que o percurso trilhado pela Lava Jato objetivava criminalizar Lula e o PT, como também, por tabela, provocar a queda da presidente Dilma; por outro lado, pode-se dizer que certamente esse foi o resultado pretendido, que contou – é claro – com uma importante contribuição da grande mídia.

Ao reajustar seu voto, a ministra Cármen Lúcia explicou que, no momento processual em que havia acompanhado o voto do relator, as provas não eram suficientes para o reconhecimento da suspeição. No entanto, no decorrer do trâmite, foram apensados ao processo elementos de prova que, a seu ver, demonstram ter havido combinação entre os autores processuais – juiz e acusação – que comprovam a quebra de imparcialidade do ex-juiz Sérgio Moro. Entre eles, citou a “espetacularização” da condução coercitiva de Lula, sem intimação pessoal prévia, junto com outros atos presididos pelo então juiz durante o trâmite processual.

Também na sua avaliação, a interceptação telefônica dos advogados do ex-presidente, antes da adoção de outras medidas, representou expansão de quebras do direito que tornam impossível a defesa. A seu ver, a divulgação de conteúdo selecionado dos áudios captados transgrediu o direito a um julgamento imparcial. “Todos têm direito a um julgamento justo. Nenhum ser humano tem o direito de se sentir perseguido”, afirmou (STF, 2021).

Havia a desconfiança de parte da população com as reais intenções da “República de Curitiba” em que pese às boas e objetivas ações que foram tomadas no combate à corrupção, mas, quando se trata do PSDB, não se observa a mesma força e determinação de seguir o rastro dos corruptos se esses fossem tucanos; e atualmente o mesmo princípio aplicado aos tucanos vem ocorrendo nos casos que envolvem a família Bolsonaro. Daí se pode concordar que é

⁴⁹ A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, concedeu *Habeas Corpus* (HC 164493) para reconhecer a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro na condução da ação penal que culminou na condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por corrupção passiva e lavagem de dinheiro referentes ao triplex em Guarujá (SP). A maioria do colegiado seguiu o voto divergente do ministro Gilmar Mendes para determinar a anulação de todas as decisões de Moro no caso do triplex do Guarujá, incluindo os atos praticados na fase pré-processual, por entender que ele demonstrou parcialidade na condução do processo na 13.^a Vara Federal de Curitiba (PR). A defesa buscava a nulidade da ação penal relativa ao triplex e dos demais processos a que o ex-presidente responde em Curitiba. Entre outros argumentos, os advogados sustentavam que o fato de Moro ter recebido e aceitado o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro para assumir o Ministério da Justiça a partir de janeiro de 2019 demonstra a sua parcialidade em relação ao ex-presidente e revela que ele teria agido durante todo o processo com motivação política. Disponível: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1>. Acessado: 29/03/2021.

realmente possível que, a exemplo da República de Curitiba, os envolvidos planejavam realmente construir um Partido Político (de brancos, de classe média e cristãos) talvez para preencher a lacuna em relação à desconfiança quanto aos partidos políticos de modo geral.

O vínculo entre a Lava Jato e a mídia alcançava expressão de que, na maioria absoluta das manifestações daquele 15 de março de 2015, havia cartazes de apoio à Operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro. Em Olinda, um boneco de Moro foi levado para as ruas. Em Curitiba, imagens do juiz desfilaram com os manifestantes. “Somos todos Moro”, dizia um cartaz em São Paulo. Três dias depois, Moro receberia o prêmio Faz Diferença de “Personalidade do Ano” do jornal *O Globo*, sendo aplaudido de pé por minutos no Golden Room, do Copacabana Palace, no Rio de Janeiro. Entre março de 2015 e março de 2016, quando a campanha antilulista que derrubou Dilma chegou ao auge, o padrão foi o mesmo: ações da Lava Jato, forte divulgação, ataques ao “esquema lulopetista” e manifestações públicas com afluxo de massa.

A associação entre setores da mídia e a Lava Jato passa também pela descrença geral dos que foram aos protestos em relação aos partidos estabelecidos. Analisando os dados coletados nas mobilizações paulistanas de abril e agosto de 2015, Ortellado e Solano notaram que os manifestantes não confiavam nos partidos políticos de uma maneira geral. Isso abria espaço para o PJ. Começa a crescer a figura de Dallagnol que, com o projeto das “10 Medidas Contra a Corrupção”, lançado em 20 de março de 2015, que forneceu uma proposta de carta-programa ao seu ‘partido’. (...) O PJ tinha um líder – Moro –, um programa (as “10 medidas”) e o apoio de massa (SINGER, 2018, p. 248-249).

Destarte, a Lava Jato⁵⁰ apontou o PT, o PMDB e o PP como os responsáveis pela corrupção na Petrobras a partir do superfaturamento de obras com um sobrepreço de 3% destinado aos partidos.

A Petrobras informou em abril de 2015 ter uma estimativa de perdas de 6 bilhões de reais entre 2004 e 2012. Segundo relatório da PF divulgado no final de 2015, a soma já era calculada em 20 bilhões de reais, de 2004 a 2014, e poderia chegar à monumental cifra de 42 bilhões de reais se consideradas 27 empresas e um sobrepreço de até 20%. A Lava Jato recuperou 1,5 bilhão de reais até o fim de 2017. Perry Anderson lembra que, dado o crescimento da Petrobras nos governos do PT, ‘a construção de novas refinarias petrolíferas, poços, plataformas, complexos petroquímicos oferecia vastas oportunidades para retribuições’. Em setembro de 2010, a Petrobras se tornara a quarta maior empresa do mundo em valor de mercado, acima de Microsoft, Wal-Mart e General Electric.

O depoimento de Costa explicitava aquilo de que, segundo Dallagnol, se falava ‘há décadas’, ou seja, que a corrupção se alastrava pelas “grandes obras”, mas nunca houvera um testemunho direto de quem operava o esquema. E isso veio à tona justamente quando o PT governava o Brasil. No auge do *Mensalão*, em julho de 2005, Lula dissera sobre o *Caixa Dois*: ‘O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que

⁵⁰ Uma síntese desse *modus vivendi* surgiu no depoimento de colaboração premiada prestado à Lava Jato em junho de 2016 por Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro e ex-senador pelo PSDB do Ceará, que devolveu 75 milhões de reais aos cofres da Petrobras. De acordo com ele, o esquema de propina, isto é, o pagamento sistemático aos partidos pelas empresas que prestam serviços ao Estado, constituía o modo de financiamento da política no Brasil havia décadas. “Desde 1946, o sistema funciona da seguinte forma: você tem os políticos, que indicam as pessoas para o cargo. Você tem, do outro lado, as empresas, que pegam projetos e querem ganhar mais vantagens, e você tem no meio a pessoa que está administrando [a estatal]. Em 1946, a democracia se tornou de massas, as campanhas ficaram caras e, simultaneamente, havia obras de infraestrutura que representavam possibilidades de negócios” (SINGER, 2018, p. 251).

é feito no Brasil sistematicamente’. Da mesma maneira que o *Mensalão* pode ser entendido como a punição exemplar da prática corriqueira do *Caixa Dois*, o *Petrolão* foi o inédito desbaratamento do esquema de corrupção que sempre envolvia as estatais. Tanto em um caso como em outro, o lulismo pagou o preço de participar do *modus vivendi* tradicional da política brasileira. (SINGER, 2018, p. 250-251).

Sobre essa questão, o ex-deputado federal por Pernambuco, Pedro Corrêa, preso em 2015 em função da ligação com Paulo Roberto Costa, também ex-presidente do PP, afirmou que conhecia e participava desse tipo de acerto desde 1978. Corrêa disse que o esquema vem desde o Império; disse o ex-parlamentar que seu trisavô paterno, que, entre outras coisas, foi presidente do parlamento no período imperial, primeiro-ministro, presidente do Banco do Brasil, senador da República e presidente das províncias do Maranhão e São Paulo, já apontava naquela época a existência desse tipo de esquema, pois não era – como ainda não o é – fácil se eleger (SINGER, 2018).

Segundo Singer (2018), o empresário Ricardo Semler, ligado ao PSDB, fazendo referência ao período pós-redemocratização, trouxe a seguinte questão:

[...] nos anos 1970, era impossível vender equipamentos para a Petrobras sem pagamento de propina. Restabelecidos os civis no poder, nada mudou. Semler conta que a sua empresa voltou a tentar vender para a Petrobras nos anos 1980 e 1990, encontrando a mesma situação anterior. “Não há no mundo dos negócios quem não saiba disso”. Nestor Cerveró, ex-diretor da estatal, afirmou que o governo Fernando Henrique Cardoso recebeu 100 milhões de dólares de propina apenas na compra, pela Petrobras, da petrolífera argentina Pérez Companc, em 2002. São indícios de que o “esquema” veio de antes da República, dá um salto em 1945, se consolida na Ditadura e permanece nos governos da redemocratização (SINGER, 2018, p. 253-254).

Outro fato importante envolvendo o PT, mas também os tucanos, foi a delação do presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, que afirma que, entre 2009 e 2014, a empresa fez doações ao PT, mas na mesma medida o fez a políticos do PSDB. Outra delação relatando favorecimento aos tucanos foi a do presidente da Odebrecht e ex-megaempresário Marcelo Odebrecht (SINGER, 2018).

Marcelo e outros executivos da Odebrecht disseram ter acertado o repasse de 50 milhões de reais a Aécio Neves apenas em 2007 (20 milhões viriam da Andrade). Sete delatores da Odebrecht relataram que José Serra teria pedido 32 milhões de reais em propina entre 2004 e 2010. Outro executivo da Odebrecht afirmou que Geraldo Alckmin recebera 10 milhões de reais entre 2010 e 2014 (SINGER, 2018, p. 255).

É possível ventilar que no imaginário popular a Lava Jato acabaria com o patrimonialismo e com o clientelismo (os tucanos diziam querer acabar com as reformas nos governos FHC), ou seja, ela resolveria os problemas da intocabilidade dos abastados, dos poderosos e seus aliados, com os quais nada acontece; a não ser que esses abastados não façam o dever de casa e se aliem aos inimigos das elites como ocorreu com os empreiteiros da

construção que apoiaram o PT; a esses a “justiça” não fez vista grossa.

A ideia de corrupção como dado cultural brasileiro tem servido como pano de fundo de todos os golpes de Estado, sejam eles de interesse da burguesia interna, sejam de outra ordem, e jamais se teria concretizado um embuste de proporções tão nefastas como a operação Lava Jato sem esse pressuposto conferido pelas ideias dominantes, pois em função dos estereótipos empregados no imaginário, mesmo não sendo, se acaba aceitando uma mentira como verdade, já que não temos defesa consciente ao racismo cultural a que fomos submetidos historicamente.

Afinal, é preciso convencer todo um povo de que ele é inferior não só intelectualmente, mas, tão ou mais importante, também moralmente. Que é melhor entregar nossas riquezas a quem sabe melhor utilizá-las, já que outros são honestos de berço, enquanto nós seríamos corruptos de berço.

Além disso, se juntarmos o preconceito do suposto patrimonialismo congênito com o Estado como lugar da elite corrupta e com a noção antipopular e preconceituosa de “populismo” – também produto de intelectuais, que diz que nosso povo é desprezível e indigno de ajuda e redenção, contaminando toda a política feita em seu favor –, explicamos em boa parte a miséria da população brasileira. A colonização da elite brasileira mais mesquinha sobre toda a população só foi e ainda é possível pelo uso, contra a própria população indefesa, de um racismo travestido em culturalismo que possibilita a legitimação de todo ataque contra qualquer governo popular. (SOUZA, 2019, p. 24-25).

Isto posto, apesar das prisões dos empreiteiros empolgar a opinião pública, a Lava Jato não prendeu nenhum político tucano de alta plumagem vastamente citado e com provas robustas, mas não pensou duas vezes antes de encarcerar o político defensor dos pobres; também manteve Michel Temer, do PMDB, livre para consumir o golpe apesar das provas contra ele e contra outros pmdebistas graúdos como Renan Calheiro, que era presidente do Senado na época do golpe; e Romero Jucá, líder do governo, o qual falou do “acordo com o Supremo e tudo⁵¹” para estacar a sangria, mas de qual sangria falava o ex-senador? (SINGER 2018, p. 255).

Embora as denúncias indicassem o PSDB no mínimo tão envolvido quanto o PT no *modus vivendi* tradicional, próceres tucanos, com exceção de Aécio Neves, tiveram pouco prejuízo com a Lava Jato. José Serra e Geraldo Alckmin, citados em delações, seguiam intocados, até o encerramento da escrita deste livro. Aécio Neves, denunciado pela Procuradoria-Geral da República depois de gravado pelo empresário

⁵¹ De acordo com Tereza Cruvinel: “Aos poucos estamos vendo ser realizado aquele plano do hoje líder do governo no Senado, Romero Jucá, de estancar a Lava Jato por meio de um grande acordo “com Supremo e tudo”, derrubando Dilma e ‘colocando o Michel’. Agora o Judiciário rasga a fantasia do alinhamento com Moro, Janot e o Ministério Público, na fase em que o PT era o alvo selecionado, para reassumir seu lugar de sempre na grande oligarquia nacional. O desmanche político imposto pela Lava Jato precisa parar, e cabe ao STF fazer com que tudo pareça legal, natural e constitucional. Por isso e para isso, Temer precisa sobreviver, embora o custo de sua impostura na Presidência esteja sendo tão alto”. Disponível: <https://www.brasil247.com/blog/acordo-com-supremo-e-tudo-para-salvar-temer>. Acessado: 30/03/2021.

Joesley Batista com um pedido de 2 milhões de reais em março de 2017, foi absolvido pelo Senado, ao contrário de Delcídio, que foi cassado e preso por dois meses, até fazer delação premiada. Aécio manteve o mandato e ainda teve força, como presidente do PSDB, para destituir o presidente interino da legenda, Tasso Jereissati, em novembro de 2017.

O PMDB foi atingido pela Lava Jato, mas apenas quando o *impeachment* de Dilma tinha sido decidido e, portanto, o efeito político antilulista da operação já havia se consumado. Quatro importantes pmdebistas foram presos: o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, o ex-presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves e o ex-ministro Geddel Vieira Lima. Acusado em agosto de 2015 por corrupção passiva e lavagem de dinheiro – a PGR pediu que fosse obrigado a devolver 80 milhões de dólares 16 –, Cunha foi afastado do cargo em maio de 2016, quase três semanas depois do *impeachment*, para que o seu afastamento não evitasse o de Dilma. Preso e condenado a quinze anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas em junho de 2017, teve pedido o aumento de pena pelo MPF para 386 anos no começo de 2018” (SINGER, 2018, p. 258).

A pergunta feita anteriormente de o porquê deixar Michel Temer livre, já que a operação tinha atingido o PT na cabeça ao prender Lula, aponta que, no mínimo, se esperaria de uma caçada aos corruptos séria ao aplicar a mesma medida com os cabeças do PMDB. A ideia que se tem é a de que tucanos e pmdebistas tinham imunidade extra, pois o que valia para os petistas não servia para eles. E, para sustentar esse argumento, entra a figura de Joesley Batista, que negociou diretamente com a PGR (na época Rodrigo Janot era o Procurador-Geral da República) para demonstrar que Temer era o chefe de Eduardo Cunha em março de 2017 tendo aquele gravado uma conversa com Temer no Palácio do Jaburu.

Acusado por corrupção, formação de quadrilha e obstrução da Justiça, Temer foi julgado pela Câmara dos Deputados em 2 de agosto e em 25 de outubro do mesmo ano. Por ser um especialista no *modus vivendi* da velha política brasileira, conseguiu votos suficientes para derrotar (por 263 votos a 227 na primeira vez; e por 251 votos a 233 na segunda) as denúncias no plenário, apesar do forte alinhamento de parte da mídia, a começar pelas Organizações Globo (que deu a primeira notícia da gravação), com a tese da Procuradoria-Geral. Quando a redação deste livro se fechava, Temer seguia na Presidência da República. Vale registrar que a classe média mobilizada em 2015 e 2016 para pedir o impedimento de Dilma e a prisão de Lula não foi à rua pedir o seu afastamento (SINGER, 2018, p. 259).

Com efeito, não se pode negar que a Lava Jato trouxe à tona o “esquema de corrupção na Petrobras e adjacências, remontando a eras geologicamente profundas da política brasileira” como já demonstramos. E, em que pese às motivações dos agentes públicos, para o autor a “operação teve efeito nitidamente republicano”. Nesse sentido, também é impossível não questionar a atenção exclusiva do PJ, quase obsessiva de Moro e Dallagnol em relação ao PT e a Lula, que de longe foi a única das três legendas (PMDB, PSDB e PT) em exame aqui das que também estavam na Lava Jato, “que pagou o maior preço, representado pelo *impeachment* de Dilma e a condenação de Lula”. Isso posto, a pergunta necessária é esta: “é possível participar de instituições corrompidas sem corromper-se?” (SINGER, 2018, p. 261).

Para Souza (2019), a Lava Jato teve apoio direto da inteligência dos EUA, que forneceu os elementos necessários para pôr o Brasil de volta à condição subalterna, afinal ele teria que ser punido pelo G-20, pelos BRICS, pela descoberta do pré-sal, que colocou a Petrobras entre as grandes e principalmente em função dos lucros serem divididos entre o povo, principalmente com o incremento da educação e saúde, expansão do setor de construção pesada para o exterior, pela liderança diplomática internacional sem ser uma potência militar. A mídia teve e ainda tem papel importante, pois prepara o terreno para o Capitalismo financeiro internacional e nacional ávido por “privatizar” a riqueza da nação.

Destruir a Petrobras, como o consórcio Lava Jato e grande mídia, a mando da elite do atraso, significa empobrecer o País inteiro de um recurso fundamental, apresentando, em troca, resultados de recuperação de recursos ridículos de tão pequenos e principalmente levando à eliminação de qualquer estratégia de reerguimento internacional do País. Essas ideias do Estado e da política corrupta servem para que se repassem, a baixo custo, empresas estatais e nossas riquezas do subsolo para nacionais e estrangeiros que se apropriam privadamente da riqueza que deveria ser de todos. Essa é a corrupção real. Uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam. [...] Combater a corrupção de verdade seria combater a rapina, pela elite do dinheiro, da riqueza social e da capacidade de compra e de poupança de todos nós para proveito dos oligopólios e atravessadores financeiros. (SOUZA, 2019, p. 13).

Nesse contexto agiram as chamadas *classes especializadas*. Esse conceito foi difundido no âmbito da guerra do Vietnã, durante o qual era preciso convencer a população a apoiar a guerra, e é aí que a mídia passa a ter papel de destaque a partir das propagandas bem elaboradas para capturar o telespectador passivo a concordar com aquilo de que ele há pouco discordava.

Assim, precisamos de algo que domestique o rebanho desorientado, e esse algo é a nova revolução na arte da democracia: a produção do consenso. A mídia, as escolas e a cultura popular têm de ser divididas. Para a classe política e para os responsáveis pela tomada de decisões, elas têm de oferecer uma percepção razoável da realidade, embora também tenham de inculcar nele as convicções certas. (CHOMSKY, 2013, p. 18).

A ideia da proposta utilizada com a população norte-americana era construir um consenso a partir de uma premissa não declarada, e esse mesmo princípio foi utilizado aqui para varrer o partido de massas do poder. A classe especializada é posta a serviço da elite para defender seus interesses irreveláveis, e a maneira como cumprem essa missão “é servindo as pessoas que têm o poder de verdade” (CHOMSKY, 2013, p. 18).

Quanto ao desfecho do que ficou cunhado como o “golpe contra Dilma/PT e o lulismo”, de acordo com Chiaia (2016), a sessão na Câmara Federal onde estava sendo votado o pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff parecia tudo, menos um parlamento onde se está tomando a decisão mais complexa de todo o processo democrático no regime presidencialista.

Entre as manifestações contra e a favor, além de algumas abstenções, chamou atenção o comportamento de vários parlamentares da oposição, e de acordo com a autora:

Naquela ocasião a sociedade brasileira pôde conhecer melhor os seus representantes. O *impeachment* foi aprovado por 367 deputados e 146 votaram contra, incluindo as abstenções. Esse resultado já era esperado, mas não a diferença nos números dos que aprovaram a continuidade do processo de *impeachment*. O que mais chamou a atenção foram as manifestações grotescas e absurdas dos deputados federais no momento de votarem. A maioria desses políticos ofereceram seus votos à sua família, à religião, a Deus, aos militares etc. Para reforçar o nosso argumento do lado hilário e ridículo dessas manifestações, escolhemos algumas para ilustrar a explanação dos votos falados e/ou lidos no microfone aberto para que os parlamentares dessem o seu voto: “Por Deus e em nome de meu pai”; “Pelo povo de Deus, pela família brasileira”; “Que Deus tenha misericórdia desta Nação” (fala de Eduardo Cunha, PMDB/RJ, antes de votar pelo SIM). (CHIAIA, 2016, p.48).

Moro e Dallagnol, respectivamente, comandante e subcomandante do Partido da Justiça – PJ, aliados ao Partido da Mídia – PM, utilizaram de todos os expedientes “em vista do bem maior” de arrancar a Frente Brasil Popular, encabeçada pelo PT, do comando político do País, já que os vazamentos seletivos atestam um processo político espúrio com o uso intencional e criminoso da pressuposição de neutralidade e de isenção do Poder Judiciário.

Sobre essa questão, a fala de Adorno (2020, p. 83), em relação às intencionalidades por trás dos programas de televisão, é bem esclarecedora e pode nos ajudar a refletir sobre o contexto: [...] “suspeito muito do uso que se faz em grande escala da televisão, na medida em que creio que em grande parte das formas em que se apresenta ela seguramente contribui para divulgar ideologias e dirigir de maneira equivocada a consciência dos espectadores”. Com efeito, a ideologia embutida nos programas meticulosamente feitos para disseminar os valores a partir da informação que objetivamente se queria passar ao telespectador não deve ser confundida com qualquer tipo de conhecimento e/ou formação para as quais são necessárias outras abordagens (que não estavam presentes intencionalmente ou não nas narrativas midiáticas no contexto em questão); por outro lado, os conteúdos larga e exaustivamente repetidos sobre o que se queria passar e/ou disseminar sobre o governo tentavam incutir apenas os erros do PT, o que levou inclusive os mais beneficiados com as políticas de inclusão daquele governo a se rebelarem e, com o sucesso da empreitada do PJ e PM, verem posteriormente as conquistas do período de alianças entre Trabalho e Capital lhes escorrerem pelos dedos.

Destarte, após a teatral sessão do Congresso Nacional que cassou o mandato da primeira presidente da República, uma pergunta não cala: *por que ela saiu tendo seus direitos políticos preservados?* Assim como tantas outras possibilidades a depender de quem vê e como vê a questão, uma delas pode ser por justamente não compactuar com a corrupção enraizada na política; não era necessário tirá-la do governo para que justamente o PMDB assumisse, pois é

sabido que a ira de seu algoz Eduardo Cunha recaiu sobre ela em função das dificuldades que ela criava para a continuidade da corrupção nas estatais. Nesse contexto, a Lava Jato até poderia tê-la como aliada no combate à corrupção, no entanto, a presidente era governante pelo Partido de Massas, que precisava ser varrido da política de qualquer forma.

Por outro lado, vale lembrar a fala do senador pelo Espírito Santo, Fabiano Contarato, do partido REDE Sustentabilidade, que levantou questionamento acerca da complacência do Congresso Nacional com os mais de 100⁵² pedidos de afastamento do atual presidente Bolsonaro em comparação ao que ocorreu com a ex-presidente Dilma Rousseff argumentando que o recado do Parlamento é discriminatório com a figura da ex-presidente e das mulheres: “Eu não sou do Partido dos Trabalhadores, mas o que aconteceu com a presidente Dilma será se teria acontecido se não fosse uma mulher?”. O parlamentar capixaba diz ainda que a igualdade, como está na Constituição, é um abstracionismo e que, assim como “Marthin Luther King, eu tenho um sonho: que não vou ser julgado pela minha orientação sexual e que minha irmã não vai ser julgada por ser mulher, por ser negra” (ALMEIDA, 2021).

Destarte, é possível dizer que a fixação de Moro seja ódio de classe (o mesmo que na maioria das vezes se manifesta de forma velada), nutrido por parte da elite e da classe média brasileira, que jamais aceitou a regra democrática e que não gostou de ter que tratar as empregadas e os empregados domésticos como trabalhadores de carteira assinada e/ou dividir assento de avião com pobres. É preciso aniquilar o legado do político com o qual a massa se identifica, ou seja, a maioria da população de pobres, mestiços e negros. Será que é isso que inconscientemente incomoda os brasileiros de ascendência europeia? Se for, definitivamente Lula não pode representá-los, e muito menos continuar tirando os mestiços da sua “casta” proporcionando-lhes condições para andar de avião, comprar carros e principalmente tirar suas escravas e assegurando-lhes direitos trabalhistas.

O combate à corrupção deveria ter sido realmente o foco das operações (que lembravam as operações também midiáticas de Eliot Ness contra Al Capone, inclusive às vésperas da eleição em que tucanos e petistas disputavam a Presidência da República) e ter deixado as instituições continuarem seu trabalho em caçar corruptos, a que em nenhum momento a presidente Dilma fez qualquer objeção; muito pelo contrário, nos governos petistas as

⁵²Ao todo, mais de 1.550 pessoas e mais de 550 organizações assinaram pedidos de *impeachment* do presidente Jair Bolsonaro. Foram enviados 138 documentos ao presidente da Câmara dos Deputados, dos quais 86 pedidos originais, sete aditamentos e 46 pedidos duplicados. Até agora, apenas seis pedidos foram arquivados ou desconsiderados. Os outros 131 aguardam análise. Disponível: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>. Acesso: 28/08/2021.

instituições de controle tiveram apoio para trabalhar. Portanto não era necessário aniquilar, por exemplo, o setor da construção pesada no qual o País era referência mundial, como também não era para se fazer que não viam a corrupção no ninho tucano, e muito menos deixar o PMDB de Temer livre para continuar o esquema que vem desde o Império (SINGER, 2018).

Como mostramos em *A radiografia do golpe*, foi o ódio encoberto a essa classe de desprezados sem culpa – que foi o foco das políticas compensatórias do PT no poder – que possibilitou o uso, como mero pretexto, do combate seletivo à corrupção comandado pela farsa da Lava Jato para derrubar um governo legítimo.

É hoje inegável para qualquer pessoa que tenha ido à avenida Paulista, ou a qualquer das principais avenidas das grandes cidades brasileiras protestar só contra Lula e o PT que a corrupção era fachada para o verdadeiro objetivo das classes médias, que era interromper o projeto de ascensão social das classes excluídas para que continuem sendo – exatamente como os escravos do passado – odiadas, superexploradas e desprezadas. (SOUZA, 2019, p. 108).

O que ficou claro no processo de demonização do Partido dos Trabalhadores e de suas principais lideranças veio em certa medida pela incapacidade de boa parte da população de perceber os reais objetivos por trás dos discursos de ódio dos camisas verde e amarela da Avenida Paulista e os interesses dos capitalistas que vivem de renda, seja internacional, seja local, associados à grande mídia.

Os “camisas amarelas”, explorados como todas as outras classes e setores sociais por essa mesma elite, dispõem-se a defender seus interesses econômicos devidamente travestidos em princípios morais precisamente para dirigir seu ódio de classe a qualquer liderança popular. A operação Lava Jato foi desde o começo uma caça aos petistas e a seu líder maior como forma de garantir e assegurar a distância social em relação aos pobres que não os tornem tão ameaçadores como eles haviam se tornado com Lula. O maior perigo representado pelos pobres foi quando eles começaram a poder entrar para a universidade pública, reduto dos privilégios da classe média, pois durante a administração do PT o número de matriculados aumentou de 3 para 8 milhões. (SOUZA, 2019, p. 195-196).

Muitos dos vários extratos da classe média se associaram ao discurso de ódio por não perceberem que sua posição de classe é transitória e que, a depender do governo, eles rapidamente podem descer para camadas inferiores, pois sua posição é temporária caso não haja a busca permanente por igualdade social, visto que sua renda momentânea não lhe garante a permanência em tal extrato, pois, quando não se é dono dos meios de produção, sua posição social é sempre temporária. E nesse contexto nosso passado escravista vive a nos assombrar, já que em um país de maioria mestiça a luta por um Estado forte e igualitário é a única garantia de um não retorno à servidão, seja ao capitalista local, seja ao estrangeiro.

1.3.2 As políticas de interiorização do Ensino Superior do PT

Especificamente a partir da gestão Lula em 2003, iniciou-se uma nova estratégia para a Educação Superior no País, marcada por um maior protagonismo do Estado na implementação de Políticas Públicas no tocante às IES Públicas. O desafio era superar a elitização do acesso à Educação Superior, marcada pela ausência de pretos, pardos e indígenas, que representam a maioria da população, mas que pouco circulavam nos corredores das universidades. Essa ausência passou a ser questionada com firmeza por meio da participação ativa e efetiva dos Movimentos Sociais no debate e na proposição de Políticas Públicas e, com isso, foram dados passos significativos rumo ao enfrentamento dessa situação discriminatória e vergonhosa para um país que ocupa o *ranking*⁵³ de décima segunda maior economia do mundo em 2020.

Vale ressaltar que, ao negar o acesso à Educação Pública gratuita e de qualidade às populações pobres – e nesse caso nos referimos à porção interior, aos rincões, aos sertões, às florestas, onde a presença do Estado é mínima –, o País também se condena a permanecer na marginalidade em relação às grandes potências econômicas, pois, apesar de estar entre os países mais ricos – atualmente⁵⁴, o Brasil, de acordo a ONU, após ter saído do *Mapa da Fome*⁵⁵ em 2014, fruto de Políticas Públicas de enfrentamento à pobreza extrema dos governos petistas –, volta à lista dos dez países mais desiguais do mundo:

O Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo — afirma o sociólogo Luís Henrique Paiva, coordenador de estudos em seguridade social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Nesse *ranking* da desigualdade, o Brasil apresenta 0,539 pelo índice de Gini, com base em dados de 2018. Está enquadrado entre os dez países mais desiguais do mundo, sendo o único latino-americano na lista onde figuram os africanos. O Brasil é mais desigual que Botsuana, com 0,533 pelo índice de Gini, pequeno país vizinho da África do Sul com pouco mais que dois milhões de habitantes.

Visto do topo da pirâmide social, o Brasil é um dos recordistas em concentração de renda no mundo. Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado no final de 2019, portanto antes da pandemia, mostrou que o 1% da população mais rica detinha 28,3% da renda do País, quase um terço do total.

⁵³ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/09/brasil-deve-deixar-em-2020-de-ser-uma-das-dez-maiores-economias-do-mundo.ghtml>.

⁵⁴ Para o presidente da ONG Ação da Cidadania, fundada pelo sociólogo Betinho, “O Bolsonaro é 100% responsável pela crise que estamos vivendo. É estarecedor. Nem Donald Trump (ex-presidente dos Estados Unidos) foi tão perverso e criminoso. O que está acontecendo no Brasil é um crime contra a nação. Desde o início, o chefe da República sabota o isolamento social, o uso de máscara e o planejamento em relação à vacina. Ele deveria ser levado ao Tribunal de Haia. Bolsonaro não age em prol da população e só se movimenta quando percebe que não há mais jeito. Esses números terríveis de mortes vão ficar para a história, e daqui a algumas décadas as pessoas vão se perguntar como isso foi acontecer no Brasil. Disponível: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-e-100-responsavel-pela-crise-nem-trump-foi-tao-criminoso/>. Acesso: 14/04/2021.

⁵⁵<https://www.wfp.org/publications/2019-hunger-map>.

No levantamento comparativo com outras nações, o Brasil só perdia para o Catar e estava atrás do Chile, o terceiro colocado, com 23,7% da renda total. Nem a populosa Índia, com todos os problemas religiosos e étnicos, tinha uma concentração de renda tão elevada.

Se ampliar a faixa de 1% para os 10% dos brasileiros mais ricos, a participação na renda do País sobe para 41,9% do total. Ou seja, os outros 90% da população conseguem menos do que 60% da renda total, só para evidenciar a tamanha disparidade (SASSE, 2021).

No contexto pós-eleição de Lula, houve o empoderamento das camadas populares a partir do incentivo do governo à participação popular via fóruns sociais e outros mecanismos de indução (vale lembrar o papel dos movimentos sociais tanto na ascensão do Partido de Massas quanto na conquista de Políticas Públicas). Havia muita expectativa com relação ao governo Lula; e, nesse contexto, entendemos que no tocante à educação qualquer investimento na esfera pública representaria a possibilidade de saída do estado de desigualdade; e, se essa mesma população pudesse opinar, seria um estímulo à participação popular na construção das Políticas Públicas, além de ter cunho pedagógico de construção de uma democracia real.

Em 2005, foi lançado o Programa Universidade para Todos (ProUni), a partir da Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Segundo Carvalho (2006), para o governo, se tratava de ação estatal prioritária e articulada à operação da política fiscal, bem como aos mecanismos indiretos de renúncia fiscal às IES privadas, como também uma forma de permitir o ingresso dos mais pobres ao Ensino Superior a partir desse programa, que fazia parte da Política Pública de democratização da Educação Superior implementada pelo governo.

Nesse contexto, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) surge com o discurso de justiça social, tendo como público-alvo os estudantes carentes, cujos critérios de elegibilidade são a renda *per capita* familiar e o estudo em escolas públicas ou privadas na condição de bolsistas. Além disso, o programa estabelece, obrigatoriamente, que parte das bolsas deverá ser direcionada a ações afirmativas aos portadores de deficiência e aos negros e indígenas. A formação de professores de ensino básico da rede pública também consta como prioridade. A intenção é a melhoria na qualificação do magistério, com possíveis impactos positivos na qualidade da aprendizagem dos alunos da educação básica (CARVALHO, 2006, p. 985).

Apesar das críticas recebidas, pelos recursos não irem para as IES públicas, o programa cumpriu sua função ao permitir o acesso dos alunos de baixa renda ao Ensino Superior, mesmo que em instituições privadas. Destarte, é bom lembrar que o governo era uma aliança do Lula “operário/trabalho” com José Alencar “patrão/capital”. Nesse contexto, restava ao governo acenar para os dois lados, lembrando que no Capitalismo o governo – mesmo progressista como era o caso do PT/Lula – tem certos limites; e, para fazer “algo mais” para os trabalhadores, tinha também que dar algo para os patrões, pois esse era o contexto em que se estabeleceu a aliança PT/PL.

Seguindo a linha de aumento e ampliação do papel do Estado, o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, criado pelo Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006, tinha objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no País. O programa objetivava ofertar cursos de licenciatura de forma inicial e continuada para professores que estivessem na rede pública de educação básica (BRASIL, 2006).

Esses cursos seriam ofertados, em regime de colaboração da União com os entes federativos (Estados e Municípios), por instituições públicas de educação superior, em articulação com polos de apoio presencial. No âmbito da UAB foi desenvolvido o programa “Pró-Licenciatura”, cujo público-alvo é composto por docentes em exercício na educação básica pública há pelo menos um ano e sem habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura) (CARVALHO, 2014, p. 217).

Na realidade, a UAB não foi pensada para ser uma instituição educacional nos moldes tradicionais com sede física, pois se refere a uma rede nacional experimental voltada para a Ensino Superior, compreendendo a formação inicial e continuada, formada por um conjunto de IES públicas articuladas e integradas ao conjunto de polos de apoio das atividades presenciais.

De acordo com Lacé (2014 p. 47), conceitualmente, a estratégia de trabalhar Política Educacional nesse formato se deu a partir da experiência da Universidade Aberta da Inglaterra popularizada no Pós-Segunda Guerra Mundial, que procurou utilizar a televisão para implementar processos educativos (para jovens e adultos) de modo a ampliar o acesso das camadas populares “pelo primeiro vice-chanceler (o que corresponde ao nosso Reitor) da *Open University* (OU)”.

Na Inglaterra a Universidade Aberta foi criada em 1969 e iniciou suas atividades em 1971. O termo “aberta”, no contexto britânico, significava, nas palavras de Brigs e Burke (2004), abertura a pessoas, ideias e métodos. Quanto à abertura a pessoas, a OU permitiu o acesso à educação superior sem a exigência de qualificação anterior. Além disso, não se tinham processos seletivos para admissão de alunos. As vagas eram distribuídas por ordem de matrícula. Existia o crivo da idade, já que é uma oportunidade de formação aberta para os adultos. Então, inicialmente podiam matricular-se os homens e as mulheres com mais de 21 anos, mas atualmente a exigência de idade mínima é de 18 anos. Outro aspecto contido nessa ideia de abertura a pessoas refere-se à flexibilidade que o aluno tem em seu percurso acadêmico. Ele é responsável por escolher os seus caminhos na conformação dos estudos e das atividades. Nesse sentido, não existe um prazo determinado e pré-fixado para o término do curso.

Em relação à abertura das ideias e métodos, o primeiro aspecto diz respeito à diversidade da comunidade acadêmica. O último aspecto se relaciona à integração das TICs aos processos educativos. Assim, a EaD é parte integrante do processo de formação das Universidades Abertas; é uma dimensão metodológica, mas não define o todo da Universidade Aberta (LACÉ 2014 p. 48).

Tendo sido criada para atender à classe trabalhadora inglesa, teve algumas dificuldades como a permanência e principalmente o acesso ao Ensino Superior (em função de ser integral e presencial). No entanto o termo “aberta” carrega uma dimensão política e econômica que deve

ser considerada e que não deve ser confundida com o caminho utilizado para alcançar seus fins, que, nesse caso, é a EaD, e essa experiência despertou interesse de outros segmentos pelo referido modal educacional. No Brasil, o interesse estatal pelo modelo Universidade Aberta vem desde a época da Ditadura Militar, pois já naquela época havia interesse em criar uma “instituição nos moldes da congênere inglesa, mas nem tão aberta quanto aquela. Ou seja, na Terra de Santa Cruz, planejava-se uma instituição ‘semiaberta’ dirigida aos adultos trabalhadores, maiores de 21 anos, que já haviam concluído o antigo segundo grau”. No período do governo FHC, deu-se a partir do Consórcio Interuniversitário – BRASILEAD, que passou a funcionar em 1993; a ideia foi trazer eficiência e modernização a partir da TV Escola e do ProInfo em 1995 (LACÉ 2014 p. 53).

Adorno (2020), ao se posicionar sobre a educação popular televisiva, destaca pelo menos dois significados distintos para esse conceito de formação:

Por um lado, é possível referir-se à televisão enquanto ela se coloca diretamente a serviço da formação cultural, ou seja, enquanto por seu intermédio se objetivam fins pedagógicos: na televisão educativa, nas escolas de formação televisiva e em atividades formativas semelhantes. Por outro lado, porém, existe uma espécie de função formativa ou deformativa operada pela televisão como tal em relação à consciência das pessoas, conforme somos levados a supor a partir da enorme quantidade de espectadores e da enorme quantidade de tempo gasto vendo e ouvindo televisão (ADORNO, 2020, p. 82).

O autor destaca ainda em seu trabalho como sociólogo da educação que o foco maior foi quanto aos efeitos das transmissões sem objetivos educacionais explícitos nas encenações televisivas do que propriamente os efeitos pedagógicos dela, o que não significa dizer que subjetivamente não exista uma intencionalidade formativa em ambas as abordagens. Adorno entende que é importante evitar interpretações mecânicas acerca da utilização das mídias como veículos para transmitir programas educativos em função da vinculação da “ontologia com a sociedade”.

Na medida em que uma série de pessoas, com posições críticas, autônomas e frequentemente até opositoras, colaboram na produção dos programas, torna-se possível romper em certo sentido as barreiras do existente simplesmente apoiando-se nas relações pessoais específicas e sobretudo na competência técnica de pessoas que têm o que dizer e fazer quanto a esse assunto (ADORNO, 2020, p. 88).

Na trilha das formulações e da confecção de Políticas Públicas inclusivas para o Ensino Superior, conforme Carvalho (2006) e Lacé (2014,) quanto ao Sistema UAB no âmbito do Fórum das Estatais, os primeiros passos foram dados com o projeto-piloto, nascido da parceria com o “Banco do Brasil, o Edital 001/2005, e institucionalizado formalmente pelo Decreto n.º 5.800/2006 e pelo Edital 01/2006; e em menos de três anos a UAB foi alçada de um projeto-

piloto com 10 mil vagas” oferecidas em todo o sistema IFES e IEES (LACÈ 2014, p. 69).

Em 2007 surge o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído a partir do Decreto Presidencial n.º 6.096/2007, com objetivo primário de proporcionar as condições objetivas de ampliação do acesso e da permanência de pessoas de baixa renda no Ensino Superior, no nível de graduação presencial; adjetivava também um aproveitamento mais adequado tanto dos recursos humanos quanto da estrutura física já existentes nas IES Públicas, as quais apresentavam números significativos de vagas ociosas, como também abria a possibilidade de criação de novos *campi* efetivando assim a presença das *IES Públicas no Interior do Brasil* (BRASIL, 2007).

O marco conceitual do Reuni está inserido no contexto dos novos modelos de ensino de graduação geral em regime de ciclos. Esse movimento fazia parte de uma iniciativa dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para tornar compatíveis entre si os modelos curriculares, como os bacharelados interdisciplinares (BI) e similares (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2011).

Em 2003, a USP foi pioneira com os bacharelados em ciências moleculares (inegável sucesso, inexplicavelmente descontinuado) e em humanidades (excelente projeto, não implantado). Em 2005, a nova Universidade Federal do ABC (UFABC) inaugurou inicialmente o BI em C&T, com um primeiro ciclo de três anos e onze opções de segundo ciclo; em 2007, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) havia aprovado a oferta de BIs em quatro grandes áreas do conhecimento (artes, humanidades, C&T, saúde). Outras instituições federais estão seguindo essa tendência inovadora: UFRN, Ufersa, UFCG, UFRB, UFJF, Unifal, UFVJM, UFSJ, UFSC, Ufac, Ufopa e Unipampa (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, p. 04).

Com efeito, o marco conceitual alicerçava-se em três eixos principais: 1 – nas epistemologias não cartesianas valorizando a inter e a transdisciplinaridade, o que permite a interação dos saberes como artes eminentemente humanas e transpõe essa perspectiva para a formação; 2 – a etnodiversidade como elemento central das teorias críticas como mediadora dos processos de educação; 3 – o cumprimento da missão (trans)formadora da Universidade partiria de uma pedagogia emancipadora e comprometida com a formação de sujeitos autônomos e inventivos. Portanto a etnodiversidade, a interdisciplinaridade e a autonomia são as categorias-referências na mediação e na solução dos problemas complexos da atualidade (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2011).

A proposta atualmente denominada de Universidade Nova implica uma transformação radical da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, visando a superar os desafios e corrigir [uma série de] defeitos. Pretende-se, desse modo, construir um modelo compatível tanto com o Modelo Norte-Americano (de origem flexneriana) quanto com o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha) sem, no entanto, significar submissão a qualquer um desses regimes de educação universitária. A principal alteração proposta na estrutura curricular da universidade é a implantação de um regime de três ciclos de educação superior (UFBA, 2007, p. 9).

Como se pode observar, as Políticas Públicas de Educação Superior sob os governos petistas buscaram um caminho dos meios entre os modelos que se entendem como hegemônicos (Modelo Norte-Americano – MNA e Modelo Unificado Europeu – MEU), com os quais os governos brasileiros mais “dialogam” para construir o sistema nacional. Ao optar por esse arranjo, as políticas adquirem densidade popular quando assumem a tarefa de ao menos tentarem descolonizar corações e mentes nas entranhas do País, “onde ninguém quer ir”, onde não há Estado (ou como em épocas passadas a única presença do Estado era o posto de polícia); e, ao inserir a interdisciplinaridade como mediadora, permite uma nova reflexão/ação das práticas educativas, como também sociais.

Sobre o modelo que norteou as Políticas para o Ensino Superior no governo petista na época das reformas do Ensino Superior e conseqüentemente na concepção do REUNI, podemos destacar o Modelo Europeu no âmbito do que ficou conhecido como *Processo de Bolonha*, conforme aparece no Projeto da UFBA citado anteriormente.

Em 1998, em Paris, os ministros da educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido assinaram uma declaração conjunta em que perspectivam já a construção de um “espaço europeu de educação superior” (DECLARAÇÃO DA SORBONNE, 1998). No ano seguinte, os ministros de vinte e nove estados europeus, incluindo Portugal, subscreveram a chamada Declaração de Bolonha (1999), onde assumem como objetivo o estabelecimento, até 2010, de um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros (LIMA, et al., 2008, p. 10).

Essa foi a ideia que permeou toda a arquitetura por trás das novas Universidades, como também os Cursos Interdisciplinares regulares nas Universidades Federais criadas na Era PT, bem como os Cursos destinados aos indígenas e camponeses, que também seguiam lógica interdisciplinar e intercultural. Entendemos que a consolidação da Universidade como mecanismo de transformação/ação se dará a partir do momento em que conseguir despertar a consciência para a realidade objetiva, na qual se assentam as desigualdades sociais, passando de uma prática reprodutivista a uma práxis objetivamente transformadora; e principalmente estar onde ninguém quer ir, ou seja, no interior do País, nas chamadas zonas rurais, nas comunidades indígenas, como também nas periferias, onde a pobreza é companhia certa e indesejada, mas que revela o nível de concentração de renda e exclusão social de uma determinada localidade, de um país e também do mundo.

Com efeito, na esteira das Políticas Públicas para o Ensino Superior, inspiradas em um novo modelo de Ensino Superior, vale a pena destacar o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). Por iniciativa do MEC via Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, com apoio da SESU

– Secretaria de Educação Superior e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tal política veio em resposta à reivindicação dos movimentos sociais, que no período em questão possuíam boa interlocução com o governo; e, em resposta, formulou-se essa Política Pública de valorização da diversidade e promoção da equidade na educação (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, o MEC lança o edital de convocação n.º 09, de 29 de abril:

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, convoca as Instituições Públicas de Educação Superior – IES públicas – para apresentarem projetos de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores da educação básica nas escolas situadas nas áreas rurais, considerando as diretrizes político-pedagógicas publicadas neste Edital, formuladas em consonância à Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3/4/2002, e em observância à Resolução/CD/FNDE n.º 6, de 17 de março de 2009, no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo. (BRASIL, 2008).

No âmbito do Procampo, as IFES deveriam apresentar projetos de cursos de licenciatura específicos para atender à demanda campo (refere-se a áreas rurais com presença de assentados da reforma agrária, colonos, entre outros agricultores familiares); os projetos deveriam estar de acordo com os pilares da Universidade – Ensino, Pesquisa e Extensão. Como forma de valorizar os sujeitos do campo, nada melhor que um projeto de formação de professores de Educação do Campo.

Os projetos deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo.

As ações decorrentes dos projetos selecionados, no tocante à oferta de cursos nas instituições públicas, deverão observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições para o acesso ao ensino (BRASIL, 2009).

O edital apresentava critérios e procedimentos para que as IFES recebessem os recursos (de pessoal e financeiro) necessários para estruturar os cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo e formar professores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas localizadas nas áreas rurais e indígenas (BRASIL 2009).

Art. 1.º Autorizar a assistência financeira para instituições públicas de ensino superior com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de projetos educacionais para promover a ampliação do acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos étnicos diversificados, particularmente, profissionais da educação sem formação específica de nível superior.

§.1º Os projetos educacionais a que se refere o *caput* desse artigo são aqueles, particularmente, voltados à oferta de cursos de formação inicial ou continuada de professores indígenas, professores de educação do campo e professores afrodescendentes ou que atuem na educação para as relações étnico-raciais, no âmbito da educação básica (BRASIL, 2009).

No entanto, essa não foi a primeira ação do governo para atender às populações do interior do Brasil; no segundo ano do primeiro mandato de Lula, em 2004, de acordo com o Manual de Operações (2004), inseriu a Educação Superior no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) estabelecendo novas diretrizes e orientações sobre a função das universidades na oferta de cursos com base em demandas para o programa. De acordo com o Manual de Operações do Pronera (2004),

Os projetos de formação continuada de professores(as) de áreas de Reforma Agrária destinam-se à consecução dos objetivos específicos já mencionados, quais sejam: elevar o nível de formação continuada e escolaridade dos educadores(as) dos Ensinos Fundamental e Médio de áreas de Reforma Agrária, mediante cursos normais de nível médio, cursos superiores de licenciatura plena, especialmente Pedagogia ou cursos de pós-graduação (p. 39).

O Pronera foi um dos maiores programas de Educação destinados ao público da Reforma Agrária; iniciou em 1998 (no governo FHC como programa de alfabetização tímido), porém, nos governos PT/Lula/Dilma, ganhou musculatura e se tornou referência no atendimento aos camponeses no que tange à educação inclusiva.

Isto posto, alheio à importância histórica do PRONERA, no dia 21 de fevereiro de 2020, o governo Bolsonaro publicou o Decreto 10.252/2020, que altera a estrutura regimental do INCRA com mudanças significativas na função do órgão transferindo-o para a estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Como ele gosta de dizer, “com uma canetada”, extinguiu a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão do PRONERA, o que provocou protesto expresso na Carta Aberta⁵⁶ à sociedade do Fórum Nacional de Educação do Campo – Fonec (FONEC, 2020).

Com efeito, no intuito de conhecer a situação relacionada ao processo de expansão dos últimos dez anos (gestão do Partido dos Trabalhadores, período que compreendeu dois mandatos de Lula e um de Dilma) das IES, o MEC instituiu uma Comissão a partir da Portaria

⁵⁶ Afirmamos que o Pronera é uma política pública construída em torno do princípio da universalização da educação pública, cuja gestão é compartilhada no tripé Estado-Universidades-Movimentos Sociais e Sindicais Populares do Campo. Afirma o princípio da participação ativa dos sujeitos na elaboração de políticas públicas com fundamentos democráticos. O Decreto extinguiu uma parte fundamental da política, porém não extinguirá a dívida que o Estado brasileiro tem em relação ao direito de acesso dos camponeses à educação. Tampouco extinguirá nossa disposição de seguir lutando por esse direito, componente de um projeto de Reforma Agrária no País como condição basilar de uma sociedade democrática que busque superar as aterradoras desigualdades sociais que hoje o caracterizam. Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado! Brasília, DF, 25 de fevereiro de 2020. Disponível: <http://www.redeuniversitas.com.br/2020/03/nota-do-fonec-em-defesa-do-pronera-e-do.html?m=1>. Acesso: 12/05/2021.

n.º 126, de 19 de julho de 2012, e n.º 148⁵⁷, de 19 de setembro de 2012. Composição da comissão: dois representantes da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); dois representantes da União Nacional de Estudantes (UNE); dois representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e dois representantes da Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu).

Nesse contexto foram estabelecidos, nos últimos dez anos, os programas de expansão do ensino superior federal, cuja primeira fase, denominada de Expansão I, que compreendeu o período de 2003 a 2007, e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava até o ano de 2002 com 45 Universidades Federais e 148 *campi*/unidades (BRASIL, 2012, p. 09).

O prazo de conclusão dos trabalhos foi estabelecido em seis meses e previa analisar diversas fases do processo de expansão das IES, tais como IFES (pré-expansão ou pré-REUNI, expansão I, REUNI, pós-REUNI), nos últimos dez anos, na perspectiva de responder se as metas propostas foram cumpridas e quais os impactos em termos das políticas públicas para a Educação Superior Federal. (BRASIL, 2009).

Em relação ao REUNI, o relatório destaca três dimensões da expansão do referido programa, a saber: a dimensão política, a dimensão pedagógica e a de infraestrutura.

Dimensão política – é possível aferir o cumprimento do objetivo do programa de possibilitar uma maior democratização do acesso, com o aumento de mais de 100% do número de vagas de graduação presencial ofertadas nas universidades federais e a criação de novas universidades e novos *campi* universitários.

A importância desse processo de democratização do acesso ganha destaque acentuado no contexto da interiorização do ensino superior federal do País. As novas universidades e os novos *campi* trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as IFES.

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o Reuni constituiu-se em um programa que possibilita às IFES cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do País” (BRASIL, 2012, p. 27).

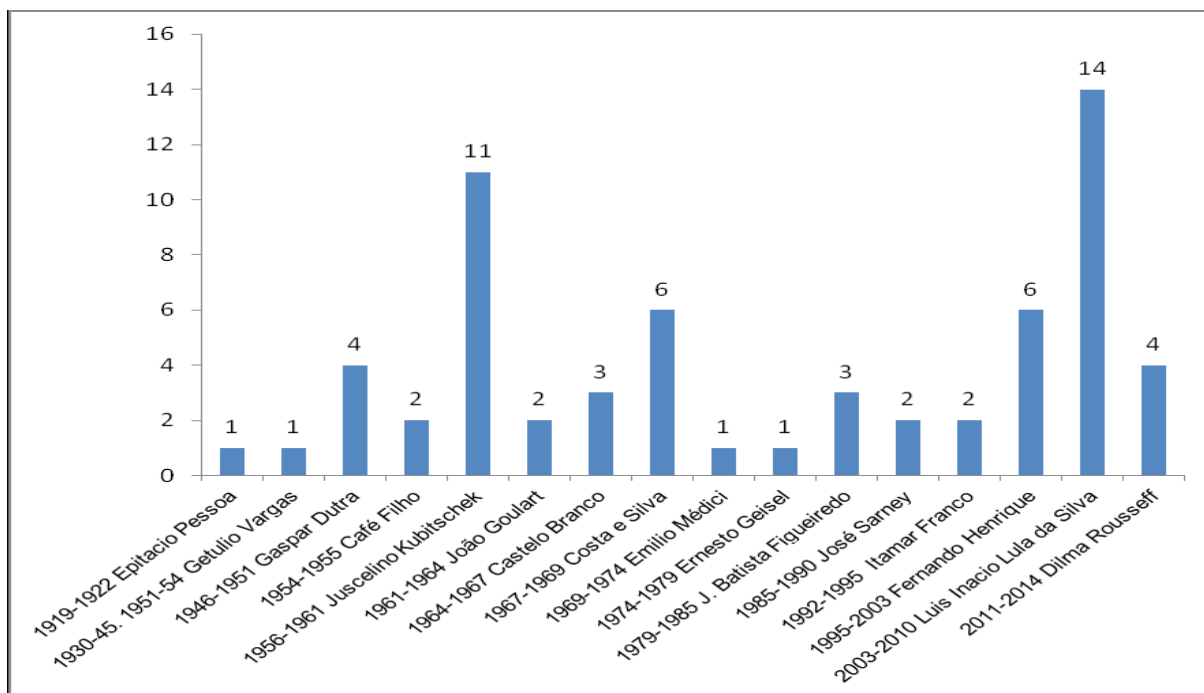
Conforme podemos comprovar, a ideia do REUNI foi também chegar ao interior do Brasil, e havia também uma compreensão de que, uma vez instaladas em determinadas

⁵⁷PORTARIA N.º 148, DE 19 SETEMBRO DE 2012. O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1.º - Ficam designadas as senhoras Tamara Naiz da Silva e Hercília Melo do Nascimento para, na qualidade de representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), comporem a comissão incumbida de acompanhar as ações do Ministério da Educação com vistas à consolidação do processo e expansão das universidades federais e de tratar dos assuntos estudantis correlatos ao tema, instituída pela Portaria MEC/SESu n.º 126, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 24/7/2012, Seção 02, pág. 15.

localidades, as IES Públicas cumpririam papel social importante tanto na dimensão da formação humana, quanto também serviriam de vetores para o desenvolvimento econômico da região. No gráfico abaixo é possível visualizar esse processo de expansão:

Figura 2 - Histórico de criação das Universidades



Fonte: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n.º 126/2012

Como se pode ver na figura acima, a linha do tempo de expansão da rede federal de nível superior é realmente significativa, pois os números de certa forma falam por si. “O Gráfico retrata o histórico da criação das universidades federais em diferentes períodos de governos (1919-2014). Observa-se que, de 1919 até 2002, foram criadas 45 universidades” (MEC, 2012, p. 25).

Quadro 3- Criação de IES públicas nos Governo PT

	2003	2010	2014
Universidades	45	59 (14 novas)	63 (04 novas)
Campi	148	274 (126 novos)	321 (47 novos)
Municípios	114	230	275

Fonte: Sisu/MEC (2012)

No quadro acima, o qual deve ser lido associado com o gráfico anterior, é importante

destacar que houve um esforço objetivo – particularmente no período Lula, no período de oito anos, compreendendo os anos de 2003 a 2010, tempo que, olhando os números de modo geral, pode-se dizer que foi um tempo curto – para a criação de 14 universidades (ANDIFES, 2012).

O relatório que analisou a criação das universidades nos governos PT representou a intenção objetiva do governo federal em promover a interiorização do Ensino Superior Público e ao mesmo tempo promover a integração com os países vizinhos, caribenhos e luso fônicos. Nesse sentido, em um contexto complexo, o velho entendimento sobre o papel da universidade como um instrumento de transformação social representava também o passaporte do País para se credenciar objetivamente entre os grandes no cenário global (MEC, 2012).

Isto posto, é imperativo que reconheçamos esse feito (que já tem seu marco gravado na história), principalmente pelos efeitos positivos em toda a cadeia (econômica, sociocultural e política) de desenvolvimento que o fenômeno da interiorização traz para a localidade, o município, o estado e, conseqüentemente, soma-se a outros esforços em médio e longo prazo que agregam valores para além dos interesses do capital, principalmente para as populações menos favorecidas, das localidades e dos municípios do interior do País (vale ressaltar que, uma vez instaladas em determinado local, as IES atendem geralmente a vários municípios do entorno). Os efeitos são geralmente de curto e médio prazo; e, ao passo que se vai qualificando a população da região, isso geralmente significa a prestação de um serviço mais qualificado em setores que vão da administração pública nas prefeituras ao setor do comércio e da agropecuária (em se tratando de interior, é importante lembrar que esse é geralmente o setor mais importante).

Nesse contexto entendemos como Gramsci (1978) que a Política de Interiorização permite que as populações distantes dos grandes centros urbanos, das capitais e das regiões metropolitanas tenham acesso ao conhecimento, que lhes permitirá além de outras coisas o desenvolvimento de uma consciência crítica.

[...] Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Além da possibilidade de acesso à formação superior existe também a contribuição que a formação em nível superior pode proporcionar tanto para os indivíduos quanto para a localidade, comunidade, municípios, estado e/ou região onde estão inseridas as unidades acadêmicas. Com isso, surgem várias possibilidades de trocas de experiências e novas formas de perceber a localidade a partir do tripé que norteia o mundo acadêmico: o ensino, a

oportunidade de fazer pesquisa e de se aprimorar com a extensão. (BRASIL, 2012).

Quanto à dimensão pedagógica do Programa, expressa no documento do MEC, uma das suas ambições era também corroborar a reestruturação das IES tanto na parte da gestão quanto na pedagógico-didática.

Pode-se afirmar que o Reuni estimulou a mudança de paradigmas, na medida em que possibilitou a organização de novos arranjos curriculares, com destaque para os bacharelados interdisciplinares, implantados em 15 universidades. Mais de 80% dos reitores afirmam que houve revisão da estrutura acadêmica com a implantação do Reuni e também a preocupação de todos em criar novos programas voltados para o sucesso dos estudantes (BRASIL, 2012, p. 29).

No contexto proposto e operado pelo MEC, conforme a citação acima, a palavra *interdisciplinaridade* aparece não como uma mera metodologia pedagógica, mas sim como termo portador de uma mudança paradigmática; e nesse contexto entendemos que o formulador da Política Pública de Interiorização da Educação Superior lança a mão da interdisciplinaridade como mediadora necessária e adequada que consegue manter o vínculo com a instituição universitária e ao mesmo tempo é capaz de atender às exigências sociais, políticas e econômicas a partir da adoção de novos arranjos interdisciplinares de Ensino Superior. Ainda nesse contexto de interiorização podemos destacar o Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA)⁵⁸, que é um mestrado acadêmico, criado em 2003, na área de educação da CAPES, que atualmente atende aos Institutos Federais em nível nacional.

Com efeito, para Lenoir (2006), a interdisciplinaridade parece ser uma ferramenta privilegiada do poder, pois carrega consigo as marcas incontestáveis da nossa época e é um mecanismo privilegiado e inovador do saber, capaz de mediar as questões científicas próprias da Universidade, as realidades complexas próprias da globalização e as realidades sociais objetivas que demandam conhecimentos técnicos cada vez mais complexos.

⁵⁸ O PPGEA já qualificou cerca de 817 mestres em educação até o final de 2019. Ao adotar a PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, o PPGEA tem respondido ao grande desafio de qualificar academicamente os atores educacionais de todas as regiões do Brasil, com ênfase hoje na Região Norte, e de colocar problemas de investigação que levem em consideração realidades socioambientais e culturais diversas. Para alcançar tais objetivos, o Programa tem recebido apoio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por meio de cooperações que dão sustentabilidade ao Programa. O PPGEA atende a mestrados provenientes de todas as regiões do Brasil. Nesse sentido e como demonstração dessa abertura, o Programa tem interagido nas áreas profissionais com as instituições parceiras dando continuidade às parcerias entre as Instituições da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico, dispostas em todo o Brasil, num total de 38 Institutos Federais (IF), distribuídos em 499 *campi*. Vale destacar no atendimento de sua missão o trabalho fortalecido pelo PPGEA, a partir do ano de 2011 nas Regiões Centro-Oeste do Brasil (IFMT), Norte (IFAM, IFAC, IFRR, IFRO, IFTO, IFPA) e Nordeste (IFPE, UFRPE, IFBA), bem como a continuidade das capacitações na Região Sudeste do País, notadamente no IFF (RJ), IFES (ES), entre outros polos de formação. Disponível: <https://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgea/apresentacao/>. Acesso: 22/10/2022.

A concepção por trás da proposta do REUNI era a construção da Educação para o século XXI numa perspectiva de formação integradora que está contida no Processo de Bolonha.

Sendo assim, o Processo de Bolonha representou uma transformação significativa no modelo de ensino universitário e concomitantemente um fortalecimento econômico dos países pertencentes a esse bloco perante o mundo.

No cenário brasileiro, foi criado em 2006, na Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Paulo, um novo modelo de educação superior composto por ciclos, tendo como resultado a implantação do Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Esse modelo foi influenciado pelo novo sistema de educação vigente na Europa (Processo de Bolonha) (VERAS, 2015, p. 11).

É uma proposta epistemológica que substitui o “paradigma mecânico” pelo “paradigma sistêmico”. Trata-se de privilegiar as ligações de interdependência entre os povos valorizando seus saberes a partir de uma educação que una, e não a promoção do *apartheid*. Nesse contexto, é preciso evitar o agravamento da estratificação corrigindo a lógica de pensamento que medeia nossa percepção da realidade especializadora e simplificadora, pois essa lógica simplificante não contribui para a tomada de consciência do sujeito sobre sua condição objetiva na sociedade e as formas de transformação de tal condição.

Acredita-se que, na escala global, mundial, planetária ou holística, conforme as especificidades dessas denominações, os alunos estejam aptos a se afirmar como cidadãos responsáveis e empenhados na criação de um futuro aceitável para si, para a comunidade e para todos os habitantes do planeta. As nações, como as pessoas, estão interligadas em crescentes redes de interdependência, sendo as mais usuais as telefônicas, televisivas e internauticas.

A escola projetada para os próximos anos deve intensificar a compreensão pela comunicação dos idiomas modernos, pelas ligações e interações entre culturas diferenciadas e pelos valores de uma educação que os aproxime. Para tanto, são desprezados os paradigmas mecânicos e enfatizadas as abordagens pluri e multidisciplinar (BOAVENTURA, 2009, p. 203).

O passo mais importante no contexto da expansão e da interiorização do Ensino Superior com abordagem inteiramente interdisciplinar deu-se com a criação de duas Universidades Interdisciplinares e Internacionais: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criada pela Lei n.º 12.289/2010, com sede na cidade de Redenção, Estado do Ceará; e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada pela Lei n.º 12.189/2010, na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná (RIBEIRO, 2015).

A ideia de espacialização das novas Universidades Federais inauguradas no Brasil, com proposta de cooperação internacional, faz parte de estratégia sistemática de internacionalizar o ensino superior, onde o Brasil faz parte e procura uma posição estratégica nesse processo, envolvendo a zona do Atlântico Sul em um contexto geopolítico. Possui agora a educação como ferramenta de expansão de conhecimento, modelo esse já adotado em nações desenvolvidas, como as do continente europeu, por meio do Processo de Bolonha (RIBEIRO, 2015, p. 01).

O objetivo principal dessas instituições foi promover a integração científica, cultural, social e ambiental de cooperação solidária em perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, em um contexto da internacionalização solidária do Ensino Superior e da política de cooperação Sul-Sul. A UNILA, voltada para os vizinhos latinos e integrantes do MERCOSUL, e a UNILAB, para os países falantes da Língua Portuguesa, portanto o projeto é baseado nos princípios de cooperação solidária internacional entre os países da América Latina e Caribe e os que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (RIBEIRO, 2015).

Para Severino (2009), o Processo de Bolonha é uma iniciativa de reorganização do sistema de Ensino Superior dentro dos países da União Europeia e segue um modelo de sociedade que traz problemas objetivos para a Universidade, pois se move dentro das regras do mercado.

Trata-se da criação do Espaço Europeu de Ensino Superior. Na verdade, é a adoção do modelo inglês para formar uma educação europeia. A Europa continuaria querendo construir um império integrado, hoje usando o conhecimento como a nova arma. Estaria ocorrendo uma transição do paradigma do ensino para a aprendizagem. O indivíduo, como aprendiz, é que é responsável pela sua formação; não é o processo em si do ensino. Também não mais se pensa por políticas públicas, mas por estratégias governamentais. Está em processo a desregulação da educação pública, e o Estado passa a ser apenas um avaliador, um supervisor, uma agência de controle e avaliação. Tudo passa por uma estratégia econômica de gestão. Trago à baila a referência ao Processo de Bolonha pela reconhecida importância que a experiência europeia tem para nós. Sem dúvida, exercerá uma grande influência, nem sempre recebida e incorporada com o devido distanciamento crítico. (SEVERINO, 2009, p. 260).

Com efeito, deve ser observado o que nos alerta Severino tanto em relação à construção de um segundo Modelo Hegemônico por parte da União Europeia, quanto à incorporação de princípios do Modelo dominante Anglo-Americano, que significa de certa forma o aprimoramento do modelo de mercado. Porém se deve também analisar com cuidado para que não se cometam imprecisões quanto ao modelo que se tentou construir nos governos do Partido dos Trabalhadores, pois, a nosso ver, são inegáveis os avanços promovidos pelos governos do PT, particularmente no que se refere à Interiorização do Ensino Superior, pois o Estado, sob os governos da aliança progressista, foi direcionado a pôr parte significativa de seu peso no sentido de incluir os mais pobres; atualmente, assiste-se ao declínio e à destruição dos programas de Ensino Superior daquele período e das Políticas Públicas como um todo.

Ao tratarmos sobre reformas no sistema de ensino, a atenção não deveria ser alicerçada no princípio da assimilação automática da atualização dos costumes e hábitos, como também apenas na formação profissional. No caso proposto pelo Partido dos Trabalhadores representou um esforço objetivo do governo, que, na posição de dirigente do Estado, pôs a máquina pública

também para fornecer oportunidade para parcela das populações historicamente excluídas acessarem o tão sonhado curso superior como foi demonstrado no relatório que tratou sobre o REUNI.

Isso só vale para uma educação fundada nas humanidades e destinada às elites. Não vale mais hoje, quando se trata de uma educação de massa. Ora, quando se trata de transformar o espírito do aluno na reflexão racional, precisamos abandonar a ideia de um ensino profissionalizante dissociado da formação cultural. Precisamos também abandonar a ideia de um ensino enciclopédico. Não é possível nem necessário tudo ensinar. Por outro lado, o ensino da técnica não é ao lado do ensino científico, mas no ensino é antes dele. Não há ciência sem técnica, nem técnica sem ciência (JAPIASSU, 1999, p. 60).

O autor afirma que a ciência é uma elaboração coletiva e metódica que busca validar uma determinada apreensão da realidade e que é pelo mesmo princípio constantemente questionada; e, ao optar pela Interdisciplinaridade na condução da Política de Interiorização do Ensino Superior, a gestão do MEC promove uma inovação, pois, ao deslocar-se da lógica disciplinar amplamente aceita e apostar na Interdisciplinaridade como carro-chefe nas novas IES e nos cursos, apresenta à sociedade uma fórmula na qual dificuldades, adaptação e realidades complexas são devidamente compreendidas e equacionadas, o que gera um movimento renovador do saber; mas que é claro se choca com a lógica que historicamente organiza e monopoliza o saber constituído.

Para Santos (2018, p. 30), “As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas. É por essa via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum”. Ou seja, é um entendimento que tem por base leis que partem da ideia de um mundo estável e que o futuro repete o passado, mas as políticas do Estado de Bem-Estar Social dos governos do PT provaram que o futuro só repete o passado pela vontade humana deixando claro que só existe desigualdade social porque uma minoria se apropria das riquezas. A Universidade Pública só não chega ao interior o País se não houver vontade política, e principalmente se não houver empatia pela situação do outro e vontade de construir um País justo e bom para todos.

Com efeito, o Estado sob os governos da aliança progressista foi direcionado a pôr parte significativa de seu peso no sentido de incluir os mais pobres; no pós golpe de 2016, percebe-se o declínio dos programas e projetos de Ensino Superior do Governo Federal. Em que pese aos avanços do período 2003/16, outros indicadores não avançaram e até retrocederam no tocante às Políticas Públicas de Educação nos governos Temer e Bolsonaro. Um exemplo disso é a taxa líquida de escolarização do País, que mede o total de jovens de 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior em relação ao total da população da mesma faixa etária, que

permanece baixa (17,9%) e longe da Meta 12 do PNE, que tinha como objetivo o percentual de 33% até 2024 (ABMES, 2020).

1.3.3 O fim da aliança PT/PMDB: a desconstrução das Políticas Públicas

Desde o início da aliança PT/PMDB, já era do conhecimento tanto dos seus parceiros quanto de seus adversários o peso do PMDB (hoje MDB⁵⁹), no entanto o partido abriga um

⁵⁹No dia 24 de março de 1966, nasceu o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sigla de oposição formada dentro das regras impostas pelo governo militar, construído com diferentes correntes, moderadas, contrárias ao regime militar. Com 120 deputados e 20 senadores, a legenda adequou-se ao sistema bipartidário instituído pelo governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O primeiro presidente do MDB foi o senador (AC) e general da reserva Oscar Passos, que ficou no cargo até fevereiro de 1971. Nesse ano, passou o posto para o deputado Ulysses Guimarães (SP). Em 1974, essa ala da legenda lançou Ulysses Guimarães como “anticandidato” a presidente, campanha que permitiu ao deputado percorrer o País para defender a redemocratização e a eleição de emedebistas para o Congresso. O presidente da República era o general Emílio Garrastazu Médici. Como “anticandidato”, Ulysses enfrentou outro general, Ernesto Geisel, empossado no Palácio do Planalto no dia 15 de março de 1974. A estratégia permitiu um salto do partido no Congresso. A pregação oposicionista elegeu 16 senadores para as 24 vagas em disputa e 44% dos deputados federais. Esse resultado inesperado representou uma derrota para a Arena e para o governo. Nesse período, o MDB abrigou candidatos e dirigentes de organizações clandestinas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Na disputa interna, reforçavam o grupo dos “autênticos”, que disputavam espaço com os “moderados”, agrupados em torno do então senador Tancredo Neves (MG). Ernesto Geisel iniciou a abertura política que, gradualmente, criou condições para a volta dos civis ao poder. Nesse sentido, a Lei da Anistia, de 1979, permitiu o retorno ao Brasil dos exilados adversários do regime, que engrossaram as forças de oposição. Com a instituição do pluripartidarismo, em 1979, o MDB passou a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Essa mudança foi necessária porque, pelas novas regras, a palavra “partido” deveria aparecer no início do nome das agremiações. Na reforma partidária, a Arena foi substituída pelo Partido Democrático Social (PDS). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), extinto pela Ditadura, foi reorganizado, e nasceram o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). A abertura política reinstaurou as eleições diretas para os governos dos estados em 1982, e o PMDB venceu as disputas em nove estados, entre eles Minas Gerais, com Tancredo Neves; e São Paulo, com Franco Motoro. No início de 1984, para pedir a volta das eleições diretas para presidente de República, na campanha das *Diretas Já* o nome de Ulysses Guimarães se destaca. Apesar da mobilização arrebatadora, a emenda constitucional que restaurava as eleições diretas foi derrotada pelo governo no Congresso na noite de 26 de abril de 1984. Mas, na escolha indireta para o Palácio do Planalto, o pêndulo do poder interno do PMDB deslocou-se de Ulysses para Tancredo, perfil mais palatável aos militares para a disputa no Colégio Eleitoral. No PDS, na disputa pela Presidência da República no Colégio Eleitoral, o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf venceu a convenção deixando a ala composta pelo senador José Sarney (MA) e os ex-governadores Marco Maciel, de Pernambuco; Aureliano Chaves, de Minas Gerais; Antônio Carlos Magalhães, da Bahia; e Jorge Bornhausen, de Santa Catarina insatisfeitos com a indicação; uma ala do PDS formou a Frente Liberal e se aproximou de Tancredo. Na Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987, o PMDB exerceu protagonismo com Ulisses, quando foi elaborada a nova Carta Magna para o País, promulgada em 5 de outubro de 1988. Em 1989 o ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello (PRN) e o senador Itamar Franco (PRN-MG) são eleitos para presidente e vice, ambos pertenceram ao PMDB. Nas eleições de 1994, o PMDB lançou como candidato a presidente o ex-governador de São Paulo, que ficou em quarto lugar, mas o partido continuou expressivo no Congresso, com 103 deputados e 23 senadores, e também nos estados com nove governadores. O sucesso do Plano Real deu a vitória a outro ex-integrante do partido, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ex-ministro da Fazenda, responsável pelas medidas que acabaram com a inflação na gestão Itamar. Com a eleição para presidente de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2002, o PMDB ficou um tempo fora do governo federal. O escândalo do *Mensalão*, de 2005, fragilizou a administração petista e setores do PMDB, puxados pelo ex-presidente Sarney e pelo senador Renan

número significativo de políticos influentes e experientes como o ex-presidente Sarney, Renan Calheiros, Romero Jucá, além do agora ex-presidente Michel Temer. No começo do entendimento para formar aliança com o PT ainda sob Lula, com ele se entendiam muito bem, pois, como sabemos, o ex-presidente operário era e ainda é conhecido por sua capacidade de conciliar interesses distintos, e os peemedebistas se entendiam muito bem com Lula. Por outro lado, o envolvimento sério mesmo foi sob o PT/Dilma; nesse período, Michel Temer já era o presidente do PMDB (de 09/2001-03/2004; 03/2004-03/2007 e 03/2007-03/2009).

De acordo com Alencastro (2009), a escolha do candidato a vice-presidente é sempre uma operação delicada até a montagem final da chapa; desde a redemocratização o autor assinalava que apenas FHC e Lula escolheram vice-presidentes que cumpriram suas funções com relativa discrição e total fidelidade tanto antes quanto depois das eleições. Isto posto, o desenho da aliança entre o PT e o PMDB já entra apresentando relações de forças desproporcionais. Na época Michel Temer apresentava um currículo com 22 anos de experiências entre eles: deputado constituinte, presidente da Câmara por duas vezes (1997-2000 e 2009-2010); e, nesse sentido, a coligação teria um vice que manejava todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista, o que já emitia sinais não muito bons.

Segundo Mello e Rossi (2018), os movimentos de ajuste econômico propostos pelo governo Dilma a partir do “ajuste fiscal” do então Ministro da Fazenda Joaquim Levy impactaram o gasto público e diminuíram o papel do Estado e os salários reais, realinhando o País à lógica rentista duramente combatida pelo ex-Ministro Mantega, ou seja, o estímulo aos lucros e aos investimentos do setor privado estavam de volta. Os choques econômicos (fiscal, monetário e de preços administrados) agiram imediatamente sobre o desemprego, o que provocou a queda e acarretou mais corrosão real dos salários. O certo é que o governo Temer fragilizou a posição dos trabalhadores quanto aos direitos trabalhistas; e nessa mesma linha, ao

Calheiros (AL), que deram apoio a Lula. No segundo governo do PT no Planalto, o PMDB integrou o governo. Em 2010, o PMDB indicou Michel Temer para a vaga de vice na chapa da petista Dilma Rousseff na eleição. A dobradinha vitoriosa se repetiu em 2014. No segundo governo Dilma, as relações entre a petista e o peemedebista se deterioraram. Ao mesmo tempo, o então vice estreitava as relações com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), desafeto de Dilma. O afastamento da petista se agravou e, em 2016, Temer tomou posse no Palácio do Planalto. Assim, depois da posse de Sarney no lugar de Tancredo, o MDB voltou ao poder com Temer sentado na cadeira presidencial na vaga com a cassação de Dilma. Oitenta dias depois de deixar o governo, Temer foi preso em São Paulo, acusado de chefiar uma quadrilha. A cena do carro do ex-presidente cercado por policiais armados sacramentou a derrocada do Partido. Na presidência da sigla, o ex-senador Romero Jucá, outro símbolo da corrupção no partido (o homem que propôs um grande acordo com supremo e tudo para estancar a sangria saiu ileso de tudo; até hoje não se sabe como), perde força para continuar no posto. O atual presidente da sigla é Baleia Rossi até outubro de 2022. Disponível: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/ascensao-e-queda-do-mdb-conheca-a-historia-do-partido-em-10-momentos>. Acesso: 19/08/2021.

promover um novo regime fiscal, comprometeu os gastos sociais. O que se observa concretamente é o desmonte da capacidade do Estado de induzir o crescimento e de transformar a estrutura produtiva por meio do novo regime fiscal, que limita o gasto com investimento público, a privatização da gestão dos bancos públicos e a da Petrobras. No limite, o governo Temer promoveu em curto tempo um grande desmonte do Estado de Bem-Estar Social que ainda existia do período Lula.

O *impeachment*, resultado último dessa crise de popularidade e sustentação parlamentar, decorre em grande medida da crise econômica, aprofundada pela estratégia de austeridade, que fez retrocederem várias conquistas sociais dos trabalhadores e ampliou rapidamente as taxas de desemprego. Mesmo que alguma recessão fosse inevitável, a tragédia econômica que o Brasil adentrou após a adoção do discurso de austeridade foi resultado dessa estratégia equivocada, que permanece até hoje como orientação política do governo Temer. Não à toa, a crise prossegue, gerando a maior queda do PIB da história brasileira e transformando a recessão em uma grave depressão econômica. (MELLO; ROSSI, 2018, p. 278).

Contrariando a posição exposta acima, que joga toda a responsabilidade do golpe na conta da presidente a partir de uma política econômica equivocada, outros fatores devem ser acrescentados como a financeirização do Capitalismo, que desmonta as teses neoliberais da época do Consenso de Washington sobre o Estado fiscal responsável. O capital financeiro passa a atuar como *gangster* chantageando as políticas de governo e o Estado sempre que seus interesses não são atendidos.

Em um átimo, um fundo de investimento pode retirar investimentos bilionários de um país e aplicá-los em outro. Transferir uma planta industrial é bem mais complicado. O poder de barganha aumenta a tal ponto que os ricos podem se dar ao luxo de quebrar o pacto democrático de que quem ganha mais tem também de pagar mais impostos. Crescentemente, os ricos passam a pagar muito pouco ou deixam simplesmente de pagar impostos por mecanismos legais e ilegais de evasão de renda, agora facilitados pelos paraísos fiscais, especialmente criados para “lavar dinheiro” do Capitalismo financeiro e satisfazer a nova máxima dos capitalistas vitoriosos: “Sonegadores fiscais de todo o mundo, uni-vos!” (SOUZA, 2019, p. 172).

Com efeito, vale lembrar que no governo Dilma as taxas de desemprego foram mantidas em níveis baixos, e os combustíveis não aumentavam toda semana como nos governos Temer e Bolsonaro. A mobilidade social permaneceu em níveis estáveis garantindo a ascensão social de milhões de brasileiros com acesso a serviços e produtos, mas, com Temer e Bolsonaro, esses milhares de brasileiros voltam para a pobreza, extrema pobreza e até miséria. Vale lembrar que a fração interna da pequena burguesia se aliou aos interesses da grande burguesia internacional e nacional para apelar o Partido de Massas do poder e devolver os incômodos pobres que a partir das políticas de inclusão dos governos petistas vinham ocupando espaços antes exclusivos dessa fração da classe média.

Juízes, promotores, procuradores e delegados da Polícia Federal juntaram-se à cúpula do PSDB e se puseram a campo para desgastar a política neodesenvolvimentista e os governos do PT. Em pelo menos dois momentos, a ação da Polícia Federal, do Ministério Público e do Judiciário, combinada com uma cobertura ampla, detalhada e deformada dos acontecimentos pelos grandes meios de comunicação e com a ação parlamentar do PSDB, produziu crises políticas que ameaçaram, em 2005, o mandato de Lula da Silva e o de Dilma Roussef neste ano de 2015. Os alvos são as instituições-chaves da política neodesenvolvimentista: o BNDES e a Petrobras. (BOITO, 2018, p. 245-246).

A influência do capital internacional, principalmente o norte-americano, na defesa de seus interesses hegemônicos é evidente e histórica perpassando vários governos; basta lembrar a eleição de Collor com a bandeira de combate à corrupção, que teve total apoio dos EUA, bandeira essa já utilizada anteriormente por Jânio Quadros e pelos golpistas de 1964. Interessava ao Capitalismo rentista destruir a capacidade do Brasil de operar de forma autônoma sua cadeia produtiva de petróleo e gás, o polo naval; destruir a competência e a credibilidade da construção pesada, que já ocupava parcela significativa do mercado internacional; e principalmente punir o País pela articulação do BRICs, que vinha se firmando como alternativa à hegemonia do Banco Mundial e suas agências subsidiárias, como também pela articulação do G20, que já se consolidava como alternativa ao nada representativo G7 (o G7, ao nosso ver, é um grupo midiático nada representativo que na atualidade não tem mais o peso que teve no século passado, pois, ao não incluir os países superpopulosos como China, Índia, Brasil e Nigéria, como também outras potências bélicas como Rússia, China e Índia, expõe a fragilidade e a superficialidade do grupo).

Nesse contexto, os objetivos para o golpe não são mais ocultos, já que, apesar da agitação da oposição neoliberal se concentrar no discurso contra a corrupção, ficam claros os laços que a ligam aos interesses hegemônicos. Com isso, caem por terra as ações contra a corrupção, pois elas eram seletivas, direcionadas às instituições e aos partidos que se posicionavam no campo não alinhado à hegemonia norte-americana. E, para coroar toda essa engenharia política perversa, nada melhor que substituir um governo independente (que já havia construído laços alternativos com outros países que buscavam combater a hegemonia) por outro com um antipresidente num grande acordo, como disse o ex-senador Romero Jucá, com a Lava Jato e com a grande mídia, que pavimentaram a eleição de Bolsonaro.

1.4 A aliança PSL/PRTB: da coalizão BBB ao governo do presidente sem partido

Apesar de não ser objetivo deste trabalho discutir as características do populismo autoritário e conservador associadas ao então presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito no

segundo turno nas eleições de 2018 pelo PSL⁶⁰ em disputa acirrada com Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (vale ressaltar que Bolsonaro pediu desfiliação⁶¹ do Partido em novembro de 2019 antes de completar um ano de mandato; e, passou mais de dois anos sem partido. Por que será?), discutir-se-ão os impactos das Políticas Públicas do seu governo (ou a ausência delas; pelo menos as de caráter benéfico para a maioria da população) para a Educação Superior por entendermos ser importante analisar algumas questões que envolvem o atual chefe do Poder Executivo e ocupante do Palácio do Planalto.

De acordo com Prado (2018), a candidatura de Bolsonaro foi apoiada pela equipe de *marketing* da Cambridge Analytica, a mesma que trabalhou para Donald Trump e no *brexit*, que colocou o Reino Unido fora da união europeia. A exemplo do que aconteceu nos EUA, a onda da extrema-direita alçou o deputado federal Jair Bolsonaro ao posto mais alto da República brasileira; e junto com ele foram eleitos 73 militares entre deputados federais e senadores (se contarmos as bancadas estaduais, esse número triplica). A grande quantidade de militares eleitos na esteira de Bolsonaro sustentava um discurso pró-militarismo do capitão reformado que foi expulso do Exército por indisciplina e que defendia abertamente a venda e a posse de armas, o “combate à corrupção”, além – é claro – de uma feroz retórica anticomunista.

Em seu discurso transmitido pela Rádio Câmara após a vitória, Bolsonaro⁶² afirmou que

⁶⁰ De acordo com a página do partido em: Art. 1.º O Partido Social Liberal – PSL, organização política autônoma, com personalidade jurídica de Direito Privado e registro definitivo deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 02/06/1998, obteve o número 17 para todos os fins e efeitos eleitorais, sendo constituído nos termos do Art. 17 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e reger-se-á, por este Estatuto, seu Código de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidária, suas Resoluções Internas, seu Regimento Interno, Instruções, Planos de Ação e demais Atos que forem baixados pelos seus órgãos competentes de deliberação, ação e direção.

Art. 2.º O Partido Social Liberal – PSL tem sede e foro na Capital da República e prazo indeterminado de duração.

Art. 3.º O Partido Social Liberal – PSL se declara social liberalista, considerado forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, acreditando que o Estado possa exercer na economia o papel de regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. Sua estrutura interna, organização e fundamento se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana, observando as normas constitucionais e legais. Disponível em: https://psl.org.br/psl_cappen/estatuto. Acessado em: 26/02/2021.

⁶¹ A saída de Bolsonaro ocorre após uma batalha entre o clã Bolsonaro e o presidente nacional da sigla, o deputado Luciano Bivar (PSL-PE), pelo controle da legenda, que é alvo de uma série de acusações de candidaturas laranjas. A disputa envolve também o poder sobre os imensos fundos partidários aos quais o partido tem direito – a previsão é que a legenda receba 110 milhões de reais neste ano. Após passar por sete legendas, Bolsonaro se filiou ao PSL para disputar as eleições presidenciais de 2018, e seus filhos Eduardo e Flávio se tornaram líderes do partido em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente. Um ex-aliado de Bolsonaro, o ex-ministro Gustavo Bebianno, chegou a assumir interinamente a presidência nacional do partido durante a campanha eleitoral, no lugar de Bivar. Os apoiadores de Bivar acusam o grupo do presidente de querer controlar a gorda fatia do fundo partidário que cabe ao PSL desde que a sigla se tornou a segunda maior bancada da Câmara. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-oficializa-sa%C3%ADda-do-psl/a-51325302>. Acessado em: 05/03/2021.

⁶² Disponível: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/546933-jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-da-republica-com-55-dos-votos/>. Acessado: 26/02/2021.

iria respeitar a Constituição:

Liberdade é um princípio fundamental, liberdade de ir e vir, liberdade de empreender e liberdade política e religiosa, liberdade de informar e ter opinião, liberdade de fazer escolha e ser respeitado; este é o país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Brasil de diversas cores e opiniões. Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que proteja os direitos do cidadão que cumpre o seu dever e respeita as leis; elas são para todos, porque assim será nosso governo: constitucional e democrático (BRASIL, 2018).

O discurso revela um entendimento da Política como o confronto de ordem moral entre o bem (ele) e o mal (os outros que discordam dele), seja entre o povo e a oligarquia, seja entre os interesses de sua família e o do seu grupo militarista mais próximo com qualquer um de acordo com a ocasião e a situação. Apesar de ter admitido um “Brasil de diversas cores e opiniões”, parece que logo se esqueceu do que falou, pois claramente seu governo não reconhecia as lutas históricas das minorias, principalmente se fossem negros e indígenas. Na parte em que falava sobre ser constitucional e democrático, também não passava de retórica, já que em nenhum momento se opôs ao fato de seus apoiadores pedirem o fechamento dos outros Poderes da República (STF e Congresso).

Em seu plano de governo intitulado: BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS⁶³, o então candidato Bolsonaro passa uma ideia do que esperar do agora presidente:

Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo liberal democrata. Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. Tolerância ZERO com o crime, com a corrupção e com os privilégios (BOLSONARO, 2018, p. 10).

Como todo movimento de extrema-direita, Bolsonaro e os *bolsominions* (como são conhecidos seus seguidores) precisam de inimigos externos para garantir a sua existência, e esse é um fator fundamental para manter a coesão de grupo. A partir de uma narrativa persecutória, a começar por teorias conspiratórias, que servem ao bolsonarismo, esses bodes expiatórios não podem ser um inimigo qualquer, e por isso a escolha dos “comunistas”. A partir desse discurso, fundamenta-se a tese que explica absolutamente tudo o que o governo faz ou deixa de fazer, que é a história do complô comunista universal vastamente utilizado pelos EUA na época da guerra, copiado pelos golpistas de 1964 e atualmente como uma múmia ressuscitada por Bolsonaro.

⁶³Disponível: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acessado: 26/02/2021.

Para Adorno (1951), existe um propósito universal desse tipo de relação líder-seguidor-causa, que é instigar sistematicamente a “psicologia das massas”, e seus métodos seguem padrões rigidamente estabelecidos e bem definidos e se ligam à unidade fundamental do propósito político, ou seja, a subversão da democracia mediante o apoio de massa contra o princípio democrático, o que é parte da natureza do conteúdo e da apresentação da própria propaganda.

Com efeito, boa parte da origem da narrativa vem das ideias de Olavo de Carvalho (que até pouco era o conselheiro mor da família Bolsonaro), a partir de estratégias coercitivas apoiadas num discurso maniqueísta (um tipo de *apartheid* teocrático-supremacista⁶⁴ branco), de um lado sustentado por uma política neoliberal (conservadora e belicista); de outro, avessa às pautas de interesses populares, mas com todos os indicativos do populismo que em certa medida flerta com o fascismo⁶⁵. As ideologias e as práticas fascistas nunca foram estranhas às classes dominantes e seus representantes políticos, e isso vem da Era Vargas e da chamada Revolução de 30. “Ao contrário, vários de seus dirigentes já tinham se manifestado clara e abertamente partidários do fascismo, em especial Getúlio Vargas, Góes Monteiro e Francisco de Campos” (CUNHA, 2007, p. 215).

Durante o processo eleitoral de 2018, o bolsonarismo elegeu o PT como o culpado e responsável por todos os problemas do País; e, a partir de então, tudo o que estava relacionado à esquerda política era automaticamente atribuído ao PT e taxado de “comunista”. Por outro

⁶⁴ Que ou quem é adepto do supremacismo ou de ideologia que defende a supremacia ou superioridade de um determinado grupo de indivíduos e que reclama para os seus membros o domínio dos restantes indivíduos. 2021. <https://dicionario.priberam.org/supremacista>. Consultado em: 03-03-2021.

⁶⁵ Segundo Bobbio (1998), sobre o fascismo, preliminarmente podemos distinguir três usos ou significados principais do termo. O primeiro faz referência ao núcleo histórico original, constituído pelo Fascismo italiano em sua historicidade específica; o segundo está ligado à dimensão internacional que o Fascismo alcançou, quando o nacional-socialismo se consolidou na Alemanha com tais características ideológicas, tais critérios organizativos e finalidades políticas, que levou os contemporâneos a estabelecerem uma analogia essencial entre o Fascismo italiano e o que foi chamado de Fascismo alemão; o terceiro, enfim, estende o termo a todos os movimentos ou regimes que compartilham com aquele que foi definido como “Fascismo histórico”, de um certo núcleo de características ideológicas e/ou critérios de organização e/ou finalidades políticas. Em geral, entende-se por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao Socialismo e ao Comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

lado, houve a contribuição decisiva da grande mídia, particularmente da Rede Globo, ao associar por anos de forma sistemática o PT a práticas de corrupção como se isso fosse uma exclusividade do Partido dos Trabalhadores, portanto fornecia as munições necessárias aos seguidores sedentos por algum esquerdista para atacar. Os ataques pelas redes sociais, via *fake news*, tinham desde a “mamadeira erótica”, o “kit-gay”, discussões absurdas sobre “ideologia de gênero”, que vendiam a tese de que o PT queria destruir a família brasileira (uma das principais bandeiras bolsonaristas).

Para Catalani (2018, p. 01) o que presenciamos atualmente no País é a deterioração do tecido social; e nesse contexto não há como enquadrar objetivamente como fascista, pois o fascismo é “necessariamente estatista e intervencionista”, e o programa de Bolsonaro é ultraliberal, ou Bolsonaro não é fascista, e sim “um soldado das guerras culturais”. É possível também que se trate da “racionalidade de um gestor que quer garantir a paz social e a ordem pública, por meio de armas e políticas públicas de segurança”, ou seja, de um tipo de neoliberalismo autoritário do tipo trumpista. No limite, visivelmente, Bolsonaro não se importa com a política econômica de hiperestado mínimo (nos moldes do que deseja seu superministro⁶⁶ Paulo Guedes); ele pensa numa população armada até os dentes (numa ideia ultrapassada de autodefesa contra um inimigo surreal), num Estado do tipo sem limites legais (talvez um estado miliciano), apoiado por milícias armadas dedicadas a manter a oposição encurralada, fomentando assim uma política de higienização social como vem ocorrendo com os jovens que matam negros e as populações indígenas.

E, nesse contexto, Bolsonaro (depois de quase dois anos sem partido hoje, hoje faz parte do Partido Liberal – PL⁶⁷) foi eleito por um partido até então nanico (o PSL⁶⁸ conseguiu formar

⁶⁶ O atual Ministério da Economia é a unificar três pastas – Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, que juntas controlam mais de 12 órgãos federais e ao menos 13 estatais, o que lhe rendeu a alcunha de Super Ministro da Economia. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/superministerio-da-economia-muito-poder-nas-maos-de-um-homem-so-byj9j7f2ep1eiv5e05t6bszik/>. Acessado em 01/03/2021.

⁶⁷ Após dois anos sem partido, Bolsonaro se filia ao PL, nona legenda da carreira política. Bolsonaro foi eleito presidente pelo PSL em 2018 e deixou o partido em 2019, em meio a divergências com a cúpula da legenda. Na ocasião, chegou a articular a criação de um novo partido, a Aliança Pelo Brasil, que não passou da fase de coleta de assinaturas. O PL será o nono partido da carreira política de Bolsonaro. Em três décadas, o atual presidente passou por PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC e PSL. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legenda-da-carreira-politica.ghtml>. Acesso: 29/06/2022.

⁶⁸ No dia da posse em janeiro de 2019 a bancada do PSL era de 51, sendo a maioria do (12) do Rio de Janeiro mesmo domicílio de Bolsonaro. Na legislatura anterior 2014 era de 01 do CE. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-posse>. Acessado em: 27/02/2021.

a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, atrás apenas do PT⁶⁹. Mas, após fusão com o DEM, virou o União Brasil⁷⁰). No Congresso Nacional, rapidamente foi articulada a formação da Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como “bancada da bala⁷¹”.

Outra denominação que chama a atenção é a bancada BBB⁷² (boi, bala e bíblia); separadamente cada uma tem suas prioridades, mas as três adotam tom conservador e fazem parte da base de apoio do presidente (podem ser denominadas de frente bolsonarista de interesses ou de interesses bolsonaristas).

Para o sociólogo Carlos Eduardo Martins (2018), é imperativo que se faça uma minuciosa avaliação do que aconteceu com a eleição de Bolsonaro e os rumos que o País tomará com isso:

Perdemos para um novo ator político que sela a aliança entre uma burguesia emergente e mestiça, centrada no empresariado neopentecostal, o agronegócio, o rentismo, o baixo clero da oficialidade militar, o grande capital estrangeiro e o imperialismo estadunidense mais extremado e antiliberal.

Este ator político maneja o discurso do empreendedorismo como disfarce para a eliminação de direitos sociais e imposição das mais altas taxas de superexploração do trabalho. Os direitos são tratados como privilégios e formas de opressão sobre os trabalhadores que vivem fora deste mundo, que os sustentariam com o suor do seu trabalho com o qual pagam os impostos (MARTINS, 2018, p. 01).

De fato, o militarismo e o neopentecostalismo são os alicerces do bolsonarismo interno; externamente ele se alia ao imperialismo estadunidense e de maneira subserviente, sem o menor pudor, aliena a soberania nacional por pouco ou quase nada de contrapartida do

⁶⁹ No dia da posse em janeiro de 2019 a bancada do PT era de 54, e teve apenas um representante do Rio de Janeiro, mesmo domicílio de Bolsonaro. Na legislatura anterior o PT teve 69 deputados eleitos e cinco eram do RJ. <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-na-posse>. Acessado em: 27/02/2021.

⁷⁰ O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (08/02/2022), em sessão administrativa, o pedido de registro do estatuto e do programa partidário do União Brasil (União), agremiação política resultante da fusão do Democratas (DEM) com o Partido Social Liberal (PSL). A nova legenda terá como número nas urnas o 44. O novo partido possui 81 cadeiras na Câmara, à frente do segundo colocado, o PT, que soma 53, e contará com quase R\$ 800 milhões de fundo eleitoral. Disponível: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-aprova-registro-do-partido-uniao-brasil>. Acesso: 18/09/2022.

⁷¹ De acordo [Raphael Veleda](#) e [Lucas Marchesini](#). “No atual Congresso, a frente parlamentar conhecida como “bancada da bala” atingiu o seu maior número da história, pulando de um grupo que não chegava a 100 parlamentares para 308 representantes – e se estendeu ao Senado, onde conta com 13 membros (não havia nenhum na última legislatura)”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/maior-da-historia-bancada-da-bala-entrega-75-dos-votos-a-bolsonaro>. Acessado em 27/02/2021.

⁷² A chamada bancada BBB – “boi, bala e Bíblia”, coalizão de representantes do agronegócio, da linha dura na segurança pública e do fundamentalismo religioso. Entre 2014 e 2018, os ruralistas eram 109 deputados. A partir de 2019, serão 77. Em movimento inverso, cresceram os evangélicos e os defensores da indústria armamentista. Os primeiros passaram de 75 para 85, ao passo que a bancada da bala passou de 35 para 61 deputados. Computados juntos, foram de 219 para 223. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/12/bancada-bbb-se-reconfigura-e-pode-ampliar-influencia-nos-proximos-quatros-anos>. Acesso: 18/09/2022.

imperialismo norte-americano. O interessante é que, no momento em que o governo Bolsonaro discute a tecnologia 5G, sua maior preocupação é a China espionar o governo. Parece-nos que aos EUA isso é liberado (vale lembrar que os EUA espionaram⁷³ não só o Brasil, mas também outros países como a Alemanha), já que o governo tem preferência pela tecnologia norte-americana. Não há via correta e justa de análise do governo Bolsonaro que não passe pelo golpe de 2016, que abreviou o mandato da Presidente Dilma. Vale ressaltar que essa não foi apenas uma estratégia para tirar o PT do Poder Executivo da República; antes de tudo foi uma armadilha (como já vimos, a participação ativa da grande mídia, setores conservadores das elites, aliados a interesses internacionais em manter o País subserviente) que tinha a intenção de atingir o País, ou seja, abater em pleno voo um Estado que pela primeira vez na história se fez realmente influente no cenário internacional.

Internamente, outro ponto que deve ser considerado é que de modo geral foi uma ação se não pensada objetivamente, mas que visava atingir a capacidade do Estado de entregar Políticas Públicas. É inegável o desconforto da classe média e da elite com a ampliação do acesso a bens de consumo por parte significativa dos trabalhadores, além do acesso ao Ensino Superior de milhares de jovens, já que essa classe média teve que dividir, além dos postos de trabalho exclusivos até antes da ascensão do Partido de Massas, também os voos nos aviões, os

⁷³ Em 2013, Brasil e a Alemanha entregaram na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) um projeto com regras sobre o direito à privacidade na Internet. A entrega do documento ocorre em meio às denúncias de que o governo dos Estados Unidos espionou durante anos o telefone pessoal da chanceler alemã Angela Merkel e o da presidente Dilma Rousseff, revelações que azedaram as relações bilaterais desses países com os EUA. De acordo com um comunicado da representação brasileira na ONU, o texto será avaliado pela 3.^a Comissão da Assembleia Geral e, posteriormente, pelo plenário do órgão intergovernamental. No fim de setembro, no discurso de abertura da Assembleia Geral, Dilma fez duras críticas às práticas de espionagem norte-americana a cidadãos, empresas e governos e pediu regras internacionais para dar mais privacidade a esses agentes na era digital. No documento entregue, Brasil e Alemanha destacam o direito à privacidade e que os indivíduos não podem ser submetidos a ingerências arbitrárias ou ilegais na vida privada, na família, em seu domicílio ou na correspondência. Assim, ressaltam a importância “do pleno respeito à liberdade de buscar, receber e difundir informações”. No artigo final, pedem que os países-membros da ONU procurem identificar e esclarecer princípios, padrões de conduta e melhores práticas sobre como lidar com preocupações relativas à segurança de modo compatível com as obrigações dos Estados no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Com a colaboração do jornalista americano Glenn Greenwald, a quem Edward Snowden repassou os documentos sigilosos, no final de julho, a *ÉPOCA* revelou com exclusividade arquivos que mostram que a NSA espionou oito membros do Conselho de Segurança da ONU, no caso das sanções contra o Irã, em 2010. Em seguida, *ÉPOCA* teve acesso a uma carta ultrassecreta em que o embaixador americano no Brasil, Thomas Shannon Jr., agradece o diretor da NSA, general Keith Alexander, pelas “excepcionais” informações obtidas numa ação de vigilância de outros países do continente, antes e depois da 5.^a Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, em abril de 2009. Shannon celebra, no documento, como o trabalho da NSA permitiu que os EUA tivessem conhecimento do que fariam na reunião os representantes de outros países. Em *entrevista à ÉPOCA*, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse que manter dados em segredo faz parte do jogo diplomático, mas que a espionagem em negociações pode configurar uma forma de fraudá-las. “Estamos diante de um escândalo de proporções globais.” Disponível: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2013/11/brasil-e-alemanha-levam-onu-bprojeto-sobre-privacidadeb.htm>. Acesso: 19/08/2021.

lugares nos *shoppings* com pessoas que antes não usavam tais serviços e/ou dividir as vias públicas com milhares de carros populares, além de não poderem mais ter uma empregada doméstica como escrava, coisa que os deixou deveras indignados.

Para Martins (2017), a deposição de Dilma estava calçada em um grande acordo político ao qual se ramificavam os interesses internacionais, parte da elite agrária e industrial, articulada com suas representações políticas majoritárias no Parlamento, a tecnoburocracia do Poder Judiciário e um ator privilegiado nessa questão – a grande mídia.

A queda do governo Dilma possibilitou avançar em temas da agenda de reformas neoliberais que encontrariam resistência nos governos petistas como o congelamento dos gastos públicos primários por 20 anos, a reforma trabalhista, a lei de terceirizações, a reforma da Previdência, o fim das políticas industriais do BNDES, a retomada de privatização de empresas ou a eliminação do monopólio da Petrobras e da política de conteúdo nacional para investimentos no Pré-Sal. Por meio das políticas de elevação da superexploração do trabalho e da atração de capital estrangeiro, procurava-se compensar a restrição de gastos públicos primários e retomar o dinamismo econômico, associando-o ao aumento das taxas de exploração, da lucratividade e do investimento (MARTINS, 2017, p.01).

Nesse processo não se pode esquecer da participação dos movimentos de massas de conotação antidemocrática (um desses eram os camisa verde-amarela – aliados de Bolsonaro até hoje, contra tudo e contra todos, principalmente contra bandeiras de lutas dos movimentos sociais e partidos de esquerda), representados principalmente pelas camadas médias e superiores da pequena burguesia. Por outro lado, a inércia pela qual passava o movimento de massa de esquerda pode ter sido reflexo da assimilação e/ou da cooptação pelo governo das principais lideranças do movimento (vale mencionar que isso não se aplica ao MST, que se manteve ligado às suas bandeiras históricas), que, ao assumirem cargos no governo, se distanciaram da base, o que provavelmente dificultou e/ou retardou a reação e a consequente defesa do governo.

No programa de governo do então candidato Bolsonaro, a Educação e a Saúde vêm tratadas do seguinte modo:

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão de que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos.

A estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, países recentemente visitados por Jair Bolsonaro, teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico.

É POSSÍVEL FAZER MUITO MAIS COM OS ATUAIS RECURSOS!
É O NOSSO COMPROMISSO! (BOLSONARO, 2018).

Seu plano de governo para a Educação, apesar de aparentar muitas limitações, se alinha

com a perspectiva ultraliberal, da qual seu ministro da Economia era o grande fiador e que tinha o modelo chileno como referência, portanto esse aparente vazio de ideias fazia parte de uma estratégia de sucateamento e posterior entrega do patrimônio público ao grande capital.

O governo Bolsonaro se utilizou de narrativas difamatórias de figuras ligadas aos partidos de esquerda, o que claramente representou uma estratégia política; por exemplo, ao demonizar a figura de Paulo Freire, pois este eminente educador representava a posição contra o senso crítico, característica da obra de Freire. Ou seja, Bolsonaro utilizou-se de uma figura importante, a fim de ridicularizá-lo e incitar o “ódio” pelos seus seguidores, julgando que a teria de Freire seria uma doutrinação. E na esteira desse discurso veio o projeto Escola Sem Partido⁷⁴, uma tentativa de criminalizar o uso em sala de aula da palavra “gênero”, da expressão “orientação sexual”, fechando a proposta de governo com letras garrafais como visto anteriormente.

Para Oliveira e Ferreira (2018), o programa se caracteriza pela ausência de metas e estratégias, bem como pela exclusão dos temas e questões que compõem a atual pauta educacional brasileira, revelando sua sintonia com as teses da mercantilização, da privatização e do controle social e ideológico *por meio da e na* educação. Isto posto, numa primeira avaliação, o Programa de Governo de Bolsonaro é repleto de senso comum; não apresentava nenhum dado científico, apesar das inúmeras pesquisas e dados sobre a educação brasileira disponíveis. Resgata propostas arcaicas que não cabem mais na atual conjuntura, utilizando como exemplo realidades e culturas diametralmente opostas como o são as de países como Japão, Taiwan e Coreia do Sul, citados no Programa do então candidato.

⁷⁴ Escola sem Partido: é um movimento criado em 2004 pelo procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, que tomou força a partir de 2015. Formado sobretudo por pais e alunos preocupados com a doutrinação ideológica nas escolas, o movimento busca a criação de mecanismos que não permitam aos professores transferir aos alunos suas concepções morais e políticas. Os projetos de lei Escola sem Partido: criados a partir de um anteprojeto de lei, são proposições apresentadas em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. Buscam o estabelecimento de uma legislação que verse sobre os direitos e deveres dos professores em sala de aula, assim impedindo a promoção de suas crenças pessoais nos espaços formais de ensino. Ao menos quatro Projetos de Lei (PLs) sobre o Projeto Escola sem Partido foram apresentados à Câmara dos Deputados. Além disso, há também PLs sobre temas relacionados à EsP, como os que dizem respeito ao tema da ideologia de gênero. Hoje, a proposição sobre o Projeto Escola sem Partido que tramita na Câmara é o PL 7180/14, de autoria do deputado federal Erivelton Santana (PSC-BA). Este PL busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir, no artigo 3.º da lei, o princípio de respeito às convicções dos alunos e de seus responsáveis. Por consequência, os valores familiares passam a ter precedência (prioridade) sobre a educação escolar, e temas de cunho moral, sexual e religioso não poderiam ser trabalhados nas escolas. Outra proposta do PL 7180/14 é tornar obrigatória a fixação de cartazes em sala de aula que informem os deveres e direitos dos professores. Em 2016, o senador Magno Malta (PR/ES) apresentou ao Senado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016, que também propunha a inclusão do “Programa Escola sem Partido” nas diretrizes da LDB. Mas o projeto foi retirado de regime de tramitação (e arquivado) pelo próprio senador, no ano seguinte. Disponível em: <https://www.politize.com.br/projeto-escola-sem-partido/>. Acessado em: 27/02/2021.

Outro aspecto que vale destacar no Programa é a ausência de propostas palpáveis para resolver os problemas educacionais identificados, como mau uso do dinheiro, evasão escolar, péssimo desempenho dos estudantes no PISA, gestão educacional, esgotamento do modelo de pesquisa e desenvolvimento, forte doutrinação – considerada como um dos maiores males da educação. E, para solucionar tais problemas, não se visualiza nenhuma proposta objetiva; e mais uma vez o Programa reflete o que atualmente presenciamos. Na condição de presidente, sua única proposta é a militarização das escolas; outras ações e discursos são baseados apenas em senso comum, como o uso de frases de efeito inclusive por ministros.

A pasta que comporta o Ensino Superior, o MEC, não apresentou nenhuma agenda positiva para esse segmento da Educação Pública; o que temos presenciado é a falta de diálogo entre o Ministério e os Reitores (muito pelo contrário, o governo tentou intimidar os dirigentes das universidades com um termo de ajustamento de conduta para quem criticar o presidente)⁷⁵ não alinhados às pautas do governo, além dos ataques às instituições que, como se pode constatar no plano de governo, são parte da ideologia de combate à corrupção e que mantêm os seguidores mobilizados.

Outra questão que vale a pena analisar é a quantidade de ministros que passaram pelo MEC. O primeiro a assumir a pasta foi Ricardo Vélez, que ficou no cargo por três meses até abril de 2019 – uma passagem curta e improdutiva, da qual se faz lembrar pela declaração infeliz quando afirmou ter intenção de corrigir nos livros didáticos a maneira como tratam a Ditadura Militar e o Golpe Militar de 1964.

O segundo foi Abraham Weintraub⁷⁶, que ficou por 14 meses na função e veio desmontar

⁷⁵A Controladoria-Geral da União (CGU) notificou dois professores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por criticarem o presidente Jair Bolsonaro durante uma transmissão ao vivo nas redes sociais no dia 7 de janeiro. Após receberem a notificação, para não serem alvos de processo administrativo e perderem o emprego, os dois professores tiveram que assinar um *Termo de Ajustamento de Conduta* (TAC) com o órgão, com o qual se comprometem a não repetir pelos próximos dois anos manifestação como a registrada na transmissão. Um dos professores é o epidemiologista e ex-reitor da UFPel Pedro Curi Hallal; e o outro é o professor Eraldo dos Santos Pinheiro. A assinatura foi divulgada no Diário Oficial da União (DOU) da última terça-feira (2), que justificou a atitude dos docentes como “manifestação desrespeitosa e de desprezo direcionada ao presidente da República”. Disponível: https://cultura.uol.com.br/noticias/17195_professores-universitarios-sao-notificados-pela-cgu-por-criticarem-bolsonaro.html. Acesso: 04/03/2021.

⁷⁶O início da gestão de Weintraub à frente do MEC foi marcado principalmente pelo embate com as universidades federais. Em abril de 2019, o ministro afirmou que cortaria verbas de três universidades por promoverem “balbúrdia”. Mais tarde, o contingenciamento de verbas atingiu todas as instituições federais e de bolsas para estudantes de pós-graduação, no momento em que o governo tentava conter gastos. O ministro também chegou a ser chamado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para explicar uma outra declaração: a de que universidades federais teriam “plantações extensivas de maconha”. Um polêmico projeto do MEC para ampliar as fontes de financiamento das universidades federais, chamado *Future-se*, foi lançado em agosto de 2019 e enviado ao Congresso como projeto de lei em maio deste ano. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067>. Acessado em: 04/03/2021.

as políticas do PT, pois chegou afirmando que as “gestões passadas eram criminosas” e que era preciso varrer a ideologia comunista da pasta; ele conseguiu colocar em prática o discurso do campo ideológico do governo Bolsonaro dentro da estrutura do MEC, o que aumentou o distanciamento com as universidades.

De acordo com reportagem da *Veja*⁷⁷, publicada em 30 abril de 2019, Weintraub afirmou que “as universidades que, ao invés de pesquisar como melhorar a performance acadêmica, estão fazendo balbúrdia; terão seus financiamentos reduzidos”. O ministro afirmou ainda que, no ambiente universitário, acontecem eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do *campus*, gente pelada dentro do *campus*”.

Tendo acumulado tantos desafetos dentro da pasta que comandava, assim como fora do País (no episódio com a China⁷⁸), é possível que a gestão de Weintraub seja até o momento uma das mais improdutivas e truculentas do atual governo, além da ineficiência para construir e/ou manter as Políticas já conquistadas, mas foi eficiente para destruir e semear discórdia.

O terceiro foi Carlos Alberto Decotelli, que não chegou a ser empossado, pois logo foram detectadas inconsistências em seu currículo quando o reitor da Universidade de Rosário, na Argentina, afirmou que o então postulante a cargo de ministro do MEC não tinha o título de doutor pela instituição conforme constava em seu currículo. O outro problema veio após o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade de Wuppertal, na Alemanha, informarem que Decotelli não havia concluído nenhum programa de pós-doutorado.

⁷⁷<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>.

⁷⁸ A Embaixada da China no Brasil se manifestou, na madrugada desta segunda-feira, 6, contra uma publicação do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Em sua conta oficial no Twitter, o ministro insinuou que a China vai sair “fortalecida” da crise atual causada pelo novo coronavírus, apoiada por seus “aliados no Brasil”, associando a origem da covid-19 ao país asiático. “Deliberadamente elaboradas, tais declarações são completamente absurdas e desprezíveis, que têm cunho fortemente racista e objetivos indizíveis, tendo causado influências negativas no desenvolvimento saudável das relações bilaterais China-Brasil”, diz a nota divulgada no Twitter da Embaixada. O comunicado afirma ainda que “o lado chinês manifesta forte indignação e repúdio a esse tipo de atitude”. Disponível: <https://www.istoedinheiro.com.br/embaixada-da-china-repudia-tuite-ironico-de-weintraub-cunho-fortemente-racista/>. Acesso: 04/03/2021.

O quarto ocupante do estratégico Ministério da Educação é o teólogo, advogado e pastor Milton Ribeiro⁷⁹, de 62 anos, que também já foi reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ligado ao setor privado do Ensino Superior. Até o momento não se tem notícia de alguma ação significativa de sua gestão; o que se pode auferir de tudo isso é que essa nomeação agradou a ala evangélica do governo, que faz parte de um dos três pilares políticos e ideológicos de sustentação do governo Bolsonaro (a bancada BBB), já mencionados anteriormente. No entanto, em recente declaração, o ministro deu uma amostra do que ele realmente pensa sobre o Ensino Superior a partir de sua defesa da universidade para poucos: “*Tem muito engenheiro dirigindo Uber*”⁸⁰. Tal declaração gerou indignação no meio acadêmico.

Sobre essa questão, o professor Gaudêncio Frigotto fez a seguinte explanação em artigo no *Brasil de Fato*:

A afirmação do ministro da Educação, Milton Ribeiro, de que a Universidade deveria ser para poucos e que a maioria deveria seguir o caminho da educação profissional, diga-se, a seu crédito, não é apenas uma posição explícita sua, mas também a da classe social a que pertence e representa.

Não se trata aqui de fazer um julgamento moral, mas de analisar o sentido social do que afirma. Pode-se, assim, afirmar que a sua fala é coerente com as políticas educacionais de direita ou de extrema direita que vêm sendo disputadas historicamente em nossa sociedade e que desde a década de 1990 se afirmam em seu caráter classista excludente de forma clara ou dissimulada. (FRIGOTTO, 2021).

Ao assumir o poder em 2019, a extrema direita levou consigo os três fundamentalismos que os acompanham. O primeiro deles é o econômico, em que está o critério de justiça social e a meritocracia; o segundo é o político que, pela pedagogia do ódio, não suporta o pensamento divergente; e finalmente o terceiro, o fundamentalismo religioso, a partir de uma lógica simplista, que busca subordinar a ciência à crença e impor seus valores morais particulares como universais. (FRIGOTTO, 2021).

⁷⁹Milton Ribeiro tem 62 anos, nasceu em Santos, no litoral de São Paulo, é teólogo e advogado, com doutorado em Educação. Ele é pastor da Igreja Presbiteriana. Foi nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro, em maio de 2019, para a comissão de ética pública ligada à Presidência da República, cuja função é investigar ministros e servidores do governo. Segundo seu currículo na plataforma Lattes, Ribeiro tem graduação em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul (1981) e em Direito, pelo Instituto Toledo de Ensino (1990), com mestrado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2001) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2006). Atualmente, é membro do Conselho Deliberativo do instituto Presbiteriano Mackenzie, entidade mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e relator da Comissão de Assuntos Educacionais do Mackenzie, além de integrar a Administração Geral da Santa Casa de Santos. Disponível: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/10/saiba-quem-e-milton-ribeiro-novo-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso: 19/08/2021.

⁸⁰O ministro da Educação, Milton Ribeiro, declarou que as universidades deveriam ser ‘para poucos’. A declaração foi dada durante entrevista ao programa *Sem Censura*, veiculado pela TV Brasil no dia 10/08/2021. Disponível: <https://www.folhape.com.br/politica/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao-de/193282/>. Acesso: 19/08/2021.

Corroborando esse entendimento, Bourdieu (2015) traz a seguinte questão:

Com efeito, para que sejam favorecidos, os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e das técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 2018, p. 59).

Como se pode constatar na fala do eminente sociólogo francês, dependendo de quem ocupa o poder, a educação será uma ferramenta de libertação ou opressão. Ainda sobre essa questão, para o filósofo, ex-ministro da educação e professor da USP Renato Janine Ribeiro⁸¹, também em resposta às declarações do atual ocupante do MEC, fez a seguinte observação: “Quando um engenheiro trabalha como Uber, é preciso melhorar a economia; não fechar a universidade”. Disse ainda que, se a “universidade é para poucos”, quando o Brasil prospera, uma das primeiras coisas que aparece é a falta de pessoal qualificado, como engenheiros, pois essa necessidade já foi sentida em tempos recentes nos governos do PT – é claro –, e por isso se investiu na expansão do Ensino superior, principalmente dos Institutos Federais. (RIBEIRO, 2021).

Aos poucos o até então discreto ministro da Educação de Bolsonaro vem mostrando sua face sombria; o recente episódio foi o chamado Bolsolão⁸² do MEC. O mesmo padrão acompanhou os demais ministros que o antecederam no MEC, na gestão Bolsonaro, com um preconceito de classe arraigado de uma elite branca e atrasada de extrema direita que despreza

⁸¹ Quanto ao argumento do ministro de que há engenheiros que estão trabalhando como Uber, esse problema é mais da economia do que da educação; é um sinal de que a economia não está bem; é um sinal de que o Brasil está desperdiçando talentos. O ex-ministro de Dilma lembrou que, em 2002, o Brasil tinha cerca de 3 milhões de alunos no ensino superior e, quando a ex-presidente Dilma Rousseff saiu do cargo, em 2016, esse número era de cerca de 8,5 milhões. Um aumento aproximado de 10% para mais de 20% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, nesse período. O filósofo conta que, ao ocupar o cargo de ministro da Educação, entre abril e setembro de 2015, aprendeu que há uma linha divisória de 16%: abaixo disso, o País é muito elitista; acima disso, as coisas começam a melhorar. Argentina e Uruguai, diz o colunista, têm mais de 30%, enquanto os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estão na faixa dos 50%. Disponível: <https://jornal.usp.br/radio-usp/quando-um-engenheiro-trabalha-como-uber-e-preciso-melhor-a-economia-e-nao-fechar-universidades/>. Acesso: 19/08/2021.

⁸² – aquele homem de Deus que anda armado e dispara acidentalmente tiro em aeroporto – foi preso preventivamente suspeito de operar um esquema de propinas para liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, para prefeituras, que ficou conhecido como o Bolsolão do MEC. Também foram presos dois outros pastores evangélicos, sem cargos públicos, que intermediaram o pagamento das propinas. Ribeiro é acusado pelos crimes de tráfico de influência, corrupção passiva, prevaricação e advocacia administrativa – quando um servidor público usa o cargo para atender a interesses particulares. Há fartas provas, como áudios com relatos de prefeitos e um do próprio Milton Ribeiro admitindo que procurou os pastores para atender a um pedido de Jair Bolsonaro. Disponível: <https://theintercept.com/2022/06/25/bolsolao-do-mec-milton-ribeiro-bolsonaro-reeleicao-cadeia/>.

pobres, negros, índios, ou seja, que odeia a todos os que não são seus iguais, que não entendem que o Estado não é patrimônio deles, ou pelo menos não deveria ser; sua mente tacanha não consegue pensar algo melhor que restringir o acesso dos pobres às universidades. Nesse contexto, em função do envolvimento do seu nome nos escândalos de corrupção, Milton Ribeiro foi exonerado em 28 de março de 2022; e em seu lugar assumiu o secretário executivo do MEC Victor Godoy⁸³. Com isso, durante a gestão de Bolsonaro, esse será o quinto ministro da pasta a qual enfrentou mais turbulências.

Com efeito, a constatação é que, silenciosamente, o pastor-ministro desmontou o MEC, desarticulando o grupo de trabalho responsável pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com a transferência da instância técnica para outra esfera ligada à política, adiando a execução do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para o ano de 2022, mudando as regras do PROUNI (por meio da Medida Provisória n.º 1.075, de dezembro de 2021, o governo alterou a Lei n.º 11.096, de 13/01/2005, e a Lei n.º 11.128, de 28/06/2005, do Programa Universidade para Todos⁸⁴) e atacando sistematicamente os direitos da população LGBT, além do não investimento de 1,2 bilhão do MEC para infraestrutura (TOSTES, 2021⁸⁵).

O Ensino Superior de Bolsonaro enquanto chefe do Poder Executivo (fora suas opiniões pessoais, que já são conhecidas de longa data, a partir dos seus quase 30 anos como deputado federal) deixa claras suas intenções a partir das suas ações, que vão na contramão dos governos

⁸³ O governo publicou no Diário Oficial da União desta segunda-feira (18) a nomeação de Victor Godoy como ministro da Educação. No fim de março, quando o ex-ministro Milton Ribeiro deixou a pasta, Godoy assumiu interinamente. Agora foi oficializado no comando do MEC. Desde julho de 2020, ele vinha exercendo o cargo de secretário-executivo da pasta. É o quinto ministro da Educação em pouco mais de três anos do governo Jair Bolsonaro. Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/18/governo-nomeia-victor-godoy-como-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso: 18/09/2022.

⁸⁴ Prouni não se converte em “boas notícias” para o combate às desigualdades no acesso à educação superior, avaliou Cláudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV, à CNN. Colocar o Prouni, por medida provisória, sem discussão da sociedade, para setores da classe média que estão em escolas particulares – para uma minoria ter acesso de graça às faculdades particulares – não me parece algo correto, disse Costin em entrevista concedida nesta terça. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/prouni-entenda-o-que-muda-no-programa-apos-mp-assinada-por-bolsonaro/>. Acesso: 08/12/2021.

⁸⁵ A cada mês, desde que assumiu o cargo em julho de 2020, Milton Ribeiro tem desmontado ainda mais o Ministério da Educação. Conheço muitos presbiterianos e presbiterianas comprometidos com o Reino de Deus, promovendo justiça, vida e igualdade. Muitos deles e delas foram meus professores e professoras do Mackenzie. Infelizmente, a representação de Milton Ribeiro no Ministério da Educação está longe de refletir o compromisso protestante com a educação e a promoção da vida em abundância refletida, vivida e pregada por Jesus Cristo. Martinho Lutero, ao escrever uma carta aos prefeitos e conselheiros alemães, escreve: “É de que adiantaria se possuíssemos e realizássemos tudo o mais, e nos tornássemos santos perfeitos, se negligenciássemos aquilo por que essencialmente vivemos, a saber, cuidar dos jovens? Em minha opinião não há nenhuma outra ofensa visível que, aos olhos de Deus, seja um fardo tão pesado para o mundo e mereça castigo tão duro quanto a negligência na educação das crianças” (citado por Ismael Forte Valentim, em “A Reforma Protestante e a Educação”, 2010). (TOSTES, 2021). Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-legado-da-educacao-protestante-esta-em-ruinas/amp/>. Acesso: 20/08/2021.

anteriores, inclusive das ações neoliberais do PSDB. Os governos Lula e parcialmente o de Dilma investiram na expansão e na interiorização da Educação Superior Pública; o governo Bolsonaro aponta para uma colonização pelo setor privado com forte apelo às ordens confessionais, pois, dada a ligação dos ministros que até o momento ocuparam o MEC, o caminho vai pela extrema direita, com a “bíblia” debaixo do braço e o capital privado na frente comandando.

Segundo Heringer (2021), é importante destacar três questões que trazem luz ao *modus operandi* do governo Bolsonaro no campo da Educação Superior: 1 - O desrespeito à autonomia universitária; 2 - A proposta do FUTURE-SE⁸⁶ e 3 - Cortes de orçamento, pois, ao longo dos dois primeiros anos (além do que já foi relatado), o Ministério da Educação sofreu contingenciamento na ordem de R\$ 5,8 bilhões em 2019 em suas despesas discricionárias (gastos não obrigatórios, que incluem a verba de investimentos, pagamento de despesas como água e luz, entre outros), o que atingiu em cheio as Universidades Federais, que tiveram 30% de seu orçamento discricionário contingenciado. Em 2020 o corte foi de R\$19,8 bilhões do orçamento do MEC, que representaram 16% a menos em investimentos federais na Educação. E o cenário para 2021 do orçamento encaminhado ao Congresso Nacional sinaliza um corte de 18,2% das universidades federais de todo o País (HERINGER 2021, p. 04).

A situação pela qual passa o MEC hoje nos parece não ter precedentes na história da República. De acordo com o relatório do *Todos pela Educação*, a gestão do MEC sob o governo Bolsonaro em 2020 é sem dúvida a mais prejudicial para a Educação, além dos inúmeros problemas em função da troca constante de ministros e membros do alto escalão:

Ao analisar a variação na dotação de despesas com Educação Básica ao término dos exercícios (linha verde), destacam-se alguns pontos de atenção. O ano de 2020 se encerrou com o menor orçamento da década para a etapa, atingindo R\$ 42,8 bilhões, 10,2% menor em comparação com 2019. Em plena pandemia, com milhões de alunos sem poder frequentar as escolas e diante da queda expressiva das receitas vinculadas à Educação, o MEC se mostrou ausente e incapaz de exercer sua função de apoio técnico e financeiro às redes de ensino.

O ano de 2020 encerrou com a menor dotação para as emendas desde o primeiro bimestre – quando atingiu R\$ 5,1 bilhões –, acumulando queda de 37%. A Educação Básica (-40%), a Educação Profissional (-40%) e a Educação Superior (-24%) acumularam cortes consideráveis no exercício, com pequenas reduções bimestrais. Cabe destacar que, em virtude da pandemia da covid-19, diversos parlamentares

⁸⁶ Para a secretária-geral do Sindicato Nacional, o projeto do governo federal busca destruir o caráter social e heterogêneo das instituições federais de ensino: “Nessa universidade [que o governo quer] só caberá o conhecimento que sirva ao mercado, e não à população, em especial a mais pobre”, critica. Disponível: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entidades-do-setor-da-educacao-programa-future-se-representa-a-extincao-da-educacao-federal-publica1>. Acesso: 20/09/2022.

remanejaram suas emendas para a saúde, o que pode ser uma das explicações para a fuga dos recursos. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Outro foco de tensão do governo Bolsonaro foi a crise sanitária em função da covid-19, que no Brasil já causou quase 700.000 mortes, conforme reportagem da Rede Brasil⁸⁷; lembrando que no auge da pandemia o número de mortes atingiu a marca de 4 mil por dia em 07 de abril de 2021⁸⁸, porém, em se tratando de Educação, é notório o pouco-caso que o MEC faz principalmente com a Educação Básica, pois, como vimos, o exercício de 2020 foi concluído com os menores orçamentos e execução da década para as despesas com Educação.

Figura 3 - Protesto pelas mortes por covid-19



Protesto em homenagem às 600 mil vítimas da covid-19 em frente ao Palácio do Planalto

Fonte: PODER360, 2021.

Em que pese às dificuldades acarretadas pela pandemia de covid-19, o governo vetou trechos da MP 934/2020, que tratava da flexibilização ao cumprimento dos 200 dias letivos e prejudicou o repasse de recursos da merenda escolar diretamente aos pais, uma vez que as escolas estavam fechadas; e, como é de conhecimento geral (principalmente dos que se debruçam sobre a temática da Educação), a maioria das crianças da rede pública tem sua melhor refeição na Escola. Outro dado importante do relatório é sobre o Enem 2020, que “registrou abstenção recorde de 51,5% no primeiro dia; e de 55,3% no segundo dia de prova impressa, e

⁸⁷Disponível: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/bolsonaro-mergulha-brasil-novo-ciclo-infecoos-mortes-covid-19/> Acesso: 20/12/2022.

⁸⁸Brasil bate marca de 4 mil mortes por covid registradas em um dia pela 1.ª vez e soma 337,6mil na pandemia. País contabilizou 13.106.058 casos por covid-19 desde o início da pandemia, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa. Foram 4.211 mortes pela doença registradas em 24 horas, um novo recorde. Disponível: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>. Acesso: 07/04/2021.

foi marcado por salas lotadas e estudantes impedidos de realizar a prova” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021).

Nesse contexto, chamam atenção os pedidos de afastamento do presidente, que se multiplicam à medida que ele luta contra as recomendações dos cientistas e sinaliza para seus apoiadores recomendações sobre tratamento precoce, já descartado pela OMS. Sobre tal questão, destacamos a fala do senador Fabiano Contarato (na época filiado ao partido Rede-ES, mas hoje se encontra no PT) criticando a omissão do Congresso Nacional por não aceitar nenhum dos mais de “60 pedidos de *impeachment*” contra o presidente Bolsonaro. Para o senador, ao atacar o Supremo, o governo ataca também a Constituição Federal: “ele participa de movimentos antidemocráticos [...] e está praticando crime de responsabilidade, por isso já deveria ter sofrido *impeachment*”. O senador também diz que o Congresso deveria admitir um “minha culpa” por não aceitar os pedidos de *impeachment*. “Nós, parlamentares, deveríamos fazer um *mea culpa*, porque não devemos nos acovardar diante de todas as violações desse presidente da República” (ALMEIDA, 2021).

Com efeito, entendemos ser importante mencionar a participação de mulheres em posição de comando nos ministérios do governo de Jair Bolsonaro. Apesar de contar com 23 pastas, tem a menor participação de mulheres; as duas ministras aparecem como vinculadas a partidos políticos conservadores: Damares (antigo PSL, hoje União Brasil) com a pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos; e Tereza (DEM, hoje União Brasil) na pasta da Agricultura. Nota-se também que as duas mulheres apontadas estão vinculadas de múltiplas formas à ala ideológica mais fiel ao governo, que são os evangélicos. A ministra Tereza tem outra ligação importante, pois faz parte também do agronegócio, que compõe os três pilares de apoio do governo conhecido como base BBB (boi, bala e bíblia) (GITIRANA; KREUZ, 2020).

Sob o governo Bolsonaro, constata-se um retrocesso na confecção e até manutenção das Políticas Públicas voltadas para a Educação; e particularmente nesse caso o Ensino Superior; pode-se dizer que teve um período de grandes ataques e desmonte desse ensino. Período em que se teve um MEC trabalhando contra o ensino público, com pautas puramente ideológicas que em nada ajudaram o País, mas deixaram um rastro de destruição e perplexidade. Com efeito, sabemos que, pela forma como foi estruturado nosso sistema público de educação, a ausência e/ou presença nociva do Governo Federal via MEC deixa os estados e principalmente os municípios em dificuldades. Nesse contexto, a baixa execução orçamentária do Ministério em 2020 contribuiu para o agravamento do quadro de penúria dos mais pobres no período da pandemia, evidenciando a incapacidade dos gestores do MEC em lidar com crises; talvez em função de eles mesmos serem os constantes focos de crises.

CAPÍTULO II

O ENSINO SUPERIOR EM QUESTÃO: DOS MODELOS HISTÓRICOS ÀS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Baseados na história da filosofia e no conhecimento acumulado e aceito pela civilização ocidental, podemos creditar ao filósofo grego Platão a arquitetura dos primeiros cursos superiores de matemática, filosofia e ginástica, que funcionavam na Academia, a qual também pode ser considerada a “primeira universidade”. Vale ressaltar que, para Aristóteles (2014), Tales de Mileto (séc. VI a.C.) foi o precursor de uma nova abordagem, na forma e no modo de pensar e elaborar questionamentos para obter respostas sobre questões cotidianas, demarcando assim o início do que viria a ser a filosofia; e posteriormente, com Aristóteles, na mesma lógica, foi plantada a semente do que viria a ser a Ciência, a partir da inovação implementada pelo eminente pensador, a partir de métodos para catalogar e organizar suas descobertas, ou seja, os primórdios da pesquisa científica atual, adotando uma nova racionalidade. Com efeito, se aceitamos que o conhecimento científico, de cuja tradição somos herdeiros, realmente surge na Grécia por volta do séc. VI a.C., podemos também aceitar que falamos também da nossa capacidade de questionar certos tipos, modos e/ou formas de explicação da “verdade” e/ou do “real”.

É claro que essa mudança de papel do pensamento mítico, bem como a perda de seu poder explicativo, resultam de um longo período de transição e de transformação da própria sociedade grega, que tornam possível o surgimento do pensamento filosófico-científico no séc. VI a.C. Basicamente, isso corresponde ao período de decadência da civilização micênico-cretense na Grécia, por volta do séc. XII a.C, e de sua estrutura baseada em uma monarquia divina em que a classe sacerdotal tinha grande influência e o poder político era hereditário, e em uma aristocracia militar e em uma economia agrária. A partir da invasão da Grécia pelas tribos dóricas vindas provavelmente da Ásia Central em torno de 900 a 750 a.C., começam a surgir as cidades-Estado, nas quais haverá uma participação política mais ativa dos cidadãos e uma progressiva secularização da sociedade. A religião vai tendo seu papel reduzido, paralelamente ao surgimento de uma nova ordem econômica baseada agora em atividades comerciais e mercantis. O pensamento mítico, com seu apelo ao sobrenatural e aos mistérios, vai assim deixando de satisfazer às necessidades da nova organização social, mais preocupada com a realidade concreta, com a atividade política mais intensa e com as trocas comerciais. É nesse contexto que o pensamento filosófico-científico encontrará as condições favoráveis para o seu nascimento. (MARCONDES, 2010, p. 20).

Guardadas as devidas vênias, não podemos levar ao pé da letra certas informações sobre nossa filiação ao modo grego de nos relacionar com o conhecimento sobre a distância objetiva entre a Universidade atual e o que era praticado na Grécia, mas sim como uma representação que permanece no imaginário ocidental, a qual foi se aprimorando e se materializou na Universidade de Bolonha em 1088, mantida pela Igreja Católica a partir da “Escola de Artes

Liberais” num modelo também embrionário, porém mais próximo (que a Academia platônica, o liceu aristotélico, ou as aulas itinerantes dos sofistas) ao que conhecemos como Modelo Humboldtiano da Universidade de Berlim em 1810 (SIMÕES, 2013).

Para Almeida Filho (2007), é no Pós-renascimento que a instituição de ensino, a qual nomeamos de Universidade, emerge; ainda no Período Medieval ela já mostrava sua força, e com o passar dos tempos se tornou uma alternativa (diria até revolucionária) encontrada pela “nascente sociedade civil (burgueses, artesãos etc.) aos centros de formação clerical, que formavam a elite pensante da época” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 208).

Várias formas de resposta foram tentadas, como a organização de corporações de estudantes livres, que resultou na Universidade de Bolonha, ou fruto de iniciativas de Estados autônomos como a Universidade de Oxford, ou mesmo pela manutenção de uma linhagem direta religiosa, como a Universidade de Paris. Mesmo com essa diversidade, a universidade medieval herdou uma série de práticas da instituição religiosa hegemônica, a Igreja Católica Romana nesse período, que conformava a estrutura monástica dessa instituição na sua história inicial. Em outras palavras, toda a educação universitária nessa fase inicial compreendia formação teológica avançada, com base na filosofia escolástica. (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 208).

Vale ressaltar que a universidade medieval possuía arquitetura curricular não tão complexa se comparada aos padrões atuais, porém era bem inovadora para a época, pois permitia a articulação dos conhecimentos mais avançados, compostos pela seguinte arquitetura: “um ciclo básico composto pelo ensino das sete artes liberais, divididas em dois blocos: o Trivium (Gramática, Retórica e Dialética) e o Quadrivium (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música). Inicialmente, o único ensino especializado admitido era Teologia (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 209).

Em síntese, a universidade medieval chegava à era moderna com uma estrutura curricular rígida, composta por duas Faculdades (Teologia e Direito), a depender da maior ou menor influência da religião sobre o Estado. No século XV, em diversos países, escolas médicas foram incorporadas ao panteão universitário como Faculdade de Medicina. A estas três Faculdades Superiores (daí a origem do nome educação superior para o ensino universitário), a emergência do racionalismo iluminista determinou a agregação de centros de formação científica, inicialmente disfarçados como Faculdades de Filosofia, chamados de *faculdades inferiores*. (ALMEIDA FILHO 2007, p. 210).

As primeiras instituições de ensino superior eram provavelmente as únicas que se poderiam chamar de laicas na época, já que tudo naquele período girava em torno do conhecimento teológico sob monopólio do clero. E no norte da Itália o acréscimo dos estudos das Leis para formar especialistas ligados principalmente às questões mercantis reforçou o poder da burguesia para além das questões econômicas. “A formação tecnológica permanecia fora das universidades, sendo no máximo objeto das escolas militares para as protoengenharias

ou de iniciativas isoladas de base estatal como a famosa Escola de Sagres, para as artes náuticas” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 210).

Quando comparadas as particularidades da colonização dos países ibéricos nas Américas, logo se constata que em termos de universidade a Espanha estava bem à frente de Portugal; por exemplo, já no século XVI, na colônia espanhola de São Domingos, em 1538, fundou-se uma universidade, mas sua existência foi curta. Em 1553, no México, foi inaugurada a segunda universidade espanhola, que era composta por três faculdades (Filosofia, Cânones/Direito, Teologia); posteriormente surgiram as outras universidades como São Marcos (Peru), São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina), entre outras; e até a Independência do Brasil já se contavam cerca de 26 a 27 universidades espanholas na América (CUNHA, 2007).

A Espanha tinha, no século XVI, oito universidades, famosas em toda a Europa, sendo a Universidade de Salamanca de grande porte para a época, com 6 mil alunos e 60 cátedras (*ibidem*, p.91). Portugal dispunha de apenas uma universidade, a de Coimbra, mais tarde a de Évora – esta de pequeno porte. A população espanhola chegava a 9 milhões, ao passo que a portuguesa, apenas 1,5 milhão de habitantes. Com mais habitantes e mais universidades, a população letrada espanhola era muito maior do que a portuguesa. Por isso, diz aquele autor, enquanto a Espanha podia transferir recursos docentes para as colônias sem, com isso, prejudicar o ensino nas suas universidades, o mesmo não acontecia com Portugal. (CUNHA, 2007, p. 17).

No Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, no âmbito da Companhia de Jesus funcionavam os cursos de Filosofia e Teologia, os quais se poderia dizer que eram ofertados pelo Estado, já que os Jesuítas estavam aqui a serviço da Coroa Portuguesa. Também se podem incluir outras ordens religiosas que ofereciam cursos superiores no mesmo período, com franciscanos, beneditinos e carmelitas, que tinham cursos de Artes e Teologia voltados para seu público interno (CUNHA, 2007).

As universidades foram os órgãos que aceleraram a decomposição espontânea do poder espiritual à medida que seus “metafísicos” e “legistas” suscitavam heresias e auxiliavam a formação de igrejas nacionais. Terminado o século XV, as universidades começaram a produzir ciência – até então resumida à astronomia – como condição para construção do regime industrial. Assim é que, até o século XVIII, foram constituídas a Matemática, a Física, a Química e a Biologia.

A Revolução Francesa durante um curto período realizou a esperança de Comte de conciliar a ditadura de governo com a liberdade de pensamento. Entretanto Napoleão Bonaparte, ao restaurar o Império, assinou uma concordata com o Papa e criou a Universidade da França, destinada ao controle do ensino. A partir desse movimento, a universidade tornou-se reacionária, composta de sábios que, mantidos pelos governos, uniam-se a eles para a “exploração das massas” (CUNHA, 2007, p. 89, 90).

De acordo com Cunha (2007), no Brasil, o ensino superior foi recriado a partir de 1808 e aprimorado no Primeiro Reinado a partir de estabelecimentos isolados. Essa reestruturação permitiu que os cursos de Matemática, Física, Química, Biologia e Mineralogia saíssem da

Filosofia, que eram controlados pela Igreja, deslocando-se para os cursos médicos, para a Academia Militar e posteriormente para a Escola Politécnica. No entanto já naquele período existiam movimentos para reunir todos esses cursos em uma Universidade; mas a criação da Universidade tinha oposição dos positivistas. “Segundo eles, a universidade seria uma iniciativa contrária à liberdade de ensino que pregavam, ainda mais porque, sob o controle direto do imperador, seria previsível o predomínio das doutrinas católicas” (CUNHA, 2007, p. 124).

Para Martins (2021), a criação e a expansão das universidades humboldtianas ocorreram em vários lugares do mundo, quer na Europa, quer nas colônias, e aos poucos foram se consolidando seus próprios sistemas de ensino superior, assumindo características particulares, mas articuladas com o Modelo Alemão. O autor argumenta que a formação e a consolidação das universidades estiveram diretamente relacionadas à consolidação do Estado. “Inicialmente voltadas a uma clientela restrita – dotada de capital econômico e/ou cultural –, as universidades passaram pouco a pouco a incorporar, em escala mundial, grupos sociais, até então às suas margens” (MARTINS, 2021, p. 05).

Não podemos perder de vista que a universidade de hoje é a herdeira de uma tradição de organização e de transmissão secular.

Se ficarmos nos limites europeus, a primeira referência é a Universidade de Bolonha (Itália), alegadamente fundada no século XI. Se incluirmos civilizações mais antigas, instituições conceitualmente universitárias já aparecem na China, em 258 d.C., quando foi fundada a Universidade de Nanquim; reaparecem na Universidade de Nalanda em Bihar, na Índia, surgida no século V; na Universidade EzZeytuna, de 737 d.C., na Tunísia – essa, por sua vez, já fora uma reconstrução da Grande Mesquita de Cairuão de 670 d. C. e considerada no mundo árabe como a sua primeira universidade; e na Universidade de Al Quarawiyyia, fundada em Fez, no Marrocos, em 859 d. C., considerada pela UNESCO a primeira universidade no sentido mais atual do termo. (SILVA, 2017, p. 19; 20).

A República criou as condições objetivas para que os entes federados pudessem criar instituições de ensino superior. Um exemplo disso foram as iniciativas particulares em estados não centrais como o Amazonas, que, impulsionado pela riqueza da borracha, criou cursos superiores fora do poder central historicamente localizado no Sudeste do País, mas que teve vida curta e só vingaria décadas mais tarde (CUNHA, 2007).

Em 1889, a República se desenvolve com a criação de 14 Escolas Superiores. A Universidade de Manaus, criada em 1909, mostrou a força do Ciclo da Borracha e, em 1912, a Universidade do Paraná, no contexto do Ciclo do Café. Posteriormente foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920; a de Minas Gerais, em 1927; a de São Paulo, em 1937; e, em 1961, a Universidade de Brasília (COLOSSI; CONSENTINO e QUEIROZ, 2001, p. 51).

A decadência do Ciclo de Borracha deve ter levado a Universidade de Manaus à crise por falta de alunos e de subsídios estatais, pois, em 1926, ela se desmembrou em três

estabelecimentos isolados: a Faculdade de Engenharia, ficando apenas com o curso de Agrimensura, vindo a se tornar a Escola de Agrimensura e que posteriormente deu origem à Escola de Agronomia de Manaus. “A Faculdade de Farmácia e Odontologia, já que não conseguiu implantar o curso médico. E a Faculdade de Direito, federalizada em 1949 e incorporada à Universidade do Amazonas (UA⁸⁹), instituída por Lei Federal em 1962, mas só instalada em 1965” (CUNHA, 2007, p. 179).

De modo geral, os defensores da Universidade tinham como referências o modelo francês, inclusive as escolas superiores de 1808 curricularmente seguiam os franceses, até me relação aos livros.

⁸⁹ Lei n.º 4.069-A, de 12 de junho de 1962. O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica criada a Fundação Universidade do Amazonas, que o Poder Executivo instituirá, com caráter de Fundação, a qual se regerá por Estatuto a ser aprovado pelo Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 2.º. A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3.º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Federal do Amazonas, com sede em Manaus, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural. (Redação dada Pela Lei n.º 10.468, de 20.6.2002)

Art. 4.º. O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pelos bens móveis e imóveis pertencentes à União e ora utilizados pela Faculdade de Direito do Amazonas (Lei n.º 924, de 21 de novembro de 1949); b) pelos bens móveis e imóveis da Faculdade de Ciências Econômicas mantida pelo Estado do Amazonas (Decreto n.º 43.426, de 26 de março de 1958); c) pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, por entidades públicas e por particulares; d) pela dotação de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à aquisição de terreno e construção dos edifícios indispensáveis à Universidade.

Art. 10. A Universidade gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação vigente e do Estatuto. (Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 657, de 1969)

Art. 11. O regime jurídico do pessoal da Fundação Universidade do Amazonas será o da consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação subsequente. (Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 657, de 1969)

Art. 14. A universidade se comporá dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

a) Faculdade de Direito do Amazonas (Lei n.º 924, de 21 de novembro de 1949); b) Faculdade de Engenharia; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia; d) Faculdade de Medicina; e) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; f) Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas.

§ 1.º As escolas referidas neste artigo serão denominadas Faculdade de Direito, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas.

Art. 15. Serão extintos, à medida que se vagarem, os cargos públicos federais da Faculdade de Direito do Amazonas, sendo então providos os cargos correspondentes no Quadro referido no §1.º do art. 11.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito de Cr\$ 53.000.000,00 (Cinquenta e três milhões de cruzeiros), (sendo Cr\$ 28.000 000.00 (vinte e oito milhões de cruzeiros) para pessoal e Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para material.

Art. 17. O orçamento da União consignará, a partir de 1963, dotação para cumprimento do disposto na letra d do art. 4.º, e em atendimento ao §2.º do art. 14.

Art. 18. Ao Tribunal de Contas a Fundação prestará anualmente contas de todo o seu movimento financeiro, que compreenderá o da Universidade.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14069-a.htm. Acesso: 04/09/2021.

Com a importação dos livros-textos daquelas ciências, e com o retorno de brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris (onde lecionava Augusto Comte), o positivismo veio a se firmar como a ideologia dos médicos, dos engenheiros, dos oficiais do Exército e dos professores secundários das disciplinas científicas. Eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela Igreja Católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão.

Os estudos de Filosofia (propriamente dita) deslocaram-se para as faculdades de Direito, onde foi menor a influência do positivismo, nas quais os bacharéis eram formados segundo a influência dos pensadores franceses e espiritualistas, assim como dos idealistas alemães. (CUNHA, 2007, p. 64).

Vale destacar que na Proclamação da República, também conhecida como *República Velha*, que vai de 1889 até a Revolução de 1930 (esta também é conhecida como *Primeira República* ou de *República Oligárquica*), nas Políticas de Educação, destaca-se o papel de Benjamin Constant em 1890-1891, no primeiro momento que estende sua influência até a início da política educacional da Era Vargas, desencadeada em 1930-1931.

Foi durante esse período que surgiram as escolas superiores livres, isto é, não dependentes do Estado, empreendidas por particulares. Seu crescimento foi bastante grande, tendo ocorrido correlativamente à facilitação do ingresso no ensino superior. Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade, e, também, de determinações ideológicas, como a influência do positivismo (CUNHA, 2007, p. 133).

A influência do positivismo na política educacional da República nascente resultou da presença dos militares na Assembleia Constituinte e da atuação pessoal de Benjamin Constant como ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890 e 1891.

A Assembleia Constituinte reuniu-se em 1891 e redigiu a Primeira Constituição da República, a partir de uma carta provisória decretada em 1890. Aliás, foram duas as constituições provisórias. A primeira foi decretada em junho; e a segunda, em outubro daquele ano. A segunda constituição decretada alterou a primeira. Aquela, por sua vez, foi pouco modificada pela Assembleia Constituinte, no assunto que interessa mais de perto a esse estudo. Por isso, comentaremos apenas a Constituição de 1891.

O artigo 72 da Constituição, o que trata da declaração de direitos, determinava ser laico o ensino ministrado nas escolas estatais. O artigo 34 dizia ser de competência exclusiva do Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior na capital federal. O Congresso Nacional poderia criar, mas não privativamente, instituições de ensino superior nos estados. Assim, fora da capital do País, tanto o Congresso Nacional quanto as assembleias legislativas estaduais poderiam criar escolas superiores (CUNHA, 2007, p. 151, 152).

Cunha (2007) chama atenção para o papel do Partido Republicano do Rio Grande do Sul – PRR, que tinha, diferentemente das “outras províncias/estados, uma forte conotação ideológica. O positivismo foi assumido como a ideologia do partido, o qual adotou, desde a sua fundação, em 1882, o dístico ordem e progresso, mais tarde inscrito na bandeira nacional”.

A Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, determinou o início de uma nova era na História no Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi presidente da República, primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e, por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força, representando os interesses das classes dominantes.

Nos cem anos que antecederam a Revolução de 1930, a economia brasileira vinha se desenvolvendo integrada ao Capitalismo “internacional” como exportadora de alimentos e matérias-primas, e importadora de bens industrializados e combustíveis, até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinaram a progressiva substituição de importações por manufaturados locais. A partir de 1937, o Estado assumiu um novo papel: interveio direta e intensamente na economia, promovendo a industrialização. (CUNHA, 2007, p. 205).

A mudança acarretada pela ascensão de Vargas ao Poder na República trouxe consigo transformações na configuração política. Essa mudança, se não deslocou o poder do eixo São Paulo-Minas, pelo menos inseriu outro membro a esse grupo seletivo, já que o Rio Grande do Sul foi o patrocinador direto da chegada de Vargas à Presidência da República. A inserção de uma nova matriz na economia – burguesia industrial – reduziu o poder das oligarquias agrárias; a sujeição política das classes trabalhadoras, em particular dos operários, seu setor mais organizado e avançado; junto a tudo isso veio também a repressão aos grupos insatisfeitos (como no tenentismo); a centralização do aparelho de Estado ainda não experienciado com aquela configuração; além da repressão às oposições políticas, bem como a construção de um regime político autoritário, um tipo de fascismo sem as massas (CUNHA, 2007).

Existe uma disputa, que acho curiosa e engraçada, em se estabelecer qual foi a primeira universidade brasileira. A criação da Universidade do Brasil em 1921, por muito tempo citada como a primeira universidade nacional, aparece hoje como uma anedota, contada e recontada: teria sido criada somente para conceder um título de *Doctor honoris causa* ao Rei Balduino da Bélgica, que impôs como condição para participar do Centenário da Independência receber a honraria universitária máxima. Para evitar uma crise diplomática, o governo federal convocou os diretores das Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia, que improvisaram um Conselho Universitário. Depois de conceder o cobiçado título, o conselho formado pelos decanos das faculdades superiores isoladas, todos certamente candidatos a Reitor, nunca mais se reuniu, e a universidade não se estabeleceu. [...] A primeira universidade brasileira foi a Universidade de São Paulo, instituída em 1934, enquanto projeto acadêmico e institucional completo. Esta importante instituição foi organizada e consolidada com a ajuda de uma missão de jovens acadêmicos franceses formados pela Sorbonne, que incluiu Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, dentre outros nomes ilustres. Apesar de baseada em um modelo exógeno transplantado, muitos concordam que a USP foi realmente a primeira universidade no Brasil, criando um paradigma nacional de instituição universitária no seu sentido mais pleno e preciso (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 218, 219).

Como se pode ver, não existe consenso sobre qual foi a primeira Universidade (mas desde o conflito das faculdades descrito por Kant, uma Universidade é formada por no mínimo três faculdades; e nesse quesito a Universidade do Brasil estava de acordo com as tradições),

tendo em vista que a maioria das tentativas relacionadas ao Ensino Superior esbarrava na vontade cada vez mais forte da União em ter o controle dessa etapa do processo de formação. A implantação da Universidade sempre se deu historicamente próximo aos centros do poder político e financeiro, onde se estabelecem as disputas políticas e econômicas, e não foi diferente no Brasil. Sob o mesmo contexto temos a USP⁹⁰ (a maior IES Pública estadual do País) em 1934; e a iniciativa de Anísio Teixeira, também em 1934, com UDF⁹¹, quando na condição de Secretário de Educação do Distrito Federal, tem os defensores de sua primazia:

⁹⁰Decreto n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências; naquela oportunidade, o Dr. Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o Decreto Federal n.º 9.398, de 11 de novembro de 1930, e considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo; considerando que somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos; considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes; considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão,

Decreta: TÍTULO I - Da Universidade de São Paulo

Art. 1.º – Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Art. 2.º – São fins da Universidade:

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio de filmes científicos e congêneres.

TÍTULO II - Da composição da Universidade

Art. 3.º – A Universidade de São Paulo se constitui dos seguintes institutos oficiais:

a) Faculdade de Direito; b) Faculdade de Medicina; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia; d) Escola Politécnica; e) Instituto de Educação; f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; h) Escola de Medicina Veterinária; i) Escola Superior de Agricultura; j) Escola de Belas Artes.

Parágrafo único – As instituições enumeradas neste artigo são autônomas dentro das normas do presente decreto e podem expedir certificados, diplomas e conferir grau nas diversas atividades profissionais.

Art. 4.º – Além das Escolas, Faculdades e Institutos, referidos no artigo anterior, concorrem para ampliar o ensino e ação da Universidade:

a) Instituto Biológico; b) Instituto de Higiene; c) Instituto Butantã; d) Instituto Agrônômico, de Campinas; e) Instituto Astronômico e Geográfico; f) Museu de Arqueologia, História e Etnografia, que é o Museu Paulista; g) o Serviço Florestal; h) e quaisquer outras instituições de caráter técnico e científico do Estado.

Art. 25 – O patrimônio da Universidade de São Paulo será constituído:

§ 1.º – O patrimônio da Universidade poderá, no todo, ou em parte, ser alienado, para ter nova aplicação, dentro da mesma finalidade, mediante aquiescência, por dois terços dos votos do Conselho, e aprovação pelo Governo do Estado. § 2.º – O Governo do Estado, a partir de 1934, depositará anualmente para constituição desse patrimônio a importância que, para esse fim, for consignada no orçamento. Disponível: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>. Acesso: 04/09/2021.

⁹¹Em 4 de abril de 1935, o prefeito Pedro Ernesto assinou o Decreto n.º 5.513, que instituiu a Universidade do

Esse grupo era uma espécie de seleção brasileira dos intelectuais daquele tempo. Villa-Lobos era o líder acadêmico na música; Cândido Portinari na pintura; Gilberto Freire na Antropologia; Mário de Andrade na História e Folclore; Jorge de Lima na Literatura; e outros nomes ilustres; o reitor era Afrânio Peixoto. Anísio Teixeira desafiou-os a pensar sobre como aplicar os princípios da Educação Democrática no ensino universitário. Foi um período inegavelmente rico, no qual muitas ideias se concretizaram. Dessa iniciativa resultou um projeto tão avançado que provocou imediatos incômodos políticos: acusado de socialista, perseguido e ameaçado de prisão, Anísio foi exonerado e refugiou-se no interior da Bahia. O ditador Getúlio Vargas empossou um intelectual da direita católica, Alceu Amoroso Lima, como reitor interventor, com a finalidade de desmontar aquele experimento. No entanto Anísio Teixeira guardou essas ideias e sonhos para mais tarde aplicá-los na revolucionária Universidade de Brasília.

Alguns historiadores tomam a Era Vargas como a chegada da modernidade no Brasil. Isso pode ser verdade, mas não se aplica à educação universitária, pois exatamente quando acaba a Ditadura Vargas, em 1945, é que se cria a rede de universidades federais (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 220, 221).

Como se pode observar, muitas instituições de Ensino Superior ao longo do tempo reivindicam para si o título de primeira Universidade brasileira; e não foi diferente com a patrocinada pelos barões da borracha em 1909 – Universidade do Amazonas (é possível que, se não houvesse o declínio da borracha, a UA tivesse realmente reunido as condições de ser uma das primeiras grandes como ocorreu com a USP, em 1934, e com a UNB⁹², em 1961, criada

Distrito Federal, cujas finalidades seriam: “a) promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; b) encorajar a pesquisa científica, literária e artística; c) propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular; d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem; e) prover a formação do magistério, em todos os seus graus. (Prefeitura do Distrito Federal, 4 de abril de 1935, Dr. Pedro Ernesto.)”. Depreende-se, pois, que a UDF possuía inspiração diferente da que norteou as instituições paulistas, embora a clientela que a demandou fosse, no que tange à origem socioeconômica e cultural, semelhante à dos vários congêneres estabelecimentos da época. Isso porque o acesso aos cursos superiores era fortemente limitado. Em todo o caso, a corrente liderada por Anísio Teixeira é chamada por Cunha (1980) de “liberal democrática”, em contraposição à de Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo (fundadores da USP), que seria “liberal elitista”. Havia também as correntes não liberais, entre as quais a católica e a do governo autoritário consolidado em 1937. Nesse contexto, a UDF possuía os seguintes órgãos principais: a) Instituto de Educação; b) Escola de Ciências; c) Escola de Economia e Direito; d) Escola de Filosofia e Letras; e) Instituto de Artes; f) Instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural (Prefeitura do Distrito Federal, 1935). Disponível: [A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL \(ufba.br\)](http://www.ufba.br). Acesso: 13/12/2021.

⁹² Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade de Brasília, uma Fundação que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 2.º A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3.º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4.º O Patrimônio da Fundação será constituído:

pelo então presidente João Goulart (Jango); a primeira muito perto do capital; e a segunda ao lado dos Poderes). A Universidade do Paraná de 1912 também se apresentava como a pioneira, mas “O simples ajuntamento de faculdades isoladas preexistentes, sem articulação funcional, institucional, pedagógica e científica de algum modo concretizada não definiria uma universidade no seu sentido pleno” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 219).

Entendemos como Almeida Filho que, para ser Universidade, é preciso mais que vontade (que pode ser também vaidade); são necessárias as condições objetivas (materiais) e subjetivas (as da essência próprias da Universidade e da Ciência), e nos parece que essas condições só se fazem presentes na construção da USP e da UNB. Nesse contexto, as tentativas

a) pela dotação de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) a que se refere o art. 18 e pelas rendas das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União;

Art. 9.º A Universidade será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I - Aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes; b) formar pesquisadores e especialistas; e c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II - As Faculdades, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica; b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação; c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 10. A Universidade de Brasília empenhar-se-á nos estudos dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida de sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem.

Art. 11. A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes e as relações entre eles e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 12. O Conselho Diretor elegerá livremente o Vice-Reitor, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoa de ilibada reputação e notória competência.

Art. 13. A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos.

Art. 18. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), destinado a custear a construção dos edifícios da Universidade de Brasília.

Art. 19. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) à verba que especifica – Verba 3, Serviços e Encargos – Auxílios, Contribuições e Subvenções – Subvenções Fundação Universidade de Brasília, Dotação para constituir fundo rotativo da Editora Universidade de Brasília.

Art. 20. A Fundação Universidade de Brasília poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite, ficando-lhes assegurada cobertura cambial prioritária e automática à taxa mais favorável de câmbio.

Art. 21. É assegurada à Fundação Universidade de Brasília isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, bem como franquias postal-telegráfica.

Art. 22. Mediante termo lavrado no Ministério da Fazenda, serão transferidas para a Fundação Universidade de Brasília as rendas do corrente ano das ações referidas no art. 4.º.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves; Walther Moreira Salles; Antônio de Oliveira Brito. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13998.htm. Acesso: 03/09/2021.

anteriores de reformar o Ensino Superior brasileiro sempre esbarraram nos mais variados interesses ideológicos, políticos e econômicos, o que impediu a formação de um projeto nacional (a exemplo do que aconteceu na Alemanha, na época da consolidação da reestruturação da Universidade de Berlim, em 1810). Vale lembrar que o advento do Golpe Militar de 1964 trouxe na bagagem as implicações geopolíticas da Guerra Fria.

Coube aos Estados Unidos nos dar a direção. Mas isso não ocorreu repentinamente ou por acaso; tudo já estava devidamente “amarrado” desde a assinatura pelo Brasil do Plano Decenal do Desenvolvimento da Aliança para o Progresso em 1961, em Punta Del Este, no Uruguai. Na verdade, as tentativas de modernização do ensino superior brasileiro na direção do modelo norte-americano tiveram início já na segunda metade dos anos 1940, intensificando-se na década de 1960. Mas as abruptas alterações no cenário político resultantes do Golpe Militar de 1964 foram as que determinaram uma alteração significativa nesse processo. (FRAZON, 2015, p. 02).

Diante do exposto, sob a tutela dos EUA, vieram compromissos e acordos como o USAID/BRASIL, que requisitava, entre outras coisas, a indicação de pesquisadores de alto nível para receber treinamento nos EUA e a aquisição de material acadêmico produzido pelos norte-americanos (tudo pago pelo Estado brasileiro). Vale lembrar que a influência dos EUA no Ensino Superior do Brasil é bem anterior e se deu via Fundação Rockefeller, com pesquisadores que seriam os pioneiros na criação da Universidade de São Paulo (USP). O envolvimento da Fundação Rockefeller com os cientistas paulistas se inicia com a Faculdade de Medicina, a partir de 1916, mas não se restringe a isso; havia laços da elite paulista a partir da adesão ao Rotary Club e do Instituto de Cultura Brasil-Estados Unidos. (MARINHO, 2001).

A partir das constatações acima, procuro demonstrar que vigeram pelo menos dois modelos na estruturação da USP, o francês e o norte-americano, e que a primeira tentativa de constituir um órgão gestor da política de pesquisa na universidade – no caso, a Comissão de Pesquisa, presidida inicialmente por Ernesto de Souza Campos e posteriormente por Zeferino Vaz – advém da presença desse modelo norte-americano, resultado da ação e da presença, direta e indireta, da Fundação Rockefeller na estrutura da USP. (MARINHO, 2001, p. 05).

A disputa por influência – antes exclusiva dos países europeus (Inglaterra focada nas questões econômicas; Portugal, nos laços históricos dos séculos de colonização; e França pelo encantamento que as elites tinham por sua cultura) – ganha um concorrente de peso e ávido por ocupar todos os espaços. E é nesse contexto que se dão os acordos Brasil-EUA de cooperação para a educação, que visavam parear o modelo brasileiro ao norte-americano; e parece-nos que se tratava, como ainda o é hoje, de estratégias de assegurar influências ideológicas de modo a garantir interlocução privilegiada em questões econômicas futuras (sob o pretexto de livrar o País do comunismo, argumento usado até hoje pelo atual presidente da República, o ex-militar do Exército Jair Bolsonaro). O movimento de manter influência na formação superior da elite

local, feito por muito tempo pelos franceses, atualmente é executado pelos norte-americanos, que ao longo do tempo se consolidaram como influenciadores privilegiados não só na educação, mas também em toda a cadeia socioeconômica e política, nem sempre usando métodos filantropos como os dos Rockefeller, mas sim na maioria das vezes via Organismos Internacionais (OI), demonstrando sua visão imperialista, que com o tempo ficou mais agressiva.

Nesse contexto, resta-nos fazer algumas perguntas necessárias para estimular a reflexão sobre as questões tratadas neste trabalho. *Por qual motivo não existe uma Política de Ensino Superior que garanta sua universalidade? Será uma intenção?* A não materialização do atendimento das demandas sociais por formação humana inclusiva e equitativa é uma ferida aberta ainda no século 21; e o que nos impede de materializar o desejo humano inato por conhecimento com a mesma determinação com que alguém tenta fazer outro alguém a comprar algo que ele quer vender, ou outro alguém que tenta converter outrem a aceitar sua crença, muitas vezes tão determinadamente que beira a inconveniência? Será que, ao ser tratado como mercadoria, o conhecimento deixou de ser essencial para os seres humanos como o ar que respiramos e passou à condição de produto meramente consumível, desprovido daquela essência que fez Giordano Bruno defender a ciência até o fim?

2.1 Educação, Contradição e Reprodução: a Ditadura de 1964 e o Ensino Superior

A luta por um Ensino Superior moderno e inclusivo já vinha sendo uma bandeira do movimento estudantil pela democratização do Ensino Superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então e vá atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB), a partir da Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961. A UnB representou um divisor de águas por ser a mais moderna universidade dentre as instituições da época, como também por suas finalidades, além de sua organização institucional, que se tornou a referência para as futuras universidades, assim como o foram anteriormente a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. (FAVERO, 2006).

Desde a fundação da UNE, em 1938, não foi mais possível ao Estado ignorar o potencial político dos estudantes universitários, em virtude da capacidade de mobilização por ela alcançada em todos os momentos críticos da situação do País. Ainda durante o Estado Novo, as duas principais facções políticas do governo, a pró-Eixo e a pró-Aliados, disputavam o apoio da UNE às suas posições. O peleguismo estudantil, isto é, a distribuição de empregos aos líderes na burocracia do Estado, como já se fazia com os trabalhadores, foi uma decorrência lógica disso. A interferência do Estado para alterar a correlação de forças nos congressos estudantis foi outra consequência. Quando o controle político não era conseguido, o Estado

acionava o aparelho repressivo policial e até as Forças Armadas. Não faltaram, também, as tentativas de “conversão” dos líderes estudantis, como se fazia, também, no movimento operário, por meio do “intercâmbio cultural” com entidades afins norte-americanas. (CUNHA, 2007, p. 174).

O movimento encabeçado pela União Nacional dos Estudantes (UNE)⁹³ organizou dois seminários para marcar a posição dos estudantes: o I Seminário Nacional de Reforma Universitária foi realizado em Salvador, Bahia, entre 20 e 27 de maio de 1961, e de lá saiu a *Carta da Bahia*, inspirada na *Carta de Córdoba*. Na mesma linha, em 1962, houve o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado entre 17 e 24 de março, de onde saiu a *Carta do Paraná* (CUNHA, 2007).

Na sessão preparatória, quando se aprovou o regimento interno do seminário, foi elaborado o temário com os seguintes tópicos: (1) O exame vestibular, o programa e o currículo, o sistema de aprovação; (2) A administração da universidade, a participação do corpo discente na administração da universidade, a autonomia da universidade; (3) Condições de funcionamento: instalações, salas de aula etc., pesquisa; (4) Realidade brasileira, mercado de trabalho; (5) Corpo docente, cátedra vitalícia, tempo integral; (6) Função da universidade.

O estudo de cada tema ficou a cargo de uma comissão, composta de um delegado de cada estado. O relatório de cada comissão foi submetido ao plenário para aprovação. A reunião dos cinco relatórios (a comissão de “condições de funcionamento” não teve seu relatório aprovado) resultou nas conclusões do seminário, conhecidas como *Carta da Bahia* (União Nacional dos Estudantes, 1961). Durante o seminário foram realizados painéis sobre a questão da reforma universitária para os quais foram convidados professores e administradores educacionais. (CUNHA, 2007, p. 176, 177).

Entendemos que todo governo tem um projeto que tenta implementar no período de sua

⁹³A partir da década de 1960 era consensual o movimento em prol da Reforma Universitária, pois havia uma necessidade óbvia de reestruturação do universo acadêmico. No bojo das contradições político-ideológicas que aconteciam na sociedade, legitimava-se uma luta para fundamentar a efetiva reforma para a universidade. O primeiro documento, “A Declaração da Bahia”, foi o resultado do I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961. Na época, a entidade se preocupava por que a instituição universitária falhava com sua missão cultural, profissional e social, agindo num caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior e formando profissionais individualistas, sem maior preocupação com os problemas da sociedade.

Um ano depois, em 1962, o II Seminário Nacional da Reforma Universitária em Curitiba foi, por assim dizer, o ponto de encontro de estudantes de todo o País, unidos por um mesmo problema em busca de uma mesma solução. Lá, as resoluções do Seminário de Salvador foram desenvolvidas e analisadas.

Em termos práticos – e até teóricos – o Seminário de Curitiba superou o de Salvador. Os universitários concluíram que a reforma é, antes de tudo, uma mudança na estrutura. Na época, avaliaram que, como todas as reformas de base, a reforma universitária interessava fundamentalmente ao povo, pois somente para o povo o ensino superior era um problema grave e quase inalcançável. Do encontro em Curitiba resultou a *Carta do Paraná*, que passou a ser a orientação básica do movimento estudantil.

Vale ressaltar que a Reforma Universitária proposta pelos Seminários da UNE estava ligada sempre às questões políticas mais globais e aos problemas da reforma da sociedade. Procurava-se também uma Reforma Universitária como parte das reformas de base. Os estudantes universitários tomavam consciência da sociedade nacional e ampliavam uma articulação entre a reforma da universidade e as transformações gerais da sociedade. Com a Ditadura Militar, os estudantes foram reprimidos, perseguidos e assassinados por se organizarem e por sonharem com um Brasil e uma universidade diferente. Disponível: <https://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-luta-da-une-pela-reforma-universitaria/>. Acesso: 03/09/2021.

gestão, e isso não foi diferente com os militares ao embarcarem no Golpe em 1964 (arquitetado pelos EUA e as elites locais). Com efeito, esse mesmo projeto segue algum modelo com o qual esse governo se identifica, e isso geralmente revela o que não é dito claramente. Resta-nos saber o que estava por trás do projeto que deu origem à Lei n. 5.540/68, que marcou a organização do Ensino Superior no Brasil, qual modelo ele seguia e por quê?

Isto posto, o início dos trabalhos da reforma do Ensino Superior se deu a partir do Decreto n. 62.937, que instituiu o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), do então presidente da República marechal Arthur da Costa e Silva.

O decreto presidencial foi baixado em 2 de julho de 1968 e estipulava o prazo de trinta dias para que o Grupo de Trabalho concluísse os estudos e apresentasse uma proposta de reforma universitária. O decreto estabelecia, ainda, que os referidos estudos tinham por objetivo garantir a “eficiência, modernização e flexibilidade administrativa” da universidade brasileira, tendo em vista a “formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País”.

Na mesma data de sua criação, o próprio presidente da República designou os membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. O Grupo ficou constituído por Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros e Valnir Chagas, aos quais se juntou posteriormente o deputado Haroldo Leon Peres. (SAVIANI, 2015, p. 75).

Vale ressaltar que nesse processo não houve participação social nem dos estudantes; fora os consultores norte-americanos que estavam por aqui desde a fundação da USP, o pequeno grupo de trabalho refletia a ideologia do grupo de empresários conservadores que apoiaram o golpe; e, para se ter ideia da precariedade de todo o processo, o GTRU⁹⁴ teve apenas trinta dias para concluir os trabalhos.

O GT recebia seu mandato de um Governo destituído de legitimidade política e que não encarnava a vontade da Nação, mas dos círculos conservadores que empalmaram o poder, por meio de um golpe de Estado militar. Por mais respeitáveis ou bem-intencionados que sejam os seus componentes, eles se converteram, individual e coletivamente, em delegados dos detentores do poder e em arautos de uma reforma universitária consentida (FERNANDES, 2020 p. 202).

Outra ideia força que balizava as ações dos militares era a “doutrina da segurança nacional”, que ao mesmo tempo evidenciava as contradições existentes entre o discurso e a prática dos militares, o que alicerçava a ideologia política da tecnoburocracia militarista; e é nesse contexto que foram acionados os mecanismos repressivos que marcaram a passagem dos

⁹⁴ Os resultados dos estudos do Grupo de Trabalho foram consubstanciados no Relatório Geral do GTRU, encaminhando-se as propostas para um grupo de nível ministerial, integrado pelos ministros Antônio Delfim Netto, da Fazenda; João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento; Luiz Antônio da Gama e Silva, da Justiça; e Tarso Dutra, da Educação. (SAVIANI, 2015, p. 82).

fardados no comando do País, com [...] “ações psicossociais de propaganda, passando pela repressão localizada de movimentos contestatórios, até a montagem de verdadeiras operações militares destinadas a eliminar fisicamente os adversários. Procedeu-se, assim, à instalação da “democracia excludente”. (SAVIANI, 2015, p. 92).

Contudo não foi apenas nesse momento que o governo se voltou explicitamente para essa questão. Os fatos narrados simplesmente apressaram o desfecho de algo que estava nas cogitações do governo militar desde sua instalação. Com efeito, além dos “acordos MECAUSAID” já mencionados, importa lembrar que, em 1961, deflagrada a crise antes, a crise antes apontada, foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) por iniciativa de um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tal instituto funcionou até 1971 como um verdadeiro partido ideológico do empresariado. Segundo Dreifus, essa instituição teve papel fundamental na deflagração do Golpe de 1964, exercendo influência decisiva na estruturação do novo regime e na formulação de diretrizes governamentais [...] (SAVIANI, 2015, p. 81).

Nesse momento, a Universidade já era um foco objetivo e combativo ao regime, e o movimento estudantil desempenhava um papel importante, diretamente proporcional ao enfrentamento que a sociedade fazia desse regime; aprofundava-se a opressão, por exemplo, por meio da edição do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. Mas vale ressaltar a participação dos norte-americanos a partir do acordo MEC-Usaid⁹⁵, a qual não pode ser encarada como um mero apoio técnico, mas sim como uma doutrina política inserida no contexto da Guerra Fria e das crises cíclicas do Capitalismo, além da possibilidade real de reprodução do modelo norte-americano.

O Brasil também teve sua crise estudantil em 1968, mas, ao contrário da Europa e Estados Unidos, ela não surpreendeu ninguém. As universidades e escolas superiores na América Latina nunca chegaram a se constituir em sistemas meritocráticos tão bem caracterizados quanto os dos países mais adiantados, e têm uma longa tradição de politização estudantil. Existe um traço comum entre a experiência universitária latino-americana e a dos países desenvolvidos, que é a da crescente falta de correspondência entre o que é ensinado e exigido dentro da Universidade e as realidades da vida do trabalho. Mas há uma vantagem de renda e prestígio social que a Universidade proporciona. (SCHWARTZMAN, 2013, p. 63).

A mentalidade da Guerra Fria dava o tom das ações do governo na condução das

⁹⁵ O Acordo passou assim a ser chamado em razão da série de convênios assinados entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) a partir do Golpe Militar de 1964. O acordo objetivou uma reforma em todos os níveis de ensino brasileiros, adotando-se para tanto o modelo norte-americano, especialmente no ensino superior. Pelo papel estratégico deste nível, a reforma visava a uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política norte-americana para o País. Foram firmados convênios entre o MEC (por meio da Diretoria do Ensino Superior) e a USAID, visando à constituição de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior – EPES. Com base nesse acordo, foi organizada uma comissão de especialistas cujos resultados dos estudos efetuados e das recomendações dadas não foram divulgados. Tudo foi feito a portas fechadas, e não houve participação popular ou das partes interessadas da sociedade. (FRANZON, 2015, p.03).

questões sociais; outro fator é a conhecida Doutrina Monroe⁹⁶, com a qual os norte-americanos deixam claro que aqui é seu quintal, portanto as políticas daquele período (parafrazeando o ditado, *não eram combinadas com os russos*) eram implementadas com o consentimento de lá e/ou seguiam suas orientações. É claro que essa subserviência atendia também aos interesses das elites brasileiras, que não se importavam em atender aos interesses do imperialismo norte-americano, visto que esses ajudavam na manutenção do *status quo* dos capitalistas e da fração da classe média local.

Sabemos que ao longo do tempo as oligarquias ajustaram o Ensino Superior do País aos seus interesses e a frações minoritárias de classe, muito provavelmente a exemplo do que ocorria no período do Império, para garantir mão de obra especializada para manejar a máquina estatal. E, a fim de garantir a manutenção do poder, a estratificação social era controlada como garantia de continuidade dos privilégios aos quais a elite estava acostumada desde a fundação do Estado, seja o imperial, seja o republicano. No entanto, assim como ocorreu na época do Império, quando a Inglaterra – potência hegemônica da época – reivindicou a modernização das relações sociais e de produção para garantir que sua vantagem tecnológica não fosse anulada pela utilização da mão de obra escrava e assegurou mais mercado e consumidores para seus produtos, não foi diferente com a nova potência hegemônica dos EUA em relação ao Ensino Superior brasileiro.

No Brasil, além das intervenções canalizadas por meio de organismos internacionais, deve-se ressaltar especialmente a maciça interferência estadunidense. Por meio de mecanismos criados de várias maneiras (da Aliança para o Progresso, dos acordos MEC-Usaid, da OEA, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da União Pan-Americana etc.), os Estados Unidos estão tentando formar e orientar dois tipos de influências: 1.º) de desintegração do padrão brasileiro

⁹⁶A frase que ficou conhecida na história como resumindo o espírito da chamada Doutrina Monroe – “A América para os americanos” ajudou a consolidar a percepção de que a referida política tinha como alvo a totalidade do continente americano. Repetidas análises, particularmente na academia norte-americana, têm reforçado a visão da Doutrina Monroe como sendo uma política de escopo claramente continental, “a política de abrangência hemisférica dos Estados Unidos”, o que implicaria de forma inequívoca que “a totalidade do continente americano (tinha sido) diretamente designada como esfera de interesse dos Estados Unidos”. Tal interpretação permanece em voga em estudos mais recentes, com autores afirmando que “por meio da Doutrina Monroe os Estados Unidos reivindicaram a totalidade do hemisfério ocidental como sua província” e, portanto, o “direito de intervir em todo o hemisfério” (LENS, 2003, p. 98). Em um livro publicado em 2010, o autor afirma categoricamente que a ideia central da Doutrina Monroe era a conclusão de que os Estados Unidos deveriam “controlar todo o hemisfério ocidental e, conseqüentemente, os novos Estados da América Latina” para garantir sua segurança. Da mesma forma, o chamado Corolário Roosevelt, a mais famosa derivação da Doutrina Monroe, também tem recebido o mesmo tratamento analítico. De acordo com a interpretação em voga, o Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe significava que os Estados Unidos reivindicavam o direito de “intervir em conflitos entre países americanos na América Central e do Sul com a finalidade de manter a estabilidade econômica e a democracia” (Murphy, 2005, 6) e que os Estados Unidos tomariam “medidas corretivas sempre que países latino-americanos não honrassem suas dívidas”, agindo assim como o “policial exclusivo do hemisfério ocidental”. (TEIXEIRA, 2014).

de escola superior (ou de universidade conglomerada); 2.º) de formação e consolidação de padrões de ensino superior adaptados aos requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas. O que está em jogo não é, naturalmente, a “revolução pela educação” na América Latina ou no Brasil. Mas, especificamente, a constituição de condições para o arranco econômico e cultural, sob o desenvolvimento dependente. (FERNANDES, 2020, p. 180)

Parte da Universidade vem se identificando cada vez mais com a visão hegemônica das grandes potências capitalistas; nos EUA, por exemplo, não necessariamente vinculada diretamente ao Estado (lá não se sabe o que é público ou privado; tem-se a impressão de que não há a figura do ente público como ainda temos por aqui, pois por lá tudo parece ser privatizado), mas na União Europeia é parte do Modelo que vem sendo construído para fazer frente ao Modelo Norte-Americano, que se tornou hegemônico no mundo ocidental, e esse processo só é compreendido a partir do entendimento da tríade *imperialismo-modernização-hegemonia*.

A universidade, a entendemos como Gramsci, aparelho de hegemonia, que tem sua especificidade na formação de intelectuais orgânicos da burguesia. Como aparelho de hegemonia, a universidade encontra-se sujeita ela própria a uma luta hegemônica que se desenvolve no seu próprio seio, o que explica muitas das crises de identidade desse aparelho. Ao contrário de outros aparelhos de hegemonia, a universidade encontra-se, no Brasil, no cruzamento da Sociedade Política com a Sociedade Civil, combinando de modo próprio à coerção com a hegemonia. A relativa autonomia resultante dessa posição peculiar propicia a ressonância das crises que abalam o conjunto do Estado, inclusive setores específicos dele.

O lado não universitário do ensino superior já se encontrava, na década de 1960, mais propriamente definido como aparelho privado de hegemonia, o que lhe permitiu ficar ao largo das medidas repressivas que recaíram sobre as instituições universitárias. Algumas universidades privadas foram, por essa razão, poupadas (CUNHA, 2007, p. 14).

É apenas a partir da década de 1960 que se busca a formação de uma doutrina sistemática e completa sobre o que realmente seria uma reforma universitária, e essa ideia tomou corpo e forma sanando desejos antigos das elites intelectuais no sentido de superar o já ultrapassado modelo napoleônico até então vigente e dominante no Ensino Superior brasileiro. Para tal empreitada, o Conselho Federal de Educação deu suporte institucional, e o apoio político veio do golpe de Estado de 1964.

A despeito da crítica que nessa doutrina se fazia à concepção humboldtiana da Faculdade de Filosofia, a matriz filosófica do idealismo alemão, com sua ambiguidade liberal/autoritária, prestava-se admiravelmente bem para expressar o projeto político dos novos detentores do poder para a reforma da crítica universidade brasileira.

O Golpe de 1964, dado pela aliança dos liberais que não escondiam sua antiga vocação autoritária, com os militares educados na escola do positivismo comteano defensor de uma “ditadura republicana”, levou cinco anos para despir a máscara liberal-democrática. Foi durante esse período que tomou forma a doutrina da reforma da universidade brasileira, expressa em dois decretos-leis e na Lei 5.540, de novembro de 1968. O anteprojeto dessa lei foi elaborado por um grupo de trabalho do qual fizeram parte os membros do Conselho Federal de Educação e professores

universitários, todos versados no idealismo alemão. Esses protagonistas, dos quais destaco Newton Sucupira e Roque Maciel de Barros, tinham nos filósofos da Universidade de Berlim farto manancial de ideias cuja fonte, todavia, permaneceu oculta. Particularmente, o messianismo universitário, a limitação da autonomia universitária pelo Estado e os princípios de organização da universidade, todos de Fichte, devem ter tido um papel central na formulação da doutrina da reforma universitária.

É preciso chamar a atenção para uma questão: se a doutrina da reforma universitária de 1968 foi elaborada com base no idealismo alemão, o modelo organizacional proposto para o ensino superior brasileiro era norte-americano. Não se tratava de fazer tábula rasa do ensino superior existente no Brasil, mas de promover sua modernização na direção do modelo norte-americano; pelo menos na direção de certos aspectos desse modelo, devidamente selecionados pelos dirigentes do aparelho educacional (CUNHA, 2007, p. 20).

Sabemos que, principalmente desde a Era Vargas, o Ensino Superior vinha caminhando no rumo do modelo norte-americano. Esse apoio se dava tanto com recursos materiais, quanto humanos, e representava um claro empobrecimento do conhecimento, pois o que era ensinado se fragmentava em pequenas unidades chamadas *disciplinas* – tudo isso sob o argumento da modernização e/ou da evolução de métodos e formas de apreensão e utilização do conhecimento, caminhando mais rumo ao utilitarismo, a partir da desfiguração das matérias que correspondiam às cátedras (não estamos defendendo as cátedras, mas sim buscamos o que está por trás da ação).

Nesse contexto, a Universidade passou a trabalhar departamentalmente a partir da agregação das disciplinas, o que inverteu o processo de cátedras, que era dedutivo, para um processo indutivo de disciplina. Isso, por sua vez, gerou o que conhecemos hoje como *créditos* (onde cada um fica na sua caixinha, limitado a sua disciplina, aprofundando a especialização, a qual deve ser defendida, mas não deve ser regra geral, já que nas ciências humanas, por exemplo, uma maior integração entre a área é mais saudável para o entendimento da complexidade das questões contemporâneas do que a disciplinaridade, a depender da natureza da formação – é claro) que os estudantes devem cumprir dentro do curso. “Assim, a própria estrutura da universidade revelava a vitória do empiricismo anglo-saxônico sobre o racionalismo francês e o idealismo alemão, embora este fosse evocado em sua justificativa” (CUNHA, 2007, p. 21).

Com efeito, nas humanidades, um discurso tecnicista nem sempre significa e/ou quase nunca significa a totalidade e a identificação das contradições, portanto não garante a qualidade que a dita modernidade exige.

Daí, por sinal, uma interdisciplinaridade espontânea, que aparece com frequência em nossa área do saber, mas sobretudo quando os trabalhos não saem em periódicos científicos. Se um bom historiador publica um artigo num suplemento cultural, será lido por antropólogos, sociólogos, psicanalistas e poderá influir no trabalho deles. A recíproca é verdadeira. Mas, se o historiador publicar seu trabalho numa revista especializada, despencará o número de pesquisadores de fora de sua área que o lerão. Quer dizer, as revistas especializadas concorrem para fortalecer as fronteiras.

E o mesmo fazem as associações nacionais de pesquisa ou de pós-graduação. Não há dúvida de que a existência delas é positiva, aumentando a interlocução dentro de cada área. Mas, ao mesmo tempo, elas tendem a fechar a área. Recordo um encontro da Associação Nacional de História em torno do tema da cidadania; não convidaram praticamente ninguém de ciência política ou de filosofia política. Um tema interdisciplinar, por excelência, não trouxe o diálogo com outras disciplinas. (RIBEIRO, 2014, p. 71).

Desse modo, a maior contradição da reforma do Ensino Superior proposta pelos militares com o assessoramento técnico dos norte-americanos não estava exatamente na escolha do Modelo Americano (já que os militares brasileiros historicamente como até hoje demonstram simpatia e até subserviência aos EUA), mas sim o problema estava no que não é dito pelos defensores das doutrinas e das ideologias da potência imperialista, ou seja, o Modelo de Ensino Superior norte-americano é pensado para esconder as contradições do Capitalismo e, conseqüentemente, a formação desse sujeito sob a égide tecnicista forma para a subserviência (o filme *Tempos Modernos*, de Chaplin, capturou bem a essência da questão).

2. 2 Os modelos de Universidade: o legado do passado e as perspectivas do futuro

Compreendemos que a maioria da sociedade, sob o modelo do Capitalismo neoliberal, está e vai continuar fora da universidade, inclusive eles não fazem ideia do que se faz lá; e sinceramente, em função de suas condições objetivas de sobrevivência cotidiana, essa não é uma questão que os preocupa primariamente. Contudo nessa questão reside o problema, pois sabemos que no sistema sob a égide do capital (e não adianta nutrir a fantasia romântica de que ele vá mudar de repente de Leviatã para Athena⁹⁷ e/ou Thêmis⁹⁸) não há garantia de universidade

⁹⁷ Atena é a deusa da sabedoria, das artes, da inteligência e da guerra na mitologia grega. Ela era uma das principais deusas do panteão grego, sendo uma das entidades entre os doze deuses olímpicos. Também conhecida como Palas Atena, era uma deusa guerreira que prezava pela justiça entre as pessoas. Em uma disputa com Poseidon, Atena se tornou patrona de uma região da Ática, hoje conhecida como Atenas. Na mitologia romana, a deusa correspondente é Minerva. A deusa da sabedoria e das estratégias em batalha era considerada equilibrada, sábia, diplomática e protetora de cidadelas. Para Atena, a guerra não era um espaço de brutalidade, mas de conquistas sociais e políticas. Ela era uma verdadeira guerreira justiceira! Disponível: <https://www.hipercultura.com/atena-caracteristicas-deusa-grega/>. Acesso: 28/08/2021.

⁹⁸ A Deusa da Justiça (Thêmis) tem sua origem na mitologia grega. Ela é descrita como “de bom conselho”, e é a personificação da ordem, da lei e protetora dos oprimidos. Costumava se sentar ao lado do trono de Zeus para aconselhá-lo. Era filha de Urano, Deus do Céu; e de Gaia, Deusa de Terra, portanto é filha do Espírito e da matéria, um titã. Thêmis significa “lei divina” ao invés de ordenança humana, literalmente “aquilo que é colocado no lugar”, do verbo grego *tithemi* (τίθημι), que significa “colocar”. Os romanos a chamavam *Justitia*, e foi a segunda esposa de Zeus, após este desposar Métis e antes de se casar com Hera. Com Zeus, ela deu à luz Horas e as Moiras. As Horas também, como as irmãs Moiras, formavam uma trindade: Eunômia, Irene e Dique e representavam a

para todos, principalmente uma “universidade crítica e cidadã” como defendem Almeida Filho (2007), Cunha (2007), Chauí (2001), Fernandes (2020), (Ribeiro (2014; 2018), Saviani (2015; 2021) e Souza (2019).

Uma amostra de que estamos longe de universidades justas é a fácil identificação da distância que a maioria delas tem em relação à população, que pouco ou quase nada tem além da sua força de trabalho quando é demandada pelos setores industriais, empresariais e de outras representações da sociedade ligadas às carreiras de Estado, para as quais a universidade está sempre de portas abertas. Mas por que o mesmo não acontece quanto às organizações de trabalhadores, sejam rurais, sejam urbanos, além dos indígenas? Pois, às vezes, quando alguém dentro das universidades o faz, é olhado com recriminação; e na atual conjuntura (sob o governo Bolsonaro), além de discriminado, é taxado de *esquerdista* e outros adjetivos, como se não existisse na sociedade nada além de direita e de esquerda; como se não houvesse humanismo (em tempos de economicismo e consumismo, pessoas desejam *coisas*; os desejos, antes tidos como um sentimento pertencente às relações entre humanos, se transformaram no fetiche da mercadoria sobre a qual falou Marx, de sorte que pessoas se apaixonam por *coisas* e desprezam outras *pessoas*).

Na década de 1990, quando a Unicamp organizou um curso para jovens do MST, a imprensa se irritou. Penso que a universidade deve sempre garantir que seus cursos não sejam partidários; que deve sempre dar uma formação intelectual, mais do que apenas técnica; que deve fugir do jargão; que deve até, quando receber pessoas ou grupos localizados em posições muito precisas do tabuleiro político, mostrar o outro lado. Isso significa que para os sem-terra ou outro público de esquerda seria desejável que, além de possíveis cursos de marxismo, eles ouvissem economistas liberais e mesmo neoliberais; por que não? É essa a diferença entre o curso dado numa entidade de pesquisa e o que for ministrado num partido. Mas isso deve constituir uma regra geral, e não se aplicar somente ao público do MST. Ora, as universidades fazem cursos de extensão, ou mesmo MBAs, para executivos de empresas privadas. Nestes, deveriam também dar a palavra a economistas de orientação marxista, a críticos das privatizações ou da globalização.

Não é universidade o lugar que diga, ainda mais a um público leigo, só o que este quer ouvir. Só há pesquisa – e ensino bom – quando há a disposição de contradizer. Infelizmente, os cursos de extensão têm sido entendidos, muitas vezes e por uma razão bem compreensível (os maus salários, a escassez de recursos), como uma fonte de renda. É um erro concentrar o enfoque aí. Pois o que a extensão deve ser, mais que tudo, é o modo como a mantém. (RIBEIRO, 2014, p. 80).

Disciplina, a Paz e a Justiça na mitologia grega, responsáveis pelo fluxo do tempo e das estações. Thêmis é hoje a imagem que ilustra as grandes decisões judiciais. E é também a escultura que cumprimenta todos os dias nossos ministros do Supremo Tribunal Federal em Brasília. A obra construída (estátua da Justiça) por Alfredo Ceschiatti teve como objetivo adornar o STF, que foi idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/48436/a-origem-da-themis>. Acesso: 28/08/2021.

Partimos do princípio de que a defesa da justiça social deveria ser um dever tão essencial como a necessidade de alimento. Nesse contexto, as IES (mas não somente as públicas) devem assumir o compromisso de combater as iniquidades sociais, dedicando obrigatoriamente parte do seu *know-how* ao atendimento de populações marginalizadas (indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos, moradores das periferias em geral etc.). Não se deveria esperar que eles viessem pedir, mas sim levar até eles o que se tem de melhor no Ensino Superior, o conhecimento acumulado e sistematizado da humanidade – o maior patrimônio que temos. O caminho que deveria trilhar a universidade não é o defendido historicamente pelo Banco Mundial, nem o menos agressivo e mais recentemente também pela OCDE, tratando a Universidade como *comodities*⁹⁹ para serem consumidas pelas massas, visto que a entendemos como um raro patrimônio que pertence à humanidade, e deve ser usada para a formação da consciência humana, uma consciência livre; não a liberdade dos neoliberais, mas sim a de ser o que nascemos para sermos em essência, ou seja, humanos não animalizados e/ou escravizados.

É importante lembrar que as elites nacionais há muito encaram a formação Superior como importante *status*; e, para os Estados-Nação, trata-se de questão vital para a construção e a consolidação de identidade nacional, e os precedentes históricos podem ser observados no contexto de criação da Universidade Berlim em 1810.

Assim, de 1802 a 1816, os maiores filósofos do idealismo escreveram sobre a ideia de universidade e sua realização. Hegel, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt produziram em poucos anos o que é, talvez, a mais densa reflexão sobre a instituição universitária, desde sua criação no século XIII até os dias de hoje (Frerry, Pesron & Renaut, 1979). Três desses filósofos intervieram na própria gestão da universidade: Humboldt foi o primeiro reitor; e Fichte, diretor da Faculdade de Filosofia; Schleiermacher dirigiu a Faculdade de Teologia. Os cinco filósofos pensadores da universidade em gestação tinham em comum a concepção de que se tratava de realizar, na prática, a Universidade, isto é, a Ideia de Universidade. Para uns, essa ideia implicava a manifestação diversa do saber uno; para outros, a totalização sistemática do saber diverso. Conforme abraçassem uma ou outra variante da concepção ideal de universidade, as propostas para a universidade real brotavam com marcas liberais ou autoritárias (CUNHA, 2007, p. 17).

Após a vitória da Prússia sobre a França, em 1871, os padrões educacionais alemães passaram a ser altamente considerados pelos intelectuais franceses, que atribuíram vitória

⁹⁹ É como se chama um produto que torna-se massificado e não diferenciado perante o cliente. Economicamente falando, a comoditização ocorre quando os consumidores de um determinado mercado não percebem a diferenciação entre os produtos e serviços entre os concorrentes que os comercializam. E é nesse contexto que as grandes corporações educacionais vem se apossando do ensino superior, prestando serviços educacionais a partir de disputas acirradas nos preços de mensalidades – “estampada em vivas cores nos outdoors e nos links patrocinados das redes sociais – evidência que a comoditização atingiu em cheio o mercado do ensino superior”. Disponível: <https://www.maispb.com.br/475953/comoditizacao-na-educacao-superior.html>.

militar à excelência do ensino germânico. Devemos aos alemães a introdução da pesquisa nas universidades, o que ocorreu no âmbito da reforma do Ensino Superior e na criação da Universidade de Berlim, idealizada pelo então ministro da Cultura da Prússia, o filósofo Willem Von Humboldt (daí o nome desse modelo de universidade com ênfase na pesquisa e liberdade de cátedra¹⁰⁰ atribuída a ele). Outra característica do Modelo Alemão é que só se deve atribuir o nome Universidade quando ela for composta de no mínimo três faculdades. Até o final do século XX o Modelo Alemão sofreu poucas alterações significativas; funcionava com programas integrados (quatro a seis anos), levando a um Diplom ou Magister Artium, ou completados por um exame Estatal (Staatsprüfung). As coisas mudaram a partir da “Declaração de Sorbonne, em 1998, sobre a “harmonização da arquitetura do Sistema de Ensino Superior Europeu” e a adesão ao Processo de Bologna, em 1999 – começa um longo processo de adaptação ao sistema de três ciclos da Área de Ensino Superior Europeia. (SILVA, 2017, p. 84).

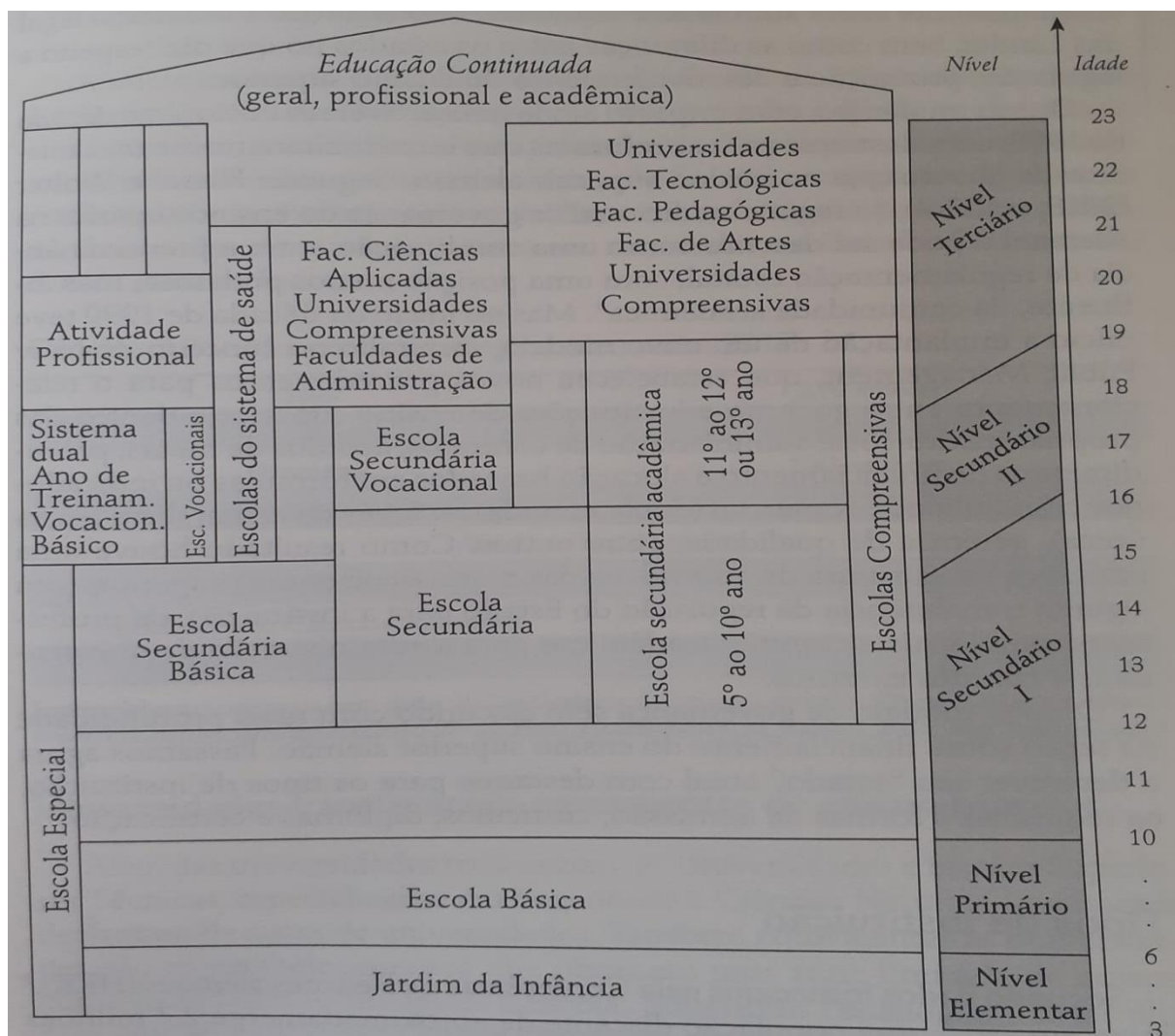
¹⁰⁰Sobre a liberdade de cátedra é a Kant que se deve render louros, já que foi ele que sustentou a liberdade do filósofo de discutir temas sensíveis tanto à Igreja quanto ao Estado em sua obra o *Conflito das Faculdades*. Defendia o eminente filósofo que “O que mais interessa ao governo é o meio de ele manter a mais forte e duradoura influência sobre o povo”; e desta natureza são os objetos das Faculdades superiores. Por isso, reserva-se o direito de ele próprio sancionar as doutrinas das Faculdades superiores (Direito, Medicina e Teologia); quanto às da Faculdade inferior (Faculdades filosóficas), deixa-as para a razão peculiar do povo erudito. Embora sancione tais doutrinas, ele (o governo) não ensina, mas pretende apenas que certas doutrinas sejam acolhidas pelas respectivas Faculdades na sua exposição pública, com exclusão das doutrinas contrárias. De fato, ele não ensina, mas ordena somente aos que ensinam (lide-se com que verdade se quiser), porque, ao tomar posse do seu cargo, concordaram com isso mediante um contrato com o governo. (KANT, 2017, 21).

Importa absolutamente que, na universidade, se dê ainda à comunidade erudita uma Faculdade que, independentemente das ordens do governo quanto às suas doutrinas, tenha a liberdade de não de proferir ordens, mas pelo menos de julgar todas as que têm a ver com o interesse científico, i.e., com o da verdade, em que a razão deve estar autorizada a falar publicamente; porque, sem semelhante liberdade, a falar verdade não viria à luz (para dano do próprio governo), mas a razão é livre por sua natureza e não acolhe nenhuma ordem para aceitar algo como verdadeiro (nenhum credo, mas apenas um credo livre). Reside, porém, na natureza do homem a causa porque semelhante Faculdade, não obstante esta grande vantagem (da liberdade), é denominada inferior. Com efeito, quem pode mandar, embora seja um humilde servo de outrem, imagina-se superior a outro que é, sem dúvida, livre, mas a que ninguém tem de dar ordens. (KANT, 2017, 22).

Ora, a Faculdade filosófica compreende dois departamentos: um do conhecimento histórico (a que pertence a História, a Geografia, o conhecimento erudito da língua, a Humanística com tudo o que a ciência natural apresenta de conhecimento empírico); o outro, dos conhecimentos racionais puros (Matemática pura, Filosofia pura, Metafísica da natureza e dos costumes), e as duas partes do saber na sua referência recíproca. Estende-se a todas as partes do saber humano (por conseguinte, do ponto de vista histórico, também às Faculdades superiores), só que não faz de todas elas (a saber, das doutrinas ou mandamentos peculiares das Faculdades superiores) o conteúdo, mas o objeto do seu exame e da sua crítica, na mira do benefício das ciências. (KANT, 2017, 31).

Esse antagonismo, ou seja, essa disputa de dois partidos entre si unidos para um fim último comum (concordia *discors*, discordia *concors*) não é, pois, uma guerra, i.e., uma discordia por oposição dos propósitos finais no tocante ao erudito meu e teu que, como o político, consiste na liberdade e na propriedade, em que aquela, como condição, deve necessariamente preceder esta; por conseguinte, não pode conceder-se às Faculdades superiores direito algum sem que, ao mesmo tempo, a inferior fique autorizada a apresentar ao público erudito as suas dúvidas. (KANT, 2017, 39).

Figura 4 - Modelo de Ensino Alemão



Fonte: Silva, 2017.

Podemos afirmar que todas as universidades modernas se espelharam na Universidade Humboldt, no entanto ao longo do tempo, cada país ou bloco de países, como é o caso da União Europeia, foram ajustando uma modelagem para seus interesses socioculturais, políticos e – atualmente – sobretudo econômicos.

Além das universidades tradicionais, as Universidades e Escolas Superiores Técnicas, especializadas em Engenharia e Ciências Naturais, igualmente desfrutam de *status* de universidades. Também equivalentes às universidades são os estabelecimentos que oferecem uma série limitada de cursos, como faculdades tecnológicas e Escolas Superiores Pedagógicas. Estas últimas, que só existem em Baden-Wurttemberg, foram incorporadas às universidades nas outras Länder ou expandidas para formar instituições que oferecem uma gama maior de cursos.

O que essas instituições têm em comum, como regra, é o direito de conceder o grau de Doutor (Promotionsrecht). A pesquisa acadêmica e científica – especialmente a pesquisa básica – e o treinamento da próxima geração de acadêmicos também são características desse grupo de instituições. (SILVA, 2017, p. 87).

Atualmente não se fala mais num modelo alemão ou francês para citar os que mais influenciaram o brasileiro, pelo menos até antes do acordo MEC-USAID; agora vigora o Modelo Europeu (pós-Bologna), e o novo sistema oferece Bacharelado e Mestrado na maioria; exceção fica por conta dos cursos de Direito e Medicina (dois dos três das antigas faculdades superiores). Os programas são mais flexíveis e compatíveis internacionalmente para o caso de haver mobilidade estudantil. O inglês se tornou a língua oficial da Universidade Europeia com intuito de atrair um número maior de alunos de outros países fora do bloco. “Os programas de Doutorado ou Pós-Doutorado na sua maioria ainda não estão sujeitos à regulamentação do Estado, mas há uma tendência clara na direção de programas mais integrados”. (SILVA, 2017, p. 84).

Vale lembrar que, desde meados do século XVIII, a classe dominante portuguesa adotava o pensamento educacional francês, e seus efeitos podem ser confirmados a partir das reformas pombalinas.

No Brasil, o príncipe João não criou universidades, apesar de reproduzir tantas instituições metropolitanas. Em vez de universidades, criou instituições isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutido na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois (mais tarde, nasceu a Escola Politécnica, calcada na de Paris). Em 1827, dom Pedro I acrescentou os cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo, com o que se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do nosso ensino superior. (...)

Esse caráter fragmentado das instituições brasileiras de ensino superior vinha recebendo críticas desde o tempo do Império. Críticas que se transferiam para as frágeis universidades tão logo surgiram. Já em 1926, Fernando de Azevedo (que veio a ser o Humboldt da Universidade de São Paulo, em 1934) batia-se pela integração da instituição universitária e pela ultrapassagem da estreiteza cultural resultante da especialização das faculdades na mera formação profissional (CUNHA 2007, p. 19).

Isto posto, já sabemos que a *Universidade* é um termo cunhado no Ocidente que emergiu nos tempos da Europa Medieval e tinha estreita ligação com as instituições religiosas por meio da escolástica, que a partir de uma longa trajetória de transformações lentas serviu de opção e/ou substituição aos monastérios, os quais funcionavam como centros de formação no Medievo, porém com o alvorecer do Renascimento nada mais foi como antes.

A universidade escolástica era geradora e guardiã da *doxa*, ou doutrina, aquela modalidade de conhecimento que se define pelo completo respeito às fontes sagradas da autoridade. Seu modelo acadêmico baseava-se na transmissão do saber (em filosofia, retórica, lógica e teologia) mediante relações diretas mestre-aprendiz.

A Europa pós-Renascimento testemunhou e nutriu a criação de outro paradigma universitário, a universidade da arte-cultura. Isso aconteceu assim que a universidade medieval revelou-se incapaz de absorver e processar a enorme diversidade artística e cultural da África e da Ásia trazida para a Europa depois das Grandes Descobertas.

Um novo paradigma acadêmico foi gerado para dotar a nova elite burguesa das habilidades literárias e artísticas características do Iluminismo. Dessa universidade

enciclopédica não se cobrava responsabilidade pela produção científica nem tampouco pela organização e sistematização do conhecimento humanístico, artístico ou tecnológico. História natural, filosofia, literatura, matemática. (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 187).

Atualmente, dois modelos se destacam enquanto referências de arquitetura curricular e estrutura de gestão da universidade. Vale ressaltar que se trata de perspectivas filosóficas, ideológicas e históricas distintas.

[...] conceitual e tecnológico do sistema econômico e político mais poderoso na atualidade, e ao mesmo tempo sua resultante, vigora o modelo norte-americano (MNA) de educação superior (vou chamá-lo, com ironia a ser adiante esclarecida, de ALCA-demia). De outro lado, efeito do processo de criação de um espaço comum universitário por meio do chamado Processo de Bolonha, entre os países-membros da União Europeia consolida-se o modelo unificado europeu (MUE). (ALMEIDA, FILHO 2007, p. 231).

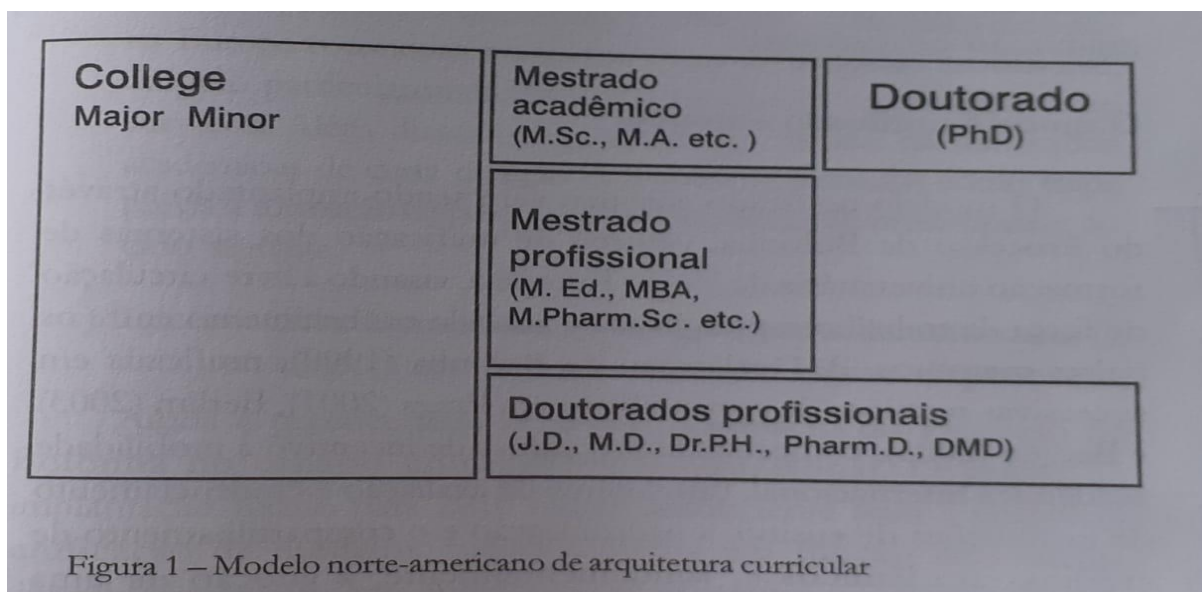
O centenário modelo norte-americano se consolidou e alcançou a hegemonia nos Pós-Segunda Guerra Mundial principalmente em função do papel que os EUA começaram a exercer no mundo ocidental até então eurocêntrico. “Sua arquitetura curricular corresponde a dois níveis: a) Pré-Graduação (*undergraduate*); b) Graduação (*graduate*)” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 232).

A Pré-Graduação é ministrada em unidades de educação superior de escopo geral, isoladas ou integradas em universidades, chamadas de *colleges*. Compreende cursos universitários de quatro anos, cobrindo conteúdos gerais e básicos, terminais, porém de caráter não profissional. Os concluintes ganham títulos universitários plenos de Bacharel em Ciências, Artes ou Humanidades, com uma área principal de concentração de estudos chamada *Major*, podendo optar por uma área complementar, o *Minor*.

Os títulos obtidos no College são terminais, mas funcionam como pré-requisito e etapa prévia à entrada no segundo nível, a Graduate School. Trata-se aqui de programas de graduação profissional ou programas de estudos avançados para formação científica ou artística de pesquisadores e docentes do ensino superior. Os graus (por isso o nome *graduate*) de formação profissional são *Master* (como MBA, M. Ed., M. Psych, M.S.W., M.P.H. etc.) ou *Doctor* (D.L., M.D., Pharm. D.). O diploma específico da carreira profissional corresponde ao título de Mestrado (e, em poucos casos, ao de Doutorado). Os programas de graduação acadêmica concedem graus equivalentes, que se distinguem dos títulos profissionais, porque constituem uma sequência de duas etapas de formação, o Mestrado (Master of Sciences, Master of Arts etc.) e o Doutorado (Philosophy Doctor, o Ph.D.) (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 232, 233).

No Brasil, o modelo escolhido para a Reforma Universitária de 1968 foi algo similar ao MNA, mas os processos decorrentes da Ditadura Militar impactaram tanto a política de modo geral, quanto as instituições de Ensino Superior, que determinaram o fracasso da proposta que pretendeu fundir duas perspectivas divergentes, ou seja, o Modelo Europeu, que na época ainda tinha um pé no século XIX; e o MNA, representado na figura abaixo.

Figura 5 - Modelo Norte-Americano



Fonte: Almeida Filho, 2007.

Para Gripp e Barbosa (2014), em relação à vertente norte-americana de estudos do Ensino Superior, alguns pesquisadores sustentam que na atualidade é o mercado que determina os rumos das políticas educacionais, tanto no incentivo à formação dos especialistas a partir dos estudos de interesse do capital, quanto ao treinamento com os cursos tecnológicos de curta duração. Por outro lado, “o ensino superior pode ser compreendido como servindo o Estado-nação, com a legitimação societal da produção de atores sociais e atores organizacionais, ou seja, sobre os efeitos institucionais da educação como um sistema de legitimação” (GRIPP; BARBOSA, 2014, p. 30).

Alguns autores consideraram a interdependência entre o movimento dos recursos e as carreiras dos acadêmicos e a política científica nacional. Na década de 1990, houve um consenso, entre os autores norte-americanos, de que as forças de mercado seriam forças legítimas de transformação da educação superior. Alguns estudos focalizaram onde e como as forças de mercado ocuparam o centro do cenário acadêmico e como os *campi* se adaptaram e lidaram com as consequências organizacionais (Leslie e Fretwell, 1996; Gumpert, 2000; Breneman, Pusser e Turner, 2000).

As transformações políticas incentivaram os estudos sobre desigualdades educacionais como as desigualdades levam a diferentes padrões de instituições e como a educação superior reproduz as desigualdades sociais e as hierarquias de *status*. (GRIPP; BARBOSA, 2014, p. 31).

Em estudo feito sobre modelos internacionais de Ensino Superior por Moraes (2017), ele descreve o modelo norte-americano como um não Sistema, se tomarmos como base o brasileiro com a centralidade do Ministério da Educação (MEC). Em seu estudo não foi identificado um sistema público de educação superior; pelo menos nos moldes do que existe aqui e em países europeus como a França. O que se pode afirmar é que existem sistemas sob a

responsabilidade dos entes federados estaduais e/ou “alguns, regionais, correspondendo às agências privadas de certificação”.

No Brasil, o governo do PSDB (1994/2002) seguiu as orientações do BM no contexto do Consenso de Washington, por isso seu desempenho foi aquém do esperado de um intelectual renomado e ex-professor universitário, mas que sem dúvida sabia exatamente o que estava fazendo ao não priorizar o Ensino Superior público. Como prova disso, abaixo vemos um quadro com as IES criadas nesse período sob o ideário que começou na social democracia e terminou no neoliberalismo.

Quadro 4 - Desmembramento, Transformação e Criação de IES no Governo PSDB/FHC

NOME DA IES	CATEGORIAS EM QUE SE INSEREM	N.º CAMPI INICIAIS	N.º CAMPI 2021	GOVERNO/ POLÍTICA
Fundação Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)	Transformada pela Lei n.º 10.425, de 19 de abril de 2002, a partir de três faculdades: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FACEAC) e da Faculdade de Engenharia Industrial (FAEIN), ligadas à FUNREI ¹⁰¹ .	1	4	FHC – Federalização de IES Privada e transformação em Universidade. (Alinhada ao ideário do Banco do Mundial/MNA)
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá pela Lei 10.435, de 24 de abril de 2002.	1	1	PSDB – Transformação de IES Pública Federal em Universidade (Alinhada ao ideário do Banco do Mundial/MNA)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela Lei n.º 10.419, de 9 de abril de 2002.	4	7	PSDB – Desmembramento de IES Pública (Alinhada ao ideário do Banco do Mundial/MNA)
Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Transferência de cursos e infraestrutura da Universidade Estadual de Tocantins (Unitins) pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000.	1	4	PSDB – Federalização de parte de IES Pública Estadual e transformação em Universidade. (Alinhada ao ideário do Banco do Mundial/MNA)
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Transformação da Faculdade de Ciências Agrárias (FCAP) em Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) pela Lei 10.611, de	1	6	FHC – Transformação de IES Pública Federal em Universidade. (Alinhada ao ideário do Banco do

¹⁰¹ Instituída pela Lei 7.555, de 28 de dezembro de 1986, a Fundação de Ensino Superior de São João del Rei (FUNREI) foi o resultado da reunião e federalização de duas instituições: Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, até então mantida pela Inspeção de São João Bosco e criada pelo Decreto Federal n.º 34.392, de 27 de outubro de 1953; e a Fundação Municipal de São João del Rei, criada pela Lei Municipal n.º 1.177, de 6 de outubro de 1970. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7555.htm. Acesso: 01/09/2021.

	23 de dezembro de 2002.			Mundial/MNA)
Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco (UNIVASF)	Criada pela Lei n.º 10.473, de 27 de junho de 2002.	3	5	PSDB/Criação (Alinhada ao ideário do Banco do Mundial/MNA)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Como se pode observar, o governo PSDB/FHC criou apenas uma Instituição de Ensino Superior nos seus oito anos de governo, que foi a Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco (UNIVASF); as demais iniciativas se deram por desmembramentos e transformação de IES já existente. As surgidas a partir de IES Públicas Federais foram três: Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); um caso interessante foi o da criação da Fundação Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), a partir da federalização de IES Privada de Caráter Confessional pela Lei n.º 10.425, de 19 de abril de 2002, a partir de três faculdades: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FACEAC) e da Faculdade de Engenharia Industrial (FAEIN) – tudo isso feito no final do mandato de FHC.

E, por último, temos o caso da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que surge do desmembramento e federalização de parte da Universidade do Estado de Tocantins (UNITINS¹⁰²); e – diga-se de passagem – era o único ente federado que não possuía uma Universidade Federal, uma obrigação constitucional do Governo Federal expressa na Constituição de 1988 e que o governo PSDB/FHC deixou para cumprir no final do mandato,

¹⁰² A história da Universidade do Tocantins inicia-se em fevereiro de 1990 por meio do Decreto 252/90. A Lei 326/91, de outubro de 1991, estruturou a Universidade do Tocantins em forma de autarquia. A Lei 872/96, de novembro de 1996, determinou o processo de extinção da autarquia e, no mesmo ano, pela Lei 874/96, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado. Para um melhor atendimento da população do Estado, a Unitins se articulou para a implantação de centros de extensão nos municípios de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, incorporando as faculdades de Araguaína e Porto Nacional; e com o tempo estabeleceu em seu sistema *multicampi* os Centros Universitários de Arraias, Araguaína, Colinas, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso, Palmas, Tocantinópolis e Porto Nacional, destacando-se como instituição de ensino superior no âmbito regional. Em 2000, a Unitins iniciou novo processo de adequação com a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Novamente foi necessário alterar legalmente a estrutura da Unitins – Fundação, e assim foi ditada a Lei 1.160/2000, de 21 de junho de 2000. Com a transferência de parte de seu patrimônio à UFT, além de seus alunos e cursos regulares, a Unitins assumiu uma nova realidade acadêmica e física. Para tanto, com o Decreto 1.672/2002, de 27 de dezembro de 2002, e também com a Lei 1.478/2004, de junho de 2004, que incluiu novos rumos à instituição e outras modalidades de cursos superiores, retirou da sua estrutura os *campi* universitários e as escolas isoladas; incumbiu-a da Coordenação Estadual da Pesquisa Agropecuária; atribuiu a ela a responsabilidade de organizar e realizar, direta ou indiretamente, os concursos para provimento dos cargos do Poder Executivo. Disponível: <https://www.unitins.br/nportal/portal/page/show/historico>. Acesso: 02/09/2021.

tendo em vista que o Tocantins¹⁰³ foi elevado à categoria de Estado em 1988 no âmbito da Assembleia Constituinte a partir do desmembramento de terras do Estado de Goiás.

Embora tenham sido criadas durante o período FHC, com destaque para o último ano de seu governo em 2002, essas universidades federais foram implantadas a partir de 2003, coincidindo com o período de expansão para novos *campi* no interior, configurando uma estrutura regional *multicampi* a partir do desenho institucional com critérios afinados de locação como a distância da sede e das capitais dos estados. (TISCHER; ROCHA, 2019, p. 09).

Como se pode perceber, no governo FHC não foi feito um esforço real pela Interiorização do Ensino Superior; na verdade, a expansão e a implantação dos novos *campi* foram repassadas ao governo sucessor; no caso o governo Lula, a quem coube fazer o que não foi feito nos oito anos de FHC; aliás, o legado da gestão FHC para o Ensino Superior público foi o sucateamento, no entanto, dada a filiação de seu governo às propostas neoliberais e ao MNA, houve sim sucesso, pois ocorreu a expansão significativa das IES privadas.

Destarte, ao longo do tempo foi se formando um sistema em que as instituições foram adquirindo conhecimento e se autoformaram.

Na França, a universidade moderna surge como reflexo de impactos causados pela Reforma Protestante, Revolução Francesa, crescente respeitabilidade da ciência e os primeiros passos dados em direção à Revolução Industrial. Nesse contexto, ela renasceu rompendo radicalmente com os valores da universidade medieval, à medida que renegou o caráter corporativo, dogmático, aristocrático e eclesiástico, que prevalecia até então (GÖERGEN, 2000). O pensamento estruturado por René Descartes contribuiu sobremaneira para a fundação da arquitetura epistemológica, que sustentou os pilares da universidade moderna na França. Por isso, impulsionou o processo de transição, que marcou a passagem da universidade medieval, situada no espírito de universalidade presente na Igreja Católica, em direção a uma universalidade nacional, presa aos ideais rigidamente estabelecidos pelo Estado Moderno. (LIMA; CONTEL, 2011, p. 353).

Com efeito, na França, diferentemente dos EUA – onde ter uma graduação é uma questão central –, ocorre situação diversa em relação à posição ocupada por quem detém título acadêmico, pois este não representa necessariamente posição de destaque. No entanto, desde a

¹⁰³Em junho o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente da Assembleia, o deputado Ulisses Guimarães, a fusão de emendas criando o Estado do Tocantins, que foi votada e aprovada no mesmo dia. Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, nasce o Estado do Tocantins. A eleição dos primeiros representantes tocantinenses foi realizada em 15 de novembro de 1988, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, junto com as eleições dos prefeitos municipais. Além do governador e seu vice, foram escolhidos os senadores e deputados federais e estaduais. A cidade de Miracema do Norte, localizada na região central do novo Estado, foi escolhida como capital provisória. No dia 1.º de janeiro de 1989 foi instalado o Estado do Tocantins e empossados o governador, José Wilson Siqueira Campos; seu vice, Darci Martins Coelho; os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya; juntamente com oito deputados federais e 24 deputados estaduais. Disponível: <https://www.to.gov.br/adetuc/l-criacao-do-estado-do-tocantins-1988/69ku6myrjrwe>. Acesso: 02/09/2021.

década de 1990, o sistema francês vem trabalhando no desenvolvimento de um modelo de “Universidade de Massa”; a ideia é defendida por Marc Romainville, da Universidade de Louvain, após uma pesquisa sobre o fracasso escolar. (GRIPP; BARBOSA, 2014).

O autor conclui que a universidade é uma instituição fraca, que não impõe uma real regulação de conduta, o que o leva a interrogar sobre a regulação institucional dos modos de seleção. Para responder a isso, o autor inverte a perspectiva, privilegiando um estudo quantitativo do sucesso dos estudantes por curso e por local. O contexto de uma estrutura dual (universidade central e *campus* avançado fora da sede) permite interrogar de forma mais aguda a questão da democratização do sistema universitário, analisando os efeitos da criação de pequenas estruturas locais, sobre o recrutamento social dos estudantes e seu futuro. Os resultados colocam em evidência o efeito do deslocamento (interiorização do ensino superior a partir de “antenas” ou *campus* avançado): em uma verdadeira democratização do ensino superior, a partir da origem social, as chances de sucesso dos estudantes saídos de categorias menos favorecidas são bem melhores nas antenas ou *campi* avançados do que nas universidades centrais, mesmo se as ofertas das universidades forem diferentes (número de diplomas em relação ao número de inscritos). Nesse sentido, os deslocamentos das instituições (descentralização) permitem responder de maneira mais eficaz aos problemas evidenciados na parte qualitativa da pesquisa, oferecendo aos estudantes mais frágeis (ou menos dotados) as ferramentas adaptadas à sua confrontação à instituição universitária. O que intervém é a qualidade do corpo docente. (GRIPP; BARBOSA, 2014, p. 38, 39).

O processo de descentralização do Ensino Superior francês tem mostrado resultados positivos (e serve de parâmetro para a reforma do sistema de ensino do bloco europeu no âmbito do Processo de Bolonha), visto que demonstra por parte tanto do governo quanto da “universidade-mãe” um maior compromisso com o desenvolvimento econômico, cultural e social com o local; e na mesma medida promove uma “reconciliação” com a universidade, “ou seja, assiste-se à emergência de novos atores nas políticas de ensino superior: as coletividades locais, regiões, departamentos, comunas” (GRIPP; BARBOSA, 2014, p.41).

Para Lima e Contel (2011), na França, a prioridade dos governos sempre foi a educação básica, mas, de modo geral, o Ensino Superior passa por problemas típicos de quem ainda resiste ao imperativo mercadológico e procura a todo custo manter a educação como um bem público, resistindo assim à agenda neoliberal, que defende, principalmente via BM/EUA, a desregulamentação e a crescente privatização do sistema de Educação Superior.

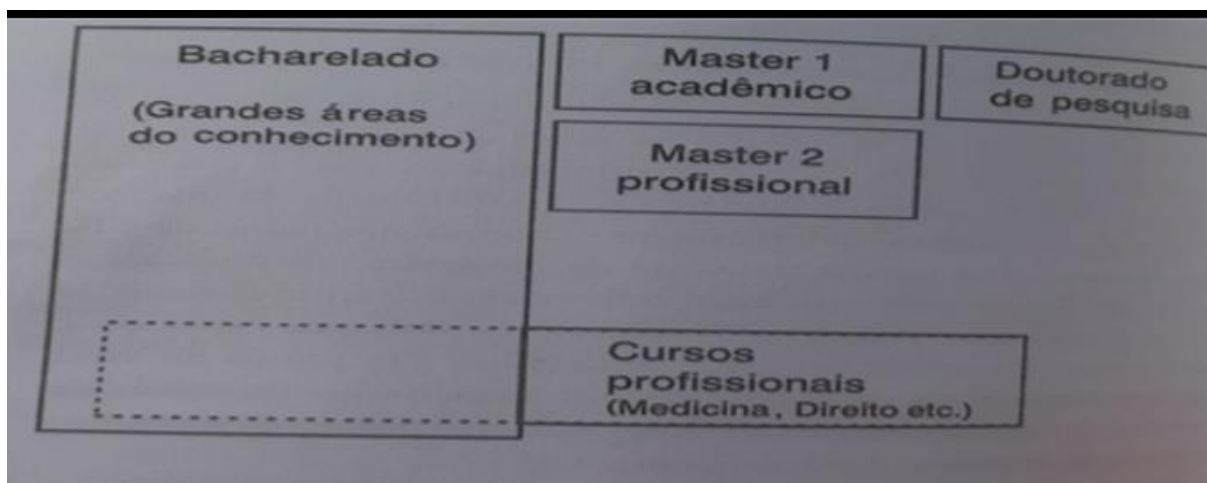
Dentre os dados da realidade que legitimam essa afirmação, é possível destacar:

- apesar de a sociedade francesa ter consciência da importância estratégica exercida pelo conhecimento, que serve de base à competitividade de seus profissionais, empresas e país, preocupa-se com os elevados investimentos requeridos pelas atividades de fomento e difusão de conhecimento;
- apesar de o Governo admitir a existência de uma cultura acadêmica arraigada, que historicamente valoriza a educação como um bem público, não dissimula dificuldades de financiar, sozinho, a educação superior e a pesquisa;
- apesar de a sociedade e o governo reconhecerem os riscos de o sistema de educação superior comprometer a competitividade conquistada frente aos demais países da OCDE, à medida que isso implica o agravamento do processo de evasão de cérebros,

a perda de atratividade da universidade francesa, a perda de competitividade das empresas francesas etc., o Governo e as universidades se empenham para implantar reformas que não desfigurem a tradição acadêmica do país. (LIMA; CONTEL, 2011, p. 353).

Com efeito, para enfrentar e/ou competir com o modelo norte-americano que vem sendo implementado como modelo para muitos países (a partir de uma prática política desenvolvida e largamente aplicada na Guerra Fria, que combina principalmente pressão econômica, política e até militar, visto que na geopolítica o país se vale de ser se não a maior, mas certamente uma das maiores potências militares do mundo), a União Europeia vem trabalhando num Modelo de Unificação dos seus sistemas de Ensino Superior por meio do Processo de Bolonha “visando à livre-circulação de força de trabalho especializada e bens de conhecimento entre os países-membros”. A Declaração de Bolonha (1999), também conhecida como Processo de Bolonha, passou por várias apreciações: “Praga (2001), Berlim (2003) e Bergen (2005) compreendem programas de incentivo à mobilidade acadêmica internacional, um sistema de avaliação e credenciamento de instituições de ensino, a padronização e o compartilhamento de créditos acadêmicos e, fundamentalmente, a adoção de uma arquitetura curricular comum”, conforme a figura 2. (ALMEIDA FILHO 2007, p. 234).

Figura 6 - Modelo União Europeia



Fonte: Almeida Filho, 2007.

Segundo Almeida Filho (2007), a figura acima traz uma representação esquemática do modelo acadêmico proposto para as instituições europeias de educação universitária; esse Modelo da União Europeia – MUE estrutura-se em três níveis:

a) Primeiro Ciclo. Trata-se de programas de estudos introdutórios aos níveis superiores de educação, com duração de três anos. Como o *college* norte-americano, não possuem caráter profissional, cobrem conteúdos gerais e básicos e são terminais.

Os concluintes ganham títulos universitários plenos de Bacharel em Ciências, Artes ou Humanidades. Tais títulos constituem etapa prévia ao prosseguimento da formação profissional ou acadêmica no ciclo seguinte.

b) Segundo Ciclo. Compreende cursos profissionais, de certo modo preservando a tradição secular dos sistemas europeus de formação profissional superior, em especial as chamadas “profissões imperiais” (Medicina, Direito, Engenharias). O Processo de Bolonha introduz na Europa o conceito norte-americano de mestrado profissional, dirigido particularmente às novas profissões tecnológicas e de serviços. Além disso, compreende um elenco de mestrados acadêmicos de curta duração (um a dois anos), tomados como etapa prévia a formação de pesquisadores e docentes de nível superior no ciclo seguinte.

c) Terceiro Ciclo. Doutorados de pesquisa, com duração curta (três anos) ou longa (quatro anos), dirigidos às áreas básicas de pesquisa (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 234, 235).

Com efeito, a título pedagógico, é interessante fazer uma comparação entre os dois modelos hegemônicos. Ao longo de sua secular existência, o Modelo Americano tem demonstrado segurança institucional e eficiência prática na forma da especialização, “legando ao mundo uma poderosa matriz intelectual e tecnológica.

Retomando a discussão sobre o Modelo Europeu, é inegável sua importância para a civilização ocidental, inclusive nos primórdios do Modelo Americano, mas a grande diversidade de modelos existentes no Velho Continente e com suas tradições burocráticas já vinha comprometendo e distanciando os sistemas de ensino europeus frente ao modelo hegemônico norte-americano, que não possuía nenhum outro à altura; pelo menos no mundo ocidental. No entanto, como forma de reafirmar os valores humanísticos e seu caráter internacionalista, tem-se apostado que a intenção da União Europeia ao reconhecer a fragilidade do seu sistema de ensino e propor sua refundação no âmbito do Processo de Bolonha “se mostra como uma alternativa de síntese entre os valores contemporâneos da eficiência e da competência e os valores clássicos da excelência e do compromisso cultural” (ALMEIDA FILHO 2007, p. 237).

De acordo com Mourão e Almeida (2006), ao comparar a proposta do processo de Bolonha com a ideia por trás do projeto de reforma universitária do Partido dos Trabalhadores, podem-se identificar pontos congruentes tais como estes:

[...] os processos de certificação, a questão do ciclo e a diferenciação entre o sistema politécnico e polivalente, porque o sistema universitário é politécnico, fundado na unitária, síntese da Universidade.

A ênfase é o currículo por competência, que é um modelo pedagógico que propõe uma educação flexibilizada e contextualizada. Ou seja, o currículo necessariamente tem que conter um conjunto de experiências concretas e práticas, alicerçadas em atividades que se realizem em contextos reais. (MOURÃO; ALMEIDA, 2006, p. 116).

De acordo com os autores, as diretrizes adotadas pelo governo Lula, assim como no governo anterior, ainda seguiam os ditames dos organismos internacionais. Nesse contexto, entendemos que o governo havia adotado a mesma estratégia dos europeus. Por sua vez, a União Europeia, para alcançar e competir com o modelo norte-americano, no que se convencionou como a Universidade de Classe Mundial (UCM), lançou mão também de apoio financeiro. De acordo com Thiengo (2019, p. 236), “esse suporte vem principalmente por meio dos programas Erasmus+ e H2020¹⁰⁴, e a Comissão Europeia vem incentivando o aumento da cooperação e a mobilidade entre os países-membros e os de fora dela”. O programa tem três pilares: “a excelência científica, a liderança industrial e a resolução de desafios sociais” (p. 238). No quadro abaixo é possível visualizar a evolução dos investimentos do bloco:

Quadro 5 - Investimento Europeu com Educação

Programa-quadro	Período	Orçamento aproximado (bilhões de euros em valores correntes)
1º	1984-1988	3,75
2º	1987-1991	5,40
3º	1990-1994	6,60
4º	1994-1998	13,22
5º	1998-2002	14,96
6º	2002-2006	17,89
7º	2007-2013	50,52
8º	2014-2020	87,74

Fonte: Thiengo, 2019.

¹⁰⁴ Efetivamente, o H2020 foi criado pelo Parlamento Europeu por meio do Regulamento n.º 1291, em 2013 (Parlamento Europeu 2013), como um instrumento financeiro para a implementação da União da Inovação, iniciativa emblemática destinada a assegurar a competitividade global da Europa. Visto como um meio para impulsionar o crescimento econômico e criar postos de trabalho, o H2020 tem o apoio político dos líderes europeus e dos membros do Parlamento Europeu, convergindo na compreensão de que investigação é um investimento no futuro que deve estar no centro do plano da UE, a fim de promover o crescimento econômico e a geração de empregos.

O objetivo apresentado pelo Programa, então, é assegurar que a Europa produza ciência de nível mundial, elimine as barreiras e facilite a colaboração entre os setores público e privado na promoção da inovação. Para isso, com o H2020, visa-se identificar potenciais centros de excelência em regiões com um baixo desempenho, a fim de proporcionar-lhes aconselhamento e apoio à consecução de políticas, permitindo assim que os Fundos Estruturais da UE sejam utilizados para melhorar a infraestrutura e equipamentos.

De um modo geral, os documentos apresentam a necessidade de promover a atratividade europeia. Desse modo, um dos objetivos do H2020 é promover a UE como destino de estudo e investigação para os melhores talentos de todo o mundo; e, para esse fim, apoiar a criação e o desenvolvimento de estratégias de internacionalização por parte das instituições europeias de educação superior [...] (THIENGO, 2019, p. 238, 241, 249).

Concatenada com o aporte financeiro aos membros do bloco por meio dos programas mencionados, cujo investimento foi da ordem de 80 bilhões de euros – o maior aporte já feito na história da UE –, aparece também a preocupação para além das relações de disputas hegemônicas com os EUA, pois a China surge como ameaça, a exemplo do que é propagandeado na mídia pelos EUA, com viés ideológico bem parecido por parte da UE. “A China, por exemplo, é apontada como uma grande ameaça à ‘soberania europeia’ em termos de instituições de ponta e atividades de talentos”. (THIENGO, 2019, p. 251).

Outra estratégia do bloco é a utilização da diplomacia como forma de garantir inserção de seus interesses nas áreas estratégicas elegidas pela Comissão Europeia no seminário realizado em 2015: “O Papel da Ciência na Diplomacia”, com foco na Universidade de Classe Mundial (UCM¹⁰⁵) (THIENGO, 2019).

Em síntese, a partir das orientações do BM para a educação superior nas últimas décadas, verificam-se algumas prescrições no sentido de adequar os sistemas de educação superior à 'sociedade do conhecimento' e à 'globalização', dentre as quais destacamos: promoção da diversificação e flexibilização dos modelos de educação superior (ou educação terciária) a serem ofertados; estreitamento das relações entre o setor público e o privado nas IES; necessidade de novas formas de gestão e administração; autonomia e responsabilidade institucional; intensificação das formas de avaliação de uma suposta qualidade: centralidade nas perspectivas da aprendizagem e inovação. (THIENGO, 2019, p. 74).

Além do BM, que historicamente dita regras a partir da posição hegemônica dos EUA (fortalecida no pós-queda do Muro de Berlim e com o fim da URSS), a UNESCO e a OCDE também têm feito estudos e elaborado relatórios nas mais diversas áreas, como também tem prestado assessorias, inclusive na área de Ensino Superior.

¹⁰⁵ A partir da década de 2000, a questão da educação superior passa a adquirir maior relevância no discurso do BM, que passa a defender a necessidade de transformações dos sistemas de educação superior, a fim de que se adaptem a esta nova sociedade. De acordo com Mari (2006) e Lima (2005), os principais documentos de orientação nesse período foram: *La educación en los países em desarrollo: peligros y promesas* (Banco Mundial e Unesco 2000) e *Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria* (Banco Mundial 2003).

O primeiro documento está fundamentado na perspectiva de promoção da equidade e da excelência, em que a estratificação ou a diversificação da educação superior é uma alternativa para contemplar dois níveis de educação: um orientado para a investigação a partir de sistemas de alta seletividade; e outro para atender às demandas da massificação. Nesse sentido, conforme especificado no documento do BM/Unesco (2000, p. 46), “a diversificação poderia eliminar a disparidade entre as universidades de pesquisa e regionais, uma vez que permite a cada um dos modelos perseguir objetivos claramente definidos e evitar a duplicação das tarefas.

No documento é apresentada uma definição de universidades de pesquisa, qual seja, “as que estão no topo da pirâmide educativa e que têm como meta soberana alcançar a excelência em matéria de investigação científica” (Banco Mundial e Unesco 2000, p. 48). Dessa maneira, para este OI, tais instituições são regidas por padrões internacionais e devem ser altamente seletivas. (THIENGO, p. 70).

A partir da década de 2000, de acordo com Calderón, Pedro e Vargas (2011), um discurso ainda mais economicista passa a ser utilizado pela Unesco, como está evidenciado no documento *La educación superior en los países em desarrollo: peligros y promesas* (Banco Mundial e Unesco 2000) e no Relatório sintético sobre as tendências e desenvolvimentos na educação superior da Conferência Mundial sobre a Educação Superior (1998-2003) (Unesco 2003a). [...]

Em linhas gerais, compreendemos que a Unesco passou a recomendar um sistema híbrido, em que recursos privados e estatais financiem a educação superior, cabendo ao Estado o controle e a supervisão do sistema educacional e a qualidade acadêmica das instituições. Nessa ótica, a educação superior assumiria o papel de formação de profissionais considerando as exigências do setor produtivo, além de desenvolver a investigação aplicada (inovação), cujos resultados poderiam ser transformados em produtos passíveis de serem explorados pelo mercado. (THIENGO, 2019, p. 75, 76).

Mesmo não exercendo função regulatória de Políticas Públicas a exemplo do BM, a OCDE vem exercendo um importante papel; pelo menos nos últimos 20 anos vem aprimorando sua capacidade analítica, o que tem lhe rendido influência significativa no contexto da educação, “o que ocorre a partir de novo e poderoso paradigma da construção das políticas públicas: a governança por números”. (THIENGO, 2019, p. 77).

No que tange à elaboração de documentos/estudos para a educação superior, a partir da década de 2000, destacamos o documento lançado pela OCDE em 2006, *Four future scenarios for higher education* (OCDE 2006), o qual apresenta a previsão de quatro possíveis cenários para a educação superior em uma década. A apresentação de cenários, ferramenta utilizada com frequência pelo Organismo, tem como objetivo informar e facilitar a mudança estratégica a ser feita pelo governo e por outros tomadores de decisão em cada país.

Em relação aos cenários apresentados no documento, interessa-nos o quarto, no qual estão evidenciadas as características da internacionalização e da atração de talentos: fontes de financiamento diversificadas, alto financiamento, interação com o setor produtivo e gestão flexível. Nesse cenário, as instituições de educação superior competiriam internacionalmente para fornecer serviços de educação e pesquisa em uma base comercial, sendo indicados como tendências o aprofundamento da diferenciação e a separação entre pesquisa e ensino. (THIENGO, 2019, p. 77).

Entendemos que nos governos do PT havia uma tendência ao diálogo melhor com a OCDE, que é o Organismo Internacional (OI) europeu, a exemplo do que ocorre com o BM, que basicamente é um braço dos EUA nesse tipo de organização. Uma das estratégias dos governos petistas foram as parcerias público-privadas (PPP), largamente defendidas pela OCDE como estratégia global a partir das recomendações da publicação sobre a educação superior para a sociedade do conhecimento. (OCDE, 2008).

As orientações expressas neste documento defendem a ampliação das parcerias com a indústria, a inclusão de representação das empresas em conselhos de administração ou o desenvolvimento de programas de educação cooperativa, além da oferta de incentivos para facilitar a mobilidade entre empresas e organismos públicos de investigação. Ou seja, apregoa uma cultura empreendedora a ser cultivada nas instituições, cujo elemento central é a competitividade.

De forma geral, considerando esse conjunto de documentos produzidos por diferentes OIs, apesar das especificidades de cada publicação e OI, percebemos um núcleo comum a todos nas orientações para a educação superior a partir da década de 2000,

que evidenciam a internacionalização, a diversificação/diferenciação da educação superior, a inovação, a interação com o setor produtivo e a necessidade de novas formas de governança. (THIENGO, 2019, p. 78, 79).

A oferta de Ensino Superior por instituições privadas demonstrou a aposta do PROUNI pelo governo federal seguindo a lógica das PPPs, oferecendo financiamento público a alunos de baixa renda que estudam em instituições privadas. A OCDE entende que o financiamento privado de instituições de Ensino Superior não deve ser encarado como responsabilidade exclusiva do Estado; nessa perspectiva advoga a partilha de tais responsabilidades, levando em conta os retornos sociais e privados que a educação propicia; nesse contexto, os custos e as responsabilidades para o seu desenvolvimento podem ser partilhados.

Isto posto, o modelo vigente no Brasil teve como base as Universidades europeias principalmente até as décadas de 1960-1970. Porém, em função das adaptações aos interesses dos grupos hegemônicos locais, configurou-se num sistema fragmentado que não encontra similaridade mesmo nos países vizinhos. Nas décadas de 1980-1990, experimentou-se “um período de *laissez-faire*, com abertura de mercados e desregulamentação da educação universitária” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 238).

Com efeito, no Brasil os arranjos surgem a partir do antigo Modelo Europeu, que também serve de modelo na maioria dos países da América Latina, produzindo uma diversidade de titulações com baixo grau de interlocução entre os países latinos e praticamente nenhum com a matriz europeia e a norte-americana. Na lista abaixo, tem-se a noção do sistema vigente:

- a) Licenciatura: trata-se de um título de origem ibérica, sendo atualmente empregado no Brasil para designar o grau profissional do docente de ensino médio e fundamental; apesar de ser usado na América Latina (Argentina, Uruguai, Paraguai), não encontra correspondência no glossário acadêmico de países desenvolvidos.
- b) Bacharelado: originariamente *baccalaureat*, implicando o grau universitário de menor hierarquia no MNA e no atual MUE; no Brasil, no entanto, designa o título universitário específico de diversas carreiras profissionais, sendo emblemático o de Bacharel em Direito.
- c) Habilitação: introduzido no Brasil após a LDB de 1961 como grau credenciador do exercício profissional em carreiras que não dispunham de regulamentação corporativa; foi sobremaneira vulgarizado durante a expansão desenfreada do setor privado de educação superior nos anos 1990; recentemente o MEC tem desautorizado a abertura de programas dessa modalidade.
- d) Ênfase: acessória à habilitação, trata-se de denominação indicativa de especialização precoce por subárea profissional; equivaleria grosso modo ao *Minor* da Pré-Graduação no MNA.
- e) Diploma de tecnólogo: proposta apresentada durante o mandato do ministro Paulo Renato como alternativa para ampliação do chamado ensino pós-médio profissionalizante; não obteve a aceitação social esperada, apesar de profusamente adotado pelo setor privado de ensino.
- f) Denominações profissionais diretas: alguns diplomas universitários brasileiros (por exemplo, médico, dentista) referem-se diretamente à profissão, e não a graus ou títulos universitários; igualmente carecem de correspondência em modelos curriculares internacionais.

g) Mestrado acadêmico: grau universitário de pós-graduação, definido no Parecer Sucupira como simultaneamente habilitador e pré-requisito para a docência em nível universitário; como vimos, compõe a proverbial criatividade brasileira, configurando grave equívoco da Reforma de 1968, sem correspondência com o título de Master no MNA ou no MUE, nem com a *Maîtris* no velho sistema francês, nem com o *Magister* no velho regime germânico.

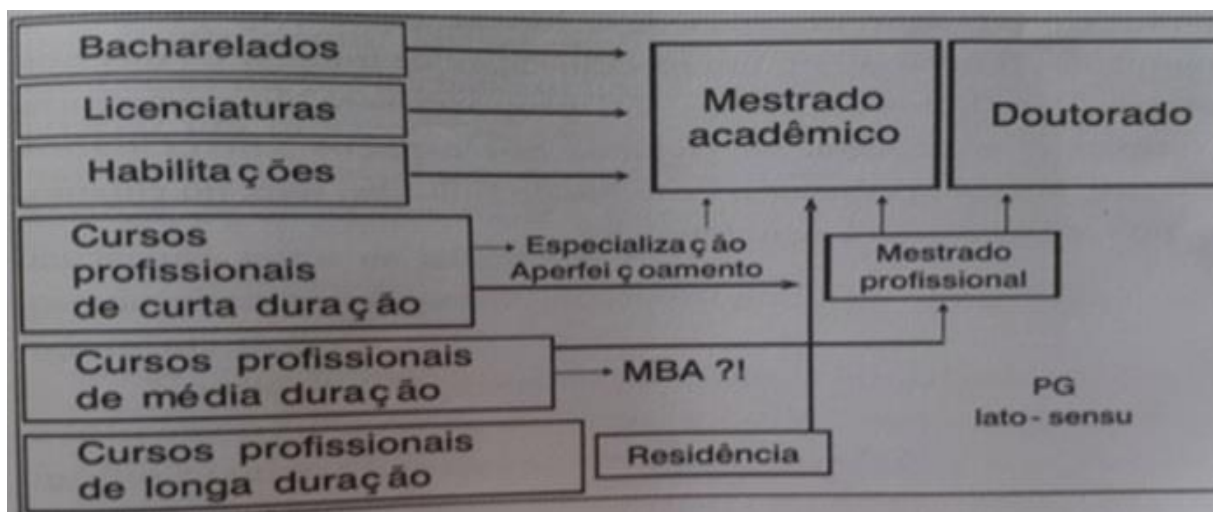
h) Especialização: outro fruto da criatividade nacional, também chamada de pós-graduação *lato senso*, compreende cursos de formação complementar ou especializada após a obtenção do diploma de graduação.

i) Mestrado profissional: modalidade introduzida em 1996, com o objetivo de superar a esdrúxula dicotomia *senso-lato* e *senso-estrito* da pós-graduação brasileira; novamente se trata de distorção do sentido internacional de uma titulação universitária, pois, tanto no MNA quanto no MUE, designa a formação de carreira profissional no nível de graduação.

j) Doutorado: afinal um grau universitário com alguma equivalência entre o sistema de títulos nacional e seus congêneres no mundo; não obstante tem sido definido como indicativo da formação do pesquisador (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 238, 238, 240).

Diante do exposto, há de se concordar com o autor quanto à dificuldade de articulação da arquitetura acadêmica vigente no Brasil (ver figura VIII); nesse contexto, é possível visualizar na estrutura curricular e no modelo a necessidade de superar as seguintes questões: 1) escolha precoce da profissão; 2) forma de ingresso inadequada; 3) sistema de tendência elitista; 4) graduações monodisciplinares com currículos descontextualizados. 5) distância abissal entre graduação e pós-graduação; 6) modelos de arquitetura acadêmica incompatível com outras realidades universitárias, principalmente de países centrais (ALMEIDA FILHO, 2007).

Figura 7 - Modelo do Ensino Superior Brasileiro Predominante



Fonte: Almeida Filho, 2007.

De fato, no Brasil, os jovens tomam a decisão de carreira profissional de nível universitário muito cedo, aos 16 ou 17 anos. O ingresso direto aos cursos profissionais por meio de um exame como o vestibular, desenhado para selecionar alunos portadores de conhecimento (ou memorizadores de informações), permite à universidade, de certa forma, se desresponsabilizar pela formação básica desses alunos. Esse é um modelo que foi usado na França, depois da reforma da educação de Napoleão III, em meados do século XIX, com a implantação de um fortíssimo núcleo

de educação preparatória chamado *Lycée*, equivalente ao Ensino Médio brasileiro. Nos diversos sistemas universitários europeus, os alunos também tinham uma formação prévia de base humanística muito elitizada. Por outro lado, apenas cinco profissões estavam formalizadas naquela época, com núcleos de conhecimentos e competências reduzidos em número e em grau de complexidade. Nessas condições, os jovens podiam entrar na universidade numa fase mais precoce de suas vidas. Hoje, isso já foi superado. A ciência, a tecnologia, a cultura, tudo enfim é muito mais complexo (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 240, 241).

Diante do exposto, fica claro que os modelos acadêmicos de Educação Superior que vigoraram principalmente até a década de 1990 não conseguiram extrair e conseqüentemente garantir a parte boa dos sistemas nos quais se basearam. Por exemplo, dos Liceus franceses não garantiram a formação geral do Liceu na graduação; e do modelo germânico, a tão cara formação humanística para aquele sistema. Tais escolhas nos colocaram num sistema isolado até dos países vizinhos principalmente na perspectiva cultural; e dos demais também na formação profissional, científica, visto que nossa ligação com o sistema de educação universitária do século XIX ainda é bem presente, o que nos coloca em franca desvantagem dos que estavam preparados (MNA) e dos que estão se preparando (MUE) para o século XXI.

2. 2. 1 A Universidade Nova: o caminho do meio entre MNA/EUA e MUE/EU

Antes de os EUA se tornarem uma potência hegemônica, a educação superior nos moldes ocidental aceitos e difundidos mundialmente na Era Moderna foi obra dos europeus, mas vale lembrar que essa caminhada é muito mais antiga perpassando pela academia de Platão até o Liceu de Aristóteles, com outra lógica é claro. Com efeito, não podemos deixar de mencionar que é também obra dos povos da Antiguidade a primeira Universidade de Classe Mundial por volta do ano 332/3 antes de Cristo. Herdeiras diretas dessas tradições, algumas universidades continuam em funcionamento e, portanto, são provas inequívocas de que a Europa foi o berço da Instituição Universitária que prevalece na atualidade. A Universidade de Bolonha foi a primeira e é considerada a *Alma Mater*¹⁰⁶, fundada em 1088, seguida pela Universidade de Paris, a qual serviu de modelo posteriormente; elas o foram e continuam sendo, pois permanecem com plenas atividades universitárias; são as instituições desbravadoras na formação dessa modalidade de ensino. As universidades na Europa eram consideradas pelos papas e príncipes importantes fontes de apoio político (BORTOLANZA, 2017).

¹⁰⁶ De acordo com o dicionário Michaelis *Alma Mater* significa: Mãe que nutre (expressão geralmente usada para designar a universidade).

Sendo também fruto dessa tradição europeia, a universidade brasileira, como já discutimos anteriormente, passou por vários momentos de mudanças, que objetivamente começam com a vinda da família real para o Brasil em 1808 quando foram criados os embriões do curso de Medicina a partir das cadeiras de Anatomia e Cirurgia nos estados da Bahia e Rio de Janeiro, ambas instaladas nos prédios dos antigos colégios jesuítas. Havia resistência na Corte para criar uma Universidade no País; provavelmente por questões de ordem política/poder em função do que ela pode vir a representar para as elites. (CUNHA, 2007).

O que pudemos analisar é que não existe consenso sobre qual foi a primeira Universidade brasileira, mas o que se tem certeza é que a maioria das tentativas relacionadas ao Ensino Superior esbarrava na vontade cada vez mais forte da União em ter o controle dessa etapa do processo de formação, portanto a criação da Universidade só ocorreu *quando e onde* a União quis (entendemos aqui a União como as elites detentoras de capital e influência política). Destarte, a preferência inicial pelo modelo francês se deu, muito provavelmente, pelas ideias iluministas e pelo positivismo, no entanto o modelo francês (que mudou muito pouco até o Processo de Bolonha) da época funcionava com unidades isoladas com as Escolas Superiores e Faculdades Livres¹⁰⁷, ideia que também vigorou até a Primeira República; e, nesse sentido, o ensino superior brasileiro também nasceu com unidades isoladas.

A partir da década de 1990, com a desregulamentação do Ensino Superior e consequente mercantilização da educação, a “universidade brasileira terminou dominada por um poderoso

¹⁰⁷A Proclamação da República criou uma ordem jurídica que, liberando antigos anseios federativos, propiciou iniciativas de criação de instituições de ensino superior em diversos estados. Em três deles surgiram universidades fora e à revelia do poder central, no Amazonas, em São Paulo e no Paraná, que tiveram vida curta, só vingando décadas mais tarde. A Universidade de Manaus foi criada em 1909, no auge da prosperidade resultante do Ciclo da Borracha. Essa prosperidade atraía para Manaus não só força de trabalho de outras regiões, como também pessoas que buscavam enriquecer-se pelo comércio, pela prática de profissões liberais e outras atividades. Um desses imigrantes foi o engenheiro Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, natural de Minas Gerais, tenente-coronel da Guarda Nacional. Em fins de 1908, Chaves era vice-presidente do Clube da Guarda-Nacional, em Manaus. Propôs ao Clube a criação de uma Escola Militar Prática que deveria oferecer um curso preparatório e um curso superior para a formação militar dos oficiais da Guarda Nacional e “outras milícias”, assim como para a formação de qualquer cidadão brasileiro. A proposta foi aceita com entusiasmo pela diretoria, que logo nomeou os dirigentes da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, como passou a ser conhecida. O entusiasmo em torno do empreendimento crescia a cada discurso, estendendo-se o objetivo principal para fora do âmbito militar: houve quem preconizasse a criação de um curso de Engenharia Politécnica como especialização posterior a um curso geral de Infantaria e Cavalaria, numa retomada caricata da Academia Militar do Rio de Janeiro. Os estatutos, finalmente aprovados em 2 de fevereiro de 1909, foram ainda mais longe: organizavam a Escola Universitária Livre de Manaus, mais tarde (1913) Universidade de Manaus. Previam-se os seguintes cursos: curso de Formação de Oficiais das três armas; cursos de Engenharia Civil, Agrimensura, Agronomia, Indústrias e outras especialidades; curso de Ciências Jurídicas e Sociais; cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia; curso de Ciências e Letras (secundário). (CUNHA, 2007, p. 177; 178). No Pará foram criadas a Faculdade Livre de Direito (1903); a Escola de Farmácia (1904) e a Faculdade de Odontologia (1914). (CUNHA, 2007).

viés profissionalizante, com uma concepção curricular simplista, fragmentadora e distanciada dos saberes e das práticas de transformação da sociedade” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 259).

É importante salientar que o processo pelo qual vem passando o Ensino Superior no Brasil está inserido na globalização, o que nos coloca numa encruzilhada, que implica ficar com o modelo confuso, ineficaz, mais complicado que explica o contexto atual, principalmente no tocante às licenciaturas disciplinares que se recusam a inovar, conforme nos fala Almeida Filho; talvez a melhor saída seja buscar um tipo de caminho do meio, conforme sugere o mesmo autor, haja vista que as transformações pelas quais passa o Ensino Superior no mundo também afetam as concepções sobre os modelos de universidade.

Desde as últimas décadas do século passado, encontra-se em processo a produção de um discurso específico para se referir às universidades que vêm se distanciando de determinadas características institucionais históricas que marcaram seu itinerário. Nesse contexto surgiu um novo vocabulário para se referir às universidades nas sociedades contemporâneas – tais como *knowledgesociety*; *knowledgeeconomy*; *entrepreneurialuniversity*; *crossborderhighereducation*; *branch campuses*; *ranking andleaguetables*; *world classuniversity* etc. –, que vem se difundindo globalmente. Essa nova linguagem encontra-se presente em diversos tipos de publicações, como livros e artigos produzidos por acadêmicos, relatórios e *working papers*, elaborados por organismos internacionais por meio de seus consultores, cujos conteúdos são abordados em seminários e/ou fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais” (MARTINS, 2021, p. 05).

Está claro que a arquitetura vigente precisa ser revista; é preciso também que se faça um debate real sobre o que temos de Ensino Superior, seja localmente, seja nacionalmente; é certo que as grandes universidades estão conectadas com tais mudanças, mas a maioria das médias e pequenas enfrentam resistência (e ainda não se encontraram nem sobre o modelo que seguem ou se são universidades realmente), principalmente do corpo docente a certas mudanças, o que em grande medida parece ser mais por convicções pessoais do que propriamente por discordância da arquitetura ou do Modelo a ser seguido e/ou construído. No limite, a maioria prefere ficar na segurança dos velhos modelos que pouco ou nada têm de novo.

De acordo Demerval Saviani (2021), grande estudioso do sistema educacional brasileiro, até hoje não se conseguiu escapar do “círculo vicioso” de creditar à educação a solução dos problemas nacionais, como também da dificuldade em separar o público e o privado, o que não permite que as mudanças propostas avancem, pois o conflito é permanente, e todos querem os favores do Estado, mas muitos defendem o Estado mínimo, e essa contradição dificulta a consolidação do “Sistema Educacional”. Nesse sentido, desde o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, as mazelas da educação brasileira foram todas postas em relevo, denunciadas e anatematizadas. No entanto é chocante constatar que as mesmas críticas formuladas pelos pioneiros são quase todas cabíveis ainda hoje.

As mudanças relacionadas às políticas para o Ensino Superior de FHC para Lula tiveram caminhos opostos. Ao assumir em 2003, o governo Lula orientou a política educacional no sentido de fortalecer o ensino público, sobretudo nas universidades federais; a partir de 2004 foram postas em prática determinadas ações visando reverter a condição de sucateamento em que se encontravam as IES Públicas federais, com recuperação orçamentária, implantação de novas unidades, contratação de pessoal mediante concurso público. Mirando a democratização e a interiorização do Ensino Superior, em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI); em 2007, veio o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visa aumentar a qualidade dos seus cursos, melhorar o aproveitamento das estruturas físicas e rever sua arquitetura acadêmica. (MARTINS, 2009).

Com efeito, sinalizando mais uma tentativa de reforma e atualização do sistema educacional brasileiro, movimentos dentro e fora da universidade iniciados em 2004 trouxeram à tona no cenário nacional essas e outras questões.

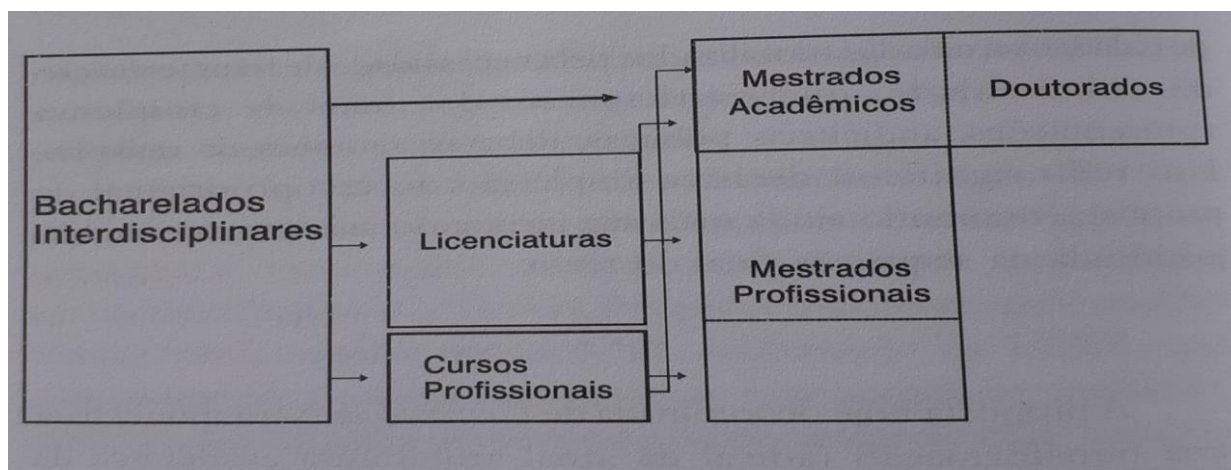
No plano nacional, registro o processo de debates entre os dirigentes da rede federal de educação superior, que culminou com comum documento intitulado Proposta da ANDIFES para a reestruturação da educação superior no Brasil (ANDIFES, 2004). Além de apresentar proposições sobre autonomia, financiamento e política de recursos humanos para o sistema federal de ensino superior, esse documento explicitava, dentre suas estratégias:

- 1 Promover as alterações que se fizerem necessárias no ensino de Graduação e Pós-Graduação, de modo a garantir aos estudantes a condição de formação cidadã, com ênfase nos valores éticos e cívicos que devem orientar a vida numa sociedade justa e democrática.
- 2 Revisar os currículos e projetos acadêmicos para flexibilizar e racionalizar a formação profissional, bem como proporcionar aos estudantes experiências multi e interdisciplinares, formação humanista e alta capacidade crítica (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 260).

Já na esteira das mudanças globais no contexto do Processo de Bolonha/MUE, surgem no âmbito de algumas universidades brasileiras propostas que se alinhavam com as recomendações da UNESCO e OCDE, como o Bacharelado em Humanidades da USP, encabeçado pelo professor Renato Janine Ribeiro; a arquitetura experimental da Universidade do ABC; e o Projeto UFBA Nova, marcam uma ruptura com as diretrizes do BM/EUA e consequentemente com o MNA.

Enfim, o projeto UFBA Nova começou a tomar forma e deixou de ser uma boa intenção num documento retórico de política institucional. Em setembro de 2006, foi apresentado formalmente ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e ao Conselho Universitário, órgãos máximos de deliberação da UFBA, que determinaram à nossa equipe levar a proposta às unidades, incluindo-a como parte do processo de discussão do PDI. Antes de descrevê-lo com algum grau de detalhamento, preciso ainda contar como o projeto UFBA Nova tornou-se Universidade Nova (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 264).

Figura 8 - Modelo Universidade Nova



Fonte: Almeida Filho, 2007.

A proposta da Universidade Nova constitui uma mudança radical no atual Modelo Brasileiro (MBR), conforme foi demonstrado na Figura acima. Nesse modelo serão trabalhados três ciclos que também implicam o processo de seleção: 1): Bacharelados Interdisciplinares (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes; 2): Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas; 3): Formação acadêmica, científica ou artística, de pós-graduação. A ideia básica é oferecer um modelo compatível com o MMA e o MUE, com duração de dois a três anos, abrangendo as grandes áreas do conhecimento, a partir de uma estrutura curricular com três modalidades: Curso-Tronco (CT); Formação Geral (FG); Formação Específica (FE) (ALMEIDA FILHO, 2007).

Sabemos que a maioria dos graduados em cursos superiores não exerce a profissão em que se formaram. Essa é uma questão complexa, pois é o tipo de situação com a qual não adianta ficar achando culpados, mas sim é necessário utilizar os métodos disponíveis para conhecer *o que precisa e onde precisa ser feito e como se deve fazer* para chegar à solução da questão. Por outro lado, entendemos que a resistência ao novo Modelo de Ensino Superior proposto no governo Lula, na gestão do ministro Fernando Haddad, não seria um problema se essa resistência fosse pela manutenção de uma identidade local com compromisso para além do pessoal e se essa reação ou defesa do conteúdo local ou de valores universais não estivessem revestidas de medo ou acomodação ao novo.

É sempre bom lembrar que a mudança faz parte do processo de desenvolvimento e especialização da sociedade; nesse contexto, é inevitável, pois faz parte da dinâmica das relações sociopolíticas; por outro lado, construir alternativas responsáveis socialmente é trabalhoso, e às vezes seguir receitas prontas ou resistir à mudança para ficar no conforto do universo conhecido é em certa medida tentador (é claro que, para os pesquisadores da área de

Educação que trabalham nos programas de Mestrado e Doutorado, a percepção de tais mudanças é bem mais profunda).

Com efeito, a maioria dos formados em cursos superiores sai da graduação sem a garantia de trabalho, mas com suas capacidades cognitivas mais preparadas para exercer outras atividades, inclusive com melhor remuneração. É inegável que com a graduação aprimoram suas expressões e o raciocínio. “Mas penso que, nesse aspecto, pode-se obter resultado ainda melhor com três anos de Bacharelado Interdisciplinar (BI)”. (RIBEIRO, 2018, p. 232).

A literatura sobre ensino superior aponta que a presença de novos modelos organizacionais e ofertas de cursos se justificam como respostas a essas pressões. Imaginar, por exemplo, que todos aqueles que vislumbram prosseguir nos estudos para além do ensino básico desejam ingressar em uma universidade clássica humboltiana, que preconiza carreiras bacharelescas assentadas na pesquisa, ensino e extensão, não corresponde à diversidade social que nos cerca (SANTOS; LIMA; CARVALHARES, 2020, p. 27).

A necessidade de mudança é inerente à sociedade contemporânea, portanto admitir novos modelos organizacionais é até certo ponto saudável, e é esse entendimento que os documentos e as ações do governo no âmbito do REUNI apontavam. No entanto não podemos negar que a comoditização do Ensino Superior é de fato um problema, porém, conforme Apple (2017), a “walmartização¹⁰⁸” é ainda pior, pois se tornou um leviatã econômico de proporções mundiais, “Combinando uma ética de ‘serviço’ com concepções bíblicas e transformando o currículo dessas instituições educacionais para que negócios e finanças se tornassem matérias dominantes” [...]. Parece-nos que é esse conceito de comoditização e de walmartização que está por trás das Universidades de Classe Mundial (UCM) (APPLE, 2017, p. 18).

¹⁰⁸A “walmartização” é um termo alusivo às conhecidas práticas de relações do trabalho do gigante varejista Wal-Mart; expressa uma tendência que vem se estendendo para outras áreas, inclusive a educação, que visa à elevação da produtividade, do lucro. Nos EUA, em função da histórica ausência do Estado, essas relações de poder entre capital e trabalho sob a égide do neoliberalismo se tornaram brutas. Corrobora isso o enfraquecimento dos sindicatos e a flexibilização ou a extinção de leis trabalhistas sob o argumento que será melhor para todos. Faculdades e universidades conservadoras tiveram ativamente como estratégia ganhar dinheiro e prestígio por meio dessas conexões. De muitas maneiras, o apoio do Wal-Mart e sua visão ideológica se tornaram o salvador de várias dessas instituições. Tanto a corporação quanto as faculdades – organizações e instituições religiosas – tiveram papéis ativos. Não se tratava de um simples ato de imposição.

Mas a relação entre negócios e serviço não acabou no nível do ensino superior. Ela também combinou um ativismo crescente nas instituições de ensino superior com o trabalho em outros níveis. Essa combinação levou à formação de organizações como “Students in Free Enterprise” (Sife), um forte grupo pró-*business* com base na faculdade, cujo poder cresceu. Eventos organizados, como competições de times, atividades com a comunidade e coisas similares, deram aos membros da Sife um senso de pertencimento a algum lugar e de fazer um bom trabalho que tanto iria ajudá-los em suas carreiras quanto traria “verdades econômicas para o público”. (APPLE, 2017, p. 218).

2.2.2 O Novo Modelo Brasileiro: o Processo de Bolonha, OCDE e UNESCO como inspiração

A universidade escolástica chegou ao limite (de certa forma ainda existe em essência nos modelos posteriores) e precisou ser reformada, pois a Europa no Pós-Renascimento precisava enfrentar novas questões, uma vez que a universidade medieval teve que dar lugar ao novo “paradigma universitário, a universidade da arte-cultura. Isso aconteceu assim que a universidade medieval se revelou incapaz de absorver e de processar a enorme diversidade artística e cultural da África e da Ásia trazida para a Europa depois das Grandes Descobertas”. (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 187).

Um novo paradigma acadêmico foi gerado para dotar a nova elite burguesa das habilidades literárias e artísticas características do Iluminismo. Dessa universidade enciclopédica não se cobrava responsabilidade pela produção científica nem tampouco pela organização e sistematização do conhecimento humanístico, artístico ou tecnológico. História natural, filosofia, literatura, matemática, direito e as artes de governo formavam o currículo central dessas instituições. (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 187).

Esse novo paradigma emerge impulsionado pela Revolução Francesa, num primeiro momento, encerrando na perspectiva política a fase medieval; e pela Revolução Industrial, que “exigiu um novo paradigma acadêmico que podemos chamar de universidade científico-tecnológica. De fato, a universidade de arte-cultura não era capaz de prover o substrato tecnológico, bem como as bases intelectuais” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 188).

Emergindo no início do século XIX, a universidade científico-tecnológica foi criada na Europa Ocidental e nos E.U.A. com o mandato específico de produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico necessários para o modo de produção capitalista. Em ambos os contextos, esse modelo de universidade foi mais tarde fortemente apoiado e controlado por programas estratégicos governamentais, por meio de agências financiadoras estabelecidas durante a Segunda Guerra Mundial. (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 188).

Na atualidade, o paradigma científico-tecnológico é hegemônico e perpassa todos os sistemas de Ensino Superior dos países ditos de Primeiro Mundo; por outro lado, persiste em certa medida um espírito de universidades escolásticas em muitos países conhecidos como em desenvolvimento. “Com isso, não quer dizer que as europeias e as norte-americanas não são de modo algum humanísticas ou profissionais ou que instituições acadêmicas em países pobres são totalmente doutrinárias e pré-tecnológicas”. (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 189).

Nem defendo que a universidade científico-tecnológica poderia ser por definição pública e que a universidade corporativa deveria ser proibida por ser lucrativa e eficiente pelo menos em seus próprios termos. Como veremos no caso brasileiro analisado em seguida, tais estereótipos devem ser desafiados e criticados.

Realmente, em toda parte, a universidade tornou-se uma instituição social de altíssimo grau de complexidade, um tipo sofisticado e diversificado de organização social que exhibe raízes, traços e funções de cada um dos modelos acima expostos. (ALMEIDAFILHO, 2007, p. 189).

Conforme Buarque (2003), ao longo de pelo menos mil anos, poucas mudanças estruturais ocorreram na parte Superior do Ensino que chamamos de Universidade, “No entanto a realidade da situação social do mundo, bem como os avanços dinâmicos em termos de informação, conhecimento e novas técnicas de comunicação e educação evidenciam a necessidade de uma revolução no conceito de universidade” BUARQUE, 2003, p. 03).

Entendemos que, no contexto da Universidade, a “responsabilidade” ou a função social dela causam certa dúvida, pois não se tem certeza de qual conceito se pode ou deve seguir. Com efeito, é bem possível que as três hipóteses levantadas por Derrida (1999) ainda estejam vivas na Universidade: na primeira hipótese é um tanto difícil responsabilizar ou cobrar responsabilidade de quem está como que descolada da sociedade olhando-a de cima ou de fora, seja de forma individual, seja corporativa; na segunda hipótese, é visível de várias formas e modos até hoje a vinculação com o passado, o que em alguns casos dificulta a tomada de posição frente a uma realidade objetiva atual que cobra uma ação imediata; e, nesse contexto, as transformações ocorridas no intervalo entre o ontem e o hoje ficam para depois; e, por último, na terceira hipótese, estabelecida da autonomia, o respeito às diferenças não deve ser confundido com não se envolver e/ou não aceitar o novo em nome da secularidade.

Pensando em termos históricos, o Processo de Bologna pode ser entendido como um passo a mais na integração europeia, iniciada após a Segunda Guerra Mundial. Fixando-se simbolicamente a gênese da União Europeia com a instalação da Comunidade Econômica para o Carvão e o Aço (1952), como a pedra de lançamento da integração do continente, a formação desse espaço universitário pode ser entendida como o ponto culminante do processo nos aspectos cultural, educacional e científico de atitudes há tempos implementadas no campo econômico e no político.

Para fazer frente a esse elemento de desintegração identificado pelas autoridades da União Europeia, Thoben (2002) fala da necessidade de uma “europeização” do sistema universitário do continente. Segundo a autora, alguns elementos estariam envolvidos no processo de europeização, tais como a formação de um espaço acadêmico-universitário unificado, fazendo frente aos desafios da internacionalização do ensino superior em curso; a confrontação de movimentos regionalistas ou isolados no continente; a utilização de “heranças comuns” da região para a fundação de uma nova unidade cultural europeia; e, por fim, mas não menos importante, o aspecto econômico-competitivo. (LIMA; CONTEL, 2011, p. 292).

Com efeito, é correto que as reformas educacionais atendam às necessidades particulares de cada Estado, mas devem estar conectadas também aos desafios futuros no contexto da globalização. Isto posto, é um tanto difícil ignorar as recomendações dos organismos multilaterais como BM, FMI, OCDE e UNESCO, haja vista que não vivemos isolados do mundo; e, se quisermos fazer parte da comunidade internacional, temos que

encontrar um ponto de equilíbrio como disse Almeida Filho: “nem Havard nem Bolonha”. No quadro abaixo é possível visualizar os arranjos baseados no ideário da UNESCO e OCDE, uma aposta dos governos PT (2003/2016), o que entendemos ser uma abordagem de resistência à hegemonia do BM e ao Modelo Americano de Ensino Superior.

Quadro 6 - IES criadas no Governo Lula

NOME DA IES	CATEGORIAS EM QUE SE INSEREM	N.º CAMPI INICIAL	N.º CAMPI 2021	GOVERNO/ POLÍTICA
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Criada pela Lei 12.189, de 12 de janeiro de 2010.	1	1	PT/REUNI – Internacionalização – Integração: Brasil/Mercosul/América latina. (Alinhada ao ideário da UNESCO/OCDE/MUE)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Criada pela Lei n.º 12.289, de 12 de julho de 2010.	3	3	PT/REUNI – Internacionalização – Integração. (Alinhada ao ideário da UNESCO/OCDE/MUE)
Fundação Universidade do ABC (UFABC)	Criada pelo MEC via Projeto de Lei 3962/2004, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República no DOU de 27 de julho de 2005.	2	2	PT/REUNI – (Alinhada ao ideário da UNESCO/OCDE/MUE)
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Criada Lei n.º 12.029, de 15 de setembro de 2009.	5	6	PT/REUNI – (Alinhada ao ideário da UNESCO/OCDE/MUE)
Fundação Universidade Federal do Pampa (UNI-PAMPA)	Criada pela Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008.	9	9	PT/REUNI – (Alinhada ao ideário da UNESCO/OCDE/MUE)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Nos governos de Lula/Dilma foi trabalhado um conjunto de Políticas no sentido de apoiar a Interiorização do Ensino Superior, tais como a) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); b) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação; c) o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO¹⁰⁹).

¹⁰⁹ O PROMESO foi um Programa que fazia parte de um dos braços operacionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional formulada pelo Ministério da Integração Nacional e buscava a redução das inaceitáveis desigualdades sociais e regionais a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e

Mas tal quadro de interiorização contou também com a intensificação de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional, como o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) no recorte das mesorregiões diferenciadas iniciadas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido na Macrorregião Nordeste do Brasil, sob o comando do Ministério da Integração Nacional (MIN), das quais muitas universidades tem seu batismo. ((TISCHER; ROCHA, 2019, p. 03).

A estratégia no âmbito do REUNI foi a de que tanto os novos quanto os antigos *campi* desmembrados ou transformados fossem cada vez mais para o interior do País; muito dessa estratégia se deve à participação intensa dos movimentos sociais de base rural (CONTAG, FETAGs, MST etc.), os quais na época dos governos da Frente Brasil Popular, encabeçada pelo PT, se fizeram presentes e atuantes dentro e fora do governo, o que facilitou não só a interiorização do Ensino Superior, mas também a criação de cursos (Educação do Campo, Agroecologia) voltados às demandas dos trabalhadores rurais e das regiões fora dos grandes centros. No quadro abaixo, temos a relação das IES desmembradas e transformadas nos governos PT/ Lula.

Quadro 7 - IES desmembradas ou transformadas no Governo – PT/Lula

NOME DA IES	CATEGORIAS EM QUE SE INSEREM	CAMPI INICIAIS	CAMPI 2021	GOVERNO/ POLÍTICA
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Lei n.º 11. 152, de 29 de julho de 2005, que transformou a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Universidade.	1	2	PT/REUNI – Transformação de IES Pública Federal em Universidade. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Criada pela Lei n.º 11.153, de julho de 2005, a partir do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, <i>campi</i> da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.	1	1	PT/REUNI – Desmembramento de IES Pública. (Alinhada ao ideário da UNESCO/OCDE)

intangíveis de mesorregiões diferenciadas. Tem como objetivos: - induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas especiais, preferencialmente em sub-regiões; - promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada; - buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas. Disponível:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/revista_espaco_regional_01.pdf. Acesso: 02/09/2021.

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005.	4	6	PT/REUNI – (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)	Criada pela <u>Lei n.º 11.154, de 29 de julho de 2005</u> , transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.	1	3	PT/REUNI – Transformação de IES Pública Federal em Universidade. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)	Lei n.º 11.155, de 29 de julho de 2005, que transformou a Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA-RN.	1	4	PT/REUNI – Transformação de IES Pública Municipal em Universidade. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Lei n.º 11.173, publicada em 8 de setembro de 2005, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em UFVJM.	1	4	PT/REUNI – Transformação de IES Pública Federal em Universidade. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Lei n.º 11.184, de 7 de outubro de 2005, transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.	11	13	PT/REUNI – Transformação de IES Pública Federal em Universidade. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Lei n.º 11.641, de 11 de janeiro de 2008, que transformou a Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre – FFFCMPA em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA.	1	1	PT/REUNI – Transformação de IES Pública Federal em Universidade. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Lei n.º 12.085, de 5 de novembro de 2009, que criou a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.	3	8	PT/REUNI – Desmembramento de IES Pública. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Como se pode observar no quadro acima, no governo Lula se deu o maior processo de interiorização do Ensino Superior público; e, no caso específico dos desmembramentos e de transformação, significou a dificuldade de operar o processo de interiorização a partir das Universidades, sejam as dificuldades logísticas, sejam as de alocação de pessoal. Já que seriam unidades novas, o governo teria mais possibilidades de manejar os recursos e o pessoal necessário para atender ao processo, à expansão e à interiorização. Com efeito, entendemos que

só é possível uma compreensão adequada do fenômeno da interiorização e da consequente desconcentração do Ensino Superior Público dos grandes centros, no âmbito dos dezesseis anos de governos do Partido dos Trabalhadores, se forem levadas em consideração as seguintes questões:

- a) universidades federais criadas por meio de transformação e/ou desmembramento;
- b) universidades federais “novas”; c) universidades federais criadas com coincidência de atuação de Políticas de Desenvolvimento Regional (Promeso, PDFF e Conviver);
- c) Universidades federais para Integração Internacional; d) Universidades federais *multicampi* e interestaduais; e) o modelo norte-americano de universidades federais funcionalistas. (TISCHER; ROCHA, 2019, p. 03)

Das questões levantadas, o item “e) o modelo norte-americano de universidades federais funcionalistas” cabe bem como modelo adotado pelo Governo FHC, que seguiu durante seus dois mandatos as diretrizes do Banco Mundial e do MNA de Ensino Superior; o mesmo pode ser aplicado às IES desmembradas e transformadas de ambos os governos, muito em função da cultura que reinou nas universidades advindas da reforma de 1968, que institucionalizou o ideário norte-americano; este revitalizado e reforçado no governo Sarney e aprofundado no governo FHC. Nesse contexto, não se pode garantir que, embora as IES desmembradas e transformadas nos governos PT aceitassem outra abordagem que não a funcionalista, da qual falam os autores, essa análise ao nosso ver não vale para as IES criadas do zero pelos governos petistas, pois essas nascem como posição contra-hegemônica e se alinham aos ideários da UNESCO e da OCDE, os quais vêm se configurando como alternativas ao imperialismo norte-americano.

Destarte, IES nascidas no âmbito do REUNI tinham a intenção de se contraporem aos ditames do BM, e as do período PT/Dilma tinham ainda mais forte essa missão, muito em função das históricas ingerências dos norte-americanos nos assuntos internos. Os problemas do governo Dilma com os EUA pioraram ainda mais com a espionagem dos serviços de inteligência feitas contra a presidente Dilma; sem contar o apoio direto do Departamento de Estado dos EUA, além da operação Lava Jato, o que configurou uma afronta à soberania nacional e um desrespeito ao governo em questão. No quadro abaixo se podem visualizar as IES implementadas no governo Dilma.

Quadro 8 - IES Criadas e/ou desmembradas no Governo PT/Dilma

NOME DA IES	CATEGORIAS EM QUE SE INSEREM	N.º CAMPI INICIAL	N.º CAMPI 2021	GOVERNO/ POLÍTICA
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSBA)	Criada pela Lei n.º 12.818, de 5 de junho de 2013	3	3	PT/REUNI – (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	Lei n.º 12.825, de 5 de junho de 2013, que criou a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA.	5	5	PT/REUNI – Desmembramento de IES Pública. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Lei n.º 12.826, de 5 de junho de 2013, que criou a Universidade Federal do Cariri – UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará – UFC.	5	5	PT/REUNI – Desmembramento de IES Pública. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Lei n.º 12.824, de 5 de julho de 2013, que criou a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA.	5	5	PT/REUNI – Desmembramento de IES Pública. (Alinhada ao ideário da OCDE / Processo de Bolonha)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A criação, o desmembramento e/ou a transformação de IES dentro do processo de Interiorização não podem ser vistos de forma separada das estratégias de desenvolvimento regional, justamente em função da dificuldade de se fixar mão de obra especializada em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Com efeito, o investimento na construção e na manutenção de IES Públicas em cidades de médio e pequeno porte se configura em estratégia de grande responsabilidade social e visão estratégica de futuro, pois se está garantindo melhor qualidade da mão de obra que vai manejar não só o setor de serviços privados, mas também garantindo que os futuros governantes possam contar com pessoal de origem local mais bem qualificado para as funções públicas.

Devemos em nome da emancipação da qual nos fala Adorno (2006) nos perguntarmos (como também questionar os que estão em condição e em posição de decisão e de poder político) sobre a responsabilidade da Educação (que leva a um tipo de instituição meramente reprodutora do raso para a maioria, o que não é razoável) na perpetuação das desigualdades sociais, pois, no caso das Políticas de Interiorização, se não for garantida a sua continuidade, bem como a sua ampliação (também na esfera de estados e municípios), corre-se o risco de em pouco tempo se retornar ao ponto onde o acesso ao Ensino Superior fora dos grandes centros e das capitais

não era acessível para as minorias (trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.) ou mesmo para moradores de núcleos urbanos das periferias das grandes cidades.

Se as críticas às Políticas de Educação Superior desconsiderarem as desigualdades sociais, econômicas e políticas que estão refletidas no sistema público de ensino, “somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual todo o sistema escolar obedece é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios” (BOURDIEU, 2015, p. 59),

Para o ex-ministro da Educação do primeiro governo Lula, Cristóvão Buarque (2002),

De todas as realizações brasileiras da última metade do século XX, talvez a maior seja a fundação de sua universidade, em especial da universidade pública federal. Essa inovação foi, no mínimo, tão importante quanto a industrialização, o sistema de telecomunicações, a rede de transportes e a infraestrutura energética. A universidade é um símbolo da nação brasileira e da força do povo brasileiro (BUARQUE, 2002, p. 05).

Seguindo a lógica levantada por Bourdieu e a assertividade do argumento de Buarque, a partir do Projeto de Lei n. 7.200¹¹⁰, de 2006, de autoria do Poder Executivo, inicia-se uma nova trilha das reformulações e da inserção de novas concepções de Políticas Públicas no rumo da batizada “Universidade Nova”; e é nesse contexto que em 2007 o Governo Federal cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído a partir do Decreto Presidencial n. 6.096/2007, com objetivo primário de proporcionar as condições objetivas de ampliação do acesso e da permanência de pessoas de baixa renda no Ensino Superior, no nível de graduação presencial, pretendendo também um aproveitamento mais adequado tanto dos recursos humanos quanto da estrutura física já existente nas IES Públicas, as quais apresentavam números significativos de vagas ociosas. Como também abria a possibilidade de criação de novos *campi* efetivando assim a presença das *IES Públicas no Interior do Brasil* (BRASIL 2007).

O marco conceitual do Reuni está inserido no contexto dos novos modelos de ensino de graduação geral e em regime de ciclos. Esse movimento fazia parte de uma iniciativa dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para tornar compatíveis entre si os modelos curriculares, assim como os bacharelados interdisciplinares (BI) e similares (ALMEIDA FILHO; COUTINHO 2011).

Em 2003, a USP foi pioneira com os bacharelados em ciências moleculares (inegável

¹¹⁰ Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.

sucesso, inexplicavelmente descontinuado) e em humanidades (excelente projeto, não implantado). Em 2005, a nova Universidade Federal do ABC (UFABC¹¹¹) inaugurou inicialmente o BI em C&T, com um primeiro ciclo de três anos e onze opções de segundo ciclo; em 2007, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) havia aprovado a oferta de BIs em quatro grandes áreas do conhecimento (artes, humanidades, C&T, saúde). Outras instituições federais estão seguindo essa tendência inovadora: UFRN, Ufersa, UFCG, UFRB, UFJF, Unifal, UFVJM, UFSJ, UFSC, Ufac, Ufopa e Unipampa (ALMEIDA FILHO; COUTINHO p. 04).

Com efeito, o marco conceitual alicerçava-se em três eixos principais: 1 - nas epistemologias não cartesianas valorizando a inter e a transdisciplinaridade permitindo a interação dos saberes como artes eminentemente humanas, transpondo essa perspectiva para a formação; 2 - a etnodiversidade como elemento central das teorias críticas como mediadora dos processos de educação; 3 - o cumprimento da missão (trans)formadora da Universidade partiria de uma pedagogia emancipadora e comprometida com a formação de sujeitos autônomos e inventivos. Portanto a etnodiversidade, a interdisciplinaridade e a autonomia são as categorias-referências na mediação e na solução dos problemas complexos da atualidade (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2011).

A proposta atualmente denominada de Universidade Nova implica uma transformação radical da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, visando a superar os desafios e corrigir [uma série de] defeitos. Pretende-se, desse modo, construir um modelo compatível tanto com o Modelo Norte-Americano (de origem flexneriana) quanto com o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha) sem, no entanto, significar submissão a qualquer um desses regimes de educação universitária. A principal alteração proposta na estrutura curricular da universidade é a implantação de um regime de três ciclos de educação superior (LIMA; AZEVEDO; CATANI 2008, p. 22).

¹¹¹ A Universidade Federal do ABC permanece entre as melhores do mundo com menos de 50 anos de existência; é o que aponta a mais recente edição do conceituado *ranking* Times Higher Education Young University, publicado nesta quarta-feira, 23 de junho, com 475 instituições ranqueadas – 61 a mais que em 2020.

Em relação ao ano passado, entre as brasileiras, a Universidade permanece em primeiro lugar em percepção internacional e subiu posições na classificação geral, ocupando o 2.º lugar entre as 12 universidades do Brasil participantes. Entre as federais analisadas, a UFABC aparece como a mais bem posicionada. O indicador de maior destaque da UFABC foi em percepção internacional, composto pela proporção de estudantes, docentes e colaborações internacionais. No quadro geral, a UFABC está classificada na faixa das 300-350 mais bem avaliadas do mundo. De acordo com o coordenador da Assessoria de Relações Internacionais da Universidade, Dalmo Mandelli, “o resultado é extremamente positivo, pois reflete o trabalho de excelência que desenvolvemos na instituição e é motivo de muito orgulho para a UFABC, que, neste 2021, completa seus 15 anos de atividades”. A metodologia do *ranking* utiliza os mesmos 13 indicadores de performance utilizados no The World University Ranking. No entanto as ponderações são calibradas no Young University Ranking com o objetivo de refletir as missões das universidades jovens, dando menos ênfase às pesquisas de reputação e mais ênfase a fatores como produtividade em pesquisa, proporção de alunos por funcionários, renda institucional e ensino em nível de doutorado.

Os indicadores medem o desempenho das Instituições nas áreas do ensino, pesquisa, citações, receita de indústrias e percepção internacional, por meio de informações submetidas pelas próprias universidades e também extraídas de fontes externas, como do banco de dados Scopus, da Elsevier, referentes ao ano de 2019. Disponível: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/ufabc-esta-entre-as-melhores-do-brasil-em-ranking-internacional-que-avalia-universidades-mais-jovens-do-mundo>. Acesso: 01/09/2021.

Como se pode observar, as Políticas Públicas de Educação Superior sob os governos petistas buscam um caminho do meio entre os modelos que se entendem hegemônicos. Ao optarem por esse arranjo, as políticas adquirem densidade popular quando assumem a tarefa de ao menos tentarem descolonizar corações e mentes nas entranhas do País, “onde ninguém quer ir”, onde não há Estado (ou, como em épocas passadas, a única presença do Estado era o posto de polícia); e, ao inserirem a Interdisciplinaridade como mediadora, permitem uma nova reflexão/ação das práticas educativas, como também das sociais.

Sobre o modelo que norteou as Políticas para o Ensino Superior no governo petista na época das reformas do Ensino Superior e conseqüentemente na concepção do REUNI, podemos destacar o Modelo Europeu no âmbito do que ficou conhecido como *Processo de Bolonha*, conforme aparece no Projeto da UFBA citado anteriormente.

Em 1998, em Paris, os ministros da educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido assinaram uma declaração conjunta em que perspectivam já a construção de um “espaço europeu de educação superior” (DECLARAÇÃO DA SORBONNE, 1998). No ano seguinte, os ministros de vinte e nove estados europeus, incluindo Portugal, subscreveram a chamada Declaração de Bolonha (1999), onde assumem como objetivos o estabelecimento, até 2010, de um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros (LIMA; AZEVEDO; CATANI 2008, p. 10).

Entendemos que a consolidação da universidade como mecanismo de transformação/ação se dará à medida que ela for capaz de contribuir na tomada de consciência das desigualdades sociais e a partir de uma práxis objetivamente transformadora e principalmente estiver onde ninguém quer ir, ou seja, nas periferias dos grandes centros urbanos, no interior do País e nas comunidades indígenas. Essa ideia permeou todas as novas Universidades como também os Cursos Interdisciplinares regulares nas Universidades Federais criadas na Era PT, como também nos cursos destinados aos indígenas e aos camponeses.

Na esteira das Políticas Públicas para o Ensino Superior, inspiradas em um novo modelo de Ensino Superior, vale a pena destacar o PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. Por iniciativa do MEC via Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, com apoio da SESU – Secretaria de Educação Superior e Recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, tal política veio em resposta à reivindicação dos movimentos sociais, que no período em questão possuíam boa interlocução com o governo; e, em resposta, formulou-se essa Política Pública de valorização da diversidade e da promoção da equidade na educação (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, o MEC lança o edital de convocação n.º 09, de 29 de abril:

“O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, convoca as Instituições Públicas de Educação Superior – IES públicas – para apresentarem projetos de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores da educação básica nas escolas situadas nas áreas rurais, considerando as diretrizes político-pedagógicas publicadas neste Edital, formuladas em consonância à Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3/4/2002, e em observância à Resolução/CD/FNDE n.º 6, de 17 de março de 2009, no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo” (BRASIL, 2009).

No âmbito do Procampo, as IFES deveriam apresentar projetos de cursos de licenciatura específicos para atender à demanda do campo (refere-se a áreas rurais com presença de assentados da reforma agrária, colonos, entre outros agricultores familiares), e os projetos deveriam estar de acordo com os pilares da Universidade – Ensino, Pesquisa e Extensão. Como forma de valorizar os sujeitos do campo, nada melhor que um projeto de formação de professores de Educação do Campo.

Os projetos deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo.

As ações decorrentes dos projetos selecionados, no tocante à oferta de cursos nas instituições públicas, deverão observar o princípio constitucional de gratuidade e de igualdade de condições para o acesso ao ensino (BRASIL, 2009).

O edital apresentava critérios e procedimentos para que as IFES recebessem os recursos (de pessoal e financeiro) necessários para estruturarem os cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo e para formarem professores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas localizadas rurais e indígenas.

Art. 1.º Autorizar a assistência financeira para instituições públicas de ensino superior com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de projetos educacionais para promover a ampliação do acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos étnicos diversificados, particularmente, profissionais da educação sem formação específica de nível superior.

§1.º Os projetos educacionais a que se refere o *caput* deste artigo são aqueles, particularmente, voltados à oferta de cursos de formação inicial ou continuada de professores indígenas, professores de educação do campo e professores afrodescendentes ou que atuem na educação para as relações étnico-raciais, no âmbito da educação básica (BRASIL, 2009).

No entanto essa não foi a primeira ação do governo para atender às populações do interior do Brasil; no segundo ano do primeiro mandato de Lula, em 2004, de acordo com o Manual de Operações (2004), inseriu a Educação Superior no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) estabelecendo novas diretrizes e orientações sobre a função das universidades na oferta de cursos com base em demandas para o programa.

Com efeito, no intuito de conhecer a situação relacionada ao processo de expansão dos últimos dez anos (gestão do Partido dos Trabalhadores, período que compreendeu dois mandatos de Lula e um de Dilma) das IES, o MEC instituiu uma Comissão a partir da Portaria n.º 126, de 19 de julho de 2012, e n.º 148, de 19 de setembro de 2012. Composição da comissão: dois representantes da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); dois representantes da União Nacional de Estudantes (UNE); dois representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e dois representantes da Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu).

Nesse contexto foram estabelecidos, nos últimos dez anos, os programas de expansão do ensino superior federal, cuja primeira fase, denominada de Expansão I, que compreendeu o período de 2003 a 2007, e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava até o ano de 2002 com 45 Universidades Federais e 148 *campi*/unidades (BRASIL, 2012, p. 09).

O prazo de conclusão dos trabalhos foi estabelecido em seis meses e previa analisar diversas fases do processo de expansão das IES, tais como IFES (pré-expansão ou pré-REUNI, expansão I, REUNI, pós-REUNI), nos últimos dez anos, na perspectiva de responder se as metas propostas foram cumpridas e quais os impactos em termos das políticas públicas para a Educação Superior Federal.

No que se refere ao setor privado, o financiamento público indireto sustentou seu crescimento até 2014, por meio das renúncias fiscais do Programa Universidade para Todos (Prouni) e da ampliação da cobertura do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Tais programas buscaram utilizar a capacidade ociosa das IES privadas para promover a expansão de vagas no período analisado. Segundo Balbachvesky e Sampaio (2017), o Prouni e o Fies também possibilitaram o investimento em cursos mais custosos, tradicionalmente pouco ofertados pelo setor privado, incentivando a diversificação por área de conhecimento. (SANTOS; LIMA; CARVALHARES, 2020, p. 34).

Dessa maneira, foi sistematizado um documento de cunho quanti-qualitativo, resultante dos dados levantados, dos encontros da comissão e dos debates acumulados pelas entidades, no sentido de atingir ampla divulgação e a multiplicidade de atores envolvidos na discussão do sistema educacional brasileiro, que buscam processos formativos de qualidade e de redução de desigualdades. “É possível destacar, no âmbito dos depoimentos colhidos, três importantes dimensões da expansão, em especial do Reuni, que serão objeto de análise neste relatório, a saber: política, pedagógica e de infraestrutura” (BRASIL, 2012, p. 27).

Na dimensão política, é possível aferir o cumprimento do objetivo do programa de possibilitar uma maior democratização do acesso, com o aumento de mais de 100% do número de vagas de graduação presencial ofertadas nas universidades federais e a criação de novas universidades e novos *campi* universitários.

A importância desse processo de democratização do acesso ganha destaque acentuado no contexto da interiorização do ensino superior federal do País. As novas universidades e os novos *campi* trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente os IFEs.

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o Reuni constituiu-se em um programa que possibilita aos IFEs cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do País” (BRASIL, 2012, p. 27).

Conforme podemos comprovar, a ideia do REUNI foi também chegar ao interior do Brasil, e havia também uma compreensão de que, uma vez instaladas em determinadas localidades, as IES Públicas cumpririam papel social importante tanto na dimensão da formação humana, quanto como vetores para o desenvolvimento econômico da região. O REUNI aumentou o número de vagas, sobretudo no turno noturno, criou *campi* de modo a fomentar o processo de interiorização e estimulou a adoção de políticas inclusivas nas instituições federais. (SANTOS; LIMA; CARVALHARES, 2020).

A expansão da rede federal de nível superior foi realmente significativa, pois os números de certa forma falam por si; e é importante destacar que houve um esforço objetivo de interiorização do Ensino Superior nos governos do Partido dos Trabalhadores (particularmente no período Lula), período de oito anos, compreendendo os anos de 2003 a 2010, tempo esse que, olhando os números de modo geral, pode-se dizer que foi curto para se criarem 14 universidades. Isto posto, é visível a importância dada ao Ensino Superior Público nos governos do PT – Lula e Dilma Rousseff – enquanto estiveram à frente do Poder Executivo da República; e, sob o comando de Fernando Haddad (2005-2012) no Ministério da Educação, foi implementada a maior interiorização do Ensino Superior da história do Brasil, até então centralizada quase que exclusivamente nas capitais; nesse contexto, foram interiorizadas 18 novas universidades federais e 173 *campi* universitários; quanto aos IFEs, o número é ainda maior, chegando a mais de 360 unidades no interior. (ANDIFES, 2012).

Nossos resultados indicam que o bacharelado foi o grau mais importante na expansão do SES brasileiro entre 2002 e 2016, consolidando sua dominância no sistema. Os cursos tecnológicos, por sua vez, representaram uma alternativa de diversificação expressiva em termos de grau. Os cursos de licenciatura foram os únicos que, apesar do crescimento absoluto das matrículas, diminuíram sua proporção relativa no conjunto do sistema, experimentando forte queda de seu peso nos cursos presenciais em ambas as redes de ensino ao longo desses quatorze anos.

O destaque em relação à variável modalidade foi o desempenho da educação a distância. Tendo crescido expressivamente apenas a partir de 2005, a modalidade EaD respondeu por 32,6% da expansão observada, destacando-se como importante vetor de diversificação das matrículas. As mudanças na legislação em 2017, em termos de flexibilização da oferta, e a atuação dos grandes grupos empresariais no ramo da educação superior sugerem um reforço dessa tendência para os próximos anos.

Também identificamos mudanças importantes para a variável curso, com uma redistribuição da importância relativa das áreas de conhecimento. Administração fortaleceu sua liderança, e houve significativa expansão das Engenharias e dos cursos de Saúde e bem-estar social. (SANTOS; LIMA; CARVALHARES, 2020, p. 51).

De acordo com o relatório de análise (BRASIL, 2012), a criação das universidades representou a intenção objetiva do governo federal em promover a interiorização do Ensino Superior Público e ao mesmo tempo promover a integração com os países vizinhos, caribenhos e lusofônicos. Nesse sentido, em um contexto complexo, o velho entendimento sobre o papel da universidade como um instrumento de transformação social representava também o passaporte do País para se credenciar objetivamente entre os grandes no cenário global.

Isto posto, é imperativo que reconheçamos esse feito (que já tem seu marco gravado na história), principalmente pelos efeitos positivos em toda a cadeia (econômica, social e política) de desenvolvimento que o fenômeno da interiorização traz para a localidade, o município, o estado e, conseqüentemente, soma-se a outros esforços em médio e longo, mas, para a localidade e os municípios (vale ressaltar que, uma vez instalada em determinado local, as IES atendem geralmente a vários municípios que se voltam para ela), os efeitos são geralmente de curto e médio prazo, já que, ao passo que se vai qualificando a população da região, isso geralmente significa a prestação de um serviço mais qualificado em setores que vão da administração pública nas prefeituras, no setor do comércio e na agropecuária (em se tratando de interior, é válido lembrar que esse é geralmente o setor mais importante).

Além da possibilidade de acesso à formação superior existe também a contribuição que a formação em nível superior pode proporcionar tanto para o indivíduo quanto para a localidade, comunidade, municípios, estado e/ou região onde estão inseridas as unidades acadêmicas. Com isso, surgem várias possibilidades de trocas de experiências e novas formas de perceber a localidade a partir do tripé que norteia o mundo acadêmico: o ensino, a oportunidade de fazer pesquisa e de se aprimorar com a extensão. (BRASIL, 2012).

Quanto à dimensão pedagógica do Programa, expressa no documento do MEC, uma das suas ambições era também corroborar a reestruturação das IES tanto na parte da gestão quanto na pedagógico-didática.

Pode-se afirmar que o Reuni estimulou a mudança de paradigmas, na medida em que possibilitou a organização de novos arranjos curriculares, com destaque para os bacharelados interdisciplinares, implantados em 15 universidades. Mais de 80% dos reitores afirmam que houve revisão da estrutura acadêmica com a implantação do Reuni e também a preocupação de todos em criar novos programas voltados para o sucesso dos estudantes (BRASIL, 2012, p. 29).

No contexto proposto e operado pelo MEC, conforme aparece na citação acima, a palavra *Interdisciplinaridade* aparece não como uma mera metodologia pedagógica, mas sim como termo portador de uma mudança paradigmática; e nesse contexto entendemos que o formulador da Política Pública de Interiorização da Educação Superior lança mão da Interdisciplinaridade como mediador necessário e adequado que consegue manter o vínculo com a instituição universitária e ao mesmo tempo é capaz de atender às exigências sociais, políticas e econômicas a partir da adoção de novos arranjos interdisciplinares de Ensino Superior. Vale lembrar que os primeiros Cursos Interdisciplinares surgiram na USP: Curso Experimental em Ciências Moleculares¹¹² e o Curso de Humanidades¹¹³, ambos na forma de Bacharelado Interdisciplinar com três anos de duração.

Afirmo neste livro que a imprensa apoiou os esforços do MEC em favor da educação básica e que a contribuição dela nesse ponto é importante e meritória. Mas no caso do ensino superior a maior parte da mídia brasileira defendia e defende um único ponto, do qual discordamos: o fim da gratuidade das universidades públicas. Esse, aliás, é um dos pontos em que a diferença entre PT e PSDB permaneceu forte ao longo dos anos. O PT, que na oposição se opunha às iniciativas de avaliar a educação, uma vez no governo só fez aprimorá-las. Mas se manteve uma divisão clara quanto à educação pública, que o PT sempre defendeu, e a particular, à qual O PSDB se abriu desde os anos 1990. Essa divergência é tanto mais evidente no que concerne ao ensino superior. Na educação básica, esses dois partidos e a mídia convergiram muito, mas não nos cursos universitários.

Infelizmente, esse é um dos temas sobre os quais se discute tanto o menos relevante que se perde de vista o essencial. Em *A universidade e a vida atual*, sustentei que o sentido público do ensino superior não está apenas na gratuidade. Mesmo os movimentos sociais, ao defenderem o ensino público, enfatizam de tal forma a gratuidade (dizem: “Defesa do ensino público e gratuito”) que acabam não discutindo o que significa ele ser público.

O ensino é público quando forma pessoas para a promoção do bem comum, da *res publica*, da coisa pública. Se formar médicos, engenheiros, advogados cuja meta seja ganhar o máximo de dinheiro, a universidade pode até pertencer ao Estado e ser

¹¹² . O curso de Ciências Moleculares funciona até hoje; os alunos que saem dele são brilhantes, absolutamente atualizados com a ciência contemporânea; poderia ser mais bem apoiado pelas gestões que nos sucederam; não foi, mas, mesmo assim, sobreviveu e está muito bem” (TOLEDO PIZA 2016, p. 05).

As especializações do curso correspondem a áreas disciplinares consagradas nas ciências naturais. É universalmente aceito que, após uma sólida formação disciplinar na graduação, um profissional da ciência requer formação adicional num curso de pós-graduação. Os nossos cursos de pós-graduação vêm recebendo alunos vindos das escolas profissionais. Nas escolas o perfil profissiográfico é definido em função de uma necessidade social que não inclui a produção em ciência. Assim, por muito boa que seja a escola profissional, a formação do aluno não é direcionada para a ciência. [...] O Curso Experimental de Ciências Moleculares está estruturado para formar estudantes que, no fim do curso, possam ingressar na pós-graduação e terminar a sua formação científica como doutores em ciências moleculares, sem passar por cursos profissionalizantes. (BEISIEGEL, 2001, p. 165 e 166),

¹¹³ A ideia de ser um Curso Experimental de Humanidades “não se trata de um ecletismo sem princípio, que se adaptaria às contingências do mercado e da lógica empresarial”, portanto deve “e pode ser entendido como uma dramaturgia da inclusão, solo da força espiritual do exercício da faculdade de julgar, de sentir e de pensar”. Com efeito, a ideia central da proposta é a de que “só existe progresso se os desenvolvimentos científicos, técnicos e materiais corresponderem ao desenvolvimento humano” (MATOS, 2001, p. 109).

No Curso de Humanidades a ideia é o ensino baseado em múltiplas linguagens, que no curso são Literatura, Filosofia e Artes (JANINE RIBEIRO, 2001).

gratuita, mas não estará atuando como uma instituição pública. Com todas as letras: seu ensino pode ser gratuito, mas não é público. Então, o primeiro ponto a afirmar é o caráter público do ensino público. (RIBEIRO, 2018, p. 327).

Na sociedade do capital, como sustentou Ribeiro, os formadores de opinião até “defendem” a gratuidade na educação básica, mas não o fazem na mesma medida no Ensino Superior; e muito menos discutem o sentido do que é público, o que não deve ser confundido com gratuito, que não gera um compromisso, pois, quando é realmente público, gera um compromisso que retroalimenta o sistema da *res publica*. Nesse contexto, a concepção por trás da proposta do REUNI era a construção da Educação para o século XXI numa perspectiva de formação para a Era Planetária defendida por autores como Almeida Filho (2007), Boaventura (2018), Japiassu (1999) e Ribeiro (2018), o que está contido no Processo de Bolonha.

Outro objetivo fundamental da declaração de Bolonha referia-se à reestruturação da Universidade europeia até o ano de 2010 por meio, dentre outras ações, da reformulação metodológica, pedagógica e curricular no processo formativo. Foi adotada a proposta de ciclos no ensino superior, buscando a construção do conhecimento a partir da interlocução de saberes e áreas. A partir dessa metodologia, foram contempladas as demandas oriundas das transformações sociais e culturais do século XX que necessitavam, cada vez mais, de uma integração entre as várias áreas do conhecimento. Essa reestruturação da Universidade europeia proporcionou maior possibilidade de mobilidade estudantil e empregabilidade. Foi possível também estabelecer critérios equivalentes para avaliação e comparação entre as Universidades, almejando construir normas e diretrizes que contemplem todas essas instituições educacionais (MELLO, 2011). Sendo assim, o Processo de Bolonha representou uma transformação significativa no modelo de ensino universitário e concomitantemente um fortalecimento econômico dos países pertencentes a esse bloco perante o mundo. No cenário brasileiro, foi criado em 2006, na Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Paulo, um novo modelo de educação superior composto por ciclos, tendo como resultado a implantação do Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Esse modelo foi influenciado pelo novo sistema de educação vigente na Europa (Processo de Bolonha) (VERAS, 2015, p. 11).

É uma proposta epistemológica que substitui o “paradigma mecânico” pelo “paradigma sistêmico”. Trata-se de privilegiar as ligações de interdependência entre os povos valorizando seus saberes a partir de uma educação que una ao invés de separar. Como afirma Morin (2015 p. 12), é preciso evitar e reparar a lógica de pensamento que medeia nossa percepção da realidade especializadora que simplifica, pois “o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo (*unitat multiplex*). Ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade; ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade”.

Essa preocupação holística, reduzindo as poderosas vinculações da educação com o Estado nacional, permite adquirir valores que tornarão prioritários a justiça social para os habitantes do mundo inteiro, a busca da paz, os direitos humanos e as estratégias de desenvolvimento econômico, social e cultural, benéficas para homens e mulheres. Acredita-se que, na escala global, mundial, planetária ou holística, conforme as especificidades dessas denominações, os alunos estejam aptos a se afirmarem como cidadãos responsáveis e empenhados na criação de um futuro aceitável para si, para a

comunidade e para todos os habitantes do planeta. As nações, como as pessoas, estão interligadas em crescentes redes de interdependência, sendo as mais usuais as telefônicas, televisivas e internauticas.

A escola projetada para os próximos anos deve intensificar a compreensão pela comunicação dos idiomas modernos, pelas ligações e interações entre culturas diferenciadas e pelos valores de uma educação que os aproxime. Para tanto, são desprezados os paradigmas mecânicos e enfatizadas as abordagens pluri e multidisciplinar (BOAVENTURA, 2009, p. 203).

O passo mais importante no contexto da expansão e da interiorização do Ensino Superior com abordagem inteiramente Interdisciplinar deu-se com a criação de duas Universidades Interdisciplinares e Internacionais: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada pela Lei .nº 12.289/2010, com sede na cidade de Redenção, Estado do Ceará; e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada pela Lei n.º 12.189/2010, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná (RIBEIRO, 2015).

A ideia de espacialização das novas universidades Federais inauguradas no Brasil, com proposta de cooperação internacional, faz parte de estratégia sistemática de internacionalizar o ensino superior, onde o Brasil faz parte, e procura uma posição estratégica nesse processo, envolvendo a zona do Atlântico Sul em um contexto geopolítico. Possuindo agora a educação como ferramenta de expansão de conhecimento, modelo esse já adotado em nações desenvolvidas, como as do continente europeu, por meio do Processo de Bolonha (RIBEIRO, 2015, p. 01).

O objetivo principal dessas instituições foi promover a integração científica, cultural, social e ambiental de cooperação solidária em perspectiva intercultural, interdisciplinar e críticas, em um contexto da internacionalização solidária do Ensino Superior e da política de cooperação Sul-Sul. UNILA, voltada para os vizinhos latinos e integrantes do MERCOSUL, e a UNILAB para os países falantes da Língua Portuguesa, portanto o projeto é baseado nos princípios de cooperação solidária internacional entre os países da América Latina e Caribe e os que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (RIBEIRO, 2015).

Para Severino (2009), o Processo de Bolonha é uma iniciativa de reorganização do sistema de Ensino Superior dentro dos países da União Europeia e segue um modelo de sociedade que traz problemas objetivos para a Universidade, pois se move dentro das regras do mercado.

Trata-se a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior. Na verdade, é a adoção do modelo inglês para formar uma educação europeia. A Europa continuaria querendo construir um império integrado, hoje usando o conhecimento como a nova arma.

Estará ocorrendo uma transição do paradigma do ensino para a aprendizagem. O indivíduo, como aprendiz, é que é responsável pela sua formação, não é o processo em si do ensino. Também não mais se pensam por políticas públicas, mas por estratégias governamentais. Está em processo a desregulação da educação pública, o Estado passa a ser apenas um avaliador, um supervisor, uma agência de controle e avaliação. Tudo passa por uma estratégia econômica de gestão.

Trago à baila a referência ao processo de Bolonha pela reconhecida importância que a experiência europeia tem para nós. Sem dúvida, exercerá uma grande influência, nem sempre recebida e incorporada com o devido distanciamento crítico. Estamos aqui e agora diante de um novo emblema. A universidade ocidental nasceu em Bolonha e corre o risco de lá também perecer. (SEVERINO, 2009, p. 260)

Com efeito, deve ser observado o que nos alerta Severino tanto em relação à construção de um segundo modelo hegemônico por parte da União Europeia, quanto à incorporação de princípios do Modelo dominante Anglo-Americano, que significa de certa forma o aprimoramento do modelo de mercado. Porém se deve também analisar com cuidado para que não se cometam imprecisões quanto ao modelo que se tentou construir nos governos do Partido dos Trabalhadores, pois, a nosso ver, são inegáveis os avanços; pelo menos em dez dos 14 anos dos governos do PT, os quais foram acompanhados de muitas transformações no Ensino Superior, pois o Estado sob os governos da aliança progressista foi direcionado a pôr parte significativa de seu peso no sentido de incluir os mais pobres; atualmente, assiste-se ao declínio e à destruição dos programas de Ensino Superior daquele período e das Políticas Públicas como um todo.

Ao contrário do setor privado, que procurou crescer por meio das diferentes combinações possíveis com grau tecnológico e cursos a distância, o crescimento das matrículas nas públicas ocorreu por meio do perfil já tradicional do ensino superior brasileiro: cursos de bacharelado presenciais. Um dos fatores que explica esse resultado é a vocação para a pesquisa predominar em universidades públicas, enquanto o ensino é o traço marcante da maioria dos estabelecimentos privados. A modalidade EaD, capitaneada pelo setor privado, apareceu ao longo dos quatorze anos analisados aqui como a inovação que mais contribuiu para o volume de novas matrículas como pela variedade de perfis institucionais gerados. Os cursos impulsionados pela EaD, por outro lado, não significaram uma fonte de diversificação, já que ficaram concentrados em áreas tradicionais como Administração e Educação. Com relação a esta última área, a combinação setor privado/EaD se tornou a rota mais importante de formação de professores no Brasil, concentrando mais estudantes em relação às modalidades presenciais das redes pública e privada. (SANTOS; LIMA; CARVALHARES, 2020, p. 52).

De modo geral, entendemos que o governo fez um esforço para atender à demanda social por Ensino Superior e nesse contexto buscou também soluções por meio do mercado (em função das alianças capital/trabalho e PT/PL nos governos Lula, por exemplo, não tinha como ser diferente), porém a busca por oportunizar novos cursos nas IES privadas via PROUNI e FIES, não se mostrou um caminho bom, apesar de ter atendido à demanda reprimida, mas sim foi tratada como mercadoria pelo setor privado, de modo que ficou claro que a qualidade se mostrou insuficiente.

Por outro lado, se a aposta nas IES privadas não agradou, o mesmo não se pode dizer do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual foi uma aposta do governo na otimização, na ampliação da oferta e na melhoria

dos cursos de graduação e pós-graduação das IES Públicas, nas quais foi injetado o maior volume de recursos públicos em um programa de ampliação de vagas no sistema federal, construção de novos *campi* e principalmente a marca histórica de construção de novas universidades e Institutos Federais.

Mirando o exemplo europeu no âmbito do Processo de Bolonha, o Brasil assumiu responsabilidades no cenário regional (como a Alemanha o fez na Europa) e criou duas universidades de integração internacional da América Latina e dos países de língua portuguesa, ancoradas no princípio da solidária e da cooperação entre os povos e contrapondo-se às ideias e às ações hegemônicas e imperialistas expressas também na mercantilização do conhecimento que vigora no modelo norte-americano, conforme documentos e ações do BM.

Nesse sentido, a UNILA e a UNILAB surgem como ação inovadora e sinérgica possibilitando mobilidade tão desejada e necessária para a integração dos povos de acordo com o preconizado pela Unesco em suas Conferências Mundiais de Educação Superior em 1998 e 2009. E, se compararmos a trajetória do Ensino Superior no Brasil aos outros sistemas, o nosso é novo em relação ao Modelo Norte-Americano (MNA) e ao Europeu anterior ao Processo de Bolonha de integração dos Sistemas de Ensino Superior do bloco. Com efeito, o atual Modelo União Europeia (MUE) (o qual entendemos ter servido de inspiração para o Modelo de Ensino Superior nos governos PT) se insere no contexto da reestruturação pela qual passaram as IES naquele governo.

Entendemos que a interiorização ocorre a partir de duas vertentes, com dois problemas complexos de solucionar: 1) as IES Públicas baseadas nos grandes centros cumprem sua função social de democratização do conhecimento pelo modelo *multicampi*, no entanto têm dificuldade de manter pessoal qualificado e garantir boas condições de trabalho como na sede; 2) IES que já nascem em cidades longe dos grandes centros, no interior do País, têm vantagem de já estarem inseridas no contexto desde sua fundação; por outro lado, a manutenção do pessoal também não é diferente do primeiro caso; a depender da localização delas, o problema é ainda maior. Nas IES da Região Norte do País, além dos problemas financeiros, a maioria do pessoal que passa nos concursos são do Sul e do Sudeste e não se fixa na região, e na primeira oportunidade volta para sua região ou vai para as grandes cidades onde fica a sede da instituição na qual trabalha; pelo menos nas IES de Roraima isso ocorre com frequência.

CAPÍTULO III

A TRAJETÓRIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DE RORAIMA

Neste capítulo, em que tratamos sobre o Ensino Superior em Roraima, começamos por tratar da Amazônia, uma vez que, como amazônidas que somos, nem sempre temos consciência da magnitude desses lugares; o certo é que a beleza natural nos encantou desde o início, principalmente o lavrado, com sua vegetação característica e com os caminhos feitos pelos buritizeiros, as casas de cupins que atraem os tamanduás. Nesse contexto, vem a lembrança da música *Tocando em Frente* a qual retrata um pouco de como tínhamos pressa quando da nossa chegada nas terras de Macunaíma; tínhamos a impetuosidade de resolver os problemas sociais nos assentamentos da reforma agrária por onde passamos na condição de extensionista rural, pois víamos nos olhos das pessoas – que em sua maioria também eram migrantes e por motivos variados estavam por aqui tentando vida nova – a mesma esperança que carregávamos na nossa alma de construir aqui um lugar com menos desigualdade social do que deixamos para trás em nosso local de origem.

Com efeito, não foi na condição de extensionista que sentíamos que faríamos a diferença, mas sim pelas vias da educação, desde a condição de acadêmico do curso de Ciências Sociais da UFRR, de monitor do Pronera, de coordenador local no Curso de Formação de Professores da Reforma Agrária e por último na condição de docente da UERR. Entendemos que ainda tem muito a ser feito, especialmente na oferta do Ensino Superior, no entanto, também não podemos deixar de reconhecer e de certa forma agradecer aos que vieram antes de nós e em condições bem piores do que as que temos hoje, os quais ousaram construir do zero as instituições que hoje servem a sociedade roraimense; e, em que pese às discordâncias em relação a ter de ser feita essa ou aquela escolha, passados 29 anos que habitamos as terras e portanto já nos sentirmos roraimados, percebemos que cada um que para cá veio deu o melhor de si a partir da consciência que trouxe consigo.

3.1 Amazônias: da internacional ou global à legal ou brasileira

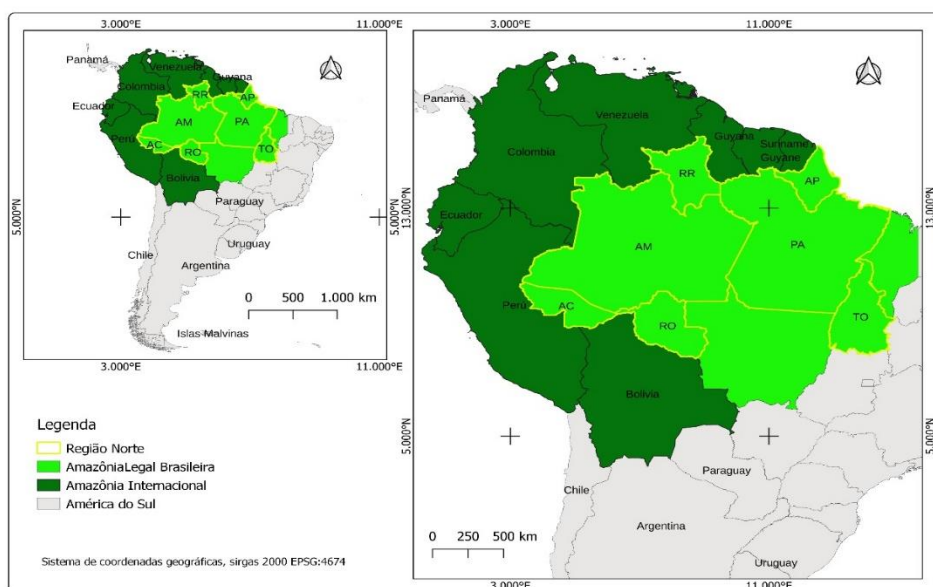
A Amazônia ocupa aproximadamente 60% de todo o território nacional; é um mosaico de sistemas complexos de vida e cultura que convive com uma enorme contradição: ser o centro das atenções do mundo e simultaneamente como periferia das atenções do Brasil. Com efeito, estamos falando de região riquíssima em recursos naturais – uma das mais cobiçadas do planeta –, que demanda soluções concretas de desenvolvimento humano à altura de sua importância

social e estratégica. “Existem diversas Amazônias que se caracterizam pela existência de inúmeros povos distintos em origem, cultura, raça, etnia, língua. Há a Amazônia Andina, a Pan-Amazônia, a Amazônia Legal, a Amazônia Brasileira” (ROCHA, 2019, p. 02).

A Amazônia global tem uma área de 7,8 milhões de km² e está distribuída em nove países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa). A parte brasileira é representada pela Amazônia Legal, região político-administrativa instituída pela Lei 1.806/1953, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte do Maranhão a oeste do meridiano 44° de longitude oeste. Ela possui uma área de 5.217.423 km² (61% do País), onde reside uma população estimada de 23 milhões de pessoas (12% do total), cuja densidade demográfica oscila entre 1 e 16 habitantes por km². Como essa população é predominantemente urbana, algumas áreas rurais ostentam densidade demográfica de menos de 0,25 habitantes/km² (BEZERRA, 2007, p. 01).

Contrariamente à mentalidade nacional dominante, a Amazônia figura no discurso mundial como tema de enorme centralidade e gerador de grande interesse, fato que deve ser considerado positivo e desejável, tendo em vista o contexto de acelerada exploração econômica dos recursos naturais do planeta, com os óbvios riscos ambientais e climáticos para toda a humanidade. Entretanto esta região, compartilhada nada menos que por nove países, não recebe, por parte daqueles mais ricos, igual nível de atenção quando se trata de arcar globalmente com o ônus de sua preservação e com os investimentos necessários à geração de alternativas econômicas sustentáveis para os seus habitantes. Essa condição passa, obrigatoriamente, pelo fomento de um modelo viável de desenvolvimento regional, cujos requisitos dependem, basicamente, da agregação de conhecimento e do emprego de tecnologias inovadoras aos empreendimentos econômicos locais, com valorização, sobretudo, da biodiversidade.

Mapa 1 - Amazônias



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2023.

A imagem oferece boa noção visual da complexidade do território amazônico. Se tomarmos como exemplo a cidade brasileira de Tabatinga, no Estado do Amazonas, notar-se-á que as referências de espaço e distância são peculiares, uma vez que a distância entre a cidade e a capital Manaus é maior do que em relação à capital do país vizinho (Bogotá, Colômbia), como também de uma cidade grande como Iquitos, no Peru. No Brasil, desenvolveu-se a percepção de que nossos vizinhos estão geográfica e culturalmente distantes, porém, para os habitantes de Tabatinga, a realidade é diferente, uma vez que encontram maior proximidade com a capital da Colômbia do que em relação à capital de seu próprio Estado. Uma compreensão mais clara dessa distribuição territorial poderia auxiliar no processo de construção de oportunidades, cooperação e maior e melhor fluidez territorial, e não de barreiras, bloqueios e desconfiança. (IDS, 2014).

De acordo com Rocha (2019); Fiuza (2015); Bezerra (2007), a tese da intocabilidade da floresta amazônica, além de tecnicamente insustentável, é a mais nova – e astuta – ideologia “pós-moderna”, que nutre de mitos o imaginário da comunidade internacional, sobretudo daqueles que mais se beneficiam de seus efeitos, os países ricos, justamente por possuírem em abundância aquilo que se negam a transferir: ciência, tecnologia e capital. Por outro lado, o modo de vida adotado pelo ocidente impõe aos povos amazônicos um conceito oportuno de “dilema da Amazônia: invisibilizados, direitos negados e vilipendiados pelo discurso e valorização apenas do homem branco, ocidental, heterossexual e dito civilizado” (ROCHA, 2019, p. 02).

Corroborando esse entendimento, Silva e Mascarenhas (2018, p. 205) assinalam que, em sua história, a Amazônia tem sido retratada a partir de estereótipos pré-estabelecidos: “assim, origem, cor, orientação sexual, religião e gênero: fomos “contados” sob o enviesamento europeu, branco, heterossexual, cristão e cisgênero. Isso resultou em violências físicas, simbólicas e no esmagamento de boa parte do saber local”.

Deve-se enfatizar a importância de garantir a formação também dos amazônidas sobre sua região para que possam articular seus conhecimentos particulares com a realidade global aos quais estão vinculados, mas nem sempre influenciam nos processos. “A educação precisa ser chamada a intervir, dada sua responsabilidade social em um país democrático e que deve velar pela promoção da cidadania, em uma perspectiva de inclusão” (SILVA; MASCARENHAS, 2018, p. 210).

[...] “desde o período colonial, até os dias atuais, as políticas públicas viabilizadas trataram o espaço amazônico sem considerar as formas de vida e os saberes, historicamente construídos, demonstrando um profundo desrespeito pelos mosaicos socioculturais que dão vida a região. Assim, a Amazônia não pode ser vista, somente, como ambiente físico, natural ou humano, pois se constitui em uma totalidade

complexa que envolve as dimensões naturais, política, ideológica e sociocultural, sob o estabelecimento de relações sociais dos homens, entre si, e com a natureza” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 67).

Como forma de entender o contexto de inserção da Amazônia no modo de produção Capitalista, podemos destacar três grandes ciclos econômicos: 1) o período das chamadas “drogas do sertão”, que teve duração de aproximadamente 300 anos no período colonial; 2) o tão conhecido e estudado Ciclo da Borracha, já sob efeito da Revolução Industrial (meados do século XIX e início do século XX), que durou em torno de 60 anos; e o 3) esse último situa-se no último quartel do século XX, no contexto do que ficou conhecido como “milagre econômico”, que compreendeu dez anos dos 21 anos da Ditadura Militar, período em que foram assentadas as bases da matriz econômica a partir dos denominados “grandes projetos” ainda em vigor, no contexto do lema “integrar para não entregar” (MONTEIRO, 2005; BEZERRA, 2007; BENCHIMOL, 2010; MELLO, 2015).

Isto posto, ao falar em Amazônia, é importante, além de visualizar sua dimensão territorial, compreender as diferentes visões sociopolíticas em que se abriga essa tão debatida região, sobre a qual pesa interesse de toda ordem, que vai do econômico-predatório ao ambientalismo radical; e no meio desses extremos estão as populações tradicionais (que convivem com ciclos naturais como os de cheia e seca dos rios e sua influência nas florestas), na maioria das vezes alijadas dos debates e das decisões sobre sua existência e seu modo de vida. E é nesse contexto que se insere, a partir das divisões políticas, as “várias Amazônias”, como a Amazônia Legal, no Art. 2.º da Lei n.º 1.806/1953, do Governo Vargas, que versava sobre a Amazônia brasileira. Essa lei baliza o planejamento econômico e a execução de planos estratégicos para o desenvolvimento da região, que compreendia os “Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco; e ainda a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º; a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º; e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º” (BRASIL, 1953).

Hoje, a parte de Goiás que ficou no norte se chama Tocantins, e os territórios do Guaporé e Rio Branco se tornaram respectivamente os Estados de Rondônia e Roraima; de modo geral, essa porção do território nacional possui baixa densidade populacional quando comparada a outras regiões do País, ou seja, em 60% do território nacional vivem aproximadamente e tão somente 25 milhões de brasileiros, conferindo a essa região o centro das atenções do mundo e simultaneamente a periferia dos interesses do Brasil (STÁBELI, 2012).

É importante destacar duas ações governamentais implementadas nos governos do PT na promoção de políticas públicas articuladas entre a União e os Estados que caminharam na

perspectiva do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal (AL): o Plano Amazônia Sustentável e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. De acordo com Stábéli (2012), dentro das estratégias para o desenvolvimento da Amazônia Legal, as quais estão focadas na minimização das “iniquidades sociais”, pelo menos dois fatores merecem destaque: “o macrozoneamento ambiental e a bioprospecção”.

Plano Amazônia Sustentável (2004) e, mais recentemente, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) colocado em discussão, em 2010, pelo Ministério da Integração Nacional. O plano Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para 2012-2015, apesar de abordar com clareza que estudos para a implementação de agregação de valores a partir da biodiversidade são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico sustentável do País, trata com muita timidez o plano de desenvolvimento da CTI na AL. O uso de substâncias potenciais extraídas de animais e vegetais como fonte terapêutica e milenar constitui a base do desenvolvimento racional de princípios ativos de medicamentos, fazendo com que a indústria farmacêutica lucre cerca de 2,5 a 37 vezes mais que uma indústria não farmacêutica (STÁBELI, 2012, p. 38).

Quando consideramos o Estado e seus vários governos nos diversos tempos históricos, é possível visualizar as diferentes perspectivas ideológicas na atenção que cada um dispensa à elaboração de projetos públicos de desenvolvimento que possam realmente germinar e dar frutos, os quais perpassam pela capacidade de conexão com o sistema de ensino (federal/superior, estadual/médio e municipal/fundamental) permitindo e proporcionando que cada sistema possa trabalhar com projetos que integrem as questões regionais e locais, a partir da participação política ativa conectada com a formação e o desenvolvimento sustentável; e nesse contexto ocorre a formação/transformação de estudantes, de professores e da sociedade.

Abaixo temos um quadro demonstrativo das IES públicas instaladas no Norte do Brasil.

Quadro 9 - IES públicas da Região Norte

ESTADO	IES FEDERAL	INSTITUTO FEDERAL	IES ESTADUAL
AC	UFAC – Início em 25 de março de 1964 – Decreto Estadual n.º 187 – Federalizada em 5 de abril de 1974, por meio da Lei n.º 6.025. Sede: <i>Campus</i> Flores na capital, Rio Branco.	IFAC – Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 . 6 <i>Campi</i> sendo 2 na capital – Rio Branco e Rio Branco Avançado Baixada do Sol; e 3 no interior: Cruzeiro do Sul; Sena Madureira; Tarauacá; Xapuri.	
AM	UFAM – Início em 8 de outubro de 1909 – Lei Estadual n.º 601 – Federalizada em 12 de junho 1962 pela Lei 4.069-A. 6 unidades: Sede na capital, Manaus; 5 Unidades no Interior: Benjamim Constant; Coari; Humaitá; Parintins e Itacoatiara.	IFAM – Decreto Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. 16 unidades sendo: 3 na capital e 13 no interior: Coari, Eirunepé, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga e Tefé.	UEA – Instituída pela Lei n.º 2.637, de 12 de janeiro de 2001, regulamentada por meio do Decreto n.º 21.666, de 01 de fevereiro de 2001. 05 Escolas Superiores na capital; no interior são: 06 Centros de Estudos: Itacoatiara, Lábrea, Parintins, São

	https://ufam.edu.br/unidades-academicas.html		Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé; e 12 Núcleos de Ensino em: Boca do Acre, Carauari, Careiro Castanho, Coari, Eirunepé, Humaitá, Manacapuru, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã e Presidente Figueiredo.
AP	UNIFAP – Início em 2 de março de 1990 – Decreto n.º 98.977. 4 Unidades: Sede <i>Campus</i> Marco Zero em Macapá; <i>Campus</i> Santana; <i>Campus</i> Binacional, no Oiapoque; e <i>Campus</i> Mazagão. http://www.unifap.br/campi/	IFAP – Instituído pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. 6 unidades: Sede <i>Campus</i> Macapá e 5 <i>Campi</i> no Interior: Laranjal do Jari, Oiapoque, Porto Grande e Centro EAD Pedra Branca.	UEAP – criada por meio da Lei n.º 0969, de 31/03/2006, e instituída pela Lei n.º 0996, de 31/05/2006. 05 Unidades na capital: 01 Setor Administrativo; 03 <i>Campi</i> : <i>Campus</i> I, <i>Campus</i> Graziela, <i>Campus</i> Território dos Lagos e 01 NTE – Núcleo Tecnológico.
PA	UFPA – Criada pela Lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957. 12 <i>Campi</i> – 1 na capital, Belém; e 11 no interior: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. 2 - UFOPA – criada pela Lei n.º 12.085, de 5 de novembro de 2009. 07 <i>Campi</i> – 1 na sede, em Santarém e 06 no interior: Alenquer, Itaituba, Monte Alegre, Juruti, Óbidos e Oriximiná. 3 - UFRA – Instituída pela Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002. 06 <i>Campi</i> – 01 na sede, em Belém, e 05 no Interior: Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu. 4 - UNIFESSPA – 5 de junho de 2013, pela Lei Federal 12.824. 05 <i>Campi</i> – 01 na sede, em Marabá, e 04 no interior: Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), instituído pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Art. 5.º, XX – Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá. O IFPA possui 18 <i>Campi</i> : Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Avançado Vigia, Belém, Bragança, Breves, Cametá Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Nova Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí.	UEPA – Criada pela Lei Estadual n.º 5.747, de 18 de maio de 1993. Possui 21 <i>campi</i> sendo 05 na capital: <i>Campus</i> I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE); <i>Campus</i> II - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); <i>Campus</i> III - Curso de Educação Física; <i>Campus</i> IV - Escola de Enfermagem Magalhães Barata; <i>Campus</i> V - Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT) e 16 no interior: <i>Campus</i> VI – Paragominas; <i>Campus</i> VII - Conceição do Araguaia; <i>Campus</i> VIII – Marabá; <i>Campus</i> IX – Altamira; <i>Campus</i> X – Igarapé-Açu; <i>Campus</i> XI - São Miguel do Guamá; <i>Campus</i> XII – Santarém; <i>Campus</i> XIII – Tucuruí; <i>Campus</i> XIV – Moju; <i>Campus</i> XV – Redenção; <i>Campus</i> XVI – Barcarena; <i>Campus</i> XVII - Vigia de Nazaré; <i>Campus</i> XVIII – Cametá; <i>Campus</i> XIX – Salvaterra; <i>Campus</i> XX – Castanhal; <i>Campus</i> XXI – Bragança.
RO	UNIR – Lei n.º 7011, de 08 de julho 1982. 8 unidades: sede na capital, Porto Velho; e 7 <i>Campi</i> no interior: Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.	IFRO – Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. 2 Unidades na capital, Porto Velho: Zona Norte e Calama; e 8 no interior: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru,	

		Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Vilhena.	
RR	UFRR – criada pela Lei n.º 7.364/85 e implantada em 1989. Possui 03 <i>Campi</i> Paricarana, Cauamé e Murupu – todos na capital, Boa Vista.	IFRR – Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui 05 <i>Campi</i> : 02 na capital – Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste; e 03 no interior: Amajari, Avançado Bonfim e Novo Paraíso.	UERR – Criada pela Lei Complementar n.º 091, de 10 de novembro de 2005. Possui 05 <i>Campi</i> : 02 na capital: Canarinho e Excelência Aplicada à Educação; e 03 no interior: Caracaraí, Rorainópolis e São João da Baliza.
TO	UFT – Instituída em 23 de outubro de 2000 pela Lei n.º 10.032 e implantada 2003. 07 <i>Campi</i> : 01 na capital, Palmas, e 06 Interior: Araguaína, Arrais, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis.	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa) e foi criado por meio da Lei n.º 11.892/2008. O IFTO possui 10 <i>Campi</i> : Araguaína, Araguatins, Formosa do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.	UNITINS – Criada pelo Decreto 252/90 e pela Lei 326/91, de outubro de 1991. 05 <i>Campi</i> : 01 na Capital – <i>Campus</i> Palmas; e 04 no interior: Araguatins; Augustinópolis; Dianópolis; e Paraíso do Tocantins.

Fonte: Site das IES, adaptado pelo autor, 2020.

Como se pode observar, existe uma disparidade entre os entes federados da região quanto ao número de IES (quando comparado com outras regiões do País, é ainda maior); no entanto se devem observar também pelo menos duas variáveis que estão diretamente relacionadas: o tamanho da população e o tamanho do estado; e a partir daí se fazerem as análises. No plano federal, de acordo com a Constituição de 1988 e com a LDB/9394/96, todos os entes federados devem ter pelo menos uma Universidade Federal; e isso, como se pode visualizar, foi cumprido. Vale destacar que o Estado do Pará é o único dos entes federados da Região Norte que possui quatro Universidades Federais, além de uma rede de ensino tecnológico composta por dezoito Institutos Federais espalhados por toda a região, além de uma Universidade Estadual que supera em número todas as demais da região na quantidade de *campi* distribuídos pelo território paraense. O Estado do Amazonas, assim como o do Pará, possui uma Universidade Estadual com grande capilaridade territorial. Por outro lado, Acre e Rondônia não possuem universidades estaduais.

Vale lembrar que desde a Reforma Universitária de 1968, a qual implantou o Modelo de Ensino Superior (que em grande medida funciona até hoje), até a sua reforma, o Brasil não possuía um sistema organizado; a forma que vigorava era com base nas faculdades isoladas e profissionalizantes, nas cátedras vitalícias e na ausência de pesquisa nas universidades, e passou

a adotar o modelo preferencial; pelo menos para as Universidades que deveriam incluir o ensino, a pesquisa e a extensão.

As instituições de ensino superior no Brasil distinguem-se em: i) instituições universitárias: as universidades que têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão e que devem ter um terço dos professores com título de mestre ou doutor e um terço trabalhando em dedicação exclusiva; e os centros universitários, que se caracterizam pela oferta qualificada do ensino, não precisando manter atividades de pesquisa e gozando de autonomia para criar cursos ou vagas; e ii) as IES não universitárias: compreendem as faculdades e os centros e institutos tecnológicos, voltados basicamente para as atividades de ensino, não gozando de autonomia e que dependem do Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação de novos cursos e vagas. (NEVES; MARTINS, 2014, p. 100).

Como se pode observar no quadro sobre a presença das IES públicas na região, a maioria surgiu pós-reforma universitária de 1968, portanto já nasceu com o que se convencionou chamar de *pilar da universidade* – Ensino, Pesquisa, Extensão; e certamente esse fator tem sido decisivo no sentido de se não resolver, mas sim amenizar os problemas de falta de trabalhadores qualificados, particularmente mais escassos no interior dos estados.

É preciso chamar a atenção para uma questão: se a doutrina da reforma universitária de 1968 foi elaborada com base no idealismo alemão, o modelo organizacional proposto para o ensino superior brasileiro era norte-americano. Não se tratava de fazer tabula rasa do ensino superior existente no Brasil, mas de promover sua modernização na direção do modelo norte-americano, pelo menos na direção de certos aspectos desse modelo, devidamente selecionados pelos dirigentes do aparelho educacional (CUNHA, 2007, p. 20).

Como temos sustentado ao longo deste trabalho, a tendência dos diversos governos (com exceção do período Lula/Dilma) com alinhamento ideológico, político e econômico aos EUA não rendeu os frutos que esperavam colher os entusiastas do Modelo Norte-Americano (MNA). Primeiro por se tratar de um país do Capitalismo central hiper industrializado; pelo lado do Brasil, temos um país na periferia do sistema capitalista, que, ao adotar posição subalterna ao Capitalismo central, se coloca na condição de colônia do imperialismo norte-americano. Por outro lado, diferentemente do MNA, o País tem um desafio hercúleo determinado pela CF/88, que reforçou a importância de todos os entes federados na construção, no desenvolvimento e na administração do Brasil (e isso vale também para a educação; e nesse caso as Políticas Públicas devem dialogar obrigatoriamente entre os três entes federados), pois o federalismo é uma forma de organização do Estado brasileiro desde 1889 e significa um contrato entre a União, os Estados e os Municípios pactuado em um sistema integrado e com responsabilidades compartilhadas.

O Brasil, desde a Proclamação da República, é uma República Federativa e, como tal, isso supõe um pacto federativo no qual coexistam a união federativa e a pluralidade

de entes federados. Trata-se de um regime em que os poderes de governo são repartidos entre instâncias governamentais por meio de campos de poder e de competências legalmente definidas. A repartição de competências e de polos múltiplos de poder sempre foi um assunto básico para a elucidação da(s) forma(s) federativa(s) de Estado. (CURY, 2008, 196).

Nesse contexto, as diferenças regionais do Brasil são uns dos grandes desafios de qualquer governo (a política do café com leite ainda se faz presente até hoje, o que não permite o desenvolvimento equitativo do País), pois sabemos que as pessoas que lidam com a máquina pública e manejam as políticas existentes servem o setor privado e, no limite, podem também propor novos arranjos locais bem mais adequados que as receitas homogeneizadoras que muitas vezes não distinguem Norte, Sul, Nordeste etc. Com efeito, isso perpassa pela construção de nova mentalidade que abrange tanto os agentes públicos quanto privados; e entendemos que essa nova mentalidade institucional deve começar pela garantia de acesso ao Ensino Superior Público gratuito e de qualidade chegando ao interior do Brasil e particularmente à Amazônia. Isso significa que se deve dar atenção aos municípios não só na oferta de serviços de fora para dentro, mas também na decisão e na partilha de responsabilidade na construção do sistema, já que é no município que tudo começa. Nesse contexto, tanto a União quanto o estado em que está abrigado o município devem fazer um esforço para incluí-lo na tomada de decisão sobre a implantação das faculdades e dos cursos como forma também de responsabilizá-lo, pois construiu junto, e não apenas recebeu algo de fora mandado por alguém de longe.

3.1.1 Roraima, o Estado mais setentrional do Brasil: da criação aos dias atuais

O Estado de Roraima é uma das nove unidades que integram a Amazônia Legal¹¹⁴; está inserido na parte setentrional do Brasil correspondendo a uma grande área territorial do Planalto

¹¹⁴ O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da Região Amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Baseados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais têm um viés sociopolítico e não geográfico, isto é, não são definidos pelo bioma Amazônia – que ocupa cerca de 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos –, mas sim pelas necessidades de desenvolvimento identificadas na região.

A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Apesar de sua grande extensão territorial, a região tem apenas 21.056.532 habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional e a menor densidade demográfica do País (cerca de 4 habitantes por km²). Nos nove estados residem 55,9% da população indígena brasileira, cerca de 250 mil pessoas, segundo a FUNASA, além de abrigar a Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo. Dicionário Ambiental. O que é Amazônia Legal. Disponível: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso: 10/07/2021.

Norte Amazônico, possuindo a menor densidade demográfica e a economia menos desenvolvida dentre as sub-regiões da Amazônia brasileira. Essa localização no extremo norte da Amazônia Legal brasileira faz de Roraima um estado peculiar, pois, além do seu isolamento do restante do País, possui fronteira terrestre com dois países: ao norte e a noroeste com a República Bolivariana da Venezuela¹¹⁵; a leste e a nordeste com a República Cooperativa da Guiana¹¹⁶; e com os estados brasileiros do Pará a sudeste; e do Amazonas ao sul e sudoeste,

¹¹⁵ Oficialmente República Bolivariana da Venezuela (em castelhano: *República Bolivariana de Venezuela*), é um país da América localizado na parte norte da América do Sul, constituído por uma parte continental e um grande número de pequenas ilhas no Mar do Caribe, cuja capital e maior aglomeração urbana é a cidade de Caracas. Possui uma área de 916.445 km², sendo o 32. maior país no mundo em território. Suas fronteiras são delimitadas a norte com o Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e ao leste com a Guiana, com quem mantém disputas territoriais. Por meio das suas zonas marítimas, tem soberania sobre 71.295 km² de mar territorial, 22.224km² na zona contígua, 471.507 km² do Mar do Caribe e o Oceano Atlântico sob o conceito de zona econômica exclusiva, além de 99 889 km² de plataforma continental. Esta área marinha faz fronteira com treze estados soberanos, sendo Trinidad e Tobago, Granada, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Barbados alguns deles. O país é amplamente conhecido por suas vastas reservas de petróleo, pela diversidade ambiental do seu território e por seus diversos recursos naturais. É considerado um país megadiverso, com uma fauna diversificada e uma grande variedade de *habitats* protegidos. As cores da bandeira venezuelana são o amarelo, o azul e o vermelho, nesta ordem: o amarelo representa a riqueza da terra; o azul, o mar e o céu do país; e o vermelho, o sangue derramado pelos heróis da independência. O território venezuelano foi colonizado pelo Império Espanhol em 1522, apesar da resistência dos povos nativos. Em 1811, tornou-se uma das primeiras colônias hispano-americanas a declarar a independência, mas que apenas foi consolidada em 1830, quando a Venezuela deixou de ser um departamento da Grã-Colômbia. Durante o século XIX, o país sofreu com instabilidade política e a autocracia, dominado por caudilhos regionais até meados do século XX. Os choques econômicos nas décadas de 1980 e 1990 culminaram em várias crises políticas, como os motins mortais durante o *Caracazo* de 1989, duas tentativas de golpe em 1992, além do *impeachment* do presidente Carlos Andrés Pérez por desvio de fundos públicos em 1993. O colapso da confiança permitiu que Hugo Chávez ganhasse força. Ele criou o conceito de “Revolução Bolivariana” ao aprovar uma nova constituição em 1999. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Venezuela>. Acesso: 15/09/2021.

¹¹⁶ Oficialmente a República Cooperativa da Guiana (em inglês: *Cooperative Republic of Guyana*), é um país no norte da América do Sul. O país é limitado pelo Oceano Atlântico ao norte, Brasil ao sul e sudoeste, Venezuela ao oeste e Suriname ao leste. Com uma área de 214 970 km², a Guiana é o terceiro menor estado soberano da América do Sul continental, depois do Uruguai e do Suriname. Com uma população estimada para 2020 de 786 793 habitantes, o país tem a menor população do subcontinente, atrás apenas do Suriname. O Brasil compartilha 1.605km de fronteira com a Guiana mantém relação antiga de amizade. Em 1968, dois anos depois da declaração de independência da ex-colônia britânica, o Vice-Primeiro-Ministro Ptolemy Reid visitou o Brasil, ocasião em que se firmou acordo cultural e estabeleceram-se as relações bilaterais. Em 1971, o então Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa visitou Georgetown, sendo o primeiro chanceler latino-americano a pisar em solo guianense. A relação entre Brasil e Guiana foi aprofundada a partir da década de 1990, com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Em 2001, foi assinado Acordo de Alcance Parcial, que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. A ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre os dois países, foi inaugurada em 2009 e representou passo concreto e decisivo na integração entre Brasil e Guiana, ampliando as perspectivas de desenvolvimento tanto para a Guiana quanto para a região Norte do Brasil. Em 2012, a Guiana ingressou no MERCOSUL na condição de Estado Associado, ato que demonstrou a convergência dos países em seu compromisso com a integração sul-americana. Em 2018, foram celebrados os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Guiana. O intercâmbio bilateral totalizou US\$ 47,2 milhões em 2019, com superávit de US\$ 46,6 milhões em favor do Brasil. A renegociação do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, já em etapa avançada, propiciará o marco legal para o seguimento

com o qual possui ligação terrestre pela rodovia BR 174, o que o torna o estado mais isolado do resto da federação. Ocupa uma área de 225.116.1km², representando 2,64% do território nacional e 5,81% da Região Norte. Estamos falando do ente federado menos populoso da região e do País; de acordo com o censo de 2010 a população era de 450.479 mil; estimativas do IBGE são as de que a população passaria dos 600 mil habitantes em 2019, mas, como não foi realizado o censo em 2020 (de um censo não pode exceder o prazo de dez anos conforme a Lei n.º 8.184¹¹⁷, de 10 de maio de 1991) por conta da pandemia, ainda não se tem os dados exatos. (BEZERRA, 2007; BRASIL, 2010; SEPLAN, 2010; SANTOS, 2010; VITAL, 2015).

Nas décadas de 1960 até 1980 só existiam dois municípios: a capital Boa Vista e o município de Caracará, mas nesse período a presença do governo federal no Território do Rio Branco foi intensificada, em função do lema “integrar para não entregar”, que permeou toda a estratégia de ocupação da Amazônia. Nesse contexto, ocorreu a implantação de uma complexa estrutura institucional na região (SUDAM, SUFRAMA, INCRA, RADAM etc.). No âmbito da administração indireta, foram criadas empresas estatais em Roraima (CAER, CER, Banco de Roraima, CODESAIMA); são desse período a TELAIMA, a EMBRATEL, o Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), o Batalhão Especial de Fronteiras e a Unidade da Força Aérea Brasileira (VITAL, 2015).

desta profícua vertente da cooperação, de que são exemplos as operações conjuntas entre o Exército Brasileiro e a Força de Defesa da Guiana e a oferta de estágios para engenheiros militares guianeses no Brasil. A parceria estabelecida entre Brasil e Guiana também se estende ao contexto regional. Além de estado associado do MERCOSUL, a Guiana é país membro da OTCA e da OEA e associou-se, em 23 de janeiro de 2018, ao Grupo de Lima. A Guiana também foi signatária da Declaração de Santiago, que em 22 de março de 2019 criou o Foro para o Progresso da América do Sul – PROSUL. Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional (FMI). Disponível: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-cooperativa-da-guiana>. Acesso: 15/09/2021.

¹¹⁷Lei n.º 8.184 de 10 de maio de 1991. Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e Econômicos. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos, realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será fixada por ato do Poder Executivo, não podendo exceder a dez anos a dos Censos Demográficos e a cinco anos a dos Censos Econômicos.

Art. 2.º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará, tendo como referência, o ano de 1991, os seguintes censos: a) Censo Demográfico (população e domicílios); b) Censo Econômico (agropecuário, industrial, comercial e de serviços).

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se a Lei n.º 4.789, de 14 de outubro de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8184.htm. Acesso: 06/09/2021.

Mapa 2 - Evolução Política e Administrativa de Roraima na década de 1970



Fonte: Silva, 2021.

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 14¹¹⁸, a Constituição de 1988 eleva Roraima à condição de Estado, mas os trabalhos para que isso ocorresse começaram com um Projeto de Lei Complementar¹¹⁹ n.º 56, protocolado em 24 de junho de 1983, do então deputado federal Mozarildo Cavalcanti, conforme figura abaixo.

¹¹⁸Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990.

§ 2º Aplicam-se à transformação e à instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e os critérios segundo a criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

§ 3º O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, encaminhará à apreciação do Senado Federal os nomes dos governadores dos Estados de Roraima e do Amapá que exercerão o Poder Executivo até a instalação dos novos Estados com a posse dos governadores eleitos.

§ 4º Enquanto não concretizada a transformação em Estados, nos termos deste artigo, os Territórios Federais de Roraima e do Amapá serão beneficiados pela transferência de recursos prevista nos artigos. 159, I, a, da Constituição, e 34, § 2º, II, deste Ato. Disponível: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_05.10.1988/art_14_.asp. Acesso: 07/09/2021.

¹¹⁹ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n.º 56, de 1983, do Sr. Mozarildo Cavalcanti. Cria o Estado de Roraima, e dá outras providências. (As Comissões de Constituição e Justiça, do Interior e de Finanças.) O Congresso Nacional decreta CAPÍTULO I Art. 1.º É criado o Estado de Roraima mediante a elevação do Território Federal de Roraima à condição de Estado. Art. 2.º A cidade de Boa Vista é a capital do Estado. Art. 3.º O Estado de Roraima terá os limites do atual Território Federal de Roraima. Disponível: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.camara.leg.br%2FproposicoesWeb%2Fprop_mostrarintegra%3Bjsessionid%3DF1183775BE6F7DD76F921711B26A5AA5.proposicoesWeb1%3Fcodteor%3D1234123%26filename%3DDossie%2B-PLP%2B56%2F1983. Acesso: 07/09/2021.

Figura 9 - Projeto de Lei de criação do Estado de Roraima

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. MOZARILDO CAVALCANTI) PDS-RR

ASSUNTO: _____ PROTOCOLO N.º _____
Cria o Estado de Roraima, e dá outras providências.

DESPACHO: JUSTIÇA = INTERIOR = FINANÇAS

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA em 24 de JUNHO de 19 83

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Pimenta da Veiga em 29/06/83 19
O Presidente da Comissão de Justiça

Ao Sr. Deputado Brabo de Carvalho (Radist.) em 14/06/83 19
O Presidente da Comissão de Justiça

Ao Sr. Deputado Alcides Gomes em 26/11/85 85
O Presidente da Comissão de Interior

Ao Sr. Deputado Sérgio Cruz em 14/07/86 86
O Presidente da Comissão de Finanças

Ao Sr. _____ em _____ 19
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 56 DE 1983
DE LEI COMPLEMENTAR

Fonte: Site da Câmara dos Deputados (acessado pelo autor em 06/09/2021).

Na Carta Magna de 1967 foram retiradas do seu texto as formas tradicionais de divisão incorporação e anexo, presente nas constituições anteriores. A orientação feita por essa constituição, no art. 30, indicava que a criação de novos Estados e Territórios estavam na dependência de Lei Complementar, atribuindo ao Poder Legislativo a competência da aprovação da incorporação ou desmembramento de áreas das *unidades federativas* (Item V. art. 47º) (figura 14). (PORTO, 1999, p. 08).

A referida Lei foi executada quando o então Rondônia transformou-se em Estado pela Lei Complementar n. 41, de 22 de dezembro de 1981; na década de 70, Rondônia recebeu um enorme contingente de migrantes, situação que se repetiu nos demais ex-Territórios Federais como Roraima, Amapá, a partir das políticas de incentivo à ocupação da Amazônia por famílias de sem-terra, principalmente da Região Nordeste. Com a Constituição de 1988, esses territórios – inclusive o de Fernando de Noronha – foram extintos, de sorte que este foi reintegrado ao espaço pernambucano. Pode-se acrescentar também no contexto da reorganização territorial “a criação de mais um Estado no Brasil, o de Tocantins. O momento histórico dessa Carta Magna está inserido na lenta transferência das responsabilidades federais para outras instâncias; e uma delas deu-se na estadualização dos Territórios Federais” (PORTO, 1999, p. 08).

Diferentemente das outras unidades federativas da Amazônia, o Estado de Roraima surgiu no fim da década de 1980 com forte clivagem étnico-social, dividindo a sociedade em dois campos opostos: de um lado, índios, Igreja Católica, organizações não governamentais ligadas à preservação socioambiental da Amazônia e partidos de

esquerda; de outro, fazendeiros, empresários, governo estadual e a maioria da classe política, conservadora, distribuída pelo multipartidarismo da Assembleia e na representação dos partidos, da população e do Estado no Congresso Nacional. O ponto de cisão era a demarcação e a homologação de terras indígenas; e no interior desse conflito, a questão fundiária, com os grupos econômicos lutando pelo espaço territorial, e a extração de metais e pedras preciosas feita pelos garimpeiros nas áreas indígenas demarcadas ou em vias de demarcação. (GAMA NETO; SANTOS, 2021, p. 29).

Com apenas dois municípios, o então Território Federal de Roraima ficou nessa condição até 1982 com aumento populacional significativo, que foi determinante para a criação dos municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Mucajaí, Alto Alegre, Normandia e Bonfim, perfazendo um total de seis municípios emancipados com áreas até então de Boa Vista e de Caracarái. Nessa década, com a promulgação da Constituição de 1988, os Territórios Federais são extintos, e Roraima passa a ser Estado. (SILVA, 2021). Vale destacar que a Lei n.º 7.009¹²⁰, de 1 de julho de 1982, que autorizou a criação de municípios no Território de

¹²⁰ O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados, no Território Federal de Roraima, independentemente de comprovação dos requisitos previstos na Lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977, os Municípios de Mucajaí, Alto Alegre, São João da Baliza, Bonfim, Normandia e São Luiz.

§ 1º - Os limites da área de cada um dos municípios criados por esta Lei serão fixados em decreto do Poder Executivo.

§ 2º - Só a lei poderá alterar os limites da área do município, fixados nos termos do parágrafo anterior.

Art. 2º - (VETADO).

Art. 3º - Os municípios criados pelo art. 1.º desta Lei continuarão pertencendo à Circunscrição Judiciária do município de origem, até que lei especial disponha sobre a criação das respectivas Circunscrições Judiciais.

§ 1º - Os Prefeitos nomeados poderão:

I - expedir atos necessários à instalação e à administração do município; II - propor ao Conselho Territorial, com aprovação do Governador do Território Federal, a criação de tabela provisória de pessoal; III - nomear, dispensar e punir, na forma da lei, o pessoal de que trata o inciso anterior; IV - solicitar, com aprovação do Conselho Territorial, recursos do Território Federal; V - celebrar acordos, convênios e contratos para execução de serviços e obras municipais; VI - submeter à apreciação do Conselho Territorial, com a assistência e a aprovação do Governo do Território Federal, o plano anual das atividades administrativas a serem realizadas durante cada exercício que preceder a instalação dos municípios, discriminando-se a receita e a despesa estimadas para esse fim; VII - aplicar, no que couber, a legislação do município de origem.

§ 2º - A receita tributária ou originária, arrecadada na área dos novos municípios, será neles aplicada, para efeito da execução do plano anual referido no inciso VI do § 1.º deste artigo.

§ 3º - A prestação de contas dos prefeitos, referente a cada exercício que preceder a instalação dos municípios, será feita ao Conselho Territorial.

§ 4º - As contas do exercício imediatamente anterior ao da instalação dos municípios serão submetidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua instalação, ao julgamento das Câmaras de Vereadores eleitas simultaneamente com as dos demais municípios do Território.

Art. 4.º - Os subsídios dos prefeitos nomeados serão fixados pelo governador do Território Federal.

Art. 5º - O Tribunal de Contas da União, desde que solicitado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, disporá sobre as quotas do Fundo de Participação, quando devidas aos municípios criados de conformidade com esta Lei.

Art. 6º - Salvo as exceções previstas nesta Lei, aplicam-se aos municípios criados pelo art. 1.º desta Lei as

Roraima, em seu artigo 1.º já dizia que não seria necessário seguir a Lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977¹²¹ que trata da questão demográfica para criação de novos municípios, evidenciando que naquele momento se tratava de uma visão estratégica do Governo Federal e também do trâmite do então governador do território, Ottomar de Souza Pinto, junto ao presidente da República João Batista Figueiredo, pois este fora o responsável pela sua nomeação (vale ressaltar que nem sempre as nomeações eram bem vistas pelos designados para o cargo e, algumas vezes, era punição¹²²).

Naquele período, ocorreu a primeira eleição geral e livre do Brasil Pós-ditadura de 1964, e o brigadeiro Ottomar de Souza Pinto foi o primeiro governador eleito do Estado – 1991 a 1995; seu vice foi Airton Dias; nessa eleição foi eleito para a Presidência da República o alagoano Fernando Collor de Mello. Os três senadores foram: Hélio Campos (faleceu logo depois da posse e foi substituído pelo suplente João França Alves); Marluce Pinto (esposa do governador eleito) e César Dias.

Aos 47 anos de idade, o ex-comandante da COMARA – Comissão de Aeroportos da Amazônia em Belém-PA – entrou na história de Roraima, acompanhado de sua mulher, Maria Marluce Moreira Pinto, que também faz parte do grupo político da região. O pernambucano, brigadeiro da aeronáutica, Ottomar de Sousa Pinto foi um dos governadores biônicos nomeados do Território Federal de Roraima no período do Regime Militar (1964-1985) a ocupar o Palácio 31 de Março, sede do Governo em Boa Vista. (NOGUEIRA, 2016, p. 82, 83).

Embora fosse um dos mais novos estados da Federação, já experimentava uma disputa acirrada pelo poder político-partidária; e, para o governo do Estado, tem-se como representante

disposições da Lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 01 de julho de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO - Mário David Andreazza. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7009.htm. Acesso: 22/09/2021.

¹²¹ Lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977. Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6448.htm. Acesso: 22/09/2021.

¹²² De acordo com o ex-senador Mozarildo Cavalcante os militares em fim de carreira assumiam os territórios nomeados por uma das forças armadas e que, no caso de Roraima, as convocações vinham da Aeronáutica. Cavalcanti rememorou que militares em fim de carreira assumiam os territórios nomeados por uma das forças armadas e que, no caso de Roraima, as convocações vinham da Aeronáutica.

“Naquela época, o governador era nomeado, então ele não tinha nenhum interesse de arranjar e ter atritos com o governo federal. Depois que houve a Revolução de 1964, Roraima passou a ter dependência das Forças Armadas, da Aeronáutica. Os coronéis, muitos deles, eram nomeados como punição para não terem promoções. Eles iam para Roraima revoltados; nunca tinham passado um dia sequer em Roraima. Contando-se na ponta dos dedos, a maioria desses governadores nomeados não ajudaram o Estado”. Disponível: <https://folhadv.com.br/noticia/CI-DADES/Capital/Ex-governadores-de-Roraima-eram-nomeados-por-punicao--lembra-ex-senador/80358>. Acesso: 04/10/2021.

do velho regime o brigadeiro Ottomar; e do outro o representante do “novo regime” Romero Jucá Filho, o qual tinha como padrinhos políticos importantes como o ex-presidente José Sarney e o influente político pernambucano Marco Maciel (conterrâneo de Jucá, coincidentemente ou não também de Ottomar, foi vice-presidente de FHC/PSDB – 1995/2002, na segunda e na terceira eleição geral livre Pós-ditadura de 1964).

[...] o brigadeiro trouxe para cá João Fagundes, que ninguém conhecia, Avenir Rosa e Júlio Cabral, filho do ex-ministro Bernardo Cabral. Então, ele lá em Brasília tinha um trânsito muito grande e naquela época os territórios eram subordinados ao antigo Ministério do Interior; para provar que tinha um grande peso político e transferir voto, ele realmente conseguiu eleger os três paraquedistas no primeiro governo dele. Depois, Avenir Rosa sumiu de Roraima, Júlio Cabral também e João Fagundes não se reelegeu. Mas começou com ele e também com o ex-senador Romero Jucá, que também foi candidato, nessa eleição a governador. Romero Jucá, na época, falou com o presidente Collor que conseguiria eleger do lado dele um senador da República; e veio para cá, como candidato ao Senado, o usineiro João Lyra [sogro do irmão de Fernando Collor]. Romero Jucá perdeu a eleição para Ottomar, e João Lyra também não foi eleito, no entanto era um paraquedista que nunca tinha vindo antes a Roraima. (GAMA NETO; SANTOS, 2021, p. 42, 43).

Na ocasião, também tomaram posse os oito deputados federais¹²³; 24 deputados estaduais. Como se pode observar, como Roraima foi elevada à condição de Estado em 1988 com a extinção dos Territórios Federais, era necessário instalar, além da Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário e os Tribunais de Contas, ou seja, todo o aparelho de Estado precisou ser implantado; nesse contexto, também abrigou parlamentares paraquedistas bem relacionados com o poder em Brasília, que conseguiram mandatos eletivos em Roraima.

¹²³Deputados federais por Roraima na 49.^a legislatura, a primeira do Estado de Roraima: Alceste Madeira – PTB (50^a, 51^a, 52^a); Avenir Rosa – PP (49^a); Francisco Rodrigues – PFL (50^a, 51^a, 52^a, 53^a); João Fagundes – PMDB (47^a, 49^a); Júlio Cabral – PP (49^a); Luciano Castro – PPR (50^a, 51^a, 52^a, 53^a, 54^a); Marcelo Luz – PP (49^a); Rubens Bento – PFL (49^a); Tereza Surita – PPR (49^a, 54^a). Disponível: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=RR&legislatura=49&sexo=>. Acesso: 13/09/2021.

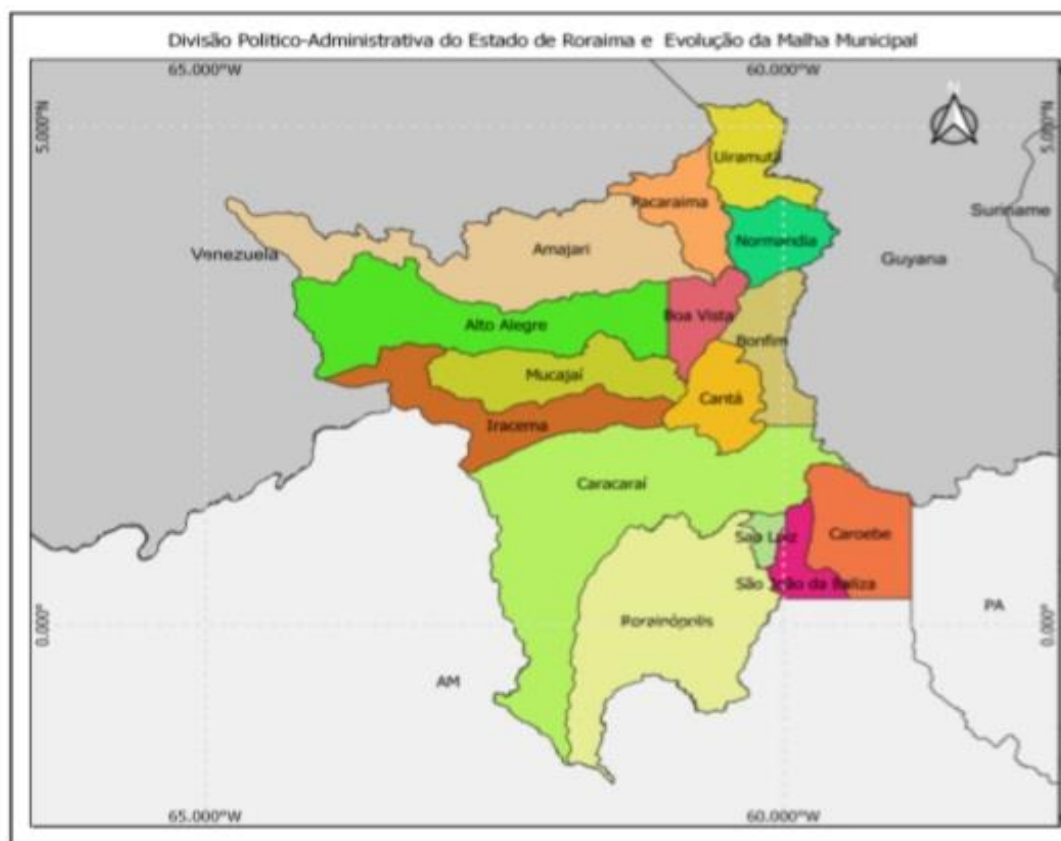
Mapa 3 - Evolução Política e Administrativa de Roraima na década de 1990



Fonte: Silva, 2021.

Em 1994 surgem os municípios de Caroebe e Iracema em função da grande migração de pessoas vindas principalmente do nordeste do País à procura de melhores condições de vida. Caroebe surgiu de um assentamento do INCRA denominado *Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Jatapu*, que serviu de atração para centenas de trabalhadores até então sem-terra. A partir de 1995 são criados os municípios de Amajari, Uiramutã (hoje rodeado pela Terra Indígena Raposa Terra do Sol); Rorainópolis (antiga vila do INCRA onde surgiu o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Anauá – o segundo maior assentamento agrícola do País); Cantá (possuía o maior projeto de colonização agrícola denominado de *Colônia das Confianças I, II, III*); e Pacaraima. (SEPLAN, 2021; SILVA, 2021).

Mapa 4 - Evolução Política e Administrativa de Roraima na década de 2000



Fonte: Silva, 2021.

Com efeito, até a década de 1970, antes do advento dos grandes projetos de assentamento e colonização e das vultosas obras, Roraima permaneceu esparsamente povoada e economicamente isolada do restante do País como uma ilha:

[...] com uma população total de 40.885 habitantes nessa década. O maior impedimento à ocupação e desenvolvimento do território era a sua grande dependência do Rio Branco para transporte. O rio não era navegável por barcos de maior calado durante a estação seca devido à presença de corredeiras ao longo do seu curso. (SILVA, 2021, p. 17).

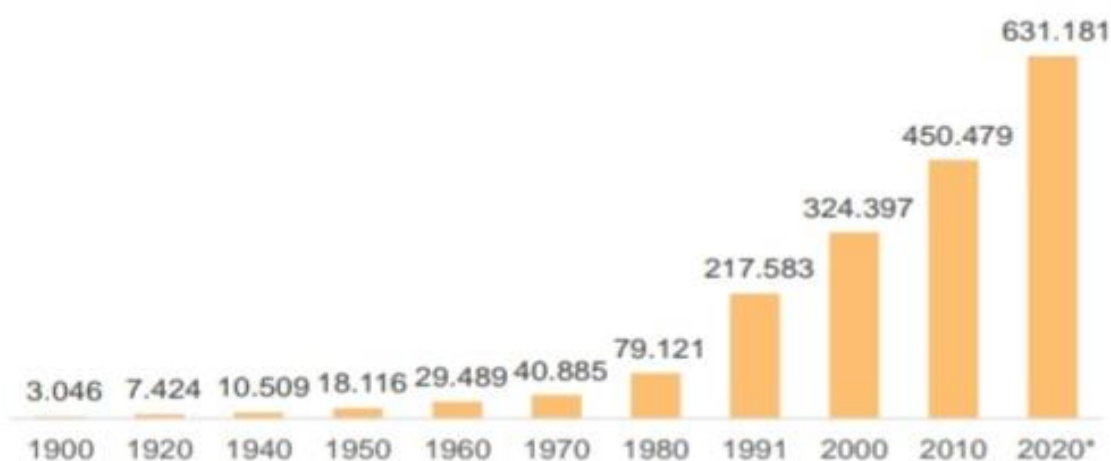
Vale ressaltar que o processo de ocupação do antigo Território Federal de Roraima estava inserido no bojo da preocupação dos militares, principalmente com as fronteiras. Por esse motivo eram destacados administradores geralmente militares como o brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, que teria um papel destacado na implantação do novo Estado. Para tanto se fazia necessário o investimento em infraestrutura para suportar as ondas migratórias induzidas pelos governos federal e estadual.

Durante o período do território, de 1944 a 1988, dos 26 governadores biônicos, apenas quatro foram ligados à elite local – Aquilino da Mota Duarte, Getúlio Alberto de Souza Cruz, José Araújo Neto e Hélio Magalhães de Araújo Neto. O não controle dos recursos institucionais do Poder Executivo pelas elites de Roraima e a alta taxa de

migração, sem que os novos eleitores demonstrassem conhecer posições históricas de classe local, levaram os políticos naturais do Estado e as oligarquias a conseguirem acesso aos recursos do Poder Executivo somente por meio dos políticos que começaram sua vida pública fora do Estado; indivíduos que conseguiram utilizar-se dos recursos de poder da máquina governamental, durante a fase em que foram governadores no ex-território, para construir sua base de sustentação eleitoral. Assim foi o caso do governador Ottomar Pinto, que, no exercício do mandato, teve papel decisivo na primeira eleição do roraimense Neudo Ribeiro Campos, para sucedê-lo em 1994 ao governo do Estado; e, na segunda eleição, do também roraimense Mozarildo Cavalcanti para o Senado em 2006 (GAMA NETO; SANTOS, 2021, p. 44).

Como se pode observar no contexto político roraimense, a oligarquia local representada pelas famílias tradicionais de Roraima não conseguiu se impor na política local tendo que *engolir* os políticos indicados pelo Governo Federal; até políticos paraquedistas, o que os impediu de imprimir uma marca nativa na construção do lugar; por outro lado, e conforme já vimos anteriormente e foi reforçado por Gama Neto e Santos (2021), foi somente com o auxílio do brigadeiro que dois representantes das famílias tradicionais puderam escrever seus nomes na história do Estado. Destarte, é provável que, devido a sua exclusão ou a sua incapacidade de se articular para governar, a elite roraimense criou um discurso sobre o governo central que é retratado como culpado pelo não desenvolvimento do Estado, eximindo o poder político local da responsabilidade, e esse discurso até hoje possui forte ressonância em todas as classes sociais do Estado.

Figura 10 - Evolução Populacional e Territorial 1900 a 2020



Fonte: Silva, 2021.

Como se pode observar, o crescimento populacional das décadas de 1960 a 1980 faz parte da política de migração planejada pelos governos (federal e estadual), que em grande medida resolveria dois problemas que os militares não enfrentavam diretamente: a concentração de terras no Nordeste e a necessidade sufocada por reforma agrária desde a década de 1940 com

as Ligas Camponesas (aliás, autores como Ianni, Martins e Stédile argumentam que o acirramento da questão agrária foi um dos fatores que precipitaram o Golpe de 1964). Para não mexer nos latifúndios dos coronéis nordestinos, optou-se por distribuir terras da União situadas na Amazônia, o que de certa forma resolveria o outro problema, que era o imenso vazio demográfico da região.

Na esperança da oportunidade de receber um lote de terra agrícola, os novos migrantes ficam à mercê da política paternalista do governo local. Essa política é vultuosamente continuada com a distribuição de cestas básicas de alimentação e de lotes urbanos na periferia da capital, Boa Vista, para onde geralmente se dirigem, inicialmente, os recém-chegados. Essa forma paterna de relaxamento das tensões sociais na periferia, obviamente não negada pela população descapitalizada que ali se encontra, tem como efeito instantâneo o aumento drástico do cinturão de pobreza em volta da cidade, pois apenas uma parcela dos migrantes consegue ser atendida de imediato. (BARBOSA, 1993, p. 190).

Além dos projetos de assentamento e colonização agrícola, a descoberta de ouro e de diamantes na porção setentrional de Roraima, em meados dos anos 1980, trouxe milhares de garimpeiros ao Estado. Estima-se que mais de 40.000 indivíduos estiveram envolvidos diretamente nessa empreitada, entre 1987 e 1991. Esses fatores certamente contribuíram com o aumento demográfico, como se pode ver no gráfico. Em 1980 eram 79.121 habitantes; 217.583 em 1991. Conforme se pode observar, é indissociável o sucesso político de Ottomar de Sousa Pinto do período em que foi governador biônico do Território Federal de Roraima no período do Regime Militar (1979-1983¹²⁴). Suas várias passagens pelo governo estão ligadas ao incentivo à migração, principalmente de nordestinos vindos do Estado do Maranhão, o que lhe rendeu eleitorado cativo por três mandatos eletivos.

O principal articulador da migração como forma de consolidar base eleitoral – e talvez reviver o plano de assentamento com distribuição de terras proposto inicialmente pelo

¹²⁴O governador Ottomar Pinto, neste seu primeiro governo (1979-1983), atravessou algumas crises políticas. Teve que demitir o prefeito da capital, e houve conflito na instalação do PDS (Partido Democrático Social, que substituiu a Arena), à época, partido de apoio ao Governo Federal. Embora elege-se os quatro deputados federais do Território, o partido dividiu-se em “ala do governador” e “ala nativista” (os “filhos da terra”). As lideranças locais teriam também ficado chocadas com o novo estilo de governo de Ottomar Pinto, haja vista que houve nessa época um crescente fluxo de imigrantes que reforçava o contingente eleitoral e a sua liderança. Para as lideranças locais, isso representava o preenchimento de suas vagas e a escapatória de oportunidades dos cargos almejados. A conjuntura política, econômica e social do Território Federal de Roraima no ano de 1979 apresentava as seguintes preocupações e prioridades para o governo de Ottomar Pinto: a questão fundiária, a precariedade das rodovias federais e estaduais, a urgente modernização do setor público, ausência de políticas públicas planejadas, investimentos na indústria e pecuária, migração, mineração, a questão indígena, entre outros temas, além do aspecto político vigente à época. Ottomar, entre um governo e outro, foi deputado federal e prefeito de Boa Vista. Seu desempenho sempre se caracterizou por um estilo particular de fazer política. Era centralizador no comando de governo e não costumava dividir o poder de decisão. Disponível: <https://folhabv.com.br/coluna/Minha-Rua-Fala-11-12-2019/9447>. Acesso: 14/09/2021.

governo militar – foi o governador Ottomar de Souza Pinto. Após o início de seu primeiro mandato, em 1991, construiu prédios públicos e organizou bairros inteiros na capital para receber os recém-chegados, principalmente aqueles oriundos do Nordeste. Fazia clara alusão ao seu nome, como foi o caso do maior ginásio coberto de esportes, Totozão, e o bairro da Pintolândia, localizado na zona oeste da cidade. (GAMA NETO; SANTOS, 2021, P. 39).

A evolução populacional não parou, e no ano de 2000, Roraima já possuía uma população de 324.3971 habitantes, no entanto, vale ressaltar que esse crescimento se concentrou principalmente no município de Boa Vista. Entre 2000 e 2010, a população chegou a 450.479 habitantes (IBGE, 2010); e entre os fatores que contribuíram nessa fase para “o incremento populacional, podemos citar: maior controle na utilização de recursos públicos estaduais, definição do quadro estatutário do governo do Estado, alteração na forma de ingresso no serviço público estadual, entre outros”. (SILVA, 2017, p. 18).

A concessão de emprego público foi uma das principais armas que os governantes de Roraima desenvolveram para conseguir obter apoio político dos eleitores nas eleições. A realização de poucos concursos de provas e títulos, questão que será explicitada adiante, levou à construção de uma burocracia pública não profissional, baseada em funcionários não concursados. (GAMA NETO; SANTOS, 2021, p. 49).

Com efeito, desde a República Velha, criaram-se as condições objetivas para que os entes federados pudessem estabelecer instituições de ensino superior. Vale ressaltar que, nos estados do Amazonas, São Paulo e Paraná, surgiram universidades fora do poder central, mas que tiveram vida curta e só vingariam décadas mais tarde (CUNHA, 2007).

Em 1889, a República se desenvolve com a criação de 14 Escolas Superiores. A Universidade de Manaus, criada em 1909, mostrou a força do Ciclo da Borracha; e, em 1912, a Universidade do Paraná, no contexto do Ciclo do Café. Posteriormente foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, a de Minas Gerais, em 1927, a de São Paulo, em 1937, e, em 1961, a Universidade de Brasília (COLOSSI; CONSENTINO; QUEIROZ, 2001, p. 51).

Como já foi dito anteriormente, na chamada República Velha, em 1889, até a Revolução de 1930, também conhecida como Primeira República ou República Oligárquica, nas Políticas de Educação, destaca-se o papel de Benjamin Constant em 1890-1891 no primeiro momento, cuja influência se estende até o início da política educacional da Era Vargas, desencadeada em 1930-1931.

Foi durante esse período que surgiram as escolas superiores livres, isto é, não dependentes do Estado, empreendidas por particulares. Seu crescimento foi bastante grande, tendo ocorrido correlativamente à facilitação do ingresso no ensino superior. Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade; e, também, de determinações ideológicas, como a influência do positivismo (CUNHA, 2007, p. 133).

Nesse contexto, em se tratando de Ensino Superior na Amazônia, é relativamente recente se forem levadas em consideração as universidades da Europa, que foram criadas a partir dos séculos IX e X (TRINDADE, 1999), difundindo-se por toda a Europa a partir do século XVI, sobretudo nos séculos XIX e XX, por todos os continentes. As Universidades brasileiras foram criadas a partir de 1920; e na Amazônia elas se implantaram a partir dos anos 1950, quando surgiram: a Universidade Federal do Pará – UFPA (1957); a Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1962); a Universidade Federal do Maranhão – UFAMA (1966); a Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT (1970); a Universidade Federal do Acre – UFAC (1974); a Universidade Federal de Rondônia – UNIR (1982); a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (1987); a Universidade Federal de Roraima – UFRR (1989); a Universidade Federal de Tocantins – UFT (2000), a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (2002) e atualmente a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA (2009) (GOMES, 2011).

Como já dissemos, o Brasil teve como bases as Universidades europeias, principalmente até as décadas de 1960-1970. Porém, em função das adaptações aos interesses dos grupos hegemônicos locais, configurou-se num sistema fragmentado que não encontra similar mesmo nos países vizinhos. Nas décadas de 1980-1990, período em que se instala a UFRR no extremo norte do País, o mundo no ocidental se regozijava com a queda do muro de Berlim, com o fim da URSS e, principalmente, se experimentava “um período de *laissez-faire*, com abertura de mercados e desregulamentação da educação universitária” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 238).

3.2 Com a UFRR vem o conhecimento: Estado e Universidade nascem e crescem juntos

Existe uma história que relaciona a Universidade Federal de Roraima (UFRR) com o *Campus* Avançado da Universidade Federal de Santa Maria¹²⁵, o que em parte é contestada, uma vez que, na análise do ex-reitor da UFRR Hamilton Gondim, quando as IES de Roraima

¹²⁵ *Campus* Avançado da Universidade de Santa Maria em Roraima (CAUSM), que desenvolveu suas atividades no antigo Território de 1.º de agosto de 1969 até o ano de 1985. O extraordinário trabalho realizado pelo Programa de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, do Estado do Rio Grande do Sul, seguindo a filosofia e os objetivos do Projeto Rondon, caracterizou-se pela presença de universitários e professores executando atividades que visavam ao desenvolvimento e à integração do Território Federal de Roraima. O referido *Campus* se desenvolveu no contexto do Regime Militar, implementando um braço educacional e assistencial da política de integração amazônica, definida na perspectiva da doutrina da segurança nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra. A criação de instituições autóctones de Ensino Superior em Roraima (a FECEC foi criada em 1984), por seu turno, inseriu-se no processo de democratização que desaguaria na Constituição de 1988 e na transformação de Roraima em Estado da Federação. Isso ocorreu de tal forma que, quando em 1989 um decreto presidencial nomeou o Reitor *Pro Tempore* para dar início à implantação da UFRR, uma série de condições para esse empreendimento já estava mais ou menos desenvolvida. (SILVA, 2017).

estavam nascendo, o *Campus* Avançado da UFSM estava encerrando suas atividades em Roraima. Objetivamente, o embrião da UFRR foi a partir da criação da Fundação de Educação e Cultura de Roraima (FECEC), nascida em 1984. (SILVA, 2017).

Com menos de quatro meses após sua criação, a FECEC conseguiu aprovar a autorização de seus cursos superiores pelo então Conselho Federal de Educação (Parecer n.º 48/85), com base no projeto elaborado pela Fundação. Os Cursos de Graduação (Licenciaturas Plenas em História e em Matemática) já poderiam iniciar suas atividades em março de 1985, caso possuísem um corpo docente qualificado com a mínima titulação de especialista.

Posteriormente em 1987, a FECEC, em convênio com a Universidade do Amazonas e a Secretaria de Educação de Roraima, ofereceu um curso de Licenciatura Plena para graduação de professores da parte de formação do currículo do Ensino de 2.º Grau - Esquema I, ministrado em Boa Vista, no período de outubro de 1987 a outubro de 1988. Esse curso foi reconhecido pela Portaria Ministerial n.º 1.009, de 24 de outubro de 1990, com base no Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n.º 277190. (SILVA, 2017, p. 33; 35).

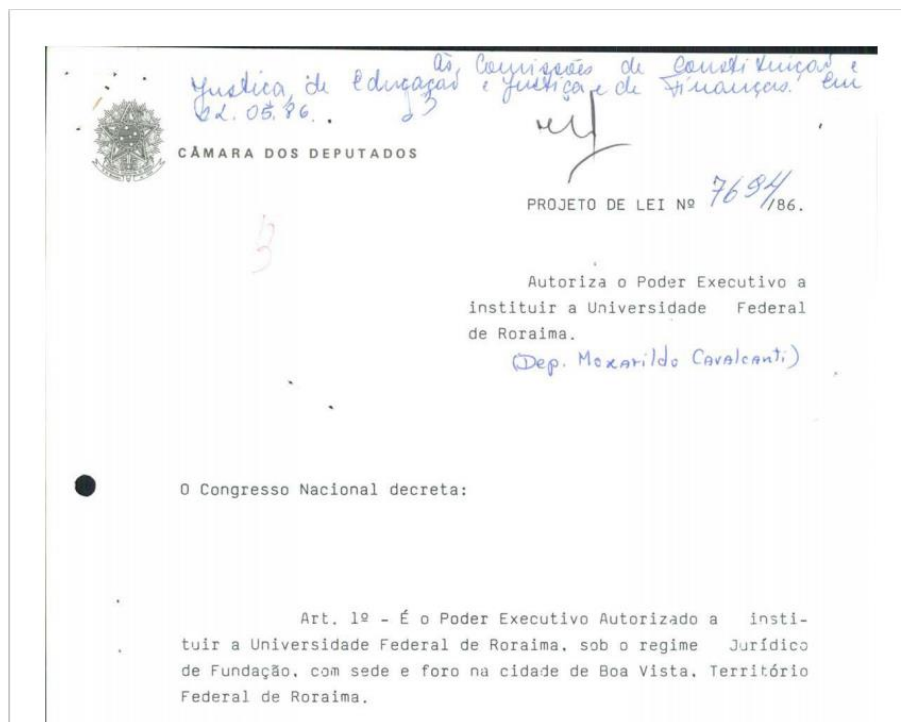
A ideia-força presente no processo de criação da UFRR era a de que, em sua criação e sua consolidação, mesmo que preservando os critérios e os valores acadêmicos, não se ignorasse a complexidade dos problemas advindos da ocupação humana do ecossistema amazônico, os conflitos e as violências pelo contato entre populações indígenas e a “sociedade envolvente”, a ação dos garimpos, o papel das missões religiosas, como também as atividades agrícolas. Outra questão que deveria ser levada em conta eram as fronteiras, a inevitável interação socioeconômica, política e cultural com a Venezuela (principalmente a região de Santa Elena de Uairén, divisa com o município de Pacaraima) e com a Guiana (na região de Lethen, na divisa com o município de Bonfim) (SILVA, 2017).

Durante a implantação da UFRR não perdemos a consciência de que a instituição universitária de hoje é a herdeira de uma tradição de organização e transmissão do saber que remonta há séculos. Se ficarmos nos limites europeus, a primeira referência é a Universidade de Bolonha (Itália), alegadamente fundada no século XI. Se incluirmos civilizações mais antigas, instituições conceitualmente universitárias já aparecem na China em 258 d.C., quando foi fundada a Universidade de Nanquim; reaparecem na Universidade de Nalanda em Bihar, na Índia, surgida no século V; na Universidade EzZeytuna de 737 d.C., na Tunísia – essa, por sua vez, já fora uma reconstrução da Grande Mesquita de Cairuão de 670 d. C. e considerada no mundo árabe como a sua primeira universidade; e na Universidade de Al Quarawiyyia, fundada em Fez, no Marrocos, em 859 d. C., considerada pela UNESCO a primeira universidade no sentido mais atual do termo. (SILVA, 2017, p. 19; 20).

Como se pode notar, a implantação da UFRR em 1989 está conectada com as mudanças advindas das disputas geopolíticas das potências econômicas e militares por mais mercados para suas empresas e com o suporte de organismos internacionais como o BM, que preparam o terreno para as políticas neoliberais que se instalaram no Brasil, principalmente na década de 1990, iniciadas com a eleição de Collor. No entanto, objetivamente, a UFRR surgiu do Projeto

de Lei 7.364¹²⁶, de 12 de setembro de 1985, que originou a Lei n.º 7694, de 04 de agosto de 1986, ambas do então deputado federal Mozarildo Cavalcante, conforme figura abaixo:

Figura 11 - Projeto de Lei de criação da UFRR



Fonte: Site da Câmara dos Deputados (acessado pelo autor em 10/09/2021).

De acordo com Silva (2017), a UFRR só seria efetivamente implantada em 1989 a partir do Decreto n.º 90.127/89: “merece destaque a atuação do então governador do Estado de Roraima Romero Jucá Filho e do deputado federal Mozarildo Cavalcante”. Para o autor (que

¹²⁶ LEI n.º 7.364, de 12 de setembro de 1985. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e dá outras providências. o PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que O Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Roraima, com sede e foro na cidade de Boa Vista, Território de Roraima.

Art. 2º -A Universidade Federal de Roraima será uma entidade diretamente vinculada ao Ministério da Educação e reger-se-á por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 3º -A Universidade referida conforme o artigo anterior funcionará inicialmente com os cursos de Agronomia, Geologia, Economia, Administração, Pedagogia e Serviço Social.

Art. 4º -A instalação da Universidade Federal de Roraima, assim como das diversas unidades que a comporão, dar-se-á a partir do momento em que haja dotação orçamentária específica e suficiente. (VETADO).

Art. 5º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de setembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República. JOSÉ SARNEY – Marco Maciel.

Disponível: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=108D895077BB6CAA350E5CEAEFD12035.proposicoesWeb1?codteor=1156649&filename=Dossie+-PL+7694/1986. Acesso: 10/09/2021.

também foi o primeiro reitor), esses parlamentares foram incansáveis intermediadores e propositores junto ao presidente da República da época, o maranhense José Sarney. Nesse contexto, pode-se dizer que a UFRR é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior a instalar-se em Roraima, fruto do processo de redemocratização, que permitiu a implantação dessa importante IES Pública. (SILVA, 2017, p. 57).

Figura 12 - Pré-UFRR



Fonte: Foto¹²⁷cedida pelo fotógrafo Alfredo Maia.

A foto acima também revela que, apesar da importância de o então deputado Mozarildo Cavalcante ser sempre citado quando se fala da criação da UFRR, entendemos que ele foi o porta-voz legal de um grupo que se formou para pôr em prática a implantação dessa importante IES pública, que, a nosso ver, não só nasceu, cresceu, como também se desenvolveu com o Estado de Roraima, pois, em se tratando de uma instituição pública, para que fosse oficializada, existem certos ritos que perpassam pela sociedade e deságuam no Parlamento. Isto posto, mesmo tendo iniciado os trabalhos no final de 1989 ainda no governo Sarney, trata-se de evento

¹²⁷A única mulher da foto é a professora Francilene Rodrigues, da qual foi minha professora na época da graduação, no Curso de Ciências Sociais com habilitação em Sociologia.

que se insere no bojo do ideário da globalização, que se inicia com Collor e se aprofunda na transição do governo Itamar para FHC, a partir da adoção do Consenso de Washington, que entre outras coisas permitiu a adoção do modelo mercantil para o Ensino Superior particularmente sob o governo FHC, baseado sobretudo na expansão do ensino privado. Portanto as dificuldades orçamentárias para que a UFRR iniciasse seus trabalhos estava conectada com questões bem maiores como a reforma do Estado.

[...] a UFRR nos seus primórdios, o Governo de Estado cedeu, por convênio, em 29 de dezembro de 1989, a área, hoje constituída pelo *Campus* de Paricarana, composta por um prédio semiacabado, um prédio em construção, e uma terceira edificação ainda em estágio inicial de construção. Esses prédios são hoje denominados Bloco I, Bloco II e Bloco III, respectivamente. Em março de 1990, a universidade iniciou com sua administração e com a parte didática, apenas no Bloco I, que foi concluído por meio de convênio com o governo do Estado de Roraima, em 1991. (SILVA, 2017, p. 67).

Pela Lei n.º 7.364/85, que criou a UFRR, para os primeiros cursos que deveriam ser implantados (Agronomia, Geologia, Economia, Administração, Pedagogia e Serviço Social), o *Campus* Paricarana¹²⁸ não possuía infraestrutura para abrigar o curso de Agronomia (este só seria criado em 1993, quando a UFRR recebeu do governo do Estado a Escola Agrotécnica, onde passou a funcionar o *Campus* Cauamé¹²⁹ – atualmente a Escola Agrotécnica funciona no

¹²⁸ O *Campus* Paricarana: o nome 'Paricarana' dado ao *campus* foi resultado de uma sugestão do Dr. Mozarildo Cavalcanti. Paricarana é uma leguminosa (*Baudichia virgilioide Agardh*), que é uma árvore nativa que ocorre nas savanas, muito resistente; teve muitas utilizações medicinais pelos antigos indígenas e foi muito utilizada para a construção de residências rústicas e cercas, dada sua alta resistência às intempéries, lembrando a tempera dos pioneiros da Universidade. A história dele começa quando o Governador General Arídio Magalhães, em 1983, designara essa área para abrigar o que seria o Centro Administrativo do Governo Territorial. Lá seriam construídos os prédios designados para cada secretaria do governo. Segundo Getúlio de Sousa Cruz, governador do antigo Território (1986-1988), ele teria decidido que aquela área seria da futura Universidade Federal de Roraima. Os governos de então continuavam a construir prédios para as Secretarias. Em 1989, o governador Romero Jucá Filho cedeu, por convênio, toda a área, juntamente com os prédios que estavam em construção. Posteriormente, o Governador Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto quis ocupar o bloco III, que foi “invadido” por nós. A seguir, o governo construiu dois blocos adicionais que foram ocupados pelas Secretarias de Interior e Justiça e do Bem-estar Social. Além disso, a Polícia Militar construiu um “Malocão” que servia como clube militar. Oportunamente, o brigadeiro Ottomar devolveu todos os dois prédios (para servir ao Curso de Medicina) e o Malocão. Somente nos dias 26 de março e 29 de setembro de 1992 foi feita a doação, pelo então prefeito municipal de Boa Vista Barac da Silva Bento, ao assinar os Títulos Definitivos de Propriedade da Área do *Campus* da UFRR, composta por 20 quadras que se encontram devidamente registradas no cartório de imóveis de Boa Vista. Destaque-se o papel da professora Núbia Abrantes Gomes, que acompanhou pessoalmente, por dois anos, todo o processo de doação e de registro. (SILVA, 2017).

¹²⁹ O *Campus* Cauamé: situado na zona rural da antiga colônia do Monte Cristo, local da antiga Escola Agrotécnica (que hoje funciona no *campus* Murupu) do Estado de Roraima, a qual o então governador Ottomar Pinto doou a partir da Lei Estadual n.º 40 em 25 de maio de 1993 para a Universidade Federal de Roraima, às margens da BR 174, o local hoje abriga o Centro de Ciências Agrárias (CCA), onde funcionam os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, além dos Departamentos de Solos e Engenharia Agrícola e de

*Campus Murupu*¹³⁰), no entanto ficou decidido na primeira resolução da reitoria instituir a Faculdade de Matemática, Estatística e Ciências da Computação; por outro lado, após consulta a uma parte significativa da sociedade, ficou claro que, diversamente ao que determinava a Lei, entendeu-se que o mais sensato era:

[...] iniciar com os seguintes seis cursos de graduação: Licenciatura Plena em Matemática; Licenciatura Plena em História; Licenciatura Plena em Letras; Bacharelado em Administração; Bacharelado em Economia; e Bacharelado em Contabilidade. Essa decisão antecipou na prática – como tantos outros atos e medidas soberanas e pioneiras da UFRR – a autonomia universitária, que seria detalhada posteriormente apenas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, mas que já era apontada em seus termos fundamentais pela Constituição Cidadã de 1988. (SILVA, 2017, p. 71).

Tendo sido a FECEC o embrião da UFRR, a segunda resolução da reitoria – a de n.º 02/1989, de 10 de dezembro de 1989 – incorporou os cursos de Graduação em Matemática e em História, autorizados pela Resolução n.º 48/85, do Conselho Federal de Educação (CFE) e ministrados pela Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima (FECEC). Isto posto, os concursos para o quadro efetivo de docentes e técnico-administrativos também se iniciaram a partir de dezembro de 1989. Nesse sentido, foram firmados convênios de cooperação técnica e científica com as seguintes Instituições de Ensino Superior: Universidade Federal do Ceará, Federal de Pernambuco, Federal de Santa Catarina, Federal do Pará, Federal de Santa Maria, além de outras IES (da Paraíba, do Rio de Janeiro, Fluminense, de São Carlos, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Minas Gerais, da USP, de Campinas e com a UNB) para assessorar no processo de implantação da UFRR. (SILVA, 2017).

Como não conseguimos sucesso na seleção de professores, nos moldes que pretendíamos inicialmente, dando prioridade absoluta aos professores locais, resolvemos, então, fazer ampla divulgação em todos os cursos de mestrado mais famosos e possibilitar a realização do concurso em qualquer outra unidade da

Fitotecnia. Possui laboratórios e uma clínica veterinária. No Cauamé também funcionam os cursos de Mestrado e Doutorado em Agronomia, e sua contribuição é expressiva nas ações de pesquisa científica, atuando na consolidação desses grupos da UFRR, decorrente da ampliação do quadro de doutores na instituição. No *Ranking* Universitário da Folha (RUF) de 2014, o curso de Agronomia da Universidade Federal de Roraima foi classificado como o segundo melhor da Região Norte. Em 2015, conseguiu se qualificar como o primeiro melhor curso da região. Disponível:

¹³⁰ O **Campus Murupu**: Localizado na BR 174, Km 37, sede da antiga Fazenda Bamerindus, S/N, no Projeto de Assentamento (PA) Nova Amazônia (PA Nova Amazonia), tem por missão formar técnicos agrícolas, atendendo a uma das demandas prioritárias para o desenvolvimento de Roraima. Abriga a Escola Agrotécnica, EAGRO, voltada especialmente à comunidade rural do Estado, com atividades voltadas para o ensino médio e técnico. A Escola oferece os Cursos Técnicos em Agropecuária, nas modalidades: Integrado ao Ensino Médio, Subsequente e Educação Profissional de Jovens e Adultos (Proeja), além do curso de Agroecologia em nível superior. Com 263 alunos e 54 servidores entre professores, técnicos e terceirizados, dispõe de salas de aula e de estudo, administração, auditório, laboratórios, restaurante universitário, unidades experimentais e biblioteca.

federação. Os concursos, em geral, eram marcados para o estado que apresentasse o maior número de candidatos, desde que não houvesse candidato em Boa Vista. As Resoluções do Gabinete do Reitor n.º 15 - 23, de 08 de janeiro de 1990, definiram locais e datas para realização de concurso público para professores, fora do Estado de Roraima. (SILVA, 2017, p. 75).

A cooperação é a lógica que avança por todos os campos da vida em sociedade, e não seria diferente no Ensino Superior, que ao longo dos séculos vem sofrendo profundas transformações na sua estrutura, no seu funcionamento e em seu papel social, com avanços e limites, no entanto, mesmo nos casos limitantes, percebem-se os avanços quando comparados aos estágios anteriores sem a presença indispensável das Universidades e demais IES. E essa questão pode ser percebida em Roraima com mais facilidade, pois em função do tamanho da população e da juventude do Estado existe claramente um divisor de águas no tocante à presença das IES Públicas (UFRR, IFRR, UERR) em relação ao desenvolvimento sociocultural, econômico e político proporcionado ao estado novo, que, por estar distante dos grandes centros econômicos e de poder do País, possui muitos desafios que só serão superados com o conhecimento científico das IES e com o trabalho dos muitos brasileiros de várias partes que fizeram de Roraima sua casa.

Conforme Silva (2017), as atividades acadêmicas começaram em março de 1990, porém problemas de ordem financeira obstaculizavam o processo; foi necessário recorrer novamente aos parlamentares Mozarildo Cavalcante e Alcides Lima, bem como ao governador Romero Jucá Filho, que negociaram com o Governo Federal a edição de uma Medida Provisória (Lei n.º 7. 909/89), assinada pelo Presidente Sarney para solucionar a questão.

Como a UFRR foi criada pelo decreto de 08 de setembro, ela não poderia constar entre as Unidades Orçamentárias no ano de 1989. Na verdade, não poderia constar nem mesmo do Orçamento para 1990. Durante o ano, o Executivo pode, com permissão do Legislativo, editar Créditos Suplementares, quando a unidade já faz parte do Orçamento aprovado, ou Créditos Especiais, podendo criar novas unidades orçamentárias ou financiar novos projetos. Aliás, observe-se de passagem que a edição de decretos de créditos suplementares, sem autorização do Legislativo, foi a imputação de crime de responsabilidade para a abertura em, 2015, do processo de *impeachment* (em 2015) da ex-presidente Dilma Rousseff. (SILVA, 2017, p. 78).

Destarte o problema orçamentário estava longe de ser solucionado de modo adequado, pois as primeiras eleições gerais do Pós-ditadura de 1964 reservaram surpresas nada agradáveis não só para a universidade, mas também para a maioria dos brasileiros. Com efeito, conforme o relato do ex-reitor, o crédito suplementar com o qual a administração da UFRR sanou seus compromissos – mesmo que momentaneamente – foi da mesma natureza que levou à imputação de crime de responsabilidade que culminou com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Para completar o quadro de adversidades, em março de 1990, houve uma mudança, não trivial, na administração federal com a posse do presidente Fernando Collor de Mello, com a implantação de um novo e revolucionário Plano Econômico, incluindo o confisco das poupanças. Em abril, o Poder Executivo decidiu não utilizar a Programação Especial, autorizada pelo Poder Legislativo, o que levou à situação interna da nova Universidade ainda mais caótica, com atrasos de até quatro meses nos pagamentos dos salários dos professores e funcionários. (SILVA, 2017, p. 79).

Com a eleição de Collor, a cartilha neoliberal é posta em prática, e seu governo começa a preparar o Estado brasileiro para o Estado Mínimo neoliberal e passa a cortar gastos sociais; e isso inclui as Universidades Públicas (na UFRR a situação era tão desesperadora que o reitor *pro tempore* chegou a pedir exoneração por falta de condições mínimas de trabalho). A ideia base deles era deixar que as ditas leis infalíveis de “mercado, com sua racionalidade própria, operassem a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização” (CHAUI, 2001, p. 17, 18).

O processo de interiorização da UFRR teve seu início em São Luís do Anauá, em 1991, quando, atendendo à solicitação do legislativo municipal, um grupo de professores da Universidade visitou aquele município para inteirar-se da sua demanda. Com base em consulta à comunidade, resolvemos, então, implantar dois cursos de graduação: Licenciatura Plena em Letras e em Matemática, em São Luís do Anauá. Um projeto consciente de interiorização do ensino, da extensão e da pesquisa iniciado em São Luís do Anauá, exatamente em um dos municípios mais complexos, devido à distância e às precárias condições de acesso, fez com que a UFRR, em seis anos, se fizesse presente em todos os municípios de Roraima, com cursos de Licenciatura Plena em Matemática, História, Letras e Pedagogia. Mais que isso: a UFRR implantou um *Campus* Avançado na Maloca da Raposa para possibilitar ao índio o acesso à universidade.

Atenta à vontade política das comunidades interioranas e indígenas, a UFRR deu prosseguimento a seu programa de interiorização dos cursos de Licenciatura Plena. Esse programa levou à implantação de *campi* universitários em dez localidades de todos os municípios do interior; entre elas, como já mencionado, uma comunidade indígena Macuxi, a Maloca da Raposa, em Normandia. No início de 1995, já se podia registrar o funcionamento de 18 cursos de Licenciatura Plena e 800 alunos nos *campi* do interior. A peculiaridade desse empreendimento é o fato de se ter criado 2 *campi* binacionais em localidades de fronteira. Um deles, com a Venezuela, marco BV-8, em Pacaraima. O outro, com a Guiana, Bonfim. Ambos foram desenvolvidos em cooperação com venezuelanos e guianenses, respectivamente. A interiorização se transformava em internacionalização. (SILVA, 2017, p. 101, 102, 103).

Como se pode perceber, a UFRR fez um esforço memorável para cobrir vasta extensão territorial, na época por estrada de chão. Vale ressaltar o esforço dos jovens professores, pois, com seu “entusiasmo e do idealismo de uma boa quantidade de professores, em especial, do então Pró-Reitor de Extensão, Prof. Paulo Aukar, e do Coordenador da Interiorização, Professor

Antônio César Silva Lima¹³¹, os veículos da UFRR cortaram Roraima” (SILVA, 2017, p. 103). O *cortar* nas palavras de Gondim tem sentido de *desbravar*, transportando o conhecimento que ia junto com “professores, livros, materiais didáticos e provas de vestibular”. Nesse contexto, de acordo com o autor, em 1995, chegou-se a ofertar na Maloca da Raposa, no município de Normandia (desde 19 de março de 2009 faz parte da Terra Indígena Raposa Serra do Sol¹³²), um curso de Pedagogia para formação de professores indígenas. (SILVA, 2017).

Eram períodos turbulentos, pois os dois anos de Fernando Collor na Presidência da República (aliás, a turbulência do governo Collor, se comparada à do governo Bolsonaro, parece-nos menos ruim) logo deram lugar ao então vice-presidente Itamar Franco, que, junto ao seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) – entusiasta do Consenso de Washington –, implantaram uma política de estabilização financeira, denominada de *Plano Real*, o qual conseguiu frear o processo de hiperinflação, cuja estabilidade econômica conseguida cacifou o então ministro da Fazenda como sucessor de Itamar.

Com efeito, não se pode olhar os governos de forma isolada, visto que a transição Itamar/FHC deve ser analisada a partir do primeiro ciclo reformista que se deu no contexto da redemocratização processada na primeira fase da Nova República, ainda no governo Sarney, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988.

Em boa medida, o acerto de contas com o autoritarismo supunha um dado reordenamento das políticas sociais, o qual respondesse às demandas da sociedade por *maior equidade* e pelo *alargamento da democracia social*. Também a *melhora da eficácia das políticas* inscreveu-se naquela agenda, na medida em que se reconhecia ser já significativo o esforço de gasto que o País realizava na área social em face de seus medíocres resultados. No plano institucional, os objetivos desse teor sustentaram proposições de *descentralização, maior transparência e accountability dos processos decisórios*, acompanhados do reforço da *participação social* – grandes ideias-força que fechavam o círculo da democratização do Estado. (DRAIBE, 2003, p. 68).

¹³¹ Professor César foi meu professor de agricultura na Escola Agrotécnica da UFRR.

¹³²Em 19 de março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento da Petição 3388, que questionava, em ação popular ajuizada pelo senador Augusto Affonso Botelho Neto, a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A ação pedia a declaração de nulidade da Portaria n.º 534 do Ministério da Justiça, homologada pela Presidência da República em 15 de abril de 2005. Desde 2015 acontece a instalação dos Escritórios Regionais divididos em “Maturuca (região das Serras), que atende a 81 comunidades; Centro Regional Amoko Pêê Depê (região Baixo Cotingo), que atende a 25 comunidades; Centro Regional 15 de Abril (região de Surumu), que atende a 18 comunidades, e o Centro Regional Severino Arnaldo Constantino (região da Raposa), que atende a 45 comunidades indígenas”. Por iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, e com o apoio direto do então presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, foi inaugurado o primeiro polo indígena do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), na comunidade do Maturuca, considerado o Coração da Raposa Serra do Sol. Lewandowski esteve em Raposa para conhecer os conciliadores e instalar o polo. Disponível: <https://cimi.org.br/2019/10/raposa-serra-do-sol-como-esta-a-terra-indigena-apos-uma-decada-da-historica-decisao-do-stf>. Acesso: 15/09/2021.

Na década de 1990, com o governo Collor e depois Itamar, é pavimentado o caminho para a ascensão ao poder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), encabeçado por FHC, o qual, com sua estreita ligação com o grande capital internacional, implementa o maior conjunto de reforma do Estado alinhado aos ditames do BM¹³³ e às suas agências subsidiárias, que servem ao imperialismo dos EUA; a subserviência às políticas vindas da potência hegemônica é a marca dos oito anos dos governos tucano.

[...] a política econômica e social do Estado atendeu, prioritariamente, aos interesses da fração internacionalizada da burguesia brasileira, do capital financeiro e produtivo internacional. A política que expressava esse arranjo de poder era a política neoliberal ortodoxa, uma estratégia de política econômica que se concretizou, como em toda a América Latina, nas medidas de redução dos direitos sociais e trabalhistas, na privatização e na venda de empresas públicas, na ampla abertura comercial e na desregulamentação financeira. (BOITO, 2018, p. 230).

Os governos do PSDB/FHC foram marcados pelo que ficou conhecido como a *Reforma do Estado*, e o modelo político e econômico do governo a partir do Consenso de Washington (vale destacar que o BM exerceu também liderança intelectual junto ao governo) gravitava no contexto da acumulação flexível, que trazia na bagagem a especulação financeira, em vez dos investimentos na produção real que gera trabalho. Nesse contexto, Florestan Fernandes (2020) argumenta que, para se implementar qualquer tipo de mudança que mexa com a sociedade, é necessário que se criem previamente instituições para que a partir daí se possa desenvolver a política e a democracia. Por outro lado, quanto ao Sistema Público de Ensino Superior nacional, de “um lado, elas são pressionadas no sentido de se tornarem mais responsivas ao controle do sistema público; de outro lado, elas sofrem as pressões para se tornarem um sistema independente e livre das amarras financeiras e administrativas do controle governamental” (PRATES, 2014, p. 17).

[...] ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a importante vitória contra a hiperinflação, obtida mediante o Plano Real, não foi suficiente para reverter essa crescente fragilização do País. Com efeito, diversos fatores continuaram a comprometer o processo de construção de um sistema econômico nacional, prolongando e aprofundando o que Celso Furtado chamara de a “construção interrompida”. Entre eles, destacam-se a abertura comercial ingênua, a âncora cambial

133 O Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. São elas: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944; Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960; Corporação Financeira Internacional (CFI), de 1956; Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), de 1966; Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), de 1988; Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), de 1955, renomeado de Instituto do Banco Mundial (IBM) em 2000; e Painel de Inspeção, criado em 1993. O chamado “Banco Mundial” é formado apenas pelo BIRD e pela AID, mas mantém estreita articulação com o conjunto do GBM, à exceção, em parte, do Painel de Inspeção. (PEREIRA, 2014, p. 78).

prolongada e a vulnerabilidade das contas externas, as privatizações e a obsessão pelo Estado Mínimo, os juro incompatíveis com uma economia saudável e a fragilidade das contas públicas, a semiestagnação econômica e o desemprego massivo, a opção por uma política externa submissa e a passividade diante dos elevados níveis de concentração de renda e exclusão social. (MERCADANTE, 2010, p. 11,12).

Entendemos que por trás das reformas se escondem pelo menos dois problemas graves e complexos: o primeiro se conecta ao ideário neoliberal presente nas políticas do BM e suas agências subsidiárias que todos os governos do Pós-ditadura de 1964 até FHC/PSDB acolheram sem muitas objeções. Essas “recomendações” que camuflam as ordens (como se fossem chefes por trás dos governantes, os quais direcionam as questões econômicas e políticas dos países) ligavam-se de modo perverso ao segundo problema, pois, ao direcionar as políticas governamentais de Estado Mínimo sob o argumento de garantir maior eficiência, um contingente de milhares de brasileiros terá ainda mais dificuldades de fazer valer um dos princípios básicos da Constituição de 1988, “a dignidade da pessoa humana”.

Esse apego a reduzir o direito à educação e os direitos humanos a indivíduos e o dever do Estado apenas com os indivíduos não tem acompanhado o avanço de abundantes declarações em defesa dos direitos coletivos da própria Assembleia Geral das Nações Unidas por direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, pela eliminação de todas as formas de discriminação racial, pelo direito de autodeterminação dos povos indígenas etc. – uma tensa história entre a primazia dos direitos individuais e o reconhecimento dos direitos coletivos que tem sido ignorada ou não tem a devida centralidade nas políticas e análises do direito à educação. A chegada das crianças, dos adolescentes, jovens-adultos às escolas públicas de educação básica e até às universidades vem obrigando o pensamento educacional a reconhecê-los como pertencentes a grupos de classe, sociais, raciais, sexuais segregados como coletivos. (ARROYO, 2015, p. 22).

Corroborando a fala de Arroyo (2015), é possível que a última e única barreira legal diante das reformas propostas pelos vários governos alinhados aos interesses do grande capital seja a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 205 reconhece explicitamente a educação como um direito de todos, consagrando, assim, a sua universalidade como direito objetivo expresso na Carta Magna, o que se atrita com o poder político e econômico que se articula para a incapacidade de os cidadãos pobres fazerem valer seus direitos subjetivos. Nesse contexto, o Estado deve garantir esses direitos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação, no entanto, cada vez que ele encolhe, que ele se exime de suas responsabilidades pela adoção do ideário neoliberal, afronta a CF/88, visto que aos menos favorecidos deve o Estado garantir a inclusão, porém desde o *impeachment* da primeira presidente do País temos acompanhado o desmonte do Estado de Bem-Estar Social erigido nos governos do Partido dos Trabalhadores.

No que diz respeito às obrigações postas aos Estados-partes pelo Pacto no campo educacional, o inciso II do artigo 13 estabelece que, para assegurar o pleno exercício desse direito: a) a educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos; b) a educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação técnica e profissional, deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito; c) a educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito; d) a educação de base para os que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo de educação primária deverá ser intensificada na medida do possível; e) deve haver o desenvolvimento de uma rede escolar em todos os níveis de ensino, com um sistema adequado de bolsas de estudo e melhoria contínua das condições materiais do corpo docente. (DUARTE, 2007, p. 701, 702).

Conforme Duarte (2007), ao ser apontado como direito público subjetivo, o direito à educação pública, gratuita e de qualidade é lesado, pois, se os menos favorecidos não conseguem na maioria das vezes direitos mais básicos como alimentação e moradia, como irão garantir os direitos subjetivos? Diversamente aos governos civis até FHC/PSDB, os governos do PT trabalharam para garantir que o Estado se fizesse presente com um leque de Políticas Públicas que materializaram o direito público subjetivo, objetivado a partir de programas como o REUNI, os quais a partir dos governos Temer e atualmente Bolsonaro vêm retrocedendo quanto às conquistas e às garantias do *direito à educação*¹³⁴ no âmbito das Políticas Públicas de Educação e Políticas Sociais como um todo.

Importante salientar que a partir de Duarte (2007), Arroyo (2015), Silva (2017), Almeida Filho (2007), Carvalho (2006) e Cury (2008), não é possível compreender o direito à educação apenas pela via do Direito enquanto ciência jurídica. Em função da complexidade social, entendemos ser cada vez mais urgente que mais disciplinas tanto das áreas de humanas, quanto das ciências jurídicas, econômicas dialoguem entre si para que se consolide o movimento de inclusão de Políticas Públicas de inclusão – hoje em curso de deslegitimação. Atualmente, sob o governo Bolsonaro, inclusive temos o movimento de volta de conceitos de políticas de segregação (como a volta das escolas exclusivas para alunos com necessidades especiais e escolas militares) das classes menos favorecidas como um projeto de Estado de

¹³⁴O direito à educação está regulamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, no artigo 26: 1- Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2 - A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3 - Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos. Disponível: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso: 08/09/2021.

exclusão das ditas minorias, movimento que atinge também o Ensino Superior.

Sabemos que a formação acadêmica é a mediadora necessária e objetiva *do e com o* desenvolvimento do ser humano integral, e qualquer falha no acesso a esse valioso bem social impacta de forma grave tanto o sujeito quanto a sociedade, e as Instituições de Ensino Superior Públicas têm papel fundamental nesse contexto. Em sua abordagem a reflexão de Adorno (1985) aponta a transformação em mercadorias de coisas que não necessariamente são essenciais, mas que se tornam objetos de desejo de modo inconsciente, com a intencionalidade de quem as produziu.

O fato de que em toda carreira, mas sobretudo nas profissões liberais, os conhecimentos especializados estão, via de regra, ligados a uma mentalidade de conformismo às normas enseja facilmente a ilusão de que os conhecimentos especializados são os únicos que contam. Na verdade, faz parte do planejamento irracional dessa sociedade reproduzir sofrivelmente tão somente as vidas de seus fiéis. A escala do padrão de vida corresponde com bastante exatidão à ligação interna das classes e dos indivíduos com o sistema (ADORNO, 1985, p. 124).

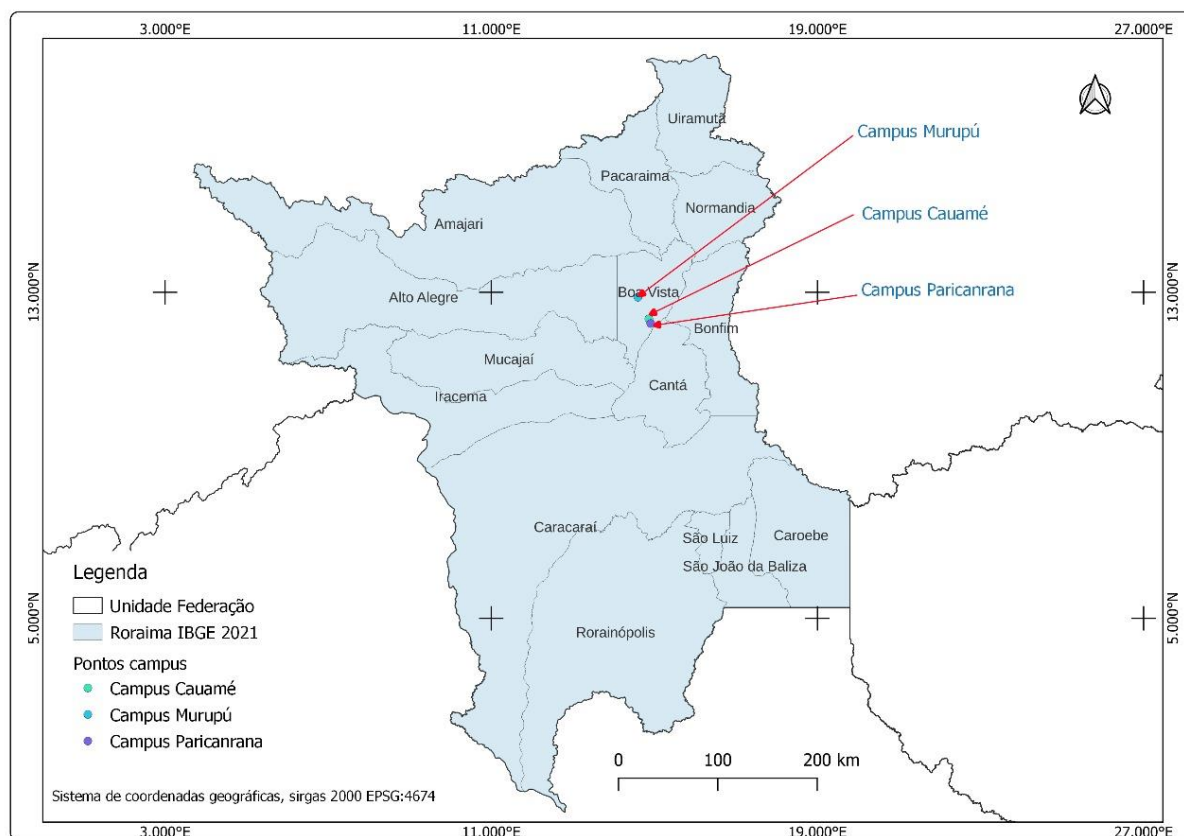
É possível que as dificuldades na formulação, na implantação e na execução das Políticas Públicas (como no caso dos problemas relatados na implantação da UFRR) estejam na opção das políticas econômicas (que a nosso ver são os fiéis representantes e produtores do sistema de pensamento liberal) adotadas pelos governos como mediadoras para entender as variáveis econômicas que incidem sobre a sociedade em sua busca por bem-estar (que se opõe à busca por lucros fáceis que, mesmo em prejuízo da maioria da população, avança sobre os serviços públicos essenciais) – entendido aqui como pertencente à necessidade de desenvolvimento e de evolução da humanidade em oposição ao pauperismo que degenera e degrada.

Nesse contexto, não podemos aceitar que o preconceito de classe, cor, gênero, etnia etc. se esconda por trás do dito conservadorismo moral, o qual, com seu entendimento raso e simplificante da sociedade cada dia mais complexa, aceite que matar, encarcerar, retirar direito seja o caminho para se construir uma sociedade melhor. Se esse modelo que está posto pelas elites conservadoras é o que eles têm de melhor para oferecer, com certeza não estão inclusos os milhões de pobres que precisam de Políticas Públicas de inclusão, e não de mais armas para matar mais pobres; precisamos de mais escolas e universidades para que nossa juventude possa ter orgulho de ser brasileiro, pois os jovens estão num país que os acolhe, e não que os mata por serem pobres.

Com efeito, hoje a Universidade Federal de Roraima está localizada fisicamente em três *campi* – todos na capital (o Paricarana, dentro da zona urbana; o Cauamé, um pouco mais afastado, mas próximo ao centro urbano; e o Murupu, mais afastado, distando aproximadamente

30km da sede do município de Boa Vista). Cumpre-nos fazer talvez a pergunta mais óbvia quando se visualiza a disposição dos *campi* da UFRR: *por quais motivos ela optou por não se interiorizar?*

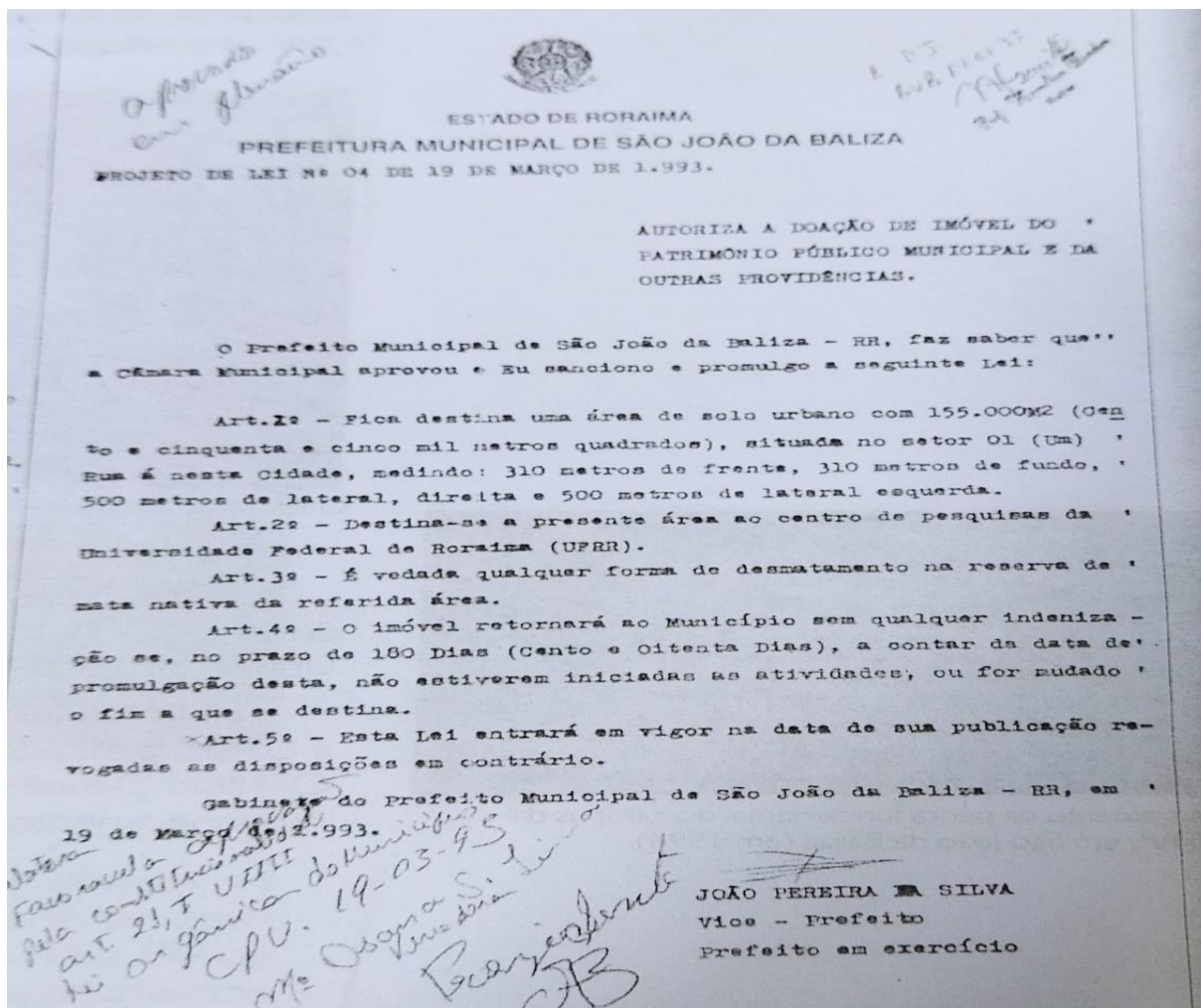
Mapa 5 - Localização dos Câmpus da UFRR



Fonte: Mapa elaborado pelo próprio autor, 2023

A UFRR tinha planos de ter presença física também fora da capital, e um dos locais foi o município de São João da Baliza, localizado no sul de Roraima, entre os municípios de São Luiz do Anauá e Caroebe. Ainda em 1994, chegou a ser lançada a pedra fundamental do *campus* da UFRR no referido município, o qual estava estrategicamente localizado entre dois municípios cercados de assentamentos rurais, dos quais um deles era o Projeto de Assentamento Rápido – PAR Jatapu, que é o segundo maior assentamento de Roraima, atrás apenas do Projeto de Assentamento Dirigido – PAD Anauá, no município de Rorainópolis, também no sul de Roraima. Nesse contexto vale destacar a fala do ex-reitor da UFRR: “A todo instante era sinalizado à comunidade acadêmica quão prioritária era a interiorização”. (SILVA, 2017, p. 106).

Figura 13 Termo de Doação de Terreno para a UFRR



Fonte: Silva, 2017.

Como se pode observar, naquele período a região sul de Roraima era a parte mais promissora em termos de desenvolvimento, pois abrigava, além dos maiores assentamentos rurais do Estado, o maior contingente de trabalhadores rurais vindo de várias partes do País; já os motivos pelos quais a UFRR não se instalou fisicamente na região vindo a contribuir diretamente com o seu desenvolvimento será objeto de análise mais adiante.

Figura 14 - Placa sinalizando o terreno da UFRR



Fonte: Foto¹³⁵de Silva, 2017.

3.3 Do ensino tecnológico da Escola Técnica ao IFRR

O Instituto Federal de Roraima (IFRR) faz parte do que hoje conhecemos como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No entanto ele está vinculado a um passado bem mais distante, pois os IFs possuem uma vinculação (alguns diretamente; outros apenas pela tradição) com as escolas de aprendizes artífices instituídas pelo então presidente da República Nilo Peçanha¹³⁶ em 1909, pelo Decreto n.º 75.566, de 23 de setembro de 1909, que cria nas capitais dos Estados da República a Escola de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito (BRASIL, 2021). Até 1930, essas escolas eram de responsabilidade do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e assim ficaram até a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1937 foram transformadas em liceus industriais, a exemplo do Modelo de ensino francês, muito influente desde o Império e que manteve sua influência na República por meio das ideias positivistas de Augusto Conte. Em 1959, os liceus são transformados em Escolas Técnicas Federais, configuradas como

¹³⁵Na foto ao lado da placa a mulher de óculos é a professora Geiza Pimentel, que também foi minha professora no Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFRR.

¹³⁶Nilo Procópio Peçanha nasceu em Campos (RJ) e faleceu no Rio de Janeiro; foi bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (1887). Eleito deputado constituinte (1890), reelegeu-se sucessivamente até 1903, quando se tornou senador. No mesmo ano presidiu o Estado do Rio de Janeiro. Em 1906, foi vice-presidente da República no governo Afonso Pena. Com a morte deste (1909), assumiu a Presidência até o término do mandato presidencial, em 1910. De novo reeleito para o Senado (1912), foi também, pela segunda vez, presidente do Estado do Rio de Janeiro. A partir de 1917, tornou-se ministro das Relações Exteriores do governo Venceslau Brás e manteve-se no cargo até o final desse governo. Foi um dos articuladores da entrada do Brasil na Primeira Guerra. Foi derrotado por Arthur Bernardes nas eleições presidenciais de 1921. Disponível: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/335>. Acesso: 09/09/2021.

autarquias. Desta feita, já figurava a influência do Modelo Norte-Americano, que a cada dia ocupava mais espaço no sistema de ensino brasileiro.

[...] em 1918 eram implantadas Fazendas Modelo, transformadas em liceus industriais em 1937, os quais, cinco anos após, eram rotulados como Escolas Técnicas Ampliadas e, em 1959, Escolas Técnicas Federais. Na década de 60 (século XX), com olhar voltado para demandas de então, surgem os Ginásios e Escolas Agrícolas, que viriam a constituir, a partir de 1972, os Colégios Agrícolas. Em 1978 inicia o processo de *cefetização* nas Escolas Técnicas do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais e, no ano seguinte, a federalização das Escolas Agrotécnicas. Outro fato marca essa história, o surgimento de reivindicações crescentes por ensino profissionalizante em nível superior. (GARÓFALO; PINHO, 2012, p. 04).

O ano de 2004 é um marco na educação profissional e tecnológica, momento em que as políticas federais corrigem um caminho tortuoso, particularmente do governo FHC, pois, durante a década de 90, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais tornam-se Cefet, formando a base do sistema nacional de educação tecnológica, instituído em 1994; em 1997 publica o Decreto 2.208/97¹³⁷, que disciplinou a estrutura curricular e o itinerário formativo dos cursos técnicos (decreto revogado pelo Decreto n.º 5.154, de 2004); e, em 1998, o governo federal proíbe a construção de novas escolas federais. (SILVA, 2009).

As mudanças promovidas no governo PSDB/FHC demonstravam total alinhamento com o Modelo Norte-Americano (MNA) de educação, que, por outro lado, faz parte da nova estratégia do capital, que sob a égide do Banco Mundial dissemina o ideário neoliberal, principalmente por todo o mundo ocidental (vale ressaltar que isso quase nunca se deu de forma não violenta – não necessariamente física –, mas também o foi em grande medida). Com efeito, o século XX possui vasta documentação sobre os caminhos trilhados pelo imperialismo dos EUA e particularmente na década de 70, com a derrocada do “Welfare State”, por O’Connor (1973), Offe (1984) e Esping-Andersen (1990); e a década de 90, com o “Consenso de Washington”, por Montano; Durguetto (2010), Harvey (2018), Souza (2019). Isto posto, os sistemas de educação global, à medida que passaram à condição de mercadorias, também passaram a sofrer profundas transformações na sua estrutura, no seu funcionamento e também em seu papel social. Nesse contexto, o Sistema Público Tecnológico, como também o Ensino

¹³⁷ O Decreto 2.208/97 criou matrizes curriculares e matrículas distintas para o estudante que desejava formar-se técnico: uma no Ensino Médio e outra no Ensino Técnico; o reforço à dualidade estrutural ocorreu para atender a três objetivos básicos: a) evitar que Escolas Técnicas formem profissionais que sigam no Ensino Superior ao invés de ingressarem no mercado de trabalho, b) tornar os cursos técnicos mais baratos, tanto para a rede pública quanto para os empresários da Educação Profissional que desejam oferecer 34 mensalidades a preços competitivos, e c) promover mudanças na estrutura dos cursos técnicos, de modo que os egressos possam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho e que as instituições de ensino possam flexibilizar os currículos adaptando-se mais facilmente às demandas imediatas do mercado. (TAVARES, 2012).

Superior, são contraditoriamente pressionados, pois de “um lado, elas são pressionadas no sentido de se tornarem mais responsivas ao controle do sistema público; de outro lado, elas sofrem as pressões para se tornarem um sistema independente e livre das amarras financeiras e administrativas do controle governamental” (PRATES, 2014, p. 17).

[...] em 2005, alçou à condição de Universidade Tecnológica Federal o CEFET Paraná. Aliás, esse ano, segundo o Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC), foi o marco regulatório para o início do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de forma tal que pela Lei 11.892, de 29/12/2008, foram criados os atuais 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (GARÓFALO; PINHO, 2012, p. 04).

Os governos do Partido dos Trabalhadores investiram significativamente no sistema de ensino tecnológico do País não só por promoverem a maior expansão dos IFs, como também pela retomada de cursos técnicos integrados com o ensino médio proibidos pela gestão do PSDB, com a alteração da lei que vedava a expansão da rede federal. De acordo com Silva (2008), antes da expansão, a rede federal contava com 144 unidades de ensino tecnológico, “distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus *campi*, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II/RJ”. (SILVA, 2009, p. 08).

Com efeito, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) surgiu a partir da Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima. Assim como a antiga ETFRR teve sua origem por meio do Projeto de Lei (PL) 2219¹³⁸, de 04 de outubro de 1983. Na justificativa para a criação da Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima (ETFTFRR), o parlamentar argumenta que na época o Território travava uma luta para alcançar a emancipação e para se tornar Estado, pois já possuía mais de duzentos mil habitantes e necessitava urgentemente da instalação, em sua capital, de uma Escola Técnica Federal para formar técnicos de nível médio para atuarem nas áreas mais carentes de um desenvolvimento acelerado pelo qual passava Roraima.

¹³⁸ O CONGRESSO NACIONAL decreta: Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a criar, no município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, uma Escola Técnica Federal. Art. 2º - O Estabelecimento de Ensino criado por esta Lei manterá cursos de 2.º grau destinados à formação de técnicos em agricultura, pecuária, economia doméstica, edificações, estradas e geologia. Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), consignando-se no Orçamento da União, para os exercícios seguintes, as dotações necessárias ao funcionamento da Escola Técnica Federal a que alude o art. 1º. Art. 4º - O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Educação e Cultura, regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias. Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário. Disponível:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1550394DCC2CD2BBBEC944E73D7EBAF2.node1?codteor=1165215&filename=Avulso+-PL+2219/1983. Acesso: 10/09/2021.

Atualmente, os estudantes roraimenses enfrentam toda sorte de dificuldades, pois são forçados a se deslocarem para outros Estados como o Amazonas e o Pará para cursarem seus estudos em instituições universitárias ou em escolas técnicas existentes nessas Unidades Federadas. Eis que em Roraima inexitem tais estabelecimentos de ensino. Todavia é evidente que apenas um limitado número de estudantes tem condições de frequentar universidades ou instituições de ensino em função das elevadas despesas técnicas no Amazonas e no Pará decorrentes das elevadas despesas com transporte, hospedagem, alimentação, pagamento de anuidades escolares e outras. (PL 2219 de 1983).

Posteriormente, o PL gerou a Lei n.º 7.518¹³⁹, de 14 de julho de 1986, que autorizou o Poder Executivo a criar e a prover todas as condições de funcionamento da referida instituição; o projeto teve como autor o então deputado federal Mozarildo Cavalcante (PDS/RR – 1983 a 1987) (vale ressaltar que isso ocorreu três meses após o mesmo deputado ter protocolizado o PL de criação do Estado de Roraima; e três anos depois, em 1986, o parlamentar propôs a criação da UFRR), conforme documento abaixo:

¹³⁹LEI n.º 7.518, DE 14 DE JULHO DE 1986. Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, uma Escola Técnica Federal.

Art. 2º O estabelecimento de ensino criado por esta Lei manterá cursos de 2.º Grau destinados à formação de técnicos em agricultura, pecuária, economia doméstica, edificações, estradas e geologia.

Art. 3º (Vetado).

Art. 4º O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Educação, regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY - Jorge Bornhausen. Disponível: <https://legis.senado.leg.br/norma/549394/publicacao/15725763>. Acesso: 10/09/2021.

Figura 15 - Projeto de Lei de criação da ETFRR

05/04/84
Ap.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. MOZARILDO CAVALCANTI) PDS-RR

ASSUNTO: _____ PROTOCOLO N.º _____
Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Roraima.

DESPACHO: COM.CONST.E JUSTIÇA - EDUCAÇÃO E CULTURA - FINANÇAS
À COM.CONST.E JUSTIÇA em 4 de outubro de 1983

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado PLÍNIO MARTINS em 1983
O Presidente da Comissão de Justiça ✓
Ao Sr. Dep. Herculano em 1983
O Presidente da Comissão de Educação e Cultura ✓
Ao Sr. Dep. JAYME SANTANA em 1983
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____ em 1983
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____ em 1983
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 2219 DE 1983

Fonte: Site da Câmara dos Deputados (acessado pelo autor em 09/09/2021).

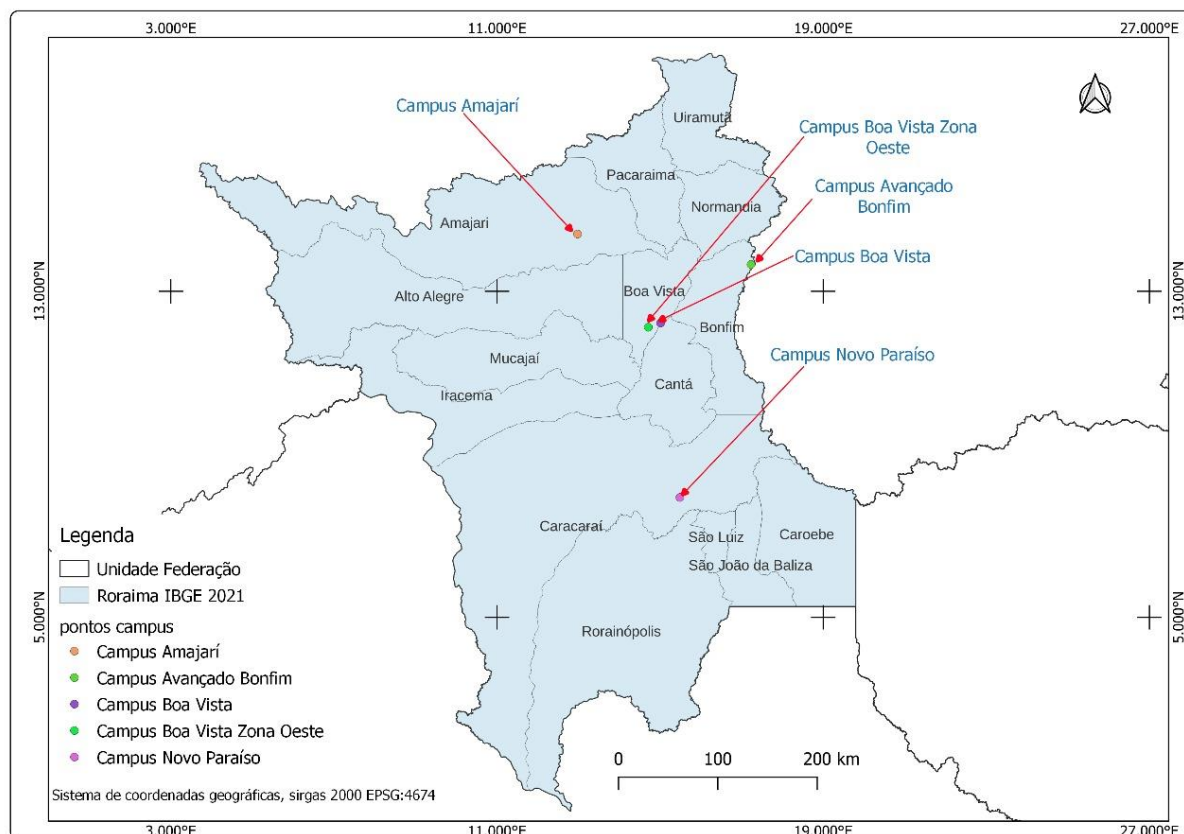
A ideia era não só atender ao expressivo contingente estudantil já existente em Roraima, instalado principalmente na capital, Boa Vista, como também atender às necessidades do Território Federal quanto ao fornecimento de mão de obra qualificada de modo a contribuir com seu melhor desenvolvimento.

Em 2008, a partir da Lei 11.892, de 29/12/2008, passam a vigorar no País, nas antigas estruturas dos CEFETs, os IFs; em Roraima o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR faz parte do longo caminho percorrido pelas escolas tecnológicas desde as Escolas de Aprendizes Artífices de 1909; agora, com estrutura *multicampi*, buscam promover o desenvolvimento local e regional, assim como as universidades federais visam “articular ensino, pesquisa e extensão; ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, Pesquisa e Inovação Tecnológica e Cursos Técnicos de Licenciatura, Graduação Tecnológica, Bacharelado e Pós-graduação” (GARÓFALO; PINHO, 2012, p. 09).

Atualmente, de acordo com a Resolução n.º 448, de 28 de março de 2019, do Conselho Superior do IFRR, trata-se de uma autarquia federal que possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às Universidades

Federais, e oferece Educação Superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, com especialidade na educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino. (BRASIL, 2019). A estrutura *multicampi* pode ser conferida na figura abaixo:

Mapa 6 - Localização da Estrutura Multicampi do IFRR



Fonte: Mapa elaborado pelo próprio autor, 2023.

Após se tornar Instituto Federal assentado na sede do antigo CEFET, o IFRR expandiu-se para além da capital, Boa Vista, com a interiorização dos seguintes *campi*: o *Campus Amajari*, a aproximadamente 150km da capital; o *Câmpus Avançado Bonfim*, a aproximadamente 120km da capital; e o *Câmpus Novo Paraíso*, que fica a 256km de Boa Vista. Abaixo temos um quadro com os cursos superiores oferecidos por cada *Campus*, e a partir daí se pode ter uma ideia do trabalho que o IF vem prestando ao desenvolvimento do Estado a partir da interiorização de seus *campi* e cursos:

Quadro 10 - Cursos Superiores ofertados pelo IFRR por Câmpus

CAMPUS	TECNOLÓGICO	LICENCIATURA	BACHARELADO
Amajari	1-Tecnologia em Aquicultura	1 – Ciências da Natureza ¹⁴⁰	
Boa Vista	1-Tecnologia em Gestão Hospitalar; 2-Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; 3-Tecnologia em Saneamento Ambiental; 4-Tecnologia em Gestão de Turismo.	1 - Licenciatura em Ciências Biológicas; 2 - Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica; 3 - Licenciatura em Matemática; 4 - Licenciatura em Educação Física.	
		Licenciatura em Ciências Biológicas – UAB Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica– UAB Licenciatura em Matemática – UAB ¹⁴¹	
Boa Vista Zona Oeste	1-Tecnologia em Gestão Pública		
Bonfim	1 – Curso Técnico subsequente em Comércio exterior 2 – Curso Técnico subsequente em Administração		
Novo Paraíso			Agronomia

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *site* do IFRR, 2021.

Entre os dois modelos que se destacam enquanto referências de arquitetura curricular e estrutura de gestão das IES brasileiras, os IFs estão mais próximos filosófica e ideologicamente do Modelo Norte-Americano (MNA) “conceitual e tecnológico do sistema econômico e político mais poderoso na atualidade – e ao mesmo tempo sua resultante – vigora o modelo norte-americano (MNA) de educação superior” (ALMEIDA FILHO 2007, p. 231).

Com efeito, o centenário Modelo Norte-Americano se consolidou e alcançou a hegemonia no Pós-Segunda Guerra Mundial principalmente em função do papel que os EUA começaram a exercer no mundo ocidental – até então eurocêntrico. Nesse contexto, os cursos tecnológicos amplamente defendidos e implantados pelo ministro Paulo Renato no período PSDB/FHC são amostras de um dos itinerários formativos do secular MNA, que tem demonstrado seu vigor e sua eficiência prática na forma da especialização e tem influenciado a

¹⁴⁰A partir do EDITAL n.º 08/2021 – CAM/IFRR, DE 20 DE AGOSTO DE 2021, foram estabelecidas normas para o processo seletivo de estudantes para preenchimento de vagas do curso de Formação Inicial e Continuada – FIC/EAD para professores em Ciências da Natureza, oferecido pelo *Câmpus* Amajari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. Disponível: [edital-ndeg-08-21 \(ifrr.edu.br\)](https://www.ifrr.edu.br/edital-ndeg-08-21). Acesso: 13/09/2021.

¹⁴¹O IFRR em 2019 submeteu-se ao Instrumento de avaliação institucional externa – Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica (EaD). Disponível: <https://www.ifrr.edu.br/cpa/relatorios-de-avaliacao-externa/RelatorioAvaliaoRecredenciamentoEaD.pdf>. Acesso: 07/12/2021.

matriz intelectual e tecnológica, no mundo e no Brasil, porém deixa a desejar no que tange ao cumprimento dos compromissos sociais e históricos da universidade. No Brasil, o governo do PSDB (1994/2002) seguiu as orientações do BM no contexto do Consenso de Washington, trabalhou fortemente no processo de desregulamentação, liberalização e privatização do que antes eram serviços públicos, o que no caso da educação se reflete no deslocamento de sua responsabilidade – antes do Estado (com a CF/88) – para os indivíduos (conforme expresso na LDB 9394/96).

3.4 A trajetória de criação da UERR

De acordo com a Lei Complementar n.º 091¹⁴², de 10 de novembro de 2005, a Universidade Estadual de Roraima foi criada como uma Fundação Pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, de natureza e estrutura *multicampi*. Nesse contexto, absorveu tanto a estrutura quanto os cursos de três Institutos de Ensino Superior: do Instituto Superior de Educação (ISE), do Instituto Superior de Educação de Rorainópolis (ISER) e do Instituto Superior de Segurança e Cidadania (ISSeC). Os três Institutos Superiores estavam abrigados na Fundação de Educação Superior de Roraima (FESUR), que, de acordo com a Lei Complementar n.º 043¹⁴³, de 30 de agosto de 2001, no seu Art. 3º, dizia que a Fundação tinha o ofício de atender ao interesse público no tocante à formação de professores e, para tanto, tinha como “objetivo criar e manter o Instituto Superior de Educação de Roraima, instituição de ensino de natureza profissional que tem por finalidade a formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica e outros que venha a criar”.

Art. 4º O Patrimônio da Fundação será constituído: I – pela dotação de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) a que se refere o art. 15; II – pela estrutura física e material presentemente usada pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM; III – pela estrutura física e material presentemente utilizada pela Escola de Formação de Professores; IV – pela estrutura física e material presentemente utilizada pelo estádio e Complexo Aquático Flamarion Vasconcelos (Canarinho); V – pela estrutura física e material presentemente utilizada pelo Ginásio Poliesportivo Hélio da Costa Campos; VI – pela estrutura física e material presentemente utilizada pelo Centro regional Antônio Carlos Lacerda Gago, situado em Rorainópolis; VII – pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Governo do Estado e por entidades públicas ou particulares; § 1º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus

¹⁴² Disponível: <https://al.rr.leg.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei-complementar-No.-091.pdf>. Acesso: 13/09/2021.

¹⁴³ Disponível: https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/LeisComplementaresEstaduais/2001/Lei_Comp_Est_043-2001.pdf. Acesso: 14/09/2021.

objetivos, podendo para tal fim ser alienados. § 2º No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio do Estado de Roraima.

Em 2001, ano de criação da FESUR, quem governava o Estado era Neudo Campos¹⁴⁴, que foi governador por dois mandatos – de 1995 a 2003 –, mesmo período em que FHC esteve na Presidência da República. Na gestão de Campos, houve muitos avanços na área da educação, pois, além dos três institutos que serviram de alicerce para a criação da UERR, foram construídos os Colégios-Padrão com arquitetura moderna e adaptada para o clima da região e que funcionam até hoje por todo o Estado e ainda são as maiores obras de infraestrutura já construídas em Roraima para atender à educação básica.

Na ocasião da criação da UERR, o governo do Estado de Roraima era ocupado novamente por Ottomar de Souza Pinto (PTB – 2004-2006¹⁴⁵), que, para seu segundo mandato

¹⁴⁴ Neudo Ribeiro Campos nasceu em Boa Vista, no dia 1.º de setembro de 1946, filho de Antônio Ribeiro Campos e de América Sarmiento Ribeiro, família tradicional na política de Roraima. Concluiu os cursos primário e ginásial em sua cidade natal, nos anos de 1957 e 1962, respectivamente. Após uma breve passagem pelo Colégio Estadual do Amazonas, transferiu-se em 1964 para Belém, onde terminou o segundo grau e ingressou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Pará. Formou-se em 1970 e especializou-se na área de tecnologia de concretos, tornando-se empresário da construção civil. Em 1990, na primeira eleição direta para governador de Roraima após a transformação do antigo território em Estado pela Constituição de 1988, foi lançado candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que, em dezembro de 1989, elegeu Fernando Collor de Mello presidente da República. Realizada a eleição em outubro, foi derrotado por Ottomar Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Transferindo-se posteriormente para esse partido, em outubro de 1994 concorreu de novo ao governo estadual, dessa vez com êxito. Ao tomar posse em janeiro de 1995, garantiu o apoio do seu governo ao presidente Fernando Henrique Cardoso em troca da liberação de ajuda financeira para dar continuidade às obras iniciadas por seu antecessor. Em setembro de 1995, admitiu que Roraima, sete anos depois de se tornar Estado, ainda vivia à custa da União, ao afirmar: “Sem as verbas federais, o Estado quebra.” No mesmo mês, anunciou o investimento de 15 milhões de reais para asfaltar a BR-174 até a fronteira com o Amazonas, obra fundamental, do seu ponto de vista, “para transformar Roraima num grande corredor de exportação rumo aos mercados do Caribe e do Nafta”. No final de janeiro de 1998, decretou estado de calamidade pública em Roraima devido à seca prolongada e à falta de água potável, situação que levaria o Estado a enfrentar um dos piores incêndios de sua história durante três meses, causando a devastação de quase dez mil metros quadrados de floresta. Mesmo enfrentando denúncias de corrupção, disputou a reeleição em outubro de 1998, à frente de coligação integrada por seu partido, o Partido Progressista Brasileiro (PPB), e ainda pelo Partido Liberal (PL) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), além de agremiações menores. Teve como principais adversárias a ex-prefeita de Boa Vista Teresa Jucá e a senadora Marluce Pinto, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com cujo marido, Ottomar Pinto, prefeito de Boa Vista, rompeu depois que decidiu concorrer à reeleição. Iniciou seu segundo governo em 1.º de janeiro de 1999, e em 2000 deixou o PPB e filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL). Em janeiro de 2003 encerrou o governo, deixou o PFL e filiou-se ao Partido Progressista (PP). De 2005 a 2006, foi secretário de Governo de Roraima, na gestão de Ottomar Pinto (2004-2007). Nesse último ano concorreu com êxito às eleições para deputado federal na legenda do PP. Assumindo o mandato na Câmara em fevereiro de 2007, tornou-se membro titular das comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, e de Minas e Energia. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neudo-ribeiro-campos>. Acesso: 14/09/2021.

¹⁴⁵ Nesse pleito foram disputadas duas vagas para o Senado e foram eleitos: Romero Jucá (PSDB) e Augusto Botelho (PDT); lá já se encontrava Mozarildo Cavalcante eleito nas eleições gerais de 1998. Para a Câmara Federal foram eleitos: Ângela Portela (PTC), Chico Rodrigues (PFL), Luciano Castro (PL), Márcio Junqueira (PFL), Maria Helena (PSB), Neudo Campos (PP). Disponível: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso: 14/09/2021.

como governador eleito pelo voto da população, travou batalha judicial¹⁴⁶ com Flamarion Portela (eleito pelo PSL, mas migrou logo depois para o PT¹⁴⁷; ser governador pelo mesmo partido dos ocupantes do Poder Executivo deveria ter certas vantagens), e a Justiça Eleitoral cassou o mandato de Portela e garantiu a posse do segundo colocado. Ottomar ainda teria um terceiro mandato de governador do Estado, conseguido nas eleições de 2006¹⁴⁸, em que foi reeleito com 62% dos votos (TSE, 2006). Porém, com aproximadamente um ano da sua terceira eleição – o quarto contando com o período em que foi indicado pela Ditadura de 1964 –, o brigadeiro, considerado um dos políticos mais ligados ao povo, veio a falecer¹⁴⁹ em dezembro de 2007, e sua morte provocou grande comoção popular.

Com a criação da UERR, a FESUR foi extinta pela Lei Complementar n.º 116¹⁵⁰, de 16 de janeiro de 2007; e no seu Art. 2.º ficou determinado que, com a extinção da FESUR, todos os bens da Fundação passariam para a Universidade Estadual de Roraima – UERR:

¹⁴⁶ A ação tramitou na Justiça por quase dois anos e culminou com a cassação de Flamarion; foram anexadas provas materiais de que houve uso da máquina pública em benefício da campanha de reeleição do então governador, que assumiu o cargo em 2000, no lugar de Neudo Campos (PP). Depois de uma intensa disputa judicial, iniciada logo após a eleição de 2002, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em definitivo cassou o mandato de Portela, considerado culpado por crimes eleitorais de abuso do poder econômico e político. No acórdão do Tribunal também ficou explicitado que quem deveria assumir o cargo de governador era o segundo colocado nas eleições, Ottomar Pinto. O brigadeiro reformado da Aeronáutica foi governador de Roraima (1991-1995) e prefeito de Boa Vista (1997-2000). No Regime Militar, foi governador nomeado do então Território de Roraima (1979-1983). Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1111200415.htm>. Acesso: 13/09/2021.

¹⁴⁷ Brasília, 18/3/2003 (Agência Brasil – ABr). O governador de Roraima, Flamarion Portela, filiou-se hoje ao PT, no Salão Nobre da Câmara, na presença de várias autoridades do Partido dos Trabalhadores. Flamarion foi eleito pelo PSL e, com sua filiação ao PT, o partido que elegeu três governadores passa agora a ter quatro governadores. Estiveram presentes à solenidade o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu; o presidente nacional do PT, José Genoíno; o presidente da Câmara, deputado João Paulo (PT/SP); o líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT/SP); o líder do PT na Câmara, deputado Nelson Pelegrino (BA), parlamentares e lideranças petistas. Disponível: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-03-18/flamarion-portela-filia-se-ao-pt-elevando-para-quatro-numero-de-governadores-do-partido>. Acesso: 14/03/2021.

¹⁴⁸ Nesse pleito foi disputada uma vaga para o Senado, e saiu vitorioso Mozarildo Cavalcante (PTB), candidato de Ottomar; lá já estavam Romero Jucá (PSDB) e Augusto Botelho (PDT). Para a Câmara Federal foram eleitos: Ângela Portela (PTC), Chico Rodrigues (PFL), Luciano Castro (PL), Márcio Junqueira (PFL), Maria Helena (PSB), Neudo Campos (PP). Disponível: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso: 14/09/2021.

¹⁴⁹ No dia 11 de dezembro de 2007, Ottomar Pinto estava em Brasília, onde teria um encontro agendado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar da questão da transferência das terras, ora pertencentes à União, para o Estado de Roraima. Quando estava no hotel, sentiu-se mal (ele sofria de diabetes e, por diversas vezes, foi internado) e foi levado às pressas para o Instituto do Coração, em Brasília. Mas, mesmo tendo recebido atendimento médico de urgência, não resistiu e faleceu. O corpo veio em um avião da Força Aérea Brasileira, sendo velado, primeiramente, no saguão do Palácio Senador Hélio Campos – sede do Governo – e depois à visita pública no Ginásio de Esporte “Totozão” – construído por ele. Milhares de pessoas o visitaram e fizeram questão de tocá-lo. O enterro aconteceu na tarde do dia 13 de dezembro, tendo antes o féretro passado em várias ruas, bairros e locais onde ele construiu as grandes obras. O povo, ao longo do trajeto do cortejo fúnebre, aplaudia a sua passagem. Foi o fim de uma era política como nenhuma outra igual. Disponível: <https://folhabv.com.br/coluna/Minha-Rua-Fala-11-12-2019/9447>. Acesso: 14/09/2021.

¹⁵⁰ Disponível: <https://al.rr.leg.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei-complementar-No.-116.pdf>. Acesso: 13/09/2021.

I - Todas as estruturas físicas, instalações e edificações existentes e presentemente utilizadas pela Fundação de Educação Superior de Roraima – FESUR, pelo Instituto Superior de Educação – ISE e pelo Instituto Superior de Educação de Rorainópolis – ISER.

Do patrimônio que consta na Lei de Criação da FESUR, apenas o Instituto Superior de Educação (ISE) e o Instituto Superior de Educação de Rorainópolis (ISER) ficaram para a UERR; e o Instituto Superior de Segurança e Cidadania (ISSeC¹⁵¹), um dos três Institutos, foi erroneamente destinados à Polícia Militar e virou Academia de Polícia, o que demonstrou, além de visão estratégica limitada do gestor nomeado na época, um nível de compreensão incompatível com o que se espera de alguém que ocupa o cargo de Reitor, mesmo que fosse *pro tempore*. A atitude da época causou e ainda causa prejuízo para a mais nova IES Pública do Estado de Roraima, que em função do baixo investimento não consegue expandir-se, pois os espaços físicos herdados hoje são insuficientes para as necessidades da UERR.

Art. 3º A administração superior da Universidade Estadual de Roraima – UERR será exercida pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

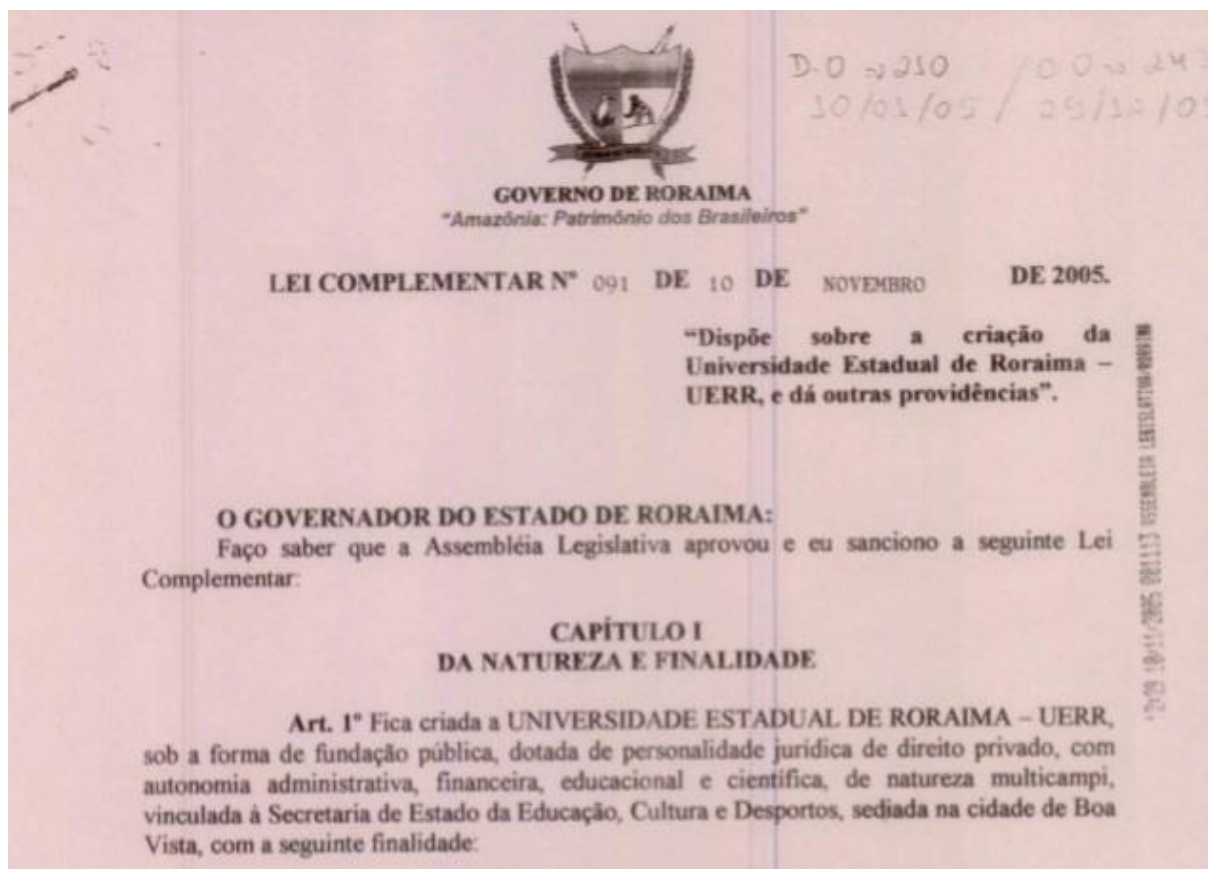
§ 3º O(a) Reitor(a) *Pro Tempore* da UERR exercerá cumulativamente a Presidência da Fundação de Educação Superior de Roraima – FESUR, designando no ato de sua posse os diretores *Pro Tempore* do Instituto Superior de Educação – ISE, do Instituto Superior de Educação de Rorainópolis – ISER e do Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima, ISSeC-RR, até a efetiva implantação da Universidade Estadual de Roraima – UERR, que deverá absorver integral ou parcialmente, conforme o caso, as suas estruturas físicas, materiais, financeiras e de recursos humanos, ressalvadas imposições de natureza legal.

Como se pode ver, a Lei de criação da UERR não deixa dúvida de que os três Institutos Superiores e seus respectivos espaços físicos deveriam ter sido repassados para a Universidade; é até razoável que nem todo o patrimônio gerido pela FESUR coubesse à nova IES, pois entre eles estavam estruturas gigantescas como estádio e ginásios, mas os Institutos eram perfeitamente compatíveis com o que se devia sonhar para a nova Universidade Estadual de Roraima. O certo é que, ao ceder o ISSeC para outros fins, ficou prejudicado o futuro da nova

¹⁵¹O Instituto Superior de Segurança e Cidadania – ISSeC, credenciado pela Resolução n.º 58/2003 do CEE/RR, ofertou o curso de Bacharelado em Segurança Pública, com 225 (duzentos e vinte e cinco) acadêmicos, além de diversos cursos voltados à Formação Continuada para profissionais da Segurança Pública, resultados de convênios e parcerias, integrando a Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito, Sistema Penitenciário, Defesa Civil e Guarda Municipal. Apesar de criada em 10 de novembro de 2005, a UERR somente foi instituída com a aprovação de seu Estatuto em 13 de julho de 2006. Esse período de transição foi marcado por audiências públicas, discussão interna acerca da implantação da Universidade, incorporação da infraestrutura física da FESUR e de suas Unidades, internalização de uma nova cultura institucional [...]. Disponível: <https://www.uerr.edu.br/histo/>. Acesso: 15/09/2021.

IES, pois se tratava de um espaço fundamental para a formação das futuras gerações.

Figura 16 - Lei de criação da UERR



Fonte: Site da ALE-RR (acessada em 13/09/2021).

Com efeito, de acordo com o ex-reitor da UERR e também da UFRR, professor Hamilton Gondim¹⁵², a ideia de se ter uma universidade estadual ocorreu após longa viagem pelo interior de Roraima; e, com isso, surgiu a constatação de tal necessidade de interiorização do Ensino Superior no jovem Estado de Roraima.

¹⁵² Para Silva (2019). a memória e o tempo não falham e são responsáveis pelo veredito. Assim, iniciamos, após inúmeras audiências públicas, com o primeiro vestibular para 1.700 vagas, nas seguintes quinze (15) localidades e nos quarenta e quatro (44) cursos superiores: 1. Alto Alegre (Enfermagem, Pedagogia, Agronomia); 2. Boa Vista (Enfermagem, Geografia, Matemática, História); 3. Bonfim (Pedagogia, Letras); 4. Caracarái (C. Computação, Contábeis, Matemática, Turismo, Geografia); 5. Caroebe (Pedagogia); 6. Entre Rios (Pedagogia); 7. Iracema (Pedagogia, Administração); 8. Mucajaí (Serv. Sociais, Educ. Física, C. Biológicas, Letras); 9. Normandia (Pedagogia, Administração); 10. Nova Colina (Pedagogia); 11. Pacaraima (C. Computação, Com. Exterior, Turismo, Letras); 12. Rorainópolis (Química, Matemática, Agronomia, Pedagogia, C. Contábeis, Letras, Física); 13. São João da Baliza (Eng. Florestal, Administração, Matemática, Letras); 14. São Luís do Anauá (C. Contábeis, Pedagogia, História); 15. Surumu (Pedagogia). <https://www.linkedin.com/pulse/quem-interessar-possa-hamilton-gondim-silva/?trackingId=AKOs9lh%2B%2BJFSB09yZq5AKg%3D%3D>. Acesso: 15/09/2021.

[...] a criação da Universidade Estadual de Roraima, em um memorável jantar em um humilde restaurante no município de Iracema, depois de uma longa viagem pelo interior do Estado, envolvendo o (então) Governador Ottomar de Souza Pinto, o (então) senador Mozarildo Cavalcanti, o (então) deputado Federal Luciano Castro, e quem viria a ser o Reitor Fundador. Como justificar a criação de uma universidade estadual em um Estado pobre e periférico, com uma educação básica tão precária? Não seria mais apropriado aplicar os recursos dos roraimenses pagadores de impostos em sua educação básica? Na verdade, entendemos que uma Universidade do Estado seria a forma mais econômica, mais eficiente de impactar a qualidade do ensino básico em todo o Estado, tão carente. A UERR nasceu para atender às necessidades da educação básica do Estado. (SILVA, 2019).

A ideia por trás da criação da FESUR e de seus três Institutos foi dar conta das obrigações da LDB 9394/96. Vale lembrar que naquele período o Governo FHC havia fixado prazo para que todos os professores tivessem graduação. E foi nesse contexto que:

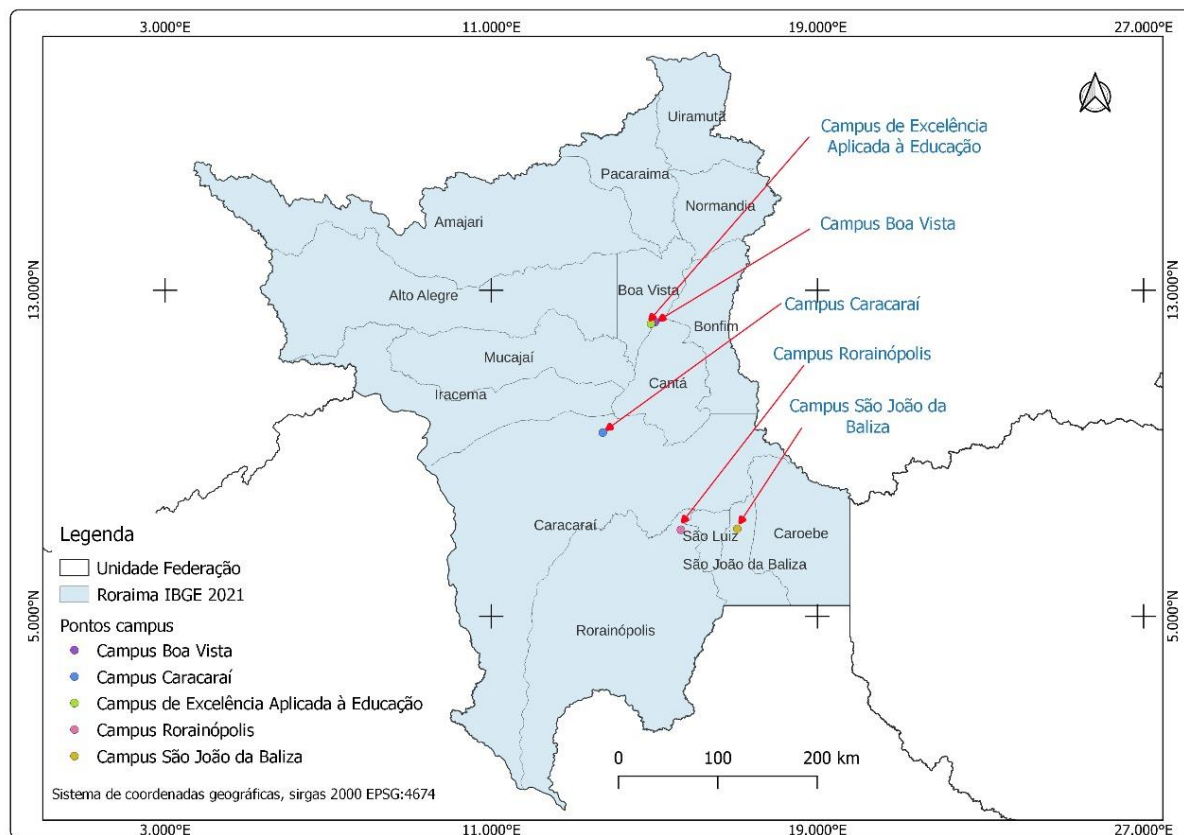
O Instituto Superior de Educação de Roraima ofertou os seguintes cursos de Graduação: Curso Normal Superior para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Licenciatura Plena em Física, em Química e em Matemática, contando em 2005 com 1.740 (mil setecentos e quarenta) acadêmicos efetivamente matriculados em Boa Vista e mais 200 (duzentos) acadêmicos matriculados nos municípios de Caracarái, Mucajaí e Iracema, com o Curso Normal Superior para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com aulas presenciais.

O Instituto Superior de Educação de Rorainópolis – ISER/RR, no município de Rorainópolis e com salas descentralizadas em 02 (dois) municípios da região sul do Estado (São Luiz do Anauá e São João da Baliza), credenciado pela Resolução n.º 01/2004, do CEE/RR, ofertou o curso Normal Superior para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e as Licenciaturas em Física, Química e Matemática, atendendo a 420 (quatrocentos e vinte) acadêmicos. (UERR, 2008).

Como se pode constatar nos documentos, desde seus primórdios, a UERR (por exemplo, o Projeto Caimbé e o Magistério Parcelado Indígena) teve no processo de interiorização a forma de democratizar o Ensino Superior no Estado, e esse processo se tornou o marco estrutural e o diferencial na caminhada de criação da nova Universidade Estadual de Roraima. Com efeito, ela se fez presente em seis *campi*: *campus* de Boa Vista, *campus* de Alto Alegre, *campus* de Caracarái, *campus* de Pacaraima, *campus* de Rorainópolis e *campus* de São João da Baliza; em dezessete localidades, como os Núcleos de Bonfim, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia e São Luiz do Anauá; nas salas descentralizadas nas aldeias: Contão, Surumu e Truaru (pedagogia com ênfase em educação escolar indígena) e Vila Félix Pinto (pedagogia com ênfase em educação do campo), além de Entre Rios, Nova Colina, num esforço para atender à demanda de cursos fora de sede, reafirmando o papel da UERR no contexto da formação superior em Roraima (UERR, 2008).

Atualmente a IES estadual está distribuída espacialmente conforme o desenho abaixo, o que demonstra uma nova estratégia institucional sobre a qual trataremos no próximo tópico.

Mapa 7 - Localização das Estruturas Multicampi da UERR



Fonte: Mapa elaborado pelo próprio autor, 2023.

Considerando as condições político-administrativas presentes em cada momento histórico, o movimento feito pela UERR ao longo desses dezesseis anos foi de certa forma ousado no início, visto que sua Política de Interiorização buscou superar as distâncias chegando até as comunidades rurais e indígenas. Apesar das críticas, houve sim avanços; pelo menos quantitativamente. Corroborando essa discussão, Japiassu (2012) fala que na história das ciências é possível visualizar elos entre a disciplinaridade e a interdisciplinaridade; e nesse contexto se destacam os cursos interdisciplinares de Ciências da Natureza com ênfase em Biologia e Química; Ciências da Natureza com ênfase em Física e Matemática; Pedagogia com ênfase em Educação do Campo e Pedagogia com ênfase em Educação Escolar Indígena.

Em relação à oferta de formação superior aos indígenas, o ex-reitor das duas IES Públicas de Roraima (UFRR e UERR), Hamilton Gondim, fez circular na Internet projeto que trata da criação da primeira Universidade Indígena do Brasil (Universidade Federal Indígena

de Roraima – UFIRR¹⁵³). Esse projeto tem sido articulado por Brasília com apoio do senador Telmário Mota¹⁵⁴ (nasceu no município de Normandia, dentro da atual Terra Indígena Raposa Serra do Sol), o qual tem dado declarações à imprensa sobre a importância de se atender à demanda dos indígenas de formação direta. A última investida do senador Mota no sentido de levar o Ensino Superior para dentro da terra Indígena Raposa Serra do Sol ocorreu com o anúncio por parte do ministro da Educação da criação do Instituto Federal Indígena de Roraima – IFIRR¹⁵⁵. Ambas as ideias, apesar de antigas, são apresentadas como respostas do atual governo, sob o comando de Bolsonaro, ao qual recai constante associação de seu nome e governo ao desrespeito as pautas relacionadas à questão indígena.

Hoje, porém, o Estado foi expropriado de uma parcela grande e crescente de seu antigo poder imputado ou genuíno (de levar coisas a cabo), o qual foi capturado por forças supraestatais (globais) que operam num *espaço de fluxos* (termo de Manuel Castells) politicamente incontrolável, haja vista o alcance efetivo das agências políticas sobreviventes não ter progredido além das fronteiras do Estado. Isso significa, pura e simplesmente, que finanças, capitais de investimento, mercados de trabalho e circulação de mercadorias estão agora além da responsabilidade e do alcance das únicas agências políticas disponíveis para cumprir a tarefa de supervisão e regulação. É a política cronicamente assolada pelo déficit de poder (e, portanto, também de coerção) que enfrenta o desafio de poderes emancipados do controle político (BAUMAN, 2016, p. 21).

Como se pode observar, existe uma pressão social para que a população originária tenha um atendimento mais qualificado e objetivo em seu próprio território para além de programas

¹⁵³Segundo Silva (2021), a Universidade Federal Indígena de Roraima – Uma Proposta. A Contra Revolução de Bolsonaro. Disponível: https://media-expl.licdn.com/dms/document/C4D1FAQEon2DGRBIXvA/feedshare-document-pdf-analyzed/0/1620548918216?e=1633100400&v=beta&t=J7Tid-X8oinBzZa0wYIIg3LMFaTgmKUb_Tcms7BklNM. Acesso: 30/09/2021.

¹⁵⁴Nos últimos 15 anos foram criadas no Brasil 18 Universidades Federais. Isso é muito bom para o povo brasileiro. Mas acredito que nenhuma delas poderá ter o impacto simbólico da primeira Universidade construída dentro de uma reserva indígena no Brasil e talvez no mundo, a Universidade Federal Indígena de Roraima – UFIRR. Uma universidade indígena, para quê? Alguns devem estar se perguntando. Ora, eu inverteo a pergunta: e por que não uma Universidade Federal Indígena? Minha experiência diz que o que mais falta à população de Roraima é atendimento médico e educação de qualidade, emprego, renda e desenvolvimento sustentável, sem destruição da floresta. A Universidade Federal Indígena de Roraima é uma ideia dos meus companheiros indígenas, minha e, principalmente, do meu amigo sementeiro de universidades, o Reitor Dr. José Hamilton Gondim Silva. Disponível: <https://www.brasil247.com/blog/a-universidade-federal-indigena-de-roraima-ufirr>. Acesso: 01/10/2021.

¹⁵⁵“Vamos iniciar os estudos da implantação do Instituto Federal Indígena aqui em Roraima. Será o primeiro do Brasil. São sonhos, e acredito que em breve vamos realizá-los”, ressaltou Milton Ribeiro. A implantação do Instituto Federal Rural Indígena é um pleito do senador Telmário Mota (Pros). “Será uma instituição pioneira na América Latina, que possibilitará formação técnica e superior para que os índios possam exercer atividades sociais e econômicas em todas as comunidades da Amazônia. Como índio Macuxi que sou, sem dúvida, esse foi um momento histórico, o primeiro passo para a realização desse sonho, que é levar educação de qualidade para que meus parentes possam trabalhar na sua terra, plantar, colher, produzir... Mais do que conhecimento, queremos com essa instituição levar esperança e dignidade para as nossas comunidades indígenas”. Disponível: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Ministro-da-Educacao-anuncia-criacao-do-Instituto-Federal-Indigena/81>. Acesso: 01/11/2021.

e projetos pontuais; por outro lado, não se pode e não se deve aceitar que as IES Públicas existentes ajam como se essa população fosse invisível. Ademais, as políticas neoliberais que vêm aprofundando-se no governo Bolsonaro pelo ministro da Fazenda Paulo Guedes tornam a louvável ideia de uma universidade indígena praticamente impossível, pois, como já vimos, para os neoliberais defensores do Estado Mínimo, essa não é mais uma tarefa do Estado, já que é um serviço que pode ser ofertado pelas IES privadas (como vem sendo feito atualmente pela Centro Universitário Claretiano na Modalidade EAD)¹⁵⁶.

3.5 Da UNIVIRR ao IERR: as idas e vindas da IES Virtual

A Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR) foi criada pela Lei n.º 527, de 22 de fevereiro de 2006, na gestão do então governador Ottomar de Sousa Pinto, a qual nasce como Unidade Administrativa vinculada à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desporto (SEECD).

Figura 17 - Lei de criação da UNIVIRR



Fonte: Assembleia Legislativa (2021)

¹⁵⁶De acordo com o *site* da instituição, “o ensino superior oferecido aos índios atende à solicitação das comunidades de Roraima, Estado que concentra mais de 400 comunidades indígenas, sendo a unidade federativa que abriga a maior quantidade de etnias no País. Essa oportunidade oferecida a eles vai ao encontro da missão da instituição, que é de capacitar a pessoa humana para o exercício profissional e para o compromisso com a vida, mediante uma formação integral. É importante ressaltar que os indígenas contam com total apoio dos polos de Boa Vista e Normandia para a realização das atividades, inclusive para acessar a Sala de Aula Virtual (SAV)”. Disponível: <https://claretiano.edu.br/batatais/noticias/claretiano-oferece-educacao-superior-aos-indios-do-estado-de-roraima>. Acesso: 01/10/2021.

A UNIVIRR tem como finalidade a educação a distância em todos os níveis de ensino, preferencialmente o nível superior, por meio de recursos tecnológicos adequados que possibilitem a interatividade, tendo como suporte material de auxílio a fixação do conhecimento.

Art. 2º A UNIVIRR será operacionalizada e gerenciada como Unidade Administrativa Desconcentrada da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desporto – SECD, nos termos do Art. 36, da Lei n. 498, de 19 de julho de 2005, especialmente no que se refere a sua autonomia relativa.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desporto assegurará apoio e suporte à UNIVIRR quanto aos recursos humanos, físicos, materiais, orçamentários e financeiros, inclusive em termos de repasse, transferência particular nos programas e ações pertinentes à educação a distância e/ou complementares a ela associadas. (RORAIMA, 2006).

Como se pode ver, a ideia original da Universidade Virtual de Roraima foi atender à formação profissional de pessoal ligado à Secretaria Estadual de Educação (Art. 2.º A UNIVIRR será operacionalizada e gerenciada como Unidade Administrativa Desconcentrada da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desporto, nos termos do Art. 36¹⁵⁷, da Lei n. 498, 19/06/2005), tendo como missão expressa em lei o atendimento das populações do interior do Estado com apoio da Secretaria de Estado de Educação. Vale lembrar que, um ano antes de criar a universidade virtual, o governador Ottomar de Souza Pinto havia criado a UERR (em tese esta poderia absorver as atribuições da nova IES como uma pró-reitoria EAD).

¹⁵⁷O artigo mencionado, na realidade, trata do Art. 34, e não 36 da LEI n.º 499, DE 19 DE JULHO DE 2005. “Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado de Roraima, que, na SEÇÃO VII Da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, tem a seguinte redação: Art.34. À Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desportos – SECD, compete: I – executar, supervisionar e controlar a ação do Governo relativa à educação; II – controlar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimento de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares; III – articular-se com o Governo Federal, em matéria de política e de legislação educacional; IV – estudar, pesquisar e avaliar, permanentemente, os recursos financeiros para custeio e investimento do sistema, nos processos educacionais; V – assistir e orientar os municípios a fim de habituá-los a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção dos equipamentos educacionais; VI – formular a política de educação e formação dos profissionais da área educacional estadual; VII – formular, planejar, orientar, executar e fiscalizar a política estadual da cultura, do desporto e do lazer; VIII – integrar as iniciativas de caráter organizacional e administrativo, na área da educação, com sistemas financeiros, de planejamento, da agricultura, da ação social e da saúde pública; IX – pesquisar, planejar e prospectar, permanentemente, as características e qualificações do magistério e da população estudantil e atuar corretivamente, de forma compatível com os problemas conhecidos; X – exercer outras atividades correlatas. Disponível: <https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2005/Lei%20Estadual%20499-2005.pdf>. Acesso: 26/11/2021.

Figura 18 - Anexo da Lei 554



Fonte: Lei n.º 554, de 30/07/2006

Desde sua criação, a UNIVIRR foi administrada por pessoal com cargos comissionados em sua estrutura. O anexo II mostra a lei de criação, a composição das coordenações e a criação de mais uma coordenação. A lei de criação tinha a seguinte redação: Coordenadoria de Ensino a Distância; Coordenadoria de Tecnologia de Ensino a Distância; Coordenadoria de Projetos Especiais de Ensino a Distância; a nova lei trouxe a seguinte novidade: Coordenadoria de Administração e Finanças, Coordenadoria de Tecnologia de Ensino a Distância, Coordenadoria de Educação a Distância e Coordenadoria de Recursos Humanos, ou seja, a Coordenação de Ensino a Distância deu lugar à Coordenação de Administração e Finanças; e foi criada a de Recursos Humanos.

Em 2010, na gestão do governador José de Anchieta Júnior (PSDB), a UNIVIRR foi transformada em Fundação pela Lei Complementar n.º 156, de 14 de janeiro de 2010.

Figura 19 - Lei Complementar de criação da Fundação UNIVIRR



LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 14 DE JANEIRO DE 2010.

Dispõe sobre a transformação da Universidade Virtual do Estado de Roraima – UNIVIRR, para a categoria de Fundação Pública e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar a Universidade Virtual do Estado de Roraima - UNIVIRR, unidade desconcentrada, criada pela Lei nº 527, de 22 de fevereiro de 2006, para a categoria de fundação pública, órgão descentralizado, dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia estatutária, administrativa, financeira, pedagógica, científica, cultural, patrimonial e disciplinar, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos – SECD.

Fonte: Lei Complementar 156, de 14/01/2010.

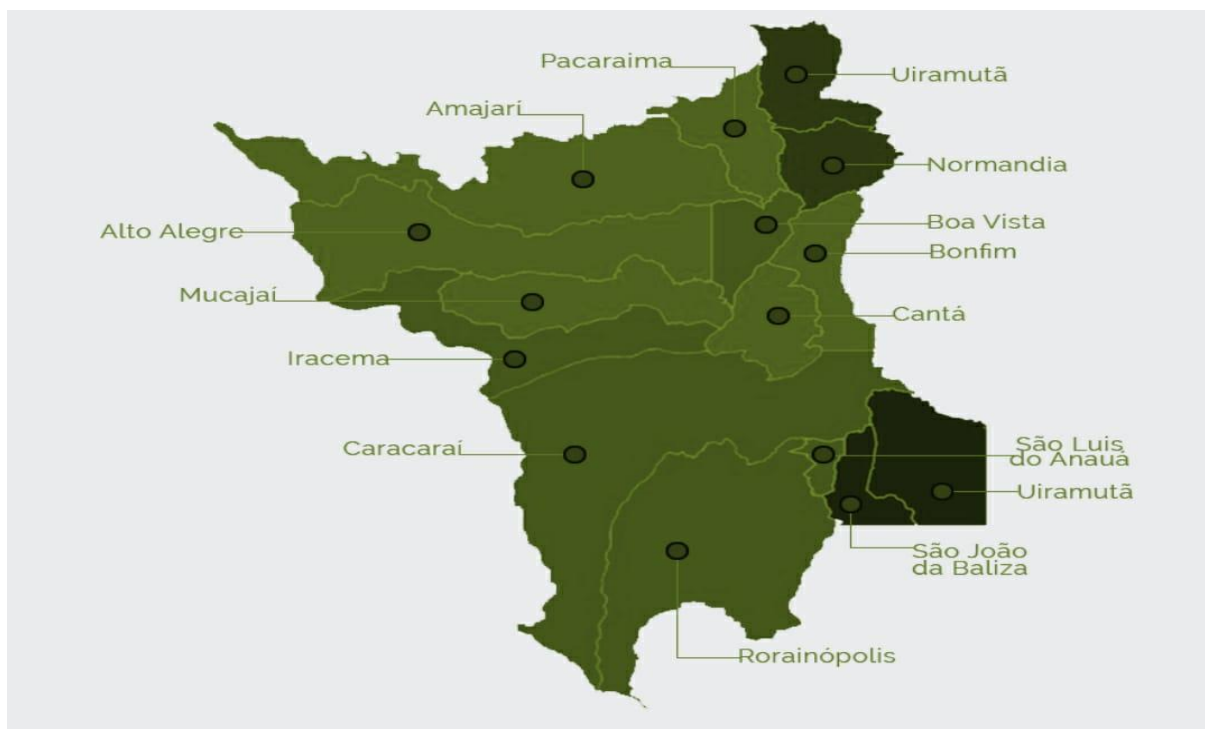
Após a referida Lei, a Fundação UNIVIRR nasce como uma instituição pública de Educação Superior a Distância com atribuições de toda Universidade Pública, que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, além de a Fundação Universidade Virtual de Roraima estar habilitada a prestar serviços técnicos especializados às instituições públicas e privadas.

Outra mudança importante trazida pela Lei Complementar 156, que transformou a UNIVIRR em Fundação, foi a mudança no organograma de funcionamento, o qual se assemelhou à estrutura já existente (no Estado, a Universidade Estadual de Roraima também possui reitor, vice-reitor e pró-reitores e pertence aos órgãos da sua estrutura administração indireta). Além do mais, a Lei assegurou um número considerável de cargos comissionados, o que de certa forma não garante consistência política administrativa eficiente em função da não estabilidade funcional; e naquela oportunidade a Secretaria de Educação do Estado era

comandada por Ana Lucíola Vieira Franco¹⁵⁸.

Para melhor compreender o papel da UNIVIRR ou pelo menos o papel que ela pode vir a exercer na Educação Superior do Estado de Roraima, em função de ser uma instituição que trabalha exclusivamente com EAD, na figura abaixo é possível visualizar como a UNIVIRR está distribuída pelos municípios roraimenses.

Mapa 8 - Localização dos Polos EAD da UNIVIRR



Fonte: Site da UNIVIRR (2021)

Como se pode constatar, a Universidade Virtual se faz presente em todos os municípios do Estado; e, desde o seu processo de criação, percebe-se uma evolução que extrapolou a intenção inicial de braço EAD da Secretaria de Estado de Educação para uma ferramenta de Ensino EAD do Estado, vinculada à Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹⁵⁹. Vale ressaltar que tem potencial para ser uma ferramenta fundamental para a implementação de políticas de

¹⁵⁸ Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5709599/pg-2-diario-oficial-do-estado-de-roraima-doerr-de-14-01-2010>. Acesso: 26/11/2021.

¹⁵⁹ A UAB foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Atualmente possui 555 polos, que estão divididos por regiões e por estados, dos quais 85 deles estão na Região Norte assim distribuídos: Acre (8), Amazonas (7), Amapá (3), Pará (33), Rondônia (7), Tocantins (12) e Roraima (15). Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=346-uab&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso: 07/12/2021.

inclusão no contexto da educação, pois em função das dificuldades orçamentárias do Estado e dos governos, a modalidade virtual pode servir de instrumento importante no cumprimento das obrigações do Estado tanto com a formação inicial quanto a continuidade dos quadros do funcionalismo público não só da Secretaria de Educação, mas também de toda a máquina estatal se forem feitas as parcerias devidas tanto com as demais Instituições de Ensino Superior de Roraima (UFRR, UERR e IF), quanto com as IES de fora do Estado que possam oferecer inovações não disponíveis por aqui.

A ideia de que a UNIVIRR não é realmente uma Universidade vem se confirmando não apenas pelo fato de ela não possuir quadro funcional efetivo, cursos próprios e/ou estrutura própria nos 14 municípios do interior, mas também por protagonizar várias mutações ao longo de sua existência; a última veio por meio da Lei Complementar n.º 306, de 18 de janeiro de 2022, que dispôs sobre a criação do Instituto de Educação de Roraima – IERR160 e a extinção da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, mais um episódio que reforça a tese de que não se trata de uma instituição com a qual a sociedade pode fazer planos duradouros, pois não se sabe até quando vai durar.

Figura 20 - Lei Complementar de criação do IERR

LEI COMPLEMENTAR N. 306 DE 18 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre a criação do Instituto de Educação de Roraima – IERR e a extinção da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar, e

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica criado o Instituto de Educação de Roraima – IERR, entidade autárquica dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, científica e pedagógica, sob a forma de instituição pública com personalidade jurídica de direito público, de natureza multicampi, vinculada à Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED, sediada na cidade de Boa Vista – RR.

Fonte: Site do TJRR (2022).

¹⁶⁰ Disponível: <http://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-complementares/188-leis-complementares-2022/2074-lei-complementar-n-306-de-18-de-janeiro-de-2022#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N.º,de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Roraima%20%E2%80%93%20IERR.>

Com efeito, considerando que em Roraima existe um número significativo de locais com difícil acesso tais como comunidades indígenas, áreas rurais e o baixo Rio Branco, se bem administrada, com planejamento e metas que tenham o desenvolvimento social, econômico, cultural e político de Roraima como foco, a ex-Fundação UNIVIRR, atual IERR, poderia ter papel decisivo em função de estar “presente” nos quinze municípios do Estado. Para tanto, seria interessante que houvesse planejamento conjunto entre todas as IES públicas que de uma forma ou de outra têm presença no interior do Estado para não sobreponham ações (como ocorre atualmente entre UERR e IFRR no sul do Estado com o curso de agronomia) e em certa medida trabalhem conjuntamente.

3.6 O estágio atual da interiorização do Ensino Superior das IES públicas em Roraima

O interesse pelo tema interiorização do Ensino Superior vem desde final da década de 1990 quando comecei a trabalhar na extensão rural na região sul de Roraima (naquele período circulava pelos municípios de Caracarái, Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João Baliza e Caroebe prestando serviço aos assentados da reforma agrária pelo Projeto Lumiar¹⁶¹, do INCRA); no ano de 1999 passei no vestibular da UFRR para o curso de Ciências Sociais (turma de 2000.1). Vale ressaltar que minha ligação com a UFRR vem desde a época do antigo segundo grau, na condição de estudante do curso de técnico em agropecuária, que funcionava no atual *Campus* do Cauame, cedido pelo Governo de Roraima em 1994; atualmente a Escola Agrotécnica¹⁶² da UFRR funciona no *Campus* Murupu¹⁶³, na antiga sede da Fazenda Bamerindus. Nesse contexto, havia surgido a primeira dificuldade, visto que a distância do meu trabalho para a capital era e ainda é de 300km, portanto essa era a distância objetiva que me separava do sonho de cursar uma Universidade. Naquela ocasião consegui cursar apenas uma disciplina para não perder o curso, pois meu pedido de transferência para uma localidade mais

¹⁶¹ Criado pela Resolução n.º 95 de 20 de novembro de 1996, do Conselho Diretor do Incra, consolidou-se no segundo semestre de 1997. O Projeto Lumiar foi concebido como resposta à crise de legitimidade do modelo de desenvolvimento, que causava exclusão de grande número de agricultores, aliada a uma crise política do Estado e ascensão de movimentos sociais, acontecendo nesse período uma renovação de paradigmas, bem como da forma de atuação do Estado nas políticas. A experiência do Programa LUMIAR, de 1997 a 2000, balizou a atual política, e suas avaliações são de suma importância para se pensar a atual política. (PIMENTEL, 2007; DIAS, 2004).

¹⁶² De acordo com Silva (2007), a então Escola Agrotécnica Estadual de Roraima foi cedida para a UFRR em 1993 e lá implantou o Curso de agronomia no mesmo ano.

¹⁶³ O *Campus* Murupu recebeu recursos do REUNI via emenda parlamentar do senador Mozarildo Cavalcante entre os anos de 2007 e 2016. Disponível: <https://ufrb.br/ultimas-noticias/1302-ufrb-inaugura-centro-de-pesquisa-agropecuaria-e-predio-de-alojamento-no-campus-murupu>. Acesso: 04/12/2021.

próxima foi atendido apenas no segundo semestre do ano de 2000.2, quando consegui transferência para o município de Iracema, a 100km da capital. Naquele período a UFRR possuía dois *campi* – Paricarana e Cauamé –, ambos na capital.

Era o ano de 1999, e naquela oportunidade participava de um curso de formação promovido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no município de Caroebe com técnicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e me perguntava por quais motivos a UFRR não tinha um *campus* naquela região. Ao conversar com um colega de trabalho sobre a questão, ele me informou que ele havia cursado história na primeira turma interiorizada, no município de Baliza, e que a Universidade tinha um terreno lá doado pela prefeitura ainda em 1993, conforme apresentei na foto anteriormente, no tópico que fala sobre o contexto histórico de implantação da UFRR. De acordo com o relatório de gestão de 2015, da Universidade Federal de Roraima, informa que a UFRR possui “várias edificações espalhadas pelos *Campi* Cauamé, Paricarana, Murupu, prédios do Núcleo de Rádio e Televisão Universitária e Casa de Apoio Indígena, além de dois terrenos no município de São João da Baliza” [...] (UFRR, 2015).

Quadro 11- Imóveis da UFRR

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício/2015	Exercício/2014
BRASIL	Roraima	8	8
	Boa Vista	6	6
	São João da Baliza	2	2
	Subtotal/Brasil	8	8
EXTERIOR	PAÍS	0	0
Subtotal/Brasil		0	0
Total (Brasil + Exterior)		8	8

Fonte: UFRR, 2015

Conforme consta na figura acima e informado por Silva (2017), o terreno já é parte do patrimônio da União. Com efeito, ao iniciarmos as pesquisas referentes ao processo de interiorização atual da UFRR, deparamos com algumas questões no mínimo intrigantes. A primeira trata de uma matéria da *Folha de Boa Vista*, jornal impresso de maior circulação de Roraima, com a seguinte matéria: *Polo avançado da Universidade Federal de Roraima (UFRR)*

no município São João da Baliza¹⁶⁴, região sul do Estado, está abandonado há vários anos e causa frustração e preocupação aos moradores da região. De acordo com um entrevistado pelo referido jornal, fez uma revelação impactante: “no terreno da instituição já funcionou um campus, que ficou abandonado e depois foi demolido após o anúncio da construção de um novo polo, com investimentos de emenda parlamentar”. Ele lembrou que o início dos trabalhos ocorreu em 2016. (FOLHA DE BOA VISTA, 2021).

De acordo com Secchi (2010), as Políticas Públicas são diretrizes elaboradas para o enfrentamento ou a resolução de um problema que afeta uma quantidade expressiva de pessoas, e essas políticas surgem como resposta do poder público a essas demandas. Nesse caso disse pública porque vem do aparato estatal; nessa situação, trata-se de uma intervenção estatal no sentido de transformar realidade desfavorável à população da região sul de Roraima ao longo da BR 210, relacionada ao Ensino Superior. Destarte, chamou-nos atenção a informação contida na reportagem de que naquele local aquela não era a primeira construção da UFRR no município; outra já havia sido erguida e demolida para abrigar uma nova obra. Com base nisso, ao buscarmos informações no *site* da UFRR, deparamos com a seguinte matéria:

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) lançou neste sábado (24) a pedra fundamental de suas futuras instalações no município de São João da Baliza, a 326km de Boa Vista. A cerimônia foi realizada pela manhã, no terreno que a instituição possui na cidade desde a década de 1990 e está localizado na avenida São Lázaro.

As obras vão começar em dezembro deste ano, com previsão de conclusão de 12 meses. O professor Jefferson Fernandes, reitor da UFRR, explica que o polo da instituição vai receber, inicialmente, atividades de extensão e de ensino.

“Queremos aproveitar esta estrutura para incluir a região sul de Roraima nas ações que já desenvolvemos fora de Boa Vista. Inicialmente, não vamos oferecer cursos regulares de graduação, mas de capacitação e qualificação”, disse o reitor. “É uma satisfação realizar o sonho de trazer a UFRR para esta região. Quando chega a educação em qualquer lugar, mudam o futuro e as perspectivas das pessoas”, acrescentou o reitor.

Também participou da cerimônia de lançamento da pedra fundamental o deputado federal Johnathan de Jesus, autor da emenda de R\$ 2,2 mi que permitirão à UFRR construir o prédio em São João. “Nas cidades onde temos universidade federais nos outros estados, temos o crescimento da educação. Só com educação de qualidade é que podemos mudar o futuro dos jovens de nosso País. Estamos aqui realizando um sonho que dura 23 anos e no final de 2017 teremos o primeiro polo da UFRR no interior do Estado”, afirmou o deputado.

Johnathan de Jesus lembrou que, motivados pela falta de oferta de cursos de ensino superior, ele e muitos jovens da região sul foram obrigados a deixá-la para estudar em Boa Vista ou outros estados, afastando-se de suas famílias. (UFRR, 2016).

¹⁶⁴ O município foi criado pela Lei Federal n.º 7.009, de 1.º de julho de 1982, com terras desmembradas de Caracaraí; atualmente possui uma população de aproximadamente 8.492, com densidade demográfica de 1,58 hab./km². Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/sao-joao-da-baliza/panorama>. Acesso: 04/12/2021.

A reportagem traz um projeto do prédio que destoaria do que encontramos no local ao visitarmos o município. Vale ressaltar que São João da Baliza fica entre os municípios de São Luiz do Anauá e Caroebe – todos à margem da BR 210, também conhecida como *Perimetral Norte*. Nesse contexto, trata-se de local estratégico para se instalar um *campus* avançado da UFRR. Em se tratando de um projeto que buscava atender às minorias, dentro do Estado neoliberal, mesmo sob um governo progressista, as contradições presentes na prática cotidiana dos sujeitos que operam os aparelhos de Estado em grande medida apenas reproduzem essas práticas e raramente chegam à práxis.

Para Marx e Engels (2007, p. 43), a práxis não se explica a partir das ideias, mas se pode “explicar as formas ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual” (...). Ainda conforme Marx (1983, p.749), “nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria”. O velho bruxo diz ainda que é parte da estratégia do capital manter em estado de pauperização um contingente significativo de trabalhadores para assegurar o controle das massas, o que nesse caso se dá a partir de reprodução da negação de uma educação que leve à emancipação.

Em outra matéria da *Folha de Boa Vista*, de 03/07/2015, que tratou sobre a educação em Roraima, dizia que o município de São João da Baliza terá *campus* da UFRR e que os recursos seriam investidos na construção de um bloco acadêmico, com aproximadamente 926m² de área, um estacionamento e uma praça.

“O município de São da Baliza, no sul do Estado, terá o 1.º *campus* avançado da Universidade Federal de Roraima (UFRR). As obras para construção da edificação serão feitas por meio de recursos de uma emenda individual no valor de R\$ 2.190 milhões do deputado Johnathan de Jesus (PRB-RR). Os recursos serão investidos na construção de um bloco acadêmico, com aproximadamente 926m² de área, um estacionamento e uma praça. Será feita também a urbanização básica da área. “Expandir o ensino superior, de forma a possibilitar o acesso dessa modalidade aos alunos dos municípios do sul do Estado é um desejo meu de longa data”, afirmou o deputado. (Disponível: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Interior/Sao-Joao-da-Baliza-tera-campus-da-UFRR/8097>. Acesso: 02/12/2021).

De acordo com a matéria da *Folha de Boa Vista* (2015), trata-se da construção de um prédio com duas salas de aula, uma sala de videoconferência, uma sala de multimeios, uma biblioteca, dois laboratórios de informática, sala para a direção, secretaria, sala tutorial, depósito, almoxarifado, copa e banheiros. A verba da emenda parlamentar foi garantida em função da

aprovação pelo Congresso do Orçamento Impositivo¹⁶⁵ a partir de embates com o Poder Executivo, que alegava naquela oportunidade dificuldades orçamentárias em função da crise econômica no momento em que já se rascunhava o impedimento da então presidente Dilma Naquela oportunidade o parlamentar fez a seguinte declaração: “Em breve, as obras começarão, e os alunos de São João da Baliza e dos municípios vizinhos poderão usufruir dessa facilidade para sua formação: a universidade perto de suas casas”, pontuou” (*Folha de Boa Vista*, 2015).

Quadro 12 - Contrato da Obra do CAB UFRR

Número do Contrato	Vigência	Contrato	CPF/CNPJ
43/2016	17/11/2016 a 16/11/2017	T.G.C – Tecnologia Gerencial de Construções	03.127.054/0001-00
Objeto			
Objeto: Contratação de serviços de Engenharia para construção da edificação do Campus em São João da Baliza			
Órgão Superior	Órgão subordinado	Unidade Gestora Contratante	Modalidade de contratação
Ministério da Educação	Universidade Federal de Roraima	Universidade Federal de Roraima	Concorrência
Processo de contratação	Fundamento legal	Data de assinatura	Data de publicação
	Lei n. 8.666/93	17/11/2016	28/11/2016
Situação	Valor inicial do contrato	Valor final do contrato	Licitação
Publicado	R\$ 2.2005.583,58	R\$ 2.2005.583,58	00001/2016

Fonte: portal da transparência (2021).

Os recursos para a obra vieram do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência de pessoas de baixa renda no Ensino Superior; no nível de graduação

¹⁶⁵O chamado Orçamento Impositivo começou a ser aprovado em 2013, pois era uma das promessas de Henrique Eduardo Alves (PMDB), então presidente da Câmara, derrotado no ano passado na disputa pelo governo. A PEC do Orçamento Impositivo é de autoria do deputado Hélio Leite (DEM-PA) e ficou adormecida desde novembro de 2015, esperando para ser votada na Câmara. Bastava apenas o pontapé do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Já em 2015, a aprovação nas comissões especiais desagradou a então presidente Dilma Rousseff, que começava a impor um ajuste fiscal nas contas públicas e não queria arcar com mais custos no governo. O momento da aprovação da PEC não é coincidência. Em meio a embates entre o governo federal e o Congresso, a proposta foi posta em votação no plenário depois que Paulo Guedes não compareceu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara para debater a reforma da Previdência. A PEC do Orçamento Impositivo foi aprovada em votação relâmpago pelos deputados por 448 a 3 votos em primeiro turno. No segundo, o placar foi de 453 a 6. Depois, o Senado fez modificações e aprovou o texto por 58 votos a favor e 6 contrários; e, depois, 59 contra 5. A matéria segue de volta para a Câmara dos Deputados para avaliação final, se não houver mais alterações. Disponível: [PEC do Orçamento Impositivo: o que é e quais são as vantagens e desvantagens \(terra.com.br\)](http://PEC do Orçamento Impositivo: o que é e quais são as vantagens e desvantagens (terra.com.br)). Acesso: 12/12/2021.

presencial, objetivava também um aproveitamento mais adequado tanto dos recursos humanos quanto da estrutura física já existentes nas IES Públicas, as quais apresentavam números significativos de vagas ociosas, como também abria a possibilidade de criação de novos *campi* efetivando assim a presença das IES Públicas no Interior do Brasil; e, no caso da obra do *Campus* Avançado da UFRR de São João da Baliza (CAB), o objetivo não foi alcançado (BRASIL, 2007).

Figura 21 - Projeto do Polo da UFRR de São João da Baliza



Fonte: UFRR, 2016.

A foto do projeto do *Campus* da UFRR de São João da Baliza (CAB) está longe de representar a realidade encontrada no local, pois, conforme imagem abaixo, apresenta uma estrutura abandonada onde não encontramos nenhuma menção sobre ser um prédio da UFRR, pois não há mais placa da obra; e, consoante destaca a reportagem da *Folha de Boa Vista* de 18/11/202, a “Obra do Polo da UFRR está parada há cinco anos”; na referida reportagem, é possível ver que a placa da obra faz referência ao REUNI¹⁶⁶ com seu símbolo de um livro aberto.

¹⁶⁶O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência nas universidades. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com

Para Boito (2008), o Estado brasileiro, “cujo regime político presidencialista autoritário é dotado de um processo de tomada de decisões que relega o Legislativo e os partidos políticos a um plano secundário, ganha destaque a disputa pelo controle das instituições do Executivo e Judiciário”, mas, nesse caso, tratava-se de emenda do orçamento impositivo que o Congresso impôs ao governo Dilma no momento em que a relação do Executivo com a maioria do Legislativo estava em uma de suas piores fases desde o início do governo do Partido dos Trabalhadores em 2003 (BOITO, 2018, p. 224).

Para Marx e Engels (2007, p. 75 e 76),

[...] o Estado se tornou uma existência particular ao lado de fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior quanto no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. [...] Todos os modernos escritores franceses, ingleses e americanos declaram que o Estado existe apenas em função da propriedade privada, de tal modo que isso também foi transmitido para o senso comum. [...] Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio de uma forma política.

Nesse contexto, podemos até entender que a pandemia não permitiu a manutenção do prédio em melhores condições, no entanto na mesma reportagem está dito que a obra deveria ter sido entregue em novembro de 2017. Se essa informação está correta, em novembro de 2021 a obra estaria com atraso de quatro anos. No caso em análise, ao não priorizar e/ou cuidar para que a obra fosse entregue no tempo certo, os mecanismos que operam os vários interesses dentro do contexto político não conseguem colocar em primeiro plano os interesses do público-alvo da política do REUNI, o que contribui para a reprodução das condições precárias tanto materialmente quanto intelectualmente daquela população, e o resultado de certas práticas adotadas nesse caso específico se materializa na figura que segue.

previsão de conclusão até 2012. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no País. O Reuni foi instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Disponível: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso: 03/12/2021.

Figura 22 - Estado Atual do Campus Avançado UFRR, Baliza/RR



Fonte: Foto tirada pelo autor em 30/11/2021

Como se pode notar, existem questões cruciais a serem entendidas no que se refere à interiorização da UFRR tais como *o que levou essa importante IES a se estruturar apenas na capital, Boa Vista, e como se deixou a única possibilidade de interiorização real da maior IES pública e gratuita chegar a esse ponto*, visto que de acordo com a reportagem, o prédio abandonado da foto acima não é o primeiro, pois, conforme a fonte, foi erguido em cima da ruína de um anterior e sobre o qual não existem muitas informações.

Um aspecto interessante do Reuni foi sua abordagem, que privilegiava os modelos de ensino de graduação similares aos adotados pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para tornar compatíveis entre si os modelos curriculares, como os bacharelados interdisciplinares (BI) e os similares. Apesar de não ter sido possível aplicar no CAB em função da não conclusão da obra, essa abordagem foi utilizada nos Cursos de Educação do Campo (Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática) e no Núcleo Insikran de Formação Indígena (Curso de Licenciatura Intercultural) (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2011).

Inspirada na organização da formação superior proposta por Anísio Teixeira para a concepção da Universidade de Brasília, no início da década de 1960, no Processo de Bolonha e nos *colleges* estadunidenses, mas incorporando um desenho inovador necessário para responder às nossas próprias e atuais demandas de formação acadêmica, a proposta de implantação dos Bacharelados Interdisciplinares constitui uma proposição alternativa aos modelos de formação das universidades europeias do século XIX, que ainda predominam no Brasil, apesar de superados em seus contextos de origem. Implantar o regime de ciclos no Ensino Superior brasileiro amplia as opções de formação no interior das nossas instituições universitárias. Com esse espírito, uma proposta de regime de ciclos, na área de ciência e tecnologia, foi pioneiramente iniciada na Universidade Federal do ABC, seguida por outras

universidades federais, como UFBA, UFJF, UFRN, UFOPA, UFRB, UNIFAL-MG, UFVJM ampliando o escopo da inovação curricular a outras áreas do conhecimento. (BRASIL, 2010).

Em síntese, é possível compreender que, passado o período de implantação da universidade – o que coincidiu com a gestão do primeiro reitor –, a UFRR não mais retornou ao interior com o vigor do início. Muito certamente se deve à política de sucateamento das IES públicas praticadas no governo FHC, a qual também coincidiu com a saída do Reitor Gondim, conhecidamente um entusiasta da interiorização; por outro lado, as condições estruturais nas pequenas cidades do interior de Roraima ainda hoje não animam profissionais mais qualificados a se fixarem por lá.

Na Política de Interiorização da UFRR é possível constatar uma nova abordagem, a partir da forma como o INSIKRAN, o LEDUCARR e a EAGRO conduzem seus trabalhos e do público a que atendem. Nesse contexto, pudemos constatar no decorrer deste trabalho que, apesar das tentativas de interiorização da UFRR no início de sua implantação, os problemas – principalmente de ordem econômica – a impediram no primeiro momento (particularmente no período PSDB/FHC) de se fazer presente fisicamente no interior do Estado. Por outro lado, no período dos governos PT/Lula e Dilma, entendemos que se tratou de uma opção das gestões da própria UFRR do período, já que o ambiente era bem diferente, pois, nos governos do Partido dos Trabalhadores, a educação foi tratada bem diferente do governo anterior, que pouco caso fez do Ensino Superior Público, cuja interiorização era uma das prioridades.

Com efeito, a UFRR optou por uma abordagem diferente das demais IES federais, que optaram por manter presença importante no interior dos demais estados da Amazônia; a Federal de Roraima fez movimento contrário, e nesse ponto se configura como a única Universidade Federal totalmente concentrada na capital. Sua forma de atender às populações de fora da capital foi a oferta em Boa Vista de cursos voltados para essas populações a partir da construção de estruturas como o Núcleo Insikiran, que atende aos indígenas, o Leducarr (inicialmente via Edital Procampo¹⁶⁷) e a EAGRO, que atende aos camponeses utilizando-se da pedagogia da alternância¹⁶⁸.

¹⁶⁷ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6463-procampo-2010-tabela&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192.

¹⁶⁸ Pedagogia da Alternância utiliza instrumentos pedagógicos que integram o conhecimento científico ao conhecimento prático, valorizando as experiências e fortalecendo os vínculos sociais. O ponto auge da Pedagogia da Alternância é a relação escola/família/aluno e sociedade. Existe a integração de todos os elementos na elaboração do Plano de Estudo e do enfoque educacional. O objetivo é a formação integral do jovem, o desenvolvimento econômico e social do campo. Disponível: [pedagogia da alternância - Bing](#). Acesso: 13/12/2021.

Figura 23 - Resolução de criação do Núcleo Insikiran UFRR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
GABINETE DO REITOR
 BR 174, S/Nº - Bairro Aeroporto - Campus do Paricarana
 69.310-270 - Boa Vista - RR (095)621-3100 - FAX (095)621-3101



Resolução nº 015/2001-CUni

**Aprova a criação do Núcleo
 INSIKIRAN de Formação
 Superior Indígena.**

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e tendo em vista o que deliberou o Conselho Universitário em reunião do dia 19 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a criação do Núcleo INSIKIRAN de Formação Superior Indígena, conforme anexos que passam a integrar a presente Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Boa Vista – RR, 19 de dezembro de 2001.

Prof. Regynaldo Arruda Sampaio
 Vice-Reitor no exercício da Reitoria

Fonte: UFRR, 2021.

O INSIKIRAN também teve acesso ao Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND¹⁶⁹), inserido nas ações afirmativas de atendimentos e de inclusão de minorias como camponeses, quilombolas e indígenas.

O Programa de Apoio à Implantação e Desenvolvimento de Cursos para Formação de Professores Indígenas (Prolind) vai transferir recursos para 21 instituições neste ano. Essa verba envolve as propostas selecionadas agora e aquelas de anos anteriores que estão em andamento. O coordenador explica que as nove instituições que tiveram projetos selecionados este ano deverão abrir vagas para 780 professores, no período de 2009 a 2010.

Foram escolhidos para elaborar propostas de cursos de licenciaturas interculturais o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), *campus* de São Gabriel da Cachoeira, e as universidades federais do Espírito Santo (Ufes) e do Amazonas (Ufam). O prazo para elaborar os projetos é de 12 meses. Para implantar cursos, receberão verbas o Instituto Federal da Bahia (IFBA) *campus* de Porto Seguro, e as universidades federais de Santa Catarina (UFSC), do Ceará (UFCE), de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Amazonas (UFAM). Para desenvolvimento e manutenção de cursos, as universidades federais do Acre (UFAC) e de Rondônia (UFRO).

Outro grupo de instituições, que ministram cursos em diferentes etapas, também receberão verbas em 2009. São as universidades federais do Amazonas (UFAM), de

¹⁶⁹1(Pag) (mec.gov.br)

Roraima (UFRR), de Minas Gerais (UFMG), da Grande Dourados (UFGD), de Campina Grande (UFCG), de Goiás (UFGO), do Amapá (Unifap) e do Ceará (UFCE); e as estaduais de Mato Grosso (Unemat), da Bahia (Uneb), do Amazonas (UEA), de Alagoas (Uneal) e do Ceará (UEC). (BRASIL, 2010)

O mesmo ocorreu com o LEDUCARR, que surgiu em resposta ao Edital de convocação n.º 09, de 29 de abril de 2009, do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) – no primeiro momento como projeto e posteriormente na forma de cursos regulares da universidade. Posteriormente, tanto o Insikran quanto o Leducarr e a EAGRO¹⁷⁰ (oferece Curso de Tecnólogo em Agroecologia, além de cursos técnicos de nível médio) recebem apoios do MEC/FNDE¹⁷¹ para contratação de professores e infraestrutura via recursos de diversas fontes, inclusive do REUNI, para expansão e interiorização, o que ainda não aconteceu na UFRR como constatamos no caso do *Campus* Avançado da UFRR de São João da Baliza, o qual pretendia ser a única unidade acadêmica da UFRR fora da capital Boa Vista.

Quanto ao IFRR, o processo de Interiorização não ocorre apenas com os *campi* físicos, já que existem diversas salas com cursos virtuais. Como constatamos anteriormente, o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Roraima possui três *campi* fora da capital (Amajari, Bonfim e Novo Paraíso em Caracará). Com efeito, a presença do IFRR acontece também com a utilização do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e, por ser integrado a outras IES públicas, consegue levar cursos de nível superior a populações como as comunidades rurais e

¹⁷⁰ Em seu processo histórico de criação, a Escola Agrotécnica de Roraima foi criada em 24 de maio de 1982 pelo então governador do ex-Território Federal de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto. As atividades da escola começaram no dia 17 de julho do mesmo ano com o objetivo formar técnicos agrícolas com nível de ensino médio. A escola adotou dois regimes de matrículas: o semi-internato (tempo integral) e o internato, que se destinava aos alunos que não residiam em Boa Vista. Após a criação do Estado de Roraima, o então governador Ottomar Pinto regulamentou em 25 de maio de 1993 a Lei Estadual n.º 40, que doou integralmente a Escola Agrotécnica para a Universidade Federal de Roraima. A unidade passou a atuar ofertando ensino técnico profissionalizante. Vinculada ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFRR, tinha sua sede no *Campus* Cauamé, situado próximo à BR 174, distrito Monte Cristo. Após passar por um período sem atividades, em 2005, o então reitor Roberto Ramos assinou um projeto em parceria com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que viabilizou a reativação da instituição. A EAgro retomou suas ações oferecendo o curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura e Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia. Após o fim desse projeto com o Incra, a Escola buscou parcerias e formas de viabilizar seu funcionamento regular. Um novo projeto, desta vez em parceria com o governo estadual, possibilitou que em março de 2009 a EAgro ressurgisse com ações regulares e desta vez situada no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, a 37 quilômetros de Boa Vista. Atualmente, a EAgro funciona no *Campus* Murupu da UFRR, na zona rural de Boa Vista. Oferta o curso Técnico em Agropecuária em três modalidades: Ensino Médio Integrado (EMI), Projeja e Subsequente, totalizando 332 alunos matriculados. Também é ofertado no *Campus* Murupu o curso superior de Tecnólogo em Agroecologia, com 56 alunos matriculados. Atualmente, a escola tem 42 servidores, sendo 35 professores e sete técnico-administrativos. Disponível: [UFRR: Escola Agrotécnica celebra 39 anos promovendo corrida virtual e live | Roraima em Foco](#). Acesso: 13/12/2021.

¹⁷¹ (Microsoft Word - Resolu\347\343o2009 PROCAMPO PROLIND VersaoFinal CGDEN doc 2 .doc) (mec.gov.br).

indígenas via educação a distância, o que em alguns casos é a única forma de terem acesso ao Ensino Superior. Essa colaboração é oportunizada pelos programas e políticas estimuladas pela União com os demais entes federados a partir dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas; e, em alguns municípios, podem-se presenciar os cursos do IFRR utilizando os equipamentos da UNIVIRR; e em municípios como São João da Baliza, Caracará e Rorainópolis utilizam os prédios da UERR.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”. Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação.

Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. (IFRR, 2017).

No IFRR, as ações referentes aos cursos do Sistema EAD da UAB¹⁷² são de responsabilidade da Diretoria de Políticas de Educação a Distância – Diapead, que é ligada à Reitoria e desenvolve e acompanha as políticas dos cursos oferecidos pelos *Campi*. Em Roraima, essa articulação entre os entes federados (União, estados e municípios) permitiu a implementação dessa política com a implantação dos seguintes polos: 1 - Polos EAD ligados aos *Campi* Boa Vista: Bonfim, Cantá, Caracará, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São Luiz do Anauá; 2 - Polos EAD ligados aos *Campi* Amajari: Comunidade Araçá da Serra, Comunidade Raposa, Comunidade Taiano, Comunidade Truaru da Cabeceira, Normandia e Uiramutã; 3 - Polos EAD ligados ao *Campus* Avançado Bonfim, que atende, além da sede do município, à comunidade indígena de Campo Alegre (IFRR, 2021).

Sobre o avanço do ensino EAD como estratégia de Interiorização, vale ressaltar que, de acordo com o Andes (2022), foi apresentada pelo MEC no dia 20 de junho de 2022 uma nova versão do Programa para Expansão da Educação a Distância nas Universidades Públicas Federais (ReUni Digital),

¹⁷² Decreto n.º 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso: 04/12/2021.

De acordo com o MEC, neste ano, em caráter de programa piloto, 10 universidades federais vão disponibilizar 14 cursos EAD de curta duração, de 3 anos, totalizando 5 mil vagas. As universidades federais que já aderiram ao programa foram: as Universidades Federais do Amazonas (UFAM), do Mato Grosso do Sul (UFMS), do Mato Grosso (UFMT), do Cariri (UFCA), do Piauí (UFPI), Rural da Amazônia (UFRA), Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de Alfenas (Unifal) e de Itajubá (Unifei), além da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). (ANDES, 2022).

Nossa preocupação é que, conforme a região, essa expansão se dará de forma precária, pois os problemas que existiam anteriormente como infraestrutura digital precária e pobreza não foram resolvidos; e, dependendo da configuração do programa, o Estado apenas transfere a responsabilidade da formação para aquele que não tem a menor condição de arcar com ela, pois, vindo de uma educação básica precária, não deveria abrir mão do ensino presencial como forma de incluir e de minimizar as dificuldades acadêmicas que serão bem maiores se esse estudante estiver sozinho em algum lugar remoto apenas com o ensino EAD. Com efeito, se fosse para as IES Públicas chegarem a locais remotos aonde ninguém quer ir, levando a infraestrutura necessária como Internet de ponta e garantindo intercâmbios de estudantes para grandes centros de forma que eles não ficassem isolados, certamente isso seria revolucionário, mas, como sabemos, sob o governo Bolsonaro, não se devem criar expectativas em relação a programas e projetos que gerem inclusão e garantam equidade, pois certamente o que está por trás é mais uma estratégia neoliberal de Estado Mínimo.

Acerca da UERR, é possível constatar que, no governo de Anchieta Júnior (PSDB), foi publicado o Decreto n. 14.444-E, de 15 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial em 16 de agosto de 2012, que aprovou o Estatuto da Universidade Estadual de Roraima – UERR; em seu Art. 79 é possível identificar evidências da Política de Interiorização a partir das unidades acadêmicas da UERR no interior. Para tanto, trazemos o seguinte trecho do referido decreto: “São autorizadas criações dos *campi* universitários da UERR: I – *Campus* de Boa Vista; II – *Campus* de Rorainópolis; III – *Campus* de São João da Baliza; IV – *Campus* de Pacaraima; V – *Campus* de Alto Alegre; VI – *Campus* de Caracará”. (RORAIMA, 2012).

Porém, no governo Suely Campos (PP), foi aprovado o Decreto n.º 24.022-E, de 10 de outubro de 2017, cujo Art. 2º revogou o Decreto n.º 14.444-E, de 15 de agosto de 2012. No texto do novo decreto, não se faz mais menção aos *campi* e suas respectivas localidades. Apesar disso, reafirma-se no Art. 4º:

A UERR tem natureza e estrutura *multicampi*, distribuída no Estado de Roraima. §1º Os *campi* universitários serão administrados na forma do disposto no Regimento Geral. §2º Considera-se *campus* universitário cada uma das bases físicas integradas com estrutura administrativa, onde são desenvolvidas suas atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão. §3º A UERR poderá implantar *campi* universitários para

tornar mais efetiva sua atuação no desenvolvimento regional, atendidos os termos do disposto neste artigo e observada a legislação vigente. §4º Os *campi* universitários recebem a denominação conforme o ato de criação. (RORAIMA, 2017).

Do disposto nos decretos dos governos Anchieta (PSDB) e Suely (PP) do que seguiu a criação da UERR, a perspectiva *multicampi* vem se tornando uma realidade cada vez mais distante do idealizado inicialmente, pois, dos *campi* contidos no Decreto n.º 14.444-E, objetivamente se tem hoje funcionando com todas as características do modelo tradicional de Universidade apenas o *Campus* Boa Vista e o Rorainópolis, com corpo técnico-administrativo, docentes que desenvolvem a tríade característica do modelo brasileiro com Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse contexto, a partir de 2017, no governo Suely Campos, a UERR encerra oficialmente as atividades nos Alto Alegre e Pacaraima, o que a nosso ver foi um duro golpe no processo de interiorização da Universidade Estadual, que passa a trilhar os mesmos caminhos da UFRR ao se retirar no interior. Abaixo é possível visualizar as localidades em que se encontrava a UERR até 2017.

Quadro 13 - Localidades em que se encontrava a UERR até 2017

Localidades	Campus	Núcleos	Salas descentralizadas
Assentamentos e Comunidades indígenas	Boa Vista, Rorainópolis, Alto Alegre, Caracará, São João da Baliza e Pacaraima	Bonfim, Normandia e Amajari	Surumu, Contão, Vista Alegre, Truaru, Félix Pinto e Nova Colina

Fonte: Oliveira (2016)

Como podemos observar, o processo de interiorização da UERR foi bastante significativo, no entanto, mesmo com os *Campi* Caracará e São João da Baliza operando apenas no formato EAD e o fechamento definitivo dos de Alto Alegre e Pacaraima, em nosso entendimento, o maior golpe se deu com o fechamento do *Campus* Pacaraima, pois, além das questões de fronteira, é de suma importância que o Estado se faça presente com uma IES Pública, pois há também a questão indígena que merece atenção, e o município de Pacaraima situa-se contíguo ao município de Amajari ao norte, possui como único núcleo urbano a sede municipal, e a quase totalidade da área do município está dentro dos limites das terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, com uma população aldeada de mais de nove mil indígenas, organizados em mais de sessenta aldeias.

Trata-se de um município com extensas áreas de “lavrado” plano e outra área extensa de relevo montanhoso, de forma que, na região montanhosa, pelo menos 12 aldeias possuem

acesso exclusivamente aéreo; e as demais são acessadas por meio terrestre. As principais etnias que habitam o município são: Macuxi, Wapichana, Taurepang (Pemon). Nas aldeias próximas a Pacaraima e perto da única rodovia de acesso à cidade, entre seus habitantes estão imigrantes (indígenas) e asilados políticos das etnias Warao, Eñepa, Karina e Pemon, oriundas da Venezuela. A sede do município é a única porta urbana de acesso à Venezuela; e esta vem enfrentando o maior impacto da crise migratória em grande parte devido ao bloqueio econômico imposto pelos EUA, e o Estado brasileiro recebe os imigrantes à luz da Lei Nacional para Imigrações¹⁷³. Várias aldeias das margens da rodovia BR-174 aceitaram, dentro de sua autonomia, receber venezuelanos, de sorte que a maioria permanece um período de meses e depois segue para a capital do Estado; e outras famílias se estabelecem nas aldeias, inclusive com vinculações familiares devido aos casamentos espontâneos com residentes nativos das aldeias.

E, considerando que todas as aldeias possuem criações domésticas para subsistência e ainda bovinos de propriedade coletiva e estão privadas de famílias, a presença de uma IES Pública no referido município era e ainda deve ser prioridade. Com efeito, em relação ao município de Pacaraima, de acordo com Oliveira (2016),

Em vista a essa realidade discente e a necessidade de profissionais formados para o exercício da docência, a partir de 2007, para consolidar sua política de interiorização e democratização do Ensino Superior no Estado, a UERR abriu o *Campus* de Pacaraima, ofertando alguns cursos superiores. Atualmente a UERR oferece cursos nas áreas de Computação, Contabilidade, Licenciaturas em Letra/Espanhol, Geografia e Pedagogia. O curso de Pedagogia com ênfase indígena tem um contingente de 71 alunos matriculados no ano de 2016.1. Além do curso de Pedagogia Regular que acontece na sede do município, onde estudam alunos indígenas também, a partir de 2010 teve início o curso de Pedagogia Indígena. (OLIVEIRA, 2016, p. 54, 55).

Em Pacaraima, além da sede do município, a UERR também se fez presente nas comunidades do Surumu e Contão com as ditas salas descentralizadas, que funcionavam em nas dependências de Escolas Estaduais nas respectivas comunidades. No Surumu houve o curso

¹⁷³ Na nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), as regras deveriam ter marcado o início de uma era de segurança jurídica, transparência e desburocratização da política migratória para o Brasil. Apesar de a Lei de Migração ratificar a Constituição, a professora de direito internacional Carolina Claro, da Universidade de Brasília (UnB), considera que o decreto de regulamentação (Decreto 9.199/2017) criou restrições à garantia dos mesmos direitos a nacionais brasileiros e imigrantes. Quando pôs abaixo o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, a nova lei, aprovada pelo Senado em abril, tirou do imigrante o rótulo de ameaça aos interesses nacionais e à segurança pública e o elevou à condição de um ser humano pleno de direitos contrabalançados por obrigações civis, penais e tributárias. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/nova-lei-regula-situacao-de-estrangeiros-no-pais>. Acesso: 12/10/2022.

de Ciências da Natureza e Matemática com ênfase em Matemática e Física; e no Contão houve o curso de Pedagogia com ênfase em Educação Escolar Indígena. Esses cursos foram implantados no período em que Hamilton Gondim Silva foi reitor. Vale mencionar que este ocupou essa função por dois períodos distintos, dos quais um deles como fundador na gestão do governador Ottomar de Sousa Pinto; e a segunda no governo Anchieta Júnior. Gondim trouxe a mesma lógica com que trabalhou na UFRR, segundo a qual ele via a interiorização como elemento indispensável; e, entre os papéis que cabiam às IES Públicas, um deles era chegar aonde o povo estava.

Em relação à manutenção do *Campus* Pacaraima, entendemos que deveria ser levada em consideração a posição do município como região fronteira, o que por si só já justifica a presença da Universidade; e, portanto, a UERR deveria ter sido preservada de alguma forma, pois, além de fronteira, trata-se de um município onde predominam as populações indígenas, e isso configura o segundo fato fundamental para a presença da Universidade naquele município. Ainda na esteira da reestruturação, temos os *Campi* de Caracará e de Baliza, que não ofertam vestibular desde 2018; possuem estrutura física própria, e as únicas atividades acadêmicas que ainda preservam são os polos EAD da UAB como São João da Baliza e Caracará (com cursos de Administração Pública¹⁷⁴ – EDITAL n.º 024/2020 – PROEG/UERR, como também o curso de segunda Licenciatura em Letras¹⁷⁵ – EDITAL n.º 023/2020 – PROEG/UERR)¹⁷⁶.

Em relação à Universidade Virtual de Roraima (hoje IERR), carrega o estigma de estar entre as possibilidades reais e cada vez mais importantes do modelo educacional com uso das tecnologias, mas ainda é na prática uma pseudouniversidade, pois, apesar de possuir nome de *universidade* e o reconhecimento legal pela Lei n.º 527, de 22 de fevereiro de 2006, como também pela Lei Complementar n.º 156, de 14 de janeiro de 2010, pela qual há transformação em Fundação, na realidade não funciona como uma de fato, pois apenas retransmite cursos de outras IES e não possui o *status* de universidade junto ao MEC, algo que apenas a UFRR, o IFRR e a UERR possuem, portanto não possui cursos próprios, corpo técnico profissional

¹⁷⁴Disponível: https://cpc.uerr.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/EDITAL_N_024_Adm_Publica_EaD.pdf. Acesso: 14/12/2021.

¹⁷⁵ Disponível: https://cpc.uerr.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/EDITAL_N_023_Letras_EaD.pdf. Acesso: 14/12/2021.

¹⁷⁶ Foram ofertadas 390 vagas no total, das quais 240 vagas para o Bacharelado em Administração Pública nas seguintes localidades: Boa Vista, Caracará, Normandia, Rorainópolis e São João da Baliza. E 150 vagas para segunda Licenciatura em Letras nas seguintes localidades: Alto Alegre, Boa Vista, Caracará, Pacaraima e São Luiz. Disponível: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/11/02/uerr-abre-390-vagas-para-cursos-online-de-administracao-publica-e-segunda-licenciatura-em-letas.ghtml>. Acesso: 14/12/2021.

próprio; apesar de na capital haver dois prédios próprios, no interior, como já foi observado, ela funciona nas dependências de outras instituições públicas do Estado e/ou dos quinze municípios de Roraima.

CONCLUSÃO

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.

Darcy Ribeiro

Considerando a célebre frase do renomado cientista social e criador de duas Universidades, a de Brasília – UNB e a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, Darcy Ribeiro, ao afirmar que a crise da educação no Brasil é um projeto, fez tal ponderação certamente com a propriedade de quem conhecia profundamente a questão. Na tentativa de compreender essas questões, formulamos nosso problema de pesquisa com a seguinte pergunta: “As Políticas Públicas de Interiorização das IES Públicas atendem às necessidades Políticas considerando a especificidade amazônica de Roraima?”. Tendo sido também uma realidade que acompanhamos há muito tempo, no final da década de 1990, por meio de um dilema pessoal relacionado à ausência de IES no interior do Estado de Roraima. Naquele período, trabalhando como técnico em agropecuária na região sul do estado e já com mais de vinte anos de idade, sentindo necessidade de cursar Ensino Superior, percebi a impossibilidade de isso ser feito fora da capital, Boa Vista, visto que nosso local de trabalho ficava a mais de 300 quilômetros da única Universidade Pública do Estado naquele período.

Essas questões se materializaram de forma mais contundente no processo de estudo e pesquisa, culminando com a formulação da Tese: “A manutenção das Instituições de Ensino Superior Públicas pelo Estado brasileiro não garante a execução de Políticas Educacionais no Ensino Superior, em Roraima, que venham ao encontro dos interesses do desenvolvimento regional, pois em âmbito local tais políticas obedecem às diretrizes estabelecidas pelo ordenamento econômico mundial, do capital de interesses particulares, as quais são contrárias aos interesses da formação emancipadora dos sujeitos roraimenses dessa Amazônia setentrional”.

Buscando respostas para a referida Tese, debruçamo-nos, nesse período de doutoramento, sobre as literaturas e os documentos, os quais nos trouxeram os esclarecimentos necessários a fim de confrontar os questionamentos feitos e sintetizados nesta conclusão. Em nossa forma de ver o mundo, que passa pelo processo de formação a partir do trabalho para a manutenção da nossa existência, fomos adquirindo certa consciência das contradições relacionadas à condição de vida das pessoas que vivem e moram nas áreas rurais e nos municípios do interior do Estado de Roraima. Porém temos clareza de que os primeiros lampejos de consciência só foram possíveis a partir da formação universitária.

Com efeito, à medida que íamos avançando nos estudos e posteriormente no trabalho docente, fomos dialógica e dialeticamente tomando consciência e sendo levados ao estudo da Interiorização do Ensino Superior como tema central da Tese. Nesse contexto, entram as leituras propostas nas disciplinas do doutorado, os debates frutíferos que ocorriam remotamente na solidão de nossos quartos, os quais substituíram a sala de aula da Universidade. Importante registrar que nesse período passar o dia tendo aulas remotas nos desconectava da realidade dura; e ao mesmo tempo era por essa mesma realidade com que estávamos privados do contato com colegas e professores na Universidade. Se por um lado esquecíamos um pouco o que estava acontecendo, por outro o sofrimento não passava e/ou diminuía, pois apenas nos distraíamos por algumas horas em função da responsabilidade que havíamos assumido ao ingressar no programa Educanorte, no entanto não foi uma nem duas vezes que me perguntei o motivo de ainda continuar estudando enquanto muitos morriam vítimas da pandemia de covid-19¹⁷⁷, que se agravou no início de 2020 de forma que somente pudemos voltar a ter atividades presenciais nas universidades no início de 2022.

A pandemia se agravou exatamente no período em que iniciáramos as aulas e se estendeu por dois anos, de modo que não havia possibilidade de consultar bibliotecas e/ou de conviver presencialmente na Universidade, coisa que certamente cada um de nós queria muito. À medida que íamos estudando, sentíamos necessidade de ter acesso a bibliografias que atendessem ao nosso objeto de estudo; e, nesse caso, a saída foi comprar livros pela Internet, pois, apesar de todo o material das aulas ter sido disponibilizado pelos professores em formato digital (ao trabalho gigantesco dos professores nos polos do Programa em geral quando nos juntávamos aos grupos deles para as aulas ministradas por professoras e professores de uma ou

¹⁷⁷ Entendo que boa parte das mortes poderiam ter sido evitadas não fosse as atitudes negacionistas do Presidente da República e do General que ocupou a pasta do Ministério da Saúde na época aguda de propagação do vírus, minimizando e até mesmo negando os efeitos da pandemia, como também, retardando a compra das vacinas entre outras atitudes desaconselhadas pelos pesquisadores e especialistas da área, nesse contexto, até parecia autossabotagem do governante e seus assessores contra a população. De acordo com a reportagem do jornal o globo, o Brasil registrou no domingo (25 de setembro de 2022) 23 mortes pela covid-19 nas últimas 24 horas, totalizando 685.860 desde o início da pandemia. Com isso, a média móvel de mortes nos últimos 7 dias é de 63. Em comparação à média de 14 dias atrás, a variação foi de -2%, indicando tendência de estabilidade pelo quarto dia. Total de mortes: 685.860; Registro de mortes em 24 horas: 23; média de mortes nos últimos 7 dias: 63 (variação em 14 dias: -2%); Total de casos conhecidos confirmados: 34.674.422; Registro de casos conhecidos confirmados em 24 horas: 1.201; Média de novos casos nos últimos 7 dias: 6.380 (variação em 14 dias: -19%). No total, o país registrou 1.201 novos diagnósticos de covid-19 em 24 horas, completando 34.674.422 casos conhecidos desde o início da pandemia. Com isso, a média móvel de casos nos últimos 7 dias foi de 6.380. A variação foi de -19% em relação a duas semanas atrás. Em seu pior momento, a média móvel superou a marca de 188 mil casos conhecidos diários, no dia 31 de janeiro deste ano. Disponível: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/09/25/brasil-registra-media-movel-de-63-mortes-por-covid-na-ultima-semana-tendencia-segue-de-estabilidade.ghtml>. Acesso: 26/09/2022.

mais IES que compõem o Educanorte, a palavra é *gratidão*), para o nosso trabalho em particular, sentíamos a necessidade dessa ou daquela leitura que não podíamos acessar da forma como conhecíamos e/ou fazíamos anteriormente, sob a forma de material impresso, de modo presencial e nas grandes bibliotecas das Universidades.

Nesse processo, a única certeza que tínhamos era do sofrimento geral que assolava principalmente os mais pobres, que não podiam ficar em casa, pois a única escolha que lhes restava era morrerem infectados pelo vírus ou pela fome. A morte eminente era a única garantia que se tinha; no nosso caso, inicialmente fomos atingidos psicologicamente pela quantidade de mortes que se viam todos os dias pelas mídias e posteriormente pela dor física de contrair o vírus, que nos deixou por mais de seis meses seriamente debilitados. Parece estranho dizer que as salas virtuais onde ocorriam as aulas eram o momento de esquecimento daquela dura realidade (o quarto de dormir virou local de estudos, onde a cama não era usada para dormir, pois os livros dela tomaram conta) imposta pelo momento por que passava toda a humanidade.

Para garantir que nosso objetivo fosse alcançado em relação ao nosso objeto, propusemos as seguintes questões norteadoras: *Qual o contexto político e econômico mundial e sua relação na construção das Políticas de Ensino Superior no País, da década de 90 até o final de 2022? Quais os Modelos de Ensino Superior e sua relação com as Políticas Públicas? Como se deram os avanços da Interiorização das IES Públicas na Amazônia e quais os limites das Políticas de Interiorização do Ensino Superior no Estado de Roraima?* As questões norteadoras se tornaram os objetivos específicos, os quais consequentemente estavam presentes na construção dos três capítulos da tese.

Em relação à primeira questão norteadora – a qual está diretamente ligada ao primeiro capítulo –, trata sobre o contexto político e econômico mundial e sua relação na construção das Políticas de Ensino Superior no País, da década de 90 até 2022. Os estudos nos revelaram a estreita relação da política com a vida das pessoas e da sociedade de modo geral, em função dessa ser um mecanismo com influência direta na organização e no funcionamento das políticas públicas, portanto o Estado e os governos se utilizam delas para, de um lado, minimizarem os conflitos entre as classes; e, de outro, garantirem sua permanência no comando das instituições de Estado, as quais são responsáveis por garantir as políticas públicas que os governantes, como administradores transitórios, devem executar a partir das leis, programas e projetos pactuados socialmente pelos partidos políticos nos parlamentos.

No ano em que comemoramos 34 anos da Constituição Cidadã, promulgada em 05 de outubro de 1988, entendemos que o Estado é a organização social mais avançada que conseguimos estruturar e do qual os partidos políticos são partes indissociáveis da formação

dos governos, pois, como asseverou Bobbio (1998), é preciso ter uma estrutura formal com sistema jurídico; uma estrutura material garantidora do sistema jurídico que assegure a liberdade de concorrência no mercado, do comércio e da propriedade; a estrutura social do sistema, que assegura o atendimento da questão social a partir das políticas públicas; e, por último, a estrutura política do sistema de separação e de distribuição do poder de forma a garantir o não rompimento entre as classes. Todas essas questões foram garantidas pela Constituição de 1988.

Nesse contexto, as alianças pela governabilidade garantem a materialização dos princípios constitucionais que asseguram a estabilidade institucional e a participação do povo via eleição direta dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Por outro lado, as relações entre Estados nacionais aprofundadas pela globalização trouxeram para dentro dos governos organizações multilaterais estranhas ao Estado nacional, mas com poder de persuasão e influência na esfera econômica, que em certa medida influenciam e/ou interferem nos rumos que partidos e governos dão aos seus projetos e conseqüentemente as políticas públicas.

Vale ressaltar que essa interferência pode se dar travestida de assessoramento como foi o caso da reforma universitária de 1968, via acordo MEC-USAID, no período da Ditadura Militar. E, posteriormente, na Nova República, particularmente no governo FHC, em que as ideias neoliberais entraram com força a partir da adesão às pautas de liberalização da economia desde o governo Collor/Itamar da agenda econômica do Consenso de Washington, ocorrido em 1989. A partir de então, entra em campo o FMI, que foi responsável por garantir o cumprimento do que viria a ser conhecido como *propostas neoliberais*, nas quais sindicatos fortes eram vistos como entraves ao desenvolvimento; e a forte presença do Estado, na economia como anomalia. E a fórmula milagrosa para tais questões veio por meio das privatizações com a conseqüente diminuição do tamanho do Estado; e para os servidores públicos essa medida incluía os planos de demissão voluntária (PDV) amplamente implementados principalmente nos governos FHC.

As reformas promovidas no bojo da aliança PSDB/PFL continham o receituário dos organismos multilaterais encarregados da expansão das políticas neoliberais. Afirmava-se que o modelo gerencial era mais eficiente que o modelo vigente ancorado na burocracia estatal e numa legislação atrasada. Para tanto foi preciso reformar o Estado de modo a alinhá-lo às políticas do FMI, BM, BID. Essa era a condição para se obterem empréstimos, ou seja, só receberia o dinheiro quem seguisse as regras desses organismos internacionais, ou seja, a implementação das reformas estruturais não era uma opção, pois quem participou do Consenso de Washington estava ciente. O impacto da reforma do Estado foi determinante para o recuo na política de Interiorização da UFRR, visto que até a eleição de Fernando Henrique Cardoso a

UFRR se fazia presente em todo o Estado, inclusive em terras indígenas, mas, em função dos cortes de orçamento e pessoal, teve que se recolher à capital, Boa Vista.

A adoção e a implementação da agenda neoliberal pelo governo FHC criaram as condições para a implantação do projeto de Ensino Superior, que de acordo com o governo solucionaria o problema do rígido paradigma que orientava a institucionalização do sistema universitário público brasileiro, baseado no tipo único humboldtiano¹⁷⁸ de universidade de pesquisa, o que conforme o governo se constitui de um monopólio.

Para atingir seus objetivos, o governo FHC se empenhou pessoalmente na aprovação da LDB, criou o CNE e o INEP, enfatizando que tais mecanismos institucionais, aliados às mudanças no sistema de composição dos órgãos colegiados da universidade pela LDB, trariam mais transparência e eficiência para o ensino superior. No entanto, ao transformar também a educação em serviços não exclusivos do poder público, transformou esse bem público em mercadoria, e a partir disso houve um aumento significativo no número de estabelecimentos privados que passaram a comercializar educação, que atualmente são maioria de acordo com o Censo¹⁷⁹ da Educação Superior de 2019.

¹⁷⁸ Sobre a o modelo humboldtiano ou universidade de pesquisa, vale ressaltar que se tratava dos irmãos Humboldt, Wilhelm von e Alexander von – os mesmos tiveram uma educação privilegiada com professores particulares. No entanto, é a experiência universitária que marcará a posição deles a respeito de como deveria ser o ensino superior. Na perspectiva humboldtiana está implícito a indissociabilidade de ensino e pesquisa na universidade. Wilhelm von, que esteve à frente dos trabalhos, dizia reconhecer como naturais três estágios: a educação elementar, a educação escolar e a educação universitária.

A educação elementar tinha alcance básico e era a representação das ideias de acordo com todos os tipos e sua primeira classificação originária que pode incorporar mais ou menos objetos na matéria a esta forma no conhecimento da natureza e da Terra e nesse estágio pode se lançar mão de um único professor. Na educação escolar se introduz o aluno à matemática, a conhecimentos linguísticos e de história e nesse ponto dever-se-ia lançar mão de mais de um professor. A ideia nesse estágio de ensino seria torna o aluno cada vez mais independente do professor. E finalmente na última etapa - a universidade e a fase em que o aluno deve encontrar por si só a ciência. É a fase da liberdade e da solidão – poder-se-ia cursar matérias ou disciplinas, mas apenas de modo complementar. Pois é a Universidade o local privilegiado para se estar com os pares, onde se busca a essência do conhecimento, lá se dedicam à ciência, lá o professor não é mais professor e sim orientador e o estudante não mais aluno e sim pesquisador em uma fase inicial (TERRA, 2019).

¹⁷⁹ A cada quatro estudantes de graduação no Brasil, três frequentam estabelecimentos privados. Existem no país 2.608 instituições de educação superior. Dessas, 2.306 são privadas e 302 públicas. E, do total de matrículas na educação superior (8.604.526), a maior parte, 6.524.108, está na rede privada. As informações fazem parte do Censo da Educação Superior 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e divulgado nesta sexta-feira (23) pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro. Em 2019, a matrícula, na rede pública, cresceu 0,1% e, na rede privada, 2,4%. Segundo o Ministério da Educação, o processo de expansão da educação superior no Brasil teve início no final dos anos 90 e encontra na rede privada o seu principal motor. “O Estado brasileiro não seria capaz de cumprir a sua missão constitucional se não fosse a parceria e a atuação da rede privada. Setenta e seis por cento da educação do ensino superior tem a ver com a rede privada”, disse o ministro Milton Ribeiro. Disponível: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia>.

O mesmo não se pode dizer em relação às IES Públicas, pois, como vimos no Quadro IV: Desmembramento, Transformação e Criação de IES no Governo PSDB/FHC, ficou demonstrado que nesse governo foi criada apenas a Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco – UNIVASF em oito anos de mandato; as demais foram desmembradas e/ou transformadas: UNIFEI, UFCG, UFRA e a UFSJ, que foi federalizada a partir de IES Privada de Caráter Confessional oriunda de três faculdades: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FACEAC) e da Faculdade de Engenharia Industrial (FAEIN). Com exceção da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cuja criação se deu no ano de 2000, com desmembramento e federalização de parte da Universidade do Estado de Tocantins (UNITINS), os demais processos ocorreram apenas no último ano de governo.

Esse movimento deixa claro o desconhecimento e/ou a pouca importância dada às questões regionais, pois o plano de reforma do Estado do PSDB não pensou as questões federativas, concentrando-se apenas nas questões econômicas. Em se tratando da Região Norte, com agravante de estarmos falando do Estado mais isolado da federação, que é o caso de Roraima, na época em que Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, havia apenas seis anos de existência enquanto Estado da Federação, já que anteriormente possuía o *status* de Território Federal. Nesse contexto, quando se aplica a mesma medida para todos, algo não está certo. Entendemos que na época o jovem Estado de Roraima não deveria ter sofrido as restrições aplicadas aos demais entes no caso do Ensino Superior, tendo em vista que as Instituições de Estado ainda estavam em processo de implantação.

As ações desse período se encaixam no contexto da gestão gerencial baseada na ideologia empresarial aplicada a partir das ideias contidas na reforma do Estado ditada pelos organismos internacionais, a qual passa uma ideia de eficiência desviando o problema do contexto político nacional, que exatamente pede um planejamento que considere as disparidades regionais e devolve o problema para o local onde acontece o processo de condução, de gestão, ou seja, a administração local tem que adequar as ações dentro dos parâmetros estabelecidos nos limites de gastos, que na maioria das vezes correspondem apenas ao mínimo necessário para o funcionamento da coisa pública, que, no caso em questão, são as IES públicas e particularmente a UFRR.

Quando confrontamos a Tese com essa primeira etapa de funcionamento, que compreende da sua criação na gestão do presidente Sarney, perpassando pelos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, é possível inferir que houve garantia mínima de existência dessa IES em relação à execução de Políticas Educacionais no Ensino Superior em Roraima, e isso pode ser interpretado como “avanço”, no entanto entendemos que as políticas

federais não estavam em consonância com os interesses do desenvolvimento regional e principalmente local. Como afirmamos na tese, as políticas do período FHC obedeceram claramente às diretrizes estabelecidas pelo ordenamento econômico mundial, prejudicando a Interiorização do Ensino Superior na Amazônia Setentrional Roraimense e, nesse contexto, esses foram os limites.

Por outro lado, nos governos da Frente Brasil Popular encabeçada pelo PT, os recursos federais foram mais significativos em todo o período, o que desagradava os interesses do capital. E isso certamente representou um grande desafio para a chamada aliança capital/trabalho (o capital era representado pelo vice-presidente da República, filiado ao PL, e o trabalho tinha a figura do presidente da República, filiado ao PT como referência) que se repetiu nos dois mandatos de Lula, haja vista que esse tinha uma base composta também pelo PMDB, PP, PTB, PSB e PC do B.

Um dado importante para se ter ideia da dimensão das políticas para o ensino superior no período pode ser visualizada a partir do seguinte dado: em 2003, o Brasil tinha 3,94 milhões de estudantes no Ensino Superior; no Censo da Educação Superior de 2009, o contingente chegava perto dos 6 milhões representando um crescimento de 65%. Na área da Educação, no que toca aos avanços relacionados à expansão e ao acesso ao Ensino Superior, assim como a outros programas, estabeleceu-se um marco das políticas educacionais, principalmente em relação a outros governos aqui analisados. Pode-se dizer que nesse período foi construído um legado sem precedentes, dentre eles: o FUNDEB; o Piso Salarial do Magistério Público da Educação Básica; o acesso à Educação Infantil; a reformulação do ENEM; o PROUNI; o SISU; o Sistema UAB, criado com a finalidade de interiorizar cursos e programas de Ensino Superior na modalidade educação a distância; o aprimoramento do FIES; Prolindi, Procampo, além das políticas de expansão e de criação dos Institutos Federais de Educação e de novas Universidades Federais no bojo das políticas de interiorização no âmbito do REUNI.

Considerando o exposto, não podemos deixar de observar que nos governos do PSDB a UFRR precisou repensar sua política de interiorização por conta dos cortes e pelo modelo gerencial adotado naquele governo. Nos primeiros governos do PT/Lula, a história foi diferente, pois foi um tempo de abundância de recurso, principalmente via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Entendemos que naquele momento foi dada à UFRR a oportunidade de se fazer fisicamente presente no interior e cumprir assim uma das funções sociais da Universidade, que é a de ser o indutor do desenvolvimento humano e conseqüentemente social, político, cultural e econômico das regiões e dos entornos de onde se instala, pois temos a percepção de que fazer-se presente no interior e nas áreas de

fronteira é uma questão estratégica e reafirma o compromisso e a presença do Estado brasileiro junto às pessoas que habitam longe dos grandes centros urbanos, bem como nos municípios fronteiriços.

Quando confrontamos a Tese com a segunda etapa de funcionamento da UFRR, que compreende o período com o Partido dos Trabalhadores no comando do Poder Executivo, entendemos que o Estado garantiu a manutenção satisfatória das Instituições de Ensino Superior Públicas, inclusive com a execução de Políticas Educacionais no Ensino Superior em Roraima; e naquele período, diferentemente do que ocorreu no governo anterior, os organismos multilaterais não tiveram tanto poder para determinar os rumos das Políticas Públicas de Ensino Superior. Nesse contexto, o Governo Federal buscou dar suporte necessário de modo a contemplar os interesses do desenvolvimento regional e local, no entanto no âmbito local o REUNI, para citar uma política concreta de Expansão e Interiorização do Ensino Superior, deparou com os interesses particulares – quem sabe até corporativos – que optaram por manter a UFRR com seus três Câmpus limitados à capital. Vale ressaltar que não encontramos nada parecido em nenhuma IES Pública instalada na Amazônia, onde uma Universidade literalmente dá as costas para o interior, subvertendo assim essa importante Política Pública e contrariando os interesses dos sujeitos roraimenses ou *roraimados*¹⁸⁰ das regiões mais distantes da capital.

Na aliança PT/PMDB – Dilma/Temer, entendemos que foi dada continuidade às Políticas Públicas, Programas e Projetos de Educação, do período PT/PL – Lula/Alencar, porém houve o incremento da política de expansão do sistema de Educação Superior mediante ampliação das Universidades Federais e dos Institutos Federais, a partir do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES; deu-se também continuidade ao PROUNI, FIES, e foi criado o PronaCampo, no entanto talvez a maior novidade tenham sido as cotas, com as quais o Sistema Federal de Ensino Superior reserva 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e Institutos Federais para alunos oriundos das escolas públicas.

No entanto, o governo Dilma foi atingido frontalmente pela operação Lava Jato¹⁸¹,

¹⁸⁰ Termo utilizado pela então presidente Dilma Roulseff para se referir aos moradores de Roraima que vieram de fora. “O significado é forasteiro radicado em Roraima”. Disponível: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/quem-tem-um-neuronio-dilma-ou-augusto-nunes/>. Acesso: 11/10/2022.

¹⁸¹ O ex-juiz federal Sérgio Moro (União Brasil) e o ex-procurador da República Deltan Dallagnol

apesar de a presidente não ser o alvo principal, visto que estava focada em destruir a imagem de Lula e consequentemente do PT; e, nesse caso, entendemos que Dilma foi atingida, pois era próxima dos alvos. Considerando o fato de ter sido removida do cargo com seus direitos políticos preservados, isso já diz muito. Em um contexto mais amplo da geopolítica mundial, devemos considerar que um fator importante foi a colaboração direta da Lava Jato com o departamento de inteligência dos EUA. Esse, por sua vez, estava apenas praticando uma política costumeira de desestabilizar países (no estilo das recentes revoluções coloridas e guerras híbridas¹⁸² que começaram no ano de 2000 nos países da antiga União Soviética) com potencial de se desenvolverem de forma autônoma e principalmente que resistam às suas políticas de subserviência, como era o caso do Brasil até antes dos governos do partido dos Trabalhadores, que buscou diversificar suas relações políticas e econômicas antes majoritariamente dependentes dos norte-americanos.

Nesse contexto, em função do movimento das Jornadas de Junho, que começou como um protesto legítimo com pauta e atores bastante delineados – contra o aumento da tarifa de ônibus e o movimento passe livre –, rapidamente grupos ligados à direita, como Movimento Brasil Livre (MBL¹⁸³), Vem Pra Rua e Revoltados Online, passaram a puxar palavras de ordem

(Podemos) foram eleitos no Paraná neste domingo (2). Moro concorria a uma vaga no Senado, enquanto Dallagnol buscava vaga na Câmara dos Deputados. Moro ficou conhecido nacionalmente a partir da Operação Lava Jato – que culminaria na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2018. Três anos depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações do petista definidas pela 13.^a Vara da Justiça Federal no Paraná. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/da-lava-jato-para-o-congresso-moro-e-dallagnol-sao-eleitos-no-parana/>. Acesso: 26/10/2022.

¹⁸² De acordo com Andrew Korybko (2018), a nova tática geopolítica dos Estados Unidos, em um mundo que se torna mais multipolar, utiliza o conceito de “guerra híbrida”, uma combinação entre as “revoluções coloridas” e as “guerras não convencionais”. Para ele, esta é uma “nova estratégia de guerra indireta” para tomar o poder e derrubar a liderança do Estado de países não alinhados à política norte-americana. As tradicionais intervenções militares estadunidenses, caracterizadas por bombardeios, tanques de guerra e ocupações militares, estão sendo substituídas por métodos indiretos de desestabilização, ou seja, pela ação de “manifestantes” e insurgentes, que, mobilizados pelas mídias sociais, promovem uma espécie de “golpe brando”. Nessa nova estratégia, sob as aparências de movimentos “pró-democracia”, com a combinação de estudos psicológicos e propagandas com novas tecnologias e mídias sociais, inicia-se uma ampla e planejada ação na implantação do que ele denomina como “revolução colorida”. Caso o “golpe brando” fracasse, pode-se avançar para uma “guerra não convencional”, travada por grupos armados não oficiais (guerrilhas, terroristas ou insurgentes contra o governo), sem precisar que os EUA arquem com o uso direto de suas tropas. Disponível: http://resistir.info/livros/guerras_hibridas.pdf. Acesso: 06/10/2022.

¹⁸³ De acordo com a tese de Flávio Casimiro (2017), o MBL, fundado em novembro de 2014, está inserido no contexto a partir do Fórum Liberal, que se realiza anualmente em Porto Alegre desde 1988, com a missão de inserir e atualizar a agenda ideológica neoliberal brasileira. A tese apresenta um denso estudo sobre a dinâmica do associativismo das classes dominantes brasileiras desde a década de 1980 até 2014. Casimiro demonstrou que, no âmbito doutrinário, o Fórum da Liberdade tem servido para dar organicidade a uma série de iniciativas que

que incluíam o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Com isso, a coalizão que dava sustentação ao governo foi fortemente impactada pelas jornadas de junho de 2013; posteriormente, a direita que se opunha às políticas afirmativas, tais como cotas raciais nas universidades, bolsa família e as pautas de gênero, sempre presentes nos governos ligados à esquerda, viram na baixa popularidade da presidente a oportunidade de tirar-lhe o mandato.

Com efeito, todo esse movimento guarda estreita relação com as revoluções coloridas e guerras híbridas financiadas pelas potências, que buscam garantir a todo custo sua hegemonia; e o exemplo mais concreto que podemos citar é a Venezuela, que tinha sua economia totalmente dependente do setor petrolífero; naquele contexto, a partir de leis e decretos presidenciais dos Estados Unidos que começaram em 2014, inicia-se o estrangulamento da economia venezuelana, o chamado bloqueio econômico. Essa é mais uma das estratégias dos EUA para tentarem interferir no regime político de países considerados não alinhados. Além das sanções, foram registradas onze tentativas de golpe planejadas pela direita venezuelana com apoio da Casa Branca e de aliados regionais, como na época em que a Colômbia aparecia como aliada dos Estados Unidos desde o “Plano Colômbia¹⁸⁴”, elaborado e implementado sob o argumento de combater o narcotráfico, no entanto fazia parte também da estratégia política norte-americana voltada para a região de manutenção de um *status quo* político e econômico a partir de intervenções como forma de garantir sua hegemonia como maior potência militar e econômica do mundo.

Desse modo, para arrancar o Partido dos Trabalhadores do poder, o imperialismo norte-americano enxergou e/ou criou a oportunidade aliando-se às elites locais, escalando os agora

surgiram nas últimas décadas. Promovido por iniciativa do IEE, foi no Fórum da Liberdade que, além do mencionado Millenium, foram lançadas as principais iniciativas da nova direita brasileira, como duas espécies de franquias de *think tanks* sediados nos Estados Unidos: o Instituto Mises Brasil, em 2010 (O Instituto Mises é uma organização que atua em diversas partes do mundo. Por isso, para entender os seus métodos, devemos considerar que as suas redes estão instaladas para além do território brasileiro, ou seja, uma direita que atua para além do Estado-Nação e do território nacional, formando grupos de treinamentos para operarem como propagadores de suas ideias políticas em outras partes do mundo), e o Estudantes Pela Liberdade (EPL), em 2012. Esse último, que trouxe ao Brasil a marca do Students for Liberty, fundado em 2008 nos Estados Unidos e que aportou aqui articulando a direita estudantil, já presente em algumas universidades, está intimamente ligado à formação do afamado Movimento Brasil Livre (MBL). Disponível: <https://grabois.org.br/2017/11/09/o-mbl-e-sua-rede/>. Acesso: 09/11/2022.

¹⁸⁴O Plano Colômbia foi um esforço massivo para militarizar a guerra às drogas, levando a enormes quantidades de mortes e destruição no campo do país, resultando em um amplo processo de deslocamento e revolta social. No entanto muitos observadores viram a ação de Washington como uma tentativa velada de armar um governo favorecido para que eles pudessem derrotar os rebeldes esquerdistas da Colômbia de uma vez por todas. É digno de nota que o próprio Uribe foi apontado como um importante ator no tráfico de drogas em um documento do governo dos Estados Unidos de 1991. Disponível: <https://revistaopera.com.br/2020/09/05/decadas-depois-a-influencia-dos-eua-na-colombia-ainda-custa-vidas/>. Acesso: 06/10/2022.

ex-membros do Judiciário, Moro e Dallagnol; e, a partir do instituto da delação premiada e dos vazamentos seletivos de informações, colocam fim ao projeto do Brasil como potência regional emergente, afinal eles (os petistas e conseqüentemente toda a esquerda) teriam que ser punidos pelo criação do G20¹⁸⁵, grupo de países criados como alternativa ao G7¹⁸⁶, pelo sucesso dos BRICS, dada a descoberta do pré-sal, que colocou a Petrobras entre as grandes; e principalmente em função dos lucros serem divididos entre o povo (75% do lucros destinados à educação; e 25% para a saúde), como também (em função do perigo que o incremento da educação representaria tanto para as elites quanto para o capital, que até parece quererem ver novamente o Brasil como um país agrário e mero exportador de *commodities* agrícolas), a expansão do setor de construção pesada para o exterior, dada a altivez da liderança diplomática internacional moderadora mesmo não sendo uma potência militar e atômica.

O resultado final da Aliança PT/PMDB nos governos Dilma/Temer termina com um saldo excessivamente pesado para a sociedade e particularmente para os trabalhadores. Após a deposição de Dilma, Temer assume o governo e implementa um conjunto de reformas (em desacordo com o projeto de governo aprovado nas eleições de 2014, em que Temer era o vice-presidente na chapa) que fragilizaram a posição dos trabalhadores quanto aos direitos trabalhistas; e nessa mesma linha, ao promover um novo regime fiscal, comprometeu os gastos sociais. O que se observa concretamente é o desmonte da capacidade do Estado de induzir o crescimento e de transformar a estrutura produtiva por meio do novo regime fiscal, que limita o gasto com investimento público, além da privatização da gestão dos bancos públicos e da Petrobras.

O governo Temer promoveu em curto tempo um grande desmonte do Projeto de Estado de Bem-Estar Social construído nos governos do Partido dos Trabalhadores com apoio da Frente Ampla; e, nesse processo de demonização do partido e das lideranças petistas (resgatando um retórica do período da Guerra Fria) como também de desvio de atenção da predação do bem público e das riquezas do País, a mídia teve e ainda tem papel chave, pois prepara o terreno para o Capitalismo financeiro internacional e nacional envolvido, ávido por

¹⁸⁵ O Grupo dos Vinte (G20) é composto por 19 países (Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Türkiye, Reino Unido e Estados Unidos) e a União Europeia. Os membros do G20 representam cerca 85% do PIB global, mais de 75% do comércio global e cerca de dois terços da população mundial. Disponível: <https://www.g20.org/pt/about-g20/>. Acesso: 26/04/2023.

¹⁸⁶ O G7 é composto pelas seis maiores economias do bloco ocidental e pelo Japão, representando o Oriente, e tem como membros: EUA, Alemanha, França, Canadá, Itália, Reino Unido e Japão.

“privatizar” e conseqüentemente privar a população dos investimentos necessários. E, por fim, Temer, Moro e companhia pavimentam a ascensão do bolsonarismo, a partir da Lava Jato, com a qual se assumem como mais próximos da política do que da justiça, no entanto entendemos que a entrada dos lava-jatistas na política é uma etapa da luta de classe que se iniciou imediatamente após a ascensão da esquerda com a primeira eleição de um operário ao posto mais destacado do Poder Executivo da República Federativa do Brasil.

Já sob o governo Bolsonaro, se foi ou não fruto da operação Lava Jato e/ou de outras estratégias da extrema direita para chegar ao poder, ainda não se sabe ao certo, no entanto o que sabemos – e disso não temos dúvidas – é que a educação viveu seus piores momentos desde a Ditadura de 1964, pois ele, além de não investir, de não criar novas Universidades ou Institutos Federais, escolheu os piores ministros possíveis para o MEC e asfixiou as IES Públicas como se com isso pudesse eliminar as contradições, a diversidade e o gosto pelo conhecimento típico das universidades, além de encolher o orçamento da pasta ao ponto de essas instituições não terem condições de manter uma estrutura básica para o seu funcionamento (material de limpeza, escritório, segurança, água, luz, restaurantes universitários etc.).

Em relação ao segundo questionamento a respeito dos Modelos de Ensino Superior e sua relação com as Políticas Públicas, que se desdobraram no Capítulo II da Tese: “O Ensino Superior em questão: dos modelos históricos às transformações contemporâneas”, observamos que entre os governos do PSDB e PT, em se tratando particularmente da educação na parte do Ensino Superior, as diferenças são significativas – para não dizer enormes. Descobrimos que por muitos séculos o Superior do Ensino que chamamos de Universidade permaneceu inalterado até a criação da Universidade de Berlim, na Reforma Humboldt. Na atualidade, dadas as condições sociais, econômicas e culturais em nível mundial, como também os avanços tecnológicos, a necessidade de mão de obra especializada, as parcelas marginalizadas na sociedade do conhecimento são gradativamente inseridas nos processos produtivos, no entanto fica evidente a necessidade de uma revolução também no conceito e na práxis da Universidade. Ou seja, uma nova reforma nos moldes da humboldtiana se faz necessário. Vale lembrar que na gestão do ex-ministro Fernando Haddad fez-se uma tentativa de criar uma Universidade Nova conforme as palavras de Almeida Filho (2007), no entanto tal proposta enfrentou forte oposição dentro das Universidades; e é possível que, em função disso, o governo tenha transformado em 2008 os CEFETs em IFs, o que os tornou na prática iguais às Universidades Federais e, com isso, o governo pôde implementar seus programas e projetos.

Isto posto, entendemos que, no contexto do Ensino Superior, é urgente pensar e repensar a função social da Universidade Pública que chegue até as massas de forma descentralizada

com a mesma qualidade ofertada às elites. Como a separação da Universidade de Estado, governo, partido é apenas aparente apesar da Autonomia Universitária, é um tanto difícil cobrar responsabilidade – principalmente financeira – de quem está na gestão direta. Por outro lado, ainda hoje se tem a impressão de que a Universidade está distante da sociedade como se a olhasse de cima ou de longe; e para os que estão de fora principalmente das camadas populares é como uma miragem. Como dizia Humboldt (1997), existe uma grande diferença entre a escola e a Universidade. Por esse motivo se deve usar com empatia essa Autonomia buscando sempre incluir os mais pobres; e uma das formas é estando mais perto desses, ou seja, estando estrategicamente distribuída nos interiores e nas periferias.

Se considerarmos que a maioria da população, mesmo a que vai à escola básica, não é preparada para o Ensino Superior, na mesma medida temos que admitir que a Universidade ainda em pleno século XXI é visivelmente atrelada ao seu passado medieval e elitista, o que em alguns casos dificulta a tomada de posição frente a uma realidade objetiva atual que cobra uma ação imediata. Nesse contexto, as transformações humanas ocorridas no intervalo entre o ontem e o hoje ficam para depois em função das questões econômicas. Muito se questiona sobre a autonomia universitária, que mereceu de Kant um livro (*O conflito das faculdades*). Com efeito, a autonomia poderá ser ameaçada não apenas pelo Estado, mas também pelos interesses particulares, ou até pelas próprias instituições mercantilizadas, pois, ao assumirem determinada orientação mercadológica, sufocam a essência do conhecimento humanístico substituindo-o pelo utilitarismo e pelo produtivismo. Por isso, o Estado também precisa proteger a Universidade dele mesmo e dos que em tudo veem apenas uma possibilidade de lucrar, pois, se ela perder a liberdade de divergir, a própria humanidade estará a “ferros”.

Voltando diretamente aos Modelos de Ensino Superior no âmbito dos governos PSDB, as Políticas Públicas tiveram uma abordagem privatista baseada, como já dissemos anteriormente, nos protocolos elaborados pelos organismos internacionais, os quais, além da economia, também abarcavam os setores da educação, pois essa passa a ser também um ativo econômico. Para esses organismos (os mais conhecidos são o Banco Mundial, o FMI e a mais recentemente a OCDE), por terem uma função estratégica, esse nível de ensino também deveria ser alvo das ações do setor privado, o qual argumentava que se tratava de formação de mão de obra para atender às necessidades de atualização da força de trabalho para responder às novas demandas do processo de globalização e às mudanças no mundo do trabalho daquele período. Foi nesse contexto que nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como era o caso do Brasil da época, a educação passa a ser comercializada. Para tanto, foram realizados dois movimentos: liberalização dos serviços educacionais para instituições privadas; um tipo de

privatização por dentro ou semiprivatização a partir das fundações de direito privado e cobrança de taxas. Por fim, a gestão psdebista teve suas políticas para o Ensino Superior mais próximas ao Modelo Norte-Americano.

Por outro lado, o modelo que norteou as Políticas de Ensino Superior nos governos da Frente Brasil Popular encabeçada pelo PT, na época das reformas do Ensino Superior e consequentemente na concepção do REUNI, foi o europeu, no âmbito do que ficou conhecido como Processo de Bolonha. Com efeito, apesar da proximidade ideológica com o europeu, não podemos negar também que de certa forma estavam buscando um meio termo (como numa tentativa de introduzir uma abordagem dialética buscando uma integração com o dito Sul global) entre os modelos hegemônicos (Modelo Norte-Americano – MNA e Modelo Unificado Europeu – MEU), com os quais os governos brasileiros mais “dialogam” para construir o sistema nacional, particularmente desde a redemocratização. Entendemos que, ao optarem por esse arranjo, as Políticas Públicas de Ensino Superior de Lula e Dilma buscavam chegar ao Brasil profundo com a tarefa de ao menos tentarem descolonizar corações e mentes nas entranhas do País, chegando aonde ninguém quer ir, onde não há Estado, e onde o capital representado pelas instituições de ensino privado não está, pois lá não gera lucro. Nesse contexto, ao inserir os cursos de educação do campo, indígena e quilombola com o PROLIND, PROCAMPO e PRONACAMPO, a partir da abordagem interdisciplinar, permitiram uma nova reflexão/ação das práticas educativas, como também sociais tanto no interior quanto nas periferias do Brasil.

A estratégia no âmbito do REUNI foi a de que tanto as novas IES quanto os antigos Câmpus desmembrados e/ou transformados fossem cada vez mais para o interior do País (em se tratando de Interiorização do Ensino Superior, é impossível não falar do Reuni), ou seja, muito dessa estratégia se deve à participação intensa dos movimentos sociais de base rural (CPT, CIMI, CONTAG, FETAGs, MST, Via Campesina etc.), os quais na época dos governos petistas se fizeram presentes e atuantes dentro e fora do governo (promovendo uma importante abertura para o controle social sobre as ações do estado sob a forma de conselhos e realização de consultas à sociedade na forma de conferência, e essas portas possibilitaram esse diálogo entre a sociedade civil e o Estado), o que facilitou não só a interiorização do Ensino Superior, mas também a criação de cursos (Educação do Campo, Educação Intercultural e Agroecologia) voltados às demandas dos trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas das regiões fora dos grandes centros.

Nesse processo, vale destacar o papel do MEC na gestão de Fernando Haddad, que ao nosso ver revolucionou a forma de atuação da pasta, com o trabalho da Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, em parceria com a Secretaria de Educação Superior – SESU e o suporte financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responderam de forma adequada às reivindicações da sociedade organizada em movimentos sociais.

No contexto da globalização e para aquele momento (governos FHC e primeiro mandato de Lula), era difícil ignorar as recomendações dos organismos multilaterais como BM, FMI, OCDE e UNESCO, haja vista que FHC, por exemplo, não podia renunciar ao financiamento internacional, porém as reformas educacionais praticadas em seu governo revelavam o desconhecimento ou até um certo descaso do governo – formado em sua maioria por economistas – para com as carências da população do Brasil. Por outro lado, sob os governos PT, ficou clara a compreensão de que não vivemos isolados do mundo; e, se quisermos fazer parte da comunidade internacional, temos que encontrar um ponto de equilíbrio como disse Almeida Filho “nem Havard nem Bolonha”, como na tentativa feita a partir do REUNI de investir num novo Modelo de Ensino Superior brasileiro.

E finalmente chegamos à terceira questão que norteou este trabalho: “Como se deram os avanços da Interiorização das IES Públicas na Amazônia e quais os limites das Políticas de Interiorização do Ensino Superior no Estado de Roraima? Esse questionamento deu origem ao Capítulo III – A Trajetória das Instituições Públicas de Ensino Superior na Amazônia: um olhar sobre o Estado de Roraima. Começamos por assinalar que ao longo dos tempos a Amazônia tem sido retratada a partir de estereótipos pré-estabelecidos considerando a visão eurocêntrica do passado não tão distante; e, mais recentemente, a partir de uma visão anglo-americana no pós-ascensão dos EUA como potência econômica e militar, visão largamente assimilada e difundida pelos primeiros pensadores do Brasil como bem registrou o sociólogo Jessé Souza em seu livro “A Elite do Atraso”. Tudo isso, longe de ser coisa sem importância, deixou um rastro de violências físicas, simbólicas e principalmente econômicas na maioria dos povos amazônicos em função também das tentativas de apagamento do saber local e da espoliação dos amazônidas. E é nesse contexto que enfatizamos a importância de garantir a formação dos povos amazônicos para que possamos articular os conhecimentos das comunidades com a realidade global complexa à qual estamos todos vinculados.

Isto posto, conforme demonstramos no Quadro VI, existe uma disparidade entre os entes federados da Região Amazônica quando se visualiza o número de IES; é claro que devemos considerar o tamanho da população e o tamanho do estado; partindo dessas duas variáveis básicas, podemos proceder a análises, assim como com base na Constituição de 1988 e com a LDB-9394/96, as quais determinam que todos os entes federados devem ter pelo menos uma

Universidade Federal. E, nesse contexto, destacamos o Estado do Pará como o único dos entes federados da Região Norte a possuir quatro Universidades Federais: UFPA, UFRA, UFOPA, UNIFESSPA. Além das IES mencionadas, o Pará tem dezoito Institutos Federais espalhados por todo o Estado fechando o que entendemos ser o tipo ideal de cenário de Ensino Superior Público. Tem-se ainda a Universidade Estadual do Pará – UEPA, que possui 21 *campi*, cinco na capital e os demais no interior, o que supera em número todas as demais IES da região na quantidade de campus distribuídos pelo território da Amazônia paraense.

Destacamos que essa assimetria entre os entes federados da Amazônia em relação às IES Públicas se torna ainda mais abissal quando comparada principalmente com as regiões Sudeste e Sul. E entendemos que a superação dessa questão perpassa pela construção de nova mentalidade que abrange os agentes públicos, e essa nova mentalidade institucional deve começar pela garantia de acesso ao Ensino Superior Público gratuito e de qualidade chegando ao interior do Brasil e particularmente à Amazônia. Isso significa dizer que se deve dar atenção aos municípios não só na oferta de serviços de fora para dentro, mas também na tomada de decisão e na partilha de responsabilidade na construção do Sistema Educacional, já que é no município que tudo começa. Nesse contexto, tanto a União quanto os estados em que estão abrigados os municípios devem fazer um esforço para incluí-los na tomada de decisão sobre a implantação das faculdades e dos cursos como forma também de responsabilizá-los.

Com efeito, percebemos que em seu início a Interiorização do Ensino Superior em Roraima se misturava aos trabalhos para criação do Estado, pois, mesmo que a Constituição de 1988 o elevasse à condição de Estado (juntamente com o Amapá), ficou claro que o processo veio bem antes, pois, como observaram Gama Neto e Santos (2021), Roraima começa bem antes da sua elevação à condição de Estado promulgado juntamente com a Constituição Cidadã. Na década de 1980 Roraima já se encontrava dividida em campos antagônicos: o primeiro composto pelos povos originários, a igreja católica e ONGs ambientalistas e partidos de esquerda; do outro lado estavam fazendeiros, empresários, os partidos conservadores de direita e o governo estadual. Vale lembrar que essa configuração permanece relativamente estável até antes da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em 2005; e de lá para cá ocorreu o acirramento da luta pela posse da terra e um crescimento vertiginoso da direita no Estado chegando ao ponto de Roraima ter dado proporcionalmente o maior número de votos na eleição de 2018 e 2022 ao candidato de extrema direita e notadamente contra a reforma agrária e as pautas indígenas.

Observamos também que, no processo de criação da UFRR, os legisladores e os administradores da época tinham consciência da complexidade dos problemas advindos da

ocupação humana na Amazônia roraimense, os conflitos e violências pelo contato entre populações indígenas e a “sociedade envolvente”, os garimpos, as missões religiosas, como também as atividades agropecuárias. Outra questão posta eram as fronteiras, a importante interação socioeconômica, política e cultural com a Venezuela (principalmente a região de Santa Elena de Uairén, divisa com o município de Pacaraima, a qual até antes do *embargo econômico*¹⁸⁷ imposto pelos norte-americanos era uma área muito frequentada pelos brasileiros para compras) e com a Guiana (a região de Lethen, na divisa com o município de Bonfim, passou a receber um fluxo crescente de brasileiros logo após o declínio econômico da Venezuela), onde ela se fez presente apesar das dificuldades.

A implantação da UFRR, mesmo sendo uma obrigação constitucional, está conectada com as mudanças advindas das disputas geopolíticas das potências econômicas e militares por mais mercados para suas empresas, com o suporte de organismos internacionais como o BM e o FMI (a partir do Consenso de Washington realizado em 1989), que preparam o terreno para as políticas neoliberais que se instalaram no Brasil, principalmente na década de 1990, iniciadas com a Eleição de Collor naquele mesmo ano. No entanto, apesar de ter sido criada no início do governo Sarney, só seria efetivamente implantada no final de seu mandato em 1989; e nesse processo o primeiro reitor, Gondim, destaca o papel de políticos como Mozarildo Cavalcante, Ottomar Pinto e Romero Jucá, os quais trabalharam pela implantação dessa importante IES Pública nesse distante Estado da Amazônia setentrional.

Se não tivessem sido os planos de Gondim – ele, que foi o primeiro reitor, sempre enfatizava para a comunidade acadêmica sobre quão prioritária era a interiorização para sua gestão –, hoje provavelmente não teríamos a maior Universidade Federal do Estado, com seus três Câmpus: Paricarana, dentro da zona urbana; Cauamé, a cerca de 10km do primeiro; e finalmente o Murupu, distando aproximadamente 30km da sede da UFRR – todos na capital do Estado. Logo após sua implantação, já em pleno processo de desenvolvimento, de expansão e de interiorização, em 1995 assumem os governos FHC/PSDB; e a partir daí ocorreu o

¹⁸⁷ O embargo econômico contra a Venezuela se deu a partir de 2014, com a Lei 113-278, aprovada pelo Congresso dos EUA, proibindo empresas estadunidenses ou estrangeiras de negociarem com a Venezuela; até 2019, foram editados sete decretos executivos e uma lei impondo bloqueios e sanções. “Como numa guerra, cada nova medida criada buscava fechar meticulosamente as portas por onde a Venezuela pudesse tentar reverter, ou amenizar, os efeitos dos embargos anteriores. A principal impactada com as restrições impostas é a população venezuelana, sobretudo as camadas mais pobres, por conta da disparada da inflação e da falta de recursos para os serviços públicos e programas sociais do governo”. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/03/como-o-bloqueio-dos-estados-unidos-afeta-a-vida-dos-venezuelanos>. Acesso: 20/10/2022.

sufocamento das IES Públicas por conta do aprofundamento das políticas neoliberais iniciadas no governo Collor; e, nesse contexto, compreende-se que nada poderia ser feito pelos ex-reitores da UFRR até 2002, ano do último mandato de FHC.

No início a UFRR tinha planos de ter presença física também fora da capital, e um desses locais foi o município de São João da Baliza (conforme a Figura XIX: Termo de Doação de Terreno para a UFRR), localizado no sul de Roraima, entre os municípios de São Luiz do Anauá e Caroebe, na BR 210, também conhecida como Perimetral Norte¹⁸⁸. Ainda em 1994, chegou a ser lançada a pedra fundamental do primeiro Campus da UFRR no interior, o qual estava estrategicamente localizado entre dois municípios cercados de assentamentos rurais, dos quais um deles era o Projeto de Assentamento Rápido – PAR Jatapu, o segundo maior assentamento de Roraima, atrás apenas do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Anauá, no município de Rorainópolis, também no sul de Roraima. Destacamos que naquele período a região sul de Roraima era a parte mais promissora em termos de desenvolvimento, pois abrigava, além dos maiores assentamentos rurais do Estado, o maior contingente de trabalhadores rurais vindos de várias partes do País. Nesse contexto, entendemos que, se a UFRR tivesse se instalado fisicamente na região, a realidade econômica, social e política do sul de Roraima seria outra, pois sabemos os efeitos da educação na vida das pessoas e dos lugares. Entendemos que interiorização não se limita a instalações físicas, mas entendemos também que estas são importantes e historicamente ficou claro que onde tem uma universidade ocorre um importante processo de desenvolvimento sociocultural e consequentemente econômico, como também político.

Em relação aos Institutos Federais, criados em 2008 pela Lei n.º 11.892, em Roraima, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRR, que incorporou toda a estrutura do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, assinala uma posição diversa das gestões do Partido dos Trabalhadores quanto à educação tecnológica das adotadas pelo PSDB, que proibiu a criação de novas escolas técnicas e agrotécnicas. Os governos da Frente Brasil Popular, que tinham Lula na Presidência da República, investiram significativamente no

¹⁸⁸ De acordo com Oliveira Neto (2015), a Perimetral Norte ou BR 210 faz parte da estratégia dos governos militares de estabelecerem eixos para a formação de um grande sistema viário, o qual proporcionaria não apenas o fluxo de pessoas e de mercadorias, promovendo os programas de colonização e de extração mineral desenvolvidos pelo governo federal. Nesse contexto, outras rodovias pioneiras como a Santarém-Cuiabá, a Belém-Brasília, a Transamazônica, a BR-364 faziam parte dessa integração, e a BR-210 se integraria a diversas rodovias na Região Norte e perpassaria toda a faixa de fronteira setentrional, além de propiciar a implantação de diversos projetos governamentais. Disponível: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/124>. Acesso: 09/10/2022.

sistema de ensino tecnológico do País não só por promoverem a maior expansão dos IFs criando, transformando, desmembrando mais de 300 Institutos Federais por todo o Brasil.

Vale lembrar que os IFs têm muita influência do modelo norte-americano, que se consolidou e alcançou a hegemonia no Pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente em função do papel que os EUA começaram a exercer; nesse contexto, os cursos tecnológicos amplamente defendidos e implantados pelo ministro Paulo Renato no período PSDB/FHC são uma amostra de um dos itinerários formativos do MNA. O Modelo Americano demonstrou força principalmente em função de que, para obter os financiamentos do BM e FMI, tinha-se que seguir a matriz intelectual, tecnológica e hegemônica dos EUA. Ao optar por esse modelo, o governo do PSDB (1994/2002) trabalhou fortemente no processo de desregulamentação, liberalização e privatização do que antes eram serviços públicos; no caso da educação, deslocando a responsabilidade dela antes do Estado (com a CF/88) para a família/indivíduo (expresso na LDB 9394/96), tendo como base o Consenso de Washington.

Em relação ao processo de Interiorização do Instituto Federal de Roraima, são cinco as unidades do IF no Estado: dois Câmpus na capital: 1 – Boa Vista, 2 – Boa Vista Zona Oeste; e três no interior: 1.º no município do Amajari; 2.º no município de Caracaraí (Câmpus Novo Paraíso); e 3.º no município do Bonfim. Como se pode observar, o IFRR conta com três unidades fora da capital, o que o coloca à frente da UFRR em termos de Interiorização; e da UERR também considerando-se que no interior apenas o Campus Rorainópolis mantém todas as atividades que caracterizam uma Universidade. No entanto entendemos que o avanço dos IFs sob as competências anteriormente restritas às Universidades de certa forma representa um desvio das suas atribuições iniciais ao se proporem a fazer o mesmo que as universidades, o que em médio e longo prazo pode não ser tão bom assim.

Por outro lado, destacamos a importância do Campus Amajari por ser o único das três IES Públicas presentes na parte norte do estado, que atende simultaneamente agricultores e filhos de agricultores e familiares dos Projetos de Assentamento (PA) da Reforma: PA Amajari, PA Bom Jesus, PA Tepequém, com o ensino técnico, tecnológico e superior (os cursos superiores constam no Quadro VII: Cursos Superiores Ofertados pelo IFRR por Câmpus). Merece destaque também o fato de que no Amajari existem oito terras indígenas demarcadas dentro dos limites do município, além da parte setentrional da terra indígena Yanomami (os indígenas da terra Yanomami, por habitarem uma área de floresta densa com acesso quase que exclusivamente aéreo, praticamente não transitam na sede do município, possuindo maior vinculação com a capital do Estado). Por outro lado, as populações do “lavrado” se organizam em 21 aldeias com acesso por rodovias trafegáveis o ano inteiro, e esses participam da

município e somam uma população aldeada de mais de quatro mil indígenas, pertencentes às etnias: Wapichana, Macuxi, Taurepang, Sapará, além de Warao (esses últimos são uma etnia oriunda da Venezuela, que vivem em asilo político no Brasil, com o estabelecimento de algumas famílias no município).

Além disso, o IFRR Amajari atende também os indígenas das reservas São Marcos e Raposa Serra do Sol, o que em nosso entendimento o torna a maior e mais importante referência em educação pública, gratuita e de qualidade da porção norte do Estado de Roraima, pois, considerando que todas as aldeias possuem criações domésticas para subsistência – e isso inclui bovinos de propriedades coletivas e privadas de famílias indígenas, seu papel na educação técnica e tecnológica fundamental concorre para a melhoria do manejo agropecuário nas comunidades indígenas, como também nos assentamentos agrícolas da região.

Seguindo a ordem de relevância estabelecida por nós, considerando a localização e a infraestrutura, o segundo Campus do IFRR no interior é o IF Novo Paraíso, no município de Caracaraí, a 256 km de Boa Vista, às margens da BR 174, que atende a toda população da região sul do Estado de Roraima. Diferente do IF Amajari, em que a maioria dos estudantes são indígenas, a unidade em questão tem nos trabalhadores ou filhos de trabalhadores e trabalhadoras rurais seu maior público. Importante destacar que o município de Caracaraí abriga os seguintes Projetos de Assentamentos: RR 170, Itã, Novo Paraíso, Cujubim, Serra Dourada, Rio Dias, Cupiuba, Castanheira, Angelim, Jatobá, Caferana, Arco-íris, Chidaua. Além dos PAs mencionados, merecem destaque os dois maiores PAs do Estado: Projeto de Assentamento Rápido – PAR Jatapu, no município de Caroebe; e o Projeto de Assentamento Dirigido – PAD Anauá, no município de Rorainópolis. Esse último é o segundo maior assentamento do Brasil, atrás apenas do PA Rio Juma, no município de Apuí-AM. Portanto isso faz também do IFRR Novo Paraíso um marco fundamental das Políticas de Expansão e Interiorização e cumpre exatamente a estratégia do REUNI de chegar ao Brasil profundo com educação pública, gratuita e de qualidade conforme determina a Constituição Cidadã.

Por último, temos o Campus Avançado IFRR, no município de Bonfim, a aproximadamente 120km da capital, com acesso pela BR-401; e faz fronteira com a cidade de Lethem, da República Cooperativista da Guiana, o que ao nosso ver coloca o IFRR na vanguarda em relação às relações de fronteira, posição já ocupada pela UFRR no seu início e posteriormente pela UERR, mas que se retiraram deixando descobertas as populações da fronteira. Além da sede, o município possui três vilas: São Francisco, Nova Esperança e Vilena. Existem também quatro Projetos de Assentamentos Rurais – PAs: Alto Arraia, Caju II, Renascer e Vilena. Outro fator importante é a quantidade de comunidades distribuídas entre

duas etnias indígenas dominantes, que são macuxi e wapixana; a maioria fala as línguas maternas, além do português e do inglês. Várias são as comunidades espalhadas pelo território, tais como Água Boa, Alto Arraia, Bom Jesus, Cachoeira do Sapo; Cumaru; Jabuti, Jacamim, Manoá, Marupá, Moscou, Muriru, Pium, São Domingos, São João, Wapum.

Ao todo são quinze aldeias habitadas por uma população de mais de seis mil indígenas aldeados, que se distribuem no território de forma mais dispersa, ocupando maior área das terras indígenas, de modo que suas criações domésticas de galináceos e suínos não demandam o instituto do cercamento. Parte considerável das famílias não pratica uma agricultura exclusivamente de subsistência, pois já produzem numa escala para comercialização na sede do município, nas vilas e na capital, Boa Vista, de modo que os principais produtos são a farinha de mandioca e a carne bovina, mas ainda usam pouca tecnologia na agricultura e no manejo animal. Entendemos que essa unidade do IFRR pode vir a ser um diferencial, caso venha a oferecer cursos que possam potencializar a produção e conseqüentemente a comercialização; e, a exemplo do IF Amajari, valorizando o saber indígena da região. Outro diferencial desse IF é a fronteira com outro país, pois sabemos que a educação pode contribuir no estreitamento dos laços caso sejam ofertados cursos que também considerem a inclusão dos guianeses.

Finalmente, chegamos à Universidade Estadual de Roraima. Como vimos, trata-se de uma IES Pública Estadual criada em 2005 a partir de três Institutos de Ensino Superior, sendo dois na capital – ISE e ISSeC – e um no interior, na cidade de Rorainópolis – o ISER, portanto com estrutura *multicampi*; e a missão inicial de atender às necessidades da educação básica. Com efeito, a interiorização foi o maior diferencial da UERR em seu início, visto que ela chegou a possuir seis *campi*: Boa Vista, Alto Alegre, Caracaraí, Pacaraima, Rorainópolis e o Câmpus de São João da Baliza, além de se fazer presente em dezessete localidades, com os chamados *núcleos*: de Bonfim, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia e São Luiz do Anauá; e finalmente nas salas descentralizadas, em comunidades indígenas e áreas rurais: Contão, Surumu, Truaru com o curso Pedagogia com ênfase em Educação Escolar Indígena e Ciências da Natureza na comunidade Vista Alegre, além das Vilas Brasil e Félix Pinto, com o curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

Percebe-se com isso um grande esforço para atender à demanda de cursos fora de sede; e nesse período a UERR ocupou a enorme lacuna deixada pela UFRR quando se retirou do interior para se fixar apenas na capital. Parece-nos ter ficado claro que desde sua criação em 2005 a UERR experimentou um processo robusto de interiorização, mas, a partir de 2017, a IES Estadual vem seguindo os mesmos passos dados pela UFRR retirando-se aos poucos do interior. Entendemos que a reorganização administrativa é de certa forma natural e às vezes

necessária para “arrumar a casa”, no entanto, de todo esse processo de *desinteriorização* pelo qual passou e ainda passa a referida IES, temos a percepção de que o fechamento do Campus Pacaraima foi a menos adequada, pois, além das questões de fronteira, já que é de suma importância que o Estado se faça presente com uma IES Pública, existe também a questão indígena que merece toda a atenção. Vale ressaltar que estamos falando de uma região de grandes belezas naturais e diversidade, com extensas áreas de “lavrado” plano e outra área com grandes montanhas. Também, deve-se considerar o fato de que o município abriga as etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang (Pemon), além da BR-174, que corta o município dando acesso à Venezuela e faz de Pacaraima uma cidade com muitos imigrantes (indígenas) das etnias Warao, Eñepa, Karina e Pemon, como também não indígenas – todos venezuelanos.

Em suma, como já dizia Gramsci, não é possível superar as contradições sociais sem se envolver, estar de um lado ou de outro, ou seja, tomar partido, embora quem deva tomar consciência das contradições presentes no interior dos processos sociais e políticos e tenha oportunidade de intervir de alguma forma nada ou pouco faça. Entendemos que é necessária uma mudança de paradigma quando se trata da Interiorização do Ensino Superior, pois o modelo dominante que invisibiliza e desqualifica tudo o que não é urbano/moderno é a representação de um padrão que não vê o todo, não concebe o humano e o meio ambiente sem levar à destruição de um deles ou de ambos.

Isto posto, em nossa Tese “A manutenção das Instituições de Ensino Superior Públicas pelo Estado brasileiro não garante a execução de Políticas Educacionais no Ensino Superior em Roraima que venham ao encontro dos interesses do desenvolvimento regional, pois em âmbito local tais políticas obedecem às diretrizes estabelecidas pelo ordenamento econômico mundial, do capital de interesses particulares, contrários aos interesses da formação emancipadora dos sujeitos roraimenses dessa Amazônia setentrional”. Entendemos que ela se mostrou assertiva, ficando claro que as diretrizes econômicas mundiais impactaram o processo de interiorização nos primeiros anos de existência da UFRR; em um segundo momento, quando houve a possibilidade real de interiorizar, pois se tinham todas as condições favoráveis, os interesses particulares foram determinantes para que as coisas continuassem como estavam, e mais uma vez o processo de Interiorização não foi concretizado. E, de acordo com a evolução dos acontecimentos, é possível que o mesmo aconteça com a UERR, pois, depois de uma presença robusta no interior, hoje possui apenas um Campus funcionando concretamente fora da capital - o Campus Rorainópolis. E mais uma vez os interesses individuais e ou corporativos se sobrepõem ao coletivo; e, no caso particular, as populações mais pobres do interior do Estado.

Afirmamos que a responsabilidade de quem formula e/ou executa as políticas públicas

não pode ser minimizada, pois a escolha de *onde* e *o que* deve ou não ser disponibilizado para as populações fora dos grandes centros urbanos e mesmo as das periferias das capitais é também de responsabilidade de quem está à frente dos governos, dos parlamentos, das organizações e das instituições, os quais deveriam planejar suas ações de forma integrada para não sobreporem ações, mas sim diversificarem os serviços, garantirem o acesso considerando as várias instituições que operam no território como forma de incluir o maior número de pessoas, comunidades, localidades e povos.

Com efeito, parece-nos que, no momento em que houve políticas públicas de interiorização, não foi exatamente uma política de Estado delineada pelo Poder Executivo e/ou Legislativo em relação à interiorização da UFRR ou da UERR, mas sim uma iniciativa pessoal do gestor da ocasião, que nesse caso foi o mesmo em oportunidades diferentes, com os mesmos objetivos imprimidos em ambas as IES. Estamos falando do professor José Hamilton Gondim Silva. Nesse mesmo contexto, exortamos também a UFRR a retomar as obras da Unidade Avançada de São João da Baliza de forma a, além de se fazer presente fisicamente fora dos limites da capital do Estado, oportunizar aos que por questões socioeconômicas não têm condição de se manterem na capital a possibilidade de cursarem o Ensino Superior na maior IES Pública do Estado, a UFRR.

A fim de deixarmos claras as dificuldades que identificamos quanto às tomadas de decisão relacionadas à Interiorização das IES Públicas, tomaremos como exemplo o não planejamento considerando a complexidade dos arranjos possíveis e as interações necessárias entre os entes públicos em questão. No caso do IF Novo Paraíso, na região sul de Roraima, ao abrir um curso de Agronomia nessa região, não considerou a existência de um curso igual na UERR, que abrange a mesma região. Como não estamos falando de iniciativa privada, e sim pública, entendemos que as coisas devem ser vistas de uma forma complementar e mais colaborativa; e, nesse contexto, os entes estatais devem adotar uma estratégia de cooperar; e nesse caso específico entendemos que houve sobreposição de finalidade, tendo em vista que uma IES Pública já estava atendendo à região com o mesmo curso e visando ao mesmo público.

Por outro lado, ao olhar o Estado como um todo e mapear onde estavam as IES com seus respectivos cursos, se o IF tivesse implantado agronomia no Campus Amajari, isso seria notável, visto que, como já dissemos, se trata de uma região estratégica e sem a devida presença das IES Públicas. Se tal estratégia tivesse sido adotada, o IF Amajari atenderia, além de seus municípios, aos de outros municípios como Pacaraima, Uiramutã e Normandia – todos conectados por terras indígenas – carentes da presença do Estado quanto à oferta de Ensino Superior; e o curso de agronomia, que no sul do Estado concorre com outro que já existia

anteriormente, nesse município e região seria único e pioneiro.

Olhando mais atentamente para a região norte do Estado a partir da capital, quanto aos municípios da região metropolitana – particularmente Alto Alegre, Cantá, Mucajaí, Iracema –, considerando um raio de mais ou menos 100km partindo de Boa Vista, não faz tanto sentido manter instalações físicas quando se pode, a partir de convênios com as prefeituras, levar os potenciais alunos para a sede das IES na capital. E é a partir desse entendimento que exortamos as IES Públicas a lançarem esforços para se fazerem presentes na região norte do Estado, trabalhando em consórcio com Amajari e Pacaraima de um lado; e do outro com Normandia e Bonfim. E, considerando o fato de IFRR ter instalações físicas em Amajari e Bonfim, as demais IES poderiam firmar termos de cooperação e a partir disso atender às demandas de forma pontual em sistema de rodízio de cursos, de modo a atender aos referidos municípios, otimizando recursos e ainda envolvendo todos os entes federados (Estado e municípios) na solução dos problemas referentes à Interiorização do Ensino Superior.

Retornando à discussão sobre a região sul do Estado, considerando a questão levantada anteriormente sobre a sobreposição de curso na mesma região, e tentando abordar a questão como oportunidade, a UERR poderia repensar o tipo de curso ofertado no Campus Rorainópolis, pois, já tendo um curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, que é o único do Estado; e considerando as declarações do governador reeleito quanto à promessa de um curso de Medicina Veterinária¹⁸⁹ para o referido Campus, em se concretizando tal promessa, já haveria dois cursos de bacharelado inéditos e extremamente necessários à região.

Por outro lado, poder-se-ia pensar em uma mudança quanto ao curso de Agronomia, investindo em cursos totalmente novos e inéditos no Estado, tais como Engenharia de

¹⁸⁹ Na quinta-feira, dia 16 de dezembro de 2021, o governador Antônio Denarium anunciou que a Universidade Estadual de Roraima (UERR) vai ofertar o curso de Medicina Veterinária no *campus* da instituição que fica na cidade de Rorainópolis. O anúncio foi feito durante solenidade de colação de grau de 115 novos profissionais em Boa Vista. Disponível: <https://www.uerr.edu.br/denarium-anuncia-novo-curso-de-medicina-veterinaria-durante-colacao-de-grau-da-uerr/>. Acesso: 30/11/2022.

Alimentos¹⁹⁰ ou até nos cursos superiores de tecnologia, os tecnólogos¹⁹¹, o que a nosso ver representaria uma inovação com responsabilidade socioambiental, como também seria inédito. Por outro lado, é importante destacar que a única diferença entre a agronomia do IF e a do UERR deva ser o regime de alternância pedagógica¹⁹² adotado pelo IF.

O Campus Rorainópolis tem experimentado uma abordagem interdisciplinar que a nosso ver é extremamente adequada à realidade da região (a exemplo do que fez o IF com a utilização da pedagogia da alternância), ofertando no período noturno dois cursos de Licenciatura Interdisciplinares: Ciências Humanas e Ciências da Natureza; e poderia também inovar ofertando o curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo (o curso de pedagogia funcionava no Baliza até 2015) e Linguagens: Língua Portuguesa, o que tornaria a única unidade da UERR hoje operando no interior com cursos inéditos na região e que atenderiam às necessidades imediatas dos municípios relacionadas à educação básica e ao mercado de trabalho de modo geral. Como também, pode receber não necessariamente cursos permanentes, mas turmas pontuais nas áreas de saúde, sociais aplicadas, etc.

Nesse contexto, entendemos que a UERR deve focar seus esforços no fortalecimento

¹⁹⁰ A Engenharia de Alimentos é um campo abrangente de tecnologia de alimentos que envolve as diversas disciplinas das ciências da alimentação, agricultura, microbiologia, química e engenharia. O engenheiro de alimentos devidamente formado tem conhecimentos multidisciplinares e é capaz de trabalhar nas indústrias do setor desenvolvendo projetos de ciência e tecnologia dos alimentos e, ainda, colaborar com a saúde pública, pois também tem o papel de fiscalizar, padronizar e orientar. O engenheiro de alimentos pode atuar nas seguintes áreas: indústrias de produtos; alimentícios; indústrias de insumos, embalagens e equipamentos produzidos para a indústria alimentícia; empresas de serviços; áreas de fármacos; instituições de ensino; instituições de pesquisa; consultoria; fiscalização e auditorias; órgãos e instituições públicas. Pode atuar junto aos órgãos governamentais (municipal, estadual e federal), estabelecendo padrões de qualidade e identidade de produtos e aplicando esses padrões nas indústrias, garantindo os direitos do consumidor. O Brasil é o terceiro país em exportação de alimentos no mundo. Mas a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) prevê que, até 2024, o País ocupará o primeiro lugar, fato esse que certamente irá demandar profissionais capacitados para lidarem com a demanda, pois o profissional é preparado para atuar nas áreas de fabricação, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos alimentícios, cuidando do processamento de matérias-primas como leite, carnes, cereais, frutas e hortaliças, pescados, óleos e gorduras, açúcares, dentre outras. Disponível: <https://ufmg.br/cursos/graduacao/2381/77424>. Acesso: 10/11/2022.

¹⁹¹ De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2022), o curso que tem relação com a área de agrárias do *campus* Rorainópolis, então no EIXO DE RECURSOS NATURAIS estão: Área Tecnológica Pesca e Aquicultura; Área Tecnológica Produção Agrícola e Pecuária e Área Tecnológica Silvicultura; Área Tecnológica Produção Agrícola e Pecuária; Curso Superior de Tecnologia em Fruticultura; Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio; Curso Superior de Tecnologia em Horticultura; Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, Apicultura e Meliponicultura, em Cafeicultura, Irrigação e Drenagem, Mecanização em Agricultura de Precisão, Produção de Grãos; Área Tecnológica Silvicultura; Curso Superior de Tecnologia em Silvicultura. Disponível: <https://fatectatuape.edu.br/h/d/catalogo-nacional-dos-cursos-de-tecnologia-2022.pdf>.

¹⁹² A alternância pedagógica é uma proposta que tem se mostrado mais adequada quando se pensa o trabalho a partir da realidade do campo, pois ela se articula com outras perspectivas pedagógicas (fundamentos filosóficos, sociológicos e metodológicos) que compõem a Educação do Campo. É uma articulação dialeticamente com o campo a partir do trabalho como princípio formativo e humanista, portanto pode ser entendida como uma metodologia que, sendo adequada ao meio rural, favorece a permanência no campo, pois se adapta perfeitamente com a realidade. (VILHENA JUNIOR, 2013).

do Campus Rorainópolis (lembrando que ele é um dos três institutos – ISER – que deram início à UERR e o único fora da capital), de modo a torná-lo referência na região sul do Estado. Para tanto, o governo estadual, em parceria com a prefeitura, pode construir em uma casa de estudantes para receber quem precisar frequentar algum dos cursos lá ofertados, mas que tem dificuldades em se manter longe de casa para estudar. Por outro lado, considerando que a UFRR vá realmente retomar as obras da Unidade Avançada no interior, conforme demonstrado nas figuras XXXI e XXXII. A UERR poderia seguir uma lógica longitudinal e se firmar seguindo o traçado da BR 174 começando pelo Campus Rorainópolis, Campus Caracará, Campus Boa Vista e Campus Pacaraima. Para os *campi* fora da capital, dever-se-ia pensar também em formas alternativas de atendimento, trabalhando em regime de alternância ou modular (por exemplo, quando ofertar Agronomia em Rorainópolis, ofertar Florestal em Caracará ou Boa Vista, o mesmo vale para as licenciaturas, como também para os cursos que funcionam exclusivamente na capital); e, se preciso for, estabelecer parcerias pontuais com a UFRR e com o IFRR.

Nesse contexto, o Campus Caracará poderia ser transformado em Polo e/ou Unidade Avançada ligada ao Campus Rorainópolis e ou Boa Vista, com ofertas de cursos interdisciplinares modulares por projetos em parceria com o município (como fez o IF Novo Paraíso no último vestibular¹⁹³), entre outros arranjos possíveis, na busca por atender também ao Baixo Rio Branco, pois se trata de uma região distante e quase nunca contemplada com políticas públicas, principalmente em relação ao Ensino Superior; e, nesse sentido, devem ser pensadas estratégias para atender os cidadãos que carecem de formação superior.

No ano em que a UERR completou 17¹⁹⁴ anos de criação, o entendimento é o de que o cumprimento da função social do Ensino Superior é uma responsabilidade que deve ser reafirmada por cada gestão, então ponderamos no sentido de a Universidade Estadual de Roraima reavaliar a decisão de fechar o Campus Pacaraima. Em nosso entendimento, isso

¹⁹³ Por meio do Edital 002/2023-DG-CNP/IFRR, estabeleceu normas para o processo seletivo para ingresso no Curso de Bacharelado em Agronomia – *Campus* IF Novo Paraíso para ingresso em 2023, sendo 35 vagas para o IF CNP; e 35 para o município de Mucajaí. Disponível: https://sgc.ifrr.edu.br/portal/visualizar_arquivo/1304/. Acesso: 26/04/2023.

¹⁹⁴ A Universidade Estadual de Roraima completa 17 anos neste dia 10 de novembro, quinta-feira, período em que vem promovendo a educação, as ciências, as tecnologias e o desenvolvimento científico em toda a região. Conforme o reitor, Regys Freitas, até o final deste ano, o Governo deve anunciar novos investimentos na Universidade e a ampliação da sua estrutura física. O reitor adiantou que o governador Antônio Denarium autorizou a aplicação dos recursos necessários para a oferta do curso de Medicina Veterinária. “Já estamos trabalhando para que o curso seja lançado com todo o suporte necessário para formar os melhores profissionais da Região Norte nessa área. Também estamos em fase de conclusão dos projetos dos Hospitais Universitários e do Laboratório de Habilidades Clínicas nos próximos meses”, pontuou. Disponível: <https://www.uerr.edu.br/uerr-completa-17-anos-com-anuncio-de-oferta-para-graduacao-ead/>. Acesso: 10/11/2022.

representaria, além de responsabilidade social, maturidade administrativa e comprometimento com o desenvolvimento do Estado como um todo, pois, como já mencionamos, estamos falando de um município fronteiriço, com fluxo migratório intenso e com rica diversidade étnica. Ademais, a IES estadual deve repensar sua localização na capital e buscar as periferias e, a exemplo do IF Zona Oeste, retomar as atividades no Campus de Excelência, o qual está estrategicamente localizado na área mais populosa e periférica de Boa Vista. Nesse sentido, pensamos que lá é um excelente lugar para uma Faculdade de Educação.

Isto posto, outra questão que entendemos ser fundamental para a UERR seria uma reorganização estrutural como forma de garantir sua atualização enquanto Universidade, inovando conforme as melhores práticas concernentes ao século XXI. Para superar a arquitetura organizacional de escola conforme o modelo atual que vem desde sua criação, nossa sugestão é que os cursos passem a ser agrupados por faculdades (Faculdade de Ciências da Saúde; Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas; e Faculdade de Educação, abrigando as licenciaturas, as quais devem funcionar no Campus de Excelência da zona oeste da capital). Em relação à Rorainópolis, entendemos que a estrutura organizacional que vem sendo trabalhada naquele Campus poderia aprofundar ainda mais a abordagem interdisciplinar, a qual a nosso ver é um bom exemplo de inovação e de flexibilidade que pode e deve ser aprimorado.

Considerando o exposto acima e nosso interesse na interiorização – particularmente pelo Campus Rorainópolis, onde exercemos a docência –, vamos trabalhar hipoteticamente com a ideia de uma Faculdade Interdisciplinar Sul de Roraima e entendemos que ela deve abrigar os cursos já existentes e os que forem criados e/ou transformados seguindo a lógica interdisciplinar. Esse movimento permitiria que o referido Campus abrigasse uma Faculdade com abrangência em toda a região sul, o que corresponde aos municípios de Caroebe, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caracarái. Se considerarmos o Campus Caracarái (entendemos que se fosse preciso fazer uma escolha entre manter Caracarái e reativar Pacaraima não tenho dúvidas que o Campus Pacaraima deve ser prioridade) como polo, poderíamos lançar mão de modelo de ensino híbrido, o qual combina o espaço físico da sala de aula com o uso de plataformas digitais como o Ambiente Virtual de Ensino – AVA, já utilizado pela UERR.

Pensando em alcançar uma cooperação de alto nível em benefício da sociedade, propomos a criação de um Fórum Permanente das IES Públicas (FPIESP) do Estado de Roraima como forma de partilharem seus projetos referentes à interiorização, de modo a permitir que UFRR, IFRR e UERR possam cobrir todo o Estado sem a necessidade de concorrerem, mas sim de forma complementar e cooperativa, inclusive ofertando cursos em locais estratégicos utilizando as instalações de uma das IES disponíveis. Por exemplo: o IF tem instalações no

município de Bomfim, porém não oferece curso superior; e, considerando ser esse um local fronteiro, tanto UFRR quanto UERR poderiam ofertar turmas pontuais para atenderem a certas demandas do local, incluindo a população do país vizinho que porventura tiver interesse. Com esse movimento, se estreitam os laços entre os países, e essa mesma estratégia pode ser usada no IF Campus Amajari.

A mesma ideia pode ser aplicada em Pacaraima, caso a UERR opte por reabrir o antigo Campus Pacaraima, como também nos outros *campi* de ambas IES, e isso sem precisar ser permanente; pode-se atender por demanda específica, em módulos, por projetos pontuais. Com isso teríamos as IES Públicas do Estado cobrindo todo o território de forma mais bem distribuída, funcionando indutores de desenvolvimento e, nesse sentido, superando o atual arranjo que temos hoje; e certamente estaremos pavimentando um futuro melhor e fazendo chegar uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade à Amazônia Setentrional Roraimense.

Entendemos que o Ensino Superior deve se orientar pelo princípio da universalidade, segundo o qual a todo cidadão deve ser garantido o direito ao Ensino Superior – esse deve ser descentralizado, regionalizado e com participação social. Isso representaria uma etapa superior do Estado democrático de direito, superando a democracia representativa por meio de uma maior, melhor e mais efetiva participação social, quer seja por meio da sociedade civil, quer pelo ente mais próximo da população, que é o município. Por outro lado, considerando os processos internos que ocorrem dentro das Universidades, entendemos que não existirá Interiorização com responsabilidade social enquanto as pessoas que ocupam postos estratégicos nas IES não se dispuserem a conhecer a realidade do interior do Estado, pois, considerando que parte significativa e em particular dos docentes são de outros estados da federação, é fundamental que as escolhas para determinados postos levem em consideração o conhecimento da complexidade dos municípios do Estado e/ou pelo menos a disposição comprovada de querer conhecer e aprender com a sociedade local.

Quanto ao papel do Governo do Estado, caso este queira fazer algo inédito, entendemos que precisaria ousar mais promovendo a descentralização das ações e ao mesmo tempo tornando-se protagonista, garantindo não só mais aporte financeiro a sua IES para atuar no interior do Estado, mas também ousando fazer diferente como criando a primeira Universidade Estadual Rural de Roraima a partir da transformação do Campus Rorainópolis, a exemplo do que fez o Governo Federal, como demonstramos nos Quadros IV, VI e VII, já que cada dia mais esse Estado se configura com o agronegócio, mas também possui uma parcela significativa da agricultura familiar, que também precisará ser preparada para o futuro agroindustrial que se apresenta. No entanto, se bem trabalhada, a ideia da Faculdade Interdisciplinar no Campus

Rorainópolis é mais adequada considerando as possibilidades contidas na experiência que vem sendo gestada no referido Campus. Certamente a criação de uma Universidade teria a vantagem orçamentária, porém isso pode ser facilmente resolvido com descentralização de recursos e/ou gestão participativa, como também com a construção de uma casa de estudantes para receber a população da região que não possui condições econômicas para custear a permanência dos filhos longe de casa. No limite, após todo processo de estudo e reflexão, mediado pela experiência objetiva com o trabalho docente, estamos certos de que os governos e partidos políticos são tão responsáveis pelo sucesso ou fracasso das políticas públicas quanto os gestores e ou administradores diretos.

Finalmente, esperamos que este trabalho possa contribuir sobretudo com o debate relacionado às Políticas Públicas de Ensino Superior no Estado de Roraima servindo de referência para reflexões e posterior tomada de decisão, como também entendemos ser importante o debate acadêmico que possa ser travado no âmbito dos cursos de pós-graduação de modo a aprimorar a compreensão a respeito da função social da universidade, da importância da interiorização das IES públicas, bem como a respeito dos modelos de Ensino Superior, que, além da arquitetura, trazem também a reflexão sobre as escolhas que se faz ao se instituir uma IES Pública, pois o formato que ela adotará certamente impactará na vida das pessoas que moram fora da capital e nas periferias das cidades onde ficam as sedes das IES Públicas; isso se considerarmos a interiorização como uma das funções sociais da Universidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABMES. **Brasil não atinge metas e fica estagnado na educação sob Bolsonaro**. Disponível: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3863/brasil-nao-atinge-metas-e-fica-estagnado-na-educacao-sob-bolsonaro>. Acesso: 13/05/2021.

ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados, Rio de Janeiro, v. 31, p. 5-38, 1988.

ADORNO, Theodor W. **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO**. 4^a ED. TRAD. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ADORNO, Theodor W., 1903-1969. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos** /Theodor W. Adorno, Max Horkheimer; tradução, Guido Antonio de Almeida. - Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2.^a ed. tradução Wolfgang Leo Maar. - 2.º edição revista - São Paulo - Paz e Terra, 2020.

ADORNO, Theodor. **A Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista**. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951_.htm?1349568035. Acessado em: 05/03/2021.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Vice**. Disponível: <https://revistaserrote.com.br/2018/08/vice-luiz-felipe-de-alencastro/>. Acessado: 31/03/2021.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **UNIVERSIDADE NOVA: textos críticos e esperançosos**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA FILHO, Naomar de; COUTINHO, Denise. **Nova Arquitetura Curricular na Universidade Brasileira**. Disponível: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000100002. Acesso: 29/09/2021.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **UNIVERSIDADE POPULAR E DEMOCRATIZAÇÃO DE SABERES: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**. Naomar de Almeida Filho; Dirceu Benincá; Denise Coutinho. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 42, p. 39-55, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, Victor. **Contrato critica omissão do Congresso sobre pedidos de impeachment de Bolsonaro**. 31 de março de 2021. Disponível: <https://www.poder360.com.br/congresso/contrato-critica-omissao-do-congresso-sobre-pedidos-de-impeachment-de-bolsonaro/>. Acessado: 31/03/2021.

ANDES. **Governo relança Reuni Digital para ampliar EAD e dez universidades já aderiram ao programa.** Disponível: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-relanca-reuni-digital-para-ampliar-eAD-e-dez-universidades-ja-aderiram-ao-programa1>. Acesso: 20/10/22.

ANDIFES. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n.º 126/2012 sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Disponível: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf. Acesso: 12/05/2021.

APPLE, Michael W. **A Educação pode mudar a Sociedade?** Trad. Lilia Loman. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARANHA, Rubervania da Silva; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a rede municipal de ensino de Manaus.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Sr3X5Ty6mXhzY5bgScVf9dt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 23/03/2022.

ARISTÓTELES. **Metafísica.** Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de G. Reale, trad. M. Perine, 3 vols., São Paulo, Edições Loyola, 2014.

ARISTÓTELES. **POLÍTICA.** 4.^a reimpressão. Martin Claret, 2010.

ARROYO, Miguel G. **O Direito à Educação e a Nova Segregação Social e Racial – Tempos Insatisfatórios?** Educação em Revista, Vol 31, Número 3. Belo Horizonte, Julho/Setembro/2015.

BARBOSA, M. L. de Oliveira. **A Expansão desigual do Ensino Superior no Brasil.** 1. ed. - Curitiba: Appris, 2020.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado.** Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia.** Rev. Econ. Contemp., núm. esp., 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Estado de Crise.** tradução Renato Aguiar. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois.** Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2.^a edição revista. 2010.

BEZERRA, Eron. **A Amazônia e o projeto nacional de desenvolvimento sustentado.** Princípios - Revista Teórica, Política e de Informação, jun/jul, 90, 6-12. 2007.

BRASIL. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n.º 126/2012.** Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso: 12/05/2021.

BRASIL. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.** Altera as Leis n.º 9.394, 11.494, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso: 12/05/2021.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** – 5. ed. – Brasília: Edições Câmara, 2010.

BRASIL (2010). **MEC escolhe instituições para formar professores indígenas.** Disponível: [MEC escolhe instituições para formar professores indígenas - MEC](#). Acesso: 13/12/2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO/CD/FNDE N.º 06 DE 17 DE MARÇO DE 2009.**

BRASIL. **Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares.** Disponível: http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20-%20novembro_2010%20brasilia.pdf. Acesso: 07/12/2021.

BRASIL. **EDITAL Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2008. CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR PARA O PROCAMPO.** Disponível: <http://portal.mec.gov.br> > pdf > edital procampo. Acesso: 13/08/2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

BRASIL. **Pronunciamento à nação da Presidente da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto.** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acessado em: 24/03/2021.

BRASIL. **Discurso de Bolsonaro após a vitória.** Disponível: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acesso: 26/02/2021.

BRASIL. **Roraima.** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso: 06/09/2021.

BRASIL. **Decreto n.º 75.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da República Escola de Aprendizizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 10/09/2021.

BRASIL, **Resolução n.º 448 do Conselho Superior do IFRR.** Disponível: https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/etica-e-integridade/programa-de-integridade/planos-de-integridade/arquivos/ifrr_instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-de-roraima.pdf. Acesso: 10/09/2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **POLÍTICA SOCIAL: fundamentos e história**. Eliane Rossetti Behing, Ivanete Boschetti. 7.^a Ed. São Paulo /; Cortez, 2010.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estratégia e estrutura para um novo Estado**. Revista do Serviço Público. Ano 48 Número 1, Jan-Abr 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reconstruindo um novo Estado na América Latina**. Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma gerencial do Estado de 1995**. Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro 34(4):7-26, Jul./Ago. 2000.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A Construção da Universidade Baiana: origens, missões e afrodescendência** / Edivaldo M. Boaventura - Salvador: EDUFBA, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política I**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1^a ed., 1998.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente** / Wendy Brown traduzido por Mario A. Malrino, Eduardo Altheman C. Santos. -São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. - Campinas, SP: Editora da Unicamp / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BOLSONARO2018. **O CAMINHO DA PROSPERIDADE: Proposta de Plano de Governo**. Disponível: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/a-integra-dos-planos-de-governo-dos-candidatos-a-presidencia/>. Acesso: 19/08/2021.

BOURDUEU, P. **Escritos de Educação**. Maria Alice N. e Afrânio Catani (org.). 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BORTOLANZA, Juarez. **TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE**. Disponível: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 05/09/2021.

BUARQUE, Cristovam. **A universidade numa encruzilhada**. Ministro da Educação do Brasil. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/palestra6.pdf>. Acesso em: 25/06/21.

CARREIRÃO, Yan. **A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 22, p. 179-194, jun. 2004.
CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **O PROUNI NO GOVERNO LULA E O JOGO POLÍTICO EM TORNO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. - 12.^a ed. - São Paulo: Cortez, 2017.

CUNHA, Helvécio Damis de Oliveira. **Políticas Públicas de ingresso no ensino superior brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.

CURY, C. R. Jamil. **SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIO PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA E FEDERATIVA**. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/STwFwhmwJLWTsqMpBKPVDKw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 22/09/2021.

CORTIZO, Maria Del Carmen. **DIALÉTICA E FILOSOFIA DA PRÁXIS**. Disponível: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_02.pdf. Acesso: 08/07/2021.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G. de. **Mudanças no Contexto do Ensino Superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo**. Revista FAE, Curitiba, v.4, n.1, p. 48-58, Jan./abr. 2001.

CATALINI, Felipe. **Aspectos Ideológicos do Bolsonarismo**. <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/31/aspectos-ideologicos-do-bolsonarismo/>. Acessado em: 28/02/2021.

CUNHA, Luis Antônio. **História de las Universidades de América Latina** – Unión de Universidades de América Latina. Ciudad Universitaria, México: Edición Gisela Rodriguez Ortiz, 1999. Colección U dual.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3.^a ed. (revista). - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2.^a ed. - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3.^a ed. - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **BASE COMUM NACIONAL: DILEMAS E PERSPECTIVAS**. São Paulo: Cortez, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **EDUCAÇÃO E CONTRADIÇÃO: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7.^a ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. Reinaldo Dias, Fernando Matos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, M. M. **Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DI GIOVANNI, G; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas** / organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3.^a ed. - São Paulo: Editora UNESP, 2018.

DRAIBE, Sonia M. **A política social do governo FHC e o sistema de proteção social**. Revista Tempo Social v.15, USP, São Paulo, 2003.

DUARTE, Clarice Seixas. **A Educação como um Direito Fundamental de Natureza Social**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007 Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/Sys3c3j8znnWkyMtNhstLtg/abstract/?lang=pt>. Acesso: 08/09/2021.

DUARTE, Clarice Seixas. **DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 113-118, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à reforma de 1968**. Disponível: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcMlSPfp8r/?lang=pt#>. Acesso: 03/09/2021.

FERNANDES, Florestan. **UNIVERSIDADE BRASILEIRA: Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FESUR. **LEI COMPLEMENTAR N.º 116 DE 16 DE JANEIRO DE 2007**. Disponível: <https://al.rr.leg.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei-complementar-No.-116.pdf>. Acesso: 13/09/2021.

FIGUEIREDO, A. **Government coalitions in brazilian democracy**. Brazilian Political Science Review, v. 1, n. 1, p. 182-216. 2007.

FIGUEIREDO, A. Cheibud. **Coalizões governamentais na democracia brasileira**. Tradução de Gabriela Rodrigues da Guia Rosa & Leandro de Pádua. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 3, p. 159-196, 2012.

FRANZON, Sadi (2015). **Os acordos Mec-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da águia na legislação de ensino brasileiro**. in IX Congresso Nacional de educação, PUCPR [Consult. 20-06-2018]. Disponível: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf. Acesso: 25/08/2021.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Universidade para poucos: o ministro da Educação e o preconceito de classe**. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/artigo-universidade-para-poucos-o-ministro-da-educacao-e-o-preconceito-de-classe>. Acesso: 19/08/2021.

FREIRE, Paulo. **A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. 6.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FONEC. **EM DEFESA DO PRONERA E DO DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO.** Disponível: <http://www.redeuniversitas.com.br/2020/03/nota-do-fonec-em-defesa-do-pronera-e-do.html?m=1>. Acesso: 12/05/2021.

FOLHA DE BOA VISTA. **Obra do Polo da UFRR em São João da Baliza está parada há 5 anos.** Disponível: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Interior/Obra-do-polo-da-UFRR-em-Sao-Joao-da-Baliza-esta-parada-ha-5-anos/81650>. Acesso: 02/11/2021.

GAMA NETO, Ricardo Borges; SANTOS, Roberto Ramos. **Amazônia, instituições e processos políticos de governo: Roraima como estudo de caso.** Ricardo Borges Gama Neto e Roberto Ramos Santos. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP; EDUA: Manaus/AM, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2007.

GITIRANA, Julia Helioro Souza; KREUZ, Leticia Regina Camargo. **Ministras de Estado: uma análise prosopográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019.** Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 43, p. 245-266, ago. 2020.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro: 3ª Ed. Civilização Brasileira, 1978.

GARÓFALO, G. de L.; PINHO, T. F. de. **Educação Superior: a Rede de Educação Profissional em Roraima.** Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97662>. Acesso: 10/09/2021.

GOMES, Izabel. Cristina. Colares. **O Processo de criação de uma Universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA.** NAEA/UFPA. Belem, 2011.

GRIPP, G.; BARBOSA, M. L. O. 2014. **A sociologia da educação superior: ensaio de mapeamento do campo.** In: BARBOSA, M. L. O. (ed.). Ensino superior: expansão e democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no Século XXI.** Trad Artur Renzo. - 1.ª Ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBBS, Thomas, 1588-1679. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. Ed. São Paulo/; Abril Cultural, 1983.

HOBBS, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IBGE. **Quantidade de Homens e Mulheres.** Disponível: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso: 12/12/2022.

IDS. **Fronteiras da Amazônia: complexidade e oportunidades.** Disponível: <https://www.idsbrasil.org/fronteiras-da-amazonia-complexidade-e-oportunidades/>. Acesso: 11/09/2021.

JAPIASSU, Hilton. **A CRISE DAS CIÊNCIAS HUMANAS.** São Paulo: Cortez, 2012.

JAPIASSU, Hilton. **Um desafio à Educação: Repensar a Pedagogia Científica**. São Paulo: Editora Letras & Letras; 1999.

KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. Trad. Artur Mourão. Edições 70, Lisboa, Portugal, 2017.

KUHN, Thomas S. **A TENSÃO ESSENCIAL: estudos selecionados sobre tradição e mudanças científicas**. São Paulo: Unesp, 2011.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. (Trad. Paulo Bezerra), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GOMES, Izabel Cristina Colares. **O Processo de criação de uma Universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém 2011.

LEMOS, Renato. "**Fernando Henrique Cardoso**". In: ABREU, Alzira Alves de e outros (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30**. 2ª ed. rev. e atualiza. Verbete. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LEMOS, Daniel de Souza. **FHC E OS DIÁRIOS DA PRESIDÊNCIA: defesa e retomada do neoliberalismo**. Revista de Ciências Sociais, n.º 44, Janeiro/Junho de 2016, p. 343-352.

LIMA, Manolita C.; CONTEL, Fabio B. **INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: NAÇÕES ATIVAS, NAÇÕES PASSIVAS E A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO**. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. R. Katál, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LIMA, Licínio C; AZEVEDO, Mario L N de; CATANI, A M. **O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. São Paulo: Amil, 2003.

LIMA, Paulo Gomes; PEREIRA, Meira Chaves (orgs) – **Pesquisa científica em ciências humanas: uma introdução aos fundamentos e eixos procedimentais**. – Uberlândia, Navegando Publicações, 2018.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, M. do P. S. Rodrigues. **Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOCKE, Jonh. **Carta Acerca da Tolerância; segundo tratado sobre o governo; ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução: Anoar Alex e E. Jacy Monteiro. 3ª edição. São Paulo. Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 3.ª ed. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCOVITCH, Jacques. **Os desafios da área de Humanidades no Brasil e no mundo**. Estud. av. vol.16 no.46 São Paulo ept./Dec. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300017. Acessado em: 17/03/2020.

MARCONDES, Danilo. **Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgeinsten**. Zahar – 13.ª, Rio de janeiro, 2010.

MARINHO, Maria Gabriela. **Racionalidades em Disputa. Intervenções da Fundação Rockefeller na Ciência, Medicina e Práticas Médicas do Brasil e América Latina**. / Maria Gabriela S. M. C. Marinho, André Mota, Cristina de Campos (organizadores). - São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. **Adeus, Humboldt? O Ensino Superior contemporâneo no contexto da globalização**. Integración y Conocimiento, 10 (2), 134–162. 2021.

MARTINS, C. A. **Notas sobre a Conjuntura Pós-Eleitoral**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/30/9-notas-sobre-a-conjuntura-pos-eleitoral-brasileira/>. Acessado em: 28/02/2021.

MARTINS, C. A. **Nove teses sobre a crise política brasileira**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/29/notas-sobre-a-crise-politica-brasileira/>. Acessado em: 28/02/2021.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino privado no Brasil**. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt>. Acesso: 03/09/2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. Livro I, vol. I. São Paulo: Victor Civita, 1983.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASTROPAOLO, A. **CLIENTELISMO**. In. Dicionário de Política. Bobbio, Norberto, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1.ª ed., 1998.

MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

MERCADANTE, Aloizio. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo** / Aloizio Mercadante. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 112 p.: il. – (Brasil em debate, v. 4)

MELLO, E.P.B.N de; CASTILHO, K.C de. **Pesquisa Científica: abordagens predominantes.** *In.* Pesquisa científica em ciências humanas: uma introdução aos fundamentos e eixos procedimentais. – Uberlândia, Navegando Publicações, 2018.

MELLO, G. ROSSI, P. **Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma.** *In.* Para além da política econômica. Org. Ricardo Carneiro, Paulo Baltar, Fernando Sarti. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

MELLO, Alex Fiúza de. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia: O caso brasileiro.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 107, Setembro 2015: 91-108.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento.** São Paulo – 2010.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Tradução Eliane Lisboa. 5.ed. - Porto Alegre: Sulina, 2015.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social.** Carlos montano, Maria Lúcia Duriguetto. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional.** Estudos Avançados, 19(53), 187-207. 2005.

MOREIRA DE OLIVEIRA, J. P. **Os Modelos de Universidade.** Disponível: <https://www.palazzo.pro.br/Wordpress/cronica-15/>. Acesso: 12/08/2021.

MOURÃO, Arminda R.; ALMEIDA, Carlos A. G. de. **A Reforma do Ensino Superior Brasileiro.** (*In*) Amazônia: Revista do PPGE da Faculdade de Educação da UFAM. Manaus: EDUA, 2006.

NEVES, E. C. B.; MARTINS, C. B. **O Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente.** Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso: 10/09/2021.

NOGUEIRA, Elen Patrícia. **Uma breve história da construção política representativa de Ottomar de Sousa Pinto em Roraima nos primeiros anos do governo do Estado (1991-1994).** TEXTOS E DEBATES, Boa Vista, n.30, p. 81-93, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, Elialdo Rodrigues de. **A Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UERR: a Realidade Multicultural de Roraima.** Disponível: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19207/2/Elialdo%20Rodrigues%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso: 21/10/2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

OLIVEIRA, R. B. C. de. **A Proposta de Qualificação Profissional do REUNI: representações simbólicas de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFBA / Rafael Bastos Costa de Oliveira. – 2015.**

OLIVEIRA, João Ferreira de; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **Análise das propostas para Educação do programa de governo do candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL)**. Brasília: ANPED. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/jair-bolsonaro-psl-analise-de-programa-de-educacao>. Acesso: 07/04/2021.

OCDE (2008). **Educação Terciária para a Sociedade do Conhecimento**. Disponível: https://www.oecd-ilibrary.org/education/panorama-da-educacao-2008_9789264079823-pt. Acesso: 27/08/2021.

PAIT, Heloisa. **Quem Tem Medo dos Acordos MEC-USAID?** Disponível: <https://estadodaarte.estadao.com.br/quem-tem-medo-dos-acordos-mec-usaid/>. Acesso: 26/08/2021.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceito e distinções**. 3. ed. rev. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

PEREIRA, J. M. M. **As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual**. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”: A assistência técnica nos assentamentos rurais**. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Dissertação) UFRRJ. Rio de Janeiro. 2007.

PODER360. **Brasil ultrapassa 600 mil mortos por covid**. Disponível: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-ultrapassa-600-mil-mortos-por-covid/>. Acesso: 15/12/2021.

POMBO, Olga. **Práticas interdisciplinares**. Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 208-249.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e Integração dos saberes**. In LIINC em Revista, v.1, n.1, Março 2005, p. 3 -15.

PORTO, Jadson Rebelo. **Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil**. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Março - Nº 15, Vol. III, 1999.

REBELLO, Maurício Michel. **Ideologias partidárias no governo Lula**. Disponível: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH3TagwNQ_MDA_ab6b0_/1D.pdf. Acesso: 23/01/2022.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **UNILA E UNILAB: uma abordagem sobre o processo de integração internacional do ensino superior a partir das universidades federais no Brasil.** GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 6, núm. 1, julho-diciembre, 2015, pp. 63-71.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Universidade e a Vida Atual: Fellini Não Via Filmes.** 2. ed. - São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Pátria Educadora em colapso: reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil.** São Paulo: Três Estrelas, 2018.

RIBEIRO, R. J. **Quando um engenheiro trabalha como Uber, é preciso melhorar a economia e não fechar universidades.** Disponível: <https://jornal.usp.br/radio-usp/quando-um-engenheiro-trabalha-como-uber-e-preciso-melhor-a-economia-e-nao-fechar-universidades/>. Acesso: 19/08/2021

ROUSSEAU, Jean-Jacques, 1712-1778. **O Contrato Social.** São Paulo: Martins Fontes 1996.

ROCHA, J. D. T. **Pesquisas com as minorias nortistas amazônicas: aportes teóricos de um pós-curriculo das diferenças.** 39.^a ANPED, Niteroi, 2019.

RORAIMA. LEI Nº 527 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006. **Cria a Universidade Virtual de Roraima – UNIVTRR, como Unidade Administrativa Desconcentrada da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, e dá outras providências.** Disponível: <https://al.rr.leg.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei-Ordinaria-No.-527-de-22.02.06.pdf>. Acesso: 26/11/21.

RORAIMA. LEI Nº 554, DE 30 DE JUNHO DE 2006. **Acresce dispositivos e altera o anexo I da Lei n.º 527, de 22 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.** Disponível: <https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2006/Lei%20Estadual%20554-2006.pdf>. Acesso: 26/11/21.

RORAIMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 14 DE JANEIRO DE 2010. **Dispõe sobre a transformação da Universidade Virtual do Estado de Roraima – UNIVIRR, para a categoria de Fundação Pública e dá outras providências.** Disponível: https://www.mpc.rr.gov.br/uploads/2013/09/09092013124559747_6.pdf. Acesso: 26/11/2021.

RORAIMA. **DECRETO Nº 14.444-E DE 15 DE AGOSTO DE 2012.** Disponível: [estatuto.pdf \(uerr.edu.br\)](http://estatuto.pdf(uerr.edu.br)). Acesso: 13/12/2021.

RORAIMA. **DECRETO Nº 24.022-E DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.** Disponível: [24022-e.pdf \(tjrr.jus.br\)](http://24022-e.pdf(tjrr.jus.br)). Acesso: 13/12/2021.

SALLUM, Brasílio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

SAVIANI, Dermeval. **POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL APÓS A DITADURA MILITAR.** Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.2 [76], p.291-304, abr./jun. 2018.

SAVIANI, Dermeval. [et al.]. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. - 3.^a ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade** / Boaventura de Sousa Santos. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 11).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 8.^a ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, T. C.; LIMA, R. G. de; CAVALHARES, F. **PERFIL PROFISSIONAL DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO APÓS DÉCADAS DE EXPANSÃO**. In: BARBOSA, M.L. de O. A Expansão Desigual do Ensino Superior no Brasil. 1^a ed. Curitiba: Appris, 2020.

SASSE, Cintia. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres**. Agência Senado - Publicado em 12/3/2021. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso: 14/04/2021.

SCHWARTZAMAN, Simon. **Crônicas da Crise: Política, Sociedade e Educação no Brasil** – Volume 3. Rio de Janeiro: Copyright, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Crise na Universidade. Ensino Superior**. Unicamp. Nº 10 - julho-setembro – 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. 23^a ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 14, núm. 2, julho, 2009, pp. 253-266. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/2191/219114870002.pdf>. Acesso: 09/10/2021.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 12. Ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SEPLAN-RR. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2010.

SEPLAN-RR. **Estatísticas**. Disponível: <https://sites.google.com/view/cgees/publica%C3%A7%C3%B5es/livros>. Acesso: 06/09/2021.

SINGER, André. **O lulismo em Crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia Letras, 2018.

SILVA, Adan Renê Pereira da; MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. **Implicações do pensamento decolonial para a educação amazônica**. Revista Multidebates, v.2, n.2 Palmas -TO, setembro de 2018.

SILVA, J. H. Gondim. **Anos que transformaram Roraima: uma visão crítica e histórica da UFRR**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

SILVA, J. H. Gondim. **A Quem Interessar Possa**. Disponível: <https://www.linkedin.com/pulse/quem-interessar-possa-hamilton-gondim-silva/?trackingId=9ZOjcJ2wTUKB5zvshRybjg%3D%3D>. Acesso: 13/09/2019.

SILVA, J. H. Gondim. **Universidade Federal Indígena de Roraima – Uma Proposta À Contra Revolução de Bolsonaro**. Disponível: https://media-exp1.licdn.com/dms/document/C4D1FAQEon2DGRBIXvA/feedshare-document-pdf-analyzed/0/1620548918216?e=1633100400&v=beta&t=J7Tid-X8oinBzZa0wYIIg3LMFaTgmkUb_Tcms7BklNM. Acesso: 30/09/2021.

SILVA JR., J. dos R.; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Uberlândia: Navegando, 2020.

SILVA, Gladis de F.N. da. **Processo de Formação e Evolução da Divisão Política – Administrativa e Dinâmica Demográfica de Roraima**. Org: Márcio Jânio Campos de Azevedo; Imagens Freepik, tdi.rr e Governo de Roraima – 1. Ed. – Boa Vista, Editora da UFRR, 2021.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais – Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Org. Caetana Juracy Resende Silva. – Nata: IFRN, 2009.

STF. 2.^a Turma reconhece parcialidade de ex-juiz Sérgio Moro na condenação de Lula no caso **Triplex**. Disponível: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1>. Acessado: 29/03/2021.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: a crise adiada do Capitalismo democrático**. Trad. Marian Toldy, Teresa Toldy. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil**. IV ANPED/ sul- Disponível UEPG, 2012. em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/177/1> 03. Acesso: 09/09/2021.

TEIXEIRA, C. G. Poggio. **Uma Política para o Continente – reinterpretando a Doutrina Monroe**. Rev. Bras. Polít. Int. 57 (2): 115-132 - 2014.

TERRA, Ricardo Ribeiro. **Humboldt e a formação do modelo de universidade e pesquisa alemã**. Cadernos de Filosofia Alemã | v. 24; n. 1 | pp.133-150.

THIENGO, Lara Carlette. **Universidades de classe mundial ou O fim da universidade como universitas?** - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

TISCHER, Wellington; ROCHA, Isa de Oliveira. **NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Expansão do Ensino Superior público e a interiorização dos campi**. In: XVIII ENANPUR, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo**. São Paulo; Atlas; 1987.

TSE. **Resultado das Eleições 2006**. Disponível: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>. Acesso: 14/09/2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **6.º RELATÓRIO BIMESTRAL – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) Consolidado do Exercício de 2020**. Disponível: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/6%C2%B0-Relatorio-Bimestral-da-Execucao-Orcamentaria-do-MEC.pdf>. Acesso: 07/04/2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Balço impacto da 2020**. Disponível. <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/relatorio-do-todos-impacto-da-pandemia-na-educacao-basica-tem-ido-alem-do-fechamento-de-escolas/>. Acessado: 07/04/2021.

TOSTES, Angelica. **O Legado da Educação Protestante está em ruínas**. Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-legado-da-educacao-protestante-esta-em-ruinas/amp/>. Acesso: 20/ 08/ 2021.

UERR. **Histórico**. Disponível: <https://www.uerr.edu.br/histo/>. Acesso: 13/09/2021.

UFRR. **UFRR lança pedra fundamental de polo avançado em São João da Baliza**. Disponível: <https://ufrr.br/ultimas-noticias/2924-ufrr-lanca-pedra-fundamental-de-polo-avancado-em-sao-joao-da-baliza>. Acesso: 02//12/2021.

UFRR. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**. <https://dados.ufrr.br/dataset/5efac361-0926-4685-a9af-fbe0b5bc6e85/resource/9dd505ee-5e40-45bb-83ca-2f6c79e767bc/download/relatorio-de-gestao-2015-final-extraido-do-econtas.pdf>. Acesso: 03/12/2021.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VEJA. **Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub**. Disponível: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso: 04/03/2021.

VERAS, Renata Meira (et.al). **A trajetória da criação dos Bacharelados Interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 621-641, nov. 2015.


VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. **A política de educação do campo entre o pensado e o praticado: um estudo sobre convênio UEA/INCRA/PRONERA: 2004/2008** / Waldemar Moura Vilhena Júnior. - Manaus: UFAM, 2013.

VITAL, M. J. Salgado. **Formação Socioeconômica do Estado de Roraima**. *In*. Formação Socioeconômica da Amazônia / Edna Ramos de Castro, Índio Campos, Organizadores – Belém: NAEA, 2015.

ZEN, Eliesér Toretta; SGARDI, Antonio Donizetti. **O método Dialético na História do Pensamento Filosófico Ocidental**. *Kínesis*, Vol. X, nº 22, Julho 2018, p.79-96.

ANEXOS

Anexo A - Projeto de criação do Estado de Roraima


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CÂMARA DOS DEPUTADOS
 (DO SR. MOZARILDO CAVALCANTI) PDS-RR

ASSUNTO: _____ PROTOCOLO N.º _____
 Cria o Estado de Roraima, e dá outras providências.

DESPACHO: JUSTIÇA - INTERIOR - FINANÇAS
 A COM. DE CONST. E JUSTIÇA em 24 de JUNHO de 1983

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Pimenta da Veiga	em 27/6/83	19
O Presidente da Comissão de Justiça		
Ao Sr. Deputado Brabo de Carvalho (Redist.)	em 14/6/83	19
O Presidente da Comissão de Justiça - Interior		
Ao Sr. Deputado Alcides Lima	em 26/11/85	85
O Presidente da Comissão de Interior		
Ao Sr. Deputado Sérgio Cruz	em 14/6/86	86
O Presidente da Comissão de Finanças		
Ao Sr. _____	em _____	19
O Presidente da Comissão de _____		
Ao Sr. _____	em _____	19
O Presidente da Comissão de _____		
Ao Sr. _____	em _____	19
O Presidente da Comissão de _____		
Ao Sr. _____	em _____	19
O Presidente da Comissão de _____		
Ao Sr. _____	em _____	19
O Presidente da Comissão de _____		

GER 2.04

PROJETO N.º 56 DE 1983
 DE LEI COMPLEMENTAR

Sr. Almeida
 06/11/83

Anexo C - Lei de extinção da FESUR



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

LEI COMPLEMENTAR Nº 116 DE 16 DE JANEIRO DE 2007.

"Extingue a Fundação de Educação Superior de Roraima – FESUR, e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica extinta a Fundação de Educação Superior de Roraima – FESUR, e seus Institutos, instituída sob a forma de Fundação pela Lei Complementar nº 043, de 30 de agosto de 2001, e suas alterações pela Lei nº 049, de 19 de dezembro de 2001.

Art. 2º Com a extinção da FESUR, ficam transferidos para a Universidade Estadual de Roraima - UER:

- I – todas as estruturas físicas, instalações e edificações existentes e presentemente utilizadas pela Fundação de Educação Superior de Roraima – FESUR, pelo Instituto Superior de Educação – ISE, e pelo Instituto Superior de Educação de Rorainópolis – ISER;
- II – os Bens e Direitos da FESUR;
- III – os recursos financeiros existentes em contas do Banco Movimento da FESUR;
- IV – os recursos orçamentários da FESUR, previstos no Plano Plurianual – PPA, e no Orçamento do Estado de Roraima;
- V – os contratos e acervos técnicos, incluindo registros, dados e informações relativos à administração direta ou delegados de programas, projetos, obras e serviços, bem assim aqueles acessórios, pertinentes à infra-estrutura, e que estejam em execução;
- VI – as licitações em andamento, na fase em que encontrem, e que estejam na esfera de competência da FESUR;
- VII – todos os Convênios firmados entre a FESUR e demais Instituições;
- VIII – a guarda e o controle de demais documentos integrantes do acervo documental da FESUR que, pelos termos da legislação aplicável, devam ainda ser conservados.

Art. 3º Todos os professores do Quadro Efetivo da FESUR ficam enquadrados e reposicionados no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da UERR, observado o quantitativo existente, função, escolaridade e as respectivas características de cada um.

Art. 4º Todos os servidores técnico-administrativos do Quadro Efetivo da FESUR ficam enquadrados e reposicionados no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da UERR, observado o quantitativo existente, função, escolaridade e as respectivas características de cada um.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
PABX: 0**(95) 623-1410 - Fax: 0**(95) 623-2344/623-9945

Dicário oficial nº 499 de 15
de Janeiro/07

LEI Nº 116 DE 16 DE JANEIRO DE 2007



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 5º O tempo de serviço prestado na condição de empregado público, sob o regime jurídico celetista, será considerado a partir da mudança para o regime jurídico estatutário, para efeito de aposentadoria, de disponibilidade, de estágio probatório, de carreira e de adicional por tempo de serviço, na forma da legislação.

Art. 6º Aprovada esta Lei, ocorrerá a mudança do regime jurídico de celetista para estatutário, com a extinção do contrato de trabalho.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do Estado, dotações orçamentárias da reserva de contingência constantes do orçamento do Poder Executivo.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com o encerramento do presente exercício financeiro.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 16 de Janeiro de 2007.




OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
PABX: 0**(95) 623-1410 - Fax: 0**(95) 623-2344/623-9945

Anexo D - - Lei de criação da UERR

D.O. nº 210 / 10.000.243
10/05/05 / 25/12/05


GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

LEI COMPLEMENTAR Nº 091 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2005.

"Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual de Roraima – UERR, e dá outras providências".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:
Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Fica criada a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR, sob a forma de fundação pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, financeira, educacional e científica, de natureza multicampi, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, sediada na cidade de Boa Vista, com a seguinte finalidade:

I – promover a educação, as ciências e as tecnologias, desenvolvendo o conhecimento científico, conjuntamente com os valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade e de aprimorar a qualidade dos recursos humanos existentes do Estado de Roraima;

II – ministrar cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação, bem como, prestação de serviços e demais atividades afins, com ações especiais que objetivem a expansão do ensino, da pesquisa e da cultura em todo o território do Estado de Roraima;


III – realizar pesquisas, estimulando atividades criativas, valorizando o indivíduo no processo evolutivo, incentivando o conhecimento científico relacionado ao homem e ao meio-ambiente e fortalecendo a capacidade instalada do Estado;

IV – participar na elaboração, execução e acompanhamento das políticas de desenvolvimento governamentais, inclusive com a prestação de serviços de consultoria, assessoria ou correlatos;

V – cooperar e fomentar parcerias e intercâmbios com as Universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e internacionais, na busca da qualidade científica, educacional, tecnológica e cultural necessárias ao processo de autonomia e emancipação do cidadão.

Parágrafo único. No cumprimento de suas finalidades, a Universidade Estadual de Roraima – UERR, poderá prestar serviços técnicos especializados à instituições públicas e privadas.

[Handwritten signature]


Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº · CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR – Brasil
PABX: 0**(95) 623-1410 · Fax: 0**(95) 623-2344/623-9945

2005 10/11/2005 08:11:17 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RORAIMA



GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 2º A Universidade Estadual de Roraima – UERR, terá prazo de duração indeterminado, gozará de autonomia prevista na legislação vigente e reger-se-á por Estatuto e Regimento Geral.

CAPÍTULO II **DA ESTRUTURA**

Art. 3º A administração superior da Universidade Estadual de Roraima - UERR, será exercida pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º Os Conselhos, Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão, serão constituídos na forma que dispuser o Estatuto e o Regimento Geral, e terão como Presidente o Reitor da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

§ 2º O Governador do Estado de Roraima designará, por Decreto, Reitor (a) **Pro Tempore** para conduzir, coordenar e adotar as providências e medidas cabíveis de implantação da Universidade Estadual de Roraima – UERR, assim como para administrá-la até a sua completa instalação;

§ 3º O(a) Reitor(a) **Pro Tempore** da UERR exercerá cumulativamente a Presidência da Fundação de Educação Superior de Roraima – FESUR, designando no ato de sua posse os diretores **Pro Tempore** do Instituto Superior de Educação – ISE, do Instituto Superior de Educação de Rorainópolis – ISER, e do Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima, ISSeC-RR, até a efetiva implantação da Universidade Estadual de Roraima – UERR, que deverá absorver integral ou parcialmente, conforme o caso, as suas estruturas físicas, materiais, financeiras e de recursos humanos, ressalvadas imposições de natureza legal.

Art. 4º A Universidade Estadual de Roraima – UERR, será constituída por órgãos administrativos, unidades acadêmicas e outras unidades complementares, nos termos da lei.

Art. 5º A estrutura organizacional e o funcionamento da Universidade Estadual de Roraima – UERR, será definida em seu Estatuto, a ser aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 6º Os cursos de graduação e pós-graduação ministrados pelo Instituto Superior de Educação – ISE, pelo Instituto Superior de Educação de Rorainópolis – ISER, e pelo Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima ISSeC-RR, serão absorvidos pela Universidade Estadual de Roraima – UERR.



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 PABX: 0**(95) 623-1410 - Fax: 0**(95) 623-2344/623-9945



GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Parágrafo único. Os cursos ministrados pela Academia de Polícia Integrada – API - serão absorvidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública.

CAPÍTULO III **DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA**

Art. 7º O patrimônio da Universidade Estadual de Roraima - UERR, será constituído:

I – pela estrutura física, financeira, material e de recursos humanos, presentemente utilizada pela FESUR e seus Institutos Instituto Superior de Educação de Roraima – ISE, Instituto Superior de Educação de Rorainópolis ISER-RR,

II – **VETADO**

III – **VETADO**

IV - **VETADO**

V – pelos bens e direitos que a Universidade Estadual de Roraima - UERR, vier a adquirir, lhe forem transferidos ou por ela incorporados;

VI – pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Estado, pelos Municípios, por entidades públicas e privadas ou por particulares.

Art. 8º Os recursos financeiros da Universidade Estadual de Roraima – UERR, serão provenientes de:

I – dotação consignada anualmente no Orçamento do Estado de Roraima;

II – contribuições, doações, financiamentos, dotações, auxílios e subvenções que lhes venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estado, Municípios, por quaisquer órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, e por pessoas físicas;

III – remunerações por serviços prestados a órgãos e entidades públicas ou particulares, mediante convênios ou contratos específicos;

IV – taxas, tarifas, mensalidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços;

V – receitas geradas como resultados de aplicações de bens e valores patrimoniais, operações de créditos e juros bancários;

VI – dotações de fundos especiais, na forma da lei.

VII – outras receitas eventuais.



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº • CEP: 69 301-380 • Boa Vista-RR – Brasil
 PABX: 0**(95) 623-1410 • Fax: 0**(95) 623-2344/623-9945



GOVERNO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 9º Os recursos orçamentários da Fundação de Educação Superior de Roraima – FESUR, do Instituto Superior de Educação - ISE, e do Instituto Superior de Educação de Rorainópolis - ISER, previstos no Plano Plurianual – PPA, e no Orçamento do Estado de Roraima serão remanejados para a Universidade Estadual de Roraima – UERR.

CAPÍTULO IV DO PESSOAL

Art. 10. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei Complementar, o Chefe do Poder Executivo Estadual encaminhará à Assembléia Legislativa Projeto de Lei dispendo sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

Parágrafo único. O Plano de Carreira, Cargos e Remunerações da Universidade Estadual de Roraima – UERR, adotará como premissa a compatibilidade às diretrizes estratégicas, à política de recursos humanos do governo estadual e aos limites orçamentários definidos.

Art. 11. O Estado poderá ceder ou redistribuir servidores administrativos e/ou professores da rede Pública Estadual para a Universidade Estadual de Roraima - UERR.

Parágrafo único. Os cargos atualmente previstos pela Lei nº 322/01 (Plano de Cargos e Remunerações da FESUR) serão absorvidos pela Universidade Estadual de Roraima - UERR, após a aprovação do seu Plano de Cargos e Remunerações da UERR.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. A Academia de Polícia Integrada – API, será incorporada à estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, bem como, os bens provenientes de Convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a estrutura física e instalações presentemente utilizadas pelo Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima - ISSeC/RR.

Art. 13. VETADO

Art.14. Especialmente no que se refere aos aspectos legais, administrativos fiscais, trabalhistas, previdenciários e pedagógicos, o processo de criação e implantação da Universidade Estadual de Roraima – UERR, será coordenado, acompanhado e fiscalizado por Comissão Provisória, constituída pelos seguintes representantes:

I – Reitor(a) **Pro Tempore**;

II – representante da FESUR;



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº • CEP: 69.301-380 • Boa Vista-RR – Brasil
 PABX: 0**(95) 623-1410 • Fax: 0**(95) 623-2344/623-9945



GOVERNO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

- III – representante do Instituto Superior de Educação - ISE/RR;
- IV – representante do Instituto Superior de Educação de Rorainópolis - ISER/RR;
- V - representante do Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima - ISSeC/RR;
- VI – representante da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos;
- VII – representante da Secretaria de Estado da Administração;
- VIII – representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento;
- IX - representante do Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo único. A Comissão Provisória será presidida pelo Reitor **Pro Tempore**, e seus atos serão aprovados por esta Comissão por maioria absoluta de seus representantes.

Art.15. O processo de criação e implantação da Universidade Estadual de Roraima – UERR, deverá cumprir todas as formalidades e exigências legais pertinentes, tanto de natureza federal quanto estadual e municipal.

Parágrafo único. Quando da realização dos exames vestibulares a Universidade Estadual adotará, além da língua pátria, a opção de o aluno escolher uma língua estrangeira ou uma etnia regional.

Art. 16. O Executivo terá um prazo máximo de 05 (cinco) anos para a total implantação da Universidade Estadual de Roraima - UERR.

Art. 17. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Projeto de Lei dispondo sobre a extinção da FESUR e seus Institutos.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 10 de NOVEMBRO de 2005.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
 Governador do Estado de Roraima



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº · CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR – Brasil
 PABX: 0**(95) 623-1410 · Fax: 0**(95) 623-2344/623-9945



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
 SECRETARIA LEGISLATIVA



LEI COMPLEMENTAR Nº 091, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2005

Partes vetadas pelo Governador do Estado, do Projeto de Lei Complementar nº 009/05, convertido na Lei Complementar nº 091, de 10 de novembro de 2005, que "Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual de Roraima - UERR, e dá outras providências", e rejeitadas pela Assembleia Legislativa.

O VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu, nos termos do § 8º do art. 43 da Constituição Estadual, c/c o § 8º do art. 254 do Regimento Interno deste Poder, promulgo as seguintes partes da Lei Complementar nº 091, de 10 de novembro de 2005, vetadas pelo Governador do Estado e rejeitadas pela Assembleia Legislativa.

Art. 1º ao 6º. OMISSIS.

Art. 7º. OMISSIS.

I e II - OMISSIS.

III - pela estrutura física, material, instalações e edificações existentes e presentemente utilizadas pelo Ginásio Hélio da Costa Campos;

IV A VI - OMISSIS.

Art. 8º a 17. OMISSIS.

Art. 18. A parte promulgada desta Lei Complementar, neste ato, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. OMISSIS.

Palácio Antônio Martins, 27 de dezembro de 2005.

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
 Vice-Presidente

Anexo E - Decreto de criação do REUNI

03/12/2021 20:39

Decreto nº 6096



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

03/12/2021 20:39

Decreto nº 6096

Art. 4^o O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1^o.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5^o O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4^o;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3^o, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6^o A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7^o As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8^o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186^o da Independência e 119^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Paulo Bernardo Silva